



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

ANO LXXVI SUP. ÚNICO AO Nº 49, QUINTA-FEIRA, 2 DE DEZEMBRO DE 2021

ATAS DE COMISSÃO PERMANENTE DO CONGRESSO NACIONAL

BRASÍLIA - DF



COMPOSIÇÃO DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL

Senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG)

Presidente

Deputado Marcelo Ramos (PL-AM)

1º Vice-Presidente

Senador Romário (PL-RJ)

2º Vice-Presidente

Deputado Luciano Bivar (PSL-PE)

1º Secretário

Senador Elmano Férrer (PP-PI)

2º Secretário

Deputada Rose Modesto (PSDB-MS)

3ª Secretária

Senador Weverton (PDT-MA)

4º Secretário

COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

Senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG)

Presidente

Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB)

1º Vice-Presidente

Senador Romário (PL-RJ)

2º Vice-Presidente

Senador Irajá (PSD-TO)

1º Secretário

Senador Elmano Férrer (PP-PI)

2º Secretário

Senador Rogério Carvalho (PT-SE)

3º Secretário

Senador Weverton (PDT-MA)

4º Secretário

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

- 1º - Senador Jorginho Mello (PL-SC)
 2º - Senador Luiz do Carmo (MDB-GO)
 3º - Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA)
 4º - Senador Zequinha Marinho (PSC-PA)

COMPOSIÇÃO DA MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Deputado Arthur Lira (PP-AL)

Presidente

Deputado Marcelo Ramos (PL-AM)

1º Vice-Presidente

Deputado André de Paula (PSD-PE)

2º Vice-Presidente

Deputado Luciano Bivar (PSL-PE)

1º Secretário

Deputada Marília Arraes (PT-PE)

2ª Secretária

Deputada Rose Modesto (PSDB-MS)

3ª Secretária

Deputada Rosângela Gomes (REPUBLICANOS-RJ)

4ª Secretária

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

- 1º - Deputado Eduardo Bismarck (PDT-CE)
 2º - Deputado Gilberto Nascimento (PSC-SP)
 3º - Deputado Alexandre Leite (DEM-SP)
 4º - Deputado Cássio Andrade (PSB-PA)



Publicado sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, RISF)

Gustavo Afonso Sabóia Vieira

Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

Patrícia Gomes de Carvalho Carneiro

Diretora da Secretaria de Atas e Diários

Paulo Max Cavalcante da Silva

Coordenador de Elaboração de Diários

Gabriel Rodrigues da Cunha Coelho

Coordenador de Registros e Textos Legislativos de Plenários

Ilana Trombka

Diretora-Geral do Senado Federal

Quesia de Farias Cunha

Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar

Alessandro Pereira de Albuquerque

Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação - Prodasen



ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ATAS E DIÁRIOS

CONGRESSO NACIONAL

SUMÁRIO

1 – ATAS DE COMISSÃO PERMANENTE DO CONGRESSO NACIONAL

1.1 – COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Ata da 7ª Reunião Extraordinária, realizada em 14 e 15 de julho de 2021.	4
Ata da 8ª Reunião Extraordinária, realizada em 11 de agosto de 2021.	72
Ata da 5ª Reunião de Audiência Pública Extraordinária, realizada em 18 de agosto de 2021.	132
Ata da 6ª Reunião de Audiência Pública Extraordinária, realizada em 31 de agosto de 2021.	162
Ata da 9ª Reunião Extraordinária, realizada em 28 e 29 de setembro de 2021.	211
Ata da 10ª Reunião Extraordinária, realizada em 7 de outubro de 2021.	264
Ata da 7ª Reunião de Audiência Pública Extraordinária, realizada em 7 de outubro de 2021.	307
Ata da 8ª Reunião de Audiência Pública Extraordinária, realizada em 14 de outubro de 2021.	343
Ata da 11ª Reunião Extraordinária, realizada em 27, 28 de outubro e 3 de novembro de 2021.	396





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

ATA DA SÉTIMA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 56ª LEGISLATURA, DA COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO, REALIZADA NOS DIAS 14 E 15 DE JULHO DE 2021.

Aos quatorze e quinze dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e um, foi convocada extraordinariamente a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no Anexo II, plenário 02 da Câmara dos Deputados, com o objetivo de apreciar as matérias constantes da Pauta. Neste período, foi registrado o comparecimento dos membros: - **Deputados titulares** Adolfo Viana, André Figueiredo, André Fufuca, Arnaldo Jardim, Arthur Oliveira Maia, Bosco Costa, Carlos Zarattini, Charles Evangelista, Coronel Tadeu (remotamente), Daniel Almeida, Domingos Sávio, Eduardo Costa, Flávia Moraes (remotamente), Genecias Noronha, Gilberto Abramo, Gonzaga Patriota, Hildo Rocha, Hugo Leal, Jhonatan de Jesus, José Guimarães, Júnior Mano, Luciano Ducci, Mário Negromonte Jr., Marx Beltrão, Osires Damaso, Sanderson, Sergio Souza, Uldurico Junior (remotamente), e Zé Carlos (remotamente); - **Senadores titulares:** Angelo Coronel, Carlos Fávaro, Izalci Lucas (remotamente), Oriovisto Guimarães (remotamente), Rose de Freitas, Simone Tebet, Wellington Fagundes (remotamente) e Weverton (remotamente) - **Deputados suplentes:** Adriana Ventura, Alceu Moreira, Aluisio Mendes, Átila Lins, Augusto Coutinho, Beto Faro, Caroline de Toni, Célio Moura, Célio Silveira, Dagoberto Nogueira, Danilo Forte, Delegado Marcelo Freitas, Domingos Neto, Dra. Soraya Manato (remotamente), Gelson Azevedo, João Carlos Bacelar, Júnior Ferrari, Juscelino Filho, Márcio Marinho, Orlando Silva, Ossesio Silva, Pedro Lupion, Pinheirinho, Rodrigo Coelho, Toninho Wandscheer (remotamente), Totonho Lopes, Weliton Prado, Wilson Santiago e Zeca Dirceu e - **Senadores Suplentes:** Mara Gabrilli (remotamente) e Vanderlan Cardoso. Foi registrada a ausência dos membros titulares: - **Deputado** Paulo Azi e - **Senadores:** Alessandro Vieira e Jean Paul Prates. Foi justificada a ausência do Senador Elmano Férrer. Foi registrado o comparecimento dos parlamentares não integrantes da Comissão: - **Deputados** Alessandro Molon, Aline Gurgel, Claudio Cajado, Carlos Gaguim, Diego Garcia, Evair de Melo, Félix Mendonça Junior, Igor Timo, Leonardo Monteiro, Liziane Bayer, Lucas Vergilio, Luis Miranda, Marcel van Hattem, Neucimar Fraga, Pastor Eurico, Pedro Vilela, Pr. Marco Feliciano e Subtenente Gonzaga. **ABERTURA:** às quinze horas e doze minutos, do dia quatorze de julho de 2021, e havendo número regimental conforme estabelecido no *art. 134 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional*, os trabalhos foram abertos pela Presidente, Senadora Rose de Freitas, que informou que a reunião estava ocorrendo de forma semipresencial, com parlamentares presentes no plenário e parlamentares participando de forma virtual através da plataforma zoom. Em seguida, havendo quórum para deliberação, conforme o *art. 12 do Regimento Comum do Congresso Nacional*, obteve a concordância do plenário para que fosse dispensada a leitura da Ata da 6ª Reunião Deliberativa Extraordinária, realizada no dia 13 de julho de 2021. Em votação, a Ata foi **aprovada**. **EXPEDIENTES.** A Presidente solicitou que fossem declarados como lidos os expedientes recebidos pela Comissão, do dia 13 de julho, até a presente data, tendo em vista que essas informações encontram-se publicadas na página da CMO na internet. Propôs então, ao plenário, suspender a reunião para inteirar-se acerca do trabalho do Relator do PLN Nº 3/2021-CN (PLDO/2022), Deputado Juscelino Filho e informou que, até aquele momento, haviam sido recebidas 2.632 (duas mil seiscentas e trinta e duas) Emendas. O Deputado Claudio Cajado usou da palavra e, às quinze horas e dezoito minutos, a Presidente suspendeu a reunião. Às oito horas e quarenta e sete minutos, do dia quinze de julho de 2021, e havendo número regimental conforme estabelecido no *art. 134 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional*, os trabalhos foram reabertos pela Presidente, Senadora Rose de Freitas, que informou que a reunião estava ocorrendo de forma





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

semipresencial, com parlamentares presentes no plenário e parlamentares participando de forma virtual através da plataforma zoom. A seguir, às oito horas e quarenta e oito minutos, suspendeu a reunião. Às oito horas e cinquenta e quatro minutos, do dia quinze de julho de dois mil e vinte e um, a Presidente reiniciou a reunião. Usaram da palavra os Deputados Adriana Ventura, Domingos Sávio, Claudio Cajado e Diego Garcia, Vice-Líder do PODE. **ORDEM DO DIA.** A Presidente consultou o Plenário sobre a possibilidade de votação do Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 3/2021-CN (PLDO/2022)**, a despeito do previsto no *Art. 128, da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional*, que estabelece que a apreciação dos relatórios somente poderá ocorrer após o prazo de 3 (três) dias úteis após a sua distribuição. Em votação, a dispensa do prazo foi **aprovada**. Em seguida, a Presidente informou que não havia manifestação do Comitê de Avaliação de Emendas – CAE quanto às Emendas apresentadas e às de Relator ao Projeto de Lei Nº 3/2021-CN (PLDO/2022), conforme dispõe o *parágrafo único do Art. 25, da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional* e solicitou autorização ao plenário para proceder à votação do Relatório apresentado ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2022 sem a manifestação do CAE. Em votação, a dispensa da manifestação do CAE foi **aprovada**. PAUTA - Item 01. Relatório apresentado ao **Projeto de Lei Nº 3/2021-CN, PLDO/2022**, que “Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2022 e dá outras providências”. (PLDO/2020). Relator: Deputado Juscelino Filho. A Presidente comunicou que haviam sido entregues 773 (setecentas e setenta e três) Emendas ao Anexo de Prioridades e Metas e 1.980 (mil novecentas e oitenta) Emendas ao Texto do Projeto de Lei, totalizando 2.663 (duas mil seiscentas e sessenta e três) Emendas. A seguir, passou a palavra ao Relator, Deputado Juscelino Filho, que iniciou a leitura de seu Relatório. Às nove horas e sete minutos o Primeiro Vice-Presidente, Deputado Carlos Zarattini, assumiu os trabalhos e declarou aberto o prazo para a entrega dos Destaques. Usaram da palavra os Deputados Arnaldo Jardim, Claudio Cajado e Senador Izalci Lucas (remotamente). Às nove horas e vinte e seis minutos, o Presidente em exercício, Deputado Carlos Zarattini, suspendeu a reunião. Às dez hora e oito minutos, do dia quinze de julho de dois mil e vinte e um, a Presidente, Senadora Rose de Freitas, reiniciou a reunião e abriu o prazo para a discussão. Discutiram a matéria os Deputados Adriana Ventura, Daniel Almeida e Hildo Rocha. A Presidente solicitou aos Líderes Partidários que abrissem mão de seus 5 (cinco) minutos de fala e usassem da palavra por apenas 3 (três) minutos para que todos pudessem falar. Em seguida, deu a palavra aos Deputados Aluisio Mendes, Vice-Líder do Bloco PROS, PSC, PTB, Danilo Forte, Arnaldo Jardim, Carlos Zarattini, Charles Evangelista, André Fufuca, Lucas Vergílio, Bosco Costa, Pedro Vilela, Wilson Santiago, Marcel van Hattem, Claudio Cajado, Alessandro Molon, Líder da Oposição e ao Senador Carlos Fávaro. Encerrada a discussão, passou a palavra ao Relator, Deputado Juscelino Filho, que fez considerações sobre seu Relatório e apresentou uma Complementação de Voto. **Complementação de Voto:** Retifica o total de Emendas, sendo o total de 2.663 (duas mil seiscentas e sessenta e três). Emendas apresentadas em que o Relator ofereceu voto pela APROVAÇÃO de 362 (trezentas e sessenta e duas) Emendas, pela APROVAÇÃO PARCIAL de 947 (novecentas e quarenta e sete) Emendas, pela REJEIÇÃO de 1.353 (mil trezentas e cinquenta e três) Emendas e pela PREJUDICIALIDADE de 1 (uma) Emenda. Assumiu a presidência o Primeiro Vice-Presidente, Deputado Carlos Zarattini, o qual anunciou ao plenário que haviam sido recebidos 66 (sessenta e seis) Destaques. Em votação, o Projeto de Lei Nº 3/2021-CN e sua Complementação de Voto foram aprovados, ressalvados os Destaques, com votos contrários do Partido dos Trabalhadores, Deputados Adriana Ventura, Daniel Almeida, Coronel Tadeu (remotamente) e Senador Orioivisto Guimarães (remotamente). Em seguida, passou-se à apreciação dos Destaques. A Presidente comunicou a plenário que, segundo o *Art. 139, parágrafo segundo da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional*, “Não será aceita solicitação para votação em separado de Destaque, após a aprovação de





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Requerimento para a votação em globo dos Destaques”. Sendo assim, solicitou autorização do plenário para proceder à votação em globo dos Destaques, por tipo de voto do Relator. Houve anuência do plenário. O Parecer do Relator aos Destaques foi pela REJEIÇÃO. A Presidente questionou, antes de proceder à votação em globo dos Destaques, se algum parlamentar gostaria de solicitar a votação em separado de Destaque. Foi solicitada a votação em separado dos seguintes Destaques: N°s 7, 9 e 10, pela Deputada Adriana Ventura; Destaque N° 1 pelo Deputado Lucas Vergílio, Destaque N° 57 pelo Deputado Carlos Zarattin e Destaques N°s 65, 66 e 67, pelo Senador Wellington Fagundes. O Deputado Alessandro Molon solicitou também a votação em separado de Destaques do Deputado Gonzaga Patriota, membro titular da CMO, que se encontrava em trânsito, mas teve seu pedido indeferido pela Presidente, nos termos do *Art. 138, parágrafo primeiro da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional*. Em votação, os Destaques em globo foram **rejeitados** na representação da Câmara dos Deputados e não foram apreciados na representação do Senado Federal, conforme dispõe o § 1º do *art.43, do Regimento Comum*. Passou-se à apreciação dos Destaques para votação em separado. Apreciação do **Destaque nº 07**, da Deputada Adriana Ventura, referente à Emenda N° 38990003, ao Texto do Projeto de Lei, Capítulo IV, Seção X, SubSeção III, Artigo 73. Voto do Relator: pela **rejeição**. O Deputado Charles Evangelista usou da palavra para solicitar a retirada do voto contrário ao PLDO/2022, em nome do Deputado Coronel Tadeu, que se encontrava participando remotamente. Em votação, a matéria objeto do Destaque foi **rejeitada** na representação da Câmara dos Deputados, com votos contrários dos Deputados Adriana Ventura e Sanderson. Não foi apreciada na representação do Senado Federal, conforme dispõe o *Art. 43, parágrafo primeiro, do Regimento Comum*. Apreciação do **Destaque nº 09**, da Deputada Adriana Ventura, Supressão total, ao Substitutivo, Capítulo III, Artigo 12, Inciso XXVII. Voto do Relator: pela **rejeição**. Em votação, a matéria objeto do Destaque foi **rejeitada** na representação da Câmara dos Deputados, com votos contrários dos Deputados Adriana Ventura, Sanderson e Coronel Tadeu (remotamente). Não foi apreciada na representação do Senado Federal, conforme dispõe o *Art. 43, parágrafo primeiro, do Regimento Comum*. O Deputado Sanderson solicitou votação nominal e teve seu pedido indeferido pela Presidente, conforme prescrito no *Art. 44, parágrafo único, do Regimento Comum*. **Destaque nº 10**, da Deputada Adriana Ventura, Supressão total, ao Substitutivo, Artigo 74, Parágrafo terceiro. Voto do Relator: pela **rejeição**. Em votação, a matéria objeto do Destaque foi **rejeitada** na representação da Câmara dos Deputados, com votos contrários dos Deputados Adriana Ventura, Sanderson e Coronel Tadeu (remotamente). Não foi apreciada na representação do Senado Federal, conforme dispõe o *Art. 43, parágrafo primeiro, do Regimento Comum*. **Destaque nº 01**, do Deputado Augusto Coutinho, referente à Emenda N° 37040002, do Deputado Lucas Vergílio, ao Texto do Projeto de Lei, Capítulo V, Seção II, SubSeção II, Artigo 85. Voto do Relator: pela **rejeição**. Em votação, a matéria objeto do Destaque foi **rejeitada** na representação da Câmara dos Deputados, com votos contrários dos Deputados André Fufuca, Márcio Marinho, Flávia Moraes (remotamente) e Coronel Tadeu (remotamente). Não foi apreciada na representação do Senado Federal, conforme dispõe o *Art. 43, parágrafo primeiro, do Regimento Comum*. **Destaque nº 57**, do Deputado Carlos Zarattini, referente à Emenda N° 24420028, do Deputado José Guimarães ao Texto do Projeto de Lei, Capítulo IV, Seção I, Artigo 22. Voto do Relator: pela **rejeição**. Em votação, a matéria objeto do Destaque foi **rejeitada** na representação da Câmara dos Deputados, com votos contrários dos Deputados Carlos Zarattin, Daniel Almeida, Hildo Rocha, Wilson Santiago, Zé Carlos (remotamente) e Dra. Soraya Manato (remotamente). Não foi apreciada na representação do Senado Federal, conforme dispõe o *Art. 43, parágrafo primeiro, do Regimento Comum*. **Destaque nº 64**, do Senador Wellington Fagundes, referente à Emenda N° 41840007, do Senador Luiz Carlos Heinze ao Texto do Projeto de Lei, Capítulo VII, Seção I, Artigo 108. **Destaque nº 65**, do Senador Wellington Fagundes, referente à Emenda N°





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

41840008, do Senador Luiz Carlos Heinze ao Texto do Projeto de Lei, Capítulo IV, Seção I, Artigo 108. **Destaque nº 66**, do Senador Wellington Fagundes, referente à Emenda Nº 41840009, do Senador Luiz Carlos Heinze ao Texto do Projeto de Lei, Capítulo VII, Seção I, Artigo 108. O Senador Wellington Fagundes defendeu seus Destaques e a Presidente o perguntou se poderia ser feita a votação em bloco dos três Destaques. O Senador Wellington Fagundes concordou. Voto do Relator: pela **rejeição** dos três Destaques. Em votação, a matéria objeto dos Destaques foi **rejeitada** na representação da Câmara dos Deputados, com voto contrário do Deputado Zé Carlos (remotamente). Não foi apreciada na representação do Senado Federal, conforme dispõe o Art. 43, *parágrafo primeiro*, do Regimento Comum. Concluída a apreciação da matéria, o PLN Nº 3/2021-CN (PLDO/2022) foi **aprovado** e vai ao Congresso Nacional. Item 02. **Requerimento nº 14/2021-CMO**, que “Requer a realização de Audiência Pública na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização a fim de discutir a execução orçamentária dos últimos anos e as perspectivas para o orçamento de 2022 na área de Ciência, Tecnologia e Inovações da esfera federal”. Autor: Deputado Carlos Zarattini. Item 03. **Requerimento nº 15/2021-CMO**, que “Requer a realização de Audiência Pública na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização a fim de discutir os planos, metas e o orçamento dos últimos anos e perspectivas para 2022 dos programas habitacionais desenvolvidos pelo Governo Federal”. Autor: Deputado Carlos Zarattini. Item 04. **Requerimento nº 16/2021-CMO**, que “Requer a realização de Audiência Pública para debater a situação orçamentária das Universidades Federais e Institutos Federais”. Autor: Deputado Carlos Zarattini. A Presidente solicitou que os Requerimentos fossem justificados e votados em bloco. Havendo anuência do plenário, o autor dos Requerimentos, Deputado Carlos Zarattini, procedeu à defesa dos Requerimentos. As matérias foram discutidas pelo deputado Claudio Cajado. Em votação, os Requerimentos nº 14, 15 e 16 /2021 CMO foram **aprovados**. Encerradas as apreciações, a Presidente fez elogios ao trabalho do Relator do PLDO/2022, Deputado Juscelino Filho, que usou da palavra para fazer agradecimentos. **ENCERRAMENTO:** nada mais havendo a tratar, a Presidente encerrou os trabalhos às doze horas e vinte e sete minutos, do dia quinze de julho de 2021. Para constar, eu, Walbinson Tavares de Araujo, Secretário Executivo, lavrei a presente Ata, que, após a sua aprovação, será assinada pela Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional e encaminhada para publicação no Diário do Congresso Nacional. Os trabalhos foram gravados e, depois de traduzidos, integrarão esta Ata. **Senadora Rose de Freitas, Presidente.**
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Havendo número regimental, declaro iniciada a 7ª Reunião Extraordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação das matérias constantes da pauta.

Informo que a reunião ocorre de forma semipresencial, ou seja, pode haver Parlamentares presentes no plenário e Parlamentares participando de forma virtual, através da plataforma Zoom.

Novamente, se houver concordância do Plenário, eu gostaria de propor dispensa da leitura da Ata da 6ª Reunião Extraordinária, realizada no dia 13 de julho de 2021.

Caso haja alguma retificação, eu peço aos Srs. Parlamentares que se manifestem.
(Pausa.)

Não havendo quem queira se manifestar, a ata está em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se acham. (Pausa.)

Aprovada.

Em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovada.

Solicito que sejam declarados como lidos os expedientes recebidos pela Comissão, do dia 13 de julho até a presente data, tendo em vista que essas informações encontram-se publicadas na página da CMO, na Internet.

Eu gostaria de propor, se me permitem, para que tomemos pé da situação como um todo, suspensão da reunião por alguns minutos, para que possamos atualizar com o Relator o trabalho executado até agora. Saibam que a previsão era a de 500 emendas, mas a expectativa é mais de mil emendas. Eu não queria fazer nenhuma proposta sobre o andamento do trabalho. Gostaria, primeiro, de me inteirar com o Relator, até em respeito ao trabalho que S.Exa. está fazendo.

Sobre ler logo em seguida a LDO, digo que não será possível fazê-lo agora. Nós vamos primeiro nos inteirar com o Relator, porque temos que respeitar o trabalho de S.Exa. e ter visão do que está acontecendo.

Evidentemente, o prazo para leitura e votação será estendido, obviamente, pois é impossível fazê-lo em seguida.

Quem é capaz de dizer o número de emendas?

O SR. CLAUDIO CAJADO (PP - BA) - São 2.500 emendas, Sra. Presidente.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - São 2.632 emendas.

O SR. CLAUDIO CAJADO (PP - BA) - Até meia hora atrás, eram 2.500. E o sistema ainda está aberto.

O SR. ARNALDO JARDIM (CIDADANIA - SP) - Não era até o meio-dia, Presidente?

O SR. CLAUDIO CAJADO (PP - BA) - Mas houve uma prorrogação, porque houve um acúmulo de apresentação de emendas até o horário de meio-dia. Então, o sistema deu um *tilt* — não é assim que se chama isso?

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Sim, o sistema está com um *tilt* eterno, não é?

O SR. CLAUDIO CAJADO (PP - BA) - Foi autorizado, pelo Presidente do Congresso, a prorrogação do prazo. Se V.Exa. quiser uma sugestão...

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Eu vou suspender. Agora, neste momento, eu teria que ouvir dez Parlamentares. Prefiro, primeiro, ouvir o Relator, em respeito ao trabalho que S.Exa. está fazendo.

Quero registrar que é um recorde: 2.632 emendas, e no prazo que foi colocado. Em razão disso e dos diversos telefonemas de pessoas que pediram prorrogação de meia hora e mais meia hora, em função do sistema, que não funcionou adequadamente, fomos atendendo, para não deixar que ninguém ficasse sem fazer suas emendas.

Permitam-me suspender a reunião pelo prazo de 15 minutos. Pode ser assim? Todos estão de acordo? *(Pausa.)*

Muito obrigada.

Estarei presente na sala da Presidência, ao lado, caso queiram falar comigo. V.Exa. me ouviu, Deputado José Guimarães? *(Pausa.)*

(A reunião é suspensa.)

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Havendo número regimental, declaro reiniciada a 7ª Reunião Extraordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, para a apreciação das matérias constantes da pauta.

Informo que a reunião ocorre de forma semipresencial, ou seja, pode haver Parlamentares presentes no plenário e Parlamentares participando de forma virtual, através da plataforma Zoom.

Para que possamos fazer uma breve reunião na sala da Presidência, vamos suspender a reunião por 20 minutos.

(A reunião é suspensa.)





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

A SRA. ROSE DE FREITAS (MDB - ES) - Declaro reaberta a 7ª Reunião Extraordinária da Comissão, que suspendemos pelo prazo de até 20 minutos.

Vamos passar à Ordem do Dia.

Eu gostaria que fosse colocado em consideração e deliberado em plenário, com o apoio de todos, se possível, a dispensa do prazo de 3 dias para a votação do Relatório da LDO de 2022.

Todos que estão de acordo permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Sra. Presidente, eu só...

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Indago se é pela ordem, porque já estávamos em votação. Eu já estava encaminhando a votação.

Se V.Exa. quiser falar pela ordem, eu interrompo.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Desculpe-me, o que eu gostaria de saber é se será dado prazo para a leitura, uma vez que foi disponibilizado às 23h50min. Eu entendo a questão dos 3 dias, nós já tínhamos conversado ontem, mas eu gostaria de saber se será dado, pelo menos, um prazo para leitura, porque são mais de 500 páginas.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Eu queria pedir ajuda ao Wagner, ao Deputado Hildo Rocha e ao Deputado Juscelino Filho, para nós podermos entender o que nós estamos fazendo aqui.

Eu queria levantar uma questão importante aqui. Há momentos em que nós somos ou regimentalistas ou trabalhamos a favor do Brasil. Este ano, V.Exas. tiveram 3 meses, 2 meses e alguma coisa, para votar o Orçamento, que é uma coisa estratosférica. Nós estamos correndo para fazer a verdadeira e grande discussão do Orçamento. Portanto, eu gostaria que fosse considerado que nós estamos num Brasil não muito tranquilo, com muitos problemas, inclusive os que sobraram do procedimento do relatório do trabalho da Comissão anterior, por questões de diferenças de políticas.

O que nós discutimos aqui? Virarmos a noite trabalhando, todos, para chegar aqui e oferecer o relatório que será lido, evidentemente, com destaques e tudo o mais que tem que ser feito. Mas não temos como, sob pena de esta Casa não parar, não ter recesso... Não teremos como proceder no sentido de suspender por 3 dias, para uma leitura. Todos nós temos uma gama de assessores, altamente apoiados na Casa, apoiados tecnicamente e até cientificamente. O relatório foi e houve tempo para lê-lo. Vamos fazer a leitura junto com S.Exa. Aquilo com que não se estiver de acordo será destacado, e vamos votar os destaques. Este será o procedimento.

O SR. DANILO FORTE (PSDB - CE) - Muito bem, Sra. Presidente.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Eu pergunto se todos estão de acordo. (*Pausa.*)

Quem estiver de acordo faça assim (*gesto positivo*), não precisa falar.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB - MG) - Sra. Presidente, pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Pois não, concedo a palavra ao Deputado Domingos Sávio.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB - MG) - Sra. Presidente, eu comungo com as preocupações de V.Exa. Apenas digo que, nessa mesma linha de que nós temos que manter esse ambiente de entendimento, e para mantê-lo não só nesta sessão, acho que o caminho adequado é termos a confiança de ouvir o Relator, e S.Exa. ter o compromisso conosco, naquilo que não ficar muito claro, antes até mesmo de entrarmos no procedimento de destaque, de fazer as adequações necessárias. Sabemos que o nosso tempo foi muito curto, e o tempo do Relator menor ainda, para tanta coisa. Então, eu acho que nós precisamos ter este ambiente de diálogo aqui. Se há alguma dúvida, que possamos contar com o entendimento do Relator, para irmos fazendo as adequações.

Esta é a minha posição, muito em sintonia com o que a Sra. Presidente acabou de dizer.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Eu gostaria também de esclarecer o seguinte. Colocando esta agenda em dia, nós teremos o prazo necessário para anteciparmos as discussões antes da feita dos relatórios setoriais, que é a proposta da integração desta Comissão, verdadeiramente, com a elaboração do Orçamento da União. Isso sempre foi no sentido contrário: mandam o relatório à Comissão, entubam a Comissão, a Comissão fica com um pequeno espaço, e é uma briga com o Relator. Nós vamos fazer a antessala preparatória para esta discussão.

Eu perguntaria... (*Pausa.*)

Trata-se de questão de ordem? V.Exa. pode fazer a questão de ordem, eu vou ouvi-la.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Não, eu só gostaria de fazer um pedido.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Pois não, Deputada.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Farei um pedido, na verdade. Eu entendo a vontade de todos, a boa vontade de todos em querer aprovar, inclusive a minha, de colaborar com esta Comissão. Contudo, eu queria pedir encarecidamente que pelo menos seja dada mais 1 hora, ao menos, para apresentarmos os destaques.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Com certeza, isso já está implícito. Não se pode, numa Comissão, ler e acabar o tempo. Não é assim que se procede.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Não, eu só estou falando isso pela dificuldade em se ler um relatório que foi apresentado à meia-noite e apresentar destaques a um relatório de 500 páginas.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Está entendido, Deputada.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - O.k., Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Está entendido, Deputada. E compreendo também a questão. Podemos parar um pouco depois do relatório, e as observações que quiserem fazer, serão feitas junto ao Relator na sala. Eu estarei presente, para que possamos concluir bem, conforme o entendimento da bancada.

Podemos, agora, dar a palavra ao Relator?

O SR. CLAUDIO CAJADO (PP - BA) - Vamos colocar em votação, Sra. Presidente. Vamos colocar em votação a dispensa do prazo, votação que V.Exa. iniciou.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - É verdade! Desculpem-me, a noite hoje varou.

O SR. DIEGO GARCIA (PODE - PR) - Senadora Rose de Freitas, Presidente, aqui é o Deputado Diego Garcia.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Pois não.

O SR. DIEGO GARCIA (PODE - PR) - Eu sei que há, sobre a sua mesa, uma solicitação feita pelo nosso partido, mas eu gostaria de pedir a V.Exa., se possível, que me permita fazer este registro público e esta questão de ordem com relação à questão da distribuição das vagas aqui na Comissão Mista de Orçamento pelo Partido Podemos.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Líder, eu tenho, inclusive, o maior prazer em atendê-lo, e isso não está fora das preocupações que nós temos. Só não posso fazê-lo agora, porque, no mínimo, atrasaria bastante, porque existem várias consultas. V.Exa. sabe, e eu lhe disse — quando o Deputado Igor também fez a consulta —, que nós vamos resolver o problema.

O SR. DIEGO GARCIA (PODE - PR) - Está certo!

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Para a solução deste problema, eu preciso inclusive do entendimento de outros. Se V.Exa. confiar, enquanto S.Exa. lê, logo em seguida nós conversaremos sobre este assunto.

O SR. DIEGO GARCIA (PODE - PR) - Eu confio. Então, consulto V.Exa. se pode receber, por escrito, a questão de ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Já a recebi.

O SR. DIEGO GARCIA (PODE - PR) - Então, está bem.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Já a recebemos, já a despachamos, e já tenho a resposta.

O SR. DIEGO GARCIA (PODE - PR) - O.k. Obrigado, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Pois não.

Nós estamos na votação da dispensa do prazo de 3 dias úteis para a votação do relatório da LDO. Se o Wagner permitir, eu a colocarei em votação e vou colher os votos.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Aqueles que a aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovada.

Em votação no Senado Federal.

Aqueles que a aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovada.

Na linha do que o nosso Líder do Podemos falou, eu quero informar que, tão logo haja a votação da LDO, nós faremos a reunião das Lideranças e das Comissões, porque ainda existe um bloco com 15 partidos para 7 vagas. Por aí, já tenho a noção de que nós precisaremos de um amplo entendimento, para não prejudicar nenhuma das agremiações.

Informo que não há manifestação do Comitê de Admissibilidade de Emendas — CAE quanto às emendas apresentadas e às de Relator ao Projeto de Lei nº 3, de 2021, do Congresso Nacional, PLDO 2022, conforme dispõe o parágrafo único do art. 25 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional.

Solicito autorização do Plenário para votação do relatório apresentado ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2022.

A solicitação de autorização está em votação na Câmara dos Deputados.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação no Senado Federal.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado.

Vamos passar, então, à Ordem do Dia.

Apresentação do relatório do Projeto de Lei nº 3, de 2021, do Congresso Nacional, que dispõe sobre as diretrizes para elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2022 e dá outras providências. Relator: Deputado Juscelino Filho.

Foram apresentadas 773 emendas ao Anexo de Metas e Prioridades e 1.980 emendas ao texto da Lei, totalizando 2.753 emendas.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Vamos dar palavra ao Relator, para que S.Exa. proceda à leitura do relatório.

Com a palavra o Sr. Relator, Deputado Juscelino Filho.

Eu gostaria de pedir licença por 1 minuto, para que eu possa tratar do assunto do Podemos. Peço ao Vice-Presidente que assuma a Mesa, caso se encontre presente.

O SR. JUSCELINO FILHO (DEM - MA) - Bom dia a todos!

Vamos ao relatório.

"I. Relatório

(...)

É com grande satisfação que trazemos à análise e deliberação deste Colegiado o relatório, elaborado conjuntamente por todos os meus pares, sobre o Projeto de Lei nº 3, de 2021-CN (PLDO 2022), que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias aplicáveis ao exercício de 2022 e dá outras providências. A proposição foi remetida ao Congresso Nacional por meio da Mensagem nº 135, de 15 de abril de 2021, em atenção à prerrogativa privativa do Presidente da República, de acordo com o disposto no art. 165, inciso II, da Carta Magna, no prazo assinalado no art. 35, § 2º, inciso II, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Segundo as disposições constitucionais sobre o tema, a Lei de Diretrizes Orçamentárias — LDO deve abranger as metas e prioridades da administração federal, orientar a elaboração do orçamento, dispor sobre as alterações das normas tributárias, estabelecer a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento, fixar parâmetros das despesas dos Poderes e autorizar aumento nos gastos com pessoal.

A par disso, como instrumentos de transparência na gestão fiscal, inclusive por força das determinações da Lei de Responsabilidade Fiscal — LRF, a LDO deve dispor também sobre as metas de resultado primário para o exercício a que se refere e para os dois subsequentes, o equilíbrio entre as receitas e despesas, as transferências aos setores público e privado, o contingenciamento e a transparência na gestão pública.

Ao tempo em que trazemos o relatório sobre o referido projeto de lei à análise desta Comissão, agradecemos aos ilustres pares por confiarem-nos esta nobre missão de conduzir a apreciação deste instrumento de significativa importância para o planejamento governamental.

Na elaboração do substitutivo que ora apresentamos, mesmo diante do prazo exíguo que nos foi proporcionado para a realização dessa ilustre tarefa, procuramos acolher muitas das valiosas contribuições que nos chegaram na forma de emendas apresentadas e resgatar dispositivos que constam da LDO vigente, mas não só isso, buscamos ainda incorporar novos aperfeiçoamentos às diretrizes orçamentárias.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Ademais, vale ressaltar que foram realizadas audiências com diversas entidades da sociedade civil e os Poderes Judiciário e Executivo, oportunizando diálogos que aquilataram o presente substitutivo, a quem agradecemos as valiosas contribuições."

O SR. PRESIDENTE (Carlos Zarattini. PT - SP) - Peço só um instante, Relator, para anunciar ao Plenário que o prazo para apresentação de destaques está aberto e será finalizado ao término da discussão da matéria, conforme estabelece o inciso I do art. 60 do Regulamento Interno da CMO.

Está aberto o prazo.

O SR. JUSCELINO FILHO (DEM - MA) - Prossigo a leitura do relatório.

"2. Metas Fiscais

O § 1º do art. 4º da LRF dispõe que a LDO deve estabelecer metas anuais, em valores correntes e constantes, relativas a receitas, despesas, resultados nominal e primário e montante da dívida pública, para o exercício a que se refere e para os dois seguintes. Tal mandato à LDO foi cumprido por meio do Anexo IV.1 – Anexo de Metas Fiscais Anuais, integrante do projeto de lei encaminhado ao Congresso Nacional.

Oportuno destacar que o PLDO 2022 adotou parâmetros macroeconômicos conservadores, em face da expectativa de reaquecimento econômico em 2022. Uma variação positiva do PIB, para além da previsão deste PLDO, deverá ensejar o encaminhamento pelo Poder Executivo de PLN para rever os agregados macroeconômicos e as previsões de resultados fiscais. Tal ampliação gerará possibilidades para mais bem comportar as políticas públicas satisfativas do interesse público, e, neste caso, o Congresso Nacional deverá ser acionado para aperfeiçoá-las, ajustando-as à nova realidade, e poderá, inclusive, já constar do projeto de lei orçamentária a ser encaminhado ao Congresso Nacional em agosto do corrente.

A projeção de resultado primário de Estados e Municípios para 2022 não constitui meta, nem será passível de compensação com os demais resultados primários, como ocorria em exercícios anteriores. A projeção de resultado dos entes subnacionais balizará tão somente a concessão de limites para contratação de operações de crédito e a concessão de garantias da União a essas operações. Portanto, novamente, o substitutivo não incorpora 'meta' de resultado primário para os demais entes, medida à qual nos filiamos, por prestigiar a autonomia federativa; sendo assim, a matéria deve ser regulada pela LDO de cada um dos entes autônomos.

3. Gastos com pessoal e encargos e benefícios aos servidores

Este substitutivo coaduna-se com a concessão de aumentos de remuneração, desde que constem de anexo específico da LOA 2022, ou correspondam à revisão geral anual de que





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

trata o inciso X do *caput* do art. 37 da Constituição, uma vez que as restrições legais estabelecidas pela LC 173/2020, que vedam reajustes salariais no serviço público atualmente, deixam de valer a partir de janeiro de 2022.

4. Prioridades e Metas da Administração Pública Federal

Este substitutivo reafirma entre as prioridades e metas a continuidade dos investimentos em andamento especialmente arrolados no Anexo III do Plano Plurianual da União vigente, os programas emergenciais, e estende também como prioridades para o ano que se avizinha:

- a agenda para a primeira infância;
- as despesas do Programa Casa Verde e Amarela voltadas a Municípios de até 50.000 (cinquenta mil) habitantes; e ainda:
- o Programa Nacional de Imunização – PNI;
- a ampliação da infraestrutura da rede atendimento oncológico; e
- o Anexo de Prioridades e Metas, composto por todas as sugestões dos eminentes pares, Comissões Permanentes do Poder Legislativo e bancadas estaduais. (Anexo VIII) deste substitutivo.

Para confecção do referido Anexo foram apresentadas 773 emendas, das quais 38 de bancada estadual, 185 de Senadores, 446 de Deputados, além de 104 provenientes das diversas Comissões das duas Casas e Congresso Nacional, o que revela o empenho, a dedicação e o esforço na apresentação das emendas.

Mesmo diante do exíguo tempo para análise das inúmeras sugestões, decidimos pelo acolhimento integral dessas emendas, de modo a reconhecer o exercício constitucional do Legislativo na definição de prioridades, com importantes atendimentos de demandas da sociedade brasileira, aqui representada.

Ressalto também que levei em consideração o pleito da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados, na pessoa do Deputado Áureo Ribeiro, e verifiquei que parte das emendas já se encontra abarcada nesse substitutivo, no Anexo VIII.

Ao fim, 57 programas e 223 ações passaram a compor o Anexo de Prioridades e Metas, o qual votamos nesta oportunidade.

5. Das emendas parlamentares individuais e de bancada

A participação dos Parlamentares na confecção das leis sobre finanças públicas e, especialmente, na elaboração do Orçamento Anual revela o caráter democrático do orçamento. A exigência de execução obrigatória das programações decorrentes de emendas individuais e de bancada, por sua vez, fortalece essa participação.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

As emendas individuais se relacionam com ações que atendem diretamente ao cidadão. Por sua vez, as emendas de bancada visam equacionar distorções que impedem o adequado desenvolvimento dos Estados, atentos às desigualdades regionais e fortalecimento do pilar federativo constitucional, favorecendo a adequada descentralização dos recursos.

Reforçamos as regras quanto ao processo de emendamento individual. Exemplo disso foi a redução de 90 para 45 dias do prazo conferido ao Poder Executivo para publicação dos procedimentos e do cronograma de execução das programações fruto de emendas. Não devem as medidas preparatórias tornarem inviável a execução daquilo que foi objeto de deliberação, quando a iniciativa já estiver madura.

Ademais, aperfeiçoamos os parâmetros definidores do Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC).

Incluimos ainda diretriz para permitir que o empenho abranja a totalidade ou a parcela da obra que possa ser executada no exercício financeiro ou dentro do prazo de validade dos Restos a Pagar. O sentido da medida é garantir a continuidade das intervenções, sem os perniciosos efeitos das paralisações, não ocasionadas pelo gestor.

6. Execução Provisória do Projeto de Lei Orçamentária

A permissão para execução provisória de programações constantes do projeto de lei orçamentária busca garantir o funcionamento da administração pública ao atender demandas básicas da sociedade, na hipótese da sua não aprovação até o final de exercício, a tempo de se iniciar a regular execução em 2022.

O projeto original previa a autorização para a execução de praticamente todas as programações. Entretanto, essa autorização deve se dar de forma parcimoniosa, tendo em vista tratar-se de exceção à exigência constitucional de prévia deliberação pelo Poder Legislativo.

Em razão disso, propomos que se restrinja a execução provisória às despesas correntes inadiáveis, tendo em vista que esse modelo já foi objeto de aprovações sucessivas, além das obrigatórias e outras específicas arroladas no projeto.

Pelas razões expendidas, será necessário aguardar a aprovação e a sanção do projeto de lei orçamentária para 2022 para dar início à regular execução das despesas de capital ou das despesas correntes que não sejam inadiáveis.

7. Da Saúde, Educação e Assistência Social

Os recursos mínimos a serem aplicados em ações e serviços públicos de saúde encontram-se fixados pelo Novo Regime Fiscal. Nada obstante, influenciados pela nossa formação na área de saúde e preocupados com a situação excepcional de enfrentamento à





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

pandemia do novo coronavírus, houvermos por bem elevar à execução prioritária as despesas do Programa Nacional de Imunização e ações correlatas. Pretende-se, assim, garantir meios para intensificar a vacinação em geral, promover campanhas de utilidade pública para conscientizar a população acerca de medidas preventivas e de cuidados com a saúde e prover assistência à população, como pilares de uma política sistêmica.

Na educação, destaca-se a preocupação de ofertar e ampliar atenção ao ensino em tempo integral, garantindo também que não haja o contingenciamento das despesas destinadas a essa determinante estratégia para melhoria dos indicadores qualitativos nesta seara.

8. Transferências

Promovemos aperfeiçoamentos na redação da LDO que fixa condições e exigências para realização de transferências de recursos a entidades privadas, nos termos da LRF.

Incluímos a liberação financeira de transferências voluntárias ou decorrentes de emendas, referentes a obras de engenharia, no valor de até R\$ 3 milhões para garantir que a infraestrutura continue a ser aperfeiçoada sem sobressaltos.

Aperfeiçoamos também a redação que afasta a obrigatoriedade de que os Municípios com população inferior a 50 mil habitantes estejam adimplentes com o Governo Federal no Serviço Auxiliar de Informação para Transferências Voluntárias — CAUC. Assim, eles poderão ser beneficiários de empenho, celebrar convênios ou instrumentos congêneres e mesmo receber os recursos financeiros correspondentes.

É oportuno reconhecer que, de um lado, os pequenos Municípios em muito se beneficiam das execuções descentralizadas de políticas públicas. De outro, que a capilaridade na execução das políticas de impacto local proporciona maior retorno ao esforço público empregado. Logo, deve-se promover a qualificação da gestão municipal para capacitar os entes subnacionais na elaboração e gestão de projetos públicos de investimento ou de atendimento cidadão. Nada obstante, não se pode condenar a população local à privação dos benefícios enquanto o modelo federativo evolui.

Não menos importante, a dicção deste substitutivo impõe que sejam priorizadas as transferências aos entes com menores indicadores socioeconômicos, uma realidade que assola muitos Municípios e grandes Estados, como o meu Maranhão.

9. Informações complementares ao PLOA 2022

Em relação a este importante instrumento de transparência na elaboração e execução da lei orçamentária, preservarmos inúmeros informativos já trazidos, mantivemos as inovações dos últimos anos construídas neste Parlamento. São exemplos disso: (i) o envio até 31 de





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

janeiro de cada exercício, o relatório anual, referente ao exercício anterior, da execução orçamentária do Orçamento Mulher; e (ii) o demonstrativo atualizado que possibilite identificar as programações orçamentárias relacionadas com os programas governamentais que adotam denominação diversa da constante dos elementos de classificação da lei orçamentária anual, assim melhorando a qualidade da informação orçamentária disponível.

10. Ressalvas ao contingenciamento

Dentre as iniciativas para resguardar os recursos de contingenciamento listadas no Anexo III do substitutivo, destacamos:

- as ações voltadas às despesas com a realização do Censo Demográfico, Agropecuário e Geográfico, pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística;
- as despesas relacionadas à Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino em Tempo Integral;
- as despesas com universalização do acesso à Internet com apoio a iniciativas e projetos de inclusão digital;
- as despesas com as ações de “Pesquisa e Desenvolvimento de Tecnologias para a Agropecuária” e de “Transferência de Tecnologias para a Inovação para a Agropecuária”, no âmbito da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária — EMBRAPA.

11. Considerações finais

Considerando as múltiplas possibilidades de intervenção social e política ofertadas pela LDO, ainda conseguimos estabelecer diversas orientações gerais para a elaboração dos orçamentos, ao reforçar a atuação para cooperação federativa e apoiar os municípios em momento tão singular das relações que se estabelecem entre os cidadãos e a administração pública, demonstrando a importância da presença estatal no provimento de bens e serviços públicos e na assistência às famílias.

Insistimos em ressaltar aquilo que deve constituir prioridade para a intervenção federal no próximo exercício ao apoiar iniciativas meritórias e outros tantos aperfeiçoamentos tiveram cunho técnico-jurídico como a classificação orçamentária para aclarar as despesas com o enfrentamento da pandemia e dos seus efeitos, implementamos os instrumentos para conferir transparência à gestão fiscal.

12. Quantidade de emendas apresentadas e proposta de voto

O quadro a seguir apresenta o resumo dos pareceres dados às emendas apresentadas, por parte do projeto emendado e tipo de parecer.

(...)

É o relatório.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

II. Voto

Diante do exposto, propomos a aprovação do Projeto de Lei nº 3, de 2021-CN, nos termos do substitutivo, bem como dos pareceres às emendas apresentadas constantes do anexo."

Esse é o voto, Sr. Presidente.

Peço a todos os colegas apoio para que possamos fazer a aprovação na Comissão do PLDO 2022.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Zarattini. PT - SP) - Sr. Relator, muito obrigado.

Como somente o Senador Wellington Fagundes está inscrito para o debate, minha sugestão é ouvirmos S.Exa.

Quero propor, Relator, após ouvirmos o Senador Wellington Fagundes, que suspendamos a reunião por meia hora para que cada um possa tirar as dúvidas com V.Exa., antes de abriremos o debate propriamente dito. O.k.?

O SR. ARNALDO JARDIM (CIDADANIA - SP) - Pela ordem, Sr. Presidente, só para uma indagação. Primeiro, concordo com o encaminhamento sugerido por V.Exa. Conversa é sempre um bom caminho para acelerar tudo e haver profundidade. Eu só queria saber, Presidente, se há destaques e quantos são, para termos uma ideia.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Zarattini. PT - SP) - Até o final da discussão estarão sendo apresentados destaques. Já foram apresentados alguns, mas ainda não temos todos aqui.

O SR. ARNALDO JARDIM (CIDADANIA - SP) - Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Zarattini. PT - SP) - O Senador Izalci Lucas está dentro do avião e pede a palavra. Então, vou passar a palavra ao Senador Izalci e pedir ao Senador Wellington que aguarde um pouco.

O SR. CLAUDIO CAJADO (PP - BA) - Presidente, só por uma questão de informação, o relatório já foi lido? Abriu-se a discussão?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Zarattini. PT - SP) - A discussão foi aberta, mas a minha ideia é suspender a reunião em seguida, por meia hora, para que cada um de nós possa conversar com o Relator.

O SR. CLAUDIO CAJADO (PP - BA) - Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Zarattini. PT - SP) - Então, vamos ouvir o Senador Izalci Lucas e o Senador Wellington Fagundes.

Está com a palavra o Senador Izalci, por 3 minutos.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) - Quero saber qual o prazo para a apresentação dos destaques? Até que horas podemos apresentar destaques...





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

(Falha na transmissão.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Zarattini. PT - SP) - Senador Izalci, está muito ruim a sua ligação. O senhor não consegue melhorá-la um pouco? *(Pausa.)*

Senador Izalci, eu vou passar a palavra agora ao Senador Wellington Fagundes. Depois, veremos se conseguimos retornar.

O Senador Wellington Fagundes está com a palavra. *(Pausa.)*

Como o Senador Wellington saiu da sala, vou suspender a reunião.

Estão inscritos e depois terão a palavra a Deputada Adriana Ventura, o Deputado Claudio Cajado, o Deputado Daniel Almeida e o Deputado Hildo Rocha.

São 9h26min. Vamos suspender a reunião até às 10 horas.

Obrigado.

(A reunião é suspensa.)

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Declaro reaberta a reunião.

A discussão da matéria está aberta.

Eu gostaria de estipular o tempo de 3 minutos, haja vista que nós temos uma convocação da Câmara e, por mais que atrasemos, nós temos que viabilizar a reunião.

Com a palavra a Deputada Adriana Ventura.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Caros colegas, Sra. Presidente, eu apresentei vários destaques, mas há um ponto para o qual eu gostaria de chamar a atenção de todos. É de imensa preocupação minha constar na proposta da LDO o aumento do fundo eleitoral para 6 bilhões de reais.

Todos sabem que o Partido Novo é contra o fundo eleitoral, porque acreditamos que dinheiro público tem que ser usado para aquilo que é essencial: educação, saúde e segurança. Essas são as pautas prioritárias para o Brasil. Além disso, o cidadão não tem que pagar campanha de ninguém. As campanhas têm que ser bancadas pelos apoiadores e por filiados dos partidos, que devem financiar essas campanhas e esses candidatos.

Agora, se nós pensarmos no objetivo do fundo eleitoral, com certeza não é democratizar, uma vez que o dinheiro se concentra na mão de caciques partidários que fazem a distribuição de acordo com os critérios que eles julgam legítimos. Não há transparência nesses recursos: um candidato pode receber o teto de 2,5 milhões de reais, no caso de Deputado Federal, e outro pode não receber nada.

Um país que não tem saneamento, um país onde as escolas estão fechadas há 1 ano e meio sob a alegação de que não têm torneira e água, é um absurdo destinar 6 bilhões de reais





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

para campanhas políticas. Na última eleição, nós já tivemos um aumento para 2 bilhões de reais, e agora há previsão de 6 bilhões de reais para fazer campanha política.

O povo brasileiro precisa de saúde, de segurança, de educação. Quando o fundo eleitoral foi criado — quero chamar a atenção dos senhores para isso —, a justificativa era de que não haveria aumento de despesa, porque esses recursos seriam retirados das emendas de bancada e do fim da propaganda partidária. E nós estamos vendo que, no ano de 2022, vamos precisar de muito mais recursos para a saúde, muito mais recursos para a educação. Nós ainda vamos precisar de dinheiro para o novo Bolsa Família, para fazer o censo — lembrem-se de que não tivemos censo nem verba para realizá-lo —, para a infraestrutura e, principalmente, para matar a fome das pessoas, porque há muita gente passando fome no País.

Então, eu quero fazer um apelo aos senhores para que não admitamos que o valor do fundo eleitoral seja aumentado para 6 bilhões de reais! Essa não é a prioridade do País. Cabe uma discussão aqui do que é prioridade, se é a fome, se é a saúde, se é a educação ou se é dinheiro para campanha política.

Esse é o meu apelo. Inclusive eu vou destacá-lo, em globo, e não só esse, como mais dois, que eu explicarei a seguir.

Muito obrigada, Sra. Presidente e caros colegas.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Com a palavra o Deputado Daniel Almeida.

O SR. DANIEL ALMEIDA (PCdoB - BA) - Cumprimento a Sra. Presidente e o Sr. Relator Juscelino Filho.

Devo dizer que foi um esforço fora do comum para esta Comissão apresentar, após 1 semana de instalação, o relatório da LDO. Todos nós nos esforçamos muito. O Relator deixou de dormir para analisar algumas centenas de emendas que foram apresentadas.

O relatório nos contempla parcialmente. Seria o caso de incluirmos a possibilidade de o DIEESE ter acesso ao Orçamento; incluirmos a possibilidade de se ajustar a remuneração dos agentes comunitários de saúde; incluirmos a possibilidade de o IBGE realizar o censo, que não é feito há algum tempo. Mas não podemos deixar de perceber que a proposição não olha para as necessidades do Brasil. Era preciso se debruçar na elaboração da LDO levando-se em conta a realidade do País, especialmente a partir da pandemia. Eu não vejo aqui o tratamento que precisava ser dado às vacinas, à exclusão de milhões de brasileiros que estão sem proteção social. Eu não vejo a recuperação da defasagem, que já é histórica e se agravou, em relação à educação pública no País, à recomposição dos recursos na área de ciência e tecnologia, ao fortalecimento do SUS, à pesquisa no País.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

São muitas lacunas que estão presentes neste debate. E não foi permitido a nós fazer isso. Por mais esforço que tivéssemos feito aqui, não seria possível, em 1 semana, fazermos essa construção coletiva. Precisamos debater a valorização do salário mínimo no País, e há destaque sobre isso.

Sra. Presidenta, eu queria saudar V.Exa., o Relator e todos os membros desta Comissão, os quais não têm culpa, porque o tempo não foi suficiente. Manifesto essa opinião, porque não podemos fazer de conta que não estamos vendo essa realidade. É preciso constatar a insuficiência deste relatório e deste debate.

Deixo aqui essas ponderações. O nosso voto é crítico em relação ao procedimento adotado para que pudéssemos fazer esta deliberação.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Concedo a palavra ao Deputado Hildo Rocha.

O SR. HILDO ROCHA (MDB - MA) - Cumprimento a Sra. Presidente, Senadora Rose de Freitas, e os colegas Deputados, Deputadas, Senadores e Senadoras. Quero parabenizar o Relator da Lei de Diretrizes Orçamentárias, o Deputado Juscelino Filho, que em pouco tempo conseguiu fazer um belíssimo trabalho. S.Exa. atendeu às demandas dos colegas Deputados, Deputadas, Senadores e Senadoras, na medida do possível, e trouxe algumas inovações à Lei de Diretrizes Orçamentárias para facilitar justamente a execução do Orçamento de 2022.

Eu tive a felicidade de ter aprovada emenda que trata do reajuste do salário dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate a endemias. Inclusive eu apresentei um destaque que vai ter aprovação parcial na complementação de voto que o Relator vai fazer. E há um destaque nosso, de autoria do Deputado Claudio Cajado, que trata do prazo da Caixa Econômica Federal no que diz respeito aos convênios celebrados com Estados e Municípios. Muitas vezes, a Caixa Econômica demora a responder e a analisar os convênios de emendas destinadas por nós Deputados e Senadores. E o Deputado Juscelino também se comprometeu a colocar isso na complementação de voto.

Há também emendas nossas, que já tinham sido aprovadas pelo próprio Relator, que tratam da BR-135. É uma frustração muito grande para todos nós do Maranhão saber o quanto a população reclama da BR-135, apesar de já termos colocado ali mais de 300 milhões de reais. O próprio Deputado Juscelino, que já foi coordenador da bancada do Maranhão, sabe muito bem disso. Mas até hoje não há condições de trafegabilidade ali, assim como na BR-222, no trecho de Miranda a Santa Inês. O nosso Relator sabe disso. Também apresentamos emenda para que seja dada continuidade à travessia urbana dentro da cidade de Imperatriz, na BR-010, assim como emenda para início da duplicação da BR-010, no trecho entre Imperatriz e





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Açailândia, já aprovada pelo Relator Juscelino Filho. Esse é o primeiro trecho. Depois, consequentemente, será até Itinga e, em seguida, até Estreito.

Portanto, quero agradecer ao Deputado Juscelino e parabenizá-lo pelo belíssimo trabalho. Parabenizo também a Senadora Rose de Freitas pela condução hábil que tem dado a esta Comissão e pela capacidade política que exerce.

Tenho certeza de que esta Lei de Diretrizes Orçamentárias irá nos ajudar a ter um Brasil melhor em 2022.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Eu vou fazer um apelo aos Parlamentares e, evidentemente, contar com a colaboração de todos. Os Líderes falam a qualquer tempo e pelo prazo de 5 minutos. Mas eu gostaria de pedir aos Líderes que usem 3 minutos, porque, caso contrário, não conseguiremos coordenar o trabalho e chegar ao plenário a tempo de ter a votação.

Os Líderes estão de acordo?

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (CIDADANIA - SE) - De acordo, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Muito obrigada.

Com a palavra o Deputado Aluisio Mendes, Líder do PSC.

O SR. ALUISIO MENDES (Bloco/PSC - MA) - Presidente, primeiramente, bom dia. Quero cumprimentar o Relator, Deputado Juscelino Filho, pelo brilhante trabalho feito.

Eu faço aqui uma ressalva, Presidente, para a qual peço a contribuição e a atenção dos colegas. Nós apresentamos emenda à LDO, de autoria do Coronel Tadeu, que impossibilita o contingenciamento dos recursos para a área de segurança pública. Sabemos que um dos maiores problemas deste País hoje é a violência, que tem aumentado a cada ano, e o orçamento para a segurança pública no Ministério da Justiça tem sofrido seguidos contingenciamentos nos últimos anos.

Então, nós apresentamos emenda...

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Aguarde um minuto, Líder, por favor.

Quando alguém fala, o faz para o nosso Relator ouvir. No tempo que dá e no intervalo, o Relator costuma atender às pessoas, e isso faz parte do elenco de decisões. Mas se o Relator não o ouvir, Deputado, V.Exa. será prejudicado.

O SR. ALUISIO MENDES (Bloco/PSC - MA) - Obrigado pela colocação, Presidente, mas eu acho que o Deputado Juscelino é multifunções e consegue conversar e ouvir ao mesmo tempo. Conheço a capacidade de S.Exa.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O apelo que eu faço a V.Exa., Presidente, e ao Relator é para que atentem a essa emenda, que impossibilita o contingenciamento de recursos para a área de segurança pública. Esse assunto é muito importante e muito caro à sociedade brasileira. Compõem a CMO vários Parlamentares que representam a área de segurança pública. E esse é um ponto muito caro a todos nós, não só a nós que somos da segurança pública, como também à sociedade brasileira.

Por isso, faço um apelo ao Relator para que acate o destaque apresentado pelo Deputado Coronel Tadeu, que faz com que o orçamento para a área de segurança pública não sofra contingenciamentos. Temos certeza da sensibilidade do Relator, de V.Exa. e de todo o corpo da CMO. Esse é um pleito muito importante que não é só nosso, mas de toda a sociedade brasileira. Eu peço ao Relator que o analise, para que possa incorporar ao seu texto a emenda do Coronel Tadeu. Assim poderemos garantir para a área de segurança pública os orçamentos necessários para o Brasil combater o aumento da violência, que tem grassado no País.

Esse é o apelo que faço, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Com a palavra o Deputado Danilo Forte.

O SR. DANILO FORTE (PSDB - CE) - Sra. Presidente, Senadora Rose de Freitas, cumprimento V.Exa.

Nosso querido amigo Relator Juscelino Filho, parabéns pelo trabalho! Eu já estive no lugar de V.Exa. e sei que a tarefa não é fácil, principalmente com o tempo exíguo que V.Exa. enfrenta neste momento. Mas, por outro lado, é um Brasil em concertação. E nessa transição que o Brasil está vivendo temos a oportunidade de resolver algumas pendências, do ponto de vista orçamentário, que precisam ser enfrentadas. Cada vez mais há exigência por maior transparência. E, para isso, há diuturnamente uma cobrança por parte da sociedade com relação aos orçamentos públicos. Orçamento público é dinheiro de todos nós brasileiros. Ele deve ser auditado e precisa ser corrigido nas suas distorções. Precisamos impedir, cada vez mais, os desvios que tanto têm caracterizado a corrupção política no País.

Por isso, o trabalho feito pelo Deputado Juscelino Filho vem exatamente no sentido de corrigir essas distorções.

Agradeço-lhe que, das minhas 11 emendas, V.Exa. tenha acatado 6 emendas com relação à LDO. Outras 3 trazem a minha preocupação com relação à famosa RP9, que nós vamos discutir com maior profundidade nas preliminares da Lei Orçamentária Anual, conforme acordado no encaminhamento da votação da LDO hoje. Essa é uma preocupação também no





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

que diz respeito a um maior controle sobre esses recursos e também à impessoalidade, que precisa ser preservada como princípio básico da execução orçamentária do Governo Federal.

Eu pediria a V.Exa., querido Relator, Deputado Juscelino, que observasse dois destaques que foram encaminhados por mim, mas feitos pela bancada do PSDB, com a anuência do nosso Líder, o Deputado Pedro Vilela, de Alagoas, no que diz respeito ao fomento ao turismo. Nós do Nordeste estamos muito prejudicados por essa defasagem orçamentária, em que o turismo está sendo vítima, muitas vezes, de contingenciamento e de uma não priorização com relação aos seus investimentos.

Porém, o que é fundamental e mais importante para todos nós, o que fica para o futuro, é a questão da educação, que está nos Destaques nºs 35 e 36. Nessa questão da educação, as universidades estão pagando um preço muito alto. Nós aumentamos o orçamento na educação básica, com a votação do Novo FUNDEB, mas não conseguimos atualizar os recursos para as universidades públicas do País. E houve um aumento significativo de unidades das universidades. Inclusive nós estamos implantando agora o *campus* da Universidade Federal do Ceará — UFC, no Jardins de Anita, no Município de Itapajé, no Estado do Ceará. Cada vez mais se faz necessário, pelo menos, atualizar os orçamentos das universidades acompanhando a inflação, como previsto nesse Destaque nº 36, da Emenda nº 8, por mim apresentada.

Então, eu solicitaria de V.Exa. a benevolência e essa preocupação, porque nada é mais edificante para uma Nação do que a educação. A educação é que marca e fica para a eternidade. Que V.Exa. possa contribuir com esse legado e com essa importância que as universidades federais do País estão necessitando neste momento para atualizar os investimentos e os orçamentos. Eu pediria a V.Exa. que dê uma reexaminada tanto no Destaque nº 35 como no Destaque nº 36, com priorização maior ainda para o Destaque nº 36, voltado às universidades públicas do País.

Obrigado, Sr. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Com a palavra o Deputado Arnaldo Jardim.

O SR. ARNALDO JARDIM (CIDADANIA - SP) - Presidente Rose de Freitas, eu quero fazer um reconhecimento pessoal a V.Exa. Eu sempre tive uma relação de amizade com V.Exa. desde o tempo em que Deputada foi aqui conosco. Mas eu quero testemunhar — acho que todos nós desta Comissão — o que foi a sua dedicação, nesse prazo tão curto, tão rápido, para a constituição do que eu não tenho dúvida será um processo de construção coletiva nesta Comissão. Quero cumprimentar V.Exa. por isso.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Quero também estender a saudação ao Deputado Juscelino Filho, que saiu, saibam todos, quase 4 horas da manhã desta Casa — muitas vezes não se percebe isso. O relatório foi feito com a participação de toda a equipe, que nós saudamos e à qual agradecemos. Produziu-se um trabalho extraordinário. Eu acho que está longe de ser o ideal, pois faltaram debates sobre as questões macroeconômicas que vão conformar todo esse contexto da LDO e outras discussões de critério. Mas eu, que estou aqui acompanhado do Líder da bancada, o Deputado Alex Manente, reconheço que nós produzimos algo do qual podemos nos orgulhar.

Eu vou mencionar bem objetivamente, Presidenta, algumas questões que podem ser destacadas. Primeiro, nós apresentamos uma emenda, porque nós já tivemos este ano orçamento não aprovado. O Governo executa por duodécimos. Na proposta originária que veio do Governo se possibilitava que ele executasse por duodécimos todo o custeio e também investimentos. Foi emenda de nossa autoria, acatada pelo Deputado Juscelino, Relator — nós temos certeza de que a Comissão hoje a aprovará aqui, e esperamos o mesmo do Plenário —, que restringe os investimentos, deixando que a execução fique só para o custeio. Isso significa reforçar as prerrogativas do Legislativo, impor a todos nós a obrigatoriedade de trabalharmos rápido por isso.

Segundo, há uma nova lei que impede contingenciamento de despesas do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. S.Exa. é frequente nesse tema. Além de ter incorporado isso no seu parecer, acatou também a nossa emenda, incluindo nesse conceito a EMBRAPA. Então, eu quero agradecer ao Deputado Juscelino e à Comissão o apoio que tivemos.

As nossas propostas de metas foram acolhidas. Eu destaco toda a questão referente à transferência de tecnologia, mas, em especial, as metas referentes à pesquisa em torno de vacinas, como a vacina contra a COVID. A única solução é vacina, vacina, vacina. Nós temos que investir na pesquisa de vacina. Com essa emenda de metas, também passa a ser incorporado um acréscimo nesse sentido.

Quero destacar que foi acatada na Comissão de Minas e Energia, e reforçada aqui pelo Relator, a nossa proposta com relação à implantação do RenovaBio e a instituição dos CBios, política de biocombustível e geração de eletricidade renovável. Quanto a esse tema, eu tenho sempre o apoio do Deputado Danilo Forte, que, nesta Casa, coordena a Frente Parlamentar em Defesa das Energias Renováveis.

O restante nós vamos aprimorar. A bancada tinha uma proposta sobre regras para a chamada RP9. Essas regras não estão detalhadas agora. Mas nós participamos do





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

reconhecimento de que se institui agora a RP9 e esse detalhamento nós faremos quando da discussão das preliminares da LOA, a Lei Orçamentária Anual.

Dito isso, nós registramos o nosso reconhecimento ao trabalho. Estamos buscando construir o relatório de forma conjunta.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Vale a pena prestar atenção às propostas que foram elencadas pelo Deputado Arnaldo Jardim e ao avanço considerável que houve no relatório do Deputado Juscelino Filho. É um absurdo pensar em trabalhar em duodécimos e fazer inclusive as ações propostas pelo Governo.

Então, parabenizo V.Exa. não só por essa iniciativa, mas também pelo relatório, que faz justiça inclusive à penosa área de ciência e tecnologia.

Concedo a palavra ao Deputado Carlos Zarattini, pelo prazo de 3 minutos.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP) - Muito obrigado, Sra. Presidente. Eu queria cumprimentá-la e saudar o Relator Juscelino, que produziu um relatório em tempo recorde.

Queria lamentar o fato de que esta Comissão só foi instalada na semana passada, de forma que nós não tivemos o devido debate sobre a LDO, lei fundamental para a elaboração do Orçamento e que permite definir as diretrizes que vão ser cumpridas. Essas diretrizes precisam ser aperfeiçoadas através do debate. E isso não foi responsabilidade da Presidente, que se colocou para o trabalho imediatamente, muito menos do Relator. Então, nós queríamos aqui lamentar que o Presidente do Congresso tenha demorado tanto tempo para instalar esta Comissão.

Eu queria aqui agradecer ao Relator o fato de ter aceitado a emenda que trata dos agentes comunitários de saúde, como está no art. 12, inciso XXX, e que o pessoal deve estar acompanhando com muito interesse, bem como as emendas que permitem recursos ao DIEESE e ao IBGE, dois órgãos estatísticos fundamentais para o planejamento do País e para a atuação do movimento sindical. Então, queria agradecer também por isso.

Destaco, Sra. Presidente, que nós vamos debater a questão do salário mínimo. O salário mínimo tem que ser recomposto, faz parte da política de recomposição de renda, de distribuição de renda do Brasil. E nós estamos com o salário mínimo reajustado por valor muito abaixo do que deveria ter sido. Então, nós vamos tratar disso.

Por fim, quero dizer, Sra. Presidente, que nós apresentamos três requerimentos, que eu sei que não serão votados hoje, mas que tratam de questões, a nosso ver, fundamentais. São requerimentos para discutir a questão das verbas no Orçamento para a habitação popular; dos recursos para a ciência e tecnologia, fundamentais ao desenvolvimento tecnológico e industrial





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

do País; e dos recursos para as universidades e institutos federais, que vivem em permanente crise.

Não é possível que se fale tanto de educação, educação, educação, e isso não esteja refletido no Orçamento. Nós queremos refletir no Orçamento recursos para universidades, institutos, ciência e tecnologia, e resolver uma das principais carências do País, a questão da habitação, que, ao mesmo tempo, é motor de geração de emprego e de renda no País.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Concedo a palavra ao Deputado Charles Evangelista, do PSL de Minas Gerais.

O SR. CHARLES EVANGELISTA (PSL - MG) - Presidente, gostaria de cumprimentar V.Exa. e o Relator, que foi um monstro na apresentação do relatório em prazo recorde, e fazer coro ao registro e à manifestação do Deputado Aluisio Mendes quanto a garantir uma atenção especial para a segurança pública.

Sabemos que o Brasil apresenta índices altíssimos em relação à violência, inclusive maiores do que países que estão em guerra. E isso nos preocupa também neste momento de pandemia. Infelizmente, muitos empresários estão passando dificuldades, muitas pessoas estão desempregadas. Quando nós passamos pelo centro das cidades, vemos várias empresas com portas fechadas. Sabemos que isso, infelizmente, vai ter reflexo na segurança pública e nos índices de violência.

Eu sempre digo que segurança pública, na verdade, não é um gasto, mas um investimento. Não se pode falar somente em saúde, em educação. Não há condições de os nossos filhos irem para a escola, de os nossos pais irem para os hospitais, se não houver uma segurança pública de qualidade.

Portanto, gostaria de fazer um apelo ao Relator, no sentido de que possa acatar a emenda do nosso amigo Deputado Federal Coronel Tadeu, que faz referência justamente às políticas voltadas para a segurança pública e às instituições constantes do art. 144 da Constituição Federal.

Muito obrigado, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Com a palavra o Deputado André Fufuca, do PP do Maranhão.

Nós temos para falar ainda o Deputado Lucas Vergílio e o Deputado Bosco Costa, que vai encerrar a discussão, a não ser que a Deputada Adriana Ventura queira falar novamente.

Agora, falará o Deputado André Fufuca.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Não quero falar agora, Presidente. Obrigada. Falarei depois, no tempo de Líder.

O SR. ANDRÉ FUFUCA (PP - MA) - Exma. Sra. Senadora Rose de Freitas, parabênizo V.Exa., mais uma vez, por fazer história no País. V.Exa. foi a primeira mulher eleita duas vezes como Presidente da Comissão Mista de Orçamento. Podemos dizer que V.Exa. é uma referência no que diz respeito a quebrar tabus e a se tornar uma grande liderança no País. Então, meus parabéns, mais uma vez, a esse seu marco histórico no Congresso Nacional!

Cumprimento o querido Deputado Federal Juscelino Filho, que, sem ser de forma açodada, mas corajosa, aceitou a incumbência de ser Relator da LDO, quando enfrentou grandes dificuldades, até porque o tempo era muito curto. Mesmo assim, S.Exa. conseguiu cumprir com o seu dever, fez o seu papel, e traz para todos nós um relatório bem feito e fundamentado. O Progressistas não irá, de forma alguma, opor-se, contradizê-lo. Ao contrário, iremos apoiá-lo, para que essa matéria possa ser aprovada ainda hoje e que nós possamos avançar no que diz respeito ao Orçamento do País.

Eu queria fazer um pedido, Relator, para que, se possível, pudéssemos atender a duas solicitações que eu considero, de certa forma, bastante claras e nobres. A primeira seria a do Deputado Aluisio Mendes, que foi feita no papel de Líder, no que diz respeito à segurança. Todos os países onde a pandemia se aprofundou e, consequentemente, houve crise financeira, terão um reflexo tardio e a médio prazo na área de segurança. Então, é importante que nós tenhamos esse olhar nobre do Deputado Aluisio e do partido de S.Exa., no que diz respeito a esse enfrentamento. No momento em que nós não tivermos recursos contingenciados na segurança, isso será de bom tom.

Em relação ao querido amigo Deputado Federal Claudio Cajado, também é importante o destaque que S.Exa. faz. Não é de hoje que Deputados e Senadores encontram extrema dificuldade na Caixa Econômica em relação à falta de prazo, pela dificuldade que eles têm de avançar com os recursos ali alocados. Então, é importante que nós tenhamos prazo, no que diz respeito ao orçamento colocado, para que a Caixa Econômica seja a fiadora, seja a administradora.

São esses os meus encaminhamentos diante desses dois nobres destaques, feitos pelo Deputado Claudio Cajado e pelo Deputado Aluisio Mendes, e os meus parabéns e congratulações ao seu Orçamento.

Volto a dizer: o Progressistas está aqui hoje para votá-lo, está aqui hoje para apoiá-lo e está aqui hoje para que nós tenhamos diretrizes e encaminhamentos para o Orçamento que o





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

País precisa em momento de crise, quando devemos dar exemplo ao mundo de execução orçamentária.

Um grande abraço.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Com a palavra o Deputado Lucas Vergílio.

O SR. LUCAS VERGILIO (SOLIDARIEDADE - GO) - Sra. Presidente, Senadora Rose de Freitas, gostaria de parabenizar V.Exa. pela condução e saudar o nosso amigo Deputado Juscelino Filho pelo rápido relatório. Não tenho dúvida de que S.Exa. tentou atender a todas as demandas, todos os pleitos. Gostaria de parabenizar ainda a equipe de servidores desta Comissão, que faz um excelente trabalho há muitos e muitos anos. Sem dúvida nenhuma, estamos votando hoje a LDO porque esta Comissão se debruçou sobre o tema.

Trago aqui, Senadora, dois pontos. Faço coro às palavras do Líder amigo Aluisio, quando defende a segurança pública. A segurança pública e a saúde são as principais áreas em que o cidadão sente a ausência do poder público, sente a falta do Estado. São duas áreas que nós temos que priorizar neste Parlamento.

Eu fiz uma emenda à LDO para a qual eu gostaria de pedir apoio do nobre Relator, a fim de que nós possamos ter uma votação mais célere. Se não for possível, vamos destacá-la. É no sentido de que as emendas RP6 e RP7, que são constitucionalmente impositivas, não entrem no teto do MAC/PAB dos Municípios. Muitas vezes, nós queremos 300 mil reais, 400 mil reais em recursos para um Município. O Município atinge o teto, e ele recebe somente 100 mil reais ou 200 mil reais. Eu acredito que todo recurso que se coloca para a saúde é pouco, até porque muitos cidadãos não têm condições de ter um plano de saúde suplementar. Eles dependem, única e exclusivamente, do poder público para garantir a saúde da família. Então, eu peço apoio a isso.

Faço uma sugestão ao nobre Relator Juscelino Filho, no sentido de que S.Exa. acate, no relatório, o máximo de emendas possível, para que as votações possam ser mais céleres, uma vez que o Governo tem a sua posição e irá vetar ou não certos dispositivos. E caberá a esta Casa também derrubar ou não o veto.

Portanto, sugiro, como estamos com o tempo escasso, que possamos ter uma votação célere tanto nesta Comissão quanto no Plenário, e que tenhamos um relatório mais amplo. Para isso, peço o apoio dos nobres pares para a aprovação desta emenda, que se refere à pauta municipalista. Não tenho dúvida de que se trata de pauta de todos aqui, já que precisamos levar recursos para os Municípios, que é a ponta, que é onde o cidadão sofre.

Era isso, nobre Presidente. Agradeço aos nobres pares a atenção.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Com a palavra o Deputado Bosco Costa.

O SR. BOSCO COSTA (PL - SE) - Sra. Presidente, Senadora Rose de Freitas, mais uma vez quero parabenizar V.Exa. pela condução dos trabalhos da CMO e cumprimentar o Relator, Deputado Juscelino Filho, pelo esforço em apresentar o relatório em tão pouco tempo.

Sabemos perfeitamente das necessidades pelas quais o Brasil passa e precisamos ser cada vez mais ágeis nos procedimentos, principalmente nos da CMO. Devo dizer da importância das propostas aqui apresentadas no que se refere à ciência e tecnologia. Conhecemos as necessidades dos agentes de saúde, mas me chamou muito a atenção essa questão da Caixa Econômica, que é muito morosa. Não sei se é por falta de servidores, mas ocorrem muitos problemas, como atraso de muitos projetos no âmbito das gestões municipais.

No mais, gostaria de parabenizar os Senadores e as Senadoras, os Deputados e as Deputadas. Eu que estou pela primeira vez na CMO, mesmo já sendo Deputado há alguns anos, e estou feliz em participar dela, representando o Partido Liberal, como um dos membros dos PL. Mas a minha felicidade é porque estou vendo neste início dos trabalhos, Deputados, Senadores, acima de tudo, unidade em defesa do Brasil. Isso é muito importante.

Por fim, quero saudar todos e todas da CMO nesta manhã. Muito obrigado, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Com a palavra o Deputado Pedro Vilela, Líder do PSDB.

O SR. PEDRO VILELA (PSDB - AL) - Muito obrigado, Sra. Presidente. Quero cumprimentá-la neste momento e parabenizá-la pela condução da Comissão Mista de Orçamento, o que V.Exa. faz com muita competência. Cumprimento o Relator, Deputado Juscelino Filho, que também fez um grande trabalho, um grande esforço para apresentar hoje o relatório.

Agradeço, Relator, por ter acatado parte das emendas do nosso partido, o PSDB. Foram três emendas apresentadas por nós, em especial uma, muito importante, Sra. Presidente, que trata dos recursos para a educação. O Relator, muito sensível ao tema, acatou essa emenda, que prevê que o contingenciamento da área da educação — isso vale para as universidades, para os hospitais universitários, para os institutos — não seja a mais do que a média geral. Então, a educação fica segura de ser atingida por um contingenciamento mais elevado do que outras áreas da administração federal. Essa foi uma emenda apresentada pelo nosso partido, com a qual o Relator, com sua sensibilidade, concordou, estabelecendo a trava de segurança para os recursos da educação.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Quero reforçar o apelo feito pelo Deputado Danilo Forte, para que o Relator possa avaliar e acatar as emendas que garantem um orçamento mais robusto para as áreas de educação, infraestrutura e fomento ao turismo, setor fundamental na nossa economia, que foi muito penalizado na pandemia. Quando se fala de Nordeste — Alagoas, Ceará e Maranhão, que é a terra do Relator —, o turismo cumpre papel essencial, e essas duas medidas vêm justamente para dar um auxílio a esse setor tão importante à nossa economia. Por isso, reforço esse apelo.

Agradeço ainda ao Relator por ter acatado minhas emendas de meta: o Canal do Sertão Alagoano, obra importantíssima para Alagoas, e V.Exa. concordou com a nossa sugestão, e o programa de habitação Casa Verde e Amarela. Há um déficit habitacional no Brasil inteiro, e, no meu Estado, não é diferente, ainda é muito grande.

Finalizando, faço o último apelo. Apresentei emenda para preservar do contingenciamento os recursos de prevenção e combate a incêndios e desmatamentos. É um valor muito pequeno quando se fala do globo do Orçamento federal, e o Congresso Nacional passa uma mensagem importante para a sociedade e para o mundo. Se pudermos preservar do contingenciamento esses recursos de combate a desmatamentos e incêndios, seria bom. Fica o apelo para que o Relator possa acatar também essa emenda. Acho que ela traz um simbolismo muito forte e passa uma mensagem importante à nossa sociedade. Essa emenda está sendo destacada neste momento pelo Deputado Danilo Forte.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Com a palavra o Deputado Wilson Santiago, do PTB da Paraíba.

O SR. WILSON SANTIAGO (Bloco/PTB - PB) - Sra. Presidente, Sr. Relator, demais membros da Comissão, na verdade, nós temos que parabenizar todos desta Comissão, especificamente a Presidente e o Relator, pela agilidade com que de fato foi feito o relatório, em decorrência da necessidade que temos neste ano. Como é o ano que antecede as eleições, é o único Orçamento cujo resultado teremos condições de ver antes de as eleições acontecerem.

Por essa razão, acreditamos muito na Senadora Rose de Freitas, até pelo conhecimento que tenho de S.Exa., em termos da dedicação, da responsabilidade e do desejo de sempre acertar, pelos anos que eu a conheço.

Portanto, nós temos que apostar, Deputado, em todas as emendas direcionadas a áreas em que, na verdade, não houve investimentos, até agora, por parte do atual Governo. Uma delas é a área de infraestrutura, especificamente dos Municípios. Algumas ações são





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

extremamente necessárias para o desenvolvimento de muitas regiões do Estado, como projetos de irrigação. Muito deles ainda estão paralisados. Nós contamos com que essas ações sejam priorizadas, sem considerar aquelas que naturalmente já têm necessidade de prioridade, como saúde e educação.

Portanto, nós contamos, com certeza, com o apoio da Presidente da Comissão, do Relator e de todos os integrantes desta Casa para juntos encontrarmos as soluções. Com isso, vamos viabilizar essas ações, que são de fundamental importância para o desenvolvimento especificamente do Nordeste brasileiro, que é a Região mais carente do País.

Muito obrigado, Presidente Rose. Muito obrigado a todos.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Parabênizo V.Exa. pelas colocações e reflexões importantes que fez nesta Comissão.

Eu encerrei as inscrições. Terão a palavra agora somente o Deputado Marcel van Hattem e o Senador Carlos Fávaro.

O SR. CLAUDIO CAJADO (PP - BA) - Presidente, eu também gostaria de usar da palavra.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Desculpe-me, Deputado Claudio Cajado. Também havia o pedido de V.Exa. para concessão da palavra.

Com a palavra o Deputado Marcel van Hattem.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Sra. Presidente, estou aqui acompanhado da Deputada Adriana Ventura, que é membro da Comissão Mista de Orçamento.

Quero saudar V.Exa., o Relator Juscelino Filho e os demais membros desta Comissão. Como V.Exa. sabe, não sou membro da Comissão Mista de Orçamento, mas todos os Congressistas, Deputados e Senadores, têm total interesse nesta relevante matéria para a Nação.

Quando eu soube nesta manhã que o fundo eleitoral para o próximo ano foi ampliado para 5,7 bilhões de reais, sob a justificativa de estar sendo aperfeiçoado, eu não encontrei outra saída senão me deslocar do meu gabinete, que fica no 9º andar do Anexo IV, para este plenário a fim de expressar, no mínimo, a nossa indignação.

Obviamente, em virtude desse e de outros motivos, votaremos contra a LDO com muita tristeza, porque é importantíssimo esse projeto. Mas não é possível que, num período de pandemia e em ano de véspera de eleição, nós vejamos o fundo eleitoral, que serve para pagar propaganda política de candidatos, para pagar santinho, para pagar bandeiraço, sendo ampliado praticamente em 3 vezes para o valor de 5,7 bilhões de reais!





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Sra. Senadora Rose de Freitas, não é possível que esta Casa seja insensível com a situação fiscal por que passa o País e insensível com a dor de pessoas que perderam entes queridos durante esta pandemia, também em muitos casos por falta de atendimento e falta de recursos, para que esses recursos sejam destinados a campanhas políticas do ano que vem! São quase 6 bilhões de reais! Eu não posso acreditar que esta Casa vote favoravelmente a essa ampliação e não corrija também, por meio das emendas que apresentamos, mas que não foram acolhidas, o absurdo que está acontecendo com a falta de transparência, por exemplo, nas emendas de Relator — tampouco nossas emendas foram acolhidas.

Portanto, faço aqui um último apelo, Sra. Presidente, Senadora Rose de Freitas, Sr. Relator, Deputado Juscelino Filho, Senadores e Deputados, para que não avancemos no sentido de triplicar o fundo eleitoral e ele chegar a quase 6 bilhões de reais com o dinheiro do povo para pagar campanha política e que não mantenhamos a quase total falta de transparência nas emendas de Relator.

Por isso, Sra. Presidente, registro aqui a minha indignação e o nosso encaminhamento contrário à votação da LDO.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Com a palavra o Senador Carlos Fávaro, do PSD de Mato Grosso.

O SR. CARLOS FÁVARO (PSD - MT) - Bom dia, Sra. Presidente, Senadora Rose de Freitas. Quero parabenizá-la pelo trabalho, pela dedicação, pela capacidade de unir o Congresso Nacional em torno de uma LDO e, certamente, de um Orçamento que trará políticas públicas de qualidade para o Brasil. Quero parabenizar também o Relator, Deputado Juscelino Filho, pelo trabalho hercúleo, assim como dos demais colegas Senadores, Senadoras, Deputados e Deputadas.

Eu venho aqui, Sra. Senadora Rose Freitas, nossa Presidente, apresentar um destaque à Emenda nº 34, de autoria do Senador Alessandro Vieira.

Sr. Relator, eu pediria atenção especial a esse destaque e também apoio dos demais colegas Senadores e Senadoras, Deputados e Deputadas. O Brasil, apesar de não estar em guerra, vive um momento muito difícil na segurança pública. O crime organizado banaliza a vida, atrapalha a economia, dificulta o desenvolvimento econômico. Esse é um dos fatores que mais traz incertezas ao desenvolvimento, à segurança, à saúde, porque as famílias ficam aterrorizadas. Recursos para a segurança pública são fundamentais. Nós devemos fazer esse enfrentamento. E o combate ao crime organizado não se faz com conversa.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Por isso, eu faço um apelo aos colegas, companheiros desta Comissão, que revejam e deem apoio ao destaque à Emenda nº 34, para que nós possamos destinar um pouco mais de recursos à segurança pública deste País.

Era isso, Sra. Presidente e Sr. Relator.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Eu havia encerrado as inscrições. Nós temos agora presente o Deputado Alessandro Molon. O Senador Oriovisto Guimarães participa da reunião remotamente.

Concedo a palavra ao Deputado Claudio Cajado.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Sra. Presidente...

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - É questão de ordem?

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - É só um esclarecimento, inclusive por provocação positiva e sadia do Deputado Danilo em relação à minha fala. Se V.Exa. permitir 1 minuto, depois eu falo.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Pois não.

Com a palavra o Deputado Claudio Cajado.

O SR. CLAUDIO CAJADO (PP - BA) - Presidente, inicialmente, quero parabenizar V.Exa. pela diligência em estarmos aqui, com o prazo extremamente exíguo, votando a LDO. Parabenizo ainda o Relator, Deputado Juscelino Filho, que foi dedicado e cioso.

Quero ressaltar alguns pontos extremamente positivos do relatório de S.Exa.: a agenda para a primeira infância, que fica como prioridade; as despesas do Programa Casa Verde e Amarela; o Programa Nacional de Imunização — nós estamos diante de uma pandemia e se pode pensar que no ano que vem ainda haja resquícios dela; por isso, o Relator promove essa prioridade —; a ampliação da infraestrutura da rede de atendimento oncológico, que também é extremamente importante; e, no Anexo de Metas, temos as emendas estaduais da bancada, o que traz um equilíbrio na relação entre os Estados federados e os Municípios que integram a nossa Federação. Portanto, eu ressalto essas premissas como importantes.

Quanto à execução provisória, o Relator também deixa claro que não podem ser liberados recursos a não ser das autorizações das despesas correntes inadiáveis. As transferências são importantíssimas para os Municípios e Estados, Deputado Juscelino, porque elas incluem a inexigibilidade do cálculo para Municípios de até 50 mil habitantes. E isso até a efetivação da transferência do recurso voluntário, ou seja, pode empenhar, pode apresentar o projeto e dar ao Município o prazo para que ele se adapte. E também inclui como prioridade as transferências para os entes de menor índice socioeconômico.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Portanto, Deputado Juscelino — sei que V.Exa. é municipalista, sei que sua irmã é Prefeita de uma cidade próspera do Maranhão, como muitos Prefeitos que eu defendo, porque também sou municipalista, e a Senadora Rose de Freitas também não foge à regra —, esses são critérios, são premissas fundamentais, principalmente para o Movimento Municipalista Brasileiro.

Em relação às ressalvas do contingenciamento, V.Exa. veda qualquer tipo de contingenciamento para o censo demográfico para o ano de 2022; as despesas relacionadas à Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral, ou seja, a educação está sendo aqui atendida na sua plenitude; a universalização da Internet não poderá também sofrer contingenciamento, como também as ações de pesquisa e desenvolvimento tecnológico, principalmente na agropecuária, o que atinge a EMBRAPA. V.Exa. veda que haja contingenciamento nisso, o que vem a incluir, com certeza, a maioria dos membros da Comissão em estar de acordo.

Como novidades, eu ressaltaria que V.Exa. prevê que a FUNASA poderá executar convênios de abastecimento e resíduos sólidos para Municípios de até 50 mil habitantes; inclui o censo no ano que vem, como foi dito, como uma prioridade a ser efetivada; inclui o bloqueio de restos a pagar no MEC; incentiva a pesquisa; as emendas direcionadas ao Ministério da Educação poderão ser feitas em qualquer área; amplia o prazo das cláusulas suspensivas, o que também dá aos Municípios brasileiros e aos Estados Federados melhores condições de executar os convênios de repasse e os contratos; a SPA também será apenas para obras acima de 10 dez milhões de reais — isso é muito importante, Presidente; eu defendi muito todos esses critérios que o Relator apresenta, o que faz com que eu me sinta bastante contemplado —; e o mais importante: dos recursos do BNDES, oriundos do FAT, 30% serão reservados para pequenas e microempresas.

Portanto, com esse conjunto de ações, V.Exa., Deputado Juscelino, com pouco tempo, fez um relatório digno de elogio e de aplauso. Imaginem se houvesse mais tempo!

Então, quero deixar claro a nossa alegria em ver esse relatório. Peço, Presidente, que passemos à votação assim que votarmos os destaques para que, no início ou até ao final da tarde de hoje, tenhamos concluído essa votação.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Deputado Marcel van Hattem, V.Exa. quer tecer alguma consideração?

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Sim, Sra. Presidente, são duas considerações muito rápidas. A primeira é em relação ao financiamento público de campanha,





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

que foi levantado pelo Deputado Danilo, com quem temos excelente diálogo sempre. Eu disse a ele que apoio a volta do financiamento privado de campanhas eleitorais abertamente, sempre fui favorável, com regras, é claro.

Por exemplo, com relação ao Poder Executivo, nós fizemos uma proposição não só da volta de financiamento privado também por CNPJ, com regras e limites, como também estabelecendo que a mesma empresa não pode doar para dois candidatos diferentes concorrendo ao Executivo na mesma cidade, ou no mesmo Estado, ou para a Presidência da República.

Acho importante que haja regras, para que não haja também conflitos de interesses nas doações, para que os interesses sejam realmente os republicanos e democráticos.

Portanto, sempre fui a favor e entendo que, agora que estamos debatendo reforma política, deveríamos voltar a tratar desse tema para acabar com o financiamento público e voltar ao privado com regras, limites e uma forma que seja realmente a melhor possível. Eu defendo isso.

A segunda consideração, também por provocação, sempre positiva e sadia, de um colega, o Deputado Wellington Roberto, é que talvez eu seja o único — talvez haja mais — Parlamentar que, publicamente, já disse que o TSE deveria ser extinto. Não é que ele não faça coisas importantes na democracia hoje, mas, comparado com outros órgãos eleitorais cidadãos descentralizados de outras democracias do mundo, ele é caríssimo — custa de fato mais de 10 bilhões de reais por ano, mais de dois fundos eleitorais, quase três! —, e não exerce necessariamente uma função muito melhor do que a função que é exercida por esses outros órgãos.

Nós olhamos para o nosso País, que é altamente burocratizado, com forças centralizadas, e achamos que não existe outra forma. Nós precisamos pensar fora da caixa! Por isso, eu digo aos colegas Parlamentares — todos me conhecem, inclusive pela franqueza e transparência das minhas opiniões, sem entrar pessoalmente contra quaisquer outros colegas no mérito; sempre no debate — que sou contra o financiamento público. Votaremos contra a LDO por isso. Acho, sim, um absurdo que nós estejamos aumentando para 5,7 bilhões — votaremos contra. Porém, também concordo que o TSE é caríssimo e muitas vezes ineficiente. Não precisaria ser dessa forma, como não o é em outros países.

Encerrando, Presidente Senadora Rose de Freitas, concordando com o Deputado Danilo, defendo, sim, a volta do financiamento privado. Quem sabe a repercussão, depois desta votação da LDO, seja o suficiente para derrubar o financiamento público e fazer voltar o





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

financiamento privado. Aí, sim, lá na Comissão da Reforma Política temos todas as condições de debater e aprovarmos isso em plenário.

Muitíssimo obrigado por sua tolerância, Presidente, que sempre conduz muito bem as reuniões da CMO. Digo isso por conta dos relatos que tenho recebido da minha colega Adriana Ventura. Afinal, eu não sou assíduo aqui, mas fico feliz de ter podido participar, nesta manhã, deste debate. *(Palmas.)*

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Venha mais frequentemente, Deputado.

Todos somos Parlamentares. Eu gostaria até de saber se na Casa há alguma PEC do outro companheiro que propõe a extinção do TSE, que eu gostaria de assiná-la, porque o discurso e a prática caminham juntos nesta Casa. Eu, que estou aqui desde a Constituinte, digo que tudo aquilo que é objeto de provocação num debate deve ser acompanhado ou precedido de uma iniciativa parlamentar. Em relação ao fundo de campanha, estamos no momento exato, Deputado. Nós temos uma reforma política. O Deputado Danilo pode inclusive encaminhar uma proposta dessa natureza.

Com relação ao TSE...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Sra. Presidente, nós temos propostas do NOVO protocoladas, e não usamos o dinheiro público. Portanto, a prática tem acompanhado a nossa defesa agora. Obrigada, Senadora.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Eu apenas estou dizendo que esta Casa precisa votar.

Em relação às matérias, seria muito bom que a Comissão, a Casa toda acompanhasse o raciocínio de que existem propostas para serem debatidas e votadas. Em relação ao TSE, uma PEC, se eu não me engano, é o que seria...

O SR. CHARLLES EVANGELISTA (PSL - MG) - Eu acho que vai haver unanimidade nesta Casa, Senadora. Pelo menos eu percebi, na bancada da Oposição e na bancada da Situação, todo mundo favorável a isso. É uma grande ideia.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Tem a palavra o Deputado André Fufuca; em seguida, o Deputado Alessandro Molon.

O SR. ANDRÉ FUFUCA (PP - MA) - Presidente, a minha consideração é muito rápida: não vai durar 30 segundos.

O Deputado Marcel falou que defende a volta do financiamento privado. Eu queria dizer ao Deputado Marcel que também votarei a favor da volta do financiamento privado, desde que





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

se respeite o tamanho das bancadas, como faz hoje o financiamento público. Aí S.Exa. poderá contar com o meu apoio também.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Vejam bem: só suscitar um debate dessa natureza... Além do discurso, a iniciativa é importante. Vamos evoluir para um projeto que possa ser trazido e discutido.

Deputado Alessandro Molon, bem-vindo a esta Comissão. Eu saúdo V.Exa.

O SR. ALESSANDRO MOLON (PSB - RJ) - Muito obrigado, Senadora. Eu quero saudar V.Exa., quero cumprimentá-la pelo esforço e pelo empenho de, em tão pouco tempo, conduzir os trabalhos desta Comissão e produzir, graças ao empenho do Relator também, um parecer. Por isso, cumprimento V.Exa. e cumprimento o Deputado Juscelino Filho também, por vários avanços que constam do seu parecer.

No entanto, Presidente, como é comum acontecer, o parecer do Relator tem avanços, tem pontos positivos, mas tem também retrocessos, pontos negativos.

Eu quero, Presidente, chamar atenção para um ponto que eu considero muito preocupante do parecer do Relator. Trata-se da recolocação das emendas de Relator, as chamadas RP9, na LDO. Essas emendas de Relator que foram classificadas recentemente como "orçamento secreto" são um grave erro que o Parlamento está cometendo. Essa forma de distribuir recursos do Orçamento não vai terminar bem.

O Parlamento tem todo o direito de discutir todo o Orçamento, mas a destinação dos recursos e os autores das emendas para comprar o quê, para fazer o quê, tudo isso tem que ser absolutamente transparente. Não pode um Relator receber ofícios que não vão para a Internet, que não são tornados públicos, e ir autorizando a realização de despesas. Isso é algo da maior gravidade, isso viola frontalmente a Constituição. Numa república, todos os cidadãos têm o direito de saber como está sendo cada gasto centavo do dinheiro público. Isso é um direito da cidadania.

O Parlamento não pode executar uma parte do Orçamento, sem que isso seja absolutamente transparente. Não fazer isso está errado, e não vai terminar bem. Já há uma ação no Supremo tratando disso, e eu já representei ao Tribunal de Contas da União, pedindo que essa prática seja interrompida. Fiz ontem um novo pedido e quero fazer um apelo ao Parlamento para que não haja emenda de Relator. Não faz sentido, numa república, haver orçamento secreto. O Orçamento tem que ser todo discutido pelo Parlamento, com absoluta transparência, e a destinação de todos os recursos e seus indicadores devem ser colocados na Internet.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Por isso, fica aqui o meu apelo, Presidente — eu agradeço a V.Exa. a palavra concedida. Se isso não for retirado, votarei contra a LDO por essa razão. Eu quero declinar o meu voto, declarar a minha posição, e ainda fazer um apelo aos colegas para que corrijamos isso enquanto é tempo.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Está difícil disputar a atenção do Relator, da Mesa e do Plenário, portanto, peço que colaborem. *(Pausa.)*

Vamos dar continuidade à reunião.

O Senador Oriovisto pediu a palavra remotamente e vou dá-la, mas já estavam encerradas as inscrições.

Sobre a outra questão, Deputado Molon, eu só posso me responsabilizar, eu e os que estão com as tarefas devidas, a partir do momento em que nos sentamos aqui para então tentar corrigir o que passou. Será tudo factível num debate amplo, aberto. A palavra de que eu mais gosto e que V.Exa. usou, e que tem sido uma prática na minha vida, permanentemente: transparência. Não será nem um centímetro longe disso. Então, o Deputado Marcel também falou sobre isso e outros falaram. Todas as decisões... Eu quero aqui fazer um elogio ao relatório ousado, porque, se fosse para ficar na mesmice, não teríamos esse relatório. Muitos não leram, apenas repetiram o que havia sido lido do relatório.

Por favor, o Senador Fávoro, o Deputado Cajado e outros companheiros elencaram as decisões que foram tomadas pelo Deputado Juscelino, e agora a última decisão, atendendo ao Líder do PSDB, o Deputado Vilela, acerca da questão do desmatamento.

Eu dou a palavra ao Senador Oriovisto, por 3 minutos. Em seguida vamos passar à votação.

O SR. PEDRO VILELA (PSDB - AL) - Presidente, há muito barulho aqui. V.Exa. poderia repetir?

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - De fato, Presidente, eu não li o relatório inteiro, quero concordar com V.Exa...

O SR. LUCAS VERGILIO (SOLIDARIEDADE - GO) - Presidente, o Deputado Marcel nem é da Comissão e é a quarta vez que ele se pronuncia. Dessa maneira nós não vamos para frente.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - A Presidente fez uma fala importante. Ela disse que muitos não leram...

O SR. LUCAS VERGILIO (SOLIDARIEDADE - GO) - Presidente, se for assim, vai-se abrir a fala novamente para todos os membros!





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Perdoe-me Deputado, mas se a Presidente disse que muitos não leram e um Deputado admite que não leu, eu acho que isso é importante. Eu não li tudo, porque o relatório só foi disponibilizado ontem às 23h50min, e são 520 páginas. Não deu para ler tudo.

O SR. LUCAS VERGILIO (SOLIDARIEDADE - GO) - Deputado Marcel, V.Exa. não é membro da Comissão e já se pronunciou por mais de 10 minutos nesta reunião.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Já, porque o senhor está me interrompendo, está me prejudicando. Se V.Exa. me deixasse falar 1 minuto...

O SR. LUCAS VERGILIO (SOLIDARIEDADE - GO) - Não é verdade, Deputado Marcel. V.Exa. já falou por 10 minutos...

(O microfone é desligado.)

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Não será mais concedida a palavra para quem quer seja, a não ser para o Senador Oriovisto, por 3 minutos, e vamos continuar o trabalho.

Eu sei que às vezes a monotonia pode ser quebrada por um pouco de desentendimento, mas não tanto e tão desnecessário.

Então, com a palavra o Senador Oriovisto Guimarães. Pode ligar o seu microfone.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (PODEMOS - PR) - Muito obrigado, Sra. Presidente, por me conceder estes 3 minutos. Quero parabenizá-la pela condução dos trabalhos...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (PL - MT) - Presidente, eu estou com dificuldade de registrar a minha presença...

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - A sua fala já é a sua presença. Senador Oriovisto, ligue o microfone.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (PODEMOS - PR) - Está ligado já, Sra. Presidente. V.Exa. está me ouvindo? Posso falar?

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - O som não está vindo.

Darei a palavra ao Relator, para que responda aos questionamentos.

O SR. JUSCELINO FILHO (DEM - MA) - Caros colegas Deputados e Senadores, acredito que com a aprovação deste projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o ano de 2022 teremos muitos avanços.

Como todos já pontuaram aqui, apesar do tempo muito curto que tivemos para nos dedicar à construção deste tão importante relatório que vai ser base para a construção da nossa Lei Orçamentária para o ano de 2022, com a dedicação e com a contribuição de cada um de V.Exas., cada um daqueles que nos procuraram, que conversaram, trouxeram





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

propostas, trouxeram emendas, enfim, que deram suas contribuições, chegamos aqui com um texto que, com certeza, traz muitos avanços para a construção deste Orçamento.

Como já foi dito aqui na leitura do nosso relatório e do nosso voto e também pontuado por alguns dos colegas, trouxemos avanços significativos quando priorizamos a questão do nosso Programa Nacional de Imunização. Não priorizamos só o Programa Nacional de Imunização, mas também o atendimento a toda aquela população que ficou com sequelas por essa doença que atormenta o nosso País e o mundo, a COVID-19.

Também na área da saúde, trouxemos como prioridade a estruturação da nossa rede de atendimento oncológico. Para quem não sabe, a partir do ano de 2030, a cada duas mortes no nosso País, Deputado Arnaldo Jardim, uma será pelo câncer. Então, essa preocupação de estruturação da rede de atendimento oncológico tanto no que tange à prevenção ao primeiro atendimento como à continuidade...

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Peço a atenção do Plenário, porque o Relator está comentando as considerações, e muitas delas levaram ao relatório de destaque, que está aqui. Não serão necessários muitos dos destaques que estão aqui caso sejam incluídos por S.Exa. em seu relatório. Portanto, nos ajudem para que possamos discutir verdadeiramente a fala do Relator.

O SR. JUSCELINO FILHO (DEM - MA) - Dando continuidade, quanto à estruturação da rede de atendimento oncológico de que eu falava a V.Exas., quanto à importância desses avanços não só na questão da prevenção, como do acesso ao tratamento — sabemos das dificuldades de acesso ao tratamento, das filas que existem hoje para radioterapia, cirurgia oncológica —, essa estruturação é de extrema importância.

Antes de continuar, quero só falar a V.Exas. que houve uma complementação de voto em que estamos acatando várias das contribuições que V.Exas. deram aqui, e vou citá-las durante a minha fala. Então, quem quiser consultar, isso está publicado, a Socorro tem cópia para a assessoria acompanhar.

Na área da saúde, além do que já falei, outra situação que estamos priorizando é a questão da pesquisa e do desenvolvimento para insumos e imunobiológicos. O que o nosso País passou durante esses 2 anos, desde o ano passado, na dependência de outros países para termos a nossa produção de vacina, todos acompanharam. Realmente podemos ter avanço, até porque há 20 anos, há 30 anos, nós produzíamos um IFA suficiente para termos a nossa produção nacional. Então, por que hoje temos essa dependência de outras nações? Então, ampliamos a possibilidade de recursos para essa área de pesquisa e desenvolvimento de imunobiológicos.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Priorizamos bastante a busca de solução para as obras paralisadas. Todos sabemos do grande gargalo que são as obras paralisadas em todo o País, nas esferas federal, estadual e municipal. Nós buscamos, através da Lei de Diretrizes Orçamentárias, fazer com que seja possível haver um reequilíbrio das planilhas orçamentárias dessas obras. Os órgãos que detêm convênio ou contrato de repasse ou realização poderão então aportar novos recursos para que elas sejam entregues à população. É claro que estabelecemos que apenas as obras que têm o mínimo de 30% de execução física equilibrada poderão ter acesso a esse tipo de benefício.

Outro avanço importante que contemplamos, que colocamos no nosso texto, foram melhorias referentes ao municipalismo. Consideramos a realidade em que vivem os gestores públicos municipais, os Prefeitos. Melhoramos a dinâmica dos convênios, dos contratos de repasse, dos termos de compromisso que os Municípios têm com órgãos da Federação, tanto os realizados com algumas empresas públicas, diretamente, quanto os celebrados através de instituições como a Caixa Econômica Federal, o Banco do Brasil ou alguns órgãos que utilizam esse tipo de instrumento com entes da Federação, com Municípios, com Estados.

Vedamos a possibilidade, por exemplo, de a Caixa Econômica Federal cobrar algo além dos 4,5% de taxa de administração. Na realidade, na ponta, ela estava cobrando esse percentual e também taxas de medição, taxa disso, taxa daquilo, tarifas. Estamos vedando qualquer taxa ou tarifa desse tipo.

Houve também avanços para que o detalhamento de localidades e vias só se dê no momento da apresentação do projeto de engenharia e não no da apresentação da proposta. Na proposta, vai ser preciso apontar apenas o Município ou o Estado onde vai ser realizada a obra.

Uma questão importante foi citada aqui pelo Deputado Cajado. No ano passado, já havia sido priorizada, mas não houve a realização. Pedimos então o apoio de todos os integrantes desta Comissão, de todos os Congressistas, de todo o Congresso Nacional para que seja retomada de verdade a política habitacional nacional. Todos sabem que o Programa Casa Verde e Amarela foi lançado, mas nunca foi celebrado algo relativo a uma nova unidade habitacional no nosso País.

O Casa Verde e Amarela, hoje, apenas dá continuidade ao Minha Casa, Minha Vida para entregar aquelas unidades que ainda não tinham sido entregues. Precisamos retomar esse programa nacional de habitação, precisamos propiciar mais habitações para o povo brasileiro, principalmente nos Estados onde há muita carência e falta habitação. Cito o meu Estado, o Maranhão, que tem o maior déficit habitacional do Brasil. O povo maranhense, assim como todo o povo nordestino — o Nordeste é a região em que há o maior déficit habitacional no País





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

—, sente muita falta do programa habitacional Casa Verde e Amarela. Estabelecemos que ele seja visto de forma diferenciada, seja priorizado nos Municípios mais pobres com até 50 mil habitantes.

Definimos que não haverá exigência relativa ao CAUC no caso de Municípios com até 50 mil habitantes. Poderão celebrar convênios, receber equipamentos advindos de emenda parlamentar ou de programação de transferências voluntárias. O Congresso Nacional já aprovou matéria sobre isso no ano passado. Depois, derrubou o veto. Hoje, essa é uma realidade que possibilitou que essas importantes políticas públicas cheguem a esses Municípios que enfrentam dificuldades. Muitos Prefeitos enfrentam dificuldades que receberam dos ex-gestores, ainda não conseguiram organizar a situação fiscal.

No Congresso há uma proposta de emenda à Constituição que temos de fazer avançar o mais rápido possível — está na Comissão de Constituição e Justiça —, para que haja, em relação ao INSS, parcelamento das dívidas dos Municípios, em 240 meses, a fim de que eles possam se organizar. Os novos gestores não conseguem resolver a situação referente ao INSS, e não vão conseguir resolver a situação fiscal se não aprovarmos a PEC que está em tramitação nesta casa.

Garantimos também, Deputado Daniel Almeida, a realização do Censo Demográfico. Todos vimos o que se passou neste ano, em que deveria ter sido realizado o Censo. Inclusive, se não me engano, a Presidenta do IBGE chegou a entregar o cargo, por conta do corte orçamentário a respeito da realização do Censo. Na Lei de Diretrizes Orçamentárias, estamos priorizando e garantindo isso. Tenho certeza de que esta Comissão alocará os recursos para isso na LOA, a fim de que, no ano que vem, seja realizado o Censo Demográfico, que é tão importante para a sociedade, para a população, para todas as políticas públicas do nosso País.

Além disso, estamos priorizando a universalização do acesso à Internet. Todos sabemos que milhares e milhares de brasileiros ainda não têm acesso à Internet. Hoje, o Brasil, que investiu mais de 5 bilhões num satélite, tem sim a oportunidade de realizar essa universalização, de possibilitar que as comunidades mais carentes, em todos os rincões deste País, tenham acesso à Internet, via satélite, através do Wi-Fi Brasil, um importante programa do Governo Federal.

Estamos garantindo o repasse de recursos para os hospitais universitários e as instituições filantrópicas, através de conta bancária específica. O prazo será de até 5 dias úteis, após o recebimento dos recursos pelos fundos municipais, para que sejam feitos os repasses a essas instituições. Todos sabemos que esses repasses, hoje, são feitos pelo Ministério diretamente ao fundo municipal numa conta única, num só bolo. É misturado o recurso da MAC





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

do Município com o que é das instituições que prestam serviço ao SUS, as instituições filantrópicas, os hospitais universitários. Estamos separando isso, fazendo com que esse recurso vá para uma conta única do Município, que terá prazo de até 5 dias úteis, após receber esse recurso do Ministério, para realizar o repasse a essas instituições.

Estamos apoiando as universidades federais e os institutos federais, como foi colocado aqui também pelos Deputados Pedro Vilela e Danilo Forte. Sabemos da importância da educação para o nosso País. Estamos garantindo que todo o contingenciamento que seja feito tenha uma regra de proporcionalidade, pois o que vimos, Deputado Zarattini, não foi isso. Vimos um contingenciamento seletivo. Não permitiremos isso. Se precisar ser feito, que seja feito, mas de forma proporcional em todas as instituições do nosso País.

Estabelecemos também garantia de maior oferta e ampliação do ensino em tempo integral no nosso País. Acreditamos que essa é uma importante diretriz para mudarmos o futuro da nossa Nação. Essa é uma das prioridades no nosso relatório.

No que se refere à segurança pública, atendemos o pleito de não contingenciamento do orçamento dessa área. Esse pleito foi trazido pelo Deputado Aluisio Mendes, pelo Senador Carlos Fávaro, pelo Deputado Charles Evangelista e pelos demais que nos procuraram com essa pauta. Sabemos da importância do papel da segurança pública na nossa sociedade. Com certeza, sem esse contingenciamento, ela vai estar firme, proporcionando segurança a toda a nossa sociedade.

Garantimos a questão dos concursados da Polícia Federal e da Polícia Rodoviária Federal. (*Palmas.*) No nosso relatório, asseguramos a eles esse atendimento.

Nós garantimos o apoio a estudos, a pesquisas e a atividades para subsidiar políticas públicas de emprego, renda e qualificação profissional.

Um pleito muito importante nos foi trazido pelo Deputado Hildo Rocha e por vários outros colegas que estiveram conosco. Trata-se do reajuste para os agentes comunitários de saúde. (*Palmas.*) Nós aprovamos um projeto de lei para que eles tivessem reajuste. No ano de 2022, esta Comissão vai garantir o reajuste dos agentes comunitários de saúde, porque é justo. Sabemos da importância deles lá na ponta. Visitam residências, veem a realidade, promovem atenção básica de saúde no nosso País.

Consideramos a questão do fomento ao turismo, aqui lançada também pelo Deputado Pedro Vilela, e uma pauta muito importante, a do combate aos incêndios e ao desmatamento no nosso País. Essa é uma grande sinalização que esta Comissão dá para o mundo, que está de olho justamente no avanço do desmatamento e dos incêndios, na questão ambiental no Brasil.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Meus amigos, minhas amigas, essas são as nossas colocações.

Acredito que houve muitos avanços neste projeto. Apesar do tempo curto, nós nos esforçamos para atender o máximo possível os caros colegas.

Peço, mais uma vez, o apoio de todos para que possamos aprovar este relatório aqui na Comissão e, na sequência, na sessão do Congresso, onde será votado pela Câmara e, depois, pelo Senado.

Agradeço a cada um as relevantes contribuições. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Carlos Zarattini. PT - SP) - Muito obrigado, Sr. Relator. Quero cumprimentá-lo mais uma vez pelo relatório.

Foram apresentados 66 destaques.

O relatório e a complementação de voto referentes ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias estão em votação na representação da Câmara dos Deputados, ressalvados os destaques.

Os Deputados que os aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovados.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Eu quero pinçar três destaques...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Zarattini. PT - SP) - Não, não é o momento.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Entendi.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Zarattini. PT - SP) - Eu só quero registrar o voto contrário do Partido dos Trabalhadores, por conta de várias carências, que não se devem ao trabalho do Relator, e sim à própria elaboração deste projeto.

Em votação...

O SR. CORONEL TADEU (PSL - SP) - Sr. Presidente, gostaria de registrar o voto contrário...

O SR. ALESSANDRO MOLON (PSB - RJ) - Presidente, eu não sou membro desta Comissão. Por isso, não registrei o meu voto aqui. Votarei no plenário. Queria apenas justificar isso.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Zarattini. PT - SP) - Tem a palavra o Deputado Daniel Almeida.

O SR. DANIEL ALMEIDA (PCdoB - BA) - Cumprimento o Relator e a Presidente, que fez um esforço extraordinário. O tempo não permitiu que pudéssemos nos debruçar sobre o mérito de forma mais abrangente.

Apesar de fazermos uma saudação ao Relator e de reconhecermos o esforço da Presidente, manifestamos o nosso voto contra.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. PRESIDENTE (Carlos Zarattini. PT - SP) - Em votação no Senado Federal.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Eu também voto contra, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Zarattini. PT - SP) - Registra o voto do NOVO, também contrário, a Deputada Adriana Ventura.

Em votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que os aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovados.

O SR. CORONEL TADEU (PSL - SP) - Sr. Presidente...

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (PODEMOS - PR) - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Zarattini. PT - SP) - Tem a palavra o Senador Oriovisto Guimarães.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (PODEMOS - PR) - Sr. Presidente, registro o meu voto contrário.

Antes de fazer um apelo ao Relator, quero cumprimentar a Presidente, a Senadora Rose, que tão bem está conduzindo os trabalhos desta Comissão.

Aumentar o valor do fundo eleitoral para quase 6 bilhões numa época como esta e retirar da Justiça Eleitoral até 25% daquilo que é destinado a ela pode ser extremamente perigoso. Estamos fazendo algo que já está na imprensa. Isso já está na imprensa, vai marcar esta Comissão. Todo o belo trabalho que está sendo feito a respeito de uma série de outros itens vai ser encoberto por essa questão. Só vão comentar sobre isso.

Por mais críticas que se tenha à Justiça Eleitoral, não há um substituto para ela, alguém que possa fazer o trabalho que ela faz. Eu concordo, ela é cara, é burocrática. Concordo com tudo isso, mas tirar 25% da verba da Justiça Eleitoral e jogar isso no financiamento de campanha é o caos! Nós estamos colocando em risco a própria realização das eleições, porque não há hoje ninguém que faça o trabalho que faz a Justiça Eleitoral. Bem ou mal, sendo burocrática ou não, ela é que viabiliza as eleições. Nós estamos tirando até 25% de sua verba. É isso que está previsto neste texto que estamos votando agora.

Exclusivamente por isso, eu registro o meu voto contrário. Quero ajudar, para que seja aprovada essa lei, mas é impossível votar a favor de que o fundo eleitoral seja de 5,7 bilhões.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. CORONEL TADEU (PSL - SP) - Presidente Rose...

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Aprovados no Senado Federal, com o voto contrário do Senador Oriovisto.

O SR. CORONEL TADEU (PSL - SP) - Presidente, V.Exa. me ouviu?





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Parece que V.Exa. está inscrito para falar sobre destaque. Poderá fazer isso logo em seguida.

O SR. CORONEL TADEU (PSL - SP) - Não, quero registrar o voto contrário, assim como fez o Senador Oriovisto.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Pois não, Deputado Coronel Tadeu, V.Exa. tem a palavra.

O SR. CORONEL TADEU (PSL - SP) - Bom dia, Presidente. Bom dia a todos.

Eu registro o meu voto contrário, pelos mesmos motivos que o Senador Oriovisto acabou de citar. Retira-se dinheiro do Tribunal Superior Eleitoral e se direciona esse recurso para financiamento de campanha. Registro o meu voto contrário a isso também.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Está registrado o voto contrário do Deputado Coronel Tadeu.

O SR. DANILO FORTE (PSDB - CE) - É bom esclarecer que não está sendo retirado, está só servindo de parâmetro. Não está sendo retirado.

O SR. CORONEL TADEU (PSL - SP) - Se quiserem discutir o mérito, vamos discutir o mérito. Estão tirando dinheiro que ajudaria a Justiça Eleitoral até a implantar o voto impresso, por exemplo — essa é uma luta que estamos travando —, e o destinando a financiamento de campanha eleitoral. Para mim, isso é um absurdo.

Eu não sou contra quem usa o recurso para fazer campanha. Até entendo que a democracia custa. Sou extremamente aberto a isso. Não uso o fundo eleitoral, nunca vou usá-lo, mas não sou contra. Está claro neste projeto que haverá aumento. O valor, que é de 2,03 bilhões, passará a ser de quase 6 bilhões de reais. Isso está muito claro.

Registro o meu voto contrário. Majorar em 200% esse recurso para que político transforme dinheiro em papeizinhos que serão distribuídos nas ruas? Eu sou contrário a isso, desculpem-me.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Pois não, está registrado o voto de V.Exa.

Vamos passar à apreciação dos destaques.

Eu vou pedir a colaboração do Deputado Cacá Leão.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Presidente, quero pinçar três destaques para que sejam votados separadamente.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Logo em seguida, Deputada.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - O.k.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. GILBERTO ABRAMO (REPUBLICANOS - MG) - Presidente, V.Exa. teria como confirmar a quantidade de destaques?

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - São 66 destaques.

O SR. GILBERTO ABRAMO (REPUBLICANOS - MG) - Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Sras. e Srs. Parlamentares, o art. 139, § 2º, da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, estabelece que *"não será aceita solicitação para votação em separado de destaque, após a aprovação de requerimento para a votação em globo dos destaques"*. Sendo assim, vou solicitar autorização do Plenário para proceder à votação em globo dos destaques por tipo de voto do Relator.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP) - O PT vota favoravelmente.

O SR. HILDO ROCHA (MDB - MA) - Eu até retiro todos os meus destaques, porque o Relator já...

O SR. CHARLLES EVANGELISTA (PSL - MG) - Presidente, quero apresentar rapidamente uma questão de ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - É preciso que entendam tudo até o final, até para que a questão de ordem se sustente em alguma coisa.

O SR. DANILO FORTE (PSDB - CE) - Pela ordem, Sra. Presidente!

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Eu queria que o Relator esclarecesse...

O SR. DANILO FORTE (PSDB - CE) - Quero só uma informação.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Se V.Exa. me permitir, eu queria que o Relator esclarecesse exatamente o ponto que é obscuro para o Plenário em relação ao procedimento que ele adotou, porque estamos falando em votação em globo. E se depois da fala dele ainda não se sentir contemplado, nós vamos passar para os destaques.

O SR. JUSCELINO FILHO (DEM - MA) - O parecer é pela rejeição de todos os destaques. Nós já atendemos vários destaques. Na minha fala eu verbalizei isso, e todos que foram atendidos estão no nosso voto em separado. Ressalto que foi dada publicidade no sistema, e todos tiveram acesso a ela.

Então, repito, o parecer é pela rejeição de todos os destaques. E todos aqueles que já foram atendidos estão na complementação de voto.

O SR. LUCAS VERGILIO (SOLIDARIEDADE - GO) - Presidente, eu peço para retirar do bloco o nosso destaque da Emenda nº 37040002.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Eu vou fazer a votação em globo. Aqueles que não querem essa votação, que querem fazer destaque, peço que citem o número do destaque para votar em separado.

O SR. DANILO FORTE (PSDB - CE) - Só um encaminhamento, Sra. Presidente, para facilitar.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Destaques nºs 7, 9 e 10, por favor.

O SR. LUCAS VERGILIO (SOLIDARIEDADE - GO) - Presidente, mantenho o meu pedido de retirada da votação em bloco para votar em separado.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Deputada Adriana, Destaques nºs 7...

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Destaques nºs 7, 9 e 10.

O SR. DANILO FORTE (PSDB - CE) - Pela ordem.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP) - Sra. Presidente, eu queria propor um acordo aqui. Que façamos um destaque, no máximo, por bancada.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Deputado Zarattini, vamos respeitar a vontade de cada um.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP) - Eu respeito todo mundo. Eu propus um acordo.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Eu tenho certeza disso.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP) - Eu não desrespeitei ninguém.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - É que não está havendo concordância com relação à sua proposta. S.Exa. quer destacar.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP) - Tudo bem.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Então, vamos fazer isso.

O SR. DANILO FORTE (PSDB - CE) - Pela ordem, Sra. Presidente. *(Pausa.)*

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Deputada Adriana Ventura, qual o número dos destaques?

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Destaques nºs 7, 9 e 10, Presidente.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Deputado Lucas Vergilio, qual é o número do destaque?

O SR. LUCAS VERGILIO (SOLIDARIEDADE - GO) - Destaque nº 1, Sra. Presidente. Peço a V.Exa. para que votemos em separado o Destaque nº 1.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Deputada Adriana, vamos repetir. Destaque nº 7...





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Destaque nº 7, Destaque nº 9 e Destaque nº 10.

Muito obrigada.

O SR. LUCAS VERGILIO (SOLIDARIEDADE - GO) - Destaque nº 1, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Deputado Lucas Vergílio, Destaque nº 1.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP) - Destaque nº 57, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Deputado Lucas, Destaque nº 1; Deputado Zarattini, Destaque nº 57.

O SR. DANILO FORTE (PSDB - CE) - Sra. Presidente...

O SR. ALESSANDRO MOLON (PSB - RJ) - Presidente, eu não estou certo de que o número é este: 243158543, do Deputado Gonzaga Patriota.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Deputado Molon, V.Exa. precisa pedir alguém que faça isso. V.Exa. não é membro da Comissão.

O SR. ALESSANDRO MOLON (PSB - RJ) - O Deputado Gonzaga Patriota destacou.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - S.Exa. precisa estar presente para destacar.

O SR. ALESSANDRO MOLON (PSB - RJ) - É que S.Exa. está em trânsito, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Mas eu não posso suprir essa ausência.

O SR. GILBERTO ABRAMO (REPUBLICANOS - MG) - É regimental.

O SR. ALESSANDRO MOLON (PSB - RJ) - Pode, a Deputada Adriana... É de autoria do Deputado Gonzaga Patriota.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Deputado Alessandro Molon, V.Exa. sabe do respeito que tenho por V.Exa.

O SR. ALESSANDRO MOLON (PSB - RJ) - É recíproco, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Mas é necessária a presença do autor. Não é dessa maneira. Até o Deputado Juscelino Filho foi prejudicado pela ausência da relatoria do relatório preliminar. O autor do requerimento do destaque tem que estar presente na sessão.

O SR. DANILO FORTE (PSDB - CE) - Pela ordem, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Eu quero primeiro colocar, sinceramente, que tenho dificuldade de ouvi-los porque estão com máscara.

O SR. CHARLLES EVANGELISTA (PSL - MG) - Peça silêncio, Senadora.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Há várias pessoas falando ao mesmo tempo, o que prejudica o entendimento do que está sendo destacado.

Nós vamos votar em globo, com exceção dos Destaques nºs 7, 9, 10, 1, 57.

Há mais algum destaque? *(Pausa.)*

Em votação.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Eu vou contar para V.Exas. depois, fora daqui, quem são os inquietos desta Comissão. Vou contar. *(Riso.)*

É brincadeira. Aqui somos todos colegas de muitos anos.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (PL - MT) - Sra. Presidente, há um destaque. É a Emenda nº 41840007...

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Qual é o número do destaque, por favor? E o autor?

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (PL - MT) - O número do destaque é...

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Senador Wellington Fagundes, a pergunta é se foi apresentado o destaque.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (PL - MT) - Foi apresentado o destaque.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Quem é o autor?

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (PL - MT) - Na verdade, a origem é do Senador Luis Carlos Heinze. Eu fiz o destaque a pedido dos técnicos agropecuários. São os Destaques nºs 64, 65 e 66.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - São de autoria do Senador Luis Carlos Heinze?

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (PP - RS) - Sim.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Pois não.

Destaques que vamos excepcionalizar são os de nºs 64, 65 e 66.

Vamos votar agora. Vamos passar à votação em globo dos demais.

Em votação na Câmara dos Deputados.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - V.Exa. quer confirmar? Ainda podemos fazê-lo.

O SR. CARLOS FÁVARO (PSD - MT) - O Destaque nº 34 o Sr. Relator acatou na sua revisão do relatório, não é? É o da segurança pública. *(Pausa.)*

O.k.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Muito obrigado, Sr. Relator.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Parabéns ao Líder pelo destaque.

Sendo assim, nós vamos pedir autorização do Plenário para votar os demais destaques.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação no Senado Federal.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Passamos agora para a votação dos destaques.

Tem a palavra o Sr. Relator.

O SR. JUSCELINO FILHO (DEM - MA) - São todos pela rejeição.

O SR. DANILO FORTE (PSDB - CE) - Peço a palavra pela ordem, Presidenta Rose de Freitas, para ajudar no encaminhamento.

Todos os destaques são diferentes uns dos outros ou se aglutinam? Às vezes, pode haver 12 destaques de partidos diferentes com o mesmo tema e podem ser aglutinados.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - O Relator vai fazer isso, Deputado Danilo Forte. Nós não queremos suprimir nenhum detalhe desse procedimento.

Vamos passar à apresentação dos destaques.

O Relator está tomando conhecimento — S.Exa. não é um computador — dos destaques apresentados e dos que vão ser votados em separado.

Tem a palavra a Deputada Adriana Ventura.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Obrigada, Presidente.

Coloquei três destaques para serem votados em separado. Um deles é o do aumento do fundo eleitoral de 2 bilhões para 6 bilhões, que já foi amplamente discutido aqui. E os outros dois destaques dizem respeito à transferência especial. No primeiro destaque, há uma solicitação de transparência nas transferências especiais.

Para quem não sabe ou não lembra, a transferência especial é uma modalidade de alocação de recurso para destinar recurso diretamente aos Estados e Municípios. A questão é que não há obrigação de prestar contas. Eu fiz essa emenda com essa solicitação porque isso é usado de forma discricionária pelos Governos e Municípios. Até aí o.k. Só que eu fiz um requerimento de informação ao Ministério da Economia e identifiquei que das 1.615 transferências dos entes beneficiados, somente 18 fizeram o relatório de gestão e prestaram





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

contas. Então, não existe nenhum instrumento que permita à União exigir transparência da destinação de recursos. Estamos falando de verba federal.

Por isso, eu peço ao Relator que, por favor, coloque o mecanismo de transparência nas transferências especiais porque não há controle, não há fiscalização e não tem como exigir isso.

O meu outro destaque também é muito importante e peço atenção de V.Exas. O meu Destaque nº 10 transporta a transferência especial, que eu acabei de falar que não tem transparência, que é um dispositivo de emenda individual impositiva, para emenda de bancada. Na verdade, a Constituição é muito clara porque ela permite a transferência especial apenas para emenda individual. Se fosse para estender para emenda de bancada, a própria emenda constitucional que foi aprovada teria incluído. Na LDO, de 2021, esse dispositivo foi incluído, mas foi vetado. E o veto foi derrubado. E nós do NOVO, inclusive, entramos no STF contra esse dispositivo. O Ministério Público e a AGU já se manifestaram contra esse dispositivo. Além disso, esse mecanismo carece de transparência e dificulta a fiscalização dos órgãos de controle sobre a aplicação de recursos federais.

Então, faço um apelo aqui no sentido de que, se for da vontade do Parlamento a utilização de transferência especial para emenda de bancada, façamos uma PEC e a aprovemos porque isso é inconstitucional e não pode prevalecer. Esse é o meu pedido para o Sr. Relator e para os nobres pares aqui porque temos que exigir transparência especial de destinação de recurso. E isso não está acontecendo.

Por isso, peço a aprovação dos meus três destaques.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Com a palavra o Relator, para falar sobre os destaques apresentados.

O SR. JUSCELINO FILHO (DEM - MA) - Eu peço o apoio dos colegas para a rejeição dos destaques.

Quanto a essa questão das transferências especiais, o entendimento é que, no momento em que o recurso é transferido aos Estados e Municípios, esses órgãos são obrigados a prestar contas aos Tribunais de Contas dos Estados e Municípios. Então, eles têm, sim, que prestar contas aos órgãos de controle dos Estados e Municípios. A transferência especial transfere o recurso aos Estados e Municípios, que prestam contas ao órgão de controle lá e não ao Tribunal de Contas da União.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

A transferência especial para a emenda de bancada já estava prevista em 2021, inclusive este Congresso derrubou o veto depois. Nós estamos apenas mantendo o que já havíamos praticado no ano anterior. Não é uma novidade para a maioria do Parlamento aqui.

Em relação ao fundo eleitoral, que já discutimos aqui, nós estamos vinculando o fundo ao orçamento da Justiça Eleitoral. Achamos isso importante para o exercício da democracia dos partidos. Portanto, peço apoio a todos para rejeitarmos os destaques.

O SR. CHARLLES EVANGELISTA (PSL - MG) - Sra. Presidente, deixa-me só fazer uma correção. Quando o Deputado Zarattini colocou a LDO em votação, todos votaram de forma simbólica e se finalizou a votação. O Deputado Coronel Tadeu, acho que por conta de a Comissão ser também *on-line*, fez a declaração contra a LDO. Mas ele está mandando aqui mensagem, desesperado, porque, na verdade, ele confundiu com o destaque da Deputada Adriana Ventura.

Então, estou só frisando aqui que o voto do Coronel Tadeu, mesmo porque ele teve uma emenda acatada pelo Relator, é a favor da LDO, ressalvada a declaração que ele queria fazer com relação ao repasse ao TSE.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Pois não. *(Pausa.)*

Nós gostaríamos de colocar em votação os Destaques nºs 7, 9 e 10, apresentados pela autora.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Será um de cada vez, não é, Presidente?

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Pode ser da maneira que V.Exa. preferir.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Eu solicito que seja um de cada vez, por favor, até para ter transparência aqui de quem votou contra.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Pois não.

Eu peço ao Relator, que já deu seu voto pela rejeição, que lembre ao Plenário que a Deputada está pedindo a votação individual. Todos têm que saber exatamente qual é o destaque. Pode ser?

O primeiro é o Destaque nº 7, que o Relator vai mencionar.

O SR. JUSCELINO FILHO (DEM - MA) - Bom, peço aqui o apoio dos colegas pela rejeição do Destaque nº 7, sobre o qual acabei de falar, que trata das transferências especiais. No que tange o entendimento desta relatoria é que os Estados e os Municípios são detentores desses recursos. Quando chegam as suas contas, eles prestam contas aos órgãos de controle dos Estados e dos Municípios, com os seus Tribunais de Conta.

Então, defendemos a rejeição desse destaque. Peço o apoio dos caros colegas.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Vamos colocar em votação o Destaque nº 7, da Deputada Adriana Ventura, conforme o parecer do Relator.

Quem aprova o...

O SR. SANDERSON (PSL - RS) - Presidente Rose...

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Pois não, Deputado Sanderson.

O SR. SANDERSON (PSL - RS) - Presidente, para deixar claro...

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Deputado Sanderson, o procedimento — eu tenho que seguir o Regimento, por favor — é para todos.

A Deputada defendeu os destaques dela e o Relator encaminhou a votação sobre o destaque apreciado. E vamos votar assim cada destaque apresentado. Agora só falam o autor e o Relator e, em seguida, a votação.

O SR. SANDERSON (PSL - RS) - O.k.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Em votação o Destaque nº 7, da Deputada Adriana Ventura, conforme o parecer do Relator.

Aqueles que aprovam o parecer do Relator na Câmara dos Deputados permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Voto contrário da Deputada Adriana Ventura, a autora do destaque, e do Deputado Sanderson, que também apoia o destaque da Deputada Adriana Ventura.

O destaque foi rejeitado, não vai ao Senado.

Destaque nº 9.

Sr. Relator, V.Exa. tem a palavra.

O SR. JUSCELINO FILHO (DEM - MA) - Vamos votar o Destaque nº 9, para o qual peço apoio a todos para mantermos a redação como está no texto, que traz a questão da garantia do Fundo Especial de Financiamento de Campanha, vinculado aos orçamentos da Justiça Eleitoral.

Então, reitero o pedido de apoio a todos. Sabemos que o ano que vem será um ano eleitoral e sabemos do papel que o fundo eleitoral tem no exercício da nossa democracia dos partidos.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Em votação na Câmara dos Deputados o parecer do Relator pela rejeição do Destaque nº 9.

Aqueles que o aprovam na Câmara dos Deputados permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Voto contrário do Deputado Sanderson e da Deputada Adriana Ventura.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. CORONEL TADEU (PSL - SP) - O Deputado Coronel Tadeu também registra o voto contrário, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - O Deputado Coronel Tadeu registra o voto contrário.

O SR. SANDERSON (PSL - RS) - Presidenta, essa é uma matéria muito importante, uma vez que aumenta as despesas com o fundo eleitoral. Eu compreendo a urgência dos trabalhos desta Comissão, mas eu vou pedir verificação de quórum ou votação nominal.

O SR. DANILO FORTE (PSDB - CE) - Só há o apoio de cinco Deputados, não é?

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Eu não entendi. Deputado Sanderson, veja bem, não estou falando uma palavra a menos, nem uma palavra a mais do procedimento normal da Casa. Abrimos para a apresentação e defesa do destaque e a defesa feita pela autora. Em seguida, o Relator teve a palavra — não estou correndo; estou com a máxima calma —; o Relator pediu a rejeição; coloquei em votação. Não fiz nada mais, nada menos.

Então, foi rejeitado. O voto foi dado ao autor.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Mas o Deputado pediu verificação.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Não vai ao Senado...

O SR. ANDRÉ FUFUCA (PP - MA) - Não, é matéria vencida. O pedido foi intempestivo.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Pela ordem, Sra. Presidente. O Deputado Sanderson pediu verificação de quórum ou votação nominal.

O SR. SANDERSON (PSL - RS) - O pedido não foi intempestivo, de maneira alguma; foi tempestivo inclusive.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Deputado Sanderson, eu coloquei em votação na Câmara dos Deputados, pedi que aqueles que votassem com o Relator permanecessem como se achavam. V.Exa. se manifestou, a Deputada Adriana Ventura se manifestou, assim como o Deputado Coronel Tadeu, e eu proclamei o resultado.

Vamos passar ao Destaque nº 10.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Presidente, tem que ver se há apoio para a verificação nominal solicitada pelo Deputado Sanderson. Se não houver o apoio, não há a nominal.

O SR. ANDRÉ FUFUCA (PP - MA) - Matéria vencida, Deputado!

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Não é matéria vencida, ele pediu na hora!

O SR. SANDERSON (PSL - RS) - Nós temos três Deputados que já se manifestaram favorável à votação nominal.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Se houver mais, atendendo o suficiente, vai haver.

O SR. CORONEL TADEU (PSL - SP) - O Deputado Coronel Tadeu também, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Não, vamos logo para o Regimento.

O SR. ANDRÉ FUFUCA (PP - MA) - Presidente, isso é matéria vencida.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Quem pediu foi o Deputado Sanderson.

O SR. GILBERTO ABRAMO (REPUBLICANOS - MG) - Presidente, é matéria vencida.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Sim, vencida.

Nós estamos agora passando para o Destaque nº 10.

O SR. ANDRÉ FUFUCA (PP - MA) - Passamos para o Destaque nº 10.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Sim, Destaque nº 10. A Deputada pediu verificação, precisava de um e mais três...

O SR. ANDRÉ FUFUCA (PP - MA) - Mais quatro.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Mais quatro. Não houve esse apoio.

O SR. CORONEL TADEU (PSL - SP) - Sra. Presidente, a senhora poderia rever todos esses atos que a senhora tomou à frente nesta votação do Destaque nº 9.

Estou aqui impressionado porque V.Exa. está acelerando e há um pedido de votação nominal em curso do Deputado Sanderson, que tem o meu apoio, tem o apoio da Deputada Adriana Ventura. Acredito que V.Exa. deva ir com mais calma. Esta é uma matéria importante e muito cara para alguns Deputados.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Eu vou falar bem devagar daqui para frente. Perfeitamente, Deputado Coronel Tadeu.

Vou falar bem devagar. O pedido de verificação de quórum precisa de apoio. Eu posso falar isso de forma rápida ou devagar, mas a regra é a mesma, não vai ser alterada. Então, Deputada Adriana Ventura e Deputado Sanderson, não houve o apoio necessário.

São quatro.

Eu gostaria de passar para a votação do Destaque nº 10.

V.Exa. tem a palavra, Deputada Adriana Ventura.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Na verdade, como eu expliquei, o Destaque nº 10 fala sobre as transferências especiais de bancada. A Constituição é clara porque permite





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

transferência especial apenas para emenda individual. Isso foi colocado no ano passado, foi vetado e foi derrubado por esta Casa, sim, só que a Constituição é muito clara. Esse dispositivo é inconstitucional. Como já falamos, as transferências individuais carecem de transparência.

Eu discordo do Sr. Relator, uma vez que estamos falando de verba federal. Isso não é responsabilidade de Estado e Município e, sim, nossa responsabilidade.

Então, gostaria de pedir o apoio dos colegas para que não deixemos que transferência especial seja alterada pela LDO e não por PEC, como é o correto.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Eu queria destacar que V.Exa., pela segunda vez, está fazendo a defesa do destaque. Nós fizemos isso — esse é um procedimento totalmente fora do padrão — para entender...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Exatamente.

Eu lhe dei a palavra, para dizer ao Deputado Coronel que não está sendo tolhido o direito de quem quer que seja.

Com a palavra o Relator.

O SR. JUSCELINO FILHO (DEM - MA) - Peço, mais uma vez aqui, o apoio dos colegas para rejeição desse destaque que trata da transferência especial também ser uma possibilidade das emendas de bancada.

Acho que cada bancada tem maturidade e discernimento suficiente para determinar o que vai fazer com os seus recursos.

Essa possibilidade já foi deferida pelo Congresso Nacional no ano de 2021. A matéria foi vetada pelo Executivo e o veto foi derrubado pelo Congresso Nacional. Então, não vejo por que voltarmos atrás e impedirmos isso.

Entendo por bem manter o meu voto, como já havia feito antes. E peço aqui o apoio de todos pela rejeição do destaque.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - O Relator é pela rejeição do destaque.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Aqueles que apreciam o parecer do Relator na Câmara dos Deputados permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Voto contrário da Deputada Adriana Ventura.

Deputado Coronel Tadeu, como vota V.Exa.?

O SR. CORONEL TADEU (PSL - SP) - Contrário também, Sra. Presidente.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - O Deputado Sanderson vota contrariamente.

Aprovado o parecer do Relator.

Vamos agora ao Destaque nº 1, do Deputado Lucas Vergílio.

V.Exa. tem a palavra.

O SR. LUCAS VERGILIO (SOLIDARIEDADE - GO) - Obrigado, Sra. Presidente.

Quero aqui pedir a atenção dos nobres pares para esse meu destaque porque ele é muito importante para as nossas emendas individuais. As nossas emendas individuais são constitucionalmente impositivas. Porém, muitas vezes, quando colocamos recurso na saúde em algum Município, no Piso de Atenção Básica — PAB ou no de Média e Alta Complexidade — MAC, caso esse Município não tenha teto, esse recurso irá voltar. Ou seja, se você está destinando 300 mil reais para algum Município, e ele não tenha teto, supondo que ele só pode receber 100 mil, 200 mil irão votar.

Então, o meu destaque é para que as nossas emendas, que são constitucionalmente impositivas, não entrem nesse teto, beneficiando aquele Município com a nossa emenda impositiva.

Portanto, peço aqui apoio aos nobres pares e peço que ergam a mão para votarmos a favor desse destaque. Sabemos que o parecer do nobre Relator será pela rejeição desse destaque. Mas reitero o apoio de todos para que possamos fazer com que as nossas emendas de PAB e MAC cheguem definitivamente às cidades que estamos destinando.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Tem a palavra o Relator. *(Pausa.)*

O SR. JUSCELINO FILHO (DEM - MA) - Peço o...

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Eu gostaria de esclarecer, Deputado Lucas, a presença de V.Exa. trabalhando conosco desde cedo. V.Exa. é autor da emenda, e o destaque não é de V.Exa.

Como eu havia concedido a palavra a V.Exa., eu peço ao Relator para, na apreciação, respeitar sobretudo o seu trabalho.

Deputado Relator, V.Exa. tem a palavra.

O SR. JUSCELINO FILHO (DEM - MA) - Mais uma vez, eu peço o apoio dos colegas para a rejeição do destaque.

Os critérios de ordem técnica têm que existir. Quem conhece um pouco da área da saúde sabe disso. Não se pode deixar sem critério a alocação de recursos na atenção primária e na média e alta complexidades.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

No momento em que nós retiramos o montante de emendas impositivas e de emendas de bancadas, que hoje é onde existe a maior alocação de recursos nos Municípios — isso está dentro desse RP6 e RP7 —, ficamos totalmente sem critério.

Existem os pisos nacionais da atenção primária, da atenção básica e da média e alta complexidades feitos por critérios técnicos do Ministério. Se nós não instituirmos isso...

Uma coisa é COVID! E nós até tratamos de um decreto legislativo que derrubou os tetos da COVID. Votamos aqui na Câmara, e acho que o Senado também votou e derrubou o decreto legislativo que estabelecia um teto para a COVID.

COVID é uma coisa! Estamos vivendo uma pandemia, que está acabando. Agora, o nosso teto de PAB e MAC, que é estabelecido por critérios técnicos, tem que existir para todos os tipos de emendas, 6, 7, 8 e 9.

No momento em que nós retiramos uma dessas, fica-se totalmente sem critério, podendo um Município de 2 mil, 3 mil habitantes receber um volume que não existe, que não tem limite.

Então, acho que temos que deixar os critérios estabelecidos pelos técnicos do Ministério, que conhecem a realidade da atenção primária e da média e alta complexidades de cada Município.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP) - Presidente, um esclarecimento.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Tem a palavra o Deputado Carlos Zarattini.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP) - Eu acho que essa questão que o Deputado Lucas Vergílio colocou é importante. À medida que são feitas emendas de vários Deputados para o mesmo Município, pode ocorrer isso. E não é maldade de ninguém. O Prefeito foi, pediu para todo mundo, e todo mundo ajudou o Prefeito. Só que passou do teto.

A minha pergunta é a seguinte: ocorrendo isso, o Deputado que tiver a sua emenda excedendo o teto terá condições de realocar essa emenda em outro Município?

O SR. JUSCELINO FILHO (DEM - MA) - Hoje já tem condições.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP) - Está bem.

O SR. JUSCELINO FILHO (DEM - MA) - No momento em que excede o teto, o limite volta para o Parlamentar colocar em outro Município. Então, peço o apoio de todos para a rejeição.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Antes de colocar em votação o parecer do Relator, eu queria me voltar para o Deputado Lucas Vergílio. As palavras de V.Exa. são sobremaneira importantes.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Vamos encontrar outro momento — não estou querendo debater: porque já está em votação, e eu não posso debater — para tratar desse assunto.

O SR. LUCAS VERGILIO (SOLIDARIEDADE - GO) - Quero dizer somente, Presidente, que nós não estamos retirando o limite, o teto de MAC e PAB.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Entendi.

O SR. LUCAS VERGILIO (SOLIDARIEDADE - GO) - É somente para as nossas emendas que forem acrescidas.

Então, não estamos retirando o limite. Continuam os critérios do Ministério da Saúde de teto de MAC e PAB.

A minha ideia aqui é somente garantir as nossas emendas, a nossa prerrogativa constitucional de destinar aquele valor que achamos adequado para cada Município. É somente isso.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Em votação o parecer do Relator, que é pela rejeição do destaque.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Aqueles que aprovam o parecer do Relator permaneçam como se acham. *(Pausa)*

Aprovado.

Voto contrário do Deputado Fufuca, da Deputada Flávia Moraes, do Deputado Coronel Tadeu, do Deputado Lucas Vergilio, do Deputado Márcio Marinho.

Deputado Carlos Zarattini, V.Exa. tem o Destaque 57. V.Exa. gostaria de se pronunciar?

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP) - Muito obrigado, Sra. Presidente.

O nosso destaque é em relação a uma emenda do Deputado José Guimarães que propõe que o reajuste do salário mínimo leve em conta o aumento real do PIB de 2019.

É importante dizer que em 2019 já não foi aplicada aquela fórmula que vigia para o salário mínimo, que recuperou o salário mínimo no nosso País, foi capaz de dar mais dignidade ao povo trabalhador que menos ganha, e se colocou apenas o reajuste inflacionário, a correção monetária. Em 2020 houve redução do PIB. E o que estamos propondo é que o reajuste salarial do salário mínimo para 2022 incorpore não só a inflação de 2021, mas também aquele aumento do PIB que não foi considerado em 2019.

E eu quero justificar, Sra. Presidente. O salário mínimo é a base salarial da grande — e esmagadora — maioria do povo brasileiro. Ficam falando: *"Vamos melhorar o Bolsa Família, fazer um novo programa"*. Estamos de acordo, queremos melhorar o Bolsa Família, mas o que realmente atinge e beneficia mais de 60 milhões de brasileiros é o salário mínimo. O que





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

reajusta a maioria das aposentadorias é o salário mínimo. Então, é importantíssimo que possamos garantir que o salário mínimo tenha um valor atualizado e valorizado.

Gostaríamos de dizer mais, Sra. Presidente: este ano o povo brasileiro vem sofrendo um aumento de preços que há muito tempo não via. A inflação está batendo em 8%, já passou 8%. Nós temos um problema que é o aumento dos combustíveis, o aumento dos preços agrícolas que está vinculado ao mercado internacional, o aumento do gás de cozinha, que agora o Governo estipulou que vai respeitar o preço do *city gate* nos Estados Unidos. Por que nós temos que pagar o preço do *city gate* dos Estados Unidos? Nós temos que pagar o preço do custo de produção do nosso gás aqui do pré-sal.

Então, Sra. Presidente, é importantíssimo que o povo brasileiro, aquele que mais sofre, aquele que mais precisa, tenha respeitado um salário mínimo que melhore a sua condição de vida. Eu ia falar a palavra "digno", mas esse salário mínimo está tão longe de ser digno que nós não podemos falar essa palavra. Queremos uma melhora efetiva no salário mínimo.

Quero pedir aqui o apoio de todos os Deputados e Deputadas, Senadores e Senadoras. Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Com a palavra o Relator.

O SR. JUSCELINO FILHO (DEM - MA) - Bom, eu gostaria mais uma vez aqui de pedir o apoio do Plenário, dos colegas Parlamentares, pela rejeição do destaque, considerando, nobre Deputado Carlos Zarattini, que, nessa emenda que V.Exa. destacou, V.Exas. tentaram fixar o valor do salário mínimo correspondente à variação do Índice Nacional de Preços — INPC, calculado e divulgado pelo IBGE.

E a LDO não pode fixar o salário mínimo. A LDO poderia prever um reajuste, igual prevemos o reajuste dos agentes de saúde, quando o acatamos, mas não podemos fixar o salário mínimo. Esse é um assunto que tem que ser tratado por lei específica, para ser fixado o salário mínimo.

Portanto, somos pela rejeição do destaque.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - O parecer do Relator é pela rejeição do destaque apresentado pelo Deputado Carlos Zarattini.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Aqueles que apoiam o parecer do Relator permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Voto contrário do Deputado Daniel Almeida, do Deputado Hildo Rocha, do Deputado Carlos Zarattini, do Deputado Wilson Santiago...

O SR. ZÉ CARLOS (PT - MA) - Voto contrário do Deputado Zé Carlos, Presidenta.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Voto contrário do Deputado Zé Carlos Nunes.

A SRA. DRA. SORAYA MANATO (PSL - ES) - Deputada Soraya Manato também.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Voto contrário da Deputada Soraya Manato.

O destaque está rejeitado.

Vamos passar agora aos Destaques 64, 65 e 66...

O SR. ZÉ CARLOS (PT - MA) - Presidenta, questão de ordem. por favor.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Questão de ordem ao Deputado Zé Carlos.

O SR. ZÉ CARLOS (PT - MA) - Obrigado, Presidenta.

Quero só registrar que o meu voto acompanha o voto do Deputado Carlos Zarattini.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Registro que o Deputado Zé Carlos registra que acompanha o Deputado Carlos Zarattini.

Sr. Wagner, V.Exa. permite que façamos a votação?

Com a palavra o Senador Wellington Fagundes.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (PL - MT) - Sra. Presidente e nosso Relator, já gostaria de começar, Relator, pedindo a V.Exa. que fale "*vou acatar*", porque se trata de destaques propostos pelo Senador Luis Carlos Heinze sobre os profissionais técnicos em agropecuária da faixa de fronteira.

Isso é extremamente importante, inclusive no momento que vivemos hoje, tendo em vista a questão da saúde pública, porque esses profissionais estão guardando a nossa faixa de fronteira, em especial na Região Amazônica, no Estado de Mato Grosso, no Estado de Mato Grosso do Sul. Até agora o Ministério da Saúde fez o bloqueio, vacinando (*falha na transmissão*).

Nós temos mais de mil quilômetros de divisa seca. Então, é possível as pessoas atravessarem a divisa a pé, além dos animais. Então, por isso a presença desses técnicos agropecuários, que fazem essa vigilância inclusive para o controle das doenças. Hoje, nós estamos praticamente erradicando a febre aftosa. Por isso, a valorização desses profissionais é extremamente importante.

Aproveito ainda a oportunidade para parabenizar o Relator também pela garantia dos recursos para a ciência e a tecnologia, o que é fundamental para o Brasil, que já está com a tecnologia de algumas vacinas neste momento em que vacina também contra a COVID, que





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

tem sido o grande problema do Brasil. Investir na ciência e na tecnologia é fundamental, nossa querida Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Eu gostaria de pedir novamente a colaboração de V.Exas. O Relator tem que ter facilidade para ouvir a argumentação feita pelo Senador Wellington Fagundes e pelos demais. Então, por favor, colaborem. Todos estão com máscara, falando com muita dificuldade.

Eu gostaria de perguntar se V.Exa. permite que apreciemos os três destaques.

O SR. JUSCELINO FILHO (DEM - MA) - Sim. Os três, em bloco.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Com a palavra o Relator, para apreciar os destaques.

O SR. JUSCELINO FILHO (DEM - MA) - Ouvi aqui atentamente as colocações do Senador Wellington, que são muito pertinentes. Sabemos da importância desses técnicos, dessa reestruturação para essas carreiras que foram colocadas aqui, a reestruturação remuneratória do Plano de Carreira dos Cargos de Atividades Técnicas e Auxiliares de Fiscalização Federal Agropecuária. Mas, como disse, imaginem o tanto de categorias que veio nos demandar para que tratássemos de reestruturação remuneratória dentro da LDO. Já há uma previsão no anexo da LOA. Eu acho que o momento de tratar sobre isso é quando tratarmos da LOA. Já há essa previsão.

Então, o nosso parecer é pela rejeição dos destaques. No mérito, nós apoiamos a questão. Mas, no momento, como esse reajuste traz impacto, pedimos que apoiem a rejeição e que possamos tratar isso no momento da LOA. já há previsão no anexo da LOA. Voto pela rejeição dos destaques.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - O Relator foi pela rejeição dos três destaques: 64, 65 e 66.

Solicito que aqueles que aprovam o parecer do Relator na Câmara dos Deputados permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Não há nenhum voto contrário.

Aprovado.

O SR. ZÉ CARLOS (PT - MA) - Presidenta, questão de ordem. O Deputado Zé Carlos vota pelo destaque.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Há o voto contrário do Deputado Zé Carlos. Está registrado o voto de S.Exa.

Então, foram rejeitados os destaques e foi aprovada a LDO, que vai ao Congresso Nacional.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Eu queria, antes de qualquer coisa, dizer que na mesa há três requerimentos de autoria do Deputado Carlos Zarattini, que eu passo a distinguir.

Deputado, peço que V.Exa. apresente o seu requerimento, em vez de eu o ler integralmente.

O SR. DANILO FORTE (PSDB - CE) - Pela ordem, Presidente.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP) - Posso apresentar os três ao mesmo tempo?

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Pode, sim, os três ao mesmo tempo.

O SR. DANILO FORTE (PSDB - CE) - Pela ordem, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Deputado Danilo, eu já dei a palavra ao Deputado Carlos Zarattini.

O SR. DANILO FORTE (PSDB - CE) - É só para ajudar. Eu estou pedindo a palavra.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Eu dei a palavra a ele.

O SR. DANILO FORTE (PSDB - CE) - Nós concluímos a votação da LDO? *(Pausa.)*

Então, encerre a LDO e comece a apreciação dos requerimentos.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Já fiz isso.

O SR. DANILO FORTE (PSDB - CE) - Eu não ouvi. Desculpe-me. Talvez seja por causa da máscara.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Tem a palavra o Deputado Carlos Zarattini, para apresentar os três requerimentos, que votaremos em globo.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP) - Sra. Presidente, nós fizemos três requerimentos de audiência pública, para tratar da execução orçamentária dos últimos anos e da perspectiva de orçamento para 2022. O primeiro requerimento é de realização de audiência pública sobre a área de ciência, tecnologia e inovação, na esfera federal. O segundo requerimento é de realização de audiência pública sobre planos, metas e orçamentos dos últimos anos e perspectivas para 2022 dos programas habitacionais desenvolvidos pelo Governo Federal. O terceiro requerimento é de realização de audiência pública sobre a situação orçamentária das universidades federais e dos institutos federais.

Nós gostaríamos de pedir a aprovação desses requerimentos, porque nos parece que são três questões importantes. Queremos ouvir aqui não só os membros do Poder Executivo, como também pessoas que estão relacionadas a esses temas que citamos. Evidentemente, podemos incluir outras pessoas, por sugestão dos Deputados e Senadores.

Era isso, Sra. Presidente.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Há alguém que queira discutir os requerimentos apresentados pelo Deputado Carlos Zarattini? (*Pausa.*)

Tem a palavra o Deputado Claudio Cajado.

O SR. CLAUDIO CAJADO (PP - BA) - Sra. Presidente, em que pese o mérito dos requerimentos, quero dizer que nós vamos entrar possivelmente em recesso a partir de hoje. Estes requerimentos só se efetivarão a partir do mês de agosto.

A Presidente, a Senadora Rose de Freitas, Deputado Carlos Zarattini, já deixou bem encaminhado que o procedimento da Comissão a partir do segundo semestre será o de pegar os Relatórios Setoriais, fazer a distribuição de forma proporcional para os partidos com assento na Comissão e começar a discuti-los com os Ministros de cada área. Penso, então, que V.Exa. terá contemplados os requerimentos com o procedimento que a Presidente Rose de Freitas já adiantou que irá fazer. Peço a V.Exa. que aguarde, até porque, objetivamente, a aprovação dos requerimentos não vai surtir o efeito que V.Exa. deseja.

Portanto, eu sugeriria que deixássemos para o segundo semestre o encaminhamento, de forma consensual.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Deputado Claudio Cajado, V.Exa. faz um apelo ao Deputado Carlos Zarattini. Pergunto a ele se acata a proposta. Uma coisa não prejudica a outra.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP) - É claro, Sra. Presidente. Eu acho que...

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - O nosso organograma de trabalho será respeitado. Teremos todos os Ministros...

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP) - Sra. Presidente, a diferença... Os Ministros virão...

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Teremos todos os Ministros aqui, em agendas prévias. Não acho que há prejuízos para a proposta de V.Exa.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP) - Não, sem dúvida, Sra. Presidente. A única questão que estamos acrescentando é a do estabelecimento de uma lista de convidados, além, evidentemente, de um representante, que pode ser o próprio Ministro...

(Intervenções fora do microfone.)

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Deputado Carlos Zarattini, não fale. Aguarde que ouçam V.Exa., por favor. (*Pausa.*)

Tem a palavra o Deputado Carlos Zarattini.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP) - Nós estamos acrescentando algumas pessoas que gostaríamos que viessem para o debate. Não quero aqui ouvir um Ministro, e não ouvir





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

contraposição alguma por parte da sociedade civil, de representantes de universidades, da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, da Academia Brasileira de Ciências. É isso. Nós queremos ouvir também as pessoas interessadas. Por conta disso apresentamos o requerimento, sem nenhum prejuízo para as audiências às quais venha o Ministro, para fazer a sua exposição. Mas acho importante que esta Comissão ouça também aqueles que estão sendo afetados pelo Orçamento.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Muito bem.

Os requerimentos de V.Exa. são os de nº 14, 15 e 16. Peço desculpas se não consigo abrandar o Plenário, para ouvir o valor da defesa de V.Exa. Não há prejuízo para as agendas estabelecidas com os Ministros.

Em votação os requerimentos na Câmara dos Deputados.

Aqueles que aprovam os requerimentos do Deputado Carlos Zarattini permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovados.

Em votação os requerimentos no Senado Federal.

Aqueles que aprovam os requerimentos do Deputado Carlos Zarattini permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovados.

Eu gostaria de fazer um agradecimento ao Relator, o Deputado Juscelino Filho, pelo trabalho executado e pela paciência, que, aliás, é obrigação de todos nós aqui. Não sou muito afeita a elogios, mas reconheço o esforço desse jovem Parlamentar, que ouviu a todos e concluiu bem algumas questões levantadas nesta LDO.

Agradeço a todos os que contribuíram para o êxito deste trabalho, na apreciação da LDO.

Pergunto a V.Exa. se gostaria de fazer alguma observação.

O SR. JUSCELINO FILHO (DEM - MA) - Presidente, gostaria só de agradecer profundamente a cada um dos colegas Parlamentares que contribuíram de alguma forma para que fechássemos esta votação, da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2022.

Acredito que estamos trazendo grandes avanços neste relatório aprovado nesta Comissão. Como falei aqui, na primeira fala, pontuamos todos os principais avanços e benefícios nas diversas áreas que estamos trazendo e garantindo para o ano de 2022.

Quero agradecer mais uma vez a V.Exa., Presidente, Senadora Rose de Freitas, pela confiança que nos deu para conduzir este importante momento, nesta Comissão de Orçamento, na construção desta lei tão importante, que garante as políticas públicas do nosso País para o ano que vem. Ao mesmo tempo, parabenizo V.Exa. pela condução sempre serena





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

e amena, por buscar o entendimento, como V.Exa. sempre fez quando foi pela primeira vez Presidente desta Comissão. Agora, com certeza, mais uma vez traz esse ambiente de entendimento para esta Comissão. Com certeza, isso fluirá muito bem nos trabalhos, no decorrer deste ano. Estarei sempre aqui, um soldado de V.Exa., à disposição de V.Exa. e de todos os colegas, para dar a nossa contribuição durante este ano, na construção da peça orçamentária para o ano de 2022.

Muito obrigado a V.Exas. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Eu gostaria de agradecer a V.Exa., Deputado Juscelino Filho.

Acho que as pessoas não observaram algo. Havia um requisito indispensável nesta Comissão: tão logo instalada, e antes de discutirmos a LDO, nós sempre contamos aqui com a presença do Ministro da Fazenda ou da Economia, enfim, e desta vez nós invertemos o processo. Nós discutimos a LDO, trouxemos o relatório da LDO para uma discussão aberta e transparente, e em seguida receberemos os Ministros, para que, juntos, possamos organizar o pensamento da Comissão Mista de Orçamento. O Orçamento, como concebido, é elaborado pelo Congresso Nacional. Ocorria sempre o contrário: elaboravam o Orçamento e nos colocavam para discuti-lo, aprová-lo ou não. Portanto, desta vez, o Ministro da Economia não esteve presente na abertura. Discutimos com ele a proposta nova, de agora, de construirmos o Orçamento.

Portanto, quando reabrimos os trabalhos, em agosto, com as audiências públicas solicitadas por V.Exa., Deputado Carlos Zarattini, mais a presença dos Ministros, eu tenho certeza de que, aí sim, estaremos prontos para o desafio que enfrentaremos — todos os Parlamentares, todos os Líderes, todos os coordenadores, todos os servidores que até agora estiveram conosco, trabalhando inclusive durante a noite.

O SR. JUSCELINO FILHO (DEM - MA) - Eu me esqueci, nos meus agradecimentos, justamente de registrar o papel que cada servidor e consultor teve no desenvolvimento deste trabalho. Sozinhos nós não conseguimos fazê-lo. Então, na pessoa do Secretário e dos consultores, do Wagner, agradeço a todos os que contribuíram para que pudéssemos, em tempo recorde, construir e trazer este relatório para esta Comissão. Ficamos aqui, por 2 dias, até a madrugada construindo este substitutivo, este texto e o relatório, tentando atender o máximo de emendas de todos os Parlamentares. Então, o trabalho dessa turma que fica na retaguarda é fundamental para que os trabalhos desta Comissão fluam.

Na pessoa do Wagner, servidores da Comissão Mista de Orçamento, sintam-se cumprimentados e abraçados. (*Palmas.*)





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Por que V.Exa. não falou o nome do Walbinson? *(Risos.)*

Isso é uma injustiça com o Walbinson.

Em nome do Walbinson e dos demais companheiros, muito obrigada.

Está encerrada a nossa reunião.

O SR. JUSCELINO FILHO (DEM - MA) - O Deputado Marcelo Ramos já está abrindo a sessão do plenário. Queria só avisar.

Nós já vamos nos deslocar para o plenário, grande Líder, Deputado Claudio Cajado, para seguir a nossa missão.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

ATA DA OITAVA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 56ª LEGISLATURA, DA COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO, REALIZADA NO DIA 11 DE AGOSTO DE 2021.

Aos onze dias de agosto de dois mil e vinte um reuniu-se, de forma semipresencial, a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no Anexo II, Plenário 02 da Câmara dos Deputados e, virtualmente, por meio da plataforma zoom. Foi registrada a presença dos Senhores - **Deputados Titulares** Arnaldo Jardim, Bosco Costa (remotamente), Carlos Zarattini, Charles Evangelista, Coronel Tadeu, Domingos Sávio, Eduardo Costa, Genecias Noronha, Gilberto Abramo, Hildo Rocha, Jhonatan de Jesus, José Guimarães, Luciano Ducci, Mário Negromonte Jr., Osires Damaso, Paulo Azi, Sanderson e Zé Carlos; - **Senadores Titulares** Angelo Coronel (remotamente), Carlos Fávaro, Izalci Lucas, Oriovisto Guimarães, Rose de Freitas e Wellington Fagundes; - **Deputados Suplentes** Adriana Ventura (remotamente), Beto Faro, Célio Silveira, Dagoberto Nogueira, Danilo Forte, Hercílio Coelho Diniz, João Carlos Bacelar, Juscelino Filho, Márcio Marinho, Ossesio Silva, Pedro Lupion, Rodrigo Coelho, Totonho Lopes e Weliton Prado. Foi registrado o comparecimento dos parlamentares não integrantes da Comissão Deputados: Félix Mendonça Júnior e Julio Lopes. Registrou-se a **ausência** dos membros titulares: Deputados: Adolfo Viana, André Figueiredo, André Fufuca, Arthur Oliveira Maia, Daniel Almeida, Flávia Morais, Gonzaga Patriota, Hugo Leal, Júnior Mano, Marx Beltrão, Sergio Souza e Uldurico Junior; Senadores: Alessandro Vieira, Elmano Férrer, Jean Paul Prates, Simone Tebet e Weverton.

ABERTURA: às treze horas e dezenove minutos, do dia onze de agosto de dois mil e vinte um, e havendo número regimental conforme estabelecido no *art. 134 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional*, os trabalhos foram abertos pela Presidente, Senadora Rose de Freitas, que informou que a reunião estava ocorrendo de forma semipresencial, com parlamentares presentes no plenário e parlamentares participando de forma virtual através da plataforma zoom. Em seguida, havendo quórum para deliberação, conforme o *art. 12 do Regimento Comum do Congresso Nacional*, consultou o plenário a fim de que fosse solicitada a dispensa da leitura da Ata da 7ª Reunião Deliberativa Extraordinária, realizada nos dias quatorze e quinze de julho de 2021. O Deputado Carlos Zarattini solicitou a dispensa da leitura da Ata e, em votação, a Ata foi **APROVADA**.

EXPEDIENTE. A Presidente solicitou que fossem declarados como lidos os expedientes recebidos pela Comissão, do dia 15 de julho, até a presente data, tendo em vista que essas informações encontram-se publicadas na página da CMO na internet. Em seguida, passou a condução dos trabalhos ao Deputado Carlos Zarattini, Primeiro Vice-Presidente.

ORDEM DO DIA: Havendo número regimental para deliberação, o Presidente em exercício comunicou que, na pauta, havia cinco Requerimentos, todos de autoria da Senadora Rose de Freitas, e propôs ao plenário que fosse feita sua votação em bloco. Com a concordância do plenário, o Deputado Carlos Zarattini anunciou os itens da pauta.

Item 1 – Apreciação do REQUERIMENTO Nº 17/2021-CMO, que “solicita que seja enviado convite ao Sr. Bruno Funchal, Secretário Especial do Tesouro e Orçamento no Ministério da Economia, para, em audiência pública, discorrer sobre o Cenário Econômico Fiscal”.

Item 2 – Apreciação do REQUERIMENTO Nº 18/2021-CMO, que “solicita que seja enviado convite ao Sr. Ciro Nogueira, Ministro Chefe da Casa Civil, para em audiência pública, discorrer sobre o Projeto de Lei Orçamentária para 2022”.

Item 3 – Apreciação do REQUERIMENTO Nº 19/2021-CMO, que “solicita que seja enviado convite ao Sr. Milton Ribeiro, Ministro da Educação, para, em audiência pública, discorrer sobre o Projeto de Lei Orçamentária para 2022”.

Item 4 – Apreciação do REQUERIMENTO Nº 20/2021-CMO, que “solicita que seja enviado convite ao Sr. Rogério Marinho, Ministro do Desenvolvimento Regional, para, em audiência pública, discorrer sobre o Projeto de Lei Orçamentária para 2022”.

Item 5 – Apreciação do REQUERIMENTO Nº 21/2021-CMO, que “solicita que seja enviado convite ao Sr. Marcos Pontes, Ministro da Ciência e Tecnologia, para em audiência





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

pública, discorrer sobre o Projeto de Lei Orçamentária para 2022". A seguir, a Senadora Rose de Freitas, usou da palavra para justificar a necessidade da apresentação dos Requerimentos. A discussão foi iniciada. Não havendo quem quisesse discutir, o Presidente em exercício encerrou a discussão. Subscreveram os Requerimentos os Deputados José Guimarães, Adriana Ventura (remotamente) e Bosco Costa (remotamente). Em deliberação nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, os Requerimentos de números 17, 18, 19, 20 e 21/2021CMO foram **APROVADOS**. **ENCERRAMENTO:** O Presidente em exercício, Deputado Carlos Zarattini, informou que haviam sido recebidos pela Comissão e encontravam-se aguardando a designação de relator os Projetos de Lei do Congresso Nacional de números 9, 10, 11 e 13/2021 – CN. Nada mais havendo a tratar, o Presidente em exercício encerrou os trabalhos às treze horas e trinta e um minutos, do dia onze de agosto de dois mil e vinte e um. Para constar, eu, Walbinson Tavares de Araujo, Secretário Executivo, lavrei a presente Ata, que, após a sua aprovação, será assinada pela Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional e encaminhada para publicação no Diário do Congresso Nacional. Os trabalhos foram gravados e, depois de traduzidos, integrarão esta Ata.

Senadora _____ Rose _____ de
Freitas, Presidente. XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Havendo número regimental, declaro iniciada a 8ª Reunião Extraordinária da Comissão Mista de Planos Orçamentos Públicos e Fiscalização, para apreciação das matérias constantes da pauta.

Informo que a reunião ocorre de forma semipresencial e pode haver Parlamentares presentes no plenário e Parlamentares participando de forma virtual, através da plataforma Zoom, que foi o que nós combinamos na reunião que hora se encerrou, que os Parlamentares estariam presentes remotamente, para que nós pudéssemos dar andamento a essa pauta a fim de deliberarmos alguns requerimentos que aqui se encontram.

Havendo concordância de todos nós, eu proponho a dispensa da leitura da seguinte ata: 7ª Reunião Deliberativa Extraordinária, realizada em 14/7 e 15/7 de 2021.

Caso haja alguma retificação, eu peço aos Srs. Parlamentares que se manifestem.

Quanto à concordância do Plenário sobre a dispensa da leitura, eu gostaria de colher a manifestação do Deputado Zarattini.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP) - Solicito a dispensa da leitura da ata, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - De acordo.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

A ata está em votação na Câmara dos Deputados.

As Sras. e os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

(Pausa.)

Aprovada.

Em seguida, em votação na representação do Senado Federal.

As Sras. e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram.

(Pausa.)

Aprovada.

Solicito ainda que sejam declarados como lidos os expedientes recebidos pela Comissão, do dia 15 de julho até a presente data, tendo em vista que essas informações encontram-se publicadas na página da CMO na Internet.

Ordem do Dia.

Nós vamos passar à apreciação do Requerimento nº 17, de 2021.

Eu gostaria, como sou autora de todos os requerimentos que se encontram na pauta, de passar a Presidência ao 1º Vice-Presidente, Deputado Zarattini, para operar os trabalhos.

Queria registrar que recebemos belíssimo arranjo de flores do Senador Vanderlan, dando boas-vindas a esta Comissão. Agradeço a gentileza a S.Exa., sempre solícito com todos os nossos Parlamentares. Muito obrigada, Senador Vanderlan.

Passo, então, a presidência dos trabalhos ao Vice-Presidente Zarattini.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Zarattini. PT - SP) - Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Senadores temos aqui cinco requerimentos, de autoria da Senadora Rose de Freitas, e a nossa proposta é votá-los em globo.

O Requerimento nº 1 solicita que seja enviado convite ao Sr. Bruno Funchal, Secretário Especial do Tesouro e Orçamento no Ministério da Economia, para, nesta Comissão, discorrer sobre o cenário econômico fiscal.

O Requerimento nº 18 solicita que seja enviado o convite ao Sr. Ciro Nogueira, Ministro Chefe da Casa Civil, para discorrer sobre o Projeto de Lei Orçamentária para 2022.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O Requerimento nº 19 solicita que seja enviado o convite ao Sr. Milton Ribeiro, Ministro da Educação, para discorrer sobre o Projeto de Lei Orçamentária para 2022.

O Requerimento nº 20 solicita que seja enviado o convite ao Sr. Rogério Marinho, Ministro do Desenvolvimento Regional, para discorrer sobre o Projeto de Lei Orçamentária para 2022.

E o Requerimento nº 21 solicita que seja enviado convite ao Sr. Marcos Pontes, Ministro da Ciência e Tecnologia, para discorrer sobre o Projeto de Lei Orçamentária para 2022.

Com a palavra, a autora dos requerimentos.

A SRA. ROSE DE FREITAS (MDB - ES) - Sr. Presidente, antes de mais nada, quando assumimos a Presidência da CMO, nós alertamos para a necessidade de que a feitura deste Orçamento fosse fruto de um debate entre esta Comissão e o Poder Executivo. Normalmente, o que acontece é que recebemos, na elaboração do PLOA, os relatórios setoriais de todas as áreas. Eles falam da dinâmica oferecida pelo Ministério.

Vamos citar, por exemplo, a educação, que está muito longe daquilo que o Congresso debate permanentemente. Quer dizer, a visão que deveria ter a Comissão de Orçamento sobre as prioridades estabelecidas pelas diversas regiões e pelo Congresso passa bem longe da visão das diretrizes e das prioridades traçadas por cada área. Chamo a atenção especialmente para a área da educação, da ciência e tecnologia, e a visão do todo que nós precisamos ter de acordo com a prioridade e o planejamento oferecido pela Casa Civil, pelo Ministério da Economia e outras áreas importantes.

A justificativa que faço é exatamente no sentido de que todos possam participar, inclusive V.Exa. e eu, da elaboração deste Orçamento, pois isso é fundamental. No orçamento executado pela educação no passado, as prioridades estiveram aquém, submetendo a educação a uma política orçamentária irrisória que sacrifica as perspectivas de que a educação seja um pilar do desenvolvimento, tão apregoado por todos nós e pela área do Executivo, sem contar que na área da ciência e tecnologia é de fazer vergonha o orçamento que é oferecido ao País, como se ciência e tecnologia





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

não fossem fundamentais para o progresso da própria educação e o desenvolvimento do Brasil.

Essa é razão pela qual apresentei requerimentos solicitando a presença do Ministro da Educação, do Ministro da Ciência e Tecnologia e também de outra área que abrange as políticas sociais, que é o desenvolvimento regional, em que tivemos sempre a participação do Ministro Rogério Marinho. E digo mais, a questão das casas populares, a questão de toda política que envolve a área de desenvolvimento regional precisa ser debatida antes que venha para cá a peça orçamentária que envolve esse setor.

Era isso o que eu queria dizer.

Agradeço o apoio de todos para começar os trabalhos dentro da expectativa de que nós possamos fazer um Orçamento integrado à responsabilidade que o Congresso tem, e não mais na situação de ser colocado como um apêndice secundário que pode ser utilizado na hora da votação para homologar propostas que, muitas vezes, não atendem às expectativas que os Parlamentares trazem, como legítimos representantes da política pública, em todas as áreas que envolvem a economia do Brasil.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Zarattini. PT - SP) - Muito bem, Senadora Rose de Freitas, Presidente desta Comissão. Queria parabenizá-la pelos requerimentos, que de fato trazem para o Congresso o debate do Orçamento, o que é fundamental. É aqui nesta Comissão e neste Congresso que nós devemos elaborar e melhorar o Orçamento federal.

Os requerimentos estão em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-los, os Requerimentos nº 17, 18, 19, 20 e 21 estão em votação na representação da Câmara dos Deputados.

O SR. JOSÉ GUIMARÃES (PT - CE) - Presidente, só quero solicitar a subscrição dos requerimentos.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Zarattini. PT - SP) - Muito bem. O Deputado José Guimarães pede subscrição dos requerimentos.

Os requerimentos estão em votação na representação da Câmara dos Deputados.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Os Srs. Deputados que os aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovados.

Em votação na representação do Senado.

Os Srs. Senadores que os aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovados.

Todos os Líderes que desejarem subscrevê-los também podem fazê-lo. *(Pausa.)*

O Deputado Arnaldo Jardim, do Cidadania, está subscrevendo os requerimentos.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - A Deputada Adriana Ventura também, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Zarattini. PT - SP) - A Deputada Adriana Ventura, do Partido Novo, também os subscreve.

O SR. BOSCO COSTA (PL - SE) - Presidente, também quero subscrever os presentes requerimentos.

Quero parabenizar a Presidente da CMO Senadora Rose de Freitas pelos requerimentos, sabendo da importância desses convidados para que possamos iniciar os trabalhos discutindo as prioridades com os Ministros das áreas. Temos muito a ver com todos os Ministérios, mas também precisamos ver essa questão do Ministério do Meio Ambiente. Precisamos discutir e subscrever os presentes requerimentos.

Parabéns à Presidente da CMO e que possamos fazer um trabalho à altura do povo brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Zarattini. PT - SP) - Muito obrigado, Deputado Bosco Costa. Agradeço a sua participação.

Também queria informar que foram recebidos os Projetos de Lei do Congresso Nacional nº 9, 10, 11 e 13, todos de 2021, que estão aguardando a designação dos Relatores.

Agradeço a presença de todos.

Declaro encerrada a presente reunião.

ATA DA QUARTA REUNIÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA EXTRAORDINÁRIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 56ª LEGISLATURA, DA COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO,





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

REALIZADA EM 17 DE AGOSTO DE 2021.

Aos dezessete dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e um, reuniu-se a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no plenário 2, do Anexo II da Câmara dos Deputados. Os trabalhos foram conduzidos pela Senadora Rose de Freitas, Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização – CMO. Esta reunião foi convocada para ouvir o Ministro de Estado da Educação, Sr. Milton Ribeiro, acerca do Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2022, em atendimento ao **Requerimento n.º 19/2021-CMO**, de autoria da Senadora Rose de Freitas, aprovado na 8ª Reunião Extraordinária da CMO, realizada em 11.08.2021 e subscrito pelos Deputados Adriana Ventura, Bosco Costa e José Guimarães. Foi registrado o comparecimento dos membros: - **Deputados titulares:** Adolfo Viana, André Figueiredo, Bosco Costa, Carlos Zarattini, Charles Evangelista, Coronel Tadeu, Daniel Almeida, Domingos Sávio, Eduardo Costa, Flávia Moraes, Genecias Noronha, Gilberto Abramo, Hugo Leal, José Guimarães, Luciano Ducci, Mário Negromonte Jr., Marx Beltrão, Osires Damaso, Paulo Azi, Sanderson, Sergio Souza, Uldurico Junior e Zé Carlos; - **Senadores titulares:** Angelo Coronel, Carlos Fávaro, Elmano Férrer, Izalci Lucas, Rose de Freitas, Simone Tebet e Wellington Fagundes; - **Deputados suplentes:** Aluisio Mendes, Caroline de Toni, Célio Moura, Célio Silveira, Danilo Forte, Delegado Marcelo Freitas, Domingos Neto, Dra. Soraya Manato, Gelson Azevedo, Juscelino Filho, Márcio Marinho, Ossesio Silva, Pedro Lupion, Rodrigo Coelho, Weliton Prado e Zeca Dirceu; - **Senador Suplente:** Esperidião Amin. Foi registrado o comparecimento dos parlamentares não integrantes da Comissão, Deputados : Alice Portugal, Aline Gurgel, Angela Amin, General Peternelli, Leonardo Monteiro, Lincoln Portela, Marcel van Hattem, Marreca Filho, Paulo Teixeira, Paulo Vicente Caleffi e Professora Dorinha Seabra Rezende. **ABERTURA:** às dez horas e cinquenta e três minutos, a Presidente, Senadora Rose de Freitas declarou iniciada a reunião, comunicou a finalidade da audiência pública e informou que a reunião ocorria de forma semipresencial, com a presença de parlamentares no plenário e também com a participação de forma virtual, através da plataforma zoom. Logo após, para melhor ordenamento dos trabalhos, a Presidente comunicou que, de acordo com o estabelecido no *art. 398, incisos IX e X, do Regimento Interno do Senado Federal*, o Ministro disporia de trinta minutos para fazer a sua exposição, só podendo ser apartado desde que o permitisse. E conforme o estipulado no *art. 398, inciso X do Regimento Interno do Senado Federal*, os parlamentares inscritos para interpelar o Ministro poderiam fazê-lo estritamente sobre o assunto da exposição, pelo prazo de cinco minutos, tendo o interpelado igual tempo para responder, facultadas a réplica e a tréplica, pelo prazo de dois minutos. Em seguida, usou da palavra o Senador Wellington Fagundes, Relator Setorial designado para a Área Temática da Educação do Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2022 e o Deputado Carlos Zarattini, que prestou esclarecimentos aos convidados que estavam previstos a participar para atender ao Requerimento nº 16/2021 CMO, de sua autoria, cujo atendimento ocorreria também na presente reunião. A Presidente justificou que, nesta reunião, seria atendido apenas o Requerimento de nº 19/2021 CMO, tendo em vista a necessidade de um tempo maior para ouvir o Ministro da Educação em relação à Proposta de Lei Orçamentária Anual e assegurou uma nova data para ouvir os convidados requeridos pelo Deputado Carlos Zarattini. Em continuidade, A Presidente anunciou a abertura da lista de inscrições para o debate, e transferiu a palavra ao Ministro de Estado da Educação, Senhor Milton Ribeiro, que discorreu sobre o tema, fazendo uso de projetor de multimídia. Encerrada a apresentação, a Presidente agradeceu a participação do Ministro e concedeu a palavra ao Senador Wellington Fagundes, que destacou o tema da conectividade nas escolas, que precisa de muito recurso e citou o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações – FUST, que pode ser utilizado. Também mencionou o recurso do Fundo de Manutenção e





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb e sua importância. Ressaltou que é necessário promover a valorização do ensino profissionalizante e sugeriu que fosse promovida uma reunião com os Ministros de Estado da Educação e da Ciência e Tecnologia, para discutir o orçamento de forma que possam trabalhar em conjunto. Em seguida, o Deputado Carlos Zarattini informou ao Ministro que sua assessoria fez uma atualização de alguns dados do orçamento utilizando índices como o IPCA — no caso deste ano, utilizou a projeção do IPCA. Nesta atualização foi constatado que, em 2014, as despesas discricionárias do MEC chegaram a 48 bilhões de reais e que, neste ano, são de 20 bilhões de reais. A função Ensino Superior teve seu ponto alto em 2015, com 19 bilhões e 125, e hoje tem-se 9 bilhões. Na função Ensino Profissional, de 10 bilhões, em 2014, também, chegou-se agora a 2.537 bilhões, que é praticamente um pouco mais que um quinto do valor, motivo que gera preocupação. Sobre a melhor utilização dos recursos, citada pelo Ministro, o Deputado Carlos Zarattini considerou que, com tal redução, fica muito comprometido o funcionamento das Universidades e dos Institutos Federais. O Deputado Carlos Zarattini também expressou preocupação com o que foi colocado este ano para a educação de jovens e adultos pois chegou-se a ter mais de 1 bilhão de reais em 2011 para este fim. Depois esse valor foi reduzido, porém, agora chegou a um ponto em que se tem 9 milhões para a educação de jovens e adultos, programa que lhe pareceu estar completamente abandonado, e pediu que o Ministro detalhasse mais esse ponto. Mencionou, em seguida, a questão relacionada às obras inacabadas que foram citadas pelo Senador Wellington Fagundes, em virtude do corte gerado pelo teto de gastos e demonstrou espanto com o início de um novo programa de escolas militares exatamente quando se tem essa grande quantidade de obras inacabadas. Posicionou-se a favor de priorizar a conclusão das obras inacabadas e elogiou o Ministro acerca da proposta clara que apresentou em relação à educação conectada, demonstrando apoio à derrubada do veto relativo ao Fundo de Telecomunicações. A Presidente sugeriu estabelecer o critério de que o Ministro respondesse a cada bloco de três perguntas. A seguir, concedeu a palavra à Deputada Alice Portugal que discorreu sobre a necessidade de imunização ao coronavírus de toda a rede educacional. Com isso, espera-se que, em meados de outubro, todos os estabelecimentos de ensino estejam funcionando dentro dos regramentos e adaptações necessárias. Além disso, citou problemas estruturais como escolas que não possuem janelas nem oferecem ventilação adequada. Mencionou também o problema de contingenciamento no orçamento de 2021 que chegou a 2,7 bilhões de despesas bloqueadas após um ano de difícil enfrentamento à pandemia. Citou também os vetos feitos à Área da Educação na Lei Orçamentária Anual sancionada no mês passado que somam 1,1 bilhão e representam uma restrição em diferentes políticas da rede Federal. Na rede Federal, a Deputada Alice Portugal falou da ação de apoio ao desenvolvimento da educação básica, apoio à expansão, reestruturação e modernização das instituições, o comprometimento de programas de pesquisa, como as bolsas da CAPES, a Associação Nacional de Pós-Graduandos – ANPG, que tem se alarmado realmente com a situação; a assistência estudantil das instituições Federais de ensino superior e o apoio ao financiamento para limitação de orçamento para os serviços terceirizados e a dificuldade para a preparação do retorno ao presencial. A Deputada questionou o Ministro sobre como ele pretende enfrentar esse corte orçamentário e sugeriu que fosse pedida uma suplementação de recursos para o ano de 2021, porque senão pode-se ter um apagão nas instituições Federais. Ainda, em relação à Lei Orçamentária, a Deputada Alice Portugal defendeu que o ideal é que se tenha uma restituição deste contingenciamento para 2022. Ela expressou, também, grande preocupação com a assistência estudantil, que é gerida por decretos, e é extremamente necessária, especialmente para jovens Universidades e para os Institutos Federais pois estas escolas recebem alunos de faixa etária em torno dos quatorze anos que praticamente moram nestas instituições e que precisam de assistência psicológica e de alimentação adequada. Por fim, reforçou a necessidade da restauração do orçamento para a educação e a inevitabilidade de se obter uma suplementação para este fim. A seguir, falou a Deputada Dra. Soraya





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Manato, que indagou o Ministro em quanto tempo seria implementado o ensino básico em tempo integral. Manifestou também preocupação com o que diz respeito aos médicos residentes, cuja carga horária é intensa, com grande pressão psicológica e física, que pode causar-lhes depressão, e com sua remuneração, que muitas vezes é insuficiente para manterem-se em outras cidades. Em seguida, a Presidente passou a palavra ao Ministro de Estado da Educação, que respondeu aos questionamentos apresentados. Tendo em vista o grande número de oradores inscritos face ao pouco tempo restante para o término da reunião, a Presidente sugeriu que falassem os seis oradores restantes e que o Ministro os respondesse ao final. Passou então, a palavra ao Deputado Domingos Sávio, que teceu elogios ao Ministro e ressaltou a importância da gestão dos recursos destinados à Educação, sugeriu a simplificação da burocracia que atrapalha muitas vezes a implementação dos recursos e atrasa a conclusão das obras e também propôs a criação de um programa Federal especial de educação e acompanhamento de crianças e jovens em situação de risco. Citou também o ensino técnico e os institutos Federais para viabilizar profissões em áreas em que não há alternativa de ensino público e referiu-se ao FUST, ressaltando a necessidade de diálogo com a Área da Ciência e Tecnologia para buscar a solução deste problema. A seguir, o Deputado Danilo Forte fez elogios e agradecimentos ao Ministro. O Deputado Daniel Almeida usou da palavra e destacou a necessidade urgente de recomposição do orçamento para a educação. Além disso, disse que é preciso uma ampla e generosa mobilização dentro do Governo, para que o tema tenha a relevância necessária e também a mobilização na sociedade, pois esse não é um tema apenas do Ministério, e que há a necessidade de envolver o conjunto da sociedade, os estudantes, as entidades, os Governadores, os Prefeitos e este Parlamento. Ponderou sobre o aspecto da educação profissional em relação aos Institutos Federais, destacando haver uma carência enorme de consolidação desses espaços e que haver um corte no orçamento deste ano de 80%, de 10 bilhões para aproximadamente 2 bilhões é algo insuportável. Questionou o Ministro sobre como ele vê a hipótese que Prefeitos estão levantando sobre a flexibilização dos índices em 2021. Os Prefeitos estão dizendo: "Eu não vou conseguir gastar os 25%. E não gastando os 25% pode haver inadimplência por parte dos Municípios". E há projetos inclusive sendo debatidos nesta Casa. Expressou a opinião de que não acha que devemos flexibilizar para permitir que se gaste em outras coisas, mas que tipo de medida poderia ser adotada? Alguns falam que poderia se flexibilizar no sentido de garantir a possibilidade da utilização no ano seguinte, já que a pandemia impediu que esses recursos fossem utilizados agora. O Deputado Juscelino Filho falou a seguir, salientando o impacto ocorrido nas vidas das crianças e jovens em virtude da pandemia, em especial no que se refere à educação. Ressaltou que, à frente da relatoria da Lei de Diretrizes Orçamentárias do ano de 2022, na área da educação, um dos pontos que colocou como metas e prioridades foi a agenda para a primeira infância, que já vinha na LDO de 2021 e na LDO dos anos anteriores. Também foi priorizada a ampliação das escolas de ensino em tempo integral, além da universalização do acesso à Internet e os projetos de inclusão digital. O Deputado Juscelino Filho informou que a questão das obras paralisadas também foi abordada nos debates e em visita ao Ministério da Educação e que se encontra em formação um comitê que vai dar acompanhamento a essa situação, não só no Ministério da Educação, mas também em todos os Ministérios da Esplanada que têm obras importantes paralisadas, mas na Educação ocorrerá de forma diferenciada, porque existe um grande número de creches e de escolas paralisadas. Disse ainda que foi inserida na Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2022 a possibilidade de um novo aporte de recurso por parte do Governo Federal nas obras inacabadas e ressaltou que veio um PLN do Governo para alterar a LDO de 2021 em alguns pontos e que há a intenção de trazer essa alteração já para este ano de 2021, para não que não seja perdido este semestre, e que, em 2021, se possível, os Parlamentares já possam começar a alocar recursos para finalizar essas obras. Encaminhou, então à Mesa um ofício com a alteração de redação em dois parágrafos da Resolução nº 3, de 20 de abril de 2021, e a revogação de um parágrafo, para adequar-se à LDO que foi aprovada para o ano que vem e que se pretende ajustar para





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

este ano, de forma que esse ajuste, além da repactuação com recursos dos próprios Municípios que tiverem disponibilidade orçamentária, os Parlamentares possam encaminhar recursos de emendas individuais, de bancada ou de relatoria, para a finalização dessas obras inacabadas. A Presidente encerrou as inscrições para o debate e passou a palavra aos últimos inscritos, Deputado Marcel van Hattem, que questionou o Ministro sobre uma obra parada que se encontra em um campus da Universidade Federal de Santa Catarina e em relação ao retorno das atividades presenciais no Instituto Federal de Santa Catarina. O Deputado Paulo Teixeira trouxe um pedido das Universidades e dos Institutos técnicos e leu um ofício requisitando os seguintes itens 1. O descontingenciamento total dos orçamentos das Universidades e dos Institutos Federais; 2. A restituição dos recursos obtidos diretamente pelas instituições de ensino – esses recursos são diretamente arrecadados e parte significativa é comprometida em contratos e convênios com terceiros; 3. A recomposição, através de um PLN, do orçamento de 2021, nos patamares do orçamento de 2020, que corresponderá ao acréscimo de 1 bilhão para as Universidades e 500 milhões para os Institutos Federais. Disse que entende que o desbloqueio de 1 bilhão e meio atende ao item 1, mas quanto aos itens 2 e 3, tem que ser trabalhado e indagou o Ministro se ele concordava que fosse feito esse trabalho junto ao Ministério da Casa Civil e da Economia. O Deputado Paulo Teixeira quis tratar ainda da questão referente à nomeação do Procurador da Universidade Federal de São Paulo - UNIFESP, que desrespeitou as regras federais e atingiu a autonomia daquela instituição. Solicitou que essa ação fosse revista, pois é uma violência contra UNIFESP a nomeação do seu procurador contra o desejo do reitor daquela instituição, recentemente nomeado, e fora das regras de nomeação previstas pelo próprio regimento universitário e também o regimento da AGU. Finalizando, o Ministro Milton Ribeiro prestou os últimos esclarecimentos aos parlamentares e concluiu a exposição. **ENCERRAMENTO:** às treze horas e vinte e dois minutos, a Presidente encerrou a reunião. Antes, porém, agradeceu o comparecimento do Ministro da Educação, dos convidados, e dos parlamentares. Para constar, eu, Walbinson Tavares de Araujo, Secretário Executivo, lavrei a presente Ata, que, após a sua aprovação, será assinada pelo Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional e encaminhada para publicação no Diário do Congresso Nacional. Os trabalhos foram gravados e, depois de traduzidos, integrarão esta Ata. **Senadora Rose de Freitas, Presidente.**

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Declaro aberta a 4ª Reunião de Audiência Pública Extraordinária de 2021 da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Esta reunião tem a finalidade de atender ao Requerimento nº 19, de 2021, de nossa autoria, aprovado na 8ª Reunião Deliberativa Extraordinária, para debater acerca do Projeto de Lei Orçamentária para 2022. Em outra oportunidade atenderemos ao Requerimento nº 16, de autoria do Deputado Carlos Zarattini, aprovado inclusive na 7ª Reunião Deliberativa Extraordinária, para debater sobre a execução orçamentária das universidades e dos institutos federais.

Informo que esta reunião ocorre de forma semipresencial. Pode haver Parlamentares presentes — e nós temos instruído que aqui na Casa deve haver o





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

menor número de pessoas possível, para que possamos superar esse momento difícil agora de aumento da pandemia no Distrito Federal — e pode haver Deputados participando de forma virtual, através da plataforma Zoom. Os convidados participarão de forma virtual.

O Ministro da Educação disporá de 30 minutos para fazer a sua exposição, de acordo com o estabelecido no art. 398, inciso X, do Regimento Interno do Senado Federal.

Em seguida, será aberta a fase de interpelação, conforme prescrito no art. 398, inciso IX, do Regimento Interno do Senado Federal.

De acordo com o estipulado no art. 398, inciso X, do Regimento Interno do Senado Federal, os Srs. Parlamentares inscritos para interpelar o Ministro poderão fazê-lo estritamente sobre o assunto da exposição, pelo prazo de 5 minutos, tendo o Ministro tempo igual para responder, facultadas a réplica e a tréplica pelo prazo de 2 minutos.

Aviso a todos que estão participando da reunião remotamente que a lista de inscrição para o debate já está aberta

Passo a palavra, inicialmente, ao Senador Wellington Fagundes.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (PL - MT) - Sra. Presidente, eu quero primeiro agradecer a V.Exa. pela confiança de ter me designado para o cargo de Relator Setorial da área temática Educação do Projeto de Lei Orçamentária de 2022. E quero agradecer aqui ao Deputado Carlos Zarattini, que foi o proponente desta audiência. Sabemos que essa será a Pasta mais importante pós-pandemia. Nós vamos ter a oportunidade de discutir sobre o assunto após a fala do Ministro.

Eu quero pedir apenas, Sra. Presidente, que nas reuniões temáticas haja pelo menos um assessor de Relator, porque isso, às vezes, facilita muito o nosso trabalho. Em cada sessão em que houver um Ministro, o Relator daquele tema poderia ter um assessor presente.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP) - Pela ordem, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Com a palavra, pela ordem, o Deputado Carlos Zarattini.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP) - Eu gostaria muito de agradecer a presença do Ministro e dos seus Secretários aqui hoje.

Houve uma pequena confusão, e gostaria de esclarecer, porque, pelo nosso requerimento, também participariam os Presidentes da ANDIFES e do CONIF, mas a Presidente Rose de Freitas prefere fazer a reunião com a participação deles em outra data.

O Ministro, ali na antessala, me confirmou que poderia voltar numa outra oportunidade.

Não é isso, Ministro?

O SR. MINISTRO MILTON RIBEIRO - Isso mesmo.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP) - Ele voltaria para fazer o debate com essas duas entidades.

Este problema é recorrente, Senadora: nós aprovamos o Orçamento e, como houve neste ano e em outros anos, depois temos que discutir a execução das verbas dos institutos e das universidades.

Eu só queria esclarecer isso, para que não fique uma confusão com os Presidentes da ANDIFES e do CONIF.

Muito obrigado, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Antes de passar a palavra para o Ministro, eu quero fazer um esclarecimento.

Na verdade, hoje nós estamos contando com a presença do Ministro em função, inclusive, de pleitos anteriores, Deputado Carlos Zarattini. Qual foi a proposta fundamental aprovada nesta Comissão? Foi a de que nós não queríamos ser entubados com nenhum orçamento para, depois, ficarmos brigando aqui com emendas para alterar, para colocar um recurso pequeno aqui e acolá.

A educação é prioridade deste País e precisa ser levada a sério, tanto é que está aqui o Relator, o Senador Wellington Fagundes, já designado para começar esse trabalho. Eu quero dizer que aqui contaríamos, com muito prazer, com a presença das instituições, da ANDIFES e do CONIF, só que o convite feito — e foi um requerimento assinado por mim — era para que nós ouvíssemos e debatêssemos com o Ministro, para, em seguida, fazermos um encontro, Senador Wellington Fagundes, com o





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Ministro da Economia, para tratar especificamente desse assunto. Já foi aceita pelo Ministro uma outra reunião, que contará com a participação dos que estão presentes hoje, sem que tenhamos agendado isso.

Passo a palavra ao Sr. Ministro da Educação, Milton Ribeiro, para que ele faça a...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Eu gostaria que V.Exa. me desse um prazo. V.Exa. foi escolhido Relator hoje. Teremos um tempo para organizar isso e com todo o cuidado que nós temos que ter com a questão da pandemia.

Não deu certo a primeira iniciativa de permitir que os assessores viessem, mas, em função dos Relatores, nós teremos que fazer um procedimento diferenciado.

Passo a palavra ao Ministro Milton Ribeiro, Ministro de Estado da Educação.

O SR. MINISTRO MILTON RIBEIRO - Primeiramente, eu quero cumprimentar todos os presentes, aqueles que estão nos acompanhando também remotamente e, em especial, a Presidente da Comissão Mista de Orçamento, do Congresso Nacional, a Senadora Rose de Freitas, e os demais Parlamentares e autoridades que aqui se encontram e nos prestigiam.

É uma grande honra estar aqui neste momento em que o Ministério da Educação poderá apresentar suas considerações sobre o panorama orçamentário da Pasta neste ano e as expectativas para o exercício seguinte.

Faço aqui uma observação minha, pessoal: assim como, na pandemia, os médicos foram os grandes protagonistas, os hospitais, os enfermeiros, os profissionais de saúde, eu creio que, no pós-pandemia, os grandes protagonistas serão exatamente os professores e todos os profissionais de educação. Creio que essa é a razão de ter tido a honra de ter recebido esse convite da Sra. Presidente da Comissão para ser o primeiro Ministro a ser ouvido nesse exercício democrático de discutirmos o destino dos recursos públicos neste País. O Ministério da Educação promoveu e vem promovendo ações para restabelecer a dotação orçamentária, na expectativa de melhoria econômica do País.

Eu tenho recebido também, e aqui faço uma interlocução, algumas observações — não digo críticas — de que o MEC estaria, eventualmente, muito passivo diante de





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

valores e ações do Ministério da Economia. Eu tenho um entendimento um pouco diferente, e não é pelo muito falar que nós seremos ouvidos. Faço até mesmo o registro de que lata vazia é que faz mais barulho. Eu não quero ser esse tipo, eu não estou aqui com uma função própria, eu estou aqui como educador. E aquilo que eu puder fazer para ajudar a educação brasileira como devedor que sou da escola pública eu vou fazer. Este é o compromisso que faço e tenho feito com os integrantes da educação, tanto das universidades como dos institutos e escolas públicas. Os senhores têm visto a minha ação.

Fomos o primeiro Ministério a conseguir uma liberação de bloqueios, recentemente — havia bloqueios por questões conjunturais da administração pública brasileira.

Desde a publicação da Lei Orçamentária Anual, em abril deste ano, não medimos esforços para priorizar iniciativas que garantam a transferência de recursos para Estados e Municípios que mitiguem os efeitos da pandemia na educação básica brasileira, para as instituições federais de ensino, em especial os programas de residência médica e multiprofissional, de assistência estudantil e de apoio a pesquisa e inovação, como também de assistência médico-hospitalar por meio dos hospitais universitários.

Vale lembrar ainda que eu só tive acesso ao orçamento deste ano em maio. Foi aí que eu comecei a agir, a tentar fazer as destinações próprias dos recursos.

Nosso compromisso é garantir a todos os alunos o acesso a escolas e universidades reabertas, mas sabemos que a longa interrupção das atividades escolares deixará um legado a ser superado, que exigirá o incremento de ações destinadas a garantir a equidade de oportunidades educacionais das crianças e jovens, tão fortemente abaladas em razão da crise sanitária.

Vamos mostrar um gráfico, àqueles que puderem acompanhar.

(Segue-se exibição de imagens.)

É importante registrar que o orçamento do Ministério da Educação em 2021, quando comparado ao orçamento de 2014, já descontada a inflação do período, teve crescimento real de 5,9%, ou aproximadamente 8 bilhões de reais. O orçamento da educação é, em linhas gerais, dividido em despesas obrigatórias e despesas





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

discricionárias. O estabelecimento do teto de gastos, aliado ao crescimento contínuo das despesas obrigatórias, em especial para pagamento de pessoal, tem pressionado o orçamento discricionário do MEC, reduzindo os montantes destinados às despesas discricionárias e à flexibilidade da Pasta para indução de políticas públicas.

Vale lembrar que a carreira universitária, sobretudo, é uma carreira dinâmica. Com o passar do tempo, de um ano para outro, alguns dos senhores docentes ganham uma posição que também afeta o orçamento. Eles passam de uma posição para outra — superior — e passam a perceber mais nos seus honorários, nos seus salários. Isso naturalmente atinge as despesas discricionárias, não somente o custeio, mas as discricionárias também.

Não obstante, o Ministério da Educação vem realizando gestões no sentido de otimizar os gastos com educação. Com maior eficiência na aplicação dos recursos, sobras orçamentárias podem ser redirecionadas para as prioridades do MEC. Além disso, o Ministério vem trabalhando para dar maior transparência e para apoiar o uso de cerca dos 15 bilhões de reais disponíveis nas contas correntes de Estados e Municípios, transferidos pelo FNDE.

Então, este registro é bom: nós já temos 15 bilhões de reais nas contas de Municípios e Estados. Estão alguns, inclusive, em execução, mas a maior parte ainda está sem execução. Esse valor considera os programas federais de anos anteriores como transferências de recursos já realizadas, ou seja, os valores já foram repassados pela União, mas, por diversos motivos, até hoje não foram executados pelos Estados e Municípios, totalizando cerca de 10 bilhões de reais pendentes de execução nas contas dos entes. Considero ainda o salário educação na ordem de 5 bilhões de reais, lembrando que o salário educação não pode ser aplicado no custeio de pagamento de salários. Estão lá aguardando a execução pelos senhores gestores da ponta. Está aí o nosso quadro.

Além de buscar maior eficiência na alocação dos recursos públicos disponíveis, é preciso que as políticas públicas estabelecidas alcancem seu objetivo de aperfeiçoar a qualidade da educação brasileira. De 2012 a 2018, somente com as despesas discricionárias, o MEC teve disponíveis 215 bilhões de reais. Quero repetir esse número: de 2012 a 2018, o MEC teve disponíveis 215 bilhões de reais. Em 2015,





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

quando o MEC teve o maior orçamento de sua história, alcançando quase 40 bilhões de reais — 39,4 bilhões —, o Brasil teve seu pior desempenho no PISA em todas as disciplinas avaliadas: leitura, matemática e ciências.

O que eu estou querendo mostrar aos senhores e a todos que me ouvem é que não é a quantidade de recursos apenas que faz a diferença na educação brasileira. Se fosse assim, em 2015, nós teríamos a melhor qualidade na avaliação da educação brasileira nos certames internacionais. O problema todo, a questão toda é gestão, aplicação correta dos recursos públicos na ponta. Isso tem que ser feito com critério, com seriedade, com respeito aos tributos públicos que tanto eu, quanto os senhores temos que pagar ao nosso ente federativo, à nossa Federação.

Então, repito: em 2015, foram 39,4 bilhões de reais de recursos discricionários, o maior da história. O ano de 2015 não é necessariamente o melhor ano da educação brasileira. Esse resultado mostra que as políticas públicas educacionais do período não foram bem-sucedidas em formar nossas crianças e jovens para conviverem no mundo globalizado. Ressalto em especial o insucesso das políticas de alfabetização desse período.

Por essa razão, no nosso Governo foi criada uma secretaria específica e uma nova política nacional para transformar a alfabetização do Brasil. O lema do MEC agora é: aprender a ler para ler para aprender. Não adianta enchermos de universidades e cursos superiores o território nacional apenas. Isso, sim, é importante — é claro que é: dar acesso às pessoas. Mas precisamos ter a ferramenta mínima de conhecimento, que é a alfabetização, para que as pessoas alfabetizadas tenham acesso ao ensino superior e não se tornem parte de um grupo de pessoas simplesmente analfabetas funcionais que estão aí a requerer dos gestores do ensino superior 1 ano ou geralmente meio ano de adaptação, para aprenderem noções básicas que deveriam trazer da educação básica, mas não conseguem trazê-las, por adoção de políticas pedagógicas, no meu entendimento, equivocadas.

Essa política de alfabetização foi constituída em cooperação com a Universidade do Porto e com o Instituto Politécnico do Porto e baseia-se em estudos científicos e nas experiências de países com políticas de alfabetização exitosas. Eu não tenho nenhuma vergonha, como Ministro, de copiar o que os outros fazem de certo. Eu só não quero





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

copiar o que fazem de errado. E nós fizemos isso. Fomos à nossa pátria mãe, a Portugal, buscar esse tipo de parceria, considerando os resultados que eles tiveram. Portugal era considerado uma nação de analfabetos, e isso foi transformado pela adoção de algum tipo de política — essa que nós queremos aprender. E hoje o material produzido, que teve seu início lá nas universidades portuguesas no âmbito dessa política, já foi solicitado pelo Ministério da Educação de Portugal para uso naquele país, que hoje é referência no PISA. Então, notem: Portugal reconhece que os estudos e a forma como tratamos a questão de alfabetização foi exitosa — uso essa palavra novamente — a tal ponto de eles pedirem autorização para que o MEC pudesse emprestar essas ferramentas para que elas pudessem ser utilizadas por eles em território português.

Outra reflexão importante é a exata compreensão das fontes de financiamento da educação básica brasileira. Os recursos do FUNDEB, salário-educação e os recursos próprios de Estados e Municípios representam hoje 97% de todos os recursos destinados à educação básica.

Vale lembrar aqui essa observação: quando eu digo que FUNDEB, salário-educação e os recursos do Estado representam 97%, os outros 3% são os programas do FNDE. Trata-se dos programas de auxílio à construção de creches e escolas, para os ônibus, atividades de capacitação, inclusive conectividade. Isso quer dizer que 3% estão com o poder discricionário — por assim dizer, o da gestão do MEC —, e os outros já estão na ponta como deveriam estar.

Os recursos dos programas federais repassados pelo FNDE, já considerando os repasses obrigatórios, como o Programa Nacional de Alimentação Escolar — PNAE, o Programa Nacional de Transporte Escolar — PNAT e Programa Dinheiro Direto da Escola — PDDE, representam apenas, repito, 3% da cesta de recursos para este nível de ensino.

Em relação ao exercício de 2021, o orçamento total do MEC corresponde a 145,7 bilhões de reais, sendo 77,2 bilhões de reais ou 53% para pessoal; 19,8 bilhões de reais ou 13% para despesas discricionárias; 47,7 bilhões de reais ou 33% para as demais despesas, como FUNDEB, salário-educação, FIES, concessão, PNAE, PDDE e PNAT; e 1 bilhão de reais ou 1% para emendas.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Em 2021, comparativamente a 2020, enquanto o orçamento total cresceu 3%, o orçamento para despesas discricionárias foi reduzido em 14%. Isso é a constatação pelo *lockdown*: corte de despesas.

Por outro lado, para o PLOA de 2022, o MEC realizou estudos que permitiram a transferência de parte do orçamento de despesas obrigatórias de pessoal, que é o gasto para o orçamento discricionário. Essa medida representou uma projeção de aumento para 2022 de 7,2% em relação ao ano corrente.

Nesse orçamento, nesse aumento, vale lembrar — e aqui faço referência ao Deputado Zarattini, que é cuidadoso para com a área de educação —, está aumento de 17%, relativamente ao ano passado, nas verbas discricionárias para as universidades federais, estabelecido por nós em conversa já tida com o nosso grupo e com todo o Ministério da Educação; e de 28%, comparativamente, das verbas discricionárias deste ano para o ano que vem para os institutos federais.

Esses recursos poderão suprir diversas necessidades do MEC, como a recomposição do Programa Nacional de Assistência Estudantil e o pagamento das bolsas de residências médicas, por exemplo. Não obstante, ainda restam algumas necessidades adicionais de recursos para despesas previstas para 2022.

Cito as principais necessidades: para livro e material didático, sob a justificativa de cumprir os ciclos de aquisições e reposições, necessita-se de 304,5 milhões de reais; para ensino médio em tempo integral — isso é algo que nós vamos enfatizar e precisamos enfatizar neste novo período —, sob a justificativa de complementar o aporte anual previsto pelo programa, necessita-se de 200 milhões de reais; para o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares — PECIM, sob a justificativa de permitir a manutenção e a ampliação no número de escolas, necessita-se de 23,1 milhões de reais; para o Educa Mais Norte e Nordeste — esse é um novo programa em que nós, seguindo a orientação dos grandes organismos internacionais, estamos olhando para aqueles mais necessitados, para aqueles que são mais carentes, mais vulneráveis, e localizamos esse grupo no Norte e Nordeste —, necessita-se de 760 milhões de reais; para institutos federais, sob a justificativa de recompor o orçamento para funcionamento e assistência estudantil e apoiar a consolidação da expansão e funcionamento, necessita-se de 237,2 milhões de reais mais 228,4 milhões de reais;





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

para universidades federais, sob a justificativa de recompor orçamento para os contratos continuados, necessita-se de 1 bilhão 297 milhões e 200 mil reais, já para apoiar a consolidação da expansão e funcionamento necessita-se de 404,1 milhões de reais; para o Programa Novos Caminhos, sob a justificativa de retomar a oferta de vagas para a qualificação de pessoal, necessita-se de 103,2 milhões de reais; para a manutenção do REHUF da EBSEH, sob a justificativa de implementar o novo hospital universitário da UNIFAP e atender demandas específicas dos demais hospitais universitários, necessita-se de 204 milhões de reais; para bolsas e Portal CAPES, sob a justificativa de viabilizar o pagamento integral das bolsas e o portal, necessita-se de 803,3 milhões de reais; fora a inovação no Educação Conectada, para o que se precisa de 150 milhões de reais.

Eu tenho sofrido muitas pressões, até de outros setores, porque o Brasil é um País multifacetado. Recebi uma observação que vale a pena apresentar: apesar de todo o esforço que temos feito em relação às universidades federais, por exemplo, Sra. Presidente, a cada 100 alunos dessas instituições, apenas 46 se formam, e são os melhores, os mais escolhidos. Alguma coisa nós precisamos fazer para que esses números possam chegar a ser um pouco melhores; não digo que eles devem melhorar 100% porque sempre há algum obstáculo. Repito: de 100 alunos que deveriam se formar nas universidades federais, apenas 46 de fato se formam — esse dado foi tirado do censo, mas está apresentado conforme nossa análise —, apesar de todos os recursos dedicados às universidades.

Nesse cenário, destaco que os investimentos na disponibilização de novos livros didáticos de qualidade são uma prioridade para o Ministério da Educação. Todos sabemos que o Programa Nacional do Livro Didático é o maior programa do mundo e atende cerca de 47 milhões de alunos e mais de 2 milhões de professores. O orçamento do programa precisa ser garantido, para se contemplarem os alunos desde o início das suas trajetórias escolares, fase em que se garante o futuro das aprendizagens da criança até a conclusão do ensino médio. Como V.Exas. bem sabem, a alocação de recursos nessa política resultará em maior retorno social para o Estado brasileiro.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Garantir orçamento para os programas das instituições federais também é uma necessidade, a qual considero uma das mais relevantes para o País.

Destaco ainda a importância de reforço no orçamento do Programa Ensino Médio em Tempo Integral — as evidências científicas mostram que o aluno envolvido no ensino médio em tempo integral é muito mais bem avaliado e tem um ganho real em sua vida acadêmica — e também no orçamento do Programa de Inovação Educação Conectada, especialmente pela necessidade que teremos de recuperar o aprendizado dos milhões de alunos que ficaram longos períodos sem aulas presenciais.

Apesar de isso ser o óbvio, vale lembrar que vivemos um período extraordinário na educação do Brasil. Os lugares que mais sofreram com a pandemia foram as escolas, que ficaram fechadas. O Brasil é um dos recordistas em número de escolas fechadas. Então, vale lembrar isso.

Nós precisamos fazer deste novo ano que se avizinha o ano da educação no Brasil, o ano da recuperação no Brasil. Eu, é claro, estou aberto a ouvir conselhos, diante daquilo que nós propusemos aqui em nosso orçamento.

Por fim, o MEC trabalha hoje com a perspectiva de solucionar os milhares de obras de educação em andamento, paralisadas ou canceladas em todo o território nacional.

Srs. Parlamentares, quando cheguei ao MEC, em julho — estou lá há pouco mais de 1 ano —, encontrei 4 mil obras paradas. Para a compreensão de alguns Parlamentares, explico que, em vez de começarmos obras novas, nós terminamos 3,5 obras por dia, porque não podíamos imaginar o dinheiro largado, enterrado, sendo depredado. Até os batentes das escolas em construção eram roubados. Então, é importante que os senhores saibam que isso foi feito pelo MEC.

Uma vez um Parlamentar me procurou para tratar a respeito daquilo que eu falo e faço. Ele falou: *"O senhor devia dar mais visibilidade àquilo que faz no MEC ou falar mais sobre isso"*. Aí ele me contou uma história sobre o pato e a galinha, disse que comemos mais ovo de galinha porque, quando bota um ovo, a galinha faz um estardalhaço, e o pato, não. Olhe, eu achei interessante a ilustração, mas esse não é meu perfil. O que eu quero entregar para a Nação brasileira, como minha resposta de gratidão e de idealismo, por ter estudado em escola pública, é um resultado, um





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

legado, alguma coisa realmente factível. Não tenho nenhum interesse em virar celebridade, não sou candidato a nada, não sou filiado a partido nenhum — respeito a classe política, mas não tenho nenhuma pretensão dessa natureza. Por isso, não tenho essa perspectiva da visibilidade, com respeito àqueles que me aconselharam sobre isso. O que eu tenho feito é trabalhar. É isso que eu tenho feito. E eu tenho buscado fazer o melhor possível para melhorar a educação brasileira.

Recursos de emendas individuais ou de bancada podem ser direcionados para a conclusão desse passivo que apresentei e para que iniciemos uma nova era na ampliação do acesso.

Água e saneamento. Existem milhares de escolas no Brasil que não têm saneamento básico, que não têm eletricidade, que não têm água. Algumas nem telhado têm. Isso não foi inventado neste Governo, foi uma herança que recebi. Mas não quero olhar para trás, quero caminhar rumo à solução do assunto.

O MEC conta com o apoio de todos os Parlamentares — eu tenho sido muito bem tratado pelos senhores — para o fortalecimento do seu orçamento e se coloca à disposição para esclarecimentos adicionais.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Sr. Ministro, nós contamos com cerca de 20 Parlamentares na audiência, entre aqueles que participam remotamente e aqueles que se encontram presentes. Nós faremos perguntas, porque todo este raciocínio vai desenhar a proposta que esta Comissão defenderá para ajudar a educação.

O primeiro que terá a palavra será o Sr. Senador Wellington Fagundes. Em seguida falarão os Deputados Carlos Zarattini, Alice Portugal, Domingos Sávio, Danilo Forte e Daniel Almeida.

Mais alguém quer falar? (*Pausa.*)

Com a palavra o Senador Wellington Fagundes.

V.Exa. terá o tempo de 5 minutos.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (PL - MT) - Mais uma vez, bom dia, Presidente.

Cumprimento o Deputado Carlos Zarattini, nosso 1º Vice-Presidente.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Quero cumprimentar aqui também toda a equipe do Ministro Milton Ribeiro, especialmente o Wagner Vilas Boas, que é um Secretário excelente, extremamente atencioso e muito competente; e o Sr. Tomás Dias Sant’Ana, que é o Secretário de Educação Profissional — já o convidei para ir ao meu Estado do Mato Grosso, com o Ministro e toda a equipe, convite que faço questão de repetir aqui publicamente.

Quero cumprimentar, ainda, o Marcus Vinicius David, Reitor da Universidade Federal de Juiz de Fora, e o Victor Godoy, que é o nosso Secretário Executivo.

Tivemos, inclusive, a oportunidade de conversar com o Victor Godoy. Ele estava no Palácio, Ministro, representando o Ministério, quando, junto com o Presidente da República e com vários Ministros, assinamos projeto de lei de minha autoria que autoriza a produção de IFA para vacinas contra a COVID por parques industriais de vacina animal, da indústria veterinária, que é muito robusta no Brasil, porque o País é um grande produtor e exportador de proteína. Não temos hoje indústria de vacina humana, mas temos 22 indústrias de vacina veterinária. Esse projeto, com certeza, vai permitir que o Brasil, com ajuda, em especial, do Ministério da Educação e do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações, possa, até o final do ano, produzir vacina suficiente para imunizar todos os brasileiros.

Vacina no braço de todos os brasileiros, essa é a ordem, inclusive por causa da preocupação com a nova onda que está sendo causada pela variante Delta. Ela já está acontecendo nos Estados Unidos, causando inquietação imensa na população que não foi vacinada.

As universidades cumprem também, muito bem, esse papel de solucionar muitas questões da pandemia, assim como as escolas técnicas federais no interior do Brasil, que ajudaram muito. Por isso, quero parabenizar o Ministério, sim, com as suas unidades.

Cito também a EBSEH. Tivemos a oportunidade de aprovar um projeto construído no MEC que permitiu que a EBSEH e também as novíssimas universidades pudessem contratar as pessoas que estavam concursadas pela EBSEH. Com isso, as novíssimas universidades puderam nomear, preencher os cargos, para alcançarem mesmo o seu pleno funcionamento.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Ministro, quero agradecer por sempre ter tido a atenção do seu Ministério, de V.Exa., assim como de toda a sua assessoria.

Para mim é uma honra, já com 30 anos de mandato, poder ser hoje o Relator da área da educação, o que acredito que será um grande desafio, como V.Exa. mesmo abordou.

Temos o problema das obras inacabadas. Tive a oportunidade de estar no FNDE, logo no início do seu mandato, Ministro, e fiquei realmente estarrecido quando lá me disseram que havia mais de 2 mil obras inacabadas no FNDE — escolas, creches e outras unidades da área. Vejo a sua preocupação ao falar do tema. Precisamos concluir essas obras, porque obra inacabada não serve para nada, é desperdício de recurso público e, quando é recomeçada, ainda demanda mais gastos. Então, vejo com muito bons olhos a fala de V.Exa. sobre isso.

Estamos agora no momento da retomada das aulas presenciais. Espero que ocorra mesmo uma verdadeira retomada, acredito que ocorrerá. Temos que propiciar, é claro, segurança para os alunos, para os professores, para os familiares e para todos os profissionais das unidades escolares.

Sempre tenho falado isto e volto a insistir, Sr. Ministro: no Brasil, inverteu-se a coisa. Muitas famílias entendem que o papel das escolas é educar os seus filhos — *"Ah, se o meu filho está com problema, a escola que se vire"*. Não. O papel da escola é ensinar os nossos alunos. Então, tem que haver uma parceria muito grande.

Nós temos que buscar fazer um grande mutirão para levar a família para dentro das escolas, principalmente no final de semana. Escola fechada no final de semana normalmente leva a problema de depredação e tudo mais.

Há muitos temas, mas eu vou ser obediente ao horário.

Há a questão da conectividade nas escolas, que precisa de muito recurso. Temos o FUST. Vamos ver o que podemos fazer.

Aprovamos o FUNDEB, e o recurso desse fundo é uma grande esperança. Já estavam querendo mexer no FUNDEB, Presidente. Acho que vamos ter que discutir muito isso.

Eu finalizo, realmente, dizendo da importância que tem o ensino profissionalizante, que ressalto não só por ser ex-aluno dele, mas porque V.Exa.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

realmente tem focado nisso. Às vezes, há muitas pessoas formadas nas universidades e não há técnicos para fazer o básico.

Eu tenho conversado muito com o Ministro de Ciência e Tecnologia e, inclusive, gostaria de promover uma reunião. Está previsto que ele venha aqui hoje, mas sugiro que, depois, quem sabe, façamos uma reunião com os dois Ministérios, para discutirmos o Orçamento e vermos de que forma podemos trabalhar o orçamento do Ministério da Educação em conjunto com o do Ministério da Ciência e Tecnologia, porque eu acho que um pode ajudar o outro em muita coisa.

Presidente, sendo religioso quanto ao nosso horário, eu agradeço muito, mais uma vez, à V.Exa. Temos uma experiência de luta nesta Casa. Tenho a felicidade de ser seu amigo desde o nosso primeiro mandato.

São 30 anos de convivência aqui, ela como Deputada, e eu também. Tenho certeza de que isso vai unir muito a força do nosso trabalho.

Acredito muito — e quero ser obediente — no sistema presidencialista, em que quem comanda é a Presidente. Assim, estou pronto para receber as ordens. *(Risos.)*

Ministro, espero que possamos, especialmente na área da educação, fazer algo que traga esperança, porque mais de 500 mil vidas foram perdidas. Quem não tem um amigo, um familiar envolvido nisso? Todas as pessoas estão traumatizadas, há muitos órfãos. Enfim, temos que fazer um trabalho inovador, e eu gostaria muito de discutir isso.

Muito obrigado

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Tem a palavra o Deputado Carlos Zarattini.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP) - Obrigado, Sra. Presidente.

Quero cumprimentar o Ministro, os seus Secretários, os Deputados, as Deputadas, os Senadores, as Senadoras, todos os que tão nos acompanhando.

Ministro, a nossa assessoria fez uma atualização de alguns dados do Orçamento utilizando índices, como o IPCA — no caso deste ano, ela utilizou a projeção do IPCA. Nós constatamos que as despesas discricionárias do MEC, em 2014, que foi o ponto alto delas segundo essa atualização, chegaram a 48 bilhões de reais. Neste ano, elas são de 20 bilhões de reais. Esse é um número próximo daquele que o senhor citou,





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

mas aqui há o problema da atualização. De toda forma, nós estamos falando de menos da metade daquilo a que se chegou em 2014.

A função ensino superior teve seu ponto alto em 2015, com 19 bilhões e 125 milhões de reais, e hoje esta com 9 bilhões de reais. Na função ensino profissional, de 10 bilhões em 2014, nós chegamos agora a 2 bilhões 537 mil, praticamente um pouco mais do que um quinto do valor, o que nos deixa muito preocupados. V.Exa. falou da melhor utilização de recursos. Eu também sou sempre a favor de melhorarmos a utilização dos recursos, e sempre é possível fazê-lo. Porém, tal redução nós consideramos que compromete demais o funcionamento das universidades e dos institutos federais.

Eu quero dizer a V.Exa. que me espanta o valor destinado neste ano para a educação de jovens e de adultos. Nós chegamos a ter mais de 1 bilhão de reais em 2011, depois este valor foi reduzido, mas agora chegou a um ponto em que nós temos 9 milhões para a educação de jovens e de adultos. Nós sabemos que, em se tratando de alfabetização, a maior porcentagem de analfabetos é geralmente constituída de pessoas de mais de idade, que têm uma dificuldade muito grande para voltar à escola, frequentá-la, se é que algum dia foram à escola. Portanto, é preciso um cuidado muito grande, além do desenvolvimento de uma atividade muito intensa junto às comunidades.

O Programa de Educação de Jovens e Adultos nos parece completamente abandonado. Eu gostaria de ouvir o senhor sobre isso. V.Exa. citou este assunto, mas eu gostaria que o detalhasse um pouco mais.

Outra questão que me vem agora diz respeito às obras inacabadas que foram citadas — o Senador Wellington Fagundes também as citou. O corte de recursos se inicia exatamente em 2017, com o teto de gastos. Evidentemente, Senador Wellington, as obras foram paralisadas, mas me espanta que seja iniciado um novo programa de escolas militares exatamente quando nós temos toda essa quantidade de obras inacabadas. Por que nós não priorizamos as obras inacabadas e as concluímos? Eu também sou a favor de que elas sejam concluídas.

Por fim, sobre a educação conectada, eu queria elogiar V.Exa. num aspecto. V.Exa. nos trouxe uma proposta clara. Nós vamos ter a presença, na próxima reunião,





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

de reitores de universidades e de institutos, até para discutirmos melhor e termos outros pontos de vista. Mas eu quero elogiá-lo porque o senhor nos trouxe algo muito claro. Quero dizer que nós ficamos muito impactados com o veto à utilização de recursos do fundo de telecomunicações — era exatamente para isso. Eu quero conclamar os Senadores e os Deputados para derrubar este veto e ajudar o Ministro da Educação a estabelecer a educação conectada.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Vamos estabelecer um critério: três perguntas, e o Ministro responde às três.

Tem a palavra a Deputada Alice Portugal.

A SRA. ALICE PORTUGAL (PCdoB - BA) - Obrigada, Senadora Rose de Freitas, nossa querida Presidenta. Cumprimento o Ministro Milton Ribeiro; o Deputado Carlos Zarattini, proponente desta audiência; o Senador Relator, que expressou posições muito positivas.

Sr. Ministro, primeiro, quero dizer que é importante sua presença. Aliás, V.Exa. não tem se negado a participar. No entanto, eu quero expressar algumas preocupações. Com a pandemia, nós tivemos, obviamente, problemas relacionados à adaptação das universidades, dos institutos federais e de toda a rede educacional, que precisará ser adequada agora, com a imunização completa dos professores. Eu acredito que, até o mês de setembro, nós tenhamos, no território nacional, a imunização finalizada. Portanto, é possível que a rede volte no fim de setembro. No início de outubro, digamos, de maneira compacta, integral, nós teremos tudo em funcionamento, eu espero, dentro dos regramentos e das adaptações necessárias.

Nós vamos precisar gastar dinheiro com janelas, já que nós temos escolas sem janelas, assim como temos escolas sem água no Brasil profundo. É óbvio que muita coisa mudou, muita coisa melhorou, o FUNDEB é um advento, mas é evidente que nós temos graves problemas na educação.

Hoje nós estamos com um problema de contingenciamento no Orçamento de 2021, que chegou a 2,7 bilhões — 2,7 bilhões! — em despesas bloqueadas, isso após 1 ano de difícil enfrentamento da pandemia. Obviamente, na LOA, sancionada no mês passado, somam-se quase 20 bilhões por causa dos vetos. Houve, portanto, perda





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

para a educação. Esses vetos, Deputado Zarattini, que somam 1,1 bilhão, representam uma restrição para diferentes políticas da rede federal.

Vou falar da rede federal, deixo a educação básica. V.Exa. tem a planilha com fluidez. O que temos: ação de apoio ao desenvolvimento da educação básica; apoio à expansão, à reestruturação e à modernização de instituições; comprometimento de programas de pesquisa, como as bolsas da CAPES; assistência estudantil das instituições federais de ensino superior; apoio ao financiamento para a limitação de orçamento para serviços terceirizados; e dificuldade na preparação do retorno ao ensino presencial, como eu introduzi. Aliás, eu gostaria de pedir a V.Exa. que recebesse a Associação Nacional de Pós-Graduandos — ANPG, que realmente tem se alarmado com a situação, que é grave. Eu gostaria de saber como V.Exa. pretende enfrentar esse corte orçamentário.

Na minha humilde opinião, Senadora Rose, nós deveríamos pedir uma suplementação de recursos para 2021. É necessária uma suplementação de recursos para 2021 porque, senão, nós podemos ter um apagão nas instituições federais. Os reitores têm chamado a atenção para este fato, daí a pertinência do pedido para que a ANDIFES estivesse aqui hoje. As universidades têm autonomia financeira e administrativa, os reitores têm o domínio integral em relação a essas dificuldades, inclusive na perspectiva de adaptação ou adequação ao período de transição da pandemia. O pedido do Deputado Zarattini é fundamental. Com a ANDIFES e o CONIF aqui presentes, nós poderíamos ouvir, de viva voz, os reitores, que têm se reunido com V.Exa.

Portanto, eu quero deixar esta indagação. Infelizmente, eu não vou ouvi-los de viva voz, porque tenho uma audiência da bancada feminina com o Presidente Arthur Lira e tenho que me destinar para lá. Esta é a primeira coisa.

O Ministro se sente com autonomia, diante de um governo que tem um esquema econômico propalado, para dizer *"Eu, como Ministro, sou Ministro do Governo, mas as universidades precisam, os institutos federais precisam"*? O que nós esperamos do MEC é autonomia para dizer: *"Nós queremos essa suplementação"*.

Segundo, em relação à Lei Orçamentária, eu acredito que o ideal termos a restituição dessas perdas, desse contingenciamento, para 2022. Se continuarmos com





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

este decréscimo orçamentário, nós poderemos chegar a um limite, de modo que aquilo que está preconizado na reforma administrativa pode vir a ser estruturado. Nós não gostaríamos de ver a educação brasileira "voucherizada", Ministro, recebendo um tíquete para pagar uma creche na esquina de um bairro, com professores que não sejam de carreira e que não tenham sido ensinados para ensinar. Nós vamos contratar um engenheiro aposentado para ser professor de química no Brasil profundo? Isso não está certo! A licenciatura é uma ciência. Os professores são ensinados para ensinar. Não é todo mundo que pode ser professor. Às vezes, temos um gigante em pesquisa, um gigante na profissão que ele exerce, mas ele não é professor. V.Exa. é professor, portanto sabe do que eu estou falando. Esta questão é fundamental.

Nós precisamos nos reconduzir, pelo menos, ao Orçamento de 2018. Eu não estou falando nem no de 2015, que foi um grande orçamento. Se nós continuarmos nesta linha decrescente, o que está preconizado na reforma administrativa, que é caótico, vai acabar tendo que acontecer, por conta da inanição.

Eu sei que o tempo passa, mas tenho preocupação com a assistência estudantil. Ela é gerida por decretos, é extremamente necessária, especialmente para as jovens universidades e para os institutos federais. Nós temos instituto federal que nasceu das velhas escolas agrotécnicas federais, que eram muito importantes no esquema de formação de técnicos agrícolas. Todas estas escolas foram transformadas em escolas e em institutos federais. Isso foi um advento, uma coisa espetacular — eu própria venho daí, de uma universidade federal e de uma escola pública na formação básica.

Ministro, estas escolas recebem alunos de 13 ou 14 anos, o primeiro ano do segundo grau, o primeiro ano do ensino técnico. Eles moram nestas instituições. Trata-se mesmo de um esquema de tutela, de tutoria, porque são meninos e meninas de 14 anos. Como é que se vai fazer assistência sem dinheiro? Esta turma precisa de assistência, de assistência psicológica, porque ela está longe do pai e da mãe. O diretor desses institutos tem, portanto, uma responsabilidade enorme nisso. Esses adolescentes têm que receber alimentação. Eles comem muito, são adolescentes em fase de crescimento, moram na escola e serão trabalhadores aos 17 anos, como eu fui. Eu digo a V.Exa. que nós precisamos atentar para esta realidade.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Num período passado, não vou escarificar feridas, mas um Ministro veio aqui e disse: *"Olha, minha filha, isso não é assistência estudantil, não. Isso é assistência social"*. Eu disse: *"O que o senhor sugere? Que se dê um bolsa-família a um menino desses?"*

Era difícil dialogar com o seu antecessor! Nós precisamos conhecer a realidade. Uma reitora nos contou que aconteceu, numa universidade, o suicídio de um menino oriundo de uma comunidade indígena. Por falta de estrutura para se manter, ele não conseguiu permanecer, teve que voltar e suicidou-se, por frustração.

É evidente que nós sabemos as razões do suicida verdadeiro, mas não há dúvida de que é algo dramático. Eu estou falando de um aluno de uma comunidade quilombola, uma comunidade indígena, paupérrimo, que vai para a universidade, realiza o sonho, mas não tem a estrutura necessária. Não falo de muito dinheiro, não! Eu acho que, neste caso, não tem que haver oposições, governos, partidos. Esta é uma batalha nacional: é preciso restaurar o orçamento da educação.

Eu faço este apelo, porque entendo que a suplementação é inevitável, Senadora Rose. Nós precisamos dela, porque 2021 vem com a carga da pandemia. Hoje o que nós estamos vendo no plenário é diferente. Está pautado mexer no piso dos professores, o que é um absurdo. No Senado, a discussão da anistia dos 25%, sobre a desvinculação das receitas da União. Os Prefeitos estão em desespero, porque os 25% não foram usados.

Ora, tudo foi "orçamento de guerra" no ano passado! Nós precisamos achar uma saída para isso, mas não simplesmente deixar de usar o dinheiro, porque é preciso usar o dinheiro, o dinheiro tem que ser usado na restauração das escolas, para adaptá-las, adequá-las e garantir que as redes municipais e estaduais funcionarão dentro do preceito constitucional, que é a utilização dos 25%.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Eu peço licença ao Deputado Domingos Sávio para conceder a palavra à Deputada Dra. Soraya Manato. A Deputada havia se inscrito, e eu não tinha notado.

Tem a Deputada Dra. Soraya Manato.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

A SRA. DRA. SORAYA MANATO (PSL - ES) - Obrigada, Presidente Rose de Freitas, por conceder-me a palavra. Quero cumprimentar todos os participantes, tanto os presenciais quanto os remotos, bem como o Ministro, a quem parabeno pelo trabalho, pela dedicação e pela competência.

Sr. Ministro, eu serei breve nas minhas dúvidas. Eu queria saber do Ministério da Educação qual a probabilidade de tempo para colocarem o ensino básico em tempo integral. Nós vemos isto em muitos países e, realmente, no Brasil, faz uma falta, faz uma diferença muito grande, porque nós sabemos que a criança, estando no tempo integral, melhora a aprendizagem, melhora a saúde, por receber uma alimentação mais regular e balanceada. Além disso, nós conseguimos retirá-la das drogas. Evitamos que ela fique ociosa em casa sujeita ao tráfico. Ademais, ela fica mais protegida em relação a todos os tipos de violência, sexual, física, entre outros. Nós já sabemos disso.

Ministro, eu sou médica. Muito nos preocupa a todos deste Parlamento que somos médicos a questão dos médicos-residentes. Nós sabemos que a carga horária que eles cumprem é intensa. Os residentes em ortopedia, por exemplo, trabalham 7 dias por semana e, na maioria das vezes, têm que estar às 3 ou 4 horas da manhã no serviço para fazerem a visita aos pacientes, independentemente da hora em que tenham ido embora no dia anterior. Quando o chefe chega, eles têm que colocá-lo a par da evolução dos pacientes.

Nós sabemos da grande pressão psicológica e física a que esses médicos são submetidos. Muitos entram em depressão, e há várias consequências da depressão, como queda de cabelo, alteração da pele, além dos casos de suicídio. Nós sabemos que o médico-residente toca o serviço de um hospital, porque os chefes têm seus horários de permanência, eles participam de aulas. Os médicos-residentes ganham entre 2 mil e 900 reais e 4 mil reais — há alguma variação nesses valores.

Nossa demanda neste Parlamento é quanto ao salário. Para um médico-residente que sai do meu Espírito Santo para fazer determinada especialidade vai para São Paulo com um salário de 4 mil reais, o senhor sabe que vai ser difícil sobreviver, não é? Meus filhos são médicos, e nós temos a condição de ajudá-los, para eles poderem passar por esse período, pois uma residência dura de 4 a 6 anos.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Portanto, eu gostaria de saber se o Ministério da Educação tem alguma perspectiva para melhorar o salário do médico-residente.

A segunda pergunta é sobre a educação em período integral. Nós sabemos a diferença que ela faz na vida de qualquer criança, de qualquer jovem, porque, além do ensino regular, o jovem também tem a possibilidade de praticar algum esporte ou de se dedicar a algum tipo de música, a algum instrumento. Isso, repito, faz uma grande diferença na vida deles.

São estas as minhas perguntas.

Quero agradecer ao Ministro todo o trabalho que tem feito à frente do Ministério da Educação.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Para as respostas, vamos ouvir o Ministro Milton Ribeiro.

O SR. MINISTRO MILTON RIBEIRO - Em primeiro lugar, por incrível que pareça, eu me sinto muito à vontade aqui e explico por quê.

Eu quero crer que, independentemente do viés ideológico ou partidário dos Srs. Parlamentares, todos aqui têm uma coisa em comum: a melhoria da educação brasileira. Diante disso, eu estou muito tranquilo. Não estou aqui para guerrear ou discutir com ninguém, mas para ouvir algumas sugestões, algumas propostas, algumas observações que cabem, sim, sobretudo nesta questão de orçamento. Os senhores não conhecem minha luta com relação a este tema. Por isso, eu aceitei de bom grado comparecer hoje a esta Comissão, a Comissão que vai preparar todo o projeto.

Há um aspecto que eu faço questão de salientar, sem querer sair da berlinda: eu só executo o que os Srs. Parlamentares aprovam. Eu não tenho o poder de determinar quanto vai para A, B, C, D em termos de rubrica. Eu simplesmente cumpro. Eu pleiteio às autoridades, antes de as propostas serem formuladas, mas dependendo da aprovação dos senhores. É este Parlamento que me passa o valor que eu posso ou não gastar.

Posto isso, repito, eu não quero me desvencilhar da minha responsabilidade, minha interlocução, como Ministro, com o Sr. Presidente da República, eu a faço num ambiente não público, naturalmente, mas, se estiverem me ouvindo, eles sabem desta minha interlocução na responsabilidade que nós temos com a educação no Brasil. Da





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

mesma maneira que eu sou muito radical com a questão do investimento na ponta, dos valores, eu também sou bem radical com relação à prioridade na educação.

Quero reafirmar o que eu disse no início: o protagonista do período pós-pandemia não será mais o médico, mas, sim, o professor, a educação. Digo isso em termo *lato*, genérico. É claro que todas as profissões são importantes, mas nós temos que retomar isso.

Eu quero agradecer ao nosso Relator, o Senador Wellington, o registro das observações, bem como as orientações, as políticas e os conselhos que nos tem dado.

Esta primeira observação que fiz de maneira genérica já responde a uma parte, Deputado Zarattini, do seu questionamento a respeito dos valores do orçamento. Aquilo que V.Exa. puder fazer para me ajudar, para aumentar, eu recebo de bom grado. Eu tenho o prazer, é claro, depois de verificar as coerências pedagógicas, em destinar recursos para a escola pública. Eu tenho o maior prazer de fazer isso, eu não sou um antiescola pública. Como eu disse no início, eu sou devedor da escola pública. Mas não se trata simplesmente de despejar dinheiro, sem responsabilidade. Nós temos que ter contrapartida, a transparência devida, coisas desse tipo. Eu sou seu parceiro neste quesito do aumento e, por isso, eu tenho conversado tanto com a nossa Presidente da Comissão.

Com relação ao ensino e à alfabetização de jovens e adultos, é claro que ele é importantíssimo, mas vale lembrar que nós temos que ter um tipo de controle. Quando eu cheguei ao MEC, eu recebi uma notícia, se não me engano, sobre o ENCCEJA, exame que valida a conclusão do ensino fundamental. Quando peguei os números, eu não fiquei indignado, mas muito triste. Ainda não falávamos em pandemia, mas o número de pessoas que atenderam, após a inscrição, à efetivação das provas foi um valor percentual muito baixo. Eu falo isto literalmente, com toda a tranquilidade, pelos números que tenho pelo INEP. Eu coloquei na lata de lixo, Senador, 100 milhões de reais gastos com provas impressas, com contratação de professores que iriam fazer as provas, correção de fiscais, aluguel de locais, enfim, com a logística.

Eu quero ajudá-los, mas peço ajuda para podermos ter aqui, em nossas regras, em nossas leis, um tipo de controle um pouco maior a respeito daqueles que fazem as inscrições, que mobilizam o poder público, que gastam o dinheiro público e, se tropeja





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

lá no Rio Grande do Sul, falam: *"Vai chover. Eu não vou"*. Acho que é preciso haver contrapartida. Nós falamos muito em direitos, mas nós temos que falar um pouco mais do dever de cada estudante, de cada um que faz seus pleitos. Este é apenas um registro que eu faço. Depois eu posso lhe dar números mais atualizados. Eu também sou favorável à educação de jovens e de adultos. *(Pausa.)*

Estou recebendo a informação de que hoje nós temos nas contas dos Estados e dos Municípios, exatamente para a rubrica do ensino de adultos, 180 milhões de reais. Trata-se de uma informação do meu setor de orçamento. Valeria a pena nós apoiarmos a execução deste valor, porque saiu das mãos do Ministério e está lá na ponta, com os gestores municipais e estaduais.

Com relação ao FUST, é outra coisa que vale a pena. Imaginem se eu seria contrário ao mundo virtual, ao mundo da Internet! Eu posso ter todos os defeitos, mas tenho o mínimo, ao menos uma inteligência mediana, para entender que, não fosse a Internet, nós estaríamos numa condição muito pior. Eu sou favorável a ela, só não fui favorável à derrubada do veto. Eu apoiei não a derrubada, mas a manutenção do veto, por quê? Porque nós temos outro projeto, que vem do Senado, se não me engano, um projeto cuja elaboração é um pouco mais sofisticada. V.Exa. sabe, porque gosta desta área, é educador, que não basta colocar dinheiro nos Estados para comprar *tablets*. O que os alunos de 54 mil escolas rurais do Brasil vão fazer com *tablets*? O que nós faremos com os alunos que não têm conexão? Nós vamos ao entorno de Brasília, e já não há mais sinal de Internet. É esta a conversa. Eu não sou contrário, de maneira alguma, à Internet.

Mais uma informação: o veto já foi derrubado, V.Exas. o derrubaram, o Parlamento derrubou o veto. Agora nós estamos em outro momento, em que estamos tentando ajustar, por medida provisória, uma construção melhor da lei, da aplicação. Antes mesmo de o Congresso derrubar o veto, minha equipe da Secretaria de Educação Básica já estava trabalhando uma maneira de implementarmos as políticas. Eu sou um democrata, nós obedecemos à maioria. Isso é o Brasil. Nós temos um grupo lá trabalhando nisso.

Com relação às obras paradas, não foram 2 mil — o Senador Wellington citou 2 mil. Eu encontrei mais de 4 mil obras paradas. O problema não é dinheiro: o problema





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

são as licitações, Deputado, que são feitas de maneira equivocada. Eu não vou julgar ninguém. Quem tem que julgar é o TCU, mas há alguns componentes que nos levam a imaginar má-fé de alguns gestores da ponta, porque eles atendem à licitação daqueles que ditam os preços por baixo, e qualquer pessoa sabe que eles não vão conseguir cumprir a tempo e de modo correto o orçamento. Depois, quando chegam ao meio do caminho, a empresa abre falência, os donos somem, e a obra fica parada. Esta é a grande realidade destas 4 mil obras que nós tivemos em julho.

Quando os Srs. Parlamentares me procuraram neste ano para pedir ajuda ou apoio às suas regiões — eu não faço mais que a minha obrigação em sentar com o Presidente do FNDE e ajustar onde podemos alocar recursos, que não são do Governo Bolsonaro, mas, sim, do povo brasileiro; nós temos que alocá-los de alguma maneira —, eu falei: *"Deputado, aqui nesta região, eu tenho duas creches paradas, e o senhor está me pedindo outra creche? O senhor não nos ajuda a transformar essa creche em realidade?"* Eu repito: de lá para cá, das obras paradas, cerca de três, Senador, foram terminadas por dia, no MEC. Percebam que eu nem estou falando de obras novas. Eu tenho os números, o endereço, o local. Por favor, anotem. Depois eu posso, quando necessário, levantar o número dessas obras junto ao FNDE. Digo isso porque eu quero respeitar o dinheiro público, quero respeitar a proposição de cada um dos senhores.

Quanto à assistência aos estudantes, nós estamos vivendo um tempo difícil recentemente. Nós não tínhamos recursos. Com o *lockdown*, não há imposto, é óbvio. Eu não tenho como arrecadar, o Governo não tem como arrecadar. Nossa prioridade para 2022 foi justamente esta: nós acabamos de fazer nosso pré-projeto e recompor os recursos para a assistência estudantil. Não sei se todos sabem, e eu não quero fazer julgamento de mérito a este respeito, mas cada um dos estudantes que estudam de graça, Deputado, em termos médios hoje — eu estou fazendo uma conta quase redonda do valor do PNAES em relação ao número de alunos que o recebem —, recebe, em média, 960 reais. Eu não vou dizer que é muito, mas eles já têm sido aquinhoados.

Os alunos oriundos de escolas públicas têm 50% das vagas das universidades federais, não pagam e ainda recebem esse valor. Isso ocorre em um país em desenvolvimento, como o nosso. É claro que, se tivermos mais recursos — vamos





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

fazer isso agora, com a proposta que enviamos para o Orçamento —, vamos tentar recompor este valor. Nós colocamos no Orçamento de 2022 o valor que havia em 2019, que é superior ao de 2018.

Em se tratando das assistências estudantis em universidades, em 2021, foram 860 milhões de reais e, em 2022, 1,74 bilhão. Portanto, nós estamos aumentando o valor considerável, 26%. Nos institutos, na assistência estudantil, Deputado, foram 443 milhões de reais em 2021 e, em 2022, são 536 milhões de reais, ou seja, um aumento de 21%.

Eu faço o seguinte registro. Em conversa com a nossa Presidente, ela foi sensível a um pedido que lhe fiz. Eu não tenho vergonha nenhuma de pedir, primeiro, porque eu não peço para mim. Eu disse a ela: *"Senadora, olhe com carinho. Este é o ano da educação"*. Ela me deu a honra de ser o primeiro Ministro a vir aqui solicitar dos senhores, que compõem esta Comissão, que nos ajudem. O que eu puder fazer eu vou fazer. Num ano que teve 4% ou 5% de inflação, nós estamos pedindo uma recomposição de 21% para os institutos e de 26% para a assistência estudantil de universidades e institutos. Esta é a nossa proposta, já feita.

Eu vou passar para a pergunta feita pela Deputada Dra. Soraya Manato. Depois eu volto à dos outros que falaram. Sobre o ensino médio em tempo integral, eu também gosto muito das evidências científicas e vejo, pelos gráficos e pelas estatísticas, que os alunos que têm o privilégio de ter acesso ao ensino em tempo integral, com complementações no contraturno, vão extraordinariamente melhor que os alunos que têm acesso a apenas um período. Eles têm, por assim dizer, todos os acessórios, como alimentação, prática de esportes e convivência, e saem da rua.

No caso do ensino médio em tempo integral, nós pagamos 2 mil reais por matrícula. Até novembro do ano passado, nós tínhamos mais de 1 bilhão de reais transferidos pelo Governo Federal, e os Estados estavam com dificuldades para a aplicação. Nós fizemos um trabalho, com o apoio do Banco Mundial, para dar execução a esta política que é tão importante. Destaco que nós continuamos atuando com prioridade para fortalecer o ensino médio em tempo integral. Eu sou fã do ensino médio em tempo integral! Acho que ele é a grande resposta, em todos os aspectos, para solucionar a lacuna que nós temos no ensino médio.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Ainda com relação ao que perguntou a Deputada Dra. Soraya Manato, a quem eu agradeço as palavras gentis a meu respeito, eu quero dizer que não faço mais do que a minha obrigação. Eu vou errar, mas, se errar, será por incapacidade mesmo, não por deliberação minha ou por algum outro motivo. Quanto aos médicos-residentes, este é um assunto também muito delicado para o MEC, que tem na residência médica não apenas o braço social do atendimento àqueles que precisam, mas sobretudo a formação do médico como prioridade. Este é o nosso tópico maior. Como o MEC, é educação e instrução. O médico-aluno vai aprender como colocar em prática os protocolos que atende na teoria, nos grandes e grossos livros que tem que acessar na biblioteca.

Para 2022, nós já estamos prevendo 147 milhões de reais adicionais para elevar a bolsa de 3.300 reais para 4.100 reais. É muito pouco! São 23%, mas, se nós tivéssemos mais recursos, eu não tenho dúvida... São eles que estão na ponta. Eles é que fazem o hospital funcionar. Como médica, a senhora sabe muito bem. Além disso, nós vamos garantir o pagamento das bolsas até 2022. Com relação às perguntas da Deputada, faço este registro.

Vamos ver mais?

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Nós temos 1 hora para acabar a reunião na Comissão e ainda temos seis oradores para falar. Eu proponho fazermos um bloco apenas, já que alguns tecem somente comentários, para que o Ministro possa finalizar. Assim, nós conseguimos cumprir nosso horário de audiência, que é de 2 horas ou, estourando, 2h30min.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP) - Presidente, eu gostaria de fazer uma rápida intervenção.

Ministro, o senhor tinha razão. O veto foi derrubado em relação ao FUST, mas o Governo recorreu ao Supremo Tribunal Federal, por meio da AGU, para não realizar esta despesa. É apenas isso. Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Pois não, Deputado.

Quero registrar a presença do Relator da LDO, o Deputado Juscelino Filho. Ao lado do Deputado Marcel, encontra-se o Deputado Bruno Souza, Deputado Estadual de Santa Catarina. Obrigada pela presença.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Tem a palavra o Deputado Domingos Sávio. Em seguida, ouviremos o Deputado Danilo Forte.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB - MG) - Obrigado, Sra. Presidente, colega Senadora Rose de Freitas.

Sr. Ministro Milton Ribeiro, eu estou muito feliz por ouvi-lo, com a serenidade e a clareza de um bom professor. Isso nos dá não só a tranquilidade, mas também a convicção de que nós estamos bem dirigidos na educação. O Presidente Bolsonaro foi muito feliz ao colocá-lo à frente desta Pasta tão importante para todo o País.

Da mesma forma, quero cumprimentar o Vitor e sua equipe como um todo, que têm feito um trabalho brilhante. Eu quero fazer menção ao Presidente do FNDE, o Sr. Marcelo Ponte, que é extremamente atencioso, dedicadíssimo. Em que pesem os milhares de problemas, os milhares de obras paralisadas e outras tantas com os problemas técnicos, o que é natural, diante da complexidade desta missão, ele tem sido, de fato, brilhante.

Nós vivemos situações contraditórias ante uma matéria tão importante como o Orçamento, em especial o da educação, seguramente o maior orçamento da União. Há grandes contradições: eventualmente, sobra em algum lugar e falta em outro. Portanto, a forma de gerir este recurso e gastá-lo com qualidade e com responsabilidade é algo que precisa ser constantemente trabalhado.

O senhor tem toda a razão, é surpreendente quando nos diz que há alguns milhões de reais parados na ponta. Às vezes, a primeira sensação é que precisamos buscar esse dinheiro, mas, se buscarmos, corremos o risco de ampliar o número de obras inacabadas ou de demandas historicamente represadas, em que, à custa de muita luta, um de nós Parlamentar destinou uma emenda. Eu faço um apelo para que se tenha muita prudência porque, no passado, já houve a paralisação de uma infinidade de convênios. Recolher dinheiro foi uma luta. É preciso muita prudência.

Eu mesmo sou testemunha, acompanho meus Prefeitos de perto, são lugares em que já se tem o recurso na conta, mas há razões técnicas, burocráticas. Aliás, isso nos remete ao seguinte: nós precisamos simplificar a burocracia. Brasília está distante da ponta. Eu penso que, às vezes, além do responsável técnico pela obra — obviamente, todas as obras têm um responsável técnico, um engenheiro contratado pela Prefeitura





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

—, o Conselho Municipal de Educação deveria ter um papel para lidar com isso e evitar que as obras fossem tão travadas aqui em Brasília. Em tempo, eu gosto muito dos conselhos e os valorizo. Às vezes, trava-se uma obra por uma pequena coisa, um pequeno detalhe, uma mudança que, para determinada realidade, é necessário fazê-lo. Às vezes, falta um material, e isso inviabiliza a obra, porque houve uma mudança muito significativa no mercado. Portanto, é preciso refletir nesses pontos. Nós precisamos encontrar uma maneira de evitar essa quantidade de obras paradas. O senhor herdou isso, mas, se não tomarmos cuidado, haverá outras, e eu sei que não é por omissão nem do FNDE, nem do senhor. É porque precisamos aprimorar esses mecanismos.

Eu diria, Ministro, que é na ponta que nós sentimos o que acontece. Eu visitei um centro de recuperação de menores que ajudei a construir em Divinópolis, às vezes, até contrariando alguns que acham que se deve colocar só escola, e não centros. Mas existe o menor infrator, aquele que, infelizmente, enveredou para o crime. Eu vi uma coisa, Ministro, que é óbvia, mas, quando se vê na ponta, fala-se: *"Nós temos que melhorar os investimentos na educação"*. A maioria dos menores infratores têm de 14 a 17 anos, quase 18 anos. Eles são praticamente 100% semianalfabetos e têm praticamente 100% de evasão escolar, Senadora Rose. O fato é que a educação está intimamente ligada a tudo isso.

É importante que não se crie um preconceito, quando se diz: *"Isso não é um problema meu; é um problema social, é um problema do Ministério da Cidadania"*. Não! Eu até acho, Ministro, que nós precisamos ter um programa especial de educação de reforço e de acompanhamento de crianças e de jovens em situação de risco. Eu queria fazer este apelo ao senhor porque, às vezes, os Municípios, isoladamente, não fazem isso. Portanto, é preciso um programa federal nessa esfera. Criança mais pobre tem que ter mais atenção de nós. Ela corre o risco de virar bandido, mas, se a ajudarmos, ela pode virar um grande brasileiro. Trata-se apenas de uma questão de oportunidade.

Concluindo, eu queria falar do ensino técnico, que é muito importante. Em diálogo com o Ministério, eu ajudei a concluir o hospital veterinário do Instituto Federal de Salinas. Agora nós precisamos concluir o hospital do Instituto Federal de Bambuí. Por quê? Porque os institutos federais são fundamentais tanto para ensino tecnológico como também, hoje, para formalização, viabilização de profissões em áreas em que





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

não há alternativa de ensino público. Esses dois a que eu fiz referência são as únicas alternativas de ensino superior em macrorregiões num Estado do tamanho de Minas Gerais. Em Bambuí, no centro-oeste mineiro, é a única alternativa de um ensino público federal nessa área de medicina veterinária, que eu conheço bem e que tem mercado. O indivíduo sai empregado, Senadora.

Então, é preciso fortalecer esses orçamentos.

Eu concluo citando a questão do FUST — Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações. Devo estar como Sub-Relator da ciência, tecnologia e comunicação. Eu acho que nós temos que integrar as ações nessas pastas e buscar a solução para esse problema e o diálogo com o Governo. O colega Deputado Zarattini disse que o Governo está insistindo em não aplicar recursos. Por que o Governo não inverte o processo e manda uma medida provisória ou toma uma decisão dizendo: *"Não, nós vamos aplicar dessa forma, queremos aplicar assim?"* Agora, não aplicar, ignorar que é preciso Internet nas escolas... Eu apoio todas as ações do Governo aqui, mas também votei para derrubar o veto. Aliás, acho que o próprio Governo orientou a base para derrubar o veto. Houve até um acordo. Eu não sei bem como foi, mas sei que boa parte da base do Governo votou para derrubar o veto, senão não teria sido derrubado, não é, Ministro?

Ministro, acho que tem que haver isso que o senhor veio mostrar aqui. O Governo precisa ter Ministros que dialogam conosco e o próprio Governo precisa dialogar conosco.

Parabéns! Conte conosco, aqui dentro da Comissão de Orçamento e nas demais áreas, como parceiros da educação e da gestão do senhor.

O SR. MINISTRO MILTON RIBEIRO - Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Tem a palavra o Deputado Danilo Forte.

Em seguida, ouviremos o Deputado Daniel Almeida.

O SR. DANILO FORTE (PSDB - CE) - Primeiro, parabenizo a Presidenta Rose de Freitas, Senadora, pela iniciativa de fazer esse diálogo com o Executivo, com os Ministérios, para haver uma identidade maior sobre os problemas que cada um tem com relação à execução orçamentária, cujo acompanhamento por esta Comissão é





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

fundamental. Inclusive, hoje o jornal *O Estado de S. Paulo* traz uma matéria muito longa sobre a ausência dessa relação da Comissão Mista de Orçamento com a execução orçamentária por parte do Governo Federal.

Segundo ponto. A minha fala não vai ser longa, nem de questionamento, porque acho que os principais questionamentos já foram feitos e respondidos pelo Ministro Milton Ribeiro. As minhas palavras são de agradecimento. Eu encontrei no Ministro Milton Ribeiro um homem de diálogo, um homem sereno, um homem educado, um homem voltado para a educação, e a sua história, a sua biografia corresponde a todo esse trabalho que está fazendo à frente do Ministério da Educação.

Eu sou de um Estado pobre, sou de um Estado carente, sou de um Estado que tem muitas dificuldades com relação à juventude e à infância. E a vontade do Ministro Milton Ribeiro de reorganizar a relação da educação brasileira com a do Ceará foi demonstrada na sua ida ao Estado recentemente, quando nós reunimos mais de 80 Prefeitos presencialmente. Foram discutidas com 130 Prefeituras pendências, problema de execução de obra, falta de documentação, problema até de terraplanagem, de aterro, em obras que estavam inacabadas, paradas. Isso gerou uma euforia, deu um estímulo muito grande aos gestores municipais, que encontraram ali uma forma de dialogar. Pela primeira vez, eu vi um Ministério se deslocando para um Estado para resolver problemas dos Municípios. Eu nunca tinha visto isso.

Isso realmente demonstra um compromisso assertivo no sentido de minimizar os efeitos tão nocivos de uma obra parada, uma obra inacabada, o que reflete imediatamente inclusive no ensino, na educação, e até na alimentação das crianças, visto que o Ceará tem 168 milhões de reais do PNAE — Plano Nacional de Alimentação Escolar ainda retidos por problemas burocráticos, por problemas de prestação de contas junto ao Ministério da Educação. Tudo isso ficou esclarecido. Ali se buscou e se encontrou solução para um problema.

Eu entendo que o diálogo é o grande diferencial que a Senadora Rose está implantando aqui na Comissão Mista de Orçamento. Busca no diálogo a construção de alternativa para sanar problemas. É isso que o Brasil espera de nós.

Esta é uma Casa de construção de consenso, de construção de diálogo. Dessa forma, com certeza, nós poderemos contribuir muito mais, inclusive, não só para





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

fiscalizar a execução, mas também para fortalecer os orçamentos públicos onde são necessários. Não tenho dúvida alguma de que nenhum dos 513 Deputados se negará a ajudar a fortalecer o orçamento da educação pública do nosso País, tão necessário e tão urgente, um compromisso com as gerações futuras.

Ministro Milton Ribeiro, muito obrigado. Espero o senhor, no dia 27, em Itapajé, minha cidade, para inaugurar o *campus* da Universidade Federal do Ceará, Jardins de Anita, que é muito importante, e para também rebater a falácia, ou a angústia, ou a má informação, que muitas vezes a grande imprensa brasileira publica. Como não tem compromisso com o ensino público superior se está inaugurando o *campus* de uma universidade? É o que o senhor vai fazer no dia 27 em Itapajé.

Foi uma luta desta Comissão. Foi aqui nesta Comissão que nós conseguimos os recursos para construir esse *campus*. Desde 2015, quando eu fui Relator da LDO, vimos trabalhando para entregar esse sonho de jovens do Vale do Curu, no Estado do Ceará. Pelas suas mãos, com o seu compromisso, nós estaremos inaugurando o *campus*.

Muito obrigado, Ministro Milton Ribeiro.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Passarei a palavra ao Deputado Daniel Almeida e, em seguida, ao Deputado Juscelino Filho e à Deputada Adriana Ventura.

Deputado Marcel, V.Exa. pediu a palavra. Eu tenho tempo para acabar a reunião. Se V.Exa. me ajudar com o tempo, o pedido será plenamente aceito.

Tem a palavra o Deputado Daniel Almeida.

O SR. DANIEL ALMEIDA (PCdoB - BA) - Cumprimento a Senadora Rose de Freitas, com quem convivi tanto na Câmara dos Deputados, tenho sempre uma boa lembrança da nossa convivência, que continua, e o cumprimento o Ministro Milton Ribeiro.

Aqui fica a constatação de que nós temos que enfrentar, como um problema decisivo do País, a recomposição do orçamento da educação. Há uma defasagem absolutamente incompatível com o mínimo necessário para a educação no nosso País funcionar. Os dados são inquestionáveis.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Ministro, V.Exa. sabe que pode contar com esta Comissão, com estes Parlamentares para fazer o esforço possível na busca dessa recomposição. Mas me parece que isso não é suficiente, nós temos que ir além. Fico com a sensação, e eu percebo isso em boa parte da sociedade brasileira, de que o Ministério da Educação tem que fazer um esforço de retomar um papel mais protagonista na construção dessas saídas. V.Exa. tem apenas 1 ano no Ministério, mas o Governo se aproxima de 3 anos já de mandato. Fica uma sensação de que o Ministério da Educação precisa recompor esse papel de ser um centro de elaboração para liderar, a partir do Ministro, a construção desse caminho de recomposição e de elevação do papel e do patamar da educação.

Eu espero que V.Exa. tenha condições de, no tempo mais curto possível, cumprir esse papel, que não é simples. É preciso uma ampla e generosa mobilização, dentro do Governo, para que o tema tenha a relevância necessária, e na sociedade. Sem essa interlocução na sociedade, não seria possível, não será possível, nunca foi possível, e esse não é um tema apenas do Ministério. Eu acho que ele tem que liderar, a partir do Ministro, mas há a necessidade de envolver o conjunto da sociedade, os estudantes, as entidades, os Governadores, os Prefeitos e este Parlamento naturalmente, porque aqui é a Casa do Povo, aqui está a representação da sociedade brasileira. Eu sinto uma carência muito grande, muito grande. As pessoas estão constatando isso, mas não há um canal natural para construir as formulações, os caminhos e a liderança necessária para esse objetivo. Espero que tenhamos condições de alcançar esse objetivo.

Eu queria ponderar alguns aspectos já levantados aqui que me parecem que expressam a relevância do tema. Refiro-me especialmente à educação profissional. Eu sou oriundo também da educação profissional, a minha porta para a cidadania foi a Escola Técnica Federal da Bahia, hoje Instituto Federal, e sei o significado que isso tem. Quando cheguei a esta Casa, Senadora Rose, nós tivemos a oportunidade de estruturar a Frente Parlamentar em Defesa da Educação Profissional, da qual V.Exa. participou. E nós conseguimos uma expansão da oferta de vagas de educação profissional, nesses institutos federais, em vários lugares do Brasil, localizados geograficamente levando em conta o potencial de desenvolvimento das diversas





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

regiões. Essa é uma experiência que está se consolidando. Há uma carência enorme de consolidação desses espaços. Um corte no orçamento deste ano de 80% — caiu de 10 bilhões para aproximadamente 2 bilhões — é algo insuportável. Todos os dados aqui são muito graves, mas esse é um dado bastante relevante. Então, eu queria fazer um apelo nessa direção, que nós todos pudéssemos nos mobilizar.

Outro tema que eu gostaria de abordar com o Ministro é como ele vê — eu não percebi a resposta — essa hipótese que Prefeitos estão levantando sobre a flexibilização dos índices em 2021. Os Prefeitos estão dizendo: *"Eu não vou conseguir gastar os 25%. E, não gastando os 25%, pode haver inadimplência por parte dos Municípios"*. E há projetos inclusive sendo debatidos aqui. Eu não acho que devemos flexibilizar para permitir que se gaste em outras coisas, mas que tipo de medida poderia ser adotada? Alguns dizem que poderia se flexibilizar no sentido de garantir a possibilidade da utilização no ano seguinte, já que a pandemia impediu que esses recursos fossem utilizados agora.

Queria ouvir a opinião de V.Exa. sobre esse assunto.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Com a palavra o Deputado Juscelino Filho, nosso Relator da LDO.

O SR. JUSCELINO FILHO (DEM - MA) - Bom dia a todos, Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Senadores. Gostaria de cumprimentar o Sr. Ministro da Educação, Milton Ribeiro, os Secretários que estão aqui conosco.

Acompanhei pelo Zoom sua apresentação aqui nesta Comissão, Ministro, e quero reiterar que esta Comissão e este Parlamento enxergam muito claramente a boa intenção por parte da gestão atual do Ministério da Educação em mudar algumas realidades nessa área no nosso País.

Sabemos e compreendemos as limitações que existem, principalmente do ponto de vista orçamentário, como foi colocado aqui na sua apresentação, na evolução no decorrer dos anos. E também enxergamos o atual momento que essa crise sanitária nos impôs, em que a educação foi uma das áreas mais afetadas; não só a educação. Na verdade, foi a vida das crianças, dos nossos jovens que ficaram impossibilitados de ter a normalidade das aulas, a normalidade do acesso ao ensino. Esse impacto realmente é muito preocupante. Temos que pensar, buscar, sempre, uma forma de





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

amenizá-lo. Com a implantação e a evolução do ensino remoto, enxergamos claramente que ele não dá os resultados necessários a essas crianças, a esses jovens e fica muito aquém do ensino presencial, que está se retomando aos poucos em todo o País.

Então, à frente da relatoria da Lei de Diretrizes Orçamentárias do ano de 2022, na área da educação, uma das coisas pontuais que colocamos como metas e prioridades, e deixamos isso muito enfatizado no nosso texto da lei, foi a agenda para a primeira infância, que já vinha na LDO de 2021 e na LDO dos anos anteriores. Esse ponto foi alvo de bastante crítica aqui na Comissão, nas primeiras reuniões. Espero que consigamos realmente essa priorização da agenda da primeira infância. Também priorizamos a ampliação das escolas de ensino em tempo integral. Essa foi outra prioridade que colocamos para o ano de 2022 na educação, além da universalização do acesso à Internet e projetos de inclusão digital, porque vimos que essa inclusão tem que estar vinculada ao ensino também, com a evolução que temos hoje nessa área.

A questão das obras paralisadas, também objeto de debate aqui — sobre a qual nós tivemos oportunidade de conversar um pouco na nossa visita ao Ministério da Educação —, é um dos pontos mais preocupantes desta Comissão e, acredito, do Ministério da Educação. É preciso buscar uma solução para isso. O senhor nos colocou que já vem trabalhando nessa direção, que vem conseguindo entregar bastantes obras repactuadas com Estados e Municípios, e aqui eu já o parabeno por essas ações.

Desde o primeiro momento de instalação desta Comissão, neste ano, essa pauta das obras paralisadas vem ao debate. Está em formação um comitê que vai acompanhar essa situação não só no Ministério da Educação, em todos os Ministérios da Esplanada que têm obras importantes paralisadas, mas de forma diferenciada na educação. Sabemos o número de obras de creches e escolas que estão paralisadas e temos condições de entregar esse bem público à nossa sociedade, às nossas crianças.

Naquele momento, nós dissemos que já colocamos na LDO de 2022 — espero que não venha veto por parte da Presidência da República — a possibilidade de um novo aporte de recurso nas obras inacabadas, um novo aporte por parte do Governo





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Federal. Então, já há essa previsão legal, aprovada nesta Comissão, na Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2022.

Quero ressaltar que veio um PLN do Governo para alterar a LDO de 2022 em alguns pontos, e temos a intenção de trazer essa alteração já para este ano, para 2021, para que não percamos este semestre, para que, se possível, em 2021, os Parlamentares já possam começar a alocar recursos para finalizar essas obras. Então, há essa intenção.

E eu tenho aqui o ofício, a solicitação a V.Exa., que já vou encaminhar à Mesa, com a alteração de redação em dois parágrafos da Resolução nº 3, de 20 de abril de 2021 — resolução que me foi mostrada naquele dia na reunião — e a revogação de um parágrafo, para poder se adequar à LDO que nós aprovamos para o ano que vem e que vamos ajustar para este ano, de forma que, com esse ajuste, além da repactuação com recursos próprios, isso vai continuar, dos Municípios que tiverem disponibilidade orçamentária, os Parlamentares possam encaminhar recursos de emendas individuais, de bancada ou de relatoria para a finalização dessas obras inacabadas.

Essas são as nossas colocações, Ministro. Quero dizer que a meta e o objetivo principal desta Comissão, como já foi colocado pela Presidente, e ela tem dialogado bastante com todos e vai dialogar ainda com todas as Pastas da Esplanada, as principais pelo menos, que virão aqui, é buscarmos construir, juntos, uma peça orçamentária o mais perto possível da realidade, para que o senhor consiga executar com plenitude no próximo ano e dar os resultados que a sociedade espera do Parlamento, do Ministério da Educação e do Governo Federal.

E reforço aqui a questão que o Deputado Daniel fez ao final da fala dele quanto a essa flexibilização dos índices, porque realmente há, por parte dos gestores públicos municipais, dos Prefeitos, um grande apelo ao Congresso Nacional para que façamos essa flexibilização, nem que seja de modo pontual, por conta do ano diferente, da pandemia. Que seja feita uma flexibilização pontual, porque o que está acontecendo, infelizmente, é muito Prefeito inventando despesa desnecessária com recursos da educação para atingir o índice. Eu acho que isso não é correto. Não enxergo isso como forma correta.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Então, isso me traz uma visão do ponto de vista de ser favorável a essa flexibilização, neste momento que estamos vivendo ainda de pandemia, para que os gestores tenham essa liberdade de organizar suas contas e não cometam crime de responsabilidade fiscal, o que impactaria em problemas futuros para eles.

Essas são as nossas palavras. Quero agradecer, mais uma vez, sua presença e deferência com a Comissão de Orçamento do Congresso Nacional.

Obrigado, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Encerradas as inscrições, definitivamente.

O Deputado Paulo olha para mim... Quando eu presidia a Câmara, ele achava que eu negava a palavra a ele. Jamais! Eu tenho juízo.

Concedo a palavra ao Deputado Marcel van Hattem, para suas considerações.

Em seguida, falará o Deputado Paulo Teixeira.

Estão encerradas as inscrições.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Muito obrigado, Presidente. Muitíssimo obrigado pela gentileza de V.Exa. Como me comprometi, serei breve. Quero aqui dizer a V.Exa., Presidente, que, apesar de não ser membro da Comissão Mista de Orçamento, muito me apraz estar participando desta reunião para tratar justamente dos entraves orçamentários que nós enxergamos no Orçamento da União, em particular na área da educação.

Por esse mesmo motivo, quero saudar aqui a presença do Ministro Milton Ribeiro, Ministro da Educação, com quem estive, faz poucos dias, durante audiência pública, em outra Comissão desta Casa, muito brevemente falando, afinal de contas, ele estava, assim como eu, também ocupado com as atividades daquela Comissão. Mas trouxe ao conhecimento do Ministro a demanda vinda do Estado vizinho ao meu, o Rio Grande do Sul, lá de Santa Catarina, por intermédio do Deputado Estadual Bruno Souza, em relação a dois temas muito específicos. Faço, portanto, agora os tornar públicos durante esta minha manifestação, para que V.Exa. sobre eles possa se manifestar.

Quero também aqui, Sr. Ministro e cara Presidente desta Comissão, lembrar que o Partido Novo, que represento nesta Casa, está representado no Estado de Santa





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Catarina por nove Vereadores, pelo Prefeito da cidade de Joinville, o único Prefeito do NOVO do Brasil, também pelo nosso Deputado Federal Gilson Marques, que, infelizmente, neste momento, está participando de outro compromisso, e pelo nosso Deputado Estadual Bruno Souza, antes Vereador do Município de Florianópolis, que agora está realizando esse seu trabalho na Assembleia Legislativa.

Os dois temas, apesar de bastante pontuais, são muito importantes. O primeiro deles é em relação à Universidade Federal de Santa Catarina, Sr. Ministro, que tem um *campus* na cidade que é justamente administrada pelo Adriano Silva, nosso Prefeito. O *campus* tem uma obra parada, a exemplo também do que já foi manifestado por outro colega Deputado em relação a uma universidade no seu Estado natal, o Ceará.

Nós precisaríamos, Sr. Ministro, de uma manifestação do Ministério em relação às perspectivas orçamentárias para a continuidade da obra, que está abandonada desde 2013. Afinal de contas, à época em que ela foi pensada, pelo menos assim queremos imaginar, certamente havia um planejamento orçamentário, para que ela pudesse ser concluída e não ficasse no estágio atual de construção, que é maléfico em todos os sentidos.

Portanto, Sr. Ministro, a primeira pergunta seria essa. Temos inclusive um ofício para entregar posteriormente a V.Exa. em relação a esse assunto, para que possa ser tempestivamente respondido.

Em segundo lugar, refiro-me ao retorno às atividades presenciais em 22 *campi* do Instituto Federal de Santa Catarina. Aliás, como em qualquer canto de Santa Catarina, há muitos estudantes gaúchos lá. E, assim como o retorno às atividades presenciais lá ainda não é realidade, em muitos institutos e *campi* universitários no Rio Grande do Sul ainda não temos o retorno às atividades presenciais.

Para piorar a situação, Sr. Ministro — sabemos de todas as condições que a pandemia impõe à sociedade brasileira e internacional —, há um faseamento que torna a circunstância ainda mais morosa, a decisão das autoridades locais muito mais difícil e acaba prejudicando a volta às aulas presenciais, o ensino para os estudantes. Muitos professores, que, aliás, também precisam ser mencionados, querem o retorno o quanto antes às atividades presenciais e o próprio setor administrativo.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Portanto, Sr. Ministro, cumprindo a minha palavra com a Presidente em relação à exiguidade do tempo que nós temos em virtude de outros compromissos de V.Exa., quero agradecer mais uma vez a atenção — também a presença do nosso colega Deputado Estadual Bruno Souza, que está aqui na Comissão Mista de Orçamento acompanhando esta reunião — e pedir resposta a esses dois ofícios, a essas demandas encaminhadas na medida das possibilidades do Ministério.

Muitíssimo obrigado, Sr. Ministro e caríssima e Exma. Presidente Senadora Rose de Freitas.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - É sempre um prazer ouvi-lo. V.Exa. sabe disso.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Muito obrigado, Senadora.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Tem a palavra o Deputado Paulo Teixeira, para conclusão.

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT - SP) - Sra. Presidenta Rose de Freitas, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, Sr. Ministro Milton Ribeiro, eu trago aqui um ofício com um pedido das universidades e dos institutos técnicos, que vou ler.

A situação orçamentária das Universidades e Institutos Federais continua crítica.

A sanção da Lei Orçamentária (LOA) de 2021 tornou o cenário atual mais crítico para as Universidades e Institutos Federais. Há cinco anos o setor vem sofrendo com a diminuição dos recursos referentes a custeio e investimentos, retornando, este ano, a valores aproximados ao orçamento de 2013. No entanto, desde 2013, o número de campis, alunos e atividades de ensino e pesquisa tiveram grande expansão.

No ano de 2021, a redução no orçamento atingiu 18% (R\$ 1 bilhão) nas Universidades e 21% (500 milhões) nos Institutos Federais, em comparação ao orçamento do ano de 2020. A sanção da LOA 2021 trouxe ainda o bloqueio de mais de R\$ 271 milhões para os Institutos e de R\$ 717 milhões para as Universidades.

Sabe-se que mesmo com a liberação integral do orçamento aprovado, o pagamento das despesas de custeio e investimentos está comprometido para





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

estas instituições de ensino a partir de setembro deste ano — portanto, a partir do mês que vem.

Apesar do empenho da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino (ANDIFES), do Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (CONIF), de diversas entidades científicas e do MEC junto ao Ministério de Economia e ao relator da PLOA 2021, visando reparar as reduções que afetam os orçamentos das universidades e institutos federais, a valores referentes ao ano de 2020, isto não ocorreu ameaçando fortemente a sobrevivência destas instituições.

Assim, as entidades abaixo vêm solicitar o apoio de senadores e deputados federais para a obtenção imediata das seguintes medidas:

- Descontingenciamento total do orçamento das Universidades e Institutos Federais (Regra de Ouro) — isso já aconteceu, 1,5 bilhão.*
- Restituição dos recursos obtidos diretamente pelas instituições de ensino. Estes recursos são diretamente arrecadados e parte significativa é comprometida em contratos e convênios com terceiros;*
- Recomposição, através de um PLN, do orçamento de 2021 nos patamares do orçamento de 2020, que corresponderá ao acréscimo de R\$ 1 bilhão para as Universidades e a R\$ 500 milhões aos Institutos federais.*

Atenciosamente,

Entidades que compõem o Comitê Executivo da ICTP.br:

Academia Brasileira de Ciências (ABC)

Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes)

Conselho Nacional das Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa (Confap)

Conselho Nacional das Fundações de Apoio às Instituições de Ensino Superior e de Pesquisa Científica e Tecnológica (Confies)

Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Conif)





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

*Conselho Nacional de Secretários Estaduais para Assuntos de CT&I
(Consecti)*

*Instituto Brasileiro de Cidades Humanas, Inteligentes, Criativas e Sustentáveis
(Ibrachics)*

Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC)

Nós estamos entendendo que esse desbloqueio de 1,5 bilhão responde ao primeiro item. Mas o segundo item, que é desbloquear as receitas próprias, e o terceiro item, que é repor 1 bilhão no orçamento, têm que ser trabalhados.

Eu queria perguntar, Ministro, se V.Exa. concorda que nós façamos esse trabalho junto à Casa Civil e ao Ministério da Fazenda, já que, creio eu, esses cortes devem ter vindo de lá, e não propriamente do Ministério da Educação.

Por essas razões, eu quero trazer este manifesto a V.Exa. e pedir que nós possamos recompor o orçamento das universidades brasileiras com o valor de 1 bilhão, trabalhar um PLN para essa finalidade e, igualmente, buscar a restituição dos recursos obtidos diretamente, porque são recursos que já estão comprometidos.

É importante dizer, Ministro Milton Ribeiro, que essas instituições passarão a ter problemas seríssimos de cumprimento dos seus contratos a partir do mês de setembro. E é esse o pleito que eu venho trazer, representando aqui essas instituições, mas representando também as três instituições federais de ensino superior do Estado de São Paulo — UNIFESP, UFABC e UFSCar — e o Instituto Federal de São Paulo.

Então, eu trago aqui essa solicitação e peço, Senadora Rose de Freitas e Srs. Parlamentares, que nós possamos construir esse PLN, restituindo às universidades federais 1 bilhão, valor que foi retirado do orçamento de 2020. Do orçamento para 2021, 1 bilhão foi retirado. Precisamos recompor esse orçamento, que não representa, de forma nenhuma, expansão. Esse valor é para custeio, pura e simplesmente, dos trabalhos das universidades federais.

É por isso, Ministro Milton Ribeiro e Senadora Rose de Freitas, que nós queremos discutir abertamente o tema, o qual pretendemos levar para o Ministério da Fazenda e para a Casa Civil, tendo em vista que entendemos que esse é um tema que requer recomposição.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Por último, Ministro, quero tratar de outra questão. Parece-me que a nomeação do procurador da UNIFESP desrespeitou as regras federais e atingiu a autonomia daquela instituição. Nós achamos que essa ação deva ser revista, pois é uma violência contra a UNIFESP a nomeação do seu procurador contra o desejo do reitor daquela instituição, recentemente nomeado, e fora das regras de nomeação previstas pelo próprio regramento universitário e também pelo regramento da AGU. Por isso, esse também é um tema que esta Casa deve analisar, para requerer a revogação deste ato, que é um sinal autoritário. O procurador deve ser uma pessoa de confiança do reitor, e não uma pessoa colocada pelo Ministro para vigiar a instituição. Nunca houve isso. Isso remete a tempos autoritários do Brasil. Eu acho um caminho ruim, Ministro, a manutenção dessa prática e creio que ela deve ser revista.

Eu queria registrar essa questão para tratá-la em outro momento, mas eu gostaria de priorizar a questão orçamentária.

Por último, eu dou os parabéns à Presidenta, a quem respeito muito. Já estivemos juntos em vários mandatos, mas ela ascendeu à Casa dos Lordes, e nós continuamos aqui na Casa dos Comuns.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Não se esqueça de que nós somos da tribo chow-chow.

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT - SP) - Somos membros da tribo chow-chow, cuja chefe maior é V.Exa.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Obrigado. Parabéns pelas colocações.

Tem a palavra o Ministro Milton Ribeiro, para dar suas respostas e concluir sua apresentação.

O SR. MINISTRO MILTON RIBEIRO - Deputado Domingos, essa questão de gastar com qualidade e responsabilidade tem sido uma ênfase da minha gestão. Quero repetir que, se dinheiro fosse o grande problema... Nós estamos aqui na Comissão de Orçamento, Presidente Rose. Dinheiro é parte da solução, mas não é solução, porque houve tempos em que a educação brasileira tinha muitos recursos, e nós não vimos o impacto na qualidade que deveríamos ver. É essa a observação que faço, primeiro,





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

como cidadão brasileiro e como educador e, agora, como alguém que ascendeu ao posto de Ministro da Educação.

O MEC não pretende retirar os recursos da ponta, Deputado Domingos, mas auxiliar os Estados e Municípios na sua execução. Ademais, se nós retirássemos esses valores, eles não retornariam automaticamente para o nosso orçamento. Então, o máximo que nós queremos ou podemos fazer seria alocar recursos. Nós esperamos que esta nossa palavra possa despertar os senhores gestores da ponta, para que, com toda a transparência à sociedade, eles usem de maneira adequada os recursos, porque, enquanto nós estamos aqui falando de falta de recursos, há recursos que estão parados lá na ponta pelo fato de muitos gestores não os executarem por falta de iniciativa — vamos usar essa palavra.

Um programa federal para acompanhar os mais vulneráveis temos tido. E pretendemos lançar um programa específico para os mais vulneráveis, em especial das Regiões Norte e Nordeste. Eu acho que o Brasil tem que olhar para essas regiões. Por quê? Porque elas têm os piores resultados nos indicadores educacionais. Isso não é demérito para eles, que enfrentam situações, sobretudo climáticas, diferentes de pelo menos grande parte do Brasil, principalmente do Sul.

Quanto ao ensino técnico, faço questão de usar este momento para dizer que fui mal compreendido quando falei: "*Universidade não é para todos*". Pegaram essa frase minha fora de contexto, Presidente. Eu estava comparando a educação universitária com o ensino técnico. Eu estava querendo, na verdade, ressaltar a importância do ensino técnico profissionalizante. E aí eu comparei dizendo que, nesse sentido, o importante era o acesso à escola e aos institutos federais.

Imaginem eu, que sou oriundo de uma família simples e estudei em escola pública, dizer que educação não é importante ou que universidade não é importante. Acho, com todo o respeito que tenho, que houve uma interpretação até um tanto maldosa desta minha frase: "*Universidade não é para todos*". É claro que universidade é para todos, mas hoje temos milhares de pessoas que foram iludidas, como eu disse no início, pois adquiriram diplomas de graduação que estão pendurados na parede e continuam desempregados, porque não há espaço no mundo profissional, Senadora, para tantos graduados. Uma obra grande de engenharia tem um ou dois engenheiros,





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

mas tem milhares, aliás, dezenas, pelo menos, de técnicos em edificação, técnicos hidráulicos, técnicos elétricos. É isso.

A Alemanha e o Canadá são países que nos dão exemplo de desenvolvimento e que enfatizaram o ensino técnico. Eu acho que é por aí. Esse negócio de ter só diploma... Ninguém começa uma obra — e agora falo em termos genéricos — pelo telhado. Em governos passados, encheram o Brasil de universidades, só que abandonaram o alicerce: a alfabetização. Esse pessoal chega à universidade como analfabeto funcional; não sabe fazer nada, não sabe nem falar nem escrever, mal sabe fazer uma regra de três.

Então, a minha função hoje — a minha ênfase, melhor dizendo — é cuidar da educação das crianças e do ensino técnico profissionalizante, mas sem abandonar a educação superior. O que eu quero fazer? Quero dar aos alunos que vieram da educação técnica condições de aproveitamento. Alguns têm vocação para estudar mais, para fazer um mestrado, um doutorado. Mas não é isso que dá emprego; o que dá emprego é a demanda.

Recentemente — eu já disse isto —, recebi uma ligação do Presidente de uma das maiores instituições de patrões do Brasil, o Dr. Paulo Skaf, que me disse: *"Milton, eu não tenho eletricitas de qualidade, não tenho técnicos de hidráulica de qualidade, não tenho técnicos em edificações de qualidade"*. Onde está esse pessoal? Esse pessoal está querendo ser engenheiro, porque pensa que só tem sucesso na vida quem tem esse diploma, e isso não é verdade, é uma falácia. Aqueles que puderem ascender depois e escolher uma universidade que o façam. Eu sou apoiador disso, inclusive da possibilidade de aproveitamento dos créditos que eles adquiriram nos institutos.

Nós temos que enfatizar a construção e a ampliação das vagas dos institutos técnicos federais e de outros mais, até de iniciativas privadas, como o Sistema S, que tem sido um parceiro muito grande. Para quê? Para que o Brasil possa dar condições ao jovem de ter sua colocação. E, depois, se ele disser *"Eu fiz curso para técnico em veterinária, mas o que quero mesmo é ser engenheiro veterinário, médico veterinário"*, tudo bem, ele pode ser. Esta é minha colocação, com todo o respeito que tenho por todas as opiniões: o foco hoje tem que ser o ensino técnico profissionalizante.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O Deputado Daniel, que foi quem me chamou aqui, falou sobre a defasagem do orçamento e o protagonismo do MEC. Agradeço o apoio. Eu quero repetir o que disse há pouco: quando venho a esta Comissão e vejo pessoas falando em aumentar o orçamento da educação, só tenho a aplaudir, porque eu não voto para aumentar nem para diminuir a dotação orçamentária da educação. Se os senhores conseguissem mais recursos pelo voto, que é o instrumento democrático que os senhores têm prioritariamente, creio que eu não teria nenhuma dificuldade em aplaudir isso. Quanto maior for o orçamento da educação, mais eu terei que aplaudir o esforço de cada um dos senhores.

Quanto à educação profissional — o Deputado Daniel fez referência até à sua própria pessoa, dizendo que é oriundo da escola profissional —, o Brasil tem hoje 669 *campi* de institutos federais. E eu já tenho visitado muitos deles; eu não fico só no meu gabinete. Nós temos 281 *campi* de universidades federais. Grande parte dessas instituições, neste primeiro ano, eu já tenho visitado, mais que muitos outros que passaram pelo MEC. Eu não fico só ali dentro do gabinete.

Então, eu quero dizer que, no que diz respeito à educação, nós temos muito em comum, Sr. Parlamentares. Eu repito: aquilo que os senhores conseguirem aumentar de recurso para a educação, com o apoio da nossa Senadora Rose, eu só tenho a aplaudir.

E acho mais — repito isto publicamente —, para mim, educação não tem partido, mas não tem partido nem de esquerda, nem de direita. Não podemos transformar as universidades federais em comitês políticos nem de um lado, nem de outro. Educação, para mim, paira acima desse mundo, que é lícito, que é bom, que é salutar, que é necessário para a democracia, mas que não podemos usar para transformar as instituições de ensino. Esse tem sido o tema da minha discussão com vários outros interlocutores.

O mínimo da educação, hoje, é uma imposição legal. O MEC acompanha essa questão dos 25%, que tem trazido preocupação. Eu vi o nosso Deputado falar sobre isso. É claro que, no que depender de mim, os senhores, que são Parlamentares, podem arrumar um caminho — até conto com a nossa Presidente. Arrumem um caminho. No que depender de mim... Eu entendo isto: os recursos foram alocados,





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

chegaram aos Municípios; eles não podem inventar moda com o dinheiro da educação, que é um recurso caro e muito importante. Naquilo que eu puder fazer, podem contar comigo e com o meu apoio, para que não inviabilizemos até as pretensões políticas dos senhores gestores municipais e estaduais.

Com relação à primeira infância, Deputado, estamos apoiando a educação para essa faixa etária através das creches. Eu acho que, na gestão da educação brasileira, não podemos ser apenas estatizantes, como é a visão de alguns poucos. Nós temos que entender que existem instituições, ONGs, instituições religiosas que fazem um excelente trabalho de fornecer creches e tal. Imaginem quanto o Governo vai economizar! Quando contrata esses serviços a preços relativamente equilibrados, ele evita contratação, concurso, evita a permanência de novos funcionários públicos, que podem amanhã ou depois se aposentar ou ficar lá, com aquela coisa toda atinente ao serviço público. E, quando nós contratamos, nós pagamos, nós apoiamos a iniciativa privada, e temos lá a fiscalização até mesmo do Ministério Público Estadual, porque ele acompanha a questão através da sua ação, que é muito importante.

E é com muita tristeza que eu vi vídeos de alguns educadores fazendo campanha pública para incentivar as redes municipais a não adotarem também a questão dos livros. É muito triste. Eu não sei por que isso ocorre. É claro que o meu sonho é realmente no futuro cada aluno público ter um *tablet* e nós fazermos — não digo doarmos, mas pelo menos cedermos — um comodato para que os meninos possam ter os livros ali todo ano.

Agora, lembrem-se de que, no Brasil, eu, como MEC, tenho 46 milhões de alunos em escola pública na educação básica. Imaginem gerir o destino desses computadores, desses *tablets*, imaginem os assaltos, imaginem as quebras! Quem tem um celular ou um *tablet* sabe que, de vez em quando, esses equipamentos — vou usar uma terminologia mais clássica — dão "pau" e precisam ser levados a um técnico. Imaginem isso lá na ponta. É claro que eu quero que esses dispositivos sejam usados, mas nós temos que ir com vagar, com cuidado.

Quanto aos livros didáticos, acho que eles ainda são um instrumento útil. E, pela primeira vez na história, estamos oferecendo materiais didáticos para a educação infantil, materiais de qualidade, que a rede privada e escolas de outros países usam.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Então, por que esses professores estão contra? Qual é a ideia? O próprio TCU derrubou por unanimidade a representação de alguns que disseram que adotar esses livros seria um retrocesso. O nosso órgão máximo de fiscalização entendeu que era uma iniciativa positiva do MEC fazer chegarem à ponta esses livros. É um gasto que fazemos com dinheiro público. Se eu puder economizar, eu economizo. Mas, na eleição de prioridades que faço, creio que o livro na educação infantil é muito importante.

Eu acho que já falei bastante sobre obras paralisadas. A Resolução nº 3, de 2021, que fala da repactuação que destrava o processo de análise, com a dispensa de vistoria *in loco*, é muito importante, sobretudo quando se entende a evolução que houve em relação não apenas ao incremento do auxílio emergencial, mas também ao aumento no preço do material, do tijolo, do cimento, do ferro. Isso gerou uma inflação. Então, com aquele orçamento que o gestor usou para contratar lá na ponta, a obra não foi concluída porque a própria instituição contratada para terminá-la falou que não tinha mais condição de continuar a obra, uma vez que o cimento passou de tanto para tanto. Isso é compreensível. É claro que nós entendemos isso. Por isso, eu analisarei a sua sugestão para a mudança na Portaria nº 3, de 2020, que fala da repactuação, e imediatamente colocarei em uso essa determinação.

O Deputado Marcelo Nilo, do PSB da Bahia, da Universidade Federal... Não é Deputado Marcelo Nilo; é Deputado Marcel van Hattem. E ele não é do PSB da Bahia também, não. Esse baiano está muito clarinho para ser baiano verdadeiro e puro mesmo! Ele é do Rio Grande do Sul. Eu vou ver isso com o nosso Secretário, que está aqui. Eu estou disposto a recebê-los lá no MEC para tratarmos mais propriamente, mais pontualmente, por causa do tempo, a questão dessa obra parada em Santa Catarina e do retorno às atividades presenciais nos *campi*. Mais uma vez eu digo que, se dependesse de mim, elas voltariam amanhã, mas eu não tenho esse poder. Se eu tivesse, eu o faria, com todos os cuidados sanitários, etc.

Deputado Paulo, quanto à situação orçamentária das universidades, como eu disse no início da minha exposição, o orçamento do MEC hoje, quando comparado ao orçamento de 2014, já descontada a inflação, teve um ganho real de 5,9%, ou 8 bilhões de reais. É a proposta que nós estamos fazendo para o ano que vem. Em





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

2021, o meu recurso já está quase zerado. Aí é PLN, aí é uma ação que nós podemos apoiar, mas que é dos Srs. Parlamentares.

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT - SP) - Agora o senhor vai entender que nós vamos, então, dialogar com a Fazenda, dialogar aqui dentro e dialogar com a Casa Civil sobre a reposição do Orçamento de 2021.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP) - Deputado Paulo, há um combinado aqui com a Senadora Rose e o Ministro de uma audiência com a participação da ANDIFES e do CONIF. Acho que é só fixar a data.

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT - SP) - É com quem?

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP) - Com os Presidentes da ANDIFES e do CONIF e com o Ministro.

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT - SP) - Aqui?

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP) - Aqui.

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT - SP) - Não, Deputado Zarattini, é que, neste caso, entendo eu que ele já compreendeu que a recomposição é necessária.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP) - É claro.

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT - SP) - O que nós precisamos fazer agora é uma reunião com a Casa Civil para que a recomposição seja feita lá. Então, eu já estou pedindo essa audiência...

O SR. MINISTRO MILTON RIBEIRO - A ANDIFES e o CONIF já participaram, na Casa Civil, de uma conversa sobre essa recomposição. Já existe isso.

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT - SP) - Então, nós vamos reiterar esse pedido. Mas essa audiência teria que ser na Casa Civil, tendo em vista que o Ministro... O que eu queria que o Ministro falasse aqui ele falou: precisa haver uma recomposição no orçamento de 2021. Ele afirmou isso aqui.

Portanto, no que diz respeito ao Ministro, creio eu que as coisas já estão adiantadas. O que nós precisamos fazer é trabalhar o Governo, para que essa recomposição seja feita. Nessa direção, estamos pedindo nova audiência na Casa Civil, para pedir a recomposição desses recursos.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. MINISTRO MILTON RIBEIRO - Eu sou um cumpridor do orçamento, Deputado. O senhor sabe bem disso. Aquilo que os senhores conseguirem, através do Parlamento, aumentar em termos de recursos eu compro.

Com relação à questão do reitor da UNIFESP e da AGU, primeiro, gostaria de dizer que eu enfrentei uma luta muito grande quanto à indicação. Meu relacionamento com a ex-Reitora Soraya era muito bom, muito positivo. Eu enfrentei uma luta muito grande de grupos até internos na universidade para não apoiar o atual reitor. Eu estive em conversa com o Sr. Presidente da República. Cabe a ele indicar legalmente, e eu mostrei para ele que se tratava de uma pessoa preparada e tal. E eu não tive nenhuma dificuldade. Infelizmente ele teve um problema de saúde recentemente.

Mas eu reafirmo publicamente para o senhor que a mudança do atual procurador foi um assunto que eu comentei com ele pessoalmente no meu gabinete. Ele está dizendo agora que ele não concordou, mas eu...

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT - SP) - Eu só queria perguntar a V.Exa. o seguinte: o reitor pediu a V.Exa. a troca de seu procurador ou essa foi uma nomeação sua, sem a aceitação do reitor? Eu já exerci cargos públicos — já fui Secretário de Habitação de São Paulo, já fui Subprefeito de São Paulo — e sei que o procurador é alguém da confiança do gestor público. Por quê? Porque é com o procurador que o gestor público vai discutir os dilemas e todos os problemas. Pareceu-me que, sendo a nomeação feita pelo senhor, o senhor deixa de nomear alguém da confiança do reitor. Essa passa a ser uma pessoa que vai exercer a função de vigilância sobre a instituição.

Como eu acho que essas instituições têm pessoas de bem, probas — essa acaba de ser indicada, inclusive —, o ato de V.Exa. está sendo entendido como um ato arbitrário e autoritário. O Reitor não lhe pediu.

O SR. MINISTRO MILTON RIBEIRO - Deputado...

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT - SP) - O senhor pode ter comentado, e ele pode ter dito...

O SR. MINISTRO MILTON RIBEIRO - Deputado, não foi comentado. Não foi assim. Ele aquiesceu. Há a palavra dele, como há a minha. Estava presente o Secretário.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Eu acho que a questão toda é que esse Procurador é de confiança do Reitor, e o Reitor foi da minha confiança. Fui eu que indiquei o nome dele, entre três, para o Sr. Presidente da República. Então...

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT - SP) - Certo. Agora, isso não quer dizer que o Procurador seja da confiança dele porque o senhor o indicou como Reitor. Na verdade, cabe a ele a indicação do Procurador.

O SR. MINISTRO MILTON RIBEIRO - Não, não cabe. Isso é errado. É a AGU que indica. É a AGU que indica. Não ele. Imagina! Nem tampouco eu.

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT - SP) - Mas essa nomeação passou por cima da normativa da AGU. Eu posso ler para o senhor, se quiser que eu leia.

O SR. MINISTRO MILTON RIBEIRO - Não, essa nota já foi vencida. Essa nota que o senhor tem, que foi citada por eles, já é uma matéria vencida legalmente. A própria AGU tem outro posicionamento por causa do plano de carreira dos Procuradores. Eu estou muito tranquilo. Inclusive isso é um assunto...

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT - SP) - Isso já é uma demonstração, Ministro, do conflito. Isso já é uma demonstração do sentimento de intervenção. Isso já é uma demonstração de que não é do agrado da instituição esse Procurador. Ele está lá como interventor de V.Exa. Eu acho que esse é um precedente grave na autonomia universitária, porque o Procurador é uma pessoa de altíssima confiança do Reitor.

O SR. MINISTRO MILTON RIBEIRO - Eu respeito o seu posicionamento, Sr. Deputado, mas eu quero reafirmar que eu respeitei, inclusive contrariamente àquilo que alguns vieram me colocar, a indicação do nome do professor como Reitor. Na questão do Procurador, quem fez a indicação foi a AGU, como instituição. Ela tem todos os documentos necessários para provar que ela agiu dentro da legalidade. Eu confirmei essa indicação, e ponto final.

Esse é um assunto que podemos debater em outro momento...

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT - SP) - Quero apenas dizer que o senhor acabou de dizer, há pouco, que quem indicou foi o senhor, e agora o senhor está dizendo que foi a AGU. O senhor acabou de dizer... Recupere os vídeos.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Eu gostaria de pedir, Deputado Paulo... Eu preciso que o Ministro encerre porque ele tem um compromisso.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Eu acho que não vai faltar oportunidade de conversarem sobre esse assunto e outros vários que existem no Brasil.

Eu queria dar a palavra ao Ministro para concluir.

O SR. MINISTRO MILTON RIBEIRO - Eu termino agradecendo, Sra. Senadora, a oportunidade e a honra de ser o primeiro, mas cabe lembrar — só para finalizar — que o Ministério da Educação solicitou à Advocacia-Geral da União a indicação de Procuradores Federais aptos a assumirem o cargo de Procurador-Chefe da Procuradoria Federal junto à UNIFESP. Eu nem conheço essa figura do Sr. Procurador que foi indicado pelo AGU. Nunca tive contato, nunca recebi ligação, não sei nem o nome dele, se você me perguntar agora. Então, eu estou muito tranquilo, minha consciência está bem tranquila. Vamos seguindo administrando as universidades federais.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Sr. Ministro, eu quero dizer ao senhor e à sua equipe que, gentilmente, são os primeiros a se disporem a vir a esta Comissão — não posso deixar de citar isso. Falamos aqui várias vezes de protagonismo, e o senhor fez um protagonismo.

Esta Comissão não está se reunindo apenas para ouvi-lo e conhecer as suas dificuldades e propostas. Ela está se tornando parceira das suas propostas e das metas a serem atingidas. O senhor nos apresentou as dificuldades, como as despesas discricionárias e tudo o mais.

Diante disso, esta Comissão tem uma reunião agendada com o Ministro da Economia para tratar da Educação. Sem essas informações deste encontro e deste debate não seria possível fazê-lo, à luz da razão das suas prioridades e das prioridades do Brasil, que sei que o senhor encara tão bem.

Fica aqui o nosso afeto, nosso respeito. Acredite que a sua trajetória nesse Ministério está sendo digna de elogios, inclusive por parte de muitos desta Casa.

O SR. MINISTRO MILTON RIBEIRO - Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Participaram deste debate, presencial e remotamente, 49 Srs. Senadores e Srs. Deputados. S.Exas. pedem que eu envie esse agradecimento ao senhor.

Eu agradeço a todos e dou por encerrada a presente reunião.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. MINISTRO MILTON RIBEIRO - Muito obrigado.

**ATA DA QUINTA REUNIÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA EXTRAORDINÁRIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA
ORDINÁRIA, DA 56ª LEGISLATURA, DA COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS
PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO, REALIZADA EM 18 DE AGOSTO DE 2021**

Aos dezoito dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e um, reuniu-se a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no plenário 2, do Anexo II da Câmara dos Deputados. Esta reunião foi convocada para ouvir o Secretário Especial do Tesouro e Orçamento do Ministério da Economia, Sr. Bruno Funchal, sobre o Cenário Econômico Fiscal sob o qual o Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2022 está sendo elaborado, em atendimento ao Requerimento n.º 17/2021-CMO, de autoria da Senadora Rose de Freitas, aprovado na 8ª Reunião Extraordinária da CMO, realizada em 11.08.2021 e subscrito pelos Deputados Adriana Ventura, Bosco Costa e José Guimarães. Foi registrado o comparecimento dos membros: - **Deputados titulares:** André Figueiredo, Bosco Costa, Carlos Zarattini, Domingos Sávio, Flávia Morais, Genecias Noronha, Gilberto Abramo, Hildo Rocha, Hugo Leal (virtualmente), José Guimarães, Luciano Ducci, Mário Negromonte Jr., Marx Beltrão, Osires Damaso, Uldurico Junior e Zé Carlos; - **Senadores titulares:** Carlos Fávaro, Elmano Férrer, Izalci Lucas, Oriovisto Guimarães e Simone Tebet - **Deputados suplentes:** Adriana Ventura, Alceu Moreira, Célio Silveira, Dagoberto Nogueira, Danilo Forte, Domingos Neto, Gelson Azevedo, Hercílio Coelho Diniz, Juscelino Filho, Márcio Marinho, Ossesio Silva, Robério Monteiro, Rodrigo Coelho; - **Senador suplente:** Esperidião Amin e Soraya Thronicke. Foi registrado o comparecimento dos parlamentares não integrantes da Comissão, Deputados: Carlos Gaguim, Fred Costa, General Peternelli e Loester Trutis. **ABERTURA:** às quatorze horas e quatro minutos, os trabalhos foram abertos pelo 2º Vice-Presidente, Senador Izalci Lucas, que comunicou a finalidade da audiência pública e informou que a reunião ocorria de forma semipresencial com presença de parlamentares no plenário e com participação de forma virtual, através da plataforma zoom. Informou que comporiam a mesa além do Secretário Especial do Tesouro e Orçamento, Sr. Bruno Funchal, a Secretária Especial Adjunta do Tesouro e Orçamento, Sra. Gildenora Milhomem; o Secretário de Orçamento Federal, Sr. Ariosto Culau e o Subsecretário de Assuntos Fiscais, Sr. Luiz Guilherme. Comunicou ainda que, para melhor ordenamento dos trabalhos, de acordo com o estabelecido no art. 256, §2º do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, o palestrante disporia de 20 minutos, prorrogáveis, para sua exposição. E de acordo com o mesmo artigo, §5º, os Srs. Parlamentares inscritos para interpelar o expositor poderiam fazê-lo estritamente sobre o assunto da exposição, pelo prazo de 3 minutos, tendo o interpelado igual tempo para responder, facultadas a réplica e a tréplica, pelo prazo de 3 minutos. A seguir, o Senador Izalci Lucas abriu a lista de inscrições para o debate e transferiu a palavra ao Secretário Especial do Tesouro e Orçamento do Ministério da Economia, Senhor Bruno Funchal, que discorreu sobre o tema, fazendo uso de projetor multimídia. Encerrada a apresentação, o Presidente em exercício agradeceu a participação do Secretário e sugeriu estabelecer o critério de que o Secretário respondesse a cada bloco de três perguntas. Assim, concedeu a palavra à Deputada Adriana Ventura e aos Deputados Carlos Zarattini e Juscelino Filho que formularam suas perguntas. O Secretário Sr. Bruno Funchal respondeu aos questionamentos feitos pelos três parlamentares. Às quinze horas e dez minutos o Primeiro Vice-Presidente, Deputado Carlos Zarattini, assumiu os trabalhos e concedeu a palavra, a pedido, ao Sr. Ariosto Culau, Secretário de Orçamento Federal, para complementar a resposta. Às quinze horas e dezenove minutos o Deputado Juscelino Filho





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

assumiu a coordenação da reunião e passou a palavra ao Relator da Receita, Senador Oriovisto Guimarães, que, virtualmente, fez seus questionamentos a respeito da previsão da receita e em seguida ao Deputado General Peternelli que fez suas considerações. A seguir, o Secretário Sr. Bruno Funchal, juntamente com o Secretário de Orçamento Federal, Sr. Ariosto Culau, respondeu aos questionamentos apresentados. **ENCERRAMENTO:** às quinze horas e quarenta minutos, o Presidente em exercício encerrou a reunião, antes, porém, agradeceu o comparecimento do Secretário Especial do Tesouro e Orçamento, Sr. Bruno Funchal e demais convidados, bem como dos parlamentares presentes. Para constar, eu, Walbinson Tavares de Araujo, Secretário Executivo, lavrei a presente Ata, que, após a sua aprovação, será assinada pelo Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional e encaminhada para publicação no Diário do Congresso Nacional. Os trabalhos foram gravados e, depois de traduzidos, integrarão esta Ata. Deputado Carlos Zarattini, Primeiro Vice-Presidente.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - Declaro iniciada a 5ª reunião de audiência pública extraordinária de 2021 da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Esta reunião foi convocada com a finalidade de atender ao Requerimento nº 17, de 2021, da CMO, de autoria da Senadora Rose de Freitas, aprovado na 8ª reunião deliberativa extraordinária, em 11 de agosto de 2021, para ouvir o Secretário Especial do Tesouro e Orçamento, o Sr. Bruno Funchal, acerca do cenário econômico e fiscal atual sobre o qual o Projeto de Lei Orçamentária Anual de 2022 está sendo elaborado.

Compõem também a Mesa a Sra. Gildenora Milhomem, Secretária Especial Adjunta do Tesouro e Orçamento; o Sr. Ariosto Culau, Secretário de Orçamento Federal; e o Sr. Luiz Guilherme, Subsecretário de Assuntos Fiscais da SOF.

Informo que a reunião ocorre de forma semipresencial. Pode haver Parlamentares presentes no plenário e Parlamentares participando de forma virtual através da plataforma Zoom. Já estão conosco, presencialmente, todos os convidados.

Para o melhor ordenamento dos trabalhos, comunico que, de acordo com o estabelecido no art. 256, § 2º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, o palestrante disporá de 20 minutos para fazer a sua exposição sobre o tema, não podendo ser aparteado e, de acordo com o mesmo art. 256, § 5º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, os Srs. Parlamentares inscritos para interpelar o expositor poderão fazê-lo estritamente sobre o assunto da exposição, pelo prazo de 3 minutos, tendo o interpelado igual tempo para responder, facultadas as réplicas e tréplicas no prazo de 3 minutos. A lista de inscrição para o debate está aberta.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Passo imediatamente a palavra ao Sr. Bruno Funchal, Secretário Especial do Tesouro e Orçamento.

O SR. BRUNO FUNCHAL - Obrigado, Senador.

É um prazer estar aqui. Vim com a equipe toda para fazer uma explanação sobre a situação fiscal e sobre o que podemos falar em relação, por exemplo, à execução do Orçamento deste ano, as dificuldades que nós temos encarado, mas também as soluções que temos trazido, e sobre o Orçamento de 2022, ou seja, o que esperamos para 2022 a partir do cenário fiscal que vem se configurando em 2021 e o que estamos projetando para 2022, os principais riscos e desafios. Acho que este momento é importante, primeiro, para compartilharmos as principais premissas que estão norteando o Orçamento para 2022.

Também vamos fazer uma discussão mais ampla sobre a situação fiscal, porque há impacto direto no crescimento da nossa economia, na geração de emprego. Então, isso impacta na vida das pessoas diretamente. E acho que este é o grande objetivo de todos nós: criar boas condições para que a economia volte a crescer sustentavelmente, gerando emprego, para começarmos esse processo de construção do Orçamento para 2022, que é o que vai dar rumo ao Governo Federal no ano que vem. O nosso papel aqui é trazer as informações e prestar todos os esclarecimentos.

Eu preparei uma apresentação e vou me ater ao tempo, sem dúvida. Procurei separar...

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - Quero só informar que as apresentações já estão na página da Comissão Mista de Orçamentos.

O SR. BRUNO FUNCHAL - Beleza. Maravilha!

Eu procurei estruturar essa apresentação em cinco partes. Na primeira parte, vou fazer um panorama da situação fiscal. Falar de situação fiscal neste ano é falar dos desafios normais, mas também falar dos desafios trazidos pela pandemia.

(Segue-se exibição de imagens.)

Na divisão da estrutura da nossa apresentação, vamos falar da situação das dificuldades fiscais recorrentes, dos desafios que encontramos por conta da pandemia e do desafio estrutural, ou seja, problemas recorrentes, independentes do choque que estamos sofrendo por conta da COVID. Para podermos propor soluções para o futuro que melhorem a nossa economia, precisamos entender e diagnosticar corretamente o problema, o que chamamos de desafios estruturais.

Vamos falar um pouco do processo de organização fiscal, ou seja, orçamentária e financeira do Governo, que é importante e é um dos principais pilares para podermos criar condições de crescimento econômico sustentável junto com a produtividade, e depois





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

falaremos da gestão orçamentária e dos principais desafios e riscos. Vamos dar atenção especial a um desafio de que estamos falando há algumas semanas, que é a questão dos precatórios, que eu acho que merece um capítulo à parte.

Este primeiro gráfico é bem ilustrativo e mostra como evolui o resultado do Governo Central. O resultado do Governo Central é tudo o que ele arrecada menos tudo o que ele gasta, sem considerar o pagamento de juros. Observamos que no passado havia superávit recorrente — e isso é importante para mostrar a saúde financeira da União —, mas essa tendência mudou, e principalmente depois de 2014 vimos o resultado piorando — depois iremos mostrar que isso é muito por conta de dois efeitos: o aumento das despesas e a queda da receita —, e entramos nessa zona vermelha do gráfico de resultados, chegando ao pior momento em 2016, com o resultado de um déficit primário de 2,5% do PIB.

Em 2016 ocorreu uma mudança de regime fiscal, com a instituição do teto de gastos. Esse é um novo regime fiscal superimportante e que traz a lógica de previsibilidade da trajetória de despesa. Essa previsibilidade é importante para os agentes econômicos, para mostrar que conseguimos visualizar uma melhora da economia na medida em que a economia volta a crescer. Além disso, coloca um limitador de gastos, porque, sem esse limitador, se seguirmos um modelo de aumento de gastos, das duas uma: ou você aumenta demais a dívida ou você acaba aumentando muito a carga tributária. E essas são justamente as duas discussões que queremos fazer, mas por outro lado: reduzir dívida e reduzir carga tributária.

Essa tendência mudou. Se observarmos de 2016 para frente, em 2017, 2018 e 2019, houve uma redução paulatina do déficit. Em 2019, o déficit foi de 1,2%, e era projetado que esse déficit virasse superávit entre 2022 e 2023. Mas veio o maior problema que enfrentamos, a pandemia, em 2020.

Ainda em 2019, uma das principais medidas que foram feitas para justamente continuar nessa linha de reorganização fiscal foi a reforma previdenciária. Dos componentes do déficit, esse era o mais importante, e isso desacelera esse aumento de déficit, o que tem um impacto positivo nessa trajetória. E outras medidas também foram feitas com foco na reorganização fiscal.

Em 2020, sofremos o choque da pandemia da COVID, e diversas ações foram feitas para podermos justamente lidar com o problema. Foi feito o maior gasto da história. Observamos no gráfico que ele foi de 10% do PIB. Projetávamos um déficit de 1,7% ou 1,6% do PIB, o equivalente a 120 bilhões de reais de déficit, mas tivemos um déficit de 740 bilhões de reais. Desses 740 bilhões de reais, mais de 500 bilhões referem-se a aumento de gastos. Uma parte era um déficit que já estava contratado e outra parte foi queda de arrecadação por conta da





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

queda da economia. Dos 500 bilhões de reais, boa parte foi para saúde, auxílio emergencial, para proteção dos vulneráveis, emprego e crédito.

Em 2021, o nosso grande desafio era lidar com a continuidade da pandemia de forma mais focada. Por quê? Porque essa figura de 10% de gasto adicional não tinha uma receita para cobrir. O que aconteceu? Isso virou dívida, que é justamente o que mostra esse gráfico. Esse pulo da dívida foi justamente para poder pagar aquela maior barra vermelha. Fizemos um déficit de 10%; vínhamos com uma dívida que já era elevada em relação a países pares — Colômbia, México, Chile —; e tivemos uma elevação significativa da dívida, que foi de 75% do PIB para quase 90% do PIB.

Então, havia dois desafios: lidar com a pandemia, que requer uma atenção especial de mais gastos, com um nível de dívida muito alto, tendo que controlar e fazer o dever de casa para tentar voltar à trajetória de estabilidade da dívida. E é isso que tem sido feito. Por exemplo, em relação aos gastos, hoje continuamos gastando principalmente em saúde, vulneráveis, emprego e crédito. Fora do teto de gastos, já foram contratados para este ano quase 130 bilhões de reais: metade disso com o auxílio emergencial, que já foi prorrogado e vai até novembro; parte disso com saúde, principalmente vacina; parte com aquela medida de proteção de emprego, que é o Benefício Emergencial de Preservação do Emprego e da Renda — BEm; e 5 bilhões de reais com o PRONAMPE. Quando se soma isso tudo, chega-se a esses 130 bilhões de reais gastos além do teto.

O positivo é que conseguimos fazer medidas similares àquelas que fizemos no passado, sendo mais focalizadas. E isso permite trazer essa ancoragem de expectativa e estabilidade em termos de previsão de trajetória de dívida. Isso acaba influenciando positivamente. Considerando essa trajetória de dívida, por conta desse aumento de despesa mais focalizada, ou seja, não tão grande quanto no passado, e com a economia crescendo — a projeção de crescimento este ano é de 5,3%; então vamos ter crescimento do PIB nominal, em parte por causa de aumento de preço, em parte por causa de crescimento econômico —, tudo isso faz a nossa dívida em relação ao PIB contrair. No ano passado ela estava em quase 90%, e a projeção é que seja de 81,2%, com uma trajetória estável. É disso que precisamos, manter a expectativa de estabilidade nessa trajetória de dívida. Isso é o mais importante.

Agora, o desafio continua. Por quê? Esse gráfico da esquerda mostra o pulo do endividamento do Brasil em 2020 e 2021 e a diferença entre países pares. O Brasil aumentou muito a dívida. Se nos compararmos com Colômbia, México e Chile, que são os nossos países pares aqui na América Latina, veremos que nosso nível de dívida ainda é bastante alto. Isso justifica medidas mais focalizadas de controle de despesa.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Esse risco da dívida mais alta está traduzido nos juros. O gráfico da direita mostra justamente o nosso nível de risco através da nossa curva de juros. O eixo da horizontal é o tempo — os títulos de curto prazo estão mais próximos da origem, do zero, e os de longo prazo estão mais longe da origem. E o eixo da vertical é o percentual de juros. Vejam que, quando emitimos um título de longo prazo, de 10 anos, a nossa taxa de juros já está alta; então, se consideramos os títulos do Tesouro com vencimento em 2030, 2031, a taxa de juros é mais de 10%, e já a estamos pagando. Isso está refletindo o risco do Brasil, e reparem que está muito acima do dos nossos pares. Então, isso mostra que a nossa situação fiscal, mesmo com essa melhora em relação ao nível de dívida que tivemos no ano passado, ainda requer um trabalho constante para a continuidade do processo de consolidação.

E aí, no dia a dia, na gestão de dívida, um grande desafio é lidar com esse novo nível de dívida. Este gráfico pontilhado mostra as nossas emissões de títulos do Tesouro para financiar a rolagem da dívida. Rolagem da dívida e dívida nova causam o déficit. Em média, de 2015 até 2019, o Tesouro emitia em torno de 50 bilhões, 60 bilhões de reais por mês para rolar a dívida. Veio a pandemia, e gastamos mais: além de rolar a dívida, tivemos que pagar aquele déficit de 10% do PIB, e tivemos que emitir muito mais. Então, um dos grandes desafios do Tesouro é financiar o déficit.

Qual é o grande desafio? É justamente financiar uma dívida muito alta. Hoje as nossas emissões estão quase três vezes acima do que estavam antes da pandemia. Antes emitíamos 60 bilhões de reais e agora, em média, 140 bilhões. No período de mais estresse da pandemia, por conta da incerteza, reduziu muito o prazo médio das emissões. Então, os investidores, dada a incerteza, compravam títulos de curto prazo. O prazo médio dessas novas emissões de dívida, que ficava em torno de 5 anos, chegou a cair para 2 anos. Vimos fazendo um trabalho, organizando a gestão, passando os sinais corretos de responsabilidade fiscal, e assim, mesmo com um nível de emissão mais alto, conseguimos agora aumentar o prazo. As novas concessões, as novas emissões estão com um prazo médio de quase 5 anos, voltando para um patamar similar ao que era antes.

Então, este é o desafio de curto prazo: lidar com a pandemia e com o nosso problema recorrente do déficit, que é um gasto além da pandemia, lidar com o nível da dívida e trazê-lo para um padrão normal, e lidar com esse novo volume de emissões do Tesouro.

Fazendo a reorganização das contas, o que nós queremos? De novo, a parte de organização fiscal não é um fim em si mesma. Então, o que nós queremos? Pelo gráfico de juros que eu tinha mostrado, a curva de juros no Brasil — essa curva verdinha — é muito mais alta, o que significa que é muito mais caro para um investidor fazer investimento no Brasil.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Captar recursos no mercado para financiar investimento e gerar emprego é muito mais caro no Brasil do que em países como México, Colômbia e Chile. Então, quando o juro de longo prazo é alto, fazer investimento é mais caro. Se é caro fazer investimento, menos investimentos vão ser feitos, menos empregos vão ser gerados. O nosso desafio é colocar essa curva verde para baixo com as contas organizadas.

Em relação aos desafios estruturais, o que é o desafio recorrente? Esse gráfico ilustra bem. A linha mais escura é a receita como proporção do PIB e a linha vermelha é a despesa como proporção do PIB. Começamos uma tendência de inversão, com a despesa crescendo mais do que a receita como proporção do PIB, e isso é um indicativo de que estávamos partindo para um caminho de déficit. E isso se realiza ali em 2014: a despesa fica sistematicamente acima da receita. Esse é o nosso déficit estrutural.

Em 2020, em particular, a despesa foi muito maior: 26% do PIB. Por quê? Por causa da COVID. Nós imaginamos que este ano reduza. No ano que vem, voltando à normalidade, o desafio é fazer com que a receita aumente através de crescimento econômico, principalmente, e a despesa caia, sendo controlada, principalmente, pelas medidas de controle de despesa, teto de gastos, reforma da Previdência e outras reformas que podem contribuir para que consigamos, estruturalmente, pagar as nossas despesas e fazer com que a nossa dívida volte para o patamar pré-pandemia.

Outro problema estrutural é a rigidez do orçamento. Esse gráfico mostra a rigidez do orçamento. A linha verde escura aponta para a despesa obrigatória e a linha vermelha aponta para a despesa discricionária. À medida que a despesa obrigatória cresce inercialmente, por indexação, faça chuva ou faça sol uma boa parte dela vai crescer de acordo com o INPC. Ele acaba comprimindo as despesas discricionárias. Esse é o problema que nós encaramos há alguns anos, com poucos recursos, por exemplo, para poder fazer investimentos e Ministérios em geral com muito pouco recurso para despesa discricionária. Isso tende a acontecer se nada for feito.

Então, quando falamos em desvincular, desindexar, trata-se basicamente de tentar travar o crescimento das despesas obrigatórias — a reforma da Previdência foi importante para isso. Você desacelera o crescimento das obrigatórias para abrir espaço para as discricionárias, por exemplo, para fazer mais investimento. Essa é a mensagem desse gráfico.

E outra mensagem importante do próximo gráfico é a carga tributária, que é outro problema estrutural que estamos discutindo. Estamos discutindo a reforma do Imposto de Renda, a CBS, a PEC 110, pontos importantes que mostram o seguinte: precisamos reduzir a complexidade do sistema e fazer a economia crescer fazendo reformas.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Quando falamos em organização fiscal, em muitas situações, uma forma de reduzir é aumentar a receita, aumentar a carga. No Brasil, não temos espaço para isso. Se olharmos, por exemplo, a barra amarela, veremos que 33% são carga tributária com proporção do PIB. Se olharmos para a média dos países na América Latina, que é 23%, veremos que estamos muito acima dos nossos pares. Estamos no nível similar ao dos países da OCDE.

Trago este gráfico mais para mostrar o seguinte: nós já tributamos muito. Então, para endereçar problema de organização das contas, deve-se ir pelo lado da despesa. Deve-se continuar o controle da quantidade e melhorar a qualidade da despesa pública. Acho que esse é o desafio estrutural.

Sempre é importante lembrar também o que já tivemos em termos de benefício do processo de organização das contas. Existem alguns marcos importantes, como, por exemplo, o prêmio de risco. A taxa de juros da nota do Tesouro de 2035 mostra exatamente esse prêmio de risco, ou seja, quanto pagamos de juros por conta de uma percepção de risco mais alta por causa das contas desorganizadas.

Então, se olharmos para 2015, antes do teto de gasto, veremos o prêmio de risco era muito alto. Houve o teto de gastos. No final de 2016, houve uma queda do prêmio de risco, depois houve a eleição, com uma agenda também de controle de gasto. A reforma da Previdência foi outro marco importante para a redução do prêmio de risco.

Esse é o caminho que temos que seguir. Então, da metade de 2016 até 2020, essa tendência de queda é importante para manter os juros baixos, principalmente juros de longo prazo baixos, que é o que estimula o investimento privado. É claro que tivemos agora a pandemia, e isso aumenta o prêmio de risco. E é este o caminho que temos que tomar, ou seja, lidar com a pandemia, fazer o gasto correto, mas sempre mostrando que temos o compromisso com as contas organizadas no médio e longo prazos.

Este aqui é outro gráfico similar, que mostra também, em 2016, antes do teto de gastos, quanto era o nível do prêmio de risco. Em 2019 e 2020, caiu muito a nossa curva de juros, ou seja, ficou muito mais barato investir no Brasil. Agora, em 2021, ainda por conta da pandemia e de incertezas em relação à taxa fiscal, há este aumento de prêmio de risco, e isso acaba se traduzindo na economia.

Como isso se traduz na economia? Com um modelo simples. Sabemos que, se existe a percepção de que o Governo vai gastar demais e não tem uma previsibilidade desses gastos, isso vai se refletir em prêmio de risco, em mais juros. Se isso se reflete em mais juros, as pessoas tomam menos crédito, consomem menos, as empresas investem menos, e o PIB cai. De forma simples, é isso que acaba acontecendo economicamente.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O IPEA tem um artigo importante que mostra numericamente quanto isso se reflete. O IPEA estimou que essas medidas de consolidação fiscal, de melhoria de contas reduziram a taxa de juros entre 2,3 e 2,7 pontos percentuais e que, para cada ponto percentual, aumentamos o PIB entre 0,7 e 1,3. Então, melhorar o processo de organização das contas de forma a reduzir juros traz impacto direto em investimento, e isso se traduz em PIB. E é isso que precisamos buscar.

Isso traz um impacto na economia real, financeiramente para a União também. Para cada 1% de SELIC a mais, mais 30 bilhões de reais de gasto com juros. Então, o nosso resultado nominal, quando adicionamos juros, vai ficar piorado. À medida que os juros vão aumentando, não fazemos esse trabalho de organização das contas.

Agora, especificamente aqui, o que podemos dizer em termos de orçamento? Separei em duas partes: em 2021, o que há de novas notícias importantes, e o que podemos esperar para 2022.

Em 2021, começamos o ano com um Orçamento bastante enxuto. Tivemos uma grande discussão em relação ao Orçamento, começamos o ano com o bloqueio de despesas em diversos Ministérios, justamente para poder cumprir o teto de gastos e, à medida que fomos avançando, tivemos notícias boas pelo lado da receita, com crescimento econômico, e tivemos notícias boas pelo lado da despesa, com controle de despesas obrigatórias.

Esses dois movimentos conjuntos, melhor receita e controle de despesa obrigatória, melhoraram o nosso resultado fiscal. Nossa projeção, que começou com 247, foi para 287, depois caiu para 187 e depois para 155 bilhões de reais de déficit, melhorou muito por conta da receita. E o desbloqueio das despesas discricionárias que estavam bloqueadas foi permitido por conta dessa melhor expectativa em relação ao controle das despesas obrigatórias.

Então, no último bimestral, já tínhamos 4,5 bilhões de reais bloqueados. Tivemos uma projeção de menos despesas obrigatórias até o final do ano e pudemos desbloquear os 4,5 bilhões de reais. Além disso, abrimos espaço para mandar novos créditos de 2,8 bilhões de reais.

Isso tudo foi feito em conjunto, tomando as medidas importantes referentes à pandemia, que já existe crédito extraordinário aberto de 124,9 bilhões de reais. Mesmo assim, temos melhorado a projeção de resultado. Então, no último bimestral, estou só lembrando, acho que, na meta de partida, eram 247, depois melhoramos para 187 de déficit de projeção e melhoramos mais um pouco, para 155. Isso tudo por conta dessa maior velocidade da retomada econômica.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Pelo lado da despesa também: começamos com mais de 9 bilhões de reais bloqueados. Hoje já estamos com 2,8 bilhões de reais, podendo alocar a novas despesas discricionárias. Abrindo esse lado da despesa, que eu acho importante, no segundo bimestral, por exemplo, estávamos devendo, para o teto de gastos, 4,5 bilhões de reais. Isso fazia com que precisássemos bloquear 4,5 bilhões de reais de despesas. Para o terceiro bimestral, por conta dessa melhor previsão para as despesas obrigatórias, saímos de uma dívida de 4,5 bilhões de reais para ter a mais 2,8 bilhões de reais.

Esse é o resultado de um controle de despesa que é importante e uma execução. Precisamos ser diligentes e acompanhar ao longo deste ano de 2021, que era um ano difícil, mas estamos conseguindo evoluir de forma bastante positiva.

Abrindo do segundo para o terceiro bimestral, de onde vem a maior parte dos ganhos pelo lado da despesa? Despesa de pessoal, 3 bilhões de reais a menos; Bolsa Família, 9,5 bilhões, muito por conta de as famílias do Bolsa Família estarem sendo beneficiadas com o auxílio emergencial, então, esses 9,5 bilhões de reais nós deixamos separados; benefício do RGPS; impacto do FIES. Tudo isso é redução de despesas que conseguimos incorporar, o que permite que desbloqueemos e façamos alguns gastos extraordinários até o final do ano.

Para 2022, o que vamos ter em termos de espaço? A primeira coisa: teto de gastos. Haverá a correção do teto por 8,35%, que é a inflação de julho de 2021 até o final de junho de 2022. Essa é a variação do IPCA neste período: 8,35%, de 2020 e 2021. Então, dado o que foi gasto no ano passado, corrige-se por 8,35%, e isso dá um montante total de despesas sujeitas ao teto de 1,610 trilhão de reais. Esse é o espaço que nós vamos ter para 2022.

Primeiro, tem-se que enquadrar todas as despesas obrigatórias e alocar as despesas discricionárias da melhor forma, como for deliberado por V.Exas. para essa alocação. Olhando comparativamente o último retrato de 2021 com o que se observa de retrato para 2022, para 2021 hoje, pelo último bimestral, nós temos uma folguinha de 2,8 bilhões de reais. Vão ser enviados os PLNs para discussão de V.Exas. nessa alocação dos 2,8 bilhões de reais, com um limite de gasto de 1,485 trilhão de reais. Com o reajuste de 8,35%, que é o espaço que vai aumentar o nosso limite do teto de gasto, vai para 1,610 trilhão de reais.

As despesas obrigatórias vão crescer, de acordo com a correção dos índices de inflação, até o final do ano. Nós projetamos um espaço, comparando 2022 com 2021, de algo adicional como 30 bilhões de reais. Pelo menos projetava até 2 semanas atrás, até o final de julho. Era justamente a discussão do precatório, em que eu vou entrar agora.

Então, tudo está dentro das expectativas. Se o precatório crescesse, acho que de 54 para 57 bilhões, crescesse de uma forma normal, considerando todas as despesas, teríamos





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

um espaço adicional de 30,4 bilhões de reais. Quais são os riscos desses em relação a esse espaço? O que pode fazer esse espaço aumentar ou reduzir? Primeiro, a inflação. O índice de inflação utilizado para a projeção das despesas obrigatórias é o INPC de 6,2%. A inflação tem tido reajustes de correção para cima. Então, se aumenta a inflação realizada até dezembro, naqueles 30 bilhões de reais, reduz-se o espaço.

Outro: o atendimento do mandado de injunção da renda mínima universal do Supremo Tribunal Federal. Cumprir esse mandado de injunção também ocupa esse espaço de 30 bilhões de reais, de alguma forma. A reforma do Imposto de Renda também pode aumentar ou reduzir espaços não do teto, mas em termos de resultado primário.

Muito bem. Um risco, talvez o principal, que entrou em discussão recentemente é o precatório. No Orçamento de 2021, nós tínhamos 54 bilhões de reais. Então, o que havia no Orçamento, em 2018, em de despesas de precatório, eram 36 bilhões de reais; em 2019, 41 bilhões de reais; em 2020, 51 bilhões de reais; e, em 2021, 54 bilhões de reais. Nós projetávamos 57 ou 58 bilhões de reais, para poder gerar aquela projeção de espaço adicional de 30 bilhões de reais, mas realizamos 89 bilhões de reais. Então, projetávamos um espaço de 30 bilhões, assumindo um precatório entre 57 e 58 bilhões, e esse espaço foi reduzido justamente para acomodar esse aumento da despesa de precatório.

A respeito de riscos, hoje um grande risco, quando se fala de alocação de recursos no Orçamento, de alocação de gastos, recursos para Ministérios, é justamente esse grande aumento da despesa de precatório.

Agora eu vou entrar um pouco no que apresentamos em termos de propostas para lidar com esse risco. Este gráfico aqui mostra a proporção de despesa de precatório em relação à despesa discricionária. Em 2010, precatório representava 11% das discricionárias; em 2022, ele vai representar quase 70% das discricionárias, ou seja, quando nos lembramos daquele gráfico das despesas obrigatórias crescendo e das discricionárias comprimindo, este vai ser um fator que vai fazer com que as discricionárias comprimam ainda mais.

Então, por exemplo, se nesse ano o investimento foi de 19 ou 20 bilhões, o aumento de 34 bilhões de precatório vai comer praticamente todo o investimento. O precatório, esse aumento de 34 bilhões, é o orçamento de discricionárias de 16 Ministérios. Então, é um valor muito grande.

Esse problema precisa ser discutido. É isto o que propomos: discutir e entender o diagnóstico, ou seja, entender o problema e discutir soluções. Uma solução que foi encaminhada pelo Governo na semana passada é justamente lidar com esse crescimento, ou seja, harmonizar o crescimento dos precatórios com o nosso regime fiscal, que é a nossa





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

principal âncora de organização de contas, de credibilidade da trajetória de despesa, que é o teto de gasto.

Então, qual foi a lógica principal? Primeiro, trazer essa previsibilidade com o crescimento para níveis normais do precatório. Segundo, ver o que existe na Constituição em termos de regras de parcelamento ou de regime especial e fazer pequenas mudanças. Essa foi a lógica. Por exemplo, o parcelamento que já existe no art. 100, § 20, é o de precatórios que superam 15% do volume total. Fariamos uma nova regra para superprecatórios, que seriam precatórios acima de mil RPVs, ou seja, 66 milhões.

Além disso, há regimes especiais de parcelamento. Também pode ser proposto um regime de parcelamento temporário justamente para poder lidar com esse crescimento. E parte desse crescimento são despesas de precatórios que vêm da década de 90, por exemplo, o do FUNDEF. Quando juntamos esses dois acima, dos 34 bilhões, conseguimos lidar com 33 bilhões, ou seja, desses 34 bilhões, não cresceriam 34, cresceria 1 bilhão. Assim conseguiríamos ter o Orçamento mais previsível e mais organizado para 2022.

O que se diz em termos de estimativa? Quantos precatórios seriam atingidos por esse parcelamento? Seriam 3,3%, ou seja, 8.700 de 264 mil precatórios. Nenhum precatório com valor abaixo de 455 mil seria atingido. E todos os precatórios com um valor até 66 mil seriam garantidos sempre, nunca seriam parcelados.

Assim fica um risco, pois estou parcelando, e isso pode crescer demais. Posso acumular demais essa dívida. Uma forma de desacumular essa dívida é pegar ativos que existem e que são subutilizados e usá-los para abater dívidas.

Então, algumas coisas, como o que chamamos de Fundo de Liquidação de Passivos, têm o objetivo de melhorar a eficiência na máquina pública, reduzir o tamanho do Estado, pegando esses ativos que são subutilizados para pagar passivos, e ajudam para que isso não vire uma bola de neve.

Há outras medidas importantes também, de encontro de contas. Então, há entes subnacionais que devem à União uma dívida, e a União deve aos entes. Então, nisso aí pode ser feito encontro de contas. A mesma coisa para as pessoas jurídicas que têm dívida ativa com a União, por exemplo.

Acho que é basicamente isso. O principal risco é esse. Há alguns riscos que podemos discutir — principalmente a inflação e outros pontos —, mas acho que esse é o principal. Primeiro, o controle é importante, assim como ancorar a expectativa, ter uma dívida sustentável e elaborar um Orçamento crível, que seja organizado de acordo com nossa capacidade de despesa.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

É isso.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - Bem, encerradas as considerações dos expositores, iniciaremos o debate.

A primeira oradora inscrita é a Deputada Adriana Aventura.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Obrigada, Presidente.

Bom, primeiramente, quero agradecer a presença de vocês aqui, principalmente do Secretário Bruno Funchal, que vem trazer essas informações que são tão importantes para esta Comissão. Então agradeço a ele de antemão. E também agradeço o material apresentado, porque fiquei com mais dúvidas do que... Essas informações só me geraram um monte de dúvidas.

Na verdade, eu queria realmente trazer um debate buscando soluções. Então, vou fazer algumas colocações aqui na esperança de que possamos trazer alguns caminhos, principalmente para esta Comissão. Esta Comissão tem uma missão importante até de somar esforços para, num contexto geral, o Legislativo poder ajudar o Executivo.

Primeiro quero falar do teto de gastos. Você mostrou ali o gráfico de 2016. Havia uma expectativa, até quando vocês fizeram as projeções, de várias reformas complementares. Nós fizemos a da Previdência, mas parou-se na da Previdência, entre as maiores reformas. E a reforma da Previdência — participei ativamente dela — foi muito esvaziada em vários aspectos. Havia uma expectativa, uma projeção, mas ela mudou.

Vemos uma movimentação em torno da reforma administrativa. Já há um enorme esvaziamento. Era para incluir os três Poderes, era para estar todo mundo, mas ela só tem um pedacinho, da base. A minha pergunta objetiva é: qual é a perspectiva real da manutenção do teto de gastos em 2022, no meio desta pandemia toda?

Meu outro questionamento vai na direção dos precatórios. Sei que o dinheiro é um recurso limitado. Essa é a regra número 1. Mas sabemos que precatórios são dívidas, não é isso? E houve uma movimentação no início, logo que falaram da PEC dos Precatórios. Falavam de mais ou menos 20% a mais que iam resolver o problema do Bolsa Família. Depois parece que saiu, depois parece que entrou. Eu queria saber como está essa história toda em relação ao Auxílio Brasil, Bolsa Família, o nome da vez que acontecer.

Mas a minha pergunta também vai por um outro lado. Além de saber como está o andamento disso, quero saber como está a visão internacional. Para mim, a questão dos precatórios no Brasil é um assunto delicado, porque mexe com credibilidade, e com





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

credibilidade internacional. Pega muito mal, porque é um calote institucionalizado, na minha visão.

Eu queria saber como vocês lidam com isso no dia a dia, já que estamos falando de investimento, de recuperação.

Em termos práticos, desde 2014, nós sabemos, o Orçamento da União é deficitário. Minha última pergunta é: qual é a perspectiva real de termos, e quando teremos, dentro das projeções feitas, se tudo der muito certo, porque Deus é brasileiro, um Orçamento superavitário nos próximos anos, já que a cada dia assistimos à criação de mais Ministérios, de mais cargos, de mais isso, de mais aquilo, orçamentos para cá, emendas extras para lá? Eu queria uma visão objetiva, para ver o que nós, como Legislativo, podemos fazer objetivamente para resolver esta questão, dada a situação e como a construção aqui é feita.

Agradeço imensamente.

Aguardo as respostas.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - Passo a palavra ao nosso querido Deputado Carlos Zarattini, que é o 1º Vice-Presidente da CMO, que depois irá assumir esta Presidência.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP) - Obrigado, Presidente.

Cumprimento todos os colegas Deputados, Deputadas. Cumprimento o Sr. Bruno Funchal e a sua equipe.

Dr. Bruno, a primeira pergunta que eu queria fazer aqui tem relação com o valor absoluto previsto de pagamento da dívida, dentro do Orçamento, para este ano: quanto está se prevendo e qual a estimativa — e se já a tem — para o ano que vem? Efetivamente, o que se pretende despendar em relação a pagamento da dívida externa e ao giro da dívida também?

Em segundo lugar, qual é o impacto, em relação a valores, desse aumento da taxa SELIC, previsto para os próximos meses e anos, no Orçamento? Estamos vendo um aumento da inflação. Diante disso o Governo tem reagido com a elevação da taxa SELIC. É aquela velha receita, evidentemente, que leva à paralisação de muitas atividades e, ao mesmo tempo, ao aumento da dívida.

A terceira tem relação com o teto de gastos. Como o Governo pretende gerir essa questão, esse espaço, para as despesas discricionárias, haja vista a tendência de aumento do pagamento da dívida e a diminuição do espaço fiscal? Como ele pretende resolver isso?

Nós vimos essa questão — agora estão chamando de meteoro — do meteoro que chegou dos precatórios. É uma coisa incrível, porque, evidentemente, a AGU deveria ter um controle desses precatórios, não é, Senador? Eu acho que isso era muito previsível. E o





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Governo, ao que parece, só agora foi tomar a decisão de enviar essa PEC, que, evidentemente, rompe o teto. A pergunta é: cada novidade que houver, cada meteoro que surgir, nós vamos ter uma nova PEC para resolver o problema do teto? Não é o caso de começarmos a discutir uma outra regra fiscal, que seja mais adequada ao desenvolvimento econômico do País?

Era isso, Sr. Bruno. Agradeço sua atenção.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - Passarei a palavra a cada três Deputados.

Concedo a palavra ao Deputado Juscelino Filho, que é o Relator da LDO.

O SR. JUSCELINO FILHO (DEM - MA) - Boa tarde.

Quero cumprimentar o Presidente Senador Izalci, os caros Deputados, os Senadores e os Secretários do Ministério da Economia que hoje participam desta audiência pública aqui junto conosco.

Fizemos aqui um trabalho na construção da relatoria da Lei de Diretrizes Orçamentárias. Tivemos, inclusive, uma reunião com essa equipe lá no Ministério da Economia. Num tempo muito curto, corremos para atender a maioria dos Parlamentares, Líderes e Presidentes da Câmara e do Senado.

Dialogamos com eles para tentar cumprir o prazo, justamente para que pudéssemos receber uma LOA de acordo com o que o Congresso aprovou na LDO para o ano de 2022. Nós já estamos chegando perto do prazo de recebimento da LOA, que geralmente é no final de agosto. Se não me engano, é no dia 31 de agosto. E essa é a expectativa deste Parlamento.

Nesses atendimentos priorizamos coisas importantes. Na Lei de Diretrizes Orçamentárias, como é o caso do nosso Plano Nacional de Imunizações, que acredito que hoje seja a principal pauta do País, para garantirmos o acesso à vacina a todos os brasileiros. Neste ano temos conseguido avançar na vacinação, mas já temos que estar preocupados com 2022, porque sabemos que, em todos os anos, vamos ter que vacinar nossa população. Por isso temos de garantir os recursos necessários para a produção de vacinas no nosso País, para que tenhamos, o mais breve possível, nossa campanha de vacinação no ano de 2022. E também colocamos lá uma priorização do atendimento continuado àqueles brasileiros que ficaram com alguma sequela da COVID-19.

Além disso, priorizamos a agenda da primeira infância e do ensino em tempo integral. Inclusive, ontem foi discutido aqui com o Ministro da Educação e sua equipe, para que essa seja uma das prioridades da Pasta. Tem-se reclamado muito das limitações orçamentárias. Foi





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

mostrado aqui números da involução do Orçamento da Educação nos últimos anos, quanto esse orçamento vem perdendo em termos de poder.

E uma pauta importante que foi abordada aqui foi a da solução das obras paralisadas. O MEC tem uma grande parcela delas, mas em todas as Pastas existem essas obras. Este Parlamento tem tentado dar alguns encaminhamentos e um dos que nós colocamos na Lei de Diretrizes Orçamentárias foi a previsão de que possam ser alocados recursos novos em obras velhas, o que antes não era permitido. Por onde andávamos, nos órgãos da Esplanada, só recebíamos "não". Diziam-nos que não era permitido reajustar, realinhar. No entanto, sabemos que a realidade de hoje não é mais a dos últimos anos. Mas nós conseguimos aprovar isso.

Inclusive, fiz uma sugestão ontem. Entreguei ofício ao Ministro, pedindo a ele que ajuste a Resolução nº 3, de 2021, do Ministério da Educação, a resolução que permitiu essa repactuação de algumas obras, porque colocaram na resolução que isso era permitido apenas com aporte de recursos próprios dos Municípios ou dos Estados, e nós pedimos que ele ajustasse isso para que fosse permitida a repactuação, além dessa hipótese de aporte de recursos próprios, com o aporte de emendas parlamentares individuais, de bancada ou de relatoria, para o caso de ser do interesse dos Parlamentares aqui dar solução a essas obras paralisadas, que hoje chegam a cerca de 2 mil creches e escolas. Então, essas foram umas das nossas prioridades na Lei Diretrizes Orçamentárias.

Esta Comissão aqui agradece a disposição para o diálogo ao Ministério da Economia, a fim de buscarmos construir juntos um orçamento o mais perto possível da realidade, um orçamento que possa chegar à expectativa do povo brasileiro para o ano de 2022. Sabemos do momento difícil em que vivemos, com a elevação da inflação, com o aumento da dívida pública, com o aumento do dólar, com a redução da expectativa do crescimento econômico, com a piora da situação social do nosso País, com o aumento da pobreza, com o desemprego elevado como está e ainda com um teto de gasto para ser cumprido, com um comprometimento fiscal bem delicado, vindo ainda aí essa questão do Auxílio Brasil, do novo Bolsa Família, o que queremos entender.

Eu queria até questionar se não teria de haver alguma alteração na LDO deste ano para o programa entrar em vigência ou se ele apenas segue na sequência do outro, porque ele já entra em vigência neste ano. O ano que vem é um ano eleitoral, então ele não poderia começar no ano que vem. Por isso eu queria entender como vai se dar essa questão do Auxílio Brasil na prática.

E sobre essa questão da PEC dos precatórios eu queria deixar uma questão acerca do encontro de contas, porque sabemos que muitos Municípios e muitos Estados devem para a





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

União. Inclusive, isso hoje é um problema para todos eles, em virtude do fato de que a maioria não tem certidão negativa da Previdência porque não consegue pagar o que deve à União, ao INSS.

Inclusive, há uma PEC tramitando aqui na Câmara para fazer um parcelamento dessas dívidas em 240 meses. Os gestores que chegaram agora não conseguem resolver essa situação, enquanto este Congresso não der uma solução de parcelamento. E essa PEC dos precatórios pode ser o momento de fazer o encontro de contas com os Estados e os Municípios. Queria saber o impacto disso, quanto representa esse encontro de contas com Estados e Municípios, para que possamos trabalhar nessa direção, que eu acho que é uma boa solução.

E queria também perguntar se há previsão para o pagamento das emendas impositivas individuais e de bancada que foram empenhadas no mês de junho, mas não foram pagas ainda. Para os gestores, para os Prefeitos, neste segundo semestre, quando cai a arrecadação, principalmente aqueles que vivem de repasses, são essas emendas impositivas e de bancada que garantem, muitas vezes, o funcionamento da saúde nos Municípios, a retomada de algumas obras paralisadas. É com essas emendas que eles conseguem ter uma resposta no caixa. Então, eu queria saber do Tesouro se há alguma previsão para o desembolso dessas emendas individuais e de bancada.

Essas são as nossas colocações, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - Obrigado, Deputado Juscelino.

Eu vou só complementar com um pedido de esclarecimento sobre o FNDCT. Está faltando também uma parte para colocar no fundo.

Passo a palavra ao Bruno Funchal para esclarecer as dúvidas e fazer o debate com os Parlamentares.

O SR. BRUNO FUNCHAL - Obrigado pelas perguntas. Vou começar pelas da Deputada Adriana.

Acho que o primeiro ponto foi sobre as reformas. Começamos com a reforma da Previdência, que foi importante, porque um dos maiores gastos primários que tínhamos era com o déficit da Previdência. O efeito dessa desaceleração do déficit vai ser mais sentido nos próximos anos. Então, isso é um dos elementos que vai ajudar... Isso inclusive responde a segunda pergunta, que é sobre que outras coisas poderíamos fazer para o controle da despesa obrigatória, a fim de dar um refresco ao orçamento, para o teto de gastos não ficar comprimindo demais as despesas discricionárias. Acho que uma coisa já foi feita: a reforma da Previdência. A segunda coisa muito importante é a Lei Complementar nº 173. Travamos por 2





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

anos nominalmente o salário, que é a segunda maior despesa que temos. E não só para a União, mas também para Estados e Municípios isso é importante. Vemos agora, por exemplo, Estados com o maior superávit da história deles. Acho que até junho foi de 42 bilhões de reais o superávit. Isso é resultado particularmente...

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP) - Bruno, se você puder, fale mais próximo do microfone, porque está meio difícil de entender.

O SR. BRUNO FUNCHAL - Está melhor assim? (*Pausa.*)

Está bem, obrigado.

Então, a primeira medida para o controle da despesa foi a reformada da Previdência. Ela melhorou a trajetória da dívida, e o efeito vai ser mais sentido nos próximos anos. Ele começa pequeno, mas se amplifica. Isso ajuda também a controlar o crescimento da despesa obrigatória. A segunda medida foi a aprovação da Lei Complementar nº 173, que foi importante para um período de mais gastos, para nós controlarmos uma despesa importante, que era a despesa com salários.

Outra medida fiscal importante foi a Emenda Constitucional 109, que aprovou o auxílio emergencial para 2021. O que fizemos? Criamos o indicador do gatilho do teto não só para a União, mas também para Estados e Municípios. E isso é muito importante para Estados e Municípios. Os gestores têm a opção de utilizar ou não, mas antes eles não tinham instrumento nenhum para controlar a despesa obrigatória. Agora eles têm um instrumento de controle de despesa obrigatória. Se a despesa corrente ultrapassar um nível muito alto da receita e o gestor quiser travar a despesa obrigatória, a possibilidade para isso está na Constituição. Então, isso, como instrumento de gestão, é muito importante.

Adicionalmente, o que está no *pipeline* em termos fiscais? A reforma administrativa. V.Exa. mencionou bem. É claro que a PEC dos precatórios acaba sendo por urgência, mas, em termos estruturantes, o que já vinha sendo discutido era a reforma administrativa, que eu olho não só como benefício de controle de despesa, mas também — e até mais — como melhoria de produtividade do setor público. Eu gosto de olhar mais por essa ótica da melhoria de produtividade, porque você consegue vincular entregas, resultados, à remuneração, etc. Vejo mais por essa ótica do que pela ótica mesmo de controle de despesa. E, por consequência, como haverá mais produtividade, naturalmente, vai haver menos gasto.

Em relação ao teto de gastos, quero dizer que os juros são hoje muito dependentes da credibilidade dele. O teto traz a credibilidade da despesa na trajetória futura. Eu mostrei ali, num gráfico, os benefícios da consolidação fiscal e como os juros caíram depois da implementação do teto. E isso foi muito importante. Os juros caíram de 14%, antes do teto,





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

para 7%, depois do teto, recentemente, por conta disso. Agora, quando nós temos dificuldades e surgem questões do tipo: *"Como é que conseguimos compatibilizar o crescimento dos precatórios com o teto de gastos?"* Só de surgirem dúvidas, reparem como é que já subiu o prêmio de risco e o juro longo: saiu de pouco mais de 7% para 10%. Só nos últimos meses foi de 9% para 10%. Então, isso mostra a importância dessa âncora fiscal, claro, junto com a meta. Se nós pudermos também melhorar o resultado e revisar a meta, isso mostra o nosso compromisso com as contas organizadas, que é base para o crescimento econômico, porque isso é menos custo do dinheiro e menos custo para a produção.

Ligando isso à sua última pergunta, em relação ao resultado, posso dizer que melhorou muito a nossa projeção de quando voltaremos a ter resultado positivo. Antes da pandemia, a projeção era entre 2022 e 2023. Depois, com a pandemia e a queda do PIB, a projeção mudou para algo entre 2026 e 2027. Então, ficaríamos mais de 10 anos com déficit. Mas, com a aceleração da economia e com as revisões de aumento de receita, nós já voltamos para algo em torno de 2023 a 2024. Talvez em 2023 nós consigamos voltar a ter algum superávit. Mas isso depende de quê? Nossa hipótese é de que depende a economia ter esse crescimento de 5,3% este ano; 2% no ano que vem, ou 2,3%, se eu não me engano, que é a projeção da SPE; e seguir respeitando o teto. A hipótese de desancorar do teto já não sustenta essa nossa projeção.

Em termos de percepção internacional sobre a PEC dos precatórios, agências de *rating* não veem dívida definida por corte como sendo uma dívida, mas ela é importante. O que as agências de *rating* veem são dívidas mobiliárias que foram emitidas. Mas é claro que os precatórios são um passivo reconhecido, são uma dívida. Obviamente, o efeito não é o mesmo, mas temos que trabalhar com isso. Acho que o nosso maior desafio é saber como harmonizar isso com o nosso orçamento e com a nossa regra fiscal. O problema está no fato de que essa dívida saiu de 55 bilhões de reais para 89 bilhões de reais. Esse é o problema que precisamos resolver. Como é que vamos resolver isso da melhor forma possível, sem trazer insegurança para a nossa economia? A insegurança faz aumentar juros, e aumentar juros faz diminuir o investimento e impacta na SELIC. A SELIC aumenta por causa da inflação, mas, quando se emite um título de longo prazo, tem a ver também um pouco com a SELIC e tem a ver com o risco. E aí, se há essa incerteza sobre como lidar com esse problema, ou se não lidarmos bem com esse problema, vai ser muito pior. Aumenta-se o prêmio de risco, a economia vai sofrer e vai haver piora na projeção: o PIB vai ser revisado para baixo. Então, precisamos lidar com isso da melhor forma possível, com um debate aberto, vendo os prós e contras de cada alternativa.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O Deputado Carlos Zarattini falou sobre o valor previsto. O valor de emissão que está no nosso plano de financiamento, não só com a rolagem, mas também considerando tudo o que temos que fazer, como cobrir despesas, é de 1,7 trilhão de reais. No PAF — Plano Anual de Financiamento há várias formas de financiar isso: emissão de dívida pública interna, emissão internacional de títulos e títulos soberanos.

O gasto com juros é algo em torno de 350 bilhões de reais. Isso já foi maior, na época em que a inflação era mais alta e na época em que prêmio de risco era mais alto. Esse gasto já chegou a ser de 450 bilhões de reais, 500 bilhões de reais. E por que baixou tanto? Quando foi introduzido o teto de gasto, e eu mostrei aquele gráfico do prêmio de risco caindo, ele reduziu muito não só a SELIC, que é a taxa de curto prazo, mas também as taxas de longo prazo. Então, para eu me financiar com rolagem de mais longo prazo, o que para nós é bom para a gestão da dívida, eu estava pagando menos. Aquelas curvas de juros que mostrei apontavam isso. Portanto, o gasto com juros é de mais ou menos 350 bilhões de reais.

Agora, à medida que aumenta a SELIC — e essa é uma estimativa do próprio Banco Central —, para cada 1 ponto percentual de aumento de SELIC, 30 bilhões de reais a mais são pagos em juros. É por isso que medidas estruturantes são importantes.

O que nós queremos? Reduzir a curva de juros e ter a inflação controlada. Nós não queremos só controlar a inflação aumentando juros, ou deixar os juros mais baixos com a inflação alta. Nós queremos controlar a inflação e manter a economia com juros baixos. Para isso, precisamos estar com as expectativas ancoradas, temos que ter previsibilidade, e os agentes econômicos têm que perceber um risco fiscal menor.

Em relação ao teto de gastos e a como compatibilizar as reformas administrativa e da previdência com a PEC dos precatórios, a lógica da PEC dos precatórios que propusemos é justamente a de compatibilizar com o teto de gastos. Acho que esse é o nosso desafio em termos de discussão. Acho que ter despesas sob controle — e em uma das seções da apresentação eu procurei destacar justamente o benefício da organização fiscal —, ter as contas organizadas não é um fim em si mesmo, mas a base para o investimento privado, a base para você fazer política pública organizada. Você só consegue abrir espaço para despesa discricionária que possibilita fazer política pública com as contas organizadas. Então, medidas que controlem a despesa obrigatória são importantes, e a reforma da Previdência foi uma delas. A PEC dos precatórios é outra que precisamos discutir.

Nós enviamos uma proposta, e eu acho que o mais importante do envio da proposta na semana passada foi abrir o debate, expor o problema e discuti-lo. Acho que ninguém é dono da verdade, ninguém está dizendo que essa é a melhor solução, mas acho que precisamos





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

discutir o tema para endereçá-lo, porque essa situação desorganiza o orçamento do ano que vem. Acho que o Ariosto pode falar até melhor do que eu sobre isso. Então, eu vou falar sobre o questionamento do Deputado Juscelino sobre os precatórios e depois passar a questão do orçamento para o Ariosto.

Eu gosto da lógica do encontro de contas, e está dentro da proposta da PEC. Só que aquele encontro de contas é mais restrito, é um encontro de contas da dívida dos entes com a União, mas é dívida mesmo, aquelas das Leis nºs 9.496, de 1997, e 8.727, de 1993. E isso está em torno de 600 bilhões de reais. Então, a lógica era pegar Estados ou Municípios que têm essa dívida com a União e, como a União tem dívida com esses entes, fazer um encontro de contas.

Como é que seria feito esse encontro de contas? Seria estoque por estoque?

O SR. JUSCELINO FILHO (DEM - MA) - As dívidas da Previdência e do INSS entram nisso?

O SR. BRUNO FUNCHAL - Não. Não entra a dívida da Previdência aí. Isso eu tenho que saber. Tenho que pegar esse valor. Vou ter que pedir...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. BRUNO FUNCHAL - Eu acho que sim. Eu acho que é possível e pode ser incorporado.

O SR. JUSCELINO FILHO (DEM - MA) - E é preciso tentar ver o tamanho disso, não é?

O SR. BRUNO FUNCHAL - Eu acho que isso pegaria mais Municípios...

O SR. JUSCELINO FILHO (DEM - MA) - Sim.

O SR. BRUNO FUNCHAL - ...porque esses 600 bilhões de reais são dívidas dos entes, mas a maior parte é de Estados. E há dois Municípios que têm muita dívida: São Paulo e Rio. Então, é uma alternativa. É uma ideia boa.

Antes de passar a palavra para o Ariosto, para finalizar, falo sobre o FNDCT.

Acho que temos feito um trabalho justamente para reduzir essa...

O SR. JUSCELINO FILHO (DEM - MA) - Eu me esqueci de uma pergunta só, Bruno.

Em fevereiro, houve a liquidação antecipada de dívidas do BNDES com o Tesouro, no valor de 38 bilhões de reais.

O SR. BRUNO FUNCHAL - Houve.

O SR. JUSCELINO FILHO (DEM - MA) - Esse recurso, essa receita já está disponível no Tesouro? Qual é o tratamento que está sendo dado a essa receita de 38 bilhões de reais?

O SR. BRUNO FUNCHAL - Isso foi a devolução de um mútuo. Então, é dívida. Foi estoque para lá, volta para cá como abatimento de dívida. É isso.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. JUSCELINO FILHO (DEM - MA) - Entendi.

O SR. BRUNO FUNCHAL - Quanto ao FNDCT, o trabalho ao longo do ano é justamente reduzir essa pendência com o FNDCT. O trabalho já está sendo feito. Acho que caiu de 5 bilhões de reais para 2 bilhões e 800 mil reais. Agora estão sendo enviados os PLNs que devem endereçar ainda mais esse problema.

Vou passar a palavra ao Ariosto.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - Antes, quero pedir ao Deputado Carlos Zarattini que assuma a Presidência, porque eu sou o Relator do primeiro item da pauta e não entreguei o relatório ainda.

Para falar depois, está inscrito aqui o Senador Oriovisto Guimarães, que é o Relator da receita. *(Pausa.)*

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (PODEMOS - PR) - Sr. Presidente, V.Exa. me ouviu?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Zarattini. PT - SP) - Senador Oriovisto, por favor, aguarde mais um pouco, porque o Dr. Ariosto vai complementar a resposta.

O SR. ARIOSTO CULAU - Boa tarde, Srs. Deputados e Sras. Deputadas.

Eu queria complementar apenas alguns pontos, Deputado Juscelino, com relação à questão das prioridades. De fato, o cenário que estamos trazendo aqui é um cenário difícil não só para o Poder Executivo, no que diz respeito à possibilidade de atendimento das mais diversas demandas do Ministério, mas também um cenário que vai ser compartilhado aqui com esta Comissão na fase de tramitação do Orçamento.

Aquilo que o Ministro Milton trouxe e vários outros Ministros vão trazer são as nossas dificuldades comuns em compatibilizar um cenário onde nós tínhamos, até determinado momento, um espaço fiscal que seria suficiente para atender as diversas demandas e nós tivemos a entrada, a introdução de elementos de aumento das despesas com precatórios que fizeram com que a nossa capacidade de atendimento das mais diversas prioridades e políticas se visse comprometida.

Os elementos que o senhor traz aqui eu recebi dos Ministérios, e tem sido um momento muito difícil para o fechamento desse Orçamento. Tenho mais de 25 anos de orçamento e diria que este talvez seja o mais difícil de todos os orçamentos pela natureza de obrigações e de informações que nós recebemos do comprometimento de 32 bilhões de reais. Esse é um comprometimento sem precedentes dentro da história dos precatórios, dentro da estimativa de pagamento de precatórios. Nós tivemos um incremento aqui na despesa de aproximadamente 89% de um ano para outro, percentual que corresponde a esses 32 bilhões de reais, sendo que, na história, no ano em que isso mais cresceu, de 2019 para 2020, o crescimento foi 38%,





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

ou 9 bilhões de reais. Então, para vermos a magnitude do comprometimento que temos com essa despesa, que pela Constituição deve ser honrada e vai ser honrada, nós temos realmente muitas dificuldades para atender as demandas das mais diversas áreas, não só as prioridades que o senhor trouxe.

O senhor trouxe aqui demandas do plano de imunizações. O Ministério da Saúde nos apresentou um plano que viabiliza a questão da terceira dose e a implementação das medidas do plano de imunizações. São valores que poderíamos atender num cenário em que se vislumbrava um espaço fiscal de 30 bilhões de reais, mas que se vê comprometido em razão desse aumento que nós tivemos na despesa com precatórios.

Além do que o senhor trouxe aqui, recebemos demandas sobre obras paralisadas ou novas obras na área de infraestrutura e desenvolvimento regional, mas também há uma impossibilidade de atender isso com esse crescimento expressivo nos precatórios.

Na área social, temos recebido várias demandas do Sistema Único de Assistência Social para ampliação de ações, mas nós também não temos condições de atender isso neste momento.

Está muito claro aqui que esse aumento no gasto com precatórios esgota a nossa capacidade de atender essas demandas, e é um problema que vamos compartilhar com o Congresso, na medida em que essa proposta vai estar aqui.

Vamos ter dificuldades também para atender as emendas parlamentares, porque, como a proposta orçamentária virá num nível muito, eu diria, raso em relação às demandas dos Ministérios, nós estamos assegurando valores que são aqueles essenciais ao funcionamento da máquina e ao cumprimento de obrigações. Qualquer ampliação de gastos decorrente de novos programas ou da implementação de novas ações, que, no mérito, seriam totalmente defensáveis, está comprometida em razão desse aumento que nós tivemos na despesa com precatórios.

Estamos trabalhando aqui de forma muito transparente, porque é um problema comum, um problema que nós teremos no Executivo e um problema que o Congresso terá aqui para compatibilizar o orçamento com todas as demandas, sejam de prioridades e metas, sejam de demandas setoriais.

Então, de fato, o orçamento este ano está muito difícil. E na proposta que é apresentada, Deputado Carlos Zarattini, queria apenas fazer um adendo que nós não estamos propondo que o teto seja rompido. Através da proposta de parcelamento de precatórios — um parcelamento que será feito dentro do teto —, nós estamos tornando essa regra efetiva. A regra atual de parcelamento dos 15% não é aplicada. Hoje, como o valor dos precatórios subiu demais, os





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

15% não incidem sobre nenhum precatório. Então, é uma regra não aplicável. Quando nós trazemos isso para duas regras: uma regra permanente, que diz respeito a mil vezes a RPV, que são 66 milhões de reais de limite para pagamento à vista — acima disso é parcelado —, e uma regra temporária de 2,6% da RCL, que já existe para os Estados também até 2029, nós estamos trazendo aqui uma aplicabilidade do princípio do parcelamento, que já está previsto na Constituição.

E eu tenho que concordar com uma nota que o Marcos Mendes publicou ontem. Nós não temos uma solução estrutural para os precatórios até porque não podemos afetar o direito adquirido. Mas estamos trazendo uma solução de financiamento para o orçamento que dilui esse custo para que ele seja mais leve e suave ao longo do tempo.

Lembro que há um princípio também dentro da PEC que é a troca da taxa de correção do IPCA mais 6% pela SELIC. Então, isso torna também mais compatível o crescimento desse fluxo de parcelamentos com a nossa capacidade de financiamento.

Por fim, há um ponto importante aí. O fundo que foi criado para a liquidação de passivos tem uma vinculação com o fato de que várias receitas são decorrentes de uma melhor eficiência da gestão patrimonial serem direcionadas a duas finalidades únicas dentro da proposta do Executivo: a amortização de dívida, ou seja, fazer com que nós tenhamos menos comprometimento, ao longo do tempo, com encargos da dívida; e o pagamento efetivamente desses precatórios parceladamente, reduzindo esse efeito que pode ser visto, num primeiro momento, como o de empurrar com a barriga essas dívidas. Nós vamos ter a possibilidade, com a melhor gestão patrimonial dos nossos ativos, empresas estatais e ativos imóveis, de amortizar esses precatórios ao longo do tempo.

É nesse sentido, sim, que o Executivo propôs a possibilidade de que tais receitas não se sujeitem efetivamente ao teto de gastos, uma vez que elas estão trabalhando com o conceito de usar o patrimônio para que se possa liquidar uma dívida, seja de precatório, seja mobiliária.

São só esses os acréscimos que eu gostaria de trazer.

O SR. JUSCELINO FILHO (DEM - MA) - Só para finalizar...

O SR. ARIOSTO CULAU - Perdão, Deputado, há o pagamento das emendas. Desculpe-me.

Com relação a isso, nós recebemos a informação de que já foi solicitada a programação a todos os Ministérios que são responsáveis pelo pagamento. E, na medida em que o Tesouro Nacional receba essas informações, os recursos serão prontamente disponibilizados, ainda em agosto.

Esse é o ponto que a Secretária Gildenora está nos trazendo aqui.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. JUSCELINO FILHO (DEM - MA) - Então, vocês não receberam isso ainda?

O SR. ARIOSTO CULAU - Para aqueles Ministérios que encaminharam já houve a liberação. Aqueles que não encaminharam têm de atuar no sentido de enviar essa programação à Secretaria do Tesouro, para que o Tesouro possa disponibilizar os recursos.

O SR. JUSCELINO FILHO (DEM - MA) - Certo. Obrigado.

O SR. ARIOSTO CULAU - Isso depende justamente da informação do Ministério sobre o quanto ele precisa pagar daquela emenda.

O SR. JUSCELINO FILHO (DEM - MA) - E 50% das emendas impositivas são todas para a saúde obrigatoriamente, não é?

O SR. ARIOSTO CULAU - Boa parte delas. A maior parte, pelo menos 50%, é para a saúde. Mas os demais Ministérios, à medida que...

O SR. JUSCELINO FILHO (DEM - MA) - A Saúde ainda não mandou?

O SR. ARIOSTO CULAU - Eu não sei lhe dizer isso. Eu precisaria verificar.

O SR. JUSCELINO FILHO (DEM - MA) - Está bem.

Secretário Bruno, o encontro de contas dos precatórios do FUNDEF e do FUNDEB já estariam previstos na PEC que veio?

O SR. BRUNO FUNCHAL - Sim.

O SR. JUSCELINO FILHO (DEM - MA) - Para as dívidas com a Previdência e o INSS ainda não há nada previsto?

O SR. BRUNO FUNCHAL - Ainda não estão previstas.

O SR. JUSCELINO FILHO (DEM - MA) - Para nós termos essa informação seria com a Secretaria da Previdência?

O SR. BRUNO FUNCHAL - Não, seria conosco mesmo. Mas, na redação da PEC, fala-se só sobre...

O SR. JUSCELINO FILHO (DEM - MA) - Está certo. Mas como eu poderia ter essa informação do que representariam as dívidas dos Municípios com a Previdência e o INSS?

O SR. BRUNO FUNCHAL - Eu vejo isso.

O SR. JUSCELINO FILHO (DEM - MA) - Então, eu pego contigo?

O SR. BRUNO FUNCHAL - Sim, pega comigo.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Zarattini. PT - SP) - Deputado Juscelino, V.Exa. poderia assumir a Presidência? Iniciou-se a votação no plenário, e eu preciso conduzir lá o debate sobre um projeto. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Juscelino Filho. DEM - MA) - Boa tarde.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Dando continuidade à audiência pública com o Secretário do Tesouro, o Secretário de Orçamento e demais representantes do Ministério da Economia, passo agora a palavra ao próximo inscrito, o Senador Oriovisto, do Podemos do Paraná.

Senador, V.Exa. está com a palavra, por favor.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (PODEMOS - PR) - Muito obrigado, Sr. Presidente.

Secretário Bruno e demais técnicos do Ministério da Fazenda, eu sou o Relator da parte da receita no Orçamento de 2022, então, a minha pergunta vai nessa direção.

Eu queria que vocês me atualizassem sobre o seguinte: quais são os critérios e a metodologia que o Ministério está empregando para prever a receita do Governo Federal para o próximo ano? É claro que se trata de uma previsão, é claro que vocês nunca vão acertar na mosca, mas eu queria saber qual foi a previsão de receita para este ano e se a previsão feita para este ano de 2021 está tendo muita diferença com a realidade.

Eu sei que ainda é cedo para fazer o confronto entre a previsão inicial e o resultado real, mas talvez vocês já possam me dar uma ideia de qual era a previsão total para este ano e do que estão achando que vai acontecer este ano, se a realidade vai bater a previsão, se vai ser maior, ou se vai ser menor. E qual é a metodologia aplicada, quais são os parâmetros usados para a previsão da receita de 2022?

O SR. BRUNO FUNCHAL - Senador, eu vou falar da previsão para 2021 e, depois, falar um pouco da previsão para 2022. Aí peço para o Ariosto complementar as informações também.

Sobre 2021 eu até mostrei, no eslaide 17, se não me engano, quando nós falamos da projeção de resultado, que, logo no orçamento do ano passado e no primeiro resultado bimestral, nós estávamos projetando um déficit de 287 bilhões de reais. No segundo resultado bimestral, este déficit caiu para 187 bilhões de reais. Dessa queda de 100 bilhões de reais, mais ou menos 90% foram por aumento de receita. No terceiro resultado bimestral, olhando para a receita primária total, houve mais um aumento de 64 bilhões de reais. Isso é receita bruta. A receita líquida de transferência é de 43 bilhões de reais. E quase tudo se traduz em melhora de resultado, e a nossa projeção de déficit para 2021 foi para menos 155 bilhões de reais. Então, nós saímos de uma projeção inicial de 287 bilhões de reais negativos e fomos para 155 bilhões de reais negativos, uma melhora de praticamente 130 bilhões de reais, seguindo sempre o teto de gastos. E boa parte disso foi crescimento de receita.

O que mudou? Revisões sucessivas nos parâmetros de crescimento e inflação. Isso tudo ajuda a impulsionar a receita. Então, só para você ter um exemplo, no segundo resultado bimestral, a grade de parâmetros da SPE apontava um crescimento para 2021 de 3,5%, e esse





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

crescimento subiu para 5,3%, o que hoje é mais ou menos a média de mercado. Esse crescimento de 5,3% e também o crescimento da inflação aumentam essa projeção de arrecadação, mantendo as elasticidades de crescimento e arrecadação. E aí, como se aumenta a base em 2021, isso também reflete em 2022.

Eu não sei se o Ariosto tem aqui exatamente a projeção de receita para 2022, mas, resumindo, boa parte da melhora do resultado primário deste ano vem seguindo o teto. A despesa está controlada — e esse é o benefício do teto —, está travada. Tudo o que vem de receita é resultado, e todo resultado é melhora da dívida. É por isso que o resultado melhorou muito rapidamente. Toda melhora de receita não vira despesa, vira resultado. Então a dívida caiu, a projeção da dívida caiu, e isso tende a acontecer também em 2022.

Agora, parâmetro de projeção para 2022 é o crescimento de 2,3%, que é o parâmetro que a Receita Federal está usando para projetar 2022.

Aí eu não sei se o Ariosto tem aqui a projeção de... Eu acho que inflação, se eu não me engano, é 3,5% também. É alguma coisa próximo da meta.

O SR. ARIOSTO CULAU - Senador, só para esclarecer o número aqui, nós estamos trabalhando com o crescimento aproximado da receita líquida de 8% para o próximo ano, o que equivaleria a algo em torno de 1,6 trilhão de reais a nossa receita líquida para o ano que vem. E isso decorre justamente desses fatores que o Secretário Bruno trouxe: crescimento da base e aspectos relativos ao próprio crescimento da economia.

E mais um ponto que nós apenas queremos trazer aqui como importante é o pressuposto da neutralidade do projeto de reforma tributária, o PL 2.337. É um pressuposto importante o da neutralidade, ou seja, que não haja nenhuma redução da receita para o próximo ano, o que confirmaria essa nossa hipótese de receita líquida para 2022.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (PODEMOS - PR) - Ariosto, só mais uma questão ainda: de onde saiu esse índice de 8,2%? Ele é uma composição de inflação mais crescimento do PIB?

O SR. ARIOSTO CULAU - Os 8% de crescimento sim, mais fatores naturais a cada receita.

Eu estou trabalhando aqui com elasticidade em cada setor, no que diz respeito à receita tributária e a elementos... Há várias receitas aqui. Eu estou lhe dando a receita líquida como, por exemplo, receita de *royalties*, e estamos com o preço do petróleo e do dólar em patamar alto. Então, há um conjunto, uma cesta de receitas. E esse é o resultado líquido de todas essas receitas, inclusive a previdenciária.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Eu não tenho aqui os dados ainda para lhe apresentar de forma decomposta, Senador. Ainda estamos fechando isso. Esses são apenas os grandes números envolvendo todas as receitas orçamentárias, sejam as tributárias, sejam as contribuições econômicas, a receita previdenciária e as demais receitas. Esse é um número muito agregado.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (PODEMOS - PR) - Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Juscelino Filho. DEM - MA) - Obrigado, Senador.

Dando prosseguimento ao debate, passo a palavra ao Deputado General Peternelli.

O SR. GENERAL PETERNELLI (PSL - SP) - Bruno, Ariosto, Gildenora e Luiz, sempre que eu participo de reuniões no contexto da reforma tributária é dito — e o Ariosto até comentou isso — que ela não provoca perda de receita e coisas semelhantes. Depois de estudar muito a PEC 110, a PEC 45, outras propostas também e de ouvir muitas histórias lá no Ministério da Economia, eu acabei propondo a Emenda Substitutiva nº 20 à PEC 45. Essa emenda aglutinou algumas ideias.

Eu vi que o grande problema da receita, que é o nosso objeto de debate hoje, é a falta de emissão de nota fiscal e a sonegação fiscal. Comentei muitas vezes que lá em São Paulo, de onde eu venho, na própria Avenida Paulista, há alguns *shoppings* populares. Outro dia eu comprei lá um trocador de transparência, pedi a nota, e a mulher me disse: "*Aqui não se emite nota*". Você vai a uma feira de rua em São Paulo comprar fruta, verdura — eu gosto de comprar peixe e termino tomando um caldo de cana e comendo um pastel, o que é uma tradição paulista —, e não emitem nota fiscal. Comprei passagens nessas redes de milhas, para ser reembolsado — naquele momento era a passagem mais barata —, e não havia nota fiscal, o que também me gerou um problema.

Há a economia informal, há a feira da madrugada em São Paulo, há o grande sonegador, há a compra pela Internet, que não manda nota fiscal. Quando se compra pelo iFood, nem colocando ali na observação para trazer a nota fiscal ela não vem com o pedido. E quando você liga para lá, eles informam: "*Quando a compra é feita pelo iFood, só mandamos o pedido*". Então, a evasão fiscal é um grande problema.

Eu apresentei uma proposta — depois vou entregá-la a vocês — que trata desses 2,5% que o Marcos Cintra propunha. Como eu ouvia muito falar nesse contexto, essa proposta, além de simplificar todos esses impostos — substituiria em torno de 15 impostos —, permite acabar com a nota fiscal, desde que se tribute no contexto.

De tanto ouvir o Ministro Paulo Guedes falar em pacto federativo sem que ele nunca dissesse os percentuais, fui estudar e vi que o pacto federativo alemão era: um terço, um terço e um terço. Eu adaptei isso para o Brasil e coloquei 30% para cada entre e 10% para o





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Congresso, tendo em vista as desigualdades, para que a Comissão Mista de Orçamento pudesse destinar recursos para a SUDAM, a SUDENE, a Zona Franca de Manaus, emendas parlamentares e outras necessidades que o Congresso definir.

Agreguei aqui ainda uma coisa que eu observei na União Europeia. Lá, até para se evitar uma série de fatores de *compliance*, compras acima de 1.000 euros não se paga mais em *cash*, só através de transação eletrônica. E fiz uma proposta aqui para acabar com as notas de grande valor para que as operações se deem o máximo possível por transações eletrônicas. Inclusive na própria Caixa Econômica, com a conta digital, hoje as pessoas humildes também estão cada vez mais usando esse sistema, cada vez mais usando o Pix.

Com uma proposta desse tipo, a partir de sua aprovação, ninguém mais deverá para o Fisco. O custo contábil será diminuído. O contencioso tributário, que nos Tribunais representa de 40% a 60% das ações, acabará. E, nessa proposta, tributa-se dividendo. Eu já dizia isso desde 2019. Quando uma empresa passa um recurso para um acionista, ela paga 2,5%. Quem recebe paga 2,5% e, quando ele gastar, paga mais 2,5%. Então, o dividendo estaria sendo tributado em 7,5%.

Também os programas do Ministério da Economia e do Ministério da Cidadania permitem informar o CPF das mulheres do Bolsa Família e determinar que, desses CPFs, não sejam descontados esses 2,5%.

A proposta de reforma está neste quadradinho. O restante, na frente e no verso deste documento, são as vantagens da proposta. (*Exibe documento.*)

Inclusive, fala-se em imposto progressivo e regressivo, e eu fiz aqui um demonstrativo referente a uma camisa.

Mas vou a minha pergunta de hoje para a equipe do Ministério. Há um técnico que tem me assessorado, o Carlos Paiva, e ele me alerta sobre o valor arrecadado. E leva em consideração o valor que o Banco Central publica todo dia sobre o sistema de pagamentos. Esse valor nessa publicação do Banco Central tem girado em torno de 3,5 trilhões de reais. Além disso, haveria o capital circulante, montante que é divulgado pelo Banco do Brasil. Então, o País poderia até arrecadar mais se diminuísse o volume do capital circulante e fizesse mais transações através do sistema digitalizado de hoje, o Pix, e isso facilitaria a arrecadação.

A minha pergunta seria — e podem respondê-la depois, caso não possam responder hoje — se essa proposta por mim formulada provocaria aumento na arrecadação brasileira.

Eu também vou fazer chegar às mãos dos senhores outro documento, como curiosidade.

Eu fiz uma palestra na qual falo das vantagens dessa proposta de reforma tributária, e o SIMPI — Sindicato das Micro e Pequenas Indústrias do Estado de São Paulo encomendou





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

entre os seus associados uma pesquisa de opinião. Essa pesquisa foi realizada pelo Datafolha, que resumiu a proposta numa única pergunta, que passo a ler:

Uma das propostas de reforma tributária em avaliação no Congresso propõe que todos os impostos, taxas e contribuições, incluindo encargos trabalhistas, sejam substituídos por duas taxas, uma de 2,5% sobre tudo o que a empresa compra e outra de 2,5% sobre tudo o que a empresa vende. Essas taxas seriam recolhidas automaticamente pelos bancos a cada transação de compra e venda, e a empresa deixaria de realizar os pagamentos diretos aos órgãos públicos responsáveis.

Uma coisa interessante é que o resultado dessa pesquisa do Datafolha, mesmo sendo feita num setor da indústria, foi altamente favorável a essa proposta. E mais, quando se perguntou sobre o foco da empresa do dirigente, esse percentual de "ótimo", "bom" e "regular" aumentou mais ainda, chegando perto de 70%.

Nós sempre discutimos, quando se propõe alguma coisa aqui, como foi o caso da PEC 45 e da PEC 110, que os serviços e o comércio vão ter um impacto em seus tributos, que vão mais do que dobrar. Diante disso, gostaria de solicitar à equipe uma avaliação sobre se o estimado de arrecadação é adequado.

Vou passar às mãos de vocês esta proposta, juntamente com o resultado da pesquisa do Datafolha, que me subsidiou e me orientou sobre o tema.

Muito obrigado, Presidente Juscelino, e desculpe-me por ter me excedido no tempo.

O SR. PRESIDENTE (Juscelino Filho. DEM - MA) - Não há mais nenhum inscrito. Vamos então para as respostas e, na sequência, para o encerramento.

O SR. BRUNO FUNCHAL - Deputado General Peternelli, obrigado pela explanação.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. BRUNO FUNCHAL - Eu acho que isso daqui mostra a grande vantagem da reforma tributária. Eu acho que uma das grandes vantagens é reduzir complexidade e burocracia. É difícil dizer agora se esta proposta aqui endereça os problemas. Eu acho que, se está numa página, endereça. Tenho que pedir para a SPE estimar o efeito na arrecadação. Mas posso dizer o seguinte...

O SR. GENERAL PETERNELLI (PSL - SP) - Uma coisa engraçada, Bruno, é que na primeira vez que nós fomos fazer uma palestra — foi até com o Deputado Celso Sabino, que hoje é o Relator, que me levou a Belém —, os outros palestrantes foram explicar a PEC 45. Eu teria, no final da apresentação, uns 20 minutos. Os outros palestrantes levaram horas explicando a PEC. Depois, eu tive a chance de falar por 25 minutos. Quando acabei de falar,





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

aquela plateia que estava presente ao evento disse assim: *"Essa é a reforma tributária que nós queremos"*.

Eu não vou citar, mas hoje muita gente não paga imposto na Internet. Você compra um produto: filme, futebol, jogos, enfim, faz de tudo pela Internet, e, muitas vezes, a própria plataforma, que não é do Mercado Livre, possui pouca coisa com nota fiscal.

Talvez uma proposta desse tipo, que diminui o contencioso tributário, seria muito interessante para o contexto brasileiro. E o Custo Brasil — quando alguns perguntam, porque não entendem, eu sempre explico — inclui a impressão da nota, a quantidade de contadores, a quantidade de advogados, o papel moeda que é impressa na Casa da Moeda, o transporte de valores, a escolta para o dinheiro, o armazenamento, a explosão de caixa eletrônico. Tudo isso acabaria com uma proposta que eu deduzi das reuniões que inicialmente tínhamos no Ministério da Economia.

O SR. BRUNO FUNCHAL - Perfeito. Acho que o ponto importante é reduzir a complexidade e a burocracia e, conseqüentemente, acabar reduzindo o contencioso.

Sabemos que, quando se reduz complexidade e burocracia, isso tem um efeito direto na produtividade. Então, uma proposta que reduz complexidade e burocracia e aumenta a produtividade vai aumentar crescimento econômico e arrecadação. Agora, o perigo está no detalhe. Acho que no detalhe temos que ver exatamente o impacto da proposta. Mas a direção é esta: reduzir complexidade e burocracia.

O SR. GENERAL PETERNELLI (PSL - SP) - Esta é uma proposta que ainda necessita ser trabalhada por técnicos. De tanto ler a PEC 45 e a PEC 110, ouvir questionamentos e abordá-los, grosso modo, esta seria uma ideia sobre a qual eu acho que a Câmara, no futuro, vai ter que se debruçar.

Em cidades do Entorno — eu tenho uma pequena chácara perto de uma cidade dentro do DF — observa-se que a impressão de nota fiscal é muito relativa.

O SR. PRESIDENTE (Juscelino Filho. DEM - MA) - Obrigado.

Agradeço a todos os Parlamentares que participaram da audiência pública e faço um agradecimento especial ao Sr. Bruno Funchal, ao Sr. Ariosto Culau, à Sra. Gildenora Milhomem e ao Sr. Luiz Guilherme.

Nada mais havendo a tratar, está encerrada a reunião.

**ATA DA SEXTA REUNIÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA EXTRAORDINÁRIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA,
DA 56ª LEGISLATURA, DA COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS
PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO, REALIZADA EM 31 DE AGOSTO DE 2021**





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Aos trinta e um dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e um, reuniu-se a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no plenário 2, do Anexo II da Câmara dos Deputados. Esta reunião foi convocada para ouvir o Ministro de Estado de Ciências, Tecnologia e Inovações, Sr. Marcos César Pontes, sobre o Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2022 na área de Ciências e Tecnologia na esfera federal, em atendimento ao Requerimento n.º 21/2021-CMO, de autoria da Senadora Rose de Freitas, aprovado na 8ª Reunião Extraordinária da CMO, realizada em 11.08.2021 e subscrito pelos Deputados Adriana Ventura, Bosco Costa e José Guimarães. Foi registrado o comparecimento dos membros: - **Deputados titulares:** Adolfo Viana, André Figueiredo, Bosco Costa, Carlos Zarattini, Charles Evangelis, Coronel Tadeu, Daniel Almeida, Domingos Sávio, Eduardo Costa, Flávia Moraes (virtualmente), Genecias Noronha, Gonzaga Patriota, Hildo Rocha, Hugo Leal, Jhonatan de Jesus, José Guimarães, Júnior Mano, Luciano Ducci, Marx Beltrão, Osires Damaso, Sanderson, Sergio Souza, Uldurico Junior e Zé Carlos; - **Senadores titulares:** Ângelo Coronel, Carlos Fávaro, Izalci Lucas (virtualmente), Simone Tebet e Wellington Fagundes; - **Deputados suplentes:** Adriana Ventura, Alceu Moreira, Aluisio Mendes, Caroline de Toni, Célio Silveira, Dagoberto Nogueira, Danilo Forte (virtualmente), Domingos Neto, Gelson Azevedo, Hercílio Coelho Diniz, Júnior Ferrari, Juscelino Filho, Márcio Marinho, Ossesio Silva, Pinheirinho, Robério Monteiro, Rodrigo Coelho, Drª Soraya Manato, Toninho Wandscheer, Weliton Prado; - **Senadores suplentes:** Esperidião Amin (virtualmente) e Soraya Thronicke. Foi registrado o comparecimento dos parlamentares não integrantes da Comissão, Deputados: Aline Gurgel, Carlos Gaguim, Cezinha Madureira, Claudio Cajado, Frei Anastácio, General Peternelli, Julio Lopes, Leonardo Monteiro, Mariana Carvalho. **ABERTURA:** às dez horas e vinte oito minutos, os trabalhos foram abertos pelo 1º Vice-Presidente, Deputado Carlos Zarattini, que comunicou a finalidade da audiência pública e informou que a reunião ocorria de forma semipresencial com presença de parlamentares no plenário e virtualmente, através da plataforma zoom. Informou que comporiam a mesa além do Ministro de Estado de Ciências, Tecnologia e Inovações, Sr. Marcos César Pontes, o Secretário-Executivo Adjunto, Sr. Carlos Alberto Baptistucci e o Diretor do Departamento de Administração, Sr. Alexandre Villain. Comunicou ainda que, para melhor ordenamento dos trabalhos, de acordo com o estabelecido no art. 398, inciso X, do Regimento Interno do Senado Federal, o ministro disporia de 30 minutos para sua exposição e os Srs. Parlamentares inscritos para interpelar o expositor poderiam fazê-lo estritamente sobre o assunto da exposição, pelo prazo de 5 minutos, tendo o interpelado igual tempo para responder, facultadas a réplica e a tréplica, pelo prazo de 2 minutos. A seguir, o presidente em exercício abriu a lista de inscrições para o debate e transferiu a palavra ao Ministro de Ciências, Tecnologia e Inovações, Sr. Marcos César Pontes, que introduziu o tema, com o auxílio de projetor multimídia, e em seguida passou a palavra ao Sr. Carlos Alberto Baptistucci, Secretário-Executivo Adjunto, que complementou à explanação do ministro com a apresentação da estrutura do Ministério e dados orçamentários. Encerrada a apresentação, o Dep. Carlos Zarattini agradeceu a participação do Ministro e Secretário-Executivo Adjunto e sugeriu estabelecer o critério de que o Ministro respondesse a cada bloco de três perguntas. Assim, concedeu a palavra ao Deputado Domingos Sávio, Relator Setorial da área de Ciência & Tecnologia e Comunicações, e aos Deputados Aluisio Mendes, e José Guimarães que formularam suas perguntas. O Ministro Marcos Pontes agradeceu as perguntas respondeu aos questionamentos feitos pelos três parlamentares. Em seguida o Deputado Carlos Zarattini teceu seus comentários e realizou seu questionamento, assim como os Deputados Juscelino Filho e Adriana Ventura. O Ministro então respondeu às perguntas e aguardou os últimos questionamentos feitos pela Deputada Drª Soraya Manato, Deputados Toninho Wandscheer, Bosco Costa e Senador Wellington Fagundes que, para não prolongar muito, informou que encaminharia suas perguntas por escrito ao Ministro e aguardaria as respostas. Por fim, o Deputado Domingos Sávio,





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

que assumiu a presidência, perguntou sobre os recursos do Finep e foi complementado pelo Senador Wellington Fagundes. O Ministro respondeu os últimos questionamentos e teceu suas considerações finais despedindo-se de todos. O presidente em exercício concedeu, então, a palavra à Senadora Soraya Thronicke que levantou questão de ordem com as seguintes perguntas, com base no Art. 131 do Regimento Comum do Congresso Nacional, combinado com o inciso VII do art. 15 da Resolução nº 01/2006-CN: a) Se há, e se já está publicada a relação dos Relatores Setoriais para o Projeto de lei Orçamentária para 2022, conforme preceitua o art. 71 do Regulamento Interno da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização; b) Se foram publicados os Ofícios dos Líderes indicando os Relatores Setoriais ao PLOA 2022, conforme demanda o inciso VI do art. 16 da Resolução nº 01/2006-CN; e c) Se as designações para as relatorias setoriais obedeceram ao disposto no inciso VI do art. 16 da Resolução nº 01/2006-CN. O Presidente em exercício informou que como não se tratava de Reunião Deliberativa, iria encaminhar a Questão de Ordem a Senadora Rose de Freitas para que ela, como presidente da CMO, pudesse respondê-la. **ENCERRAMENTO:** às treze horas e quatro minutos, o Presidente em exercício, Dep. Domingos Sávio, encerrou a reunião, antes, porém, agradeceu o comparecimento do Ministro e equipe, bem como dos parlamentares presentes. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Congresso.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Zarattini. PT - SP) - Declaro iniciada a 6ª Reunião de Audiência Pública de 2021 da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Esta reunião foi convocada com a finalidade de atender ao Requerimento nº 21, de 2021, de autoria da Senadora Rose de Freitas, aprovado na 8ª Reunião Deliberativa, para ouvir o Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovações, o Sr. Marcos Cesar Pontes, a fim de discorrer acerca do Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2022 na área de ciência, tecnologia e inovações.

Compõem também a Mesa o Sr. Carlos Alberto Baptistucci, Secretário Executivo Adjunto, e o Sr. Alexandre Villain, Diretor do Departamento de Administração.

Informo que a reunião ocorre de forma semipresencial. Pode haver Parlamentares presentes no plenário e Parlamentares participando de forma virtual.

O Ministro disporá de 30 minutos para fazer sua exposição, de acordo com o estabelecido no art. 398 do Regimento Interno do Senado Federal. Em seguida, será aberta a fase de interpelação, conforme prescrito no art. 398. Ainda conforme estipulado no inciso X do mesmo artigo do Regimento Interno do Senado, os Srs. Parlamentares inscritos para interpelar o Ministro poderão fazê-lo estritamente sobre o assunto da exposição, pelo prazo de 5 minutos, tendo o interpelado igual tempo para responder, facultadas a réplica e a tréplica pelo prazo de 2 minutos.

Informo que a lista de inscrição para o debate está aberta.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Está aqui também o Deputado Domingos Sávio, o Relator Setorial de Ciência e Tecnologia e Comunicações. A presença do Deputado é muito importante no processo de elaboração da peça orçamentária.

Tem a palavra o Ministro Marcos Cesar Pontes.

O SR. MINISTRO MARCOS PONTES - Bom dia a todos.

Antes mais nada, eu gostaria de pedir desculpas pelo pequeno atraso. Nós tínhamos no Ministério dois eventos extremamente importantes, um deles a respeito da Chamada Universal, que atende a toda a ciência brasileira, a irrigação da ciência brasileira pelo CNPq, extremamente importante e esperada pela comunidade científica. No outro evento foi feito o anúncio da pré-qualificação de quatro vacinas nacionais para ensaios clínicos — uma delas já foi aprovada pela ANVISA, para ensaios clínicos; esta é uma coisa extremamente importante para o País —, e houve também um evento sobre o Marco Legal das Startups lá.

Neste início aqui vou falar só um pouquinho, depois eu vou passar a palavra para o Secretário Adjunto, para ele discorrer a respeito da lei, especificamente, do orçamento do Ministério. Eu preciso ressaltar a importância — e por isso falei agora de vacinas, por exemplo — da ciência, da tecnologia, das inovações e da educação para o desenvolvimento econômico e social do País. Se nós observarmos, veremos que, sem exceção, sem qualquer exceção, todos os países desenvolvidos têm investimentos estáveis em ciência e tecnologia. Não são investimentos enormes, vamos chamar assim, dentro do universo de investimentos entre os Ministérios, mas são investimentos que dão retorno rápido, um retorno garantido, e são investimentos que vão contribuir para o futuro do País como um todo. Nós temos inúmeros exemplos de resultados que têm sido obtidos através de investimento no Ministério, seja pelo CNPq, seja pela FINEP, seja pela EMBRAPA, inúmeros resultados, com o orçamento reduzido que nós temos.

O que eu gostaria de ressaltar no início também, antes de passar a palavra, é que o orçamento do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações encontra-se no patamar mínimo desde 2013. Então, se observarmos o gráfico desse orçamento discricionário, nós vamos notar que ele está no patamar mínimo. Apesar desse patamar mínimo, temos conseguido uma série de desenvolvimentos. Imaginem quando ele retornar ao patamar normal.

Em conversa com o Ministro Paulo Guedes, ele me garantiu que a partir do ano que vem — e eu espero que isso se concretize, e eu preciso da ajuda do Congresso Nacional nesse sentido — nós teremos mais espaço fiscal e maior orçamento no Ministério.

Nós tivemos a liberação do FNDCT recentemente, o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, o que sem dúvida nenhuma é um ganho muito grande para o País,





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

não é para o Ministério, é para o País, neste ano ainda em estágio transitório para que isso seja estabelecido. A partir do ano que vem, eu espero que fique de forma continuada e estável. Esse financiamento estável em ciência e tecnologia, países como a Coreia do Sul, por exemplo, têm ressaltado frequentemente — temos uma parceria com eles, em termos de consultoria para inovações. Há necessidade de investimento estável. Então, o FNDCT vai ser uma fonte de investimento estável para o País, em termos de projetos, mas há que se separar o orçamento do Ministério do FNDCT. São duas coisas separadas. Eu não posso pagar por custeio, por exemplo, das unidades de pesquisas etc. usando o FNDCT. O FNDCT é destinado a projetos, tem a sua governança própria, que designa quais projetos serão atendidos. Quanto ao orçamento do Ministério, é também muito importante discutir que ele venha para o patamar adequado.

Eu vou parar por aqui e passar a palavra para o Secretário Carlos Baptistucci, para ele apresentar mais detalhadamente os números do Ministério, para ele explicar ou, vamos dizer assim, deixar claro porque que estou falando do valor baixo ainda do orçamento, que precisa ser melhorado.

Obrigado.

O SR. CARLOS ALBERTO FLORA BAPTISTUCCI - Obrigado, Ministro.

Obrigado, Presidente, Deputado Carlos Zarattini, pela oportunidade.

Agradeço também a presença de todos os Senadores e Deputados na nossa audiência.

Primeiramente, nós precisamos entender o tamanho da estrutura do Ministério, para entendermos por que é necessário um orçamento para ser investido nas nossas unidades.

(Segue-se exibição de imagens.)

No nosso Ministério, nós temos 7 unidades orçamentárias. Na administração direta, temos a Administração Central, que fica aqui no Ministério, onde estão além da Secretaria Executiva, 4 secretarias finalísticas. Mas também contamos, dentro da administração direta, com 16 unidades de pesquisa, as que estão colocadas aí, para o pessoal ter uma noção da quantidade de apoio que damos com o orçamento da administração direta. Temos ali o INPE, que é bastante conhecido; o LNCC, onde está o supercomputador; o Laboratório Nacional de Astrofísica, o LNA; o CETENE, o CETEM, o CEMADEN, dos desastres naturais. Então, nós percebemos que é uma estrutura bastante grande e que atende bastante na área de ciência e tecnologia do Brasil.

Além disso, também temos vinculadas ao Ministério seis organizações sociais, entre elas o CNPEM, onde fica o Sirius, cujas linhas de luz foram inauguradas em outubro do ano passado pelo Presidente. Temos também ali o Instituto Nacional de Matemática Pura e





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Aplicada, a EMBRAPIL, que avança a área de inovação no País, além do Mamirauá e da RNP, que provê a rede de Internet de altíssima qualidade para as estruturas de educação do País e outros aparelhos governamentais.

Além da administração direta, nós temos a administração indireta, com o CNPq, que provê o fomento e as bolsas de estudos para os nossos pesquisadores; com a FINEP, que operacionaliza o FNDCT, seja a parte de recursos reembolsáveis, que são os financiamentos para os projetos que são restituídos depois, após a execução do projeto, seja também a parte dos recursos não reembolsáveis, que se destinam a fomento e subvenção; com a Agência Espacial Brasileira, que não preciso explicar; com a Comissão Nacional de Energia Nuclear e a CEITEC, uma estatal de *chips*.

Aqui nós vemos a evolução do orçamento do Ministério, sem o FNDCT, e expurgando, nos anos de 2016, 2017, 2018, 2019 e 2020, as ações orçamentárias relativas ao Ministério das Comunicações. Então, temos aqui somente a evolução do orçamento do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações ao longo dos últimos anos. Como o Ministro já informou preliminarmente, nós percebemos que existe uma pequena curva de decréscimo, que se acentua no ano de 2021. É por isso que estamos aqui, nesta audiência, e esperamos contar com a ajuda dos Senadores e Deputados para recompor o nosso orçamento para o futuro, principalmente para 2022.

Aqui vemos a evolução do FNDCT. Com a Lei Complementar nº 177, passou a ser vedada a inclusão dos recursos arrecadados para o FNDCT no ano, no exercício, em reserva de contingência. Com isso, nós recuperamos os patamares do início do FNDCT, no ano de 2015, quando os recursos não reembolsáveis, ou seja, os recursos destinados a fomento e subvenção eram totalmente inseridos no orçamento. Então, esses recursos gradualmente passaram a ser objetos de inclusão e reserva de contingência, o que acabou degradando, ao longo dos anos, a utilização deles, tendo, em 2020, no caso do FNDCT, sido atingido o patamar mínimo de liberação desses recursos.

Na linha vermelha nós observamos a evolução dos recursos reembolsáveis, que são aqueles recursos destinados à FINEP. A FINEP capta esses recursos do FNDCT e os utiliza para financiar projetos de ciência e tecnologia e inovação para o empresariado brasileiro. Esses recursos são bastante importantes. Infelizmente — e talvez o Ministro venha a falar disto —, eles não estão sendo tão utilizados ultimamente, em função do alto valor da taxa cobrada. O FNDCT prevê uma remuneração, quando empresta esses recursos para a FINEP fazer os seus financiamentos, da ordem da TJLP — e a TJLP, nos últimos anos, estava bastante alta, atingiu alguma coisa em torno de 5% a 6% —, além do *spread*, que é operado pela FINEP, por





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

se tratar de uma estatal não dependente. Esses recursos acabam se tornando um tanto quanto proibitivos quando nós estamos falando de investimentos em ciência, tecnologia e inovação, por causa do risco tecnológico envolvido nesse tipo de financiamento. De qualquer forma, a partir do ano de 2021, passamos a ter disponibilizados até 50% dos recursos do FNDCT para essa atividade de reembolsáveis exercida pela FINEP.

É importante ressaltar a utilização dos recursos do MCTI para os eventos de enfrentamento da COVID-19 em 2020 e 2021. Já em abril e maio do ano de 2020 nós recebemos créditos extraordinários da ordem de 452 milhões de reais, pelas Medidas Provisórias nºs 929 e 962, que foram distribuídos da seguinte forma: 75 milhões de reais para a SEPEF; 6 milhões e 300 mil reais para a SETEL, que agora faz parte do Ministério das Comunicações; 45 milhões de reais para o CNPEM, para ele implementar um laboratório de nível 3 lá em Campinas; e 326 milhões para o FNDCT, para o desenvolvimento de várias atividades de subvenção e fomento a pesquisas na área do FNDCT. Também tivemos algumas despesas discricionárias, designadas no próprio orçamento do Ministério, da ordem de 1 milhão e 400 mil reais.

Em 2021, nós já tivemos o crédito suplementar do FNDCT aprovado na Lei nº 14.169, no valor de 415 milhões de reais, para atendimento, principalmente, a pesquisas com vacinas. Esse recurso já se encontra disponível no Ministério, e a sua utilização foi abordada aqui pelo Ministro, no início da sua fala. Agora, dentro dessa liberação dos recursos do FNDCT para o ano de 2021, o Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 16 — PLN 16, prevê a liberação de 690 milhões de reais. Parte disso, 34 milhões de reais, é para a CNEN garantir a manutenção das atividades de produção de radiofármacos. Isso sempre é um problema, posto que a CNEN é remunerada pelo fornecimento de radiofármacos, mas sempre acaba não conseguindo alocar os recursos advindos da venda de radiofármacos dentro do orçamento por causa do teto orçamentário. Nós já vimos alguma coisa parecida no Orçamento em relação à emissão de passaportes, alguns anos atrás.

Também aqui na parte do FNDCT estão os 655 milhões de reais que vão atender, principalmente, os editais do FNDCT que já estavam em andamento e que, assim, vão poder ser atendidos com os recursos que virão a ser liberados imediatamente, tão logo seja aprovado pelo Congresso.

Temos ainda o Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 18 — PLN 18, que complementa essa liberação dos recursos do FNDCT com 16 milhões de reais, para início de algumas atividades ligadas a organizações sociais, entre elas a complementação da construção do Sirius, a expansão das instalações físicas e laboratoriais do LNNano, também lá no CNPEM, e





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

a implantação do primeiro Laboratório Nacional de Máxima Contenção Biológica — LNMCB, um laboratório nível 4.

Nesse eslaide nós vemos o resumo do orçamento total do Ministério no ano de 2021 e a previsão proposta para o ano de 2022. Essa proposição ainda teremos que confirmar. O PLOA deverá ser enviado ao Congresso Nacional ainda hoje e deve traduzir a proposta de orçamento para 2022 que está na segunda coluna.

É importante ressaltar, em relação ao FNDCT, que, até o momento, nós só tivemos 925 milhões de reais liberados. Com a aprovação da Lei Complementar nº 177, de 2021, nós estamos aguardando a distribuição dos recursos, que será feita através dos projetos de lei a serem enviados ao Congresso, tais como os projetos que acabamos de mencionar, por meio dos quais já estão sendo enviados 655 milhões, mais 16 milhões, o que dá alguma coisa em torno de 672 milhões. Ainda haverá suplementação da ordem de 2 bilhões e 80 milhões, alguma coisa assim, completando os 2 bilhões e 745 milhões de reais, recursos ainda não disponibilizados para o ano de 2021.

É importante ressaltar também aquilo que foi dito pelo Ministro. Com esse aumento nos valores orçamentários que estamos recebendo — que ainda não é suficiente, mas já é uma sinalização —, nós estamos privilegiando, principalmente, o atendimento das nossas unidades de pesquisas, em relação às quais, no ano de 2021, foi atingido o patamar mais baixo, em termos de alocação de recursos. Então, para o ano de 2022, nós estamos prevendo um reforço bastante significativo: de 203 milhões de reais, no ano de 2021, para 286 milhões de reais, no ano de 2022. É um aumento de aproximadamente 40% no orçamento das unidades de pesquisas. Entendemos que isso ainda não é o suficiente, mas já conseguiremos recompor o patamar de 2 ou 3 anos atrás.

Para a administração indireta, foram propostos recursos da ordem de 5 bilhões e 731 milhões para 2022. Nesse aspecto, nós temos que ressaltar que, aparentemente, há um acréscimo bastante significativo. Isso ocorre, entretanto, porque ainda não constam da nossa planilha de 2021 os 2,7 bilhões do FNDCT que ainda dependem de aprovação de projeto de lei.

Percebemos nessa planilha que já conseguimos também recompor, de alguma forma, os valores para o CNPq, principalmente para bolsas destinadas a pesquisas, que passam de 920 milhões para 980 milhões, para a CNEN, de 176 milhões para 230 milhões — onde esperamos que diminua o problema com a questão dos radiofármacos —, e também para a AEB, de 120 milhões para 160 milhões. É uma tentativa de recuperar o tempo perdido na questão espacial, que é muito cara ao nosso Ministro, por motivos óbvios.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Esse quadro mostra a evolução do orçamento do FNDCT, dos recursos não reembolsáveis, dos recursos que são destinados a fomento e subvenção. Podemos observar que ele se inicia, em 2014, com valores bastante significativos, que há um decréscimo quando os recursos passam a ser incluídos em reserva de contingência e que vêm se mantendo em patamares baixos, abaixo de 1 bilhão, durante os últimos anos. Para o ano de 2022 temos uma previsão de recursos do FNDCT para a área de fomento e subvenção da ordem de 4,2 bilhões. Logicamente, repetindo, os valores de 2021 ainda estão em 925 milhões, mas estamos aguardando que os PLN sejam aprovados para atingirmos o patamar previsto, de 3,6 bilhões, ainda em 2021.

É importante ressaltar que vamos precisar de uma ajuda bastante significativa do Congresso, principalmente da CMO, porque todos esses recursos serão apresentados por meio de projetos de lei. Precisamos que os recursos sejam aprovados com a máxima urgência possível no Congresso, para que consigamos executar esses recursos ainda este ano.

Aqui vemos também a evolução do orçamento na parte dos recursos reembolsáveis. A partir de 2021, podemos utilizar até 50% dos recursos previstos no FNDCT, o que dá 3,6 bilhões no ano de 2021. Chegaremos a 4,2 bilhões no ano de 2022. Precisamos enfrentar a questão da taxa do financiamento, que precisamos rever, para que ela fique num patamar adequado e possa realmente ser utilizada de forma significativa pelo nosso setor industrial.

No último eslaide está a evolução do orçamento do FNDCT, com os recursos reembolsáveis e não reembolsáveis. É a soma dos gráficos anteriores.

É importante ressaltar nessa apresentação a evolução do orçamento do CNPq, a outra unidade de referência do Ministério, em termos de fomento à ciência e tecnologia. As principais são a FINEP e o CNPq. Percebemos que houve um decréscimo bastante significativo a partir do ano de 2016 e começamos a buscar a recomposição desses recursos do CNPq a partir do ano de 2022.

Eu gostaria de aproveitar a oportunidade para ressaltar que, desde o início do atual Governo, em janeiro de 2019, apesar das dificuldades orçamentárias e financeiras do Governo, o MCTI não atrasou e não deixou de pagar uma única bolsa durante todo esse período. Ou seja, as bolsas devem ser pagas até o quinto dia útil do mês subsequente ao que o candidato faz jus, e não atrasamos durante todo esse período uma única bolsa, não deixamos de pagar uma única bolsa nesse período. Isso é bastante relevante.

Bom, senhores, essa é a nossa apresentação. Estamos à disposição para qualquer pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Zarattini. PT - SP) - Tem a palavra o Ministro.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. MINISTRO MARCOS PONTES - Obrigado, Carlos Alberto.

Quero novamente agradecer ao Deputado Carlos Zarattini e à Comissão Mista de Orçamento por esta oportunidade.

Nestes 6 minutos que sobraram, gostaria de fazer alguns comentários, alguns complementos sobre o que foi apresentado aqui. Começo com o seguinte, somando àquilo que eu disse no início: como deu para notar, o orçamento do Ministério, que há que ser separado, vamos dizer assim... Devemos entender muito bem que o orçamento do Ministério é uma coisa, e o FNDCT é outra coisa. O orçamento do Ministério, como deu para ver no gráfico, vem sendo reduzido desde 2013. Apesar dessa redução — e vou ressaltar um ponto que ele abordou —, coloquei como prioridade no Ministério, desde o início, proteger as bolsas do CNPq e o orçamento das unidades vinculadas. Por quê? Às vezes o pessoal fala de uma forma muito ruim a respeito das bolsas do CNPq. A bolsa do CNPq é essencial para a manutenção da ciência do País, da ciência básica. Sem a ciência básica, não temos o desenvolvimento de mais nada. Então, isso é extremamente importante. Aquilo ali é o salário do pesquisador. Por isso colocamos, desde o início, essa coisa muito forte, em termos das bolsas. Quando recebemos, lá no início, faltavam 330 milhões, ou seja, tínhamos recurso para pagar até agosto de 2019. Isso veio no orçamento de lá. Então, fizemos todo o esforço, não atrasamos nem 1 dia e pagamos. No último mês, tivemos que fazer uso de recursos de fomento do CNPq para pagar o mês de setembro. Depois entrou o PLN, e conseguimos ir até o final do ano sem atrasar nada. Foi dramático o ano de 2019. Em 2020, as bolsas já estavam garantidas. Em 2021, o valor das bolsas está garantido, mas, como foi mostrado, o orçamento do CNPq precisa ser recuperado. Isso é importante para a ciência do País. Este é um é um ponto.

Outro ponto importante é o das nossas unidades de pesquisa. Elas já estão trabalhando com o mínimo, com o mínimo mesmo. Não dá para haver mais redução no orçamento delas. Então, tentamos ao máximo manter esse orçamento. Este ano, com o valor que recebemos, tivemos que fazer um pequeno corte, mas todo o resto teve mais corte do que as unidades de pesquisa. Precisamos recuperar esse valor, como ele mostrou no final, das unidades de pesquisas. Elas são essenciais também para a pesquisa.

Outra coisa eu gostaria de ressaltar, porque é importante e tem relação com o PLN 16. Eu queria pedir o apoio da Comissão. Esse PLN veio para cá na semana passada. Ele trata de 690 milhões de reais. Uma parte é do FNDCT, e uma parte é para os radiofármacos. Nós temos que pagar 34 milhões de reais para que haja radiofármacos nos hospitais do Brasil. Então, não é questão de opção. É essencial que nós tenhamos isso, e rapidamente. Para completar o pagamento por radiofármacos neste ano, ainda precisamos de um valor extra, de





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

aproximadamente 54 milhões de reais, para que isso seja complementado até o final do ano e para que não falte medicamento para tratamento de câncer etc.

Outro ponto importante: quando vemos os gráficos com o FNDCT, esses gráficos subindo ao final, a impressão que temos é de que, em relação ao orçamento, ficou tudo bem, mas a questão que existe é que esses recursos, embora tenham sido liberados pela Lei 177, ainda precisam ser efetivamente colocados. Esse PLN 16 tem um percentual. São seiscentos e poucos milhões voltados para o FNDCT, e ainda existe um complemento, do total de 2 bilhões e 700 milhões de reais previstos para o FNDCT não reembolsável neste ano. O problema é a data. Nós estamos em setembro, basicamente, e temos períodos para a execução. Temos que fazer chamada, edital. Isso leva tempo. Então, a execução disso fica complicada. Quanto maior a demora, mais difícil fica colocar isso realmente, efetivamente. Então, eu vejo os gráficos, mas é importante sempre ter em conta isso. Para o ano que vem, esperamos que esse negócio fique estável de forma geral.

Finalmente, nos 2 minutos finais que sobraram, vou falar da utilização dos não reembolsáveis e reembolsáveis. A parte não reembolsável do FNDCT é extremamente importante para laboratórios nas universidades, para laboratórios nas unidades de pesquisas, para fomentar a pesquisa básica, para fomentar a pesquisa aplicada, para dar subvenção a pequenas empresas. Então, essa é a parte importante realmente. A parte reembolsável, para empréstimos a empresas, tem a sua importância. Contudo, existe a cobrança da TJLP. Quando a FINEP usa recursos reembolsáveis, ela usa a TJLP. Soma-se o *spread*, que já está bem reduzido na FINEP, mas mesmo assim dá um valor alto, que precisa ser equalizado. Essa equalização dentro da FINEP, para reduzir a taxa para o empreendedor — e a FINEP não é um banco, é um órgão de fomento a pequenas *startups* etc. —, retira recursos da parte não reembolsável. Então, o ideal seria que o valor reembolsável fosse o menor possível e que se aumentasse o percentual não reembolsável. Essa é uma das nossas demandas ali dentro do FNDCT, para que possamos utilizar de forma mais efetiva os recursos disponíveis para a ciência e ter, como eu falei no início, todas as vantagens do investimento em ciência.

Eu sou o Ministro da Ciência e Tecnologia. Parece que estou puxando a sardinha para esse lado, mas não. A ciência, a tecnologia e as inovações mudam o País — junto com a educação, conseguimos transformar o País. Para isso, precisamos desse investimento estável. Eu conto muito com a ajuda daqui.

Obrigado, Deputado, e me desculpe pelo tempo.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Zarattini. PT - SP) - Obrigado, Ministro.

Obrigado, Dr. Carlos Alberto, pela exposição.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Nós vamos seguir a ordem de inscrição e, evidentemente, atender ao nosso Relator Setorial, o Deputado Domingos Sávio, que é o primeiro inscrito.

Os oradores inscritos terão o prazo de 5 minutos. Vamos ouvir três Parlamentares. Em seguida, retornaremos à Mesa e depois continuaremos.

O Deputado Domingos Sávio tem a palavra por 5 minutos.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB - MG) - Sr. Ministro Marcos Cesar Pontes, quero cumprimentá-lo e cumprimentar a sua equipe — os que aqui estão presentes e os demais.

Quero cumprimentar também os colegas Parlamentares.

Acho extremamente oportuno para a nossa Comissão e para o País fazermos este debate com V.Exa. na antevéspera do envio do Orçamento a esta Casa. Eu acredito que, neste momento, é importante que estejamos sensibilizados e possamos nos unir ao Ministério, no primeiro momento até para que o próprio Governo já nos envie um orçamento mais robusto, até porque as nossas possibilidades de remanejamento aqui no Congresso têm algumas limitações.

O Relatório Setorial é justamente a atividade que a Comissão — e a partir dela o Congresso — irá desenvolver pontualmente sobre o orçamento do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações. Portanto, eu quero de antemão colocar a minha posição 100% afinada com as primeiras palavras do Ministro: não há como pensar desenvolvimento num país com as dimensões do Brasil, com o potencial do Brasil, sem investimentos feitos, pelo menos, de maneira bem planejada e programada e estável, para que nós tenhamos de fato avanços tecnológicos que no mínimo nos coloquem em condições competitivas em relação ao resto do mundo.

Nós temos agora a boa notícia, que V.Exa. nos trouxe logo no início dos trabalhos, Ministro, de que quatro vacinas já estão na fase inicial do processo experimental. É preciso que haja previsão de recursos para continuarmos apoiando isso. A UFMG — Universidade Federal de Minas Gerais é uma das instituições que estão trabalhando firmemente nisso. Nós sabemos que, se a universidade for contar com a rotina de recursos dela, para pesquisas como essa. Esta realidade que nós temos requer a responsabilidade de darmos uma resposta, com produção nacional de vacinas para o combate à COVID, com a qual nós sabemos que haveremos de conviver por muito tempo. Estamos todos ansiosos, na expectativa de retomarmos com um pouco de normalidade a nossa vida, mas isso não significará a ausência do vírus no nosso convívio. Essa é uma realidade que já é de conhecimento absoluto. Então, a vacina terá que continuar sendo uma arma permanente. Mas esse é só um dos exemplos.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Eu vou me dirigir a V.Exa., Ministro, e fazer algumas perguntas, cuja resposta pode nos ajudar a contribuir com o Ministério. A primeira pergunta é sobre algo que eu quero aprender. Perdoe-me a ignorância. Nós estamos aqui para aprender também e para servir melhor ao Brasil. Tenho razoável conhecimento da estrutura do Sistema Único de Saúde. Dedico-me muito às causas da saúde. Portanto, sei como funciona o sistema do SUS para fins de credenciamento da oncologia no Brasil, para tratamento do câncer. Surpreendeu-me o que V.Exa. colocou sobre a CNEN — e eu fiquei um pouco na dúvida sobre se é Comissão Nacional de Energia Nuclear; é isso mesmo? Eu já acompanho alguma coisa na Comissão de Minas e Energia, onde atuo, que tem uma interface com essa estrutura. Mas eu quero entender por que o Ministério da Ciência e Tecnologia paga por essa produção de fármacos. Porque esses fármacos, obviamente, vão chegar a todos os hospitais que fazem tratamento oncológico, e eles são remunerados pelo SUS. Então, eu estou querendo entender se esses hospitais não pagariam ao sistema pela aquisição desses medicamentos, até porque muitos são privados. Quando não são privados — e é a ampla maioria —, são entidades não governamentais, filantrópicas, e elas recebem o pagamento pelo SUS. Por sinal, a área de oncologia, felizmente, é uma das áreas cuja remuneração é razoável — eu não diria superavitária. Há equilíbrio. Normalmente, essas instituições conseguem se equilibrar. Nós aqui sempre as defendemos, para que tenham um orçamento justo, porque é óbvio que isso é imprescindível. Temos que ser parceiros das instituições que fazem o tratamento do câncer. Eu sou parceiro delas. Eu só quero entender como funciona isso. Por que o Ministério da Ciência e Tecnologia vai financiar fármaco? Nós temos um orçamento — e inclusive é um dos poucos que é impositivo — com mínimo constitucional para a saúde. Eu preciso entender isso melhor.

Agora as minhas perguntas, para vermos como podemos ajudar os programas. Preocupa-me, Ministro, a necessidade de termos um pouco mais de proatividade. Não é uma crítica a V.Exa. nem ao Ministério, é uma reflexão sobre o Ministério da Ciência e Tecnologia. Depois que saiu a área de comunicação, imagino, por exemplo, que os investimentos em Internet acabaram indo para o Ministério das Comunicações. Se eles ainda estão lá, o que nós podemos fazer para que o Ministério tenha um orçamento que lhe permita desenvolver parceria com Estados e Municípios, com a estrutura pública de educação, para que haja de fato conectividade, para que haja de fato a universalização dos serviços de Internet? Precisamos voltar a fazer uma coisa que havia no Ministério — e volto a lhe dizer: não sei se era porque estava junto o setor de comunicações —, que eram programas, convênios que possibilitavam, Deputado Zarattini — e V.Exa. está aqui também há muito tempo, deve se lembrar disso —, aos Estados a instalação de centros de treinamento e de qualificação de jovens, os CVT —





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Centros Vocacionais Tecnológicos. Depois, em Minas, eles avançaram para estruturas mais amplas, onde os jovens, a população, além de aprender a operar máquinas, passava a ter acesso a cursos profissionalizantes, a uma série de ganhos. Então, a ciência e a tecnologia são democratizadas. Elas não podem continuar existindo só para os mais abastados, que podem comprar um computador e pagar por acesso à Internet. Essa universalização é necessária. Eu quero saber do Ministro se nós temos, dentro da estrutura orçamentária, como operar isso.

Por fim, como nós podemos interagir para fortalecer pesquisas — se já não temos esta possibilidade —, como podemos interagir com órgãos poderosos, em termos de capacidade de oferecer resultados para o Brasil, mas que sabemos que andam também com problemas para se autofinanciarem, como a EMBRAPA, onde está uma das maiores riquezas do Brasil? Ela não só atua para alimentar todos os brasileiros, mas também para produzir reservas, com as grandes exportações que temos, que geram emprego e geram receita — a agricultura, a pecuária.

O Brasil padece até hoje por ter que importar a maior parte dos seus adubos. Nós não conseguimos avançar em reserva de potássio, por exemplo. Há algumas composições em que o Brasil patina, não avança. Temos notícia de que há jazidas no Brasil, mas falta pesquisa, faltam alternativas para isso. Precisamos ter produções de adubo aqui no Brasil, para diminuir o custo da agricultura.

Então, como nós poderíamos ter um pouco mais de planejamento, de recursos e proatividade, um Ministério que atue também com a agricultura, com as comunicações e nos ajude a resolver alguns gargalos como esse? Esta é a minha preocupação como Relator Setorial: saber como podemos ajudá-lo. Acho que o Ministério da Ciência e Tecnologia é uma alavanca para o desenvolvimento deste País, mas, às vezes, nós sentimos que isso não está sendo utilizado na dimensão em que deveria ser utilizado. Não é que não está sendo bem utilizado, é que não está sendo utilizado na dimensão em que eu acredito que deveria ser. Nós precisamos que vocês nos alertem sobre isso e nos respondam por que pagamos por fármacos no Ministério da Ciência e Tecnologia, e não no Ministério da Saúde.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Zarattini. PT - SP) - Muito obrigado, Deputado Domingos Sávio.

Agora nós vamos passar a palavra, pela Liderança do PSC, ao Deputado Aluisio Mendes.

O SR. ALUISIO MENDES (Bloco/PSC - MA) - Obrigado, Sr. Presidente.

Eu queria cumprimentar o Ministro Marcos Pontes, o Dr. Carlos Alberto e o Dr. Alexandre.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Sr. Presidente, eu tenho acompanhado muito o trabalho do Ministro Marcos Pontes. É um trabalho digno de registro e de elogio, porque, a despeito de todas as dificuldades orçamentárias e financeiras encontradas no Ministério, ele tem feito um grande trabalho.

Eu quero dizer, Ministro Marcos Pontes, que comungo da sua filosofia de que investimento em ciência e tecnologia não é gasto, é investimento no futuro deste País. Tenho observado e temos conversado muito sobre as dificuldades que V.Exa. tem enfrentado diante da possibilidade de fuga de cérebros brasileiros para o exterior, por causa da falta de pagamento das bolsas. Isso é um dano irreparável para o nosso País.

Eu quero empenhar para V.Exa. a minha palavra, o meu trabalho incansável, como 1º Vice-Líder do Governo no Congresso, como Líder do meu partido, como membro da CMO, para resgatar o orçamento do Ministério da Ciência e Tecnologia. Não se pode pensar num país evoluído sem ciência, sem tecnologia, sem investimento nesses dois fatores. E V.Exa. é o homem certo no lugar certo.

Temos aqui uma grande vantagem, a de ter o Deputado Domingos Sávio como Relator da área da ciência e tecnologia na CMO. Tenho certeza de que o Deputado Domingos Sávio colaborará muito com o Ministério, pelo seu sentimento, pela sua grande percepção de que o setor de ciência e tecnologia é um grande avanço para este País.

Então, Ministro, quero mais uma vez deixar à sua disposição o meu trabalho, o meu compromisso de, nesta Casa, ajudar cada vez mais o Ministério. Sem pensar em ciência e tecnologia, este País não vai a lugar nenhum. Nós temos o exemplo, que o Deputado Domingos Sávio citou agora há pouco, do desenvolvimento de quatro vacinas brasileiras, com tecnologia brasileira. Como se faz isso sem investimento em pessoas e em recursos? É impossível pensar nisso. A descontinuidade do fluxo orçamentário e financeiro para esses projetos pode causar um grande prejuízo para o Brasil, como já causou tempos atrás. Nós temos que ter essa percepção e o cuidado de fazer com que esse fluxo tenha continuidade e seja aumentado. Precisamos investir na ciência brasileira.

Ministro, parabéns pelo seu trabalho! Parabéns a sua equipe! Conte comigo sempre aqui nesta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Zarattini. PT - SP) - Muito obrigado, Deputado Aluisio Mendes.

Eu vou passar a palavra imediatamente, pela Liderança da Minoria, ao Deputado José Guimarães.

O SR. JOSÉ GUIMARÃES (PT - CE) - Sr. Presidente em exercício, Deputado Carlos Zarattini, Sr. Ministro da Ciência e Tecnologia, eu considero importante, neste momento do





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

debate nacional, o pronunciamento do Relator setorial sobre o papel da pesquisa no processo de desenvolvimento do nosso País. E a primeira providência que nós temos que tomar, Sr. Ministro, aqui na CMO é recompor o Orçamento, não é só tratar de 2022. Há uma recomposição a ser feita que o Governo do qual V.Exa. é Ministro não aceita.

Portanto, o discurso de que a pesquisa, Deputado Domingos Sávio, é importante fica só na letra morta, porque, quando a matéria for votada aqui, vem outra orientação do Governo, que não compreende a importância estratégica da pesquisa, do investimento em inovação e em tecnologia para o País. E há uma imposição, que V.Exa. conhece, que é a tal PEC do Teto, que impede isso. Mas foi este Congresso que votou a PEC do Teto, que impôs restrições fiscais draconianas que impedem o desenvolvimento da ciência em nosso País, Deputado Domingos Sávio.

Ministro, eu conheço V.Exa., até porque V.Exa. serviu aos nossos Governos como pesquisador, como cientista, sei da sua boa vontade. No entanto, há uma decisão de governo que não valoriza e não compreende, ou não quer compreender, a importância da pesquisa científica no Brasil. A minha pergunta é: como V.Exa. se sente Ministro de um Governo que não considera a ciência relevante, inclusive não considerou a ciência relevante agora em tempos de pandemia?

Muitas vezes fico observando — estou no quarto mandato aqui — o drama de alguns Ministros, que eu conheço e que estão servindo ao Governo, que ficam sem poder reagir. O Governo, pela sua centralidade, em virtude da política econômica do Paulo Guedes, que é um desastre para o País, e por causa da PEC do Teto, impõe restrições nas áreas em que não deveria haver restrições fiscais, como ciência, tecnologia, educação, meio ambiente. Enfim, fica todo mundo amarrado, sem poder fazer nada.

E o discurso, Ministro, na hora de se votar, na hora do vamos ver, como diz um ditado do Ceará, Líder e Presidente Carlos Zarattini, de que a ciência e a tecnologia são importantes fica só para fora, não tem incidência na peça orçamentária.

Então, eu faço esta pergunta: Como V.Exa. se sente nisso?

E, Deputado Domingos Sávio, é preciso recompor. Não adianta discutir 2022, é preciso recompor o que está aqui. Só no Fundo Nacional já há 2 bilhões contingenciados — não é isso, Secretário? —, 2 bilhões contingenciados. Vamos ou não descontingenciar isso no PLN que está tramitando aqui na Casa? É assim que tem que ser feito, porque, senão, nosso discurso não encontra minimamente relação com a realidade da pesquisa, da ciência e da tecnologia no País. Não existe país desenvolvido se não se investir em ciência e tecnologia. Aliás, o Brasil caminha na contramão do que está acontecendo no mundo. É estratégico!





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Relator, nós, ao contrário do que há, deveríamos era aumentar o investimento. Por conta dos problemas da COVID — essa praga que atingiu o mundo e atingiu o Brasil não vai terminar, não, no final do ano —, deveria haver um processo intenso de investimento em pesquisa. Nós deveríamos, Ministro, era aumentar os recursos de ciência e tecnologia, começando com a recomposição, o descontingenciamento e a ampliação da participação da ciência e tecnologia na LOA de 2022, que deve estar vindo.

Por último, Presidente Zarattini, era importante nós acompanharmos a proposta que vem de lá. Sabe por que, Ministro? Quando chega aqui, vem tudo encaixotado, no caixão do Paulo Guedes. A margem para nós ajudarmos o Ministério da Ciência e Tecnologia fica praticamente zero, porque não há como tirar, nem a base do Governo aceita. Portanto, Ministro, era importante que o que viesse de lá agora já viesse com essa recomposição, porque, senão, o Relator fica limitado, ele não tem como agir, e nós vamos ficar aqui fazendo demagogia, dizendo que é importante a ciência e tecnologia, e na prática não é coisa nenhuma, pois não há pesquisa se não houver investimento. V.Exa. disse bem, pagamento de bolsa. Mas tem que haver investimento em inovação, colocar este País, este gigante, para investir na pesquisa, coisa que o atual Governo não faz.

Eu queria fazer, Presidente Zarattini, essas considerações, rogando ao Relator setorial que agíssemos aqui dentro para recompor tudo nessa área, porque aí nós contribuiríamos com o País. Não é um problema de Governo que está em jogo, é um problema do País. E nós deveríamos atuar para recompor todos os recursos. Volto a dizer, descontingenciar o que está preso aqui, na tesoura do Guedes, para depois pensarmos em 2022.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Zarattini. PT - SP) - Muito bem.

Vamos agora ouvir, por até 10 minutos, o Ministro, que responderá as perguntas dessa primeira rodada.

Informo que estão inscritos o Deputado Coronel Chrisóstomo, eu mesmo me inscrevi, o Deputado Juscelino Filho e a Deputada Adriana Ventura.

O SR. MINISTRO MARCOS PONTES - Obrigado, Presidente.

Começo, então, com a parte do Deputado Domingos Sávio. Eu vou deixar a parte do trâmite do recurso para o Baptistucci, que falará a respeito da CNEN.

O primeiro ponto a ressaltar é que a Comissão Nacional de Energia Nuclear — CNEN é um órgão do Ministério. A CNEN é bem antiga, tem 65 anos, mas é um órgão do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações — MCTI, e a política nuclear pertence ao MCTI. Às vezes há certa confusão com o Ministério de Minas e Energia, que cuida da parte elétrica, da parte





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

eletronuclear, da parte hidroelétrica e assim por diante. O que acontece em relação a isso? Há vários institutos de pesquisa conectados à CNEN, e um deles é o IPEN, que faz a preparação desses isótopos que serão utilizados pela medicina, aqui no Brasil, nos hospitais.

Esse pagamento é feito enquanto nós não tivermos a capacidade, e aí vem um ponto importante, de produzir esses radioisótopos por meio do Reator Multipropósito Brasileiro — RMB, projeto que, desde 2008, vem nessa tentativa de sair do papel. O Ministério da Ciência e Tecnologia já investiu, se não me engano, mais de 400 milhões nesse projeto, mas ele ainda precisa decolar. E agora, eu já coloquei ali, é para nós realmente tirarmos esse reator do papel, com o FNDCT, e podermos tê-lo na prática.

Por que esse reator é importante? Esse Reator Multipropósito funciona no sentido de termos a tecnologia para criar, por exemplo, o sistema de propulsão do submarino da Marinha, é uma das aplicações; para a produção de radioisótopos no Brasil, e, assim, ficarmos livres da importação feita pela CNEN.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB - MG) - Isso é usado no acelerador linear dos hospitais no tratamento por radioterapia, não é isso?

O SR. MINISTRO MARCOS PONTES - Exatamente.

Esse pagamento — depois eu vou passar a palavra para ele explicar como é feito esse pagamento — logicamente vai para o Tesouro e não retorna para nós. Mas ele vai falar um pouquinho sobre isso aqui.

Deixem-me só entrar na parte de conectividade. Quando havia o Ministério das Comunicações, nós preparamos um plano que se chamava MCTIC — porque havia o "c" na época — Conecta Brasil, e isso incluía toda uma estrutura de fibra óptica pelo Nordeste, pelo Norte, pelo Centro-Oeste, basicamente para iluminar as partes menos favorecidas do Brasil em termos de conectividade, com os *backbones* de fibra óptica. Seriam 77 cidades do Nordeste, mais 10 quilômetros de fibra pelo leitos dos rios, no Norte, e toda a parte de conectividade rural no Centro-Oeste. Este projeto foi feito, nós tínhamos recursos para isso, os recursos privados do setor de comunicações, recursos já todos acertados, agora eu passei ali para o Fábio, e ele já tem todo o projeto pronto, está sendo feito também esse projeto.

Agora, para que nós tenhamos efetividade em tudo isso, precisamos de outras coisas também, como, por exemplo, a Internet das Coisas, a inteligência artificial. Quando pensamos em 5G, o 5G sozinho não altera nada. Nós precisamos ter todas as tecnologias acessórias, e temos feito isso no Ministério. Nós temos, por exemplo, o Plano Nacional de Internet das Coisas, que contempla cinco câmaras setoriais. Essas câmaras são: Indústria 4.0, Saúde 4.0, Agricultura 4.0, Cidades Inteligentes e Turismo 4.0. Isso aí foi escolhido por consulta pública, e





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

dentro de cada uma dessas câmaras nós temos vários desenvolvimentos. No Agro, por exemplo, há um desenvolvimento muito grande nisso aí em termos de sistemas para irrigação de precisão, economia de água, uma série de coisas. Inclusive, quanto a isso também, uma boa notícia aqui é que eu encomendei... Lembro que eu tive uma reunião com a Ministra Tereza Cristina, e ela me disse que 90% do nosso insumo, tanto fertilizantes quanto defensivos, todos são importados. Isso não pode ser. Nós temos que fazer isso no Brasil. Então, eu encomendei com o Prof. Evaldo, que é o Presidente do CNPq, porque ele já foi reitor da Universidade de Viçosa, então ele conhece bem a área, o desenvolvimento de bioinsumos no País. Então, esse projeto está em andamento lá para o desenvolvimento de bioinsumos no País.

O Ministério da Ciência e Tecnologia é uma ferramenta. A ciência e a tecnologia estão em todos os Ministérios. Então nós temos estratégias que são feitas em parceria com muitos Ministérios. Eu comparo isso a uma corrida de bastão. Por exemplo, nós desenvolvemos com o Ministério da Saúde os medicamentos. Há uma série de desenvolvimentos, e demoraria muito tempo para eu falar sobre isso, mas são medicamentos, testes diagnósticos desenvolvidos no Brasil com inteligência artificial, biossensores, etc. Toda a parte de sequenciamento genético do País é feita no Ministério, além de todo o desenvolvimento de vacinas. Portanto, nós desenvolvemos o equipamento e passamos para o Ministério da Saúde aplicar na saúde pública. Também em relação ao desenvolvimento de equipamentos e tecnologias que são passados ao Ministério da Agricultura para serem aplicados. A mesma coisa acontece com outros Ministérios. Essa é mais uma razão da importância da ciência e tecnologia, porque elas propulsionam todos os outros Ministérios, todas as outras políticas públicas.

Nós temos diversas estratégias para cada setor: setor espacial, setor nuclear, toda a parte de materiais avançados.

O Brasil está se desenvolvendo, apesar da questão orçamentária. Se nós tivéssemos o orçamento correto, imaginem a capacidade disso aí para o País!

Nós fizemos o seguinte: montamos, vamos dizer assim, um carro de Fórmula 1. Ele está na garagem. Está tudo organizado no Ministério. Aliás, nós temos, no Ministério, uma página que é de entregas do Ministério — se entrar na página, você vai ver — e que mostra uma série de coisas que foram feitas. Agora, estamos esperando o combustível para colocar nesse carro e ganhar a corrida. O Brasil precisa fazer isso. Ele precisa ter a posição de protagonista no planeta em termos de tecnologia. O Brasil tem tudo para fazer isso. Precisamos desse salto agora.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Sobre a formação de profissionais, nós trabalhamos juntos; temos, inclusive, o Brasil Futuro, um programa para a formação de 40 mil profissionais — são técnicos — na área de Tecnologias da Informação e Comunicação — TICs, em que temos um *gap* muito grande, e uma série de outros trabalhos em parceria com a EMBRAPA. Eu faço parte do conselho da EMBRAPA. Eu fiz questão de entrar no conselho para poder utilizar... E foram aprovados projetos da EMBRAPA agora pelo FNDCT também. Esse trabalho está sendo feito em conjunto. Mas é lógico que tudo isso precisa do combustível. Então, eu tenho falado sobre isso bastante.

Nós temos feito muitos resultados com pouco orçamento. Quando entrar mais recurso no orçamento, isso vai multiplicar. Aliás, eu aconselho entrar no *site* do Ministério: gov.br/mcti. Há muitos resultados interessantes lá para serem falados.

Queria agradecer ao Deputado Aluisio Mendes, pelos comentários, pelo trabalho que tem feito também ali. Estamos com o Centro Espacial de Alcântara literalmente decolando. Temos resolvido problemas de décadas. Por exemplo: 36 anos com os quilombolas lá no Centro Espacial de Alcântara, hoje eles têm as terras; 34 anos com a Autoridade Nacional de Segurança Nuclear; 20 anos com o Acordo de Salvaguardas, agora o centro vai literalmente decolar; 15 anos com o lançamento agora do Instituto Nacional do Mar, e assim vai. O próprio Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas estava lá no espaço por 2 anos sem utilização, agora mais de 3 milhões de crianças estão recebendo o sinal. Lançamos quatro satélites. Imaginem o que seremos capazes de fazer se houver o orçamento adequado.

Para o Deputado José Guimarães, obrigado, antes de mais nada, pelos comentários e pela importância que tem dado à ciência e tecnologia.

A ciência é para todos. É importante levar em conta sempre isto: a ciência é para todos nós. Tem que se tirar a parte ideológica, vamos dizer assim. Temos que trabalhar juntos para conseguirmos desenvolver. Eu vejo isso. Entendo, logicamente, o lado do Ministro Paulo Guedes, a preocupação que ele tem com relação à economia, mas eu, como Ministro da Ciência e Tecnologia, tenho que defender o orçamento da ciência e tecnologia. De vez em quando, conversamos bastante sobre isso, e eu explico isso a ele. É o trabalho que se faz. É um conjunto: cada um tem a sua caixinha, vamos dizer assim, para trabalhar, e tem que ver que o Ministério da Ciência e Tecnologia pode ajudar no desenvolvimento econômico e social do País. Quando se investe em ciência e tecnologia, a economia cresce. Em todos os países é assim, a economia cresce com isso. Então, é importante ter esse senso.

Nós temos alguns resultados, algumas liberações agora desses 600 milhões, desses 650 milhões. Mas a minha preocupação, como eu disse, é que nós precisamos, sim, ter a liberação





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

do restante desses 2 bilhões este ano, que faz parte do projeto de complementar os recursos não reembolsáveis do FNDCT este ano. E existe a questão do tempo, existe o tempo de execução. Nós estamos em setembro. Temos que levar isso em conta.

Obrigado pelos comentários.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Zarattini. PT - SP) - Pode complementar.

O SR. CARLOS ALBERTO FLORA BAPTISTUCCI - Deputado Domingos Sávio, em relação à sua dúvida sobre o pagamento do que é produzido pela CNEN, como o Ministro bem observou, sabemos que ela é a única entidade no Brasil que trabalha com radioisótopos, com materiais nucleares, no IPEN, que é um dos seus institutos. Dos radioisótopos são produzidos os radiofármacos.

Para a produção dos radiofármacos, a CNEN é obrigada a comprar insumos, os radioisótopos e os demais insumos que compõem a produção dos radiofármacos. Ela vende esses produtos, os radiofármacos, para as redes hospitalares, tanto para o SUS quanto para os demais hospitais. E ela recebe o recurso, que é recolhido para o Tesouro. Com certeza ela recebe mais recursos na venda desses radiofármacos do que os insumos que ela gasta para produzi-los. Entretanto, ela trabalha com o orçamento. E aí ela fica travada.

É por isso que eu citei aqui a questão dos passaportes, que ocorreu há 2 ou 3 anos, em que a Polícia Federal não tinha o orçamento, apesar de vender o passaporte. Ela recolhia os recursos para o Tesouro, mas não tinha o orçamento devido. Esta é uma consequência que ocorre em vários setores por causa do teto orçamentário.

Não sei se o senhor entendeu.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB - MG) - Trata-se do problema do caixa único.

O SR. CARLOS ALBERTO FLORA BAPTISTUCCI - Isso.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB - MG) - A receita vai para o caixa único, e a despesa você faz com o orçamento que tem.

O SR. CARLOS ALBERTO FLORA BAPTISTUCCI - Isso.

Ficou claro, Deputado?

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB - MG) - Sim. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Zarattini. PT - SP) - Vou passar a palavra agora ao Deputado Coronel Chrisóstomo. *(Pausa.)*

O Deputado não está presente neste momento.

Então, eu sou aqui o próximo inscrito.

Eu queria fazer duas perguntas, Ministro.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O senhor viu que há uma unanimidade aqui em defesa do investimento na ciência e tecnologia, independentemente do partido político e de opiniões políticas. Existe uma unanimidade porque o Brasil precisa retomar o crescimento econômico, o desenvolvimento, e a ciência e tecnologia é fundamental para que isso ocorra. Nós temos muita preocupação com relação a isso. O nosso Relator já demonstrou aqui essa preocupação também. E o Líder da Minoria também já se pronunciou sobre isso.

Então, nós gostaríamos de fazer duas questões práticas e objetivas.

A primeira pergunta é sobre esses 2 bilhões de reais que estão para sair. Nós queríamos saber qual iniciativa efetivamente o Ministério tomou para que isso se efetive. Está ficando claro para mim que há quase uma impossibilidade de se executar esse recurso neste ano. Se ele não for executado este ano, ele vai ser perdido.

Nós gostaríamos de saber qual iniciativa o Ministério adotou. Eu sei que a decisão de liberação de recurso é do Ministério da Economia. Mas nós gostaríamos de saber isso.

A segunda questão é sobre esta proposta orçamentária que os senhores apresentaram, em que já existe uma redução violenta no recurso da companhia do CEITEC. O CEITEC, que está dentro daquela ideia de fechamento, este ano teve 27 milhões de reais de orçamento e já estão propostos para o ano que vem 7 milhões e meio de reais.

O CEITEC é uma estatal cujo objetivo é a produção de *chips*. É a única produção de *chips* no Brasil.

O *chip* é tão fundamental que a indústria automobilística hoje tem várias linhas de produção paradas por falta desse produto. E ao contrário de fortalecermos, de impulsionarmos essa empresa, nós a estamos fechando.

Eu queria entender também, da sua parte, por que essa decisão de fechar o CEITEC. No momento em que todos nós estamos queremos desenvolver ciência e tecnologia, estamos fechamos uma empresa.

Eu gostaria que o senhor nos explicasse aqui o motivo disso. Evidentemente, isso está refletido aqui na proposta orçamentária do ano que vem, com uma redução substancial nos recursos desse centro de tecnologia.

Eram essas as minhas perguntas.

Eu passo a palavra ao Deputado Juscelino Filho, do DEM do Maranhão.

O SR. JUSCELINO FILHO (DEM - MA) - Bom dia a todos, caros colegas e Presidente Zarattini.

Quero cumprimentar o Ministro Marcos Pontes e toda a sua equipe, que está conosco nesta Comissão de Orçamento.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O nosso Relator setorial, o Deputado Domingos Sávio, já nos contemplou com boa parte da sua fala quando fez os seus questionamentos aqui ao Ministro.

Ministro, quero complementar o que já ouvimos aqui de alguns colegas justamente porque enxergamos muito, tanto da sua parte quanto da parte da sua equipe, essa vontade de fazer diferente, de realmente fazer com que os investimentos em ciência e inovação e em pesquisa e desenvolvimento cheguem a patamares de que o Brasil precisa e merece.

Eu sempre fui aqui nesta Casa um defensor desta causa. Presidi aqui na Câmara dos Deputados, no meu primeiro mandato, uma Comissão que tratava especificamente de inovação em saúde, pesquisa e desenvolvimento. Fizemos missões internacionais, visitamos grandes centros de pesquisa e desenvolvimento específicos na área da saúde.

Naquele momento, ninguém nunca imaginaria que teríamos essa crise sanitária que estamos enfrentando desde o ano passado.

Nos lugares pelos quais percorremos nós visitamos e conhecemos de perto países que investem números significativos dos seus PIBs em pesquisa e em desenvolvimento, como é o caso do Canadá, do Reino Unido e dos Estados Unidos. E vimos a diferença que isso fez agora, nesses momentos difíceis de crise sanitária.

Realmente os números no Brasil deixam muito a desejar. Apesar de termos um orçamento de 6 ou 7 bilhões de reais, eu acho que não passam de 400 milhões de reais de investimento nessa na área de ciência e inovação, pesquisa e desenvolvimento.

Em 2020, do nosso antigo fundo de desenvolvimento, pesquisa e inovação, 5 ou 6 bilhões de reais foram contingenciados. E nunca vimos não só este mas vários outros fundos realmente servirem para aquilo que foram criados, diferente de outros países, em que os fundos realmente são investidos nessas áreas, pela grande necessidade exigida.

No Brasil, vemos que nós realmente não acompanhamos, de maneira alguma, nesse sentido, as principais economias do mundo e não buscamos fortalecer as nossas estratégias nesta pauta.

Esta Comissão está a sua disposição, como foi dito pelo Relator setorial e por todos os membros que se manifestaram, para incrementar, ajustar e ajudar no fechamento da proposta orçamentária dessa área, porque enxergamos sua importância. Mas é claro que têm que partir do Governo as prioridades. É o Governo quem define as prioridades, todos nós aqui sabemos. Quando é uma prioridade do Governo, eles colocam dinheiro. Desde o primeiro ano do atual Governo, vimos quanto era o orçamento da Defesa e vimos quanto está hoje, colega Zarattini, o orçamento da Defesa na proposta que eles mandam de lá para cá. Não é que a Defesa não mereça, merece, mas acho que o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações merece tanto





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

quanto ou até mais justamente para não vivermos novamente o que estamos passando hoje nesta crise sanitária.

Anos atrás nós fabricávamos os Insumos Farmacêuticos Ativos — IFAs para não dependermos de outros países e não pararmos a fabricação. Mas aí aconteceu o que aconteceu o ano passado, nós tínhamos institutos de referência no mundo para produzir vacinas não só para os brasileiros, mas para ajudar outros países, como é o caso do Butantan e da FIOCRUZ. No entanto, não conseguimos avançar por conta da dependência tecnológica, por não produzirmos esses insumos farmacêuticos no nosso País. Hoje, acredito que isso esteja sendo revisto, já há perspectivas de que a FIOCRUZ produza novamente os IFAs.

Ministro, quero, mais uma vez, agradecer e falar sobre a LDO deste ano. Fomos Relator da LDO 2022, também estou relatando o PLN que trata de algumas alterações para a LDO 2021, vamos fazer vários ajustes. Uma das coisas que priorizamos foi justamente a universalização da Internet, algo diretamente relacionado a sua área. Vimos alguns avanços, mas estão muito aquém do que o nosso País necessita. No momento em que vivemos, ainda haver escola sem Internet, ainda haver posto de saúde sem Internet, sendo que o Governo Federal investiu acho que 5 bilhões num satélite!? Vamos dar prioridade a isso, vamos instalar Internet em 100% das escolas, em todos os lugares do nosso País, já que temos esse satélite para isso. O Ministério da Saúde, no final do ano passado, mandou dinheiro para todos os Municípios do Brasil comprarem equipamentos para fazerem a interligação do SUS via digital, são os prontuários eletrônicos. O dinheiro está na conta dos Municípios, muitos estão comprando os equipamentos, mas, se não houver rede, não adianta, mais uma vez vai ser dinheiro desperdiçado e jogado fora.

O nosso pleito é este: priorizar as escolas, os postos de saúde e as praças, para dar acessibilidade a nossa população.

Se V.Exa. puder, fale um pouco mais do avanço que conseguimos na Base de Alcântara, que é no nosso Estado, o Maranhão. Eu gostaria de saber, na prática, como nós avançamos e qual é a perspectiva para 2022 para a Base de Alcântara, que é um dos principais indutores de desenvolvimento. Acredito que é o que vai trazer muito progresso para o Estado do Maranhão.

Eram essas as nossas colocações.

Obrigado, Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Zarattini. PT - SP) - Obrigado, Deputado Juscelino Filho, que foi o Relator da LDO.

Passo a palavra à Deputada Adriana Ventura.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Obrigada, Presidente.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Quero saudar o Ministro Marcos Pontes e os Secretários. Muito obrigada pela presença.

Ministro, eu vou ser muito breve. Eu tenho quatro perguntas bem pontuais.

Eu sou acadêmica, professora universitária, já fui bolsista da CAPES e do CNPq., sei da importância que isso tem para o nosso País, para o nosso desenvolvimento, embora realmente sempre esteja relegado ao último plano. O fato é que o orçamento total do seu Ministério este ano, pelo que eu analisei, é em torno de 8 bilhões, sem contar com possíveis contingenciamentos. A minha pergunta vai justamente no sentido de que, pela fala de todos os Parlamentares aqui, ciência, tecnologia, inovação e pesquisa deveriam ser prioridade, mas nunca são. Nós vemos isso em várias questões, vemos isso quando as prioridades são invertidas, em parte talvez pelo Governo, em parte por este Congresso. Vimos, nesta própria Comissão, a aprovação na LDO de um fundo eleitoral de 6 bilhões para reeleição. Eu queria saber como V.Exa. vê esse posicionamento, essa falta de prioridade e o que nós podemos fazer para reverter isso, em ações práticas, eu digo. O discurso é bonito, mas a prática é completamente diferente.

A outra coisa que eu queria comentar é que, desde 2014, o Orçamento da União é deficitário. Isso é fato. Mas o seu Ministério especificamente foi um dos Ministérios que mais foram cortados de 21 para 20, foi mais ou menos 29%. Eu queria saber quais são as medidas que V.Exa. acha viáveis para tornar o seu Ministério cada vez menos dependente de recurso público. Nós temos que encontrar uma saída, porque ele não é prioridade nem de direito, nem de fato, nem de nada. Eu pergunto o que V.Exa. vê como viável, mesmo que seja investimento privado. Eu queria saber se realmente houve alguma medida efetiva do Governo para resolver esse assunto, e quais foram essas medidas.

Eu sou autora da lei da telemedicina. Quando V.Exa. foi a nossa Comissão, esse foi um dia que me marcou bastante, porque V.Exa. dizia da necessidade de informatizar as UBSs. Eu me lembro até hoje do número que foi dado ali, que eram 38 mil UBSs. O Brasil tinha 45 mil UBSs — Unidade Básica de Saúde, 38 estavam informatizadas, à época, e foi dado o prazo de 1 ano para que as outras 15 mil fossem informatizadas. Eu lembro que em alguns Estados, como os do Norte, por exemplo, só 2% eram informatizadas. Aquilo me chocou muito. Eu sei que o Ministério tem feito um esforço hercúleo juntamente com o Ministério da Saúde para que essa informatização seja feita. Eu queria saber como estão esses números hoje, se isso avançou ou se não avançou por causa da pandemia.

Essa questão da telessaúde, da telemedicina é fundamental. A Deputada Dra. Soraya Manato está aqui do meu lado, ela que também é coautora do projeto. Como conseguimos dar acesso de qualidade se não há UBS informatizada? Como está essa questão da infraestrutura?





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

A minha última questão, que vimos debatendo no âmbito desta Comissão, é sobre uma nova lógica orçamentária que se chama emendas de Relator — RP9. Independentemente do mérito, e para não prolongar as discussões, o que chama a atenção é que as emendas de Relator, em 2021, para o Ministério da Ciência e Tecnologia são insignificantes, 0,03%, ao contrário das emendas para a saúde, que são de 44%, algo que na pandemia se justifica, e para o desenvolvimento regional, que são de 31%. Então, eu queria entender como o senhor vê essa lógica. Será que é investir em pesquisa, em inovação, em ciência, que dá futuro aos nossos jovens, mas não dá voto? É uma questão de falta de articulação política? Eu gostaria de entender como o senhor enxerga isso e como nós podemos ajudar.

Muito obrigada, Sr. Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Zarattini. PT - SP) - Muito obrigado, Deputada.

Eu vou passar a palavra ao Ministro, por 10 minutos, para ele responder a essa bateria de questões.

O SR. MINISTRO MARCOS PONTES - Obrigado, Presidente.

Vou começar por suas perguntas, Presidente. Com relação à iniciativa para a liberação dos valores do FNDCT, isso é feito por meio da junta orçamentária com o Ministério da Economia, a Casa Civil, etc. Nós fazemos pedidos para isso. Mas eu não tenho influência para que isso aconteça, embora fale, inclusive com o Presidente e com os outros Ministros, sobre a necessidade da liberação em tempo, porque, senão, também não se vai conseguir executar, e fica até pior.

Temos uma execução no Ministério bastante alta, acima de 99%, ou seja, eu preservo muito esse fato de nós conseguirmos executar os recursos que estão ali. Essa, sem dúvida, é uma preocupação que comentamos. Passamos o tempo todo essas informações para lá. Nós precisamos efetivamente que esses recursos sejam alocados e liberados. Sabemos que isso, por meio de um PLN, por exemplo, tem toda uma tramitação aqui dentro, que leva um tempo a mais.

Com relação ao CEITEC, o CEITEC é uma empresa que era ligada ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações. E desde o começo eu fui consultado sobre a privatização dessa empresa, a desestatização. Houve certas discussões no começo. Eu lembro que, quando estava lá o Salim Mattar, nós discutimos um bocado sobre isso, nem sempre muito amigavelmente. Mas isso foi discutido lá. Depois, entrou para a PPI. E aí foi um colegiado que decidiu pelo fechamento da empresa.

O que nós conseguimos trazer, manter, preservar, devido ao investimento feito pelo Brasil no desenvolvimento dessas tecnologias — como o senhor mesmo disse, é





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

extremamente importante o *chip*; nós vemos a falta de *chips* agora no planeta —, foi a tecnologia através de uma organização social. O edital já saiu, inclusive para fazer a preservação dos cérebros disso, para manter esse conhecimento no País. E é um setor que precisa ser desenvolvido. Então, o que está acontecendo agora é que empresas privadas estão contratando vários dos funcionários, etc.

O CEITEC efetivamente está no Ministério da Economia agora, com o liquidante lá. E eu não tenho mais ingerência a respeito, exceto o pagamento, que é para 6 meses, se eu não me engano, de 7.5 mil, que é o que eles esperam para encerrar o funcionamento.

Então, nós conseguimos preservar a tecnologia. E eu espero que consigamos passar aqui, por meio da colaboração com o setor privado, para que o Brasil não fique atrás nessas tecnologias de *chips*, que são importantes.

Aliás, deixe-me até somar uma coisa. Nós estamos investindo bastante em tecnologias habilitadoras, com inteligência artificial. Temos uma série de estratégias no Ministério. Uma delas é com relação à inteligência artificial. Por enquanto, temos trabalhado bastante no sentido de *software* de inteligência artificial, mas em alguns lugares do planeta já se inicia o trabalho de *hardware* para inteligência artificial. Isso envolve a criação de *chips*, chamados de *neuromorphic design*. E podemos desenvolver essas coisas no Brasil também. Esses são alguns comentários a respeito disso.

Com relação às perguntas do Deputado Juscelino Filho, do Maranhão, daqui a pouco vou falar sobre Alcântara. Este é, logicamente, um assunto de que eu gosto muito. Temos incentivado muito o desenvolvimento do Centro Espacial de Alcântara. Logo que comecei, falei a respeito da missão do Ministério. Quando eu entrei no Ministério coloquei a seguinte missão, simples, para todo mundo lembrar: produzir conhecimento, produzir riquezas para o País, contribuir com a qualidade de vida das pessoas. A ciência tem que estar onde as pessoas moram, com qualidade de vida, e assim por diante. Assim, nós aprendemos uma série de coisas durante a pandemia. Lembro que a pandemia começou oficialmente no dia 11 de março de 2020. Um mês antes, no dia 10 de fevereiro, nós criamos a Rede Vírus - MCTI no Ministério. Essa é uma rede de especialistas que nos deu todas as diretrizes e estratégias para seguirmos no combate à pandemia, como desenvolvimento de remédios, desenvolvimento de testes diagnósticos, e assim por diante. Basicamente são sete áreas: sistemas de prevenção, testes diagnósticos, tratamentos, sequenciamento e patogênese, vacinas e infraestrutura para preparar o País para as próximas pandemias.

Temos aprendido muito, o que é importante. Ao passar por uma dificuldade, deve-se aprender com essa dificuldade. Inclusive, já temos marcada uma série de *debriefings* a respeito





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

da pandemia. E o que tem sido feito? Só vou fazer uma pincelada a respeito disso, por causa do tempo. Neste aprendizado há a utilização do FNDCT, agora liberado, para que nós tenhamos grande infraestrutura de pesquisas no País, como o Reator Multipropósito, de que falei, bem como continuar, terminar o Sirius, nosso acelerador de partículas, um investimento que vale muito a pena para o Brasil.

Ficou muito claro durante a pandemia a questão da vacinação local, de ter vacinas produzidas no País, para que o Brasil deixe de ser dependente de vacinas e medicamentos. Não conseguíamos importar vacina. Há problema de remédios, pois importamos mais de 90% dos nossos medicamentos. Quanto ao problema de ventiladores pulmonares, ninguém mais vai falar disso. O Ministério fez um trabalho muito grande para produzir ventiladores com tecnologia completamente do País, um trabalho conjunto com outros Ministérios e com o setor privado. Outra coisa é com relação à infraestrutura, nós aumentamos 18 laboratórios NB3. Não é suficiente ainda. Fala-se que parece bastante, mas para um país do tamanho do nosso, precisamos de bem mais laboratórios em Nível de Biossegurança 3, que trata desse tipo de vírus aqui, COVID. Mas se for falar de ebola, essas coisas, é preciso de Nível de Biossegurança 4. Então, nós temos também o projeto do laboratório máximo de segurança, Nível de Biossegurança 4, junto com o Sirius, que vai ser uma instalação única no planeta. Está aí outro investimento excelente, um legado para o País, que precisa ser visto.

Outro ponto é o Centro Nacional de Vacinas. Agora o Brasil não só produz vacina para a COVID, tem que preparar toda essa infraestrutura com o Centro Nacional de Vacinas para vacinas de doenças negligenciadas, como dengue, zika, *chikungunya*, febre amarela, malária, etc. Então, vamos ter esse centro. Nós já conseguimos também toda estruturação e recurso para fazer isso pelo FNDCT.

Em relação ao Centro Nacional de Monitorização de Medicamentos, o Brasil tem todas as condições de produzir medicamentos aqui, desde a coleta de ativos até a produção de moléculas, e colocar isso na indústria farmacêutica nacional. Nós temos a Rede Farma, que congrega as indústrias farmacêuticas, que estão bem conectadas ao Ministério; os centros de medicina avançada para células-tronco, a reconstrução de órgãos, uma série de coisas. Tudo isso está previsto nessa estratégia de tornar o Brasil mais independente e ser um protagonista internacional. Não podemos ficar só como clientes. Eu fui à OMS — Organização Mundial da Saúde e falei assim: estou aqui para falar da ciência do Brasil, e vocês podem considerar o Brasil como um parceiro. Eu não vim aqui para pedir ajuda, eu vim aqui para poder ajudar a OMS com tudo isso. Como disse no início, nós temos a estrutura pronta, e a entrada do FNDCT vai fazer uma diferença monstruosa para tornar isso realidade.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

No ano passado, nós utilizamos mais ou menos 1 bilhão, considerando reembolsável e não reembolsável, do emergencial para fazer todas essas ações no enfrentamento à COVID. E deu para ver o resultado agora. Hoje mesmo, eu anunciei quatro vacinas que foram qualificadas para financiamento das fases 2 e 3 de testes clínicos. E uma delas já passou na ANVISA. Então, isso aí avançou bastante. Mas há muita coisa a ser feita no Brasil. Não é só um pedaço.

Em relação à Internet, eu passei pelo Ministério das Comunicações, então não tenho mais controle sobre a política de conectividade do País. Eu falo muito de educação porque, sem educação, não temos ciência nem tecnologia. Nós precisamos de conectividade nas escolas. Precisamos do aumento de tecnologias na escola, mas é preciso considerar bastante o professor como elemento central de tudo isso aí.

Nós temos, por exemplo, o cabo BELLA. Nós pagamos, através do Ministério, a conclusão do cabo BELLA, que liga a Europa ao Brasil, de Sines até Fortaleza. Com isso, estamos conectando, fazendo uma rede de supercomputadores no Brasil que vai permitir uma série de coisas importantes. Isso é feito pela RNP — Rede Nacional de Ensino e Pesquisa. *(Pausa.)*

V.Exa. me permite concluir?

O SR. PRESIDENTE (Domingos Sávio. PSDB - MG) - Fique à vontade, Ministro.

O SR. MINISTRO MARCOS PONTES - Ontem, eu tive uma reunião com o Carlos Moura. Em relação à Alcântara, nós estamos com a Comissão de Desenvolvimento Integrado. Para quem não acompanha muito esse assunto, temos lá a Comissão de Desenvolvimento Integrado de Alcântara. Eu presido essa Comissão, que envolve uma série de Ministérios e governos local, estadual e municipal. Os quilombolas participam também desse conselho, a Federação das Indústrias, as universidades, a universidade federal e também o Instituto Federal ali em Alcântara. Nós vamos terminar o plano de negócios, vamos chamar assim, o Plano de Desenvolvimento Integrado, em outubro. E esse Plano de Desenvolvimento Integrado vai iniciar uma série de ações. Enquanto isso, nós já colocamos a Internet nas agrovilas dos quilombos. Aliás, eu fui o primeiro Ministro a ir lá falar com eles. Nenhum Ministro havia ido lá falar com eles. Aquilo ali tem que ficar um brinco, entendeu? Nós precisamos melhorar aquilo.

Eu estou encomendando um estudo arquitetônico com a própria universidade, junto com os quilombolas, para transformar aquelas vilas, o calçamento de todas as vilas. Ontem, eu falei com o Ministro Rogério Marinho sobre uma possível ajuda. O SENAR já está oferecendo cursos para os agricultores. Já receberam a titulação de terras, uma coisa importante. Imaginem, são 36 anos de espera! Muitos já morreram, não receberam a titulação.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Há quatro empresas internacionais: três, dos Estados Unidos; uma, canadense. Agora será aberto outro edital internacional. Eu espero que entre uma coreana. Há outras empresas para entrarem e, a partir de Alcântara, comecem a girar recursos. Meu sonho é transformar aquilo em algo como o Centro Espacial de Kourou. Lá, a renda *per capita*, para termos uma ideia, é 17.600 euros. É lógico que isso está um pouco distante da nossa realidade. Se multiplicarmos por 10 a renda *per capita*, já é um início muito grande.

Eu estou muito animado com todas essas coisas. Nós entramos no Artemis I, da NASA, que vai trazer muito mais desenvolvimento. Eu quero envolver as universidades, importantes para trabalhar com tudo isso.

Sobre as perguntas da Deputada Adriana Ventura com relação a como reverter a falta de prioridade, nós temos algumas ações para este ponto. Primeiro, a COVID já mostrou para o mundo inteiro a importância da ciência. Não fosse a ciência, nós estaríamos num mato sem cachorro, todo mundo estaria morto, sem vacina, entre outras coisas. Nós precisamos da ciência, cuja importância e compartilhamento de resultados foram claramente demonstrados. Por isso, eu também fui à OMS, para nos colocarmos à disposição. O Brasil tem que assumir sua responsabilidade com o planeta, em termos de saúde, para podermos ajudar nestes desenvolvimentos.

O Prof. Evaldo Vilela, do CNPq, fala bastante sobre o transbordamento da ciência. As pessoas têm que ver o resultado da ciência no dia a dia, senão fica aquela imagem do cientista dentro de um laboratório, fazendo uma coisa que ninguém sabe para que serve. Isso precisa mudar. A ciência tem que se transformar. Não basta fazer *paper*. Quanto ao *paper*, do ponto de vista do cientista, o pessoal vai lá, faz pesquisa, publica o *paper*, e terminou o trabalho? Não, não terminou o trabalho.

Sabem que o Brasil é o quinto país que utiliza o próprio conhecimento? Dos *papers* que o Brasil produz, nós somos o quinto a utilizar este conhecimento. Isso tem que mudar. Nós temos que transformar o conhecimento em produtos, em serviços, em empregos, em empresas. Nós temos incentivado muito esta iniciativa. Hoje mesmo nós participamos de um evento do Marco Legal das Startups. Nós estamos incentivando, por meio do Programa Centelha e do Programa Startup Brasil, uma série de coisas, em conjunto com o Secretário Carlos da Costa, da ABDI. Há muita coisa para incentivar as *startups* no Brasil e desenvolver a transformação de conhecimento em produto, em nota fiscal e em empregos, no fim das contas.

Obrigado por citarem o CNPq. Às vezes, eu fico na batalha de falar do CNPq e da importância das bolsas oferecidas pelo CNPq, para a pesquisa, e pela CAPES, para a informação. Mais uma vez, obrigado por citarem o CNPq.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Outro ponto diz respeito a orçamento. Eu não gosto de ficar esperando os outros fazerem as coisas por mim. Assim, logo de cara, quando eu entrei, eu falei: *"Se eu só ficar esperando que o orçamento melhore, eu vou ficar nesta batalha. Todos os Ministérios estão lutando por orçamento. Vamos descobrir maneiras de fazer o financiamento de projetos pelo setor privado"*. Isso acontece em países como a Coreia do Sul, onde 78% vêm do setor privado e 22%, da área pública. Nós temos uma legislação complexa, para colocar recursos privados dentro de pesquisas do setor público. É preciso, portanto, quebrar essa dificuldade. Eu criei a Secretaria de Estruturas Financeiras e de Projetos — SEFIP. O que ela fez? Ela colocou toda uma nova cultura de projetos nas nossas unidades de pesquisa, e eu espero espalhar esta iniciativa para áreas como a educação, entre outras. Além disso, há mais de 190 maneiras de trazer recursos de fora, usando-se o Marco Legal da Inovação, que era muito pouco utilizado. Nós precisamos utilizá-lo mais, para darmos mais segurança aos investidores e às empresas, para fazerem conexão.

Existe um trabalho que já tem sido feito, mas nós vamos ter que ampliá-lo, para quebrar as dificuldades de regulação e trazer orçamento de fora. O ideal é termos o orçamento público trabalhando só no custeio das unidades e o orçamento externo trabalhando em outras coisas, nos projetos. Este é o ideal. Algumas unidades já estão conseguindo fazer isso, como o INSA, que já está mais ou menos por aí.

Sobre a informatização das UBS, nós temos 16 mil sem conexão com a Internet. Houve um trabalho com os pequenos provedores de Internet que ajudaram, e muito, nisso. Quando eu passei as comunicações, eles já tinham instalado em 6 mil unidades. Eu não sei como os números estão, mas esta é uma iniciativa essencial. Telemedicina é essencial. Nós precisamos levar comunicação por satélite, precisamos de, pelo menos, mais um satélite de comunicações no País. O SGDC-1, sozinho, não dá conta. Nós precisamos de mais. A telemedicina tem trabalhado com sistemas remotamente, como o diagnóstico de câncer de útero, usando-se um celular e um sistema conectado com fibra óptica. Em áreas da Amazônia, por exemplo, há muito câncer de útero, um dos principais que se vê no planeta. Nós precisamos diagnosticá-lo antes, porque a pessoa demora para ser transportada. Tudo isso está sendo feito.

Sobre as emendas, a Cecília trabalha com a divulgação dos nossos projetos. Nós temos muitos projetos interessantes na página do Ministério. Não temos dinheiro para fazer propaganda em TV, mas, em tudo que podemos, nós fazemos a divulgação. Mesmo assim, nós não conseguimos tanta adesão. Como foi dito antes, nós temos que sair do discurso e passar para a prática. Nós temos muitas coisas interessantes que podem ser desenvolvidas com os Parlamentares, não apenas nas cidades, mas também nos Estados, como as cidades





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

inteligentes, o tratamento de resíduos sólidos, o tratamento da poluição e da água. Enfim, há uma série de coisas que podem feitas no Município. Nós podemos trabalhar muito, por meio de emendas, em vários setores.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Domingos Sávio. PSDB - MG) - Nós ainda temos uma colega inscrita.

Passo a palavra à nossa colega Deputada Dra. Soraya Manato.

A SRA. DRA. SORAYA MANATO (PSL - ES) - Bom dia a todos.

Ministro, é um prazer recebê-lo nesta Comissão. Eu e a Deputada Adriana Ventura estávamos dizendo que é uma vergonha o orçamento que V.Exa. tem num Ministério tão importante. Como o senhor mesmo disse, o Ministério está inserido em todos os Ministérios, seja na Agricultura, na Saúde, em tudo. Em tudo, o Ministério de V.Exa., como dizem, tem um braço. Nós vamos ver se realmente conseguimos, nesta Comissão, Deputado Domingos Sávio, recompor um orçamento tão importante.

Ministro, eu sou médica, e muito me preocupa a construção do reator multipropósito, algo importantíssimo para o nosso País, em se tratando da produção de radiofármacos. Cada vez mais, os diagnósticos e tratamentos estão ligados aos radioisótopos. Portanto, nós temos grande preocupação com esta área. Nós sabemos dos problemas que o Brasil enfrenta, da nossa dependência deste produto em relação aos outros países. Nós sofremos o risco de desabastecimento, o produto é caro, encarece todos os tratamentos e diagnósticos.

Eu acho que é o nosso SUS que realmente vai se beneficiar com esta construção, porque nós sabemos que a grande maioria dos brasileiros, quase 80%, só usa o SUS e vai continuar usando-o até a morte.

Nós temos tipos de cânceres cujo tratamento depende deste tipo de produto. Nós temos a hematologia, a neurologia e a cardiologia, uma gama de especialidades que dependem deste produto. Muito nos preocupa a entrega da obra deste reator, importantíssimo para o Brasil. O País vai economizar valores gigantescos só com a importação e com o barateamento do custo para o SUS em relação aos tratamentos, por exemplo, de câncer, um dos principais problemas.

Eu gostaria que o senhor nos desse mais detalhes a respeito disso, porque nós desta Comissão e da Comissão de Seguridade Social e Família, bem como os médicos nos preocupamos muito com isso.

Parabéns por todo o seu trabalho, Ministro!

Muito obrigada mesmo.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. PRESIDENTE (Domingos Sávio. PSDB - MG) - Nós estamos caminhando para o encerramento, com a fala do Deputado Toninho. Eu gostaria de saber se há mais algum colega que queira se inscrever. *(Pausa.)*

O Deputado Bosco também falará. Após a fala dos Deputados Toninho e Bosco, nós vamos caminhar para o encerramento das manifestações, quando ouviremos o Ministro.

Tem a palavra o colega Deputado Toninho Wandscheer.

O SR. TONINHO WANDSCHEER (Bloco/PROS - PR) - Bom dia a todos.

Quero cumprimentar o Ministro Marcos Pontes e o Deputado Domingos Sávio, Relator setorial.

Ministro, eu quero dizer que existem algumas coisas no Brasil que nem todos conhecem, devido ao tamanho do País. Eu vou falar sobre a cidade de São Mateus do Sul, onde está a Usina do Xisto. Estão tentando privatizá-la, mas está difícil.

O que eu quero dizer é que lá existe um laboratório de qualidade significativa. No passado, ali foi desenvolvida a gasolina para os carros da Fórmula 1. O laboratório estava obsoleto, sem uso. Ele é muito qualificado, mas estava sem uso. Aí, um empresário, vendedor da Monsanto, apostando na ciência, na época em que a Monsanto trouxe para cá os produtos agrícolas — a Monsanto só ia usar veneno —, disse: *"Agora nós vamos mudar. O mercado vai ser de fertilizantes. Eu não vou mais ganhar com veneno, porque todo mundo vai vender o mesmo veneno"*. Ele me contou isso quando eu fui visitar a empresa dele. Em conversa com alguns amigos envolvidos com ciência, eles disseram: *"Existe uma possibilidade em São Mateus de usar a água que sai do xisto para transformá-la num produto para fertilizante"*.

Para encurtar a história, ele foi cedido para ir ao laboratório e usou o material da Usina do Xisto no laboratório da usina para desenvolver um produto que hoje é de grande aceitação. A empresa se adonou, vamos dizer assim, do mercado de fertilizante por causa desse laboratório e dessa possibilidade de usar o que já está lá. Bastou só descobrir o que fazer com aquilo.

Aproveitando a ocasião, eu quero convidá-lo para que um dia o senhor possa ir a São Mateus do Sul fazer uma visita a uma usina que aparentemente está sendo desativada, porque o xisto já não é mais importante no processo de óleo, de combustível, de gasolina. Eu acho que lá haverá alguma coisa interessante para quem puder enxergar a importância do que temos lá. Quem sabe possamos levar para lá um instituto federal, para que os alunos possam usar o próprio laboratório no desenvolvimento do aprendizado. Então, essa é uma proposta. Eu sei da sua agenda muito restrita, mas eu deixo o convite aqui para que seja feita uma visita.

Há a questão da vacina. A Universidade Federal do Paraná está entre as quatro universidades que o senhor citou?





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. MINISTRO MARCOS PONTES - Nessa primeira leva, não.

O SR. TONINHO WANDSCHEER (Bloco/PROS - PR) - Não está.

Nós sabemos que está havendo um trabalho grande pela nossa vacina do Paraná, mas há dificuldade para trabalhar por falta de recursos. O senhor sabe que isso é muito difícil. Existe uma proposta de se conseguir recurso, no ano que vem, por meio de uma emenda impositiva da bancada do Paraná para que a Universidade Federal do Paraná possa continuar o desenvolvimento da vacina. Nós acreditamos em nossos cientistas, nós sabemos que eles são capacitados. Espero que consigamos viabilizar uma forma de mandar esse recurso para eles, apesar de, até quando queremos destinar recurso, termos limitações quanto à forma de fazer.

Então, quero parabenizá-lo pela explanação, pela forma cordial como o senhor trata todos nós Deputados. É muito bonito ver essa relação entre Ministro e Deputados, é assim que nós devemos fazer. Digo isso tudo pelo seu jeito de trabalhar, humilde, mas com uma capacidade fantástica.

Parabéns, Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Domingos Sávio. PSDB - MG) - Agradecemos a manifestação do Deputado Toninho.

Encerrando esse bloco, concedo a palavra ao Deputado Bosco Costa.

O SR. BOSCO COSTA (PL - SE) - Sr. Presidente Deputado Domingos Sávio, obrigado.

Sr. Ministro, eu o ouvi atentamente. Eu estava em outra Comissão no início, e vim às pressas para cá para ouvir a exposição de V.Exa.

Sabendo, Ministro, que muitas vezes temos que retroagir para chegar ao presente e ao futuro, a minha preocupação, como cidadão, como brasileiro, como político é que muitas vezes os governos — eu não vou falar de um governo — deixam de tentar enxergar o mais distante possível, deixam de investir ou de governar pensando nisso. Com frequência, em qualquer esfera de governo, pensa-se em um mandato de 4 anos ou, considerando uma reeleição, de 8 anos e se deixa de planejar o Estado, o Município, a União para 80 ou 100 anos. Os administradores são temporários, e a administração é permanente.

Nós todos sabemos e V.Exa. sabe que o Ministério da Ciência e Tecnologia precisa de recursos para investir. Eu, como Parlamentar do Nordeste, do menor Estado da Federação, de Sergipe, entendo perfeitamente que há essa necessidade. Nos últimos anos, pelo que eu ouço, porque não tenho os dados oficiais, o Ministério da Ciência e Tecnologia tem passado por situação difícil na questão de orçamento. Então, esta Comissão, da qual estou fazendo parte,





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

precisa se sentar com V.Exa. e sua equipe para que tenhamos o mínimo de recurso para pensar no futuro do nosso Brasil.

Falo por Sergipe também. A nossa Universidade Federal de Sergipe, parece-me, tem um dos melhores laboratórios do Brasil.

Nós reivindicamos discutir essa questão do orçamento e do investimento em ciência e tecnologia porque o futuro depende do presente, Ministro.

No mais, quero desejar a V.Exa. um trabalho profícuo, à altura do povo brasileiro. Estamos precisando muito disso, Ministro. O Brasil está passando por uma situação difícil de pandemia, e, a meu ver, a fatura dessa crise econômica no mundo vai chegar para todos nós brasileiros — eu acho que ela não chegou ainda.

Parabenizo V.Exa. e a sua equipe.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Domingos Sávio. PSDB - MG) - Agradecemos ao Deputado Bosco pela participação.

Antes de passar a palavra ao Ministro para as suas considerações finais, vamos ouvir o último inscrito, o nosso prezado Senador Wellington Fagundes.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (PL - MT) - Sr. Presidente, é uma satisfação estar aqui.

Neste momento, Ministro, há dois veterinários falando com V.Exa. Vê-se, com isso, que o nosso País é um país rural. Hoje, felizmente, o Brasil é um grande produtor de alimentos para o mundo, com a competência muito grande dos nossos produtores, com a capacidade de pesquisa da área de ciência e tecnologia.

Tivemos lá na minha cidade, em Rondonópolis, pouco tempo atrás, a presença da Ministra da Agricultura e do Ministro das Comunicações para lançar a primeira fazenda 5G do Brasil, exatamente num campo de pesquisa do Instituto Mato-grossense de Algodão. V.Exa., Ministro, está convidado, intimado para ir lá e para também conhecer o maior terminal ferroviário da América Latina, que é exatamente em Rondonópolis, cujos trilhos saem lá de Santos, do seu Estado. Aquela região hoje é grande exportadora de produtos por meio do Porto de Santos.

Deputado Domingos, hoje nós já estivemos, de manhã, lá no Ministério, num evento, para mim, grandioso, não em número de pessoas, porque hoje, com a pandemia, até isso tem que ser evitado. O evento contou com pesquisadores e presidentes de instituições extremamente importantes. O Ministro já deve ter relatado isso um pouco. Para todos nós que lá estávamos,





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

aquele foi um momento de êxtase, de emoção, porque percebemos que, mesmo com as dificuldades, o Ministério está procurando ter criatividade e fazer parceria.

Eu tenho algumas perguntas escritas, porque não sei de quanto tempo disponho ainda. Mas eu quero parabenizá-lo, Ministro, exatamente por essa visão de que o Brasil precisa mudar na questão das pesquisas. Temos que fazer pesquisa, como o Ministro diz, para que essas pesquisas redundem em nota fiscal, ou seja, em produtos que possam gerar emprego, que possam trazer oportunidades para os brasileiros, e não pesquisas que ficam nas prateleiras.

O Brasil, Ministro, tem o costume de que tudo o que se vai fazer hoje vira escândalo, ao ponto de, de repente, uma universidade, um instituto de pesquisa que está realizando uma pesquisa ter dificuldade de falar com a iniciativa privada, com receio do que acontecerá com aquele trabalho.

Agora mesmo, tramita aqui projeto que apresentei para que as indústrias de saúde animal, através do Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Saúde Animal, possam fabricar vacinas contra a COVID. Eu recebi inclusive, como Relator e como proponente desse projeto de lei, manifestação de empresas chinesas interessadas nisso. Essa manifestação chegou a mim via embaixada. Eu fiz questão de ir à embaixada e dizer: *"Vocês tomem conta disso, porque daqui a pouco uma ligação pode ser mal interpretada"*. Nós precisamos exatamente acasalar as nossas indústrias com os nossos institutos de pesquisa, com as nossas universidades, para produzir algo para o bem da sociedade.

Esse excesso de mentalidade policialesca também acho que não dá. Precisamos ter controle, é importante, mas temos que ter produção acima de tudo, porque, de repente, se o controle pesar mais do que o fazimento, daqui a pouco o nosso País vai ficar com dificuldades.

A pandemia nos ensinou bastante, porque o Brasil não tinha insumos básicos, não tinha ventilador, não tinha os sais para serem manipulados, não tinha tranquilizante, não tinha anestésico para ser usado dentro de uma UTI, faltou oxigênio e tudo o mais. Por isso eu sou entusiasta, Ministro, do trabalho que V.Exa. vem fazendo.

Eu ainda quero cobrar que V.Exa. seja mais cantador. Junte-se ao Ministro do Turismo, que é bom com a sanfona, e faça um trio com os Ministérios da Educação, da Ciência e Tecnologia e do Turismo. Tem tudo a ver uma coisa com a outra. A sociedade precisa reconhecer e conhecer essa revolução que V.Exa. está fazendo no Ministério, uma revolução de mentalidade e de cultura, o que é importante.

Hoje, foi selecionada uma *startup*. Tudo isso é inovação, é oportunidade. E dessas quatro empresas, para a nossa surpresa, uma é baiana — sou filho de baianos. Mas,





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

independentemente do Estado, são pesquisadores brasileiros que estão prontos e precisam exatamente desse reconhecimento para não saírem do País. Portanto, nós temos que colocar recursos para isso no orçamento.

Deputado Domingos, eu falo aqui também na condição de Relator da área da educação. Já conversei com o Ministro e quero propor uma reunião do Ministério da Ciência e Tecnologia com o Ministério da Educação para trabalharmos essas duas peças orçamentárias em conjunto e, depois, também com a Comissão, porque tem tudo a ver uma coisa com a outra.

No pós-pandemia, é claro que uma das maiores preocupações é exatamente a volta das crianças à escola com segurança, e isso se faz exatamente com a sustentação da pesquisa, da ciência.

Eu vou passar as minhas perguntas por escrito ao Ministro, porque não quero me exceder no tempo, mas gostaria que ficassem registradas na Comissão para que S.Exa. responda no momento mais adequado.

Encerro, Ministro, dizendo que realmente hoje é um dia de glória para o Brasil, porque podemos dizer a toda a população que, até o final do ano, o Brasil já terá vacinas com 100% de tecnologia brasileira, desenvolvidas por pesquisadores brasileiros. É muito importante que o cidadão simples, que talvez não tenha a oportunidade de nos assistir, porque a televisão comercial toma conta... Felizmente, hoje já temos uma boa audiência na CPI. Eu gostaria que a audiência maior fosse aqui. Mas, tudo bem, nós vamos fazer isso chegar a algumas pessoas para que este dia de hoje seja reconhecido pela sociedade brasileira. Isso traz inclusive confiança no futuro do Brasil para os investidores.

Agora mesmo estou recebendo uma grande comissão de investidores da Arábia Saudita; amanhã estaremos com o Presidente do Congresso. Eles querem investir no Brasil. Eu perguntei a eles quais seriam os valores dos projetos. E eles disseram que não existe teto de valor. O importante é que o projeto tenha confiabilidade. Isso é o que o Ministério da Ciência e Tecnologia pode oferecer. Por isso trago aqui o meu entusiasmo e a certeza, Ministro, de que V.Exa. deve olhar mais para a questão da comunicação, principalmente para as pessoas saberem que isso existe. Essa confiança vai trazer oportunidades para o Brasil, mais investimento, seja externo, seja interno, para que possamos criar novas oportunidades. O pós-pandemia exige investimento em todas as áreas, como infraestrutura, mas tudo está baseado na pesquisa e na ciência.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Domingos Sávio. PSDB - MG) - Agradeço ao Senador Wellington Fagundes.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Passo a palavra à Senadora Soraya Thronicke.

A SRA. SORAYA THRONICKE (PSL - MS) - Muito obrigada, Sr. Presidente. Quero cumprimentar todos os colegas e o Ministro Marcos Pontes. E cumprimento também a Cris, que está aqui com toda a sua equipe.

Ministro, quero pedir desculpas por não ter conseguido acompanhar toda a reunião. A nossa agenda aqui é muito puxada nas terças, quartas e quintas. Por isso, eu não tive condições de acompanhar a reunião.

Vou ser breve. Quero parabenizá-lo por seu trabalho e por sua criatividade para conseguir fazer tanto com tão pouco. Entendo que a sua Pasta precisa de grande investimento, precisa desse nosso olhar cuidadoso, pois ela é de extrema importância.

Eu viajei com a Ministra Damares na semana passada, fomos ao Mato Grosso do Sul, meu Estado. S.Exa. me recomendou o filme *Padman*. Trata-se de um filme sobre a vida de um indiano que inventou máquinas para fazer absorventes para as mulheres, um absorvente barato, porque normalmente esse produto é muito caro para se adquirir. Apenas cerca de 18% das mulheres na Índia conseguem comprar absorventes. Então, é um caso de saúde pública, é uma questão muito séria. E, no fim do filme, ele, muito emotivo, faz uma palestra muito interessante na ONU sobre investimento em pesquisa, sobre a valorização da pesquisa. Aqui no Brasil nós temos grandes talentos, mas infelizmente nós acabamos exportando os nossos talentos. Nós precisamos retê-los aqui.

Saiba que, por toda a admiração, a confiança e o carinho que eu tenho por V.Exa., V.Exa. pode contar comigo, pode contar conosco aqui, nesta Comissão Mista de Orçamento.

Peço aos Parlamentares, aos membros desta Comissão, que saibam valorizar e que entendam a importância do investimento em pesquisa científica.

Ministro, muito obrigada pela sua presença.

Sr. Presidente, após as considerações finais do Ministro, eu gostaria de levantar uma questão de ordem, uma questão muito simples e muito rápida, está bem?

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Domingos Sávio. PSDB - MG) - Perfeitamente, Senadora Soraya.

Antes de lhe passar a palavra, Ministro, eu vou aproveitar para apenas acrescentar uma indagação mais no sentido de ver como nós podemos colaborar. No início da exposição sua e de sua equipe, foi mencionado algo que nos preocupa. Nós queremos ver como agir para ajudar a solucionar isso. Refiro-me aos recursos reembolsáveis da FINEP, que são fontes importantíssimas para auxiliar o desenvolvimento da pesquisa. Instituições, entidades e até mesmo empresas podem ter acesso a esses recursos para projetos que são rentáveis e que,





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

depois, são reembolsados, porque são financiados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Isso me deixou preocupado e, na minha fala, eu não pude abordar. Eu gostaria que os senhores nos ajudassem a entender como podemos reagir a isso. Começamos a observar que, embora antes fosse muito comum nós falarmos em projetos financiados pela FINEP, hoje isso parece não estar com a evidência e com a importância que de fato tem.

Aqui nos trouxeram a questão do juro. Ora, um fundo como esse não é um fundo para buscar rentabilidade, lucro. O lucro é a pesquisa. Já é muito saudável que alguém pegue o financiamento para desenvolver a pesquisa e, depois, pague o financiamento. Existem outras razões que poderiam, em tese, justificar um juro um pouco mais alto, como uma taxa de inadimplência muito alta. A isso é preciso ficar atento. Eu acho que, se não tivéssemos uma taxa de inadimplência alta, o juro, se possível, deveria ser negativo, deveria ser subsidiado, para que nós pudéssemos, efetivamente, ter mais um instrumento de apoio à pesquisa.

Então, eu gostaria de pedir ao Ministro — se isto não puder ser agora, que seja oportunamente; eu estou como Relator setorial, mas isto é algo que eu acho que nem caberia necessariamente na questão do Orçamento, mas sim, num trabalho nosso com o Ministério da Economia — que coloque essa taxa em patamares atrativos e, obviamente, se for necessário, tome as providências para assegurar que a inadimplência esteja em níveis razoáveis — o ideal até é que seja zero, mas isso não existe — e que tenhamos mecanismos de garantia. Aliás, temos. A FINEP tem garantia real. Quem faz uma tomada de empréstimo na FINEP tem que depositar garantia real, o que dá, no meu entendimento, uma perspectiva de inadimplência próxima de zero.

Soube, há algum tempo, que havia certa letargia na estrutura da FINEP para promover as ações de recuperação desses passivos. Então, isso também é algo que precisa ser visto. A FINEP está proativa, está realmente buscando reaver esses ativos que estão em condições de dívida? Isso são coisas que gostaria de pedir que fossem analisadas e, se possível, colocadas aqui. Senão, estou aberto a ouvi-los.

Acho que aqui temos um público, como foi dito aqui pelo Senador Wellington Fagundes, pela Senadora Soraya Thronicke e pela colega Deputada Dra. Soraya Manato, unânime. Não há uma voz dissonante. Todos queremos incentivar a pesquisa. O senhor chega num dia abençoado, porque o senhor traz a notícia de que estamos avançados para termos quatro vacinas contra a COVID-19 produzidas no Brasil. E nós precisamos ter garantia de orçamento para que isso não pare aí, continue avançando, para que, de fato, tenhamos pesquisa.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

A FINEP é um dos instrumentos para isso, porque uma vacina desenvolvida no Brasil é também um patrimônio econômico para quem a desenvolver. Espero eu até que, no caso daquelas que estejam ligadas a entidades financiadas pelo poder público, possamos ter custos mais módicos de vacina e que elas sejam efetivamente utilizadas por laboratórios públicos. Por exemplo, temos em Minas Gerais a Fundação Ezequiel Dias, que tem toda a *expertise* e pode produzir vacina. Não temos só o Instituto Butantan e o Instituto Oswaldo Cruz. Temos potencial no Brasil para desenvolver produção de vacina em outros laboratórios.

Se temos agora o domínio da tecnologia — eu já aproveito para deixar este alerta, Ministro —, nós precisamos segurar isso aí, porque eu tenho a avaliação de que hoje o custo que o mundo está pagando a essas multinacionais é extorsivo. Aqui não é a CPI da COVID, mas acho que qualquer brasileiro tem a obrigação de questionar isso e de buscar soluções. Pagamos bilhões de dólares. O Brasil está gastando bilhões de dólares com vacina, e tem gente ficando hiperbilionário à custa do sofrimento da humanidade. Isso é doloroso, é até revoltante. Como é que tem gente ficando hipertrilionário com o sofrimento da humanidade, Deputada Dra. Soraya?

Agora recebemos a notícia de que temos quatro vacinas cuja aprovação está em via de ser concluída. Esperamos que elas sejam utilizadas em benefício do povo brasileiro por laboratórios públicos ou, se vierem a ser utilizadas por laboratórios privados, que o sejam com custos módicos, para isso retornar em favor do Brasil. Isso vai ser um grande incentivo para nós podermos brigar por um orçamento mais forte do Ministério e mostrar que isso não é despesa, é investimento.

À questão da FINEP eu acrescento a questão de garantirmos o orçamento para que as vacinas possam ser produzidas no Brasil. O principal benefício é a vida, é salvar vidas, mas também precisamos pensar no benefício econômico que é um país que gasta bilhões de dólares poder ter uma produção com custos mais adequados, já que nós vamos continuar gastando com vacinas todo ano. Ninguém tem a ilusão de que vamos parar de aplicar vacinas para COVID.

Senador Wellington, nós somos veterinários e sabemos como funciona o aparelho imunológico. Temos células da memória, mas elas precisam ser despertadas de tempo em tempo, assim como os nossos linfócitos T — não é, Deputada Soraya? —, senão corremos o risco de haver recidivas de surto dessa doença tão terrível.

Tem a palavra o Ministro Marcos Pontes. *(Pausa.)*

A SRA. DRA. SORAYA MANATO (PSL - ES) - Deputado Domingos Sávio, só gostaria de fazer uma correção.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (PL - MT) - Deputado Domingos Sávio, gostaria de entrar na linha de V.Exa. e dizer para a população que hoje o Brasil tem o maior programa de vacinas de febre aftosa, que estão sendo produzidas há mais de 20 anos com tecnologia totalmente brasileira. Uma vacina de febre aftosa com 5 mililitros, dois vírus, produzida a partir do vírus inativado — esta é uma das linhas que estão sendo desenvolvidas e é o caso da CoronaVac — custa 1 real lá no produtor. Imaginem, com esse desenvolvimento, quanto vai custar. Hoje nós estamos pagando 13 dólares, 15 dólares. Tenho certeza de que chegará a esse ponto de que V.Exa. fala. Economia e saúde para todos!

O SR. PRESIDENTE (Domingos Sávio. PSDB - MG) - Realmente.

Tem a palavra a Deputada Dra. Soraya Manato.

A SRA. DRA. SORAYA MANATO (PSL - ES) - Quero só fazer uma correção rápida, ou melhor, uma complementação ao que V.Exa. falou.

Na Comissão de Seguridade Social e Família, há um projeto de lei para implementar no SUS o Zolgensma, que trata o AME — atrofia muscular espinhal. E uma dose desse medicamento custa 12 milhões aqui no Brasil. Em outros países, custa 300 mil reais. Aí, eu fui ao Ministério da Saúde para saber sobre esse disparate. Ela falou: *"Não, Soraya, sabe o que é?"* Eu perguntei: *"Como, se o Brasil é um país muito mais pobre do que esse?"* *"É justamente por isso, por ser um país pobre com muita gente. E há outra coisa: aqui existe um negócio chamado judicialização."* Então, 40 pessoas estão usando o Zolgensma. Nós não somos contra ele; nós somos contra uma dose de medicação custar 12 milhões. E essa medicação é prescrita, muitas vezes, aqui no País, infelizmente, com algumas irresponsabilidades. É irresponsabilidade, às vezes, de um Deputado colocar no SUS uma vacina dessas, de 12 milhões.

Então, o que vamos trabalhar é: por que em outros países o medicamento é infinitamente mais barato e aqui custa 12 milhões? Pelo que me responderam, é porque aqui existe um negócio chamado judicialização. Então eles põem o preço que eles querem, um preço abusivo. É por isso que essas multinacionais, essas farmacêuticas estão cada vez mais ricas. E, quanto mais epidemias há, mais milionárias elas ficam. É ruim para a população, mas é excelente para eles. O que nos revolta é esse tipo de coisa que eles fazem com um país como o nosso e com muitos outros.

Era essa a complementação.

O SR. PRESIDENTE (Domingos Sávio. PSDB - MG) - Senadora, eu tenho uma proposta de emenda à Constituição... *(Risos.)*

V.Exa. é Deputada. Quero ver duas Sorayas Senadoras aqui em breve!





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Deputada Soraya, eu fiz uma proposta de emenda à Constituição porque isto é matéria que está na Constituição; saúde é direito de todos. Tentamos fazer isto por projeto de lei, mas aí estaríamos ferindo a Constituição, porque pareceria que estaríamos tirando o direito da saúde, e ninguém está querendo tirar o direito da saúde. Mas eu complementei, com a minha iniciativa e com o apoio de um número adequado de colegas, propondo que nós temos que incluir na Constituição, no capítulo da saúde, quando trata da questão do critério de utilização do recurso da saúde, que a judicialização só pode ocorrer com o juiz, antes de se manifestar, conhecendo a disponibilidade do recurso orçamentário e com um laudo feito por uma junta médica que esteja assessorando o Conselho Municipal de Saúde daquela comarca, porque, de fato, essa é outra fonte de exploração. E é uma exploração feita de forma covarde durante um momento de desespero da família. Qual de nós Deputados não recebe o pedido desesperado de um paciente que precisa de um remédio de 10 milhões de reais? Aí vira vaquinha na Internet, vira um pesadelo. Esse remédio não é previsto no SUS, e V.Exa. ainda nos traz essa notícia. O remédio custa 12 milhões aqui no Brasil e alguns mil reais, ainda que sejam 200 mil ou 300 mil reais, num outro lugar. Então, é roubo usar a vida das pessoas para ganhar dinheiro criando expectativas de um milagre. Muitas das vezes, compra-se o remédio com a judicialização, mas, infelizmente, perde-se o paciente. Então, é preciso enfrentar isso.

É oportuna a presença do Ministro, porque acho que seu Ministério deveria ter uma parceria intensa com o Ministério da Saúde para financiar laboratórios brasileiros e definir melhor essa pauta, principalmente, nas áreas da oncologia e das doenças raras. É preciso que nós tenhamos fundamentação científica para dizer o porquê de o SUS não incluir esse ou aquele medicamento, especialmente numa situação como essa, que envolve bilhões e bilhões de reais, ou, se possível, produzir o genérico aqui. É possível? Ele custa 12 milhões? É possível curar com esse remédio de 12 milhões? Vidas não têm preço. Vamos fazer um genérico dele aqui. Vamos fazer um genérico desse produto de 12 milhões aqui, num laboratório público. É um apelo que eu faço ao senhor, Ministro. Vamos gastar dinheiro público para desenvolver genérico, acabando com essa indústria do roubo em cima da vida humana, porque isso é covarde. Ninguém tem a coragem de dizer "não". Eu fico desesperado. O máximo que eu consigo fazer é participar da vaquinha virtual, é ajudar. Vou fazer o quê? Alguém aqui tem condição de comprar um medicamento que custa 12, 15, 20 milhões de reais cada vez que alguém faz esse pedido? É preciso fazer uma análise que vocês médicos fazem muito bem. Quantas outras vidas vão morrer por falta de medicamento básico se gastarmos o dinheiro da saúde sem critério?





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Agradecendo a participação e a colaboração de todos os colegas, eu peço ao Ministro que, respondendo, faça as suas considerações finais, porque, na sequência, nos entraremos em outra pauta, com a questão de ordem que a Senadora já nos avisou que deseja apresentar.

Tem a palavra, para responder e fazer suas considerações finais, nosso Ministro Marcos Pontes.

O SR. MINISTRO MARCOS PONTES - Obrigado, Deputado.

Eu vou começar, então, pelas perguntas da Deputada Soraya com relação ao RMB. Esse é um projeto estratégico. A vantagem de se ter o FNDCT agora... Eu estou ressaltando de novo o FNDCT porque este ano ele está em processo transitório, mas, a partir do ano que vem, ele precisa estar em regime. Isso vai permitir que o setor de ciência, tecnologia e inovações tenha um orçamento garantido para projetos e que nós trabalhemos em grandes estruturas de ciência, como o RMB, o Sirius, o Centro Nacional de Vacinas e outros.

O RMB é um projeto de 2008, feito em parceria do Brasil com a Argentina. A Argentina avançou bastante no lado dela; nós não avançamos. É um projeto feito em parceria com vários Ministérios, porque logicamente atende a interesses de vários Ministérios. O Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações é, vamos dizer assim, a caixa de ferramenta que conduz isso, mas também interessa ao Ministério da Agricultura, ao Ministério do Meio Ambiente, ao Ministério da Economia, ao Ministério de Minas e Energia, ao Ministério da Defesa. Idealmente, deveria haver recursos colocados por esses diversos Ministérios no sentido de empurrar esse projeto por trás. Na verdade, o Ministério de Ciência e Tecnologia tem feito esses aportes ali com todas as dificuldades, mas nós não tivemos outros aportes. Esse é um ponto.

Eu pedi que fosse incluído esse projeto agora nos estudos das comissões técnicas do FNDCT. Lembro que o FNDCT tem toda uma governança própria: tem os comitês técnicos, depois tem um intermediário e depois tem o Conselho Diretor, que é o que decide. Depois de todos esses projetos serem aprovados, eles vão para o Conselho Diretor, e, ali, damos a aprovação final. Mas, primeiro, eles são todos analisados por técnicos.

Pelo que eu sei, nós já passamos por vários comitês técnicos nessas semanas, aprovando projetos para o FNDCT para este ano e para o ano que vem, e o RMB está entre eles, aprovado, com um valor inicial ainda pequeno, de em torno de 10 milhões. Ele vai custar algo em torno de 2 bilhões, 1,6 bilhões, mas vale a pena. Quando se fala em 1,6 bilhões, parece um valor gigantesco, mas, pela utilidade, esse investimento é muito bom.

Para quem não conhece a RMB — Reator Multipropósito Brasileiro, registro que ele serve para dar a base do gerador do motor do submarino da Marinha, para fazer radiofármacos na saúde, para dar a base para isótopos, para vários tipos de testes, ensaios não destrutivos,





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

também para a indústria. Ele também serve para criar geradores pequenos, reatores nucleares para estabilizar o *grid* de energia elétrica do País, espalhados. Não vamos ter mais problemas depois com falta de água, etc., porque ele vai poder estabilizar tudo isso com pequenos reatores, ou seja, é um projeto excelente.

Eu pedi que se fizesse primeiro uma análise do projeto anterior para ver como ele está e para melhorá-lo com as novas tecnologias. De 2008 até agora, teve evolução de tecnologia. Vamos ver como é que vamos fazer isso para disparar o projeto no final. Então, ele está nessa base agora.

Respondendo à pergunta do Deputado Toninho, realmente eu quero ir lá, sim. Eu quero ir a São Mateus do Sul para conhecer.

Temos incentivado muito o desenvolvimento de centros de desenvolvimento de tecnologias específicas nas regiões. Nós estamos com o INSA — Instituto Nacional do Semiárido, criando no Nordeste, em Campina Grande, o Centro de Tecnologia do Semiárido para Energias Renováveis, para estudar especificamente células fotoelétricas, todo o sistema de geração eólica, sistema de hidrogênio, hidrogênio verde. Precisamos desenvolver tecnologias para energias renováveis e uma série de outras. E conhecer um laboratório sempre me traz boas perspectivas de possibilidade de utilização.

Com relação à formação técnica, ponto que eu anotei aqui, precisamos aumentar a formação técnica no Brasil, com escolas técnicas. Com escolas técnicas, tiramos os jovens das ruas para dar a eles uma oportunidade de vida. Estou falando por experiência própria. Meu pai era servente de serviços gerais, era faxineiro de empresa. Eu fiz quatro cursos técnicos do ensino médio. Aquilo me tirou da rua e me deu uma profissão. Então, os cursos técnicos têm que ser incentivados. Muitas áreas precisam muito disso. É preciso um plano nacional para formação técnica no País. O Ministério tem algumas propostas. Eu tenho falado com o Milton também, mas é uma coisa que temos que fazer em conjunto. Nós, sozinhos, não temos como fazer. Temos que fazer isso em conjunto com os Estados, os Municípios, etc.

Quanto à transformação de *commodities*, nós temos no Ministério a estratégia de materiais avançados, a qual já apresentamos. O Brasil, hoje em dia, tem a maior usina de produção de grafeno da América Latina. Nós temos a melhor tecnologia de produção de nióbio do planeta Terra aqui no Brasil. Essa transformação de *commodities*, transformação da mineração em produtos — não falo só dos intermediários, mas de tirar a grafita, transformar aquilo em grafeno e depois transformar isso em produtos —, é um passo importantíssimo.

Nós fizemos uma feira em Caxias do Sul já com 16 empresas com produtos de grafeno. Agora nós vamos fazer uma em Campinas, no Sirius, sobre produtos de nióbio também. E





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

estamos trabalhando na superbateria de nióbio e grafeno. Deixem-me fazer só uma menção técnica. As baterias funcionam geralmente com lítio, óxido de lítio, que produz elétrons de um lado e os consome do outro — anodo e catodo. O lítio tem tendência a esquentar muito. Tentar fazer um movimento muito grande com os elétrons causa aquecimento ou explosão de baterias, dependendo do tipo de carga que se coloque. Quando se coloca nióbio junto ao lítio ali, ele permite a produção de mais elétrons e um maior consumo de elétrons, primeiro. Se se coloca o grafeno junto a isso, ele permite a condução mais rápida e evita a transferência por dendritos do catodo para o anodo, o que reduz o tempo de vida útil da bateria. Ao se fazer o ciclo de carga e recarga 500 vezes, a bateria acaba. Essas superbaterias vão carregar muito rápido, sem risco de explosão, e descarregar lentamente. Elas têm um poder de carga muito grande e podem ser carregadas e descarregadas milhares de vezes. Então, isso também está sendo feito com nióbio e grafeno, assim como com terras raras, para a produção de supermagnetos. Com o nióbio e o titânio, por exemplo, produzimos também supercondutores, que ajudam muito na produção de energia eólica e outras coisas no País. É importante vermos isso, porque isso precisa ser feito no Brasil.

Sobre a vacina no Paraná, ela está no contexto, ela vem avançando, assim como as outras. Temos investido na produção dessas tecnologias. Hoje, foram qualificadas uma vacina de São Paulo, que é a Versamune MCTI; uma vacina de Minas Gerais, que é a Spintec MCTI UFMG; uma de mensageiro RNA do CIMATEC da Bahia, que é a RNA MCTI CIMATEC HDT; e uma da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Isso é uma qualificação para, depois das documentações corretas, elas serem financiadas nos testes de fases I e II. E agora temos outras chegando, o que vai ser muito bom para o País.

Deputado Bosco, obrigado por suas colocações. É importante o foco. Realmente, precisamos ter foco. Enquanto o senhor estava falando, eu anotei algumas coisas que temos feito no Ministério. Desde o início, como estruturamos o Ministério? Por isto eu falei que temos um carro de fórmula 1 esperando o combustível agora. Quando estruturamos, nós nos perguntamos, primeiro, o seguinte: qual é o problema para o País? Fizemos todo um estudo a respeito do País e do planeta sobre o cenário. A partir daí, veio a visão do que queremos. Agora estruturamos também o CCT — Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia, de forma que tenhamos a visão daqui a 5 anos, 10 anos. Como queremos a ciência daqui a 5 anos, daqui a 10 anos? Essa é a visão macro.

A partir daí, temos o desenvolvimento da estrutura do Ministério. Foi feita a renovação da estrutura, para permitir que a coordenação dos vários setores de ciência e tecnologia do País seja feita rapidamente. Eu tenho reuniões periódicas com as Secretarias de Ciência e





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Tecnologia dos Estados, com as superintendências, com as fundações de amparo à pesquisa, etc. Nós criamos também a Torre MCTI, que é um conjunto de redes que conecta partes de projetos, como, por exemplo, a parte de suporte, com recursos, certificação, patente, gerenciamento de emprego, gerenciamento de projetos, em que entram FINEP, CNPq, EMBRAPA, INMETRO, INPI, uma série de instituições de suporte; uma rede de formação, porque é importante a formação de pessoal; uma rede de pesquisa, que conecta todos os laboratórios de pesquisa do País; uma rede de inovação, que conecta espaços de formação e parques tecnológicos; e uma rede de produtos, as grandes empresas demandantes de tecnologia. Quando falamos assim, é difícil compreender a importância deste sistema, mas é um sistema operacional do Ministério que vai permitir, por exemplo, que uma *startup* lá em Tefé, com dois engenheiros, que tenha sido, como produto, considerada essencial receba financiamento e tenha pesquisadores e laboratórios à disposição no País inteiro. Nós vamos energizar esse desenvolvimento de pesquisa para transformar em produto em todo o Brasil.

Nós falamos aqui de orçamento. Isto não tem a ver com o tema aqui, mas um dos pontos importantes é pessoal. Nós precisamos — eu tenho falado isto bastante — ter um sistema para que possamos repor os pesquisadores no País. Os pesquisadores estão se aposentando. Existem institutos de pesquisa que vão parar por falta de pesquisadores, porque não há concurso público. Precisamos repor os pesquisadores de alguma forma. Então, eu tenho feito estudos. Ontem eu conversei com um fórum do pessoal de ciência e tecnologia. Precisamos achar soluções em conjunto para isso aí.

Mas há muita coisa boa acontecendo dentro desse sistema como um todo também.

Às perguntas do Senador Wellington Fagundes eu vou responder depois, mas um ponto que eu queria ressaltar é sobre o Centro Nacional de Vacinas, que vai revolucionar o País, porque, a partir desse centro nacional, nós vamos poder coordenar esse trabalho. Lembro sempre que trabalhamos com ciência, tecnologia e inovação; o Ministério da Saúde faz a aplicação disso na população, por meio da política pública de saúde. Mas, nesse desenvolvimento, nós notamos grande dificuldade em ver a pesquisa se transformar em produto realmente. Então, esse centro vai fazer esse casamento entre a parte privada e toda a parte de pesquisa, todos os testes clínicos, ou seja, vai ser um tipo de Oxford brasileira, o que é muito importante, lá em Minas Gerais, junto à Universidade Federal de Minas Gerais.

Vou responder às perguntas da Senadora Soraya, mas, primeiro, agradeço-lhe os comentários. Daqui a pouco vou dar um pulo na CAPES para cumprimentar os que estão participando da reunião do Conselho que está acontecendo lá. É importante esse trabalho em conjunto com o CNPq e a CAPES, é extremamente importante, inclusive para reter talentos no





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Brasil. E, nesse sistema, o fato de termos projetos estruturantes grandes, como o Sirius, o FNDCT, o RMB, possibilita que tragamos pesquisadores de fora para trabalhem no Brasil. Vai ser uma reversão nesse sistema. Ao colocarmos um laboratório de Biossegurança 4 ao lado do Sirius vamos criar uma instalação única no planeta. Poderemos analisar vírus de altíssima letalidade e, ao mesmo tempo, ver o vírus em ação com o Sirius. Não há isso em nenhum outro país. Já estamos recebendo ligações de outras entidades grandes, como o Galveston, por exemplo. Na parte de laboratório NB4, eles querem ser nossos parceiros, para também poderem usar essa estrutura. Então, nós vamos reverter esse sistema.

Nós não temos recursos para comunicação. Eu queria ter mais recursos para poder fazer propaganda. Nós usamos o Youtube e outras redes sociais, mas elas não têm o alcance necessário. Precisamos mostrar mais o Ministério. Há tanta coisa sendo feita! Então, repito: no *site* do Ministério, no domínio *gov.br*, há uma parte de entregas, há uma série de coisas, há um monte de projetos e programas bacanas, que o pessoal precisa conhecer. E isso acaba até atraindo mais emendas, porque nós podemos trabalhar nos Municípios e nos Estados, sem dúvida nenhuma.

Deputado, finalmente, eu queria agradecer, e muito, esta oportunidade de falar. Desculpe-me por às vezes falar bastante, mas é porque eu me empolgo. Essa é uma área importantíssima para o País. Eu tenho dedicado a minha vida inteira a isso, e, nesse trabalho que tenho feito no exterior — são mais de 20 anos trabalhando com a NASA, com a ONU —, vejo quanta coisa o Brasil pode fazer. O Brasil tem que ser protagonista no planeta. Nós temos todas as condições para isso.

Então, quanto a essa questão dos recursos reembolsáveis, por exemplo, a questão da TJLP, isso precisa realmente ser resolvido. Baixando a TJLP, nós vamos poder oferecer um recurso mais barato para investimento das empresas. Além disso, nós vamos reduzir aquela compensação que tira o dinheiro do não reembolsável. Isso tem que ser visto, realmente.

A FINEP tem tido uma gestão muito boa com o General Barroso. Eles enxugaram bastante a FINEP, que está muito mais ágil. Retiraram uma série de passivos que existiam. Ela inclusive mudou de prédio. Por incrível que pareça, pagavam 28 milhões de reais por ano de aluguel em um prédio, e isso tendo um prédio próprio! Eles fizeram uma reforma e se mudaram para o prédio próprio. Estão economizando 28 milhões de reais por ano, que podemos colocar em projetos extras. E é um prédio sensacional o deles — já fui lá várias vezes —, fica ali no Flamengo, no Rio de Janeiro. Então, a gestão da FINEP tem sido enxuta.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Mas, como essa questão da TJLP não depende da FINEP, nós realmente precisamos de ajuda para mudar isso aí, ou por meio de lei, ou por meio de medida provisória — principalmente por meio de lei.

Quanto a vacinas mais baratas, isso é essencial. Quando fui à OMS e apresentei o que o Brasil tem, os desenvolvimentos do Ministério no combate à pandemia pela Rede Vírus, eu vi que o pessoal ficou superinteressado. Eles talvez estivessem esperando que eu fosse pedir alguma coisa. Eu falei assim: *"Não, eu vim aqui para oferecer a nossa infraestrutura, para poder ajudar a OMS como um hub de tecnologia na América do Sul"*. Imediatamente eles ficaram muito satisfeitos com isso. Eles precisam disso, principalmente para baratear o custo. O que acontece hoje em dia é que os países ricos têm muito mais acesso a vacinas e a outras coisas do que os países mais pobres. E nós temos a tecnologia. O País tem que assumir a responsabilidade perante o planeta de levar essa tecnologia aos outros, para poder ajudar os outros países. Então, isso foi o que eu coloquei lá. Nós temos tudo para fazer isso.

Quanto à produção de vacina nacional, o fato de a tecnologia ser nacional possibilita que, se existirem mutações que podem escapar da vacina, nós a modifiquemos rapidamente. Como se trata de um processo interno, podemos negociar rapidamente o preço das vacinas, fabricando, quando necessário, uma parte pública, para zerar, aliás, não zerar, porque existem os custos de produção, mas reduzir ainda mais esses valores.

Em relação ao tratamento de doenças raras, temos em Uberlândia, no Estado de Minas Gerais — pouca gente sabe que criamos isto —, o Centro Nacional de Tecnologias para Pessoas com Deficiência e Doenças Raras. A ideia é baixar o preço das tecnologias assistivas, que são extremamente caras. Não foi falado aqui, mas vejam o preço de uma cadeira de rodas com motor. Então, isso serviria para baixar o preço dos produtos e melhorar a eficiência disso, com a tecnologia que temos no País. Poderíamos também usar nossa infraestrutura para trabalhar com doenças raras.

Temos duas estratégias no Ministério, uma para vacinas e outra para medicamentos nacionais. Temos tudo para criar isso. Inclusive vamos ter um problema sério no futuro com superbactérias. Precisamos desenvolver novos antibióticos no planeta, e o Brasil pode participar disso. Temos a coleta de ativos, por exemplo, da Amazônia. Estamos criando 50 laboratórios remotos na Amazônia, por meio do projeto Sistema Amazônico de Laboratórios Satélites — SALAS. A coleta de ativos e a produção de moléculas de medicamentos passa pelo Centro Nacional de Medicamentos, ocorrendo depois a distribuição para as empresas fabricarem medicamentos no Brasil.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Então, há muita coisa sendo feita. Eu queria, de novo, agradecer muito esta oportunidade aqui. Também faz parte de fazer a propaganda do Ministério a oportunidade de falar aqui para o pessoal poder conhecer o nosso trabalho.

Agradeço ao Congresso pelo apoio, ressaltando a importância do PLN 16, sobre radiofármacos e recursos do FNDCT, que vai passar por aqui agora.

Obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Domingos Sávio. PSDB - MG) - Nós é que lhe agradecemos, Ministro. V.Exa., como sempre, foi brilhante na sua exposição, pela sua competência, pelos conhecimentos que tem da área e também pelo seu espírito público, que fica muito evidente nessa sua manifestação no sentido de que o Ministério, a ciência e a tecnologia têm que estar a serviço da vida, a serviço dos mais pobres, que não têm acesso, às vezes, àquilo que se pode importar.

E, mais do que isso, achei fantástica a sua colocação de que nós brasileiros temos que exercer esse protagonismo para resolvermos os nossos problemas e sermos os grandes parceiros de países que estão numa condição pior do que a nossa, que não são poucos. Alguns bilhões de seres humanos neste planeta estão perdendo a guerra, e não é só a guerra do Afeganistão, que está hoje em evidência e que nos deixa a todos muito infelizes ao ver a brutalidade humana, a falta de humanidade. Infelizmente, nós sabemos que muitos estão perdendo também a guerra para os vírus, para as bactérias, para as doenças, e nós precisamos estar prontos para contribuir para uma melhor condição de vida no planeta.

Quero agradecer-lhe imensamente e dizer que, como Relator Setorial da parte do Orçamento que cuida de ciência e tecnologia e também de comunicação, eu vou me colocar à sua disposição. Espero que possamos agendar uma reunião para os próximos dias, tão logo chegue aqui a peça orçamentária — não sei nem se já chegou —, o que está previsto para hoje ou amanhã, que é o limite constitucional. Coloco-me à disposição e solicito que marquemos lá no Ministério uma reunião, para que possamos fazer, a várias mãos, o que pode ser feito para aprimorar, para ampliar, para melhorar o Orçamento. Eu lhe agradeço e o deixo à vontade com a sua equipe. Muito obrigado, Ministro. Muito obrigado a todos da sua equipe.

Antes de concluir os trabalhos, vamos ouvir a Senadora Soraya Thronicke.

A SRA. SORAYA THRONICKE (PSL - MS) - Obrigada, Ministro, mais uma vez.

Sr. Presidente, com base no art. 131 do Regimento Comum do Congresso Nacional, combinado com inciso VII do art. 15 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, apresento a seguinte questão de ordem, perguntando: a) se há e se já está publicada a relação dos Relatores Setoriais para o Projeto de Lei Orçamentária para 2022, conforme preceitua o





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

art. 71 do Regulamento Interno da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização; b) se foram publicados os ofícios dos Líderes indicando os Relatores Setoriais ao PLOA 2022, conforme demanda o inciso VI do art. 16 da Resolução nº 1, de 2016, do Congresso Nacional; c) se as designações para as Relatorias Setoriais obedeceram ao disposto no inciso VI do art. 16 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional.

É essa a questão de ordem.

Eu sei que esta não é uma reunião deliberativa, mas eu vou protocolar agora na Secretaria da Comissão essa questão de ordem, para que a Presidente ou o eventual Presidente possa deliberar a respeito dela, porque não tivemos mais nenhuma reunião. O nosso bloco no Senado Federal está aguardando ansiosamente que essa questão de ordem seja resolvida.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Domingos Sávio. PSDB - MG) - Obrigado, Senadora Soraya. Eu lhe agradeço, porque acredito que a sua questão de ordem acaba sendo importante para toda esta Comissão. Porém, por esta não ser uma reunião deliberativa e também, é claro, num gesto de respeito à nossa Presidente, eu vou recolher formalmente a questão de ordem proferida por V.Exa., registrá-la em ata e encaminhá-la à Presidente, para que ela oportunamente possa responder-lhe.

Agradeço a participação de todos os colegas Deputados e Senadores e do Sr. Ministro.

Foi cumprida a finalidade da reunião convocada a requerimento da Senadora Rose de Freitas. Não só por ser o Relator Setorial, mas também atendendo à solicitação dela, tive o privilégio de presidir esta reunião e de ouvir a exposição do Sr. Ministro da Ciência, Tecnologia e Inovações.

Agradeço mais uma vez a todos os que participaram e a todos os que nos acompanharam pelos canais da TV Câmara.

Está encerrada a sessão.

ATA DA NONA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 56ª LEGISLATURA, DA COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO, REALIZADA NOS DIAS 28 E 29 DE SETEMBRO DE 2021.

Aos vinte e oito dias de setembro de dois mil e vinte um reuniu-se, de forma semipresencial, a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no Anexo II, Plenário 02 da Câmara dos Deputados e, virtualmente, por meio da plataforma zoom. Foi registrada a presença dos Senhores - **Deputados**





CONGRESSO NACIONAL

Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Titulares: Adolfo Viana, André Figueiredo, Arnaldo Jardim, Arthur O. Maia, Bosco Costa, Carlos Zarattini (remotamente), Charles Evangelis, Daniel Almeida, Domingos Sávio, Eduardo Costa, Flávia Moraes, Gilberto Abramo, Hildo Rocha, Hugo Leal, Jhonatan de Jesus, José Guimarães (remotamente), Júnior Mano, Luciano Ducci, Mário Negromonte Jr., Marx Beltrão, Paulo Azi, Sanderson, Sergio Souza, Uldurico Junior e Zé Carlos; - **Senadores Titulares:** Angelo Coronel, Carlos Fávaro, Izalci Lucas, Oriovisto Guimarães, Rose de Freitas, Simone Tebet e Wellington Fagundes (remotamente); - **Deputados Suplentes:** Adriana Ventura, Alceu Moreira, Átila Lins, Beto Faro, Caroline de Toni, Célio Moura, Célio Silveira, Dagoberto Nogueira, Danilo Forte, Domingos Neto, Dra. Soraya Manato, Gelson Azevedo, Hercílio Coelho Diniz, João Carlos Bacelar, Júnior Ferrari, Juscelino Filho, Orlando Silva, Ossesio Silva, Pedro Lupion, Robério Monteiro, Rodrigo Coelho, Weliton Prado, Wilson Santiago e Zeca Dirceu; - **Senadores Suplentes:** Esperidião Amin, Soraya Thronicke e Vanderlan. Foi registrado o comparecimento dos parlamentares não integrantes da Comissão: - Deputados: Alexandre Leite, Aline Gurgel, Claudio Cajado, Pedro Vilela e Ricardo Izar. Registrou-se a **ausência** dos membros titulares: Deputados: André Fufuca, Coronel Tadeu, Genecias Noronha, Gonzaga Patriota e Osires Damaso; Senadores: Alessandro Vieira, Jean Paul Prates, e Weverton. O Senador Elmano Férrer teve sua ausência justificada e deferida pela Presidente da CMO. **ABERTURA:** às quatorze horas e vinte e oito minutos, do dia vinte e oito de setembro de dois mil e vinte um, e havendo número regimental conforme estabelecido no *art. 134 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional*, os trabalhos foram abertos pela Presidente, Senadora Rose de Freitas, que informou que a reunião estava ocorrendo de forma semipresencial, com parlamentares presentes no plenário e parlamentares participando de forma virtual através da plataforma zoom. Em seguida, havendo quórum para deliberação, conforme o *art. 12 do Regimento Comum do Congresso Nacional*, consultou o plenário a fim de que fosse dispensada a leitura das Atas da 8ª Reunião Deliberativa Extraordinária, realizada no dia 11/08/2021, da 4ª Reunião de Audiência Pública, realizada no dia 17/08/2021, da 5ª Reunião de Audiência Pública, realizada no dia 18/08/2021 e da 6ª Reunião de Audiência Pública, realizada no dia 31/08/2021. A leitura das Atas então foi dispensada e em votação, as Atas foram APROVADAS. **EXPEDIENTE:** A Presidente solicitou que fossem declarados como lidos os expedientes recebidos pela Comissão, do dia 11 de agosto, até a presente data, tendo em vista que essas informações se encontram publicadas na página da CMO na internet. Em seguida, fizeram uso da palavra a Deputada Carmen Zanotto e o Senador Esperidião Amin sobre o descontentamento de ambos a respeito da votação do PLN 15/2021-CN ocorrida na Sessão Deliberativa do Congresso Nacional, no dia anterior. A Presidente explicou alguns pontos sobre a votação, informou que gostaria de ouvi-los melhor sobre o ocorrido e pediu esclarecimentos ao Deputado Juscelino Filho, que foi o Relator do PLN 15/2021-CN. O Deputado Juscelino Filho, então, justificou os fatos relacionados à votação do PLN 15/2021 no Congresso Nacional. Às quatorze horas e cinquenta e um minutos a Presidente Rose de Freitas decidiu suspender a reunião por quinze minutos a fim de buscar mais esclarecimentos junto ao Líder do Governo. Às quatorze horas e cinquenta e nove minutos o Segundo Vice-Presidente, Senador Izalci Lucas, reabriu os trabalhos iniciando a ordem do dia com a deliberação do Item 2 da pauta. Antes, porém, passou a palavra à Senadora Soraya Thronicke, que informou ter levantado Questão de Ordem na última reunião de audiência pública e pediu ao presidente em exercício que fizesse a leitura da resposta para que ela pudesse dar continuidade aos trâmites. O Vice-Presidente procedeu à leitura da resposta e a Senadora Soraya Thronicke recorreu. O Presidente em exercício recebeu o recurso e informou que o encaminhará à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal, de acordo com o *parágrafo primeiro do Art. 132 do Regimento Comum do Congresso Nacional (RCCN)* e, antes de passar a direção dos trabalhos à Senadora Rose de Freitas, prestou esclarecimentos quanto à questão de ordem levantada pela Senadora Soraya Thronicke. Às quinze horas e onze minutos a Presidente Senadora Rose de Freitas retomou a condução dos trabalhos solicitando autorização do Plenário para a inversão da pauta, conforme o *parágrafo único do Art. 34, do RCCN*. A





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

inversão foi acatada. **ORDEM DO DIA: Item 2** – Apreciação do **Projeto de Lei nº 11/2021-CN**, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor das Justiças Federal, Eleitoral e do Trabalho e do Ministério Público da União, crédito suplementar no valor de R\$ 18.004.050 (dezoito milhões, quatro mil e cinquenta reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente." Voto: pela aprovação do Projeto de Lei na forma apresentada pelo Poder Executivo. Ao Projeto não foram apresentadas emendas. O Relator, Deputado José Guimarães, remotamente, fez a leitura do relatório. Foi aberta a discussão, porém a Presidente a encerrou por não haver ninguém para discutir. Em votação, a matéria foi **APROVADA** na representação de ambas as Casas. **Item 3** – A Presidente propôs a quebra do interstício de 2 (dois) dias úteis contados da publicação do Relatório, conforme previsto no *Art. 128 da Resolução 1/2006-CN*. Aprovado. Apreciação do **Projeto de Lei nº 18/2021-CN**, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Ciência, Tecnologia e Inovações e da Justiça e Segurança Pública, crédito especial no valor de R\$ 16.764.966 (dezesseis milhões, setecentos e sessenta e quatro mil, novecentos e sessenta e seis reais), para os fins que especifica". Voto: pela aprovação do Projeto de Lei na forma apresentada pelo Poder Executivo. Ao Projeto não foram apresentadas emendas. A Relatora, Deputada Dra. Soraya Manato, solicitou autorização para fazer somente a leitura do voto. A Presidente iniciou a discussão, mas não havendo quem quisesse discutir, ela a encerrou. Em votação, o Relatório foi **APROVADO** na representação das duas Casas. Apreciação dos Itens **4 e 5** – A Presidente consultou o Plenário sobre a possibilidade de votação dos Requerimentos, a despeito do previsto no *Art. 128, da Resolução nº 1, de 2006-CN*, quanto à quebra de interstício de 2 (dois) dias úteis contados da publicação das matérias. Aprovado. Apreciação do **Requerimento nº 23/2021** - que "requer encaminhamento de solicitação ao Excelentíssimo Sr. Ministro-Relator Aroldo Cedraz de Oliveira, do Tribunal de Contas da União (TCU), para concessão de acesso aos autos do TC 014.379/2021-0" e **Requerimento nº 24/2021** - que "requer encaminhamento de solicitação ao Excelentíssimo Sr. Ministro-Relator Walton Alencar Rodrigues, do Tribunal de Contas da União (TCU), para concessão de acesso aos autos do TC 000.797/2021-9". A presidente concedeu a palavra ao autor dos requerimentos, Deputado Hugo Leal, que fez suas justificativas. Foi aberta a discussão e a Deputada Adriana Ventura fez uso da palavra, parabenizando o autor dos requerimentos. Encerrada a discussão, as matérias foram para deliberação. Os requerimentos foram **APROVADOS** na representação da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Apreciação do **Item 1: Proposta de Instrução Normativa 2/2021** – que "Regula os procedimentos para apresentação de emendas de bancada estadual e atualiza a denominação e composição da área temática X – Economia. A presidente concedeu a palavra ao Deputado Hugo Leal que fez a apresentação da matéria a qual recebeu uma emenda de autoria da Deputada Adriana Ventura. Em discussão, fizeram uso da palavra os Deputados Wilson Santiago, Alexandre Leite, Arnaldo Jardim, Danilo Forte, Hildo Rocha, Dra. Soraya Manato e o Senador Izalci Lucas. Às dezesseis horas e sete minutos, a Senadora Rose de Freitas decidiu suspender a reunião, em virtude do início da Sessão ordinária do Senado Federal, conforme o parágrafo único do *Art. 107 do Regimento Interno do Senado Federal*. Antes, porém, convocou reunião do Colegiado de Lideranças Partidárias com assento na CMO para o dia seguinte, quarta-feira, às dez horas, e avisou que a reunião deliberativa suspensa teria sua continuação logo após o término da reunião do Colegiado de Líderes. Às onze horas e vinte e três minutos, do dia vinte nove do mês de setembro de dois mil e vinte e um, a Presidente Rose de Freitas reabriu os trabalhos, dando continuidade à discussão da Proposta da Instrução Normativa 2/2021 e concedeu a palavra aos Deputados Danilo Fortes, Carlos Zarattini, Domingos Neto, Wilson Santiago, Hildo Rocha. Encerrada a discussão, o Deputado Hugo Leal fez a leitura do Voto pela aprovação da proposta da forma em que foi apresentada. À emenda, ofereceu voto pela rejeição. Foi apresentado um destaque de autoria da Deputada Adriana Ventura. Em votação, o relatório foi **APROVADO** ressalvado o destaque, com voto contrário da Deputada Adriana Ventura. Esta fez a defesa do destaque. Fizeram uso da palavra os Deputados Domingos Neto e João Carlos Bacelar. O Deputado Hugo Leal ofereceu parecer pela rejeição do destaque. Em votação, o





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

destaque foi **REJEITADO** na representação da Câmara dos Deputados, com votos contrários dos Deputados Carlos Zarattini (remotamente) e Adriana Ventura, e não foi apreciado na representação do Senado Federal, conforme dispõe o *parágrafo primeiro do Art. 43, do RCCN*. Antes de dar continuidade aos trabalhos, a presidente concedeu a palavra aos Deputados Cláudio Cajado, Danilo Forte, Carlos Zarattini (remotamente) e Juscelino Filho. Em seguida a Senadora Rose de Freitas submeteu ao Plenário requerimentos para inclusão na Pauta e quebra de interstício dos 2 (dois) dias úteis para a apreciação dos Relatórios apresentados aos Projetos de Lei nºs 10 e 14/2021-CN e dos Requerimentos nºs 25 e 26/2021 CMO, conforme *Art. 235 do Regimento Interno do Senado Federal e Art. 128 da Resolução nº 1 de 2006-CN*. Em votação a inclusão na pauta e a quebra de interstício foram aprovadas. Apreciação do **Projeto de Lei nº 10/2021-CN**, que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor da Justiça Eleitoral, da Justiça do Trabalho e do Ministério Público da União, crédito especial no valor de R\$ 1.229.972,00, (um milhão, duzentos e vinte e nove mil, novecentos e setenta e dois reais, para os fins que especifica.” Voto: pela aprovação do Projeto de Lei nos termos propostos pelo Poder Executivo. Ao projeto não foram apresentadas emendas. Relatora: Deputada Flávia Moraes. Em razão da ausência da Relatora, foi designado o Deputado Danilo Forte como Relator *Ad hoc*, que fez a apresentação do Relatório. Não houve discussão por não haver quem quisesse discutir. Em votação, o Relatório foi **APROVADO**, nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Apreciação **Projeto de Lei nº 14/2021-CN**, que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor da Justiça Eleitoral, crédito especial no valor de R\$ 944.400,00, (novecentos e quarenta e quatro mil e quatrocentos reais) para os fins que especifica.” Relatora: Deputada Flávia Moraes. Voto: pela aprovação do Projeto de Lei nos termos propostos pelo Poder Executivo. Ao projeto não foram apresentadas emendas. Foi designado como Relator *Ad hoc* o Deputado João Carlos Bacelar que apresentou o Relatório. Não houve discussão. Em votação, o Relatório foi **APROVADO**, nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Apreciação do **Requerimento 25/2021** - que “Requer a realização de Reunião de Audiência Pública para tratar sobre a forma de divisão das emendas de bancada estadual para o Orçamento Anual de 2022.” Autora: Deputada Adriana Ventura que fez a defesa do requerimento. A discussão foi aberta e encerrada por não haver quem quisesse discutir. Em votação, o Requerimento foi **APROVADO**, nas representações de ambas as Casas. Apreciação do **Requerimento 26/2021** - que “Requer a realização de Reunião de Audiência Pública para tratar sobre as emendas do Relator Geral no Orçamento da União.” Autora: Deputada Adriana Ventura, que fez sua justificativa. Não houve quem quisesse discutir a matéria. Em votação, o Requerimento foi **APROVADO**, nas duas representações. Nada mais havendo a tratar, a Presidente encerrou os trabalhos às doze horas e treze minutos, do dia vinte e nove de setembro de dois mil e vinte e um. Para constar, eu, Walbinson Tavares de Araujo, Secretário Executivo, lavrei a presente Ata, que, após a sua aprovação, será assinada pela Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional e encaminhada para publicação no Diário do Congresso Nacional. Os trabalhos foram gravados e, depois de traduzidos, integrarão esta Ata. Senadora Rose de Freitas, Presidente.
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Havendo número regimental, declaro iniciada a 9ª Reunião Extraordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, para apreciação das matérias constantes da pauta.

Informo que a reunião ocorre de forma semipresencial. Pode haver Parlamentares participando de forma presente no plenário e Parlamentares participando de forma virtual através da plataforma Zoom.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Apreciação da ata. Havendo concordância do Plenário, eu proponho a dispensa da leitura das atas das seguintes reuniões: 8ª Reunião Deliberativa Extraordinária, realizada no dia 11 de agosto de 2021; 4ª Reunião de Audiência Pública, realizada no dia 17 de agosto de 2021; 5ª Reunião de Audiência Pública, realizada no dia 18 de agosto de 2021; 6ª Reunião de Audiência Pública, realizada no dia 31 de agosto de 2021.

Caso haja alguma retificação, peço aos Srs. Parlamentares que se manifestem. *(Pausa.)*

As atas estão em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que as aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovadas.

Em votação as atas na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que as aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovadas.

Solicito que sejam declarados como lidos os expedientes recebidos pela Comissão do dia 11 de agosto até a presente data, tendo em vista que essas informações se encontram publicadas na página da CMO na Internet.

Eu queria fazer um apelo. Preciso suspender a reunião por 15 minutos, porque quero ouvir o Senador Esperidião Amin, a Deputada Carmen Zanotto...

A SRA. CARMEN ZANOTTO (CIDADANIA - SC) - Senadora, a senhora me permite...

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Aguarde um minutinho.

E quero ouvir o Relator da LDO, que impreterivelmente estaria aqui.

Eu quero suspender a reunião, para que nós consigamos entender o que aconteceu antes de os senhores se manifestarem — o que eu acho muito justo. E assim também o farei por saber exatamente do teor das declarações que a mim foram colocadas pelo Relator da LDO e todas as correções advindas.

A SRA. CARMEN ZANOTTO (CIDADANIA - SC) - Perfeito!

Senadora, só que são duas pautas, e o Senadora Esperidião Amin tem uma pauta bem importante para o nosso Estado. Eu só queria fazer um apelo a V.Exa. com relação ao PLN 16/21, que trata dos radiofármacos. Nós estamos sem insumos em muitos dos serviços que fazem diagnóstico e tratamento do câncer. Esse PLN precisa ser apreciado por nós nesta quinta-feira.

Então, faço esse apelo a V.Exa., na condição de Presidente, em razão de sua sensibilidade e preocupação com a área da saúde. O Ministro Marcos Pontes, ontem, na nossa Comissão de Seguridade Social e Família, informou que a falta dos radiofármacos se deu em função de não termos aprovado o PLN 16.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

É claro que houve amplo debate. Nós discutimos muito isso. Na semana passada, foi feita uma portaria que recompôs o valor de 19 milhões, mas eles são insuficientes. Além desse PLN 16, nós vamos precisar de outro PLN.

Para eu não me estender, em respeito ao Senador Esperidião, que estava discutindo uma situação complexa do nosso Estado de Santa Catarina, que é o motivo da suspensão dos trabalhos, queria só reforçar esse apelo, porque não podemos não aprovar o PLN 16 nesta quinta-feira.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Informamos a V.Exa. que há o compromisso para que o relatório seja entregue hoje, para que seja votado no tempo que V.Exa. declara.

Eu preciso de 15 minutos, porque o Relator da LDO acabou de chegar.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC) - Mas eu preciso de 3 minutos.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Eu darei a V.Exa. o tempo necessário.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC) - Mas é muito rápido.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Mas precisamos de esclarecimentos.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC) - O meu problema é que se trata de um fato quase consumado. A Deputada Carmen Zanotto está tratando de evitar um problema, o meu é para reclamar de um problema consumado.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Exatamente. Por isso, eu pedi a intervenção de V.Exa., em face do que o Relator havia declarado a esta Presidência. O que V.Exa. declara é tão contraditório que eu precisaria conversar...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC) - Está documentado, Presidente. Eu vou lhe entregar o documento.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Está bem. Eu queria questionar o nosso Relator.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC) - Eu posso voltar a falar. Mas eu quero deixar depositado nas suas mãos e da assessoria o seguinte...

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Pois não.

V.Exa. tem a palavra.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC) - Queria que isso constasse dos Anais da Comissão.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Número um, é a primeira vez que eu participo, ainda como suplente, da Comissão Mista de Orçamento. Nunca pedi, nem agora pedi. O partido me solicitou, e eu aceitei essa missão. Mas sei que uma Comissão Mista de Orçamento tem que considerar os vários pesos, as muitas medidas e as múltiplas necessidades. E o primeiro jogo é o jogo da lealdade. Sem o jogo da lealdade, nós vamos ter uma convivência muito complicada.

O Estado de Santa Catarina, Sra. Presidente, e aqui quero renovar a minha admiração por V.Exa., a quem conheço há um tempo que até não convém dizer, principalmente para uma dama bonita e a quem respeito muito, que é Rose de Freitas. Respeito V.Exa. pelo seu trabalho, pelo seu talento, pela sua dedicação.

Isto posto, Santa Catarina vive a seguinte condição: nós firmamos, no final de agosto, começo de setembro, um acordo depois de 7 horas e 10 minutos de reunião da Comissão de Infraestrutura do Senado — após 7 horas e 10 minutos ininterruptos! — para que o Governo Federal aceitasse 465 milhões de reais, recursos que o Estado de Santa Catarina transferirá para o Governo Federal, para o DNIT, para a execução de obras federais em Santa Catarina que estão sendo conduzidas pelo DNIT, mas cujo vagar insulta a nossa gente.

Esses 465 milhões de reais serão assim distribuídos: 300 milhões, para a BR-470 — ajude-me, Deputada Carmen —; 100 milhões, para a BR-163; 50 milhões, para a BR-280; e 15 milhões, para BR-285. Essa é um sarcasmo! Para a execução dessa rodovia, a rubrica estava zerada no Orçamento da União deste ano — zerada!

A primeira providência efetiva, além de muita conversa, foi o PLN 15 que destinou 15 milhões para o prosseguimento dessa obra. No PLN 20 tem mais 15 milhões, e o Estado de Santa Catarina está doando 15 milhões.

Portanto, realmente, é um insulto ao povo de Santa Catarina saber, depois de votar — porque, antes de votar, eu não sabia — que essa pequena importância foi mutilada no relatório. Está aqui, porque vou deixar com V.Exa. Foi dela capado um bocado de 4 milhões de reais por quem eu não sei.

Esse relatório não estava disponível. Se estivesse disponível, com essa carga emocional de um Estado que está sendo objeto do deboche, se estivesse, eu quero dizer para todos que eu iria às vias de fato. Isso só passaria por cima do meu cadáver. Como passou, eu quero devolver o problema para a senhora.

Isto aqui é o retrato da deslealdade e da desonestidade de quem o fez. Eu não vou retirar essa palavra. É desonestidade de quem o fez! E o que é pior: eu não sabia...





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Então, repito: estou entregando para a senhora os dois avulsos — o avulso do original e o avulso da falcatrua. Isso é uma falcatrua, porque feito à sorrelfa, traiçoeira e debochadamente.

É o que eu lhe peço. Vou levar isso a conhecimento do Plenário do Senado e, a partir da agora, aguardo providências. Não tomadas, eu vou ter que mobilizar a força policial, porque o logro de 4 milhões pode ser, daqui a pouco, um logro maior.

Eu perdi a confiança na tramitação de projetos que tais. Não perdi a confiança em V.Exa. É por isso que estou recorrendo a V.Exa. Se eu não confiasse em Rose de Freitas, eu não estaria me dirigindo à senhora.

Não quero me alongar. Os fatos estão aqui. Aguardo notícias.

De coração, deixo um beijo respeitoso e um abraço muito fraterno.

A SRA. CARMEN ZANOTTO (CIDADANIA - SC) - Presidente Rose de Freitas, quem sabe seja uma luz no fundo do túnel. Nós temos o PLN 30, que tem recurso para as rodovias de Santa Catarina e que deverá ser liberado nos próximos dias...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. CARMEN ZANOTTO (CIDADANIA - SC) - Isso, na quinta-feira, quando será a sessão do Congresso. A partir dessa fala do nobre Senador Esperidião Amin...

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Peço só um momento. Eu faço um pedido ao Senador Esperidião Amin.

Senador Esperidião Amin, nós queremos resolver essa questão. Quero que V.Exa. saiba — eu tenho que interromper V.Exa., mas não faço isso usualmente — que o meu conhecimento não é geral. Aqui interagimos no trabalho. Dirigi-me ao Sr. Relator perguntando se havia espaço para outra proposta para atendimento de qualquer demanda. Ele me respondeu, com todas as letras, que não havia.

Serenamente, portanto, tomei uma atitude que não é da minha prática de aceitar... Todos devem saber que as matérias que deveriam estar aqui há mais de 20 dias não estavam.

Incomodou-me profundamente que essas matérias chegassem na última hora para serem relatadas e colocadas com urgência em Plenário. Já dei minhas declarações sobre esse assunto e disse que isso não acontecerá novamente. Acordei com o Líder e disse que era a única vez que esse fato acontecia pela urgência das matérias que estavam vigendo dentro das PLNs.

Muito bem. Quanto a esse PLN, eu me dirigi ao Relator — e a ele cabe inclusive as correções, as alterações da LDO — e lhe fiz a seguinte pergunta: estou sendo instada por





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

vários Parlamentares e gostaria de saber se nesse PLN é cabível colocar algumas emendas com vista a atendimento de algumas necessidades e prioridades.

Respondeu-me o Relator Juscelino Filho, que goza evidentemente de nossa confiança e nosso respeito: "Não". Houve surpresa de minha parte hoje. Agi como todos. Votei em favor dos PLNs em Plenário, sem que ninguém os tivesse lido. Portanto, aí é muito mais custosa a confiança. Nós votamos.

Hoje me surpreendo com a declaração de um caro colega, brilhante Senador de longas datas — nós não podemos falar quantos anos são, na verdade. E V.Exa. me traz um assunto que colide frontalmente com a declaração que o Relator fez. Tenho apreço a esse Relator, que foi escolhido por todos os colegas na Câmara dos Deputados, mas agora preciso da explicação e sugestão consentânea a esse tema.

Eu pedi 15 minutos. Vou precisar desse tempo para que possamos discutir esse assunto.

V.Exa. pode concluir as suas palavras.

A SRA. CARMEN ZANOTTO (CIDADANIA - SC) - Obrigada, Senadora.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC) - Por ora, muito obrigado. Externo a renovação do meu respeito a V.Exa. e às suas palavras.

A SRA. CARMEN ZANOTTO (CIDADANIA - SC) - Senadora, a preocupação de Santa Catarina é tão grande, conforme a exposição do nobre Senador Esperidião Amin, que a bancada na Câmara também votou o PLN nº 15 sem se dar conta, ou seja, sem ter a informação de que 4 milhões de reais, dos 15 milhões de reais que estavam aportados, haviam sido remanejados para outras rodovias.

O apelo que eu faço, Sra. Presidente, além de não poder ter corte nenhum, em absoluto, no PLN nº 20 dos recursos do Estado de Santa Catarina, é que esses 4 milhões de reais possam estar sendo recompostos já nesta quinta-feira, por dever da União com o Estado de Santa Catarina, para a execução nas rodovias catarinenses, depois de um amplo debate com o Sr. Ministro Tarcísio, por parte da bancada de Santa Catarina como um todo, pela necessidade de que Santa Catarina tem e por, a partir dos recursos próprios, ter colocado recursos em um montante expressivo, como foi aqui relatado pelo Senador Esperidião Amin, a fim de dar continuidade àquelas obras, em especial na BR- 470. Essa rodovia é um verdadeiro caos, que nós podemos chamar de rodovia da morte, em função das dificuldades de trafegabilidade que lá nós temos.

Seria o mínimo a fazer, além da explicação do motivo de ter sido remanejado, ou seja, que seja recomposto já no PLN nº 20.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Eu faço esse apelo ao nobre Relator, para que isso seja já para quinta-feira agora, porque as explicações que nós teremos agora...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. CARMEN ZANOTTO (CIDADANIA - SC) - Mas isso tem que ser resolvido aqui.

O SR. JUSCELINO FILHO (DEM - MA) - Senador Esperidião Amin, por favor. V.Exa. me permite?

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Com a palavra o Relator.

Mas eu gostaria de utilizar os 15 minutos aqui, para que nós pudéssemos conversar e nos entender, porque aquilo que é apalavrado não pode ser "desapalavrado".

Com a palavra o Relator.

A SRA. CARMEN ZANOTTO (CIDADANIA - SC) - Senadora, me permita. Eu não vou intervir nas ponderações do Senador Esperidião Amin, na condição de moderadora que sempre fui, que é o meu perfil. Eu fiz o apelo da devolução dos 4 milhões de reais, mas, para o Senador Esperidião Amin, isso não basta. E a palavra é dele, na condição de Senador defensor e de quem trouxe esta pauta aqui para o Plenário.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Eu dou a palavra... Eu pediria para dar o palavra imediatamente ao Relator.

O SR. JUSCELINO FILHO (DEM - MA) - Senador Esperidião Amin, Deputada Carmen Zanotto, só quero colocar o seguinte: primeiro, fui designado para relatar esse projeto no Plenário do Congresso — e assim o fiz.

De fato, houve esse corte lá dos 4 milhões que o Senador traz hoje aqui à Comissão.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC) - Foi transferido para onde? Esses recursos foram para onde?

O SR. JUSCELINO FILHO (DEM - MA) - Foi remanejado uma parte para a CODEVASF e uma parte acho que para a Agricultura, se não me engano. Foi para CODEVASF e agricultura, se não me engano.

E isso foi resultado de entendimento com a Liderança do Governo, com o Senador Eduardo Gomes. Inclusive eu vou levar a ele a situação. O relatório foi publicado, antes da votação. Ficou disponível no sistema. Então, eu não sei o motivo por que V.Exas. não tiveram acesso. Ele foi publicado e ficou disponível no sistema, durante todo o dia. O Deputado Hildo Rocha sabe disso. Ficamos à disposição de todo mundo até a hora da sessão para conversarmos.

Entendo a preocupação sobre a situação que V.Exa., Deputada Carmen Zanotto, tem colocado sobre essa questão da rodovia. Eu me coloco à disposição para procurar o Líder do





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Governo, o Senador Eduardo, e ver, por meio do PLN 20, uma maneira de recompor esse valor e talvez até sensibilizá-lo a buscar uma alternativa até melhor nessa questão das rodovias de Santa Catarina.

As rodovias de todo o Brasil têm realmente uma necessidade gigante de recurso. No nosso Estado mesmo, a malha rodoviária do Maranhão é a pior do Brasil e está precisando de recursos — o Deputado Hildo Rocha sabe muito bem disso.

Enfim, essa foi a situação que houve no dia de ontem. Eu queria deixar aqui colocado para V.Exa. e nos colocar à disposição para juntos buscarmos essa solução, fazendo toda essa recomposição não só desse corte, mas também para garantirmos esses recursos para as rodovias de Santa Catarina e do resto do Brasil que estão com obras em andamento.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC) - Sra. Presidente...

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Um minuto, por favor. Eu gostaria de suspender a reunião por 15 minutos, porque eu gostaria de ter essa conversa com o Relator junto com V.Exa.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC) - Mas o que eu queria deixar publicamente assinalado é o seguinte: eu fico realmente constrangido com a informação de que o Líder do Governo, nosso amigo Eduardo Gomes, concordou com isso.

Eu não tive acesso a esse relatório. Fui agora pegar a cópia e até recebi a informação de que o Anexo Analítico não está disponível a nós outros. Para nós, sim, consegui, mas eu não tive acesso a esse anexo, nem depois da votação.

Então, nós temos que tomar um cuidado para que a Comissão, para que nós, os mortais, conheçamos o que estamos votando. Ficou 25 dias parado. E fiquei assustado quando soube disso. Senadora Rose de Freitas, quem reteve esse projeto? Antes de ser entregue ao Relator, ficou com quem?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC) - Não, antes do Relator. O Relator recebeu no dia 22 de setembro.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - É da última alteração? *(Pausa.)*

Pode responder.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC) - Pelo histórico, é dia 22 de setembro. Confira aí. Eu entreguei os meus documentos.

Pelo histórico, foi entregue ao Relator no dia 22 de setembro. Antes disso, ficou com quem?





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Na verdade, eu quero dizer aqui, inclusive, com a presença da assessoria: antes que o Walbinson se ausentasse, já havia o pleito de que todas as alterações estariam com o próprio Relator da LDO. Ele recebeu...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC) - Ah, com o Relator da...

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Ele recebeu o comunicado de que seria ele. Assinei esse papel aqui. Procurei por ele nesta Comissão, não o encontrei. Chamei a atenção, dizendo onde estava a assinatura designando para que ele pudesse fazer o relatório.

Como aconteceram algumas outras vezes, eu tive que colocar o pé na porta e dizer que gostaria que isso não acontecesse novamente.

Agora precisamos desses 15 minutos, por favor.

Eu estou aqui ouvindo a declaração de que o Líder do Governo autorizou essa inserção. Ele não está aqui para responder. Eu preciso falar com ele e colocar V.Exa. junto com o Relator...

Parece-me que um grave erro foi cometido. Nós temos que nos debruçar sobre erros cometidos, senão estaremos novamente reincidindo nos mesmos comportamentos, que são desagradáveis.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC) - Mas, Presidente...

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Pois não.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC) - Se o Relator afirma que fez isso como um acordo com o Líder do Governo, não há o que se conversar com ele. Tem-se que conversar com o Líder do Governo.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Faremos isso agora. Faremos isso agora.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC) - Mas ele não está aí.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Mesmo que ele não esteja, a experiência virtual...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC) - Quando estiver, em 5 minutos, eu estarei aqui.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Vou suspender a sessão por 15 minutos.

Obrigada.

(A reunião é suspensa.)

A SRA. SORAYA THRONICKE (PSL - MS) - Senador Izalci, V.Exa., como Presidente eventual e Vice-Presidente, se puder reabrir a reunião, porque as nossas agendas estão tão





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

apertadas. Eu tenho uma questão de ordem para levantar e não consigo levantá-la porque não conseguimos nos reunir, mas estou esperando.

A Senadora Rose de Freitas suspendeu a reunião e pediu para V.Exa. dar continuidade aos trabalhos. Peço a V.Exa. reabra a reunião, para que eu possa levantar minha questão de ordem e resolver os impasses que também estão aqui.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - Declaro reaberta a reunião.

Vamos para apreciação do relatório apresentado ao projeto de lei.

Item 2. PLN 11/21, do Congresso Nacional, que abre o orçamento fiscal da União em favor da Justiça Federal, Eleitoral e do Trabalho e do Ministério Público da União crédito suplementar no valor de R\$18.004.050,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

O Relator é o Deputado José Guimarães.

Não foram apresentadas emendas, mas eu pediria ao Deputado Hildo para relatar. Antes, porém, concedo a palavra à Senadora Soraya.

A SRA. SORAYA THRONICKE (PSL - MS) - Peço permissão ao Deputado Hildo.

É só para eu levantar e reavivar essa questão de ordem que eu tento fazer já faz bom tempo. Acredito que as coisas precisam andar, porque a cada problema novo que acontece paramos a reunião e nada mais anda. Nós temos problemas aqui diariamente.

Eu recebi, hoje de manhã, acho que foi do Walbinson, uma resposta à minha questão de ordem levantada em relação às relatorias setoriais. Ela está apócrifa, não foi formalizada ainda. O que eu iria pedir era para que a Presidente Rose de Freitas lesse, para que eu possa, enfim, recorrer ou fazer o que me é de direito em relação a essa questão.

Sr. Presidente, caso V.Exa. possa, eu gostaria que V.Exa. lesse a resposta, para eu dar prosseguimento a essa situação o quanto antes, por favor.

Acredito que seja algo bastante rápido de se fazer e que eu não vou incomodar o andamento da reunião.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - Resposta à questão de ordem elaborada pela Senadora Soraya Thronicke, em 31 de agosto de 2021:

"As indicações das 16 relatorias setoriais são publicadas na página da CMO tão logo sejam designadas por esta Presidência.

Os ofícios enviados pelas Lideranças partidárias indicando os membros da CMO para os cargos de Relatores Setoriais serão publicados na página da Comissão, no *menu* "tramitação" do PLN 28/22, Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2022.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O inciso VI do art. 16 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, determina que as Lideranças partidárias indicarão os Relatores Setoriais do Projeto de Lei Orçamentária Anual, seguindo os critérios de proporcionalidade partidária e da proporcionalidade dos membros de cada Casa na CMO.

A resolução estabelece a competência do Presidente para designar os Relatores. Porém, no caso dos Relatores Setoriais, a designação ocorre a partir das indicações realizadas pelas Lideranças partidárias. E esta Presidência tem procurado atender as indicações realizadas pelos Líderes partidários.

No dia 7 de julho do corrente ano, durante a reunião de instalação da Mesa Diretora desta Comissão Mista, mais precisamente na fase de eleição para o cargo de 2º Vice-Presidente, o Senador Izalci Lucas, Líder do PSDB do Distrito Federal, e o Senador Wellington Fagundes, Líder do Bloco Parlamentar Vanguarda, declararam publicamente acordo no sentido de que o Senador Wellington Fagundes retiraria a sua candidatura à 2ª Vice-Presidência e que o Senador Izalci cederia a escolha da relatoria setorial do PLOA 2022, para que coubesse ao Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, ou seja, à quarta escolha geral.

Consoante se verifica na fala do Senador Wellington Fagundes, registrada nas notas taquigráficas — abre aspas —. 'conforme o nosso acordo, o Senador Izalci Lucas, Líder do Bloco, teria direito à quarta escolha. Ele está cedendo para o Bloco Vanguarda a quarta escolha do Senado'.

Considerando que durante a reunião de eleição parlamentar algum Parlamentar se manifestou contrariamente ao acordo em tela; considerando que esta Comissão preza pelo cumprimento dos acordos firmados; considerando que na reunião do colegiado e de representantes das entidades partidárias com assento na CMO convocada para tratar da escolha das relatorias setoriais, os Senadores Izalci Lucas e Wellington Fagundes reiteraram o acordo acima citado, esta Presidência não vê alternativa senão a de garantir a quarta escolha geral das relatorias setoriais do PLOA 2022 ao Bloco Parlamentar Vanguarda."

Esta é a resposta à questão de ordem que V.Exa. pediu que eu lesse.

A SRA. SORAYA THRONICKE (PSL - MS) - *Data maxima venia*, Sr. Presidente, de acordo com o Regimento Interno, eu vou ter que recorrer ao Plenário para esta questão, justamente porque fui indicada pelo Bloco PODEMOS/PSDB/PSL como Relatora da Educação, na quarta vaga.

A colocação ou a ordem dessa vaga, senhores colegas, é pelo tamanho dos blocos, não pelo tamanho dos partidos. E eu fui a indicada.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Nesse sentido, não é um partido que decide algo de um acordo unilateral. E, dentro do Bloco, o Líder, Senador Lasier, mantém o meu nome como indicação à Relatora.

Dentro dos ditames regimentais, eu já passo a leitura da minha contestação, porque, com todo o respeito, Senador, nós não participamos do acordo. O Líder do Bloco mantém a decisão da minha indicação. E até hoje ela não foi publicada. Quando eu não tenho nada publicado ou lido, eu não tenho, em tese, legitimidade ou interesse de agir.

Mas o que eu vou dizer para os senhores? Eu vou até ao Supremo Tribunal Federal com essa questão. Essas coisas têm que ser muito bem colocadas. Quando é acordado, é acordado. Quando não é acordado e tentam nos levar com o tempo...

Infelizmente a Senadora Rose não está aqui. Ela está resolvendo outro problema. Eu gostaria de tratar com ela. Mas a minha agenda também não permite que eu espere *ad eternum*.

De acordo com a decisão de V.Exas., com o que nós estamos assistindo aqui hoje, com essa manifestação inclusive do Senador Esperidião Amin, nós queremos cada vez mais, como a própria Senadora Adriana falou hoje na reunião de Líderes, imprimir transparência. A Senadora Adriana foi muito clara hoje na reunião de Líderes: temos que imprimir transparência ao que se faz na nossa Comissão de Orçamento.

Eu lembro aos senhores que, há cerca de 2 décadas, este Congresso Nacional sangrou com a CPI do Orçamento. E as normas de transparência e alternância são os frutos bons desse processo, que começou quando se percebeu que o Presidente da Comissão era o mesmo há 30 anos e que as decisões sobre o Orçamento brasileiro estavam nas mãos das mesmas pessoas, dos mesmos partidos há décadas.

Dessa forma, foram criadas regras para que haja sempre a alternância de membros e de partidos no comando da Peça Orçamentária.

Diante disso, eu quero saber qual vai ser o procedimento aqui dentro da Comissão Mista de Orçamento para resolvermos esses impasses, que não atam e nem desatam.

A Indicação para as relatorias é do Bloco e não de um partido.

Entendo também que isso seja algo que deve ser decidido *interna corporis*. E dessa forma, *interna corporis*, foi decidido no Bloco PODEMOS/PSDB/PSL, com voto vencido, acredito, do nosso nobre Senador Izalci em relação à questão.

Dentro da democracia é assim: um dia ganhamos, outro dia perdemos. Mas se eu tiver que perder esta relatoria, eu vou perder com dignidade e dentro dos ditames absolutamente legais.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Eu gostaria de saber se eu já posso passar a minha contestação, para darmos prosseguimento a este impasse.

O Podemos e o PSL estão também em obstrução.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - Vou acatar, como foi dito, a questão de ordem de V.Exa., que será encaminhada à CCJ, de acordo com o art. 132, parágrafo primeiro.

Agora, eu gostaria de aproveitar, Senadora, só para também registrar nos anais que, com relação a essa questão de ordem, no dia da eleição, eu estive aqui e não havia ainda a presença de nenhum membro do bloco. Eu estava aqui quando se iniciou o processo de votação da Mesa Diretora. O Senador Wellington Fagundes apresentou a candidatura dele para ser Vice-Presidente. Eu não participei de nenhuma reunião do bloco para definição do membro do bloco.

O bloco é composto pelo Podemos, se não me engano, com 9 Senadores, por 7 Senadores do PSDB e por 1 Senador do PSL, que é a Senadora Soraya Thronicke. São 17, não é isso? Eu não participei. Não fui convidado para essa decisão. O encaminhamento foi feito, inclusive estava aqui sem assinatura, não tinha a assinatura do Líder do bloco.

Quando o Senador Wellington apresentou a candidatura, eu disse que não, que eu também quero participar da Mesa, vamos disputar. O Senador Alvaro Dias me ligou e disse que o Podemos gostaria de ter a relatoria da Receita. Então, foi feito um acordo.

V.Exa. não estava aqui. Eu sinceramente não sabia disso. Ninguém me confirmou. Eu disse: Senador Wellington, se V.Exa. abrir mão da Vice-Presidência, eu vou concorrer, e a relatoria da Receita fica garantida ao Podemos, e a Senadora Soraya, do PSL, ficaria então com a vaga que seria do Vanguarda.

Foi feito este acordo. Eu inclusive já disse a V.Exa., disse para quem quiser, que essa questão de serviço é porque foi eleição. Mas, eu não teria nenhum problema. Se quiserem desfazer a relatoria da Receita, tirar do Podemos a relatoria da Receita, tirar a Vice-Presidência, não tem nenhum problema. Agora, no momento da eleição, não tinha aqui nenhum presente. Como sempre, nas eleições, quando tem presença, quem está aqui fala, e eu me prontifiquei a participar.

Então, só para deixar registrado, nessa questão de ordem, a Senadora já fez o questionamento e eu o encaminhei para CCJ, conforme o art. 132, § 1º.

A SRA. SORAYA THRONICKE (PSL - MS) - CCJ do Senado Federal, é isso? O.k.

Então, vamos resolver isso dentro dos ditames do Regimento Interno, dentro dos ditames legais, dentro das normas de escalonamento pelo tamanho dos blocos, enfim, dentro das regras.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Não vai dar. A Senadora Rose acabou de dizer que o que foi apalavrado não se pode ser desapalavrado, mas as palavras estão muito confusas e ninguém lembra da palavra de ninguém. Ninguém lembra do dia, da hora. Ninguém ouviu o que foi acordado. Então, considerando isso, é melhor que possamos decidir, com direito de resposta, tudo dentro do Regimento Interno, tudo dentro da documentação, sem documentos apócrifos, tudo assinado, tudo formalizado, tudo documentado.

Agradeço a todos.

Deputada Adriana, concordo com V.Exa., temos que ter transparência aqui acima de tudo. Isso vem sendo aqui... foi hoje de manhã, foi agora com algo que aconteceu dentro do PLN em relação a um recurso de Santa Catarina. Enfim, foi mais uma situação que nós precisamos colocar em ordem.

Muito obrigada, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Eu gostaria de não passar batido e deixar claro aqui que, onde houver uma falta de transparência da condução desse trabalho, eu quero que seja registrada e assinada embaixo.

Vamos continuar a pauta. Houve inversão de pauta e vamos passar para o item 2.

Item 2. Apreciação do relatório apresentado ao Projeto de Lei nº 11, de 2021-CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor das Justiças Federal, Eleitoral e do Trabalho e do Ministério Público da União, crédito suplementar no valor de R\$ 18.004.050,00 (dezoito milhões, quatro mil e cinquenta reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente. Relator: Deputado José Guimarães

Tem a palavra o Deputado José Guimarães, para que possa apresentar seu relatório.

O SR. JOSÉ GUIMARÃES (PT - CE) - Sra. Presidenta, Sras. e Srs. Parlamentares, remotamente, o nosso parecer ao Projeto de Lei nº 11, de 2021, foi divulgado há mais de 10 dias. Portanto, todos os Srs. e Sras. Parlamentares dele tomaram conhecimento até por conta do princípio da transparência, coisa que, segundo o Senador Esperidião Amin, não foi verificada na votação de PLNs ontem, na sessão do Congresso Nacional. De qualquer sorte, todos receberam o relatório, já amplamente divulgado na Comissão.

O PLN 11 abre crédito suplementar no valor de R\$ 18.004.050,00 para a Justiça Federal e Justiça Eleitoral, inclusive do meu Estado do Ceará, e para o Ministério Público da União. São recursos suplementares que estão previstos na Lei Orçamentária Anual e estão de acordo com a legislação fiscal vigente no nosso País.

Estou relatando, em nome da Comissão, este PLN. Sou um Deputado de oposição, mas, com relação ao PLN, meu voto é favorável, tendo, portanto, transparência e definindo os





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

recursos como sendo uma suplementação necessária a esses órgãos da administração pública federal.

Portanto, meu parecer é pela aprovação, estando o PLN 11 de acordo com a legislação fiscal existente e vigente em nosso País.

Era só isso, Sra. Presidenta. Este é o meu voto.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - O relatório do Deputado José Guimarães está em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, está encerrada a discussão.

O relatório está em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Gostaria de pedir a colaboração de todos. O item 3 é a apreciação do relatório apresentado ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 18, de 2021. Mas, antes de apreciarmos o PLN, trataremos de uma questão importante para darmos andamento aos trabalhos.

Eu queria agradecer muito aos Relatores que estão entregando os relatórios — ouviu, Deputado José Guimarães? —, porque há muita importância no andamento do trabalho da Comissão.

Queria propor a quebra de interstício.

Está em votação a quebra de interstício na Câmara dos Deputados.

Os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Em votação na representação do Senado.

Os Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Passamos ao PLN 18/21.

Item 3. Projeto de Lei do Congresso Nacional 18, de 2021, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Ciência, Tecnologia e Inovações e da Justiça e Segurança Pública, crédito especial no valor de R\$ 16.764.966 (dezesesseis milhões, setecentos e sessenta e quatro mil, novecentos e sessenta e seis reais), para os fins que especifica. Relatora: Deputada Dra. Soraya Manato





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Passo a palavra à Relatora, Deputada Dra. Soraya Manato.

A SRA. DRA. SORAYA MANATO (PSL - ES) - Sra. Presidente, peço autorização para ir direto ao voto.

"III- Voto da Relatora

Do exame da proposição, entendemos que a iniciativa do Poder Executivo não contraria de dispositivos constitucionais e demais normas legais pertinentes à matéria. Entendemos também que ficou demonstrada pelas informações prestadas a necessidade das alterações propostas, manifestando-nos, portanto, favoravelmente quanto ao seu mérito.

Assim sendo, somos pela aprovação do Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 18, de 2020-CN."

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Agradeço à Senadora, ou melhor, Deputada Soraya Manato. Estou profetizando, Deputada. *(Risos.)*

Citei aqueles que entregam os relatórios. Não se trata de abstrair a discussão pertinente a qualquer matéria apresentada, no entanto, há um prazo para isso e para tudo o mais. E a Relatora chamou-nos atenção exatamente pela sua precisão e presteza em colaborar com os trabalhos da Comissão.

Está em discussão o relatório da Deputada Dra. Soraya Manato. *(Pausa.)*

Encerrada a discussão.

Em votação o relatório na Câmara dos Deputados.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação na representação do Senado.

Os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Agradeço sobretudo à Deputada pelo trabalho.

O SR. HILDO ROCHA (MDB - MA) - Sra. Presidente, eu queria cumprimentar V.Exa., queria também cumprimentar o Senador Izalci, que também faz parte da Mesa, e queria cumprimentar todas as colegas, Deputadas e Senadoras, Deputados e Senadores.

Quero fazer um questionamento. V.Exa. está cobrando dos Relatores o trabalho de cada um, o que está correto, pois essa é função do Presidente. Mas eu entreguei o relatório do PLN 9/21 em tempo hábil, e, até agora, ele não foi pautado. Eu quero saber de V.Exa. que dia ele será pautado.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Posso pautá-lo para amanhã sem sombra de dúvida.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. HILDO ROCHA (MDB - MA) - Perfeito. Estou preparado.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Tanto sobre o relatório da Deputada Soraya Manato quanto sobre o relatório do Deputado José Guimarães, não houve até agora, que tenha chegado a esta Presidência, nenhum questionamento. Mas, dado o desencontro de ideias e propostas em relação ao seu relatório, achei que V.Exa. precisasse de mais tempo para discutir com seus colegas.

O SR. HILDO ROCHA (MDB - MA) - Não. Estou convencido de que estou certo no meu relatório.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Pois não.

Então, ele estará na pauta, se não couber amanhã, na próxima terça-feira sem sombra de dúvida.

O SR. HILDO ROCHA (MDB - MA) - Está bom.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Os itens 4 e 5 são dois requerimentos do Deputado Hugo Leal.

Item 4. Requerimento nº 23, de 2021, que requer encaminhamento de solicitação ao Excelentíssimo Sr. Ministro-Relator Aroldo Cedraz de Oliveira, do Tribunal de Contas da União (TCU), para concessão de acesso aos autos do TC 014.379/2021-0.

O SR. HUGO LEAL (PSD - RJ) - Sra. Presidente...

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Peço só um minutinho.

O SR. HUGO LEAL (PSD - RJ) - Pois não.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - V.Exa. gostaria de encaminhar os dois?

O SR. HUGO LEAL (PSD - RJ) - Exatamente. Os dois têm mais ou menos o mesmo teor.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Antes eu queria... *(Pausa.)*

Já votamos. A quebra de interstício é fundamental para que possamos votar os requerimentos.

Em votação o requerimento na Câmara dos Deputados.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação no Senado Federal.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Item 5. Requerimento nº 24, de 2021, do Deputado Hugo Leal, Relator-Geral da CMO, que requer encaminhamento de solicitação ao Excelentíssimo Sr. Ministro-Relator Walton Alencar Rodrigues, do Tribunal de Contas da União (TCU), para concessão de acesso aos autos do TC 000.797/2021-9.

Tem a palavra o autor dos requerimentos, o Sr. Deputado Hugo Leal.

O SR. HUGO LEAL (PSD - RJ) - Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Senadores, trata-se de requerimentos de informação para acesso a dois processos oriundos da prestação de contas de 2020 da Presidência da República.

Tramitou ou tramita, no egrégio Tribunal de Contas da União, um processo que trata da avaliação das contas do Governo de 2020, que tem por finalidade avaliar os instrumentos de planejamento e Orçamento do Governo Federal e avaliar as ações setoriais do Governo.

Desse parecer prévio, Excelência, dentre vários apontamentos que foram feitos, houve um debate nessa prestação de contas sobre a questão da conhecida RP 9. E o entendimento do Tribunal foi o de abrir dois procedimentos dentro do desdobramento dessa prestação de contas de 2020: um deles é esse que está na relatoria do Ministro Aroldo Cedraz e o outro está na relatoria do Ministro Walton.

O procedimento sob a relatoria do Ministro Walton é um desdobramento ainda da questão da prestação de contas de 2020 no que se refere à RP 9, à interpretação que se deu no parecer prévio. O outro é uma avaliação ou investigação, o que seja, que está sob a relatoria do Ministro Aroldo Cedraz.

Por óbvio, nós conhecemos o trabalho realizado pelo Tribunal de Contas da União. Mas é fundamental para esta Comissão Mista de Orçamento e para mim especialmente, enquanto indicado Relator-Geral do Orçamento, que nós tenhamos conhecimento ou acesso a essas informações. Precisamos disso para que possamos fazer, em caráter prévio, os ajustes que forem necessários, os debates que forem necessários aqui.

Portanto, Presidente, peço a aprovação desses requerimentos de informação e o contato também de V.Exa. com a Presidência e com os Ministros, para que possamos estabelecer esse nexo de avaliação, essa relação sempre muito positiva com o Tribunal, e evitar futuros dissabores aqui na avaliação do Orçamento de 2022.

Então, peço a aprovação e o encaminhamento desses requerimentos.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Vamos discutir os requerimentos.

Em discussão na Câmara dos Deputados.

Tem a palavra a Deputada Adriana Ventura.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Na verdade, Sra. Presidente, eu gostaria de parabenizar o nosso Relator-Geral, o Deputado Hugo Leal, por esses requerimentos, porque essa discussão das emendas de relatoria é de extrema relevância. Tentar buscar esclarecimentos e transparência, até para que possa conduzir bem os seus trabalhos nessa relatoria-geral, é fundamental.

Por isso, eu voto favoravelmente e parabenizo o Relator.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Os requerimentos continuam em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, está encerrada a discussão.

Em votação, na Câmara dos Deputados, os dois requerimentos, os Requerimentos nºs 24 e 25, de 2021. *(Pausa.)*

Aprovados na Câmara dos Deputados.

Em votação no Senado Federal.

Os Senadores que os aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovados os Requerimentos nº 24 e 25, de 2021. Tomaremos as devidas providências.

A Deputada Adriana agradece a V.Exa., Deputado Hugo.

Voltando à Ordem do Dia, quero dizer que houve inversão da pauta.

Item 1. Proposta de Instrução Normativa nº 2, de 2021, que regula os procedimentos para apresentação de emendas de bancada estadual e atualiza a denominação e composição da Área Temática X - Economia. A autora sou eu mesma. Foi apresentada apenas uma emenda.

Designo o Deputado Hugo Leal para ser Relator da instrução normativa.

O SR. HUGO LEAL (PSD - RJ) - V.Exa. quer que eu dê o parecer neste momento?

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - V.Exa. estava muito silente. É uma honra que V.Exa. relate essa instrução normativa.

O SR. HUGO LEAL (PSD - RJ) - Excelência, trata-se de instrução normativa que regulamenta procedimentos para a apresentação de emendas de bancada estadual e atualiza a denominação de composição da Área Técnica Temática de Economia.

Diz a instrução normativa:

Art. 1º O montante destinado às emendas de bancada estadual de execução obrigatória, apresentadas ao projeto de lei orçamentária para o exercício de 2022, será dividido de forma igualitária entre as bancadas.

Parágrafo único. As emendas de cada bancada estadual apresentadas ao Projeto de Lei Orçamentária Anual serão classificadas com indicador de resultado primário 7





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

(RP 7), salvo quanto aos valores excedentes ao montante de execução obrigatória, que serão classificados com RP 2.

Art. 2º A denominação da área temática 'X – Economia', constante do Anexo da Instrução Normativa nº 1, de 2019, fica atualizada para 'X - Economia, Trabalho e Previdência'.

Art.3º As programações orçamentárias do Ministério do Trabalho e Previdência e do Banco Central do Brasil devem integrar a Área temática X - Economia, Trabalho e Previdência.

Art. 4º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

Nós temos uma emenda da Deputada Adriana Ventura. Imagino que S.Exa. queira fazer a defesa da emenda também, Sra. Presidente, porque a informação que eu havia obtido aqui, tendo em vista a nomeação *ad hoc*, é que a emenda seria rejeitada. Mas eu gostaria, se possível, que ela fizesse a defesa da sua proposta, para que nós a avaliássemos em seguida e aprovássemos a instrução normativa.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Eu queria fazer um esclarecimento.

Está nas minhas mãos a Ordem do Dia e nela consta que eu sou autora dessa proposta. Quero dizer que não sou autora dessa proposta, que deveria ser do Colégio de Líderes, mas que fui nominada. Aceito por enquanto, mas, da próxima vez, gostaria que isso fosse devidamente esclarecido.

Com a palavra a Deputada Adriana Ventura, para defender a emenda apresentada.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Obrigada, Sra. Presidente.

Eu quero, previamente, antes de defender a minha emenda propriamente dita, falar sobre essa proposta de instrução normativa, porque, em tese, é o parecer preliminar que vai determinar como esse recurso tem que ser distribuído.

Sobre a questão de critérios de divisão de emendas de bancada, eu sou nova aqui nesta Comissão e sei que V.Exas. estão aqui há bastante tempo e conhecem o Orçamento muito mais do que eu. Mas todos sabem que essa matéria não é passível de ser disciplinada via instrução normativa, que isso precisa ser feito via parecer preliminar ou via alteração de resolução.

Hoje, na nossa reunião de Líderes, quando conversamos, tratamos da questão de divisão de emendas de bancada. Foi discutido inclusive pelo Deputado Arnaldo e por outros Deputados que precisaríamos colocar em discussão a divisão de emendas de bancada, tanto pelo desvirtuamento de sua natureza como também pelos critérios de distribuição.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Na verdade, eu nem estou fazendo ainda a defesa da minha emenda, estou, primeiro, falando da questão procedimental. E, como o grupo de trabalho foi criado, eu queria apelar para V.Exa. no sentido de que nós pudéssemos pelo menos discutir isso.

Até falaram de um projeto de resolução — se eu não me engano era o de nº 2 ou nº 3, de 2019, não me lembro direito do número que foi falado — para que nós regulamentássemos isso de uma maneira clara, já com critérios de distribuição, porque isso não é feito via instrução normativa. Esse é o primeiro ponto.

Daqui a pouco eu defendo a minha emenda. Aguardo V.Exa. se pronunciar sobre isso.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - V.Exa. não deixa de ter razão, Deputada. Só que esta Casa, por caminhos diversos e tortuosos, acaba fazendo do vício do cachimbo a boca torta. Isso tem sido usado *ad eternum*, ou seja, a instrução normativa é feita dessa maneira.

V.Exa. fez uma proposta, e eu gostaria até de designá-la para ser autora de um projeto de resolução para que nós possamos corrigir o erro que está sendo tratado aqui. Infelizmente, não há tempo para fazê-lo agora, mas para as próximas providências. Agora eu não posso simplesmente anular o que foi feito, porque nós dependemos dessa votação da instrução normativa para prosseguir com os trabalhos.

Se remontássemos há 5 anos ou mais do que isso, veríamos que o expediente adotado foi esse. Concordo quando V.Exa. fala que isso não é devido, mas está em andamento e precisa ser culminado, senão os trabalhos terão que parar e não haverá emenda de quem quer que seja nesta Casa.

V.Exa. poderia ser autora de um projeto de resolução e tomar essa iniciativa. Quando nós detectamos um erro e todos concordam com ele, alguém tem que se colocar à disposição para fazer isso.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Estou à disposição.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Então, V.Exa. está com esse trabalho. Reúna os companheiros para que nós possamos corrigir esse erro.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Difícil vai ser coletar assinatura para o projeto de resolução. Eu tenho dois projetos e peno para conseguir uma assinatura. Mas, se V.Exa. me ajudar, eu ficarei muito feliz.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Ajudarei V.Exa.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Se V.Exa. me ajudasse a coletar as assinaturas, eu agradeceria muito.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Ajudo. E tenho certeza de que o projeto de resolução será bem-vindo.

V.Exa. tem a palavra para defender a sua emenda.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Na verdade, essa emenda tem por objetivo corrigir, na minha visão, uma distorção muito grave, muito grande, que existe no critério de divisão de emendas de bancada.

Originalmente, essa divisão vinha sendo feita de forma igual entre todas as bancadas, com um tratamento que vinha sendo dado inclusive às programações impositivas. Mas a minha sugestão é até para que isso seja mais justo, uma vez que não se respeita nenhum critério, nem o de desigualdade social.

Todos falam: *"Ah, tem Estado que tem menos Deputado ou mais Deputado para dar emenda"*. Há outros que falam assim: *"Tem Estado que é muito pobre"*. A questão aqui é que está se ferindo a autonomia, está se ferindo a Constituição Federal, uma vez que um cidadão não vale mais que outro. Então, não é certo que um cidadão brasileiro receba, *per capita*, 20 vezes menos do que outro cidadão de outro Estado.

Eu sou do Estado de São Paulo. Lá nós temos 46 milhões de habitantes e, em que pese sermos o Estado que tem mais recursos, também somos o Estado que tem mais pobreza. Há muitas e muitas comunidades de 200 mil, 300 mil, 400 mil pessoas que vivem na miséria, em áreas invadidas.

Eu vejo também — e gostaria de sugerir aqui aos meus colegas — que poderíamos ajustar esse critério de divisão de emendas de maneira que respeitássemos as duas Casas Legislativas. Então, no caso do Senado, onde temos três Senadores por Estado, 50% das emendas de bancada seriam divididas igualmente entre os Estados, para respeitar a Casa Legislativa e a representação dos Estados. E, no caso da Câmara dos Deputados, nós dividiríamos pelo critério populacional dos Estados, porque não é certo um Estado com 46 milhões de habitantes receber o mesmo valor que um Estado com 600 mil habitantes, 700 mil habitantes. Isso é um contrassenso.

Se levarmos em conta ainda que alguns Estados não usam as emendas de bancada da maneira adequada, com obra estruturante, com projeto de grande vulto, e que se faz uma divisão em que as emendas de bancada são utilizadas como emenda individual, eu acho que isso deveria ser trazido à discussão.

Os Estados que estão sendo prejudicados de maneira drástica com essa divisão são São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Bahia, Rio Grande do Sul, Paraná, Pernambuco, Ceará e Pará. Todos esses Estados têm perda.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Então, eu peço atenção dos colegas para que discutamos esse assunto. Inclusive, eu pedi uma audiência pública para nós o discutirmos de maneira profunda, uma vez que dividir igualmente porque alguém quer e alguns se beneficiam não é justo com a população brasileira e é inconstitucional.

Obrigada, Sra. Presidente.

O SR. WILSON SANTIAGO (Bloco/PTB - PB) - Sra. Presidente, como estão as inscrições sobre esse assunto?

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Deputado, eu gostaria apenas, como estamos em processo de votação, de terminar a votação. Depois concedo a palavra a V.Exa.

O SR. WILSON SANTIAGO (Bloco/PTB - PB) - Esse assunto não está em discussão?

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Nós estamos votando a instrução normativa, sobre a qual a Deputada apresentou uma emenda.

Deputado Alexandre Leite, V.Exa. quer falar sobre a instrução normativa? (*Pausa.*)

Nós estamos em discussão. Embora V.Exa. não faça parte da Comissão, a sua palavra é assegurada a qualquer tempo. Aliás, o primeiro a falar é o Deputado Wilson, o segundo é V.Exa. e o terceiro é o Deputado Hildo.

Tem a palavra o Deputado Wilson Santiago.

O SR. WILSON SANTIAGO (Bloco/PTB - PB) - Sra. Presidente, de fato, a Deputada Adriana tem tido um cuidado grande com o Estado de São Paulo, e nós até a parabenizamos por estar exercendo com dignidade o seu mandato de representante do maior Estado do País.

Mas não pode V.Exa., Deputada Adriana, deixar de reconhecer que todos nós aqui deste Congresso Nacional temos, ao longo desses anos, debatido esse assunto e que esta foi a fórmula justa encontrada: dividir somente as emendas de bancada com esse valor equitativo. Isso não é muita coisa, isso, para São Paulo, é um pingo d'água no oceano. V.Exa.sabe disso.

Devemos levar em consideração que existem também muitos recursos que são liberados para o Estado de São Paulo pelo critério populacional: a questão da saúde pública é pelo critério populacional; os índices de educação são pelo critério populacional; todos os investimentos em grandes programas para o Estado são pelo critério populacional. Além do mais, as emendas individuais são para 70 Deputados de São Paulo, enquanto que um Estado que só tem 8 Deputados recebe 8, vamos dizer assim. São Paulo tem 62 vezes mais 16 milhões de reais por ter 70 Deputados e mais 3 Senadores.

Então, é por essas razões e tantas outras que o próprio Congresso, ao longo desses anos, chegou à conclusão de que São Paulo, apesar de ter outros milhões de reais de recursos





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

de arrecadação própria, de investimentos do Governo Federal e tantas outras fontes de arrecadação que não têm os outros Estados da Federação, teria essa compensação ou, digo até, essa desvantagem em relação a algum dos Estados da Federação. E são poucos os que recebem esses recursos a mais da emendas de bancada, que, pelo volume, estão muito aquém da realidade que São Paulo na verdade tem.

Nós até parabenizamos São Paulo porque, embora sejamos mais pobres, não podemos criticar quem é mais rico — não é, Presidente?

Portanto, Deputada Adriana, nós até parabenizamos São Paulo e parabenizamos V.Exa. pelo zelo na defesa dos interesses do seu Estado. Mas deixe esses "estadozinhos" mais pobres espalhados Brasil afora levarem pelo menos a única coisa de vantagem, que são essas emendas de bancada com valores equitativos.

Era só isso, Sra. Presidente. Agradeço a atenção de V.Exa. e dos demais colegas.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Com a palavra o Deputado Alexandre Leite.

O SR. ALEXANDRE LEITE (DEM - SP) - Presidente Rose, Sras. e Srs. Senadores e Senadoras, Deputados e Deputadas, eu gostaria de pedir que esse debate fosse protelado, haja vista que nós ainda precisamos de um amadurecimento sobre ele.

Faço questão de esclarecer alguns pontos. A Deputada Adriana muito bem defendeu o nosso Estado, mas eu, que me encontro na condição de coordenador da bancada paulista, tenho um projeto para uma instrução normativa que resolveria essa questão.

Trata-se aqui de trazer igualdade na divisão de emendas de bancadas estaduais para todos os Estados. O problema é que o Estado de São Paulo parte de desigualdade, principalmente no que tange a atenção hospitalar.

Aqui eu peço a atenção das Sras. e dos Srs. Parlamentares, pois vou citar o exemplo de duas instituições, se der tempo, que atendem o Brasil todo, Senador Izalci. Eu vou apresentar os números e as contas que os outros Estados deixam para São Paulo pagar. O SUS não paga tudo, a conta fica para os paulistas. Então, nós não saímos em pé de igualdade. As bancadas mandam emendas de bancada para as instituições hospitalares pequenas, médias ou de grande porte dos seus Estados.

Nós não temos essa liberdade, porque nós não saímos nesse mesmo pé de igualdade. São Paulo é o coração hospitalar do Brasil, que abriga atendimentos de todo o País. O déficit deixado pelos outros Estados, pelos atendimentos inerentes a pessoas advindas de outros Estados, causa um rombo financeiro na nossas instituições de proporções. Vou citar algumas.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Eu vou citar a instituição Hospital do Amor de São Paulo como exemplo, Presidente. Nós temos um déficit operacional anual de todos os Estados, em 2019, de 353 milhões e 486 mil. O Estado de São Paulo é responsável por 173 milhões e 986 mil desse déficit. O déficit que os Estados do Brasil, principalmente Minas Gerais, o que mais demanda São Paulo, deixam para o Hospital do Amor é de 179 milhões e 500 mil, isso no ano de 2019!

A bancada federal paulista tem que mandar dinheiro para esse hospital, que é uma gota no oceano. Eu pergunto: como é que se parte em pé de igualdade? Que igualdade é essa? Nós estamos pagando a conta por outros Estados.

O GRAACC de São Paulo — eu estou citando alguns — recebe pacientes do Brasil inteiro, mas o SUS não paga o equivalente. O GRAACC tem um déficit anual de 97 milhões e 113 mil. Desses 97 milhões, 17 milhões 970 mil são inerentes a atendimentos de outros Estados.

Isso foi no ano de 2020, que foi um ano glorioso para as instituições que receberam a mais em virtude do combate à COVID-19.

Eu cito aqui, por ordem de atendimento, os Estados que mais demandam atendimentos do Estado de São Paulo: Minas Gerais, Paraná, Bahia, Mato Grosso do Sul, Espírito Santo, Goiás, Amazonas, Pará, Rio de Janeiro, Mato Grosso, Distrito Federal, Santa Catarina, Pernambuco, Ceará, Maranhão, Rondônia, Paraíba, Rio Grande do Norte, Alagoas, Sergipe, Amapá, Tocantins, Rio Grande do Sul, Acre, Piauí e Roraima. A conta fica para São Paulo!

Aqui eu tenho o número de pacientes atendidos e o número de atendimento que esses pacientes demandam; um paciente geralmente, num atendimento de alta complexidade, no caso de oncologia, demanda mais de cem atendimentos; transplante de medula; tratamento completo de câncer beira 1 milhão de reais. Isso deixado por outros Estados, Senadora Rose.

São Paulo paga essa conta por todos os Estados. O SUS não manda dinheiro nem para pagar a conta de São Paulo, nem para pagar a conta deixada pelos outros Estados.

O que eu quero dizer com tudo isso, para finalizar? Para partirmos do ponto de igualdade financeira, nós criamos um esboço de uma instrução normativa que faz reserva em todas as bancadas, para que o Relator atenda e faça a compensação de despesas de Estados que recebam pacientes de outras unidades da Federação.

Eu tenho a instrução normativa bem descrita aqui, para conseguirmos atender somente àquelas instituições que atendem a outros Estados em grandes volumes. Mesmo com essa reserva financeira, vai continuar existindo um grande rombo financeiro, mas amenizador, Deputada Adriana. Uma conta de 179 milhões e 500 mil. Isso em uma instituição que eu estou





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

mencionando! Nós vamos tentar, de alguma forma, pelo menos beneficiar as dez maiores que atendem o Brasil.

O parente fica doente lá no Amazonas, vai para um hospital porta aberta como o Hospital do Amor e vai se tratar em São Paulo, no Hospital das Clínicas, no HCor, no GRAACC, no Hospital do Câncer. O Brasil fica doente, mas se trata em São Paulo. A bancada federal paulista paga a conta. Como é que nós saímos em pé de igualdade desse jeito?

Nós também temos as instituições menores para beneficiar, Senador Izalci. Eu tenho as Santas Casas para atender. Do mesmo jeito que os outros Estados têm instituições menores, São Paulo também tem. Mas nós não conseguimos ter o direito de mandar para elas, porque nós temos que salvar financeiramente essas instituições importantes para o Brasil, não é só para São Paulo. Nós temos obrigação moral e financeira de atender a essas instituições grandes, que acabam consumindo praticamente todo o recurso da bancada federal paulista. No passado, foram 189 milhões para essas instituições, Senadora Rose.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Peço a V.Exa. que conclua, por favor.

O SR. ALEXANDRE LEITE (DEM - SP) - Já vou concluir.

Obrigado por toda a paciência e vênica, Senadora. Eu me emociono fazendo essa defesa, porque ela precisa ser feita, porque ela precisa ser discutida. Nós não estamos pedindo a mais.

A instrução normativa que nós fizemos com todo cuidado é para que os senhores e o Relator do Orçamento destinem recursos para as grandes instituições que atendem aos hospitais cujas demandas nos Estados são deixadas para nós. Não vai ser a bancada federal paulista que vai destinar esse recurso. Vai ser o Relator-Geral do Orçamento, com a participação dos membros da CMO. Vocês vão destinar essas emendas suplementares compensatórias.

Aí, sim, fazendo esse ajuste financeiro, talvez nós possamos começar a falar em igualdade financeira ou tratamento igualitário. Mas, enquanto não existir tratamento em pé de igualdade com as instituições de saúde — estou sendo bem específico —, elas correm o risco de quebrar.

O Estado de São Paulo não tem convênio com todas essas instituições. A bancada federal não vai aguentar pagar o rombo financeiro deixado todos os anos. Esses hospitais atendem a todo o Brasil. No momento em que elas quebrarem, aí, sim, vai-se correr atrás de tentar remediar algo que está sendo anunciado diante de tamanho prejuízo financeiro.

Muito obrigado, Deputada Rose.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Eu gostaria apenas de lembrar que às 16 horas, impreterivelmente, começa a sessão no Senado Federal. Mais ainda: não vejo como continuar esta reunião, não apenas pela conveniência de um ou de outro, mas muito mais pelo fato de que temos como oradores o Deputado Hildo, o Deputado Arnaldo Jardim, a Deputada Dra. Soraya Manato, o Senador Izalci e o Deputado Hugo Leal, e temos que respeitá-los.

O SR. HUGO LEAL (PSD - RJ) - Sra. Presidente, posso fazer uma sugestão, já que V.Exa. me nomeou Relator *ad hoc*? Essa matéria tem uma série de apontamentos e polêmicas.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Todos os anos.

O SR. HUGO LEAL (PSD - RJ) - Sim, eu sei que isso ocorre todos os anos. Então, vamos fazer um debate um pouco mais qualificado? Entendo todas as manifestações que foram feitas aqui.

Eu recolheria essa instrução normativa, para podermos fazer esse aprimoramento interno no Colégio de Líderes num outro debate, para que pudéssemos chegar aqui de uma forma mais harmônica. Não se trata de não me bastar fazer aqui uma apreciação como Relator. Essas matérias trazidas são pertinentes, são lógicas, e cada Estado que falar aqui vai ter a sua lógica de defesa. Como acabei de ser designado Relator, eu desejaria apenas que tivéssemos algum momento para poder apreciá-las de forma mais qualificada.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Nós só não temos o tempo, Sr. Relator, se nós não votarmos. Não temos como abrir o prazo das emendas.

O SR. HUGO LEAL (PSD - RJ) - Não há prazo de emenda, porque já passou o prazo de emenda.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Eu não estou falando sobre a instrução normativa. Eu estou falando das emendas relativas a todos os relatórios que estão nesta Casa. No momento em que o Presidente abrir o prazo, aí é contado o prazo, e não tem jeito.

O SR. HUGO LEAL (PSD - RJ) - Mas, para as emendas de bancada, nós ainda temos prazo, Excelência. Se V.Exa. adiasse, e fosse convocada reunião para amanhã ou quinta-feira, nós traríamos uma instrução normativa.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - A proposta era uma reunião de Líderes amanhã às 10 horas.

O SR. HUGO LEAL (PSD - RJ) - Perfeito. Eu estarei na reunião de Líderes, e nós discutimos esta matéria.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Eu gosto de ouvir V.Exa. falar assim, porque amanhã será uma reunião de Líderes, e os Líderes terão de estar nessa reunião.

O SR. HUGO LEAL (PSD - RJ) - Sim, senhora.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Na quarta-feira à noite, é comum ir para o aeroporto e ver, mais ou menos às 22 horas, muitos indo embora.

O SR. ARNALDO JARDIM (CIDADANIA - SP) - Pela ordem, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Eu só quero lembrar isso.

O SR. ARNALDO JARDIM (CIDADANIA - SP) - Presidente, muito objetivamente quero, primeiro, saudar a reunião de Líderes que houve hoje e foi muito produtiva.

Segundo, ao defender os interesses de São Paulo, assim como fizeram a Deputada Adriana Ventura e o Deputado Alexandre Leite, eu quero fazer um apelo à Deputada Adriana para que retire hoje a sua emenda e retomemos esse assunto em dois níveis.

A Presidente hoje constituiu uma Comissão, com o Deputado Marcelo Castro e V.Exa., que discutirá inclusive o perfil das emendas estruturantes das bancadas estaduais. Eu acredito que a proposta feita pelo Deputado Alexandre Leite, que é semelhante ao que eu proporia, poderá ser analisada quando do relatório preliminar da proposta orçamentária. Nesse momento, nós poderíamos fazer isso.

Deputada Adriana, permita-me dizer que, nesse instante, vale mais a pena nós registrarmos essa posição, o processo andar, e termos tempo para tratar disso nesses dois espaços em vez de agora nesta situação.

Essa é a sugestão que eu faço. Acho mais sensato assim procedermos. Se acatados essa questão de ordem mais o apelo e a sugestão, nós poderíamos fazer isso rapidamente, Presidente. Eu sei que o Líder Wellington é muito convincente, mas talvez eu consiga convencê-la também.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Não há necessidade de nenhum convencimento, porque faltam 6 minutos para a sessão, então eu vou suspender a reunião e convocar o Colégio de Líderes para amanhã às 10 horas.

O SR. ARNALDO JARDIM (CIDADANIA - SP) - Presidente Rose, para terminar, e agradecendo V.Exa. pela condução, se de repente a Deputada Adriana anuir a isso que estou sugerindo, nós poderemos deliberar a Resolução nº 1 imediatamente.

O SR. DANILO FORTE (PSDB - CE) - Pela ordem, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - V.Exa. está sugerindo anuir à instrução normativa? (*Pausa.*)





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Passo a palavra, primeiro, ao Deputado Hildo Rocha.

O SR. DANILO FORTE (PSDB - CE) - Pela ordem, Presidente.

O SR. HILDO ROCHA (MDB - MA) - Muito obrigado, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - O Deputado Danilo Forte está pedindo a palavra pela ordem.

O SR. HILDO ROCHA (MDB - MA) - O.k. Posso ceder.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Tem a palavra, pela ordem, o Deputado Danilo Forte.

O SR. DANILO FORTE (PSDB - CE) - Sra. Presidenta, hoje, na reunião do Colégio de Líderes, foi constituída uma Comissão sob a liderança do Senador Marcelo Castro com relação a essa informação da IN.

Por que nós não esperamos essa proposta que vai ser desenvolvida pelo Senador Marcelo Castro, para que possamos em cima dela fazer essa reformulação? É muito melhor do que ficar perdendo tempo e debatendo, porque ela já viria consensuada, a partir da Comissão, numa proposta do Senador.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Com a palavra o Deputado Hildo Rocha.

O SR. HILDO ROCHA (MDB - MA) - Sra. Presidente Deputada Rose de Freitas, cumprimento V.Exa. mais uma vez e cumprimento o Senador Izalci.

Vejo que este tema realmente é polêmico, mas tem que ser resolvido, tem que ser normatizado. A proposta da Deputada Adriana Ventura, feita através de uma emenda ao projeto de mudança de resolução, não é errada, é correta. Mas, se formos discutir neste momento a questão da Federação brasileira, vamos encontrar muitas incoerências e disfunções. Quase todos os Estados acabam se lamentando por ter algum tipo de prejuízo por pertencer à Federação.

São Paulo traz essa questão da saúde. Nós sabemos que os preços praticados pelo SUS estão defasados, e isso contribui para esse déficit nos hospitais filantrópicos. Mas, se levarmos outro ponto em consideração, São Paulo não está no apagão por causa do Nordeste brasileiro. Hoje São Paulo vive em função da energia que nós estamos gerando, a energia eólica. O Maranhão mesmo tem duas hidrelétricas grandes: a de Boa Esperança, no Rio Parnaíba; e a Estreito, no Rio Tocantins. Estas são duas hidrelétricas que estão no Maranhão e geram energia para o sistema nacional, atrapalhando inclusive o tráfego de embarcações no Tocantins. Elas geram energia para suprir não apenas o Maranhão, mas também outros Estados do nosso País.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Além disso, o Maranhão tem um grande parque eólico, é um dos maiores. Se somarmos o parque eólico do Maranhão, do Piauí, do Ceará, do Rio Grande do Norte, da Paraíba e de Pernambuco, nós seremos, sem dúvida nenhuma, um dos grandes fornecedores de energia da América, justamente por ser uma energia mais pura, mais ecologicamente correta. Inclusive tramita um projeto de minha autoria no Congresso Nacional que diz que cada Estado que gerar a sua energia que a controle e, se precisar da energia de outro Estado, que pague. Aí entraria a questão das tarifas: bandeira amarela e bandeira vermelha.

Para que V.Exa. tenha uma ideia, hoje os maranhenses estão pagando energia mais cara, com bandeira vermelha, porque fornecem energia para São Paulo. Não era para o maranhense pagar energia com bandeira vermelha, se tivesse sido adotada outra forma, que não fosse a da Federação brasileira. São Paulo reclama de algumas perdas, mas ele também é beneficiado em pertencer à Federação brasileira, como é o caso da energia. Se não fosse o Nordeste e boa parte do Norte, com esse advento do La Niña, que fez com que a quantidade de chuva no Sul e Sudeste diminuísse, São Paulo estaria comprando energia muito cara de termoeletrônica e não teria outro fornecedor para ele tão próximo.

Então, há essas vantagens e desvantagens. Eu entendo as preocupações da Deputada Adriana. Acho até que podemos melhorar isso. A ideia de V.Exa. foi boa, e achei que a atitude da Comissão de uma forma geral foi correta, porque nós temos que estabelecer definitivamente esse critério para a distribuição das emendas de bancada.

O Maranhão, pela ideia de S.Exa., não perde. Pelo contrário, o Maranhão ganha um pouco. Mas entendo que temos que olhar também os outros Estados da Federação brasileira.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Com a palavra a Deputada Dra. Soraya Manato. Para encerrar, o Senador Izalci Lucas.

A SRA. DRA. SORAYA MANATO (PSL - ES) - Boa tarde a todos.

O que a Deputada Adriana e o Deputado Alexandre Leite falaram eu achei interessante. No entanto, vou comentar mais em relação ao que o Deputado Alexandre Leite falou.

O Espírito Santo também é sobrecarregado por outros Estados em termos de saúde: Bahia e Minas Gerais. As pessoas do Sul da Bahia e do Norte de Minas Gerais, vocês acham que elas vão para Belo Horizonte ou para Salvador? Elas vão todas para Vitória, para tratar todos os tipos de doença. Os hospitais do SUS em Vitória também são sobrecarregados, e quem paga essa conta é a bancada capixaba. Nós somos somente dez Deputados Federais e três Senadores.

Eu entendo como o Deputado Hildo Rocha: uma mão lava a outra. O problema não é dos outros Estados. O problema é do SUS, em virtude do subfinanciamento da saúde. Deveria se





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

partir do princípio de que quanto mais se produz, mais se ganha, só que há um detalhe: São Paulo recebe médicos do Brasil todo, médicos do Nordeste, do Norte e do Sudeste que se especializam e são convidados para ficar em São Paulo. Por quê? Porque, se todos os médicos, esse material humano de ponta que fica em São Paulo, saem de São Luís do Maranhão e vão prestar serviço na medicina em São Paulo, quem ganha é o Estado de São Paulo.

Outra coisa. Todos os doentes do Brasil vão para São Paulo. Os médicos de São Paulo são especialistas em doenças raríssimas por quê? Porque lá é o celeiro de doenças do Brasil. Então, São Paulo não só não perde com isso, como São Paulo ganha — e ganha muito! — em referência mundial em termos de saúde.

Mas nós estamos falando do Brasil. Nós vamos ter que fazer uma carteirinha como se faz nos Estados Unidos na fronteira com o Canadá. Com a carteirinha, quem não é paulista não poderá consultar e nem fazer nenhum tratamento médico em São Paulo. Há que se pensar também nesse lado da sobrecarga. Mas isso não é um problema do Estado; é um problema do SUS. Tem que se reinventar alguma coisa em relação ao subfinanciamento da saúde.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Com a palavra o Senador Izalci Lucas.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) - Primeiro, eu quero parabenizar a Deputada Adriana e o meu amigo Deputado Arnaldo Jardim por esse tema. Participei desta discussão nesta Comissão, principalmente depois que nós aprovamos a emenda impositiva individual. Essa discussão foi feita aqui durante anos e anos. De fato, há diversas distorções, e é evidente que precisam ser corrigidas, com relação à saúde. Inclusive o Distrito Federal atende todo mundo.

O que falta, realmente, é um cartão único para a coisa funcionar. O Sistema Único não tem controle de nada, nem no Distrito Federal nem no Brasil. Só se controla o que se mandou. Não há controle de nada, nem mesmo controle de estoque de medicamento. Então, é evidente que já devia estar funcionando. É lógico que São Paulo é uma referência para todos nós na saúde, mas o DF também é muito demandado.

Acho que é um tema que tem que ser debatido aqui mesmo. Acho que esta Comissão é importantíssima. Eu vejo que temos que administrar bem o Senado, porque lá não há essa proporcionalidade. Portanto, tem que haver um convencimento, tem que haver, realmente, uma estratégia para, realmente, chegarmos a um consenso.

De fato, há muitas distorções, inclusive na aplicação da emenda de bancada agora. Quando nós as criamos lá atrás — o Deputado Hildo é mestre nisso —, era para projetos





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

estruturantes. De fato, houve certa distorção com relação a isso. A maioria não tem aplicado mais emendas em projetos estruturantes.

Eu quero parabenizar. Não sou contra, muito pelo contrário. Eu repliquei aqui o que eu ouvi durante anos e anos. O Deputado Arnaldo sabe disso. Mas acho que precisa ser debatido. Temos que buscar uma solução para não ficar da forma como está, sem regulamentação.

Era isso. Amanhã então, às 10 horas, estaremos aqui.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Bom, eu vou suspender a reunião e convocar reunião de Líderes para amanhã, às 10 horas. Espero que todos compareçam para que possamos finalizar este debate.

O SR. HUGO LEAL (PSD - RJ) - Eu apresentarei, então, o relatório aqui com a questão da emenda.

Eu só queria fazer uma ponderação, Sra. Presidente. Acho que a manifestação do Deputado Arnaldo Jardim goza de razoabilidade, porque esta discussão é muito importante para a instrução normativa. Apesar de ser extremamente relevante, é uma instrução normativa. Acho que nós teremos outras oportunidades, especialmente no relatório preliminar, de voltar a este tema.

A questão das emendas de bancada tem que ser tratada no pacto federativo. Acho que lá é o melhor ambiente para tratar isso.

Eu não veria nenhuma dificuldade em encaminhar a instrução normativa para aprovação. Mas entendo que esse assunto ainda vai retornar aqui, em outros ambientes, principalmente com relação ao financiamento da saúde.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Para que, no ano que vem, o próximo Colegiado não se debruce sobre o mesmo assunto, com as mesmas características e com as mesmas interpretações das questões levantadas.

Portanto, amanhã, vamos nos debruçar sobre esse assunto. Para o momento, faremos o que for possível ser feito e, posteriormente, o que possa ser tomado como decisão em caráter definitivo.

Está suspensa a reunião. Amanhã, às 10 horas, teremos reunião de Líderes.

O SR. HUGO LEAL (PSD - RJ) - A nossa reunião da CMO que está suspensa fica para amanhã também? Pode ser que V.Exa. abra a reunião amanhã também?

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Depois da reunião de Líderes poderemos fazer isso. Se porventura chegarem os novos relatórios, podemos apreciá-los extrapauta, se for o entendimento de todos.

Muito obrigada. Até amanhã.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Declaro reiniciada a 9ª Reunião Extraordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação das matérias constantes da pauta.

Informo que a reunião ocorre de forma semipresencial. Pode haver Parlamentares presentes no plenário e Parlamentares participando de forma virtual, através da plataforma Zoom.

Ordem do Dia.

Item 1. Proposta de Instrução Normativa nº 2, de 2021, que regula os procedimentos para apresentação de emendas de bancada estadual e atualiza a denominação e composição da Área Temática X - Economia.

Relator: Deputado Hugo Leal.

O SR. DANILO FORTE (PSDB - CE) - Sra. Presidente, eu gostaria de fazer uso da palavra por 3 minutos.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Enquanto aguardamos o Relator vir ao plenário, concedo a palavra ao Deputado Danilo Forte.

O SR. DANILO FORTE (PSDB - CE) - Muito obrigado. Sra. Presidente, Senadora Rose de Freitas, Senador Izalci Lucas, demais membros da Comissão Mista de Orçamento, o que me traz aqui é uma grande preocupação com o que está acontecendo hoje em uma das instituições mais importantes para nós do Nordeste.

O Banco do Nordeste do Brasil volta ao noticiário, de uma forma pejorativa, de uma forma até, talvez, leviana na forma de lidar. Estão sendo questionados atos da atual gestão pela imprensa, sem nenhuma profundidade de averiguação, o que, mais uma vez, cria transtorno para essa instituição de fomento tão importante para nós nordestinos.

Senadora Rose, para V.Exa. ter ideia, 86% dos empregos industriais do Nordeste são oriundos de projetos aprovados e financiados pelo Banco do Nordeste do Brasil.

E, mesmo depois de toda a crise pela qual o banco passou na gestão da ex-Presidente Dilma Rousseff... Nós, inclusive — V.Exa., como Presidente desta Comissão, e eu, como Relator da LDO, Lei de Diretrizes Orçamentárias —, viabilizamos, naquela época, 4,1 bilhões de reais, exatamente para tirar o Banco do Nordeste da crise que estava ali instalada. E agora fomos de novo surpreendidos. Nas redes sociais, o Presidente de um partido, Dr. Valdemar, vem acusando a atual gestão, de forma leviana, para, inclusive, desestabilizar uma instituição financeira que foi criada pela luta do desenvolvimento, para diminuir os desequilíbrios regionais do Brasil.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Essa instituição vem desde a década de 50, por lá passaram grandes homens, de muita tradição no Nordeste, de muita credibilidade, desde Rômulo de Almeida, passando pelo ex-Governador Gonzaga Mota, por ex-Ministro de Estado, várias personalidades que participaram, inclusive, da luta política em defesa do Nordeste, e agora está sendo aviltada por uma agressão leviana, descompromissada e que só faz criar dificuldades, inclusive, para a operacionalidade desse banco.

Nós já vivemos isso. Quando houve a "crise do cuecão", lembro-me muito bem, foi feita uma intervenção no banco. Lá chegou Ary Joel, se eu não me engano, um executivo do Banco do Brasil muito respeitado, de muita credibilidade, que passou apenas 8 meses lá no banco. Por quê? Porque não conseguiu dar continuidade ao seu trabalho, exatamente pela dificuldade operacional que encontrou dentro do banco.

E agora que o Presidente Romildo conseguiu dar estabilidade ao banco, que conseguiu, com probidade, recuperar todo o trabalho da instituição e hoje transformou novamente o banco em um grande banco de fomento, vem de novo uma indagação, em função de um convênio do banco com uma instituição não governamental que presta apoio e assessoria ao banco.

Que seja investigado. Que seja aprofundada a investigação. Se ocorreu desvio de recursos públicos, que sejam condenados pela Justiça aqueles que estão levemente tirando dinheiro do banco. Agora, o que nós não podemos é fazer uma agressão à instituição, que merece respeito. A instituição gera desenvolvimento e ajuda a Região mais pobre do Brasil a se reerguer diante de tanta crise e de tanta dificuldade.

Então, eu acho que neste momento é necessário que nós tenhamos um debate com maior serenidade e maior seriedade, não de forma açodada, não de forma palanqueira ou eleitoreira, mas buscando exatamente construir uma solução, uma alternativa para essa instituição.

Aqui eu reafirmo o meu compromisso com o Nordeste brasileiro. Reafirmo o meu compromisso com a minha luta pela diminuição das desigualdades regionais, da discriminação que há do Centro-Sul, e, principalmente, do mercado financeiro com relação às instituições do Nordeste. E afirmo o meu compromisso em defender essa instituição. Essa instituição é nossa. Essa é uma instituição genuinamente nordestina, caracterizada exatamente pelos seus quadros técnicos, que têm identificado as alternativas econômicas para o crescimento e desenvolvimento com inclusão social da nossa Região. E nós não podemos deixar que ela seja agredida dessa forma.

Por isso, reitero aqui a minha solidariedade a todos aqueles funcionários do Banco do Nordeste que trabalham com dedicação, com zelo, com probidade, com cuidado com a coisa





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

pública. Fundamentalmente, o banco é voltado para dar oportunidade ao povo sofrido da Região, que precisa de investimento e de reconhecimento nacional. O banco não pode ser tratado de forma leviana por aqueles que nem conhecem o Nordeste, não sabem como a instituição trabalha, mas estão agredindo uma instituição do porte do Banco do Nordeste. Eu fico muito preocupado com isso.

Não quero aqui agredir ninguém. Respeito a todos, como sempre respeitei nesta Casa, no Congresso Nacional, e na minha história política. Mas eu acho que este não é o melhor momento para se tratar com leviandade essa instituição séria, que precisa ser respeitada. E, do ponto de vista administrativo, se houver alguma irregularidade, que seja apurada. Estamos em um momento de fragilidade econômica, de pós-pandemia, em que estamos tentando retomar o País. E V.Exa., Presidenta Rose, está tomando todo o cuidado exatamente para fazer com que a Comissão Mista de Orçamento possa ajudar o País na retomada da questão da economia, da geração de emprego. Mas agora ocorre exatamente essa leviandade, uma agressão descabida a todos nós identificados com o Banco do Nordeste do Brasil.

Portanto, deixo aqui a minha saudação aos funcionários do banco. E fica a certeza de que no passado os maus gestores foram afastados, muitos inclusive condenados pela Justiça e muitos responderam com seu patrimônio pela falta de zelo com a nossa instituição. E novamente faço a arguição: se tiver que ser auditado, que seja; se tiver que ser punido, que seja. Mas não agridam o Nordeste e muito menos a instituição mais importante de fomento da Região, que é o Banco do Nordeste do Brasil.

Obrigado, Presidenta Rose.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Parabeno o Deputado Danilo Forte por suas palavras e registramos o nosso apoio, na íntegra, a V.Exa. na sua comunicação.

Nós vamos voltar à questão da Instrução Normativa nº 2, de 2021. Pergunto se mais alguém gostaria de debater.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP) - Eu, Sra. Presidente, Deputado Carlos Zarattini.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Tem a palavra o Deputado Carlos Zarattini.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP) - Presidente, bom dia. Bom dia a todos.

Presidente, eu só gostaria de manifestar aqui a minha discordância com o fato de que anteontem foi votado no plenário do Congresso a questão de PLNs. Eu acho que nós devemos fazer um esforço para evitar que se vote no plenário. A Comissão de Orçamento já está em funcionamento.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Então, não é correto que a Presidência do Congresso leve os PLNs diretamente ao plenário. É necessário que eles passem aqui pela Comissão, para serem analisados, avaliados, eventualmente modificados, a fim de que depois cheguem ao plenário.

Eu queria registrar aqui a nossa discordância em relação ao método que foi utilizado pela Presidência do Congresso, para que se respeite esta Comissão Mista de Orçamento, que já está em funcionamento há alguns meses.

Então, era essa a minha manifestação.

Queria agradecer a V.Exa.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Deputado Carlos Zarattini, V.Exa. tem toda a razão. Todos estamos de acordo com V.Exa.

Nós já fizemos um comunicado oficial da CMO sobre esse assunto. Não haverá reincidência, haja vista que, para chegar a esta Comissão, os PLNs foram votados na última quinta-feira, na última hora, e havia prejuízo significativo. E atendendo ao apelo do Líder do Governo Eduardo Gomes, nós aceitamos que esses três PLNs fossem à votação, fato que não se repetirá novamente. Isso já foi declarado e reiterado com o apoio de todos os membros da Comissão.

Com a palavra o Deputado Domingos Neto.

O SR. DOMINGOS NETO (PSD - CE) - Presidente, quero fazer uma breve intervenção.

Parabenizo o Deputado Danilo Forte pelo que disse, que é um Deputado do Ceará, onde fica a sede do Banco do Nordeste. Esse é um problema, Presidente, que está afetando uma instituição que presta serviço em todo o Nordeste e que tem sido fundamental para o desenvolvimento econômico, através da gestão do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste.

O fato que se está discutindo, que se contratou uma ONG, devia ser discutido para verificar se há alguma irregularidade nisso — pode ter ou não. Mas a forma que foi feita... Há um vídeo de um Presidente de partido, descredibilizando pessoalmente o Presidente, que, diga-se de passagem, é um homem de bem e que tem o respeito de todo o Nordeste, porque organizou a instituição, as federações das indústrias e do comércio, e todas do Nordeste inteiro reconhecem o seu trabalho.

Sinceramente, aqui fica também o meu apoio para que não deva ser feito dessa forma, sobretudo com uma instituição que tem importância para o nosso Estado e para todo o Nordeste, porque acaba que todo o trabalho institucional do Banco do Nordeste entra em uma crise provocada puramente por política e, no momento, sem nenhum conhecimento de fato do que está acontecendo.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Então, faço coro aqui com as palavras do Deputado Danilo Forte e peço também que esta Comissão de Orçamento possa ser um palco de defesa a essa instituição, que é tão importante para o nosso País.

O SR. WILSON SANTIAGO (Bloco/PTB - PB) - Sra. Presidente...

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Com certeza.

Com a palavra o Deputado Wilson Santiago.

O SR. WILSON SANTIAGO (Bloco/PTB - PB) - Sra. Presidente, o Deputado Domingos e o Deputado Danilo têm extrema razão em defender a instituição Banco do Nordeste.

Todos nós, que somos do Nordeste, reconhecemos a importância do banco, o trabalho do banco para atender as demandas, especificamente dos pequenos produtores rurais espalhados pelo Nordeste inteiro. Então, o Banco do Nordeste não pode sofrer nenhum atropelo e, muito menos, nenhum risco de descrédito no que se refere às suas ações ou à aplicação dos seus programas.

É bem verdade que tudo que tiver relação com a denúncias tem que ser apurado. Mas essas apurações não podem ser incluídas, e digo até denegridas, no sentido de fazer com que o banco perca o seu crédito com a população brasileira.

É muito grande a importância do Banco do Nordeste para a Região. É um patrimônio para o Nordeste, igual é a PETROBRAS para o Brasil inteiro. Por esta razão é que nós não podemos concordar que qualquer ação destrutiva ou que denigra a imagem do banco seja no Congresso absorvida pacificamente.

Temos que defender, sim, que se apure tudo o que existir de denúncia. Ninguém concorda com nada que, de fato, esteja errado. No entanto, temos que separar o banco de atitudes individuais de determinadas pessoas.

Esse é o nosso posicionamento e, eu tenho certeza, de todos aqueles que conhecem e sabem da importância do Banco do Nordeste para a economia de todos nós nordestinos.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Com a palavra o Deputado Hildo Rocha.

O SR. HILDO ROCHA (MDB - MA) - Na mesma linha do que disse o Deputado Danilo, referendado pelos Deputados Domingos Neto e Wilson Santiago, quero confirmar, Sra. Presidente, Senadora Rose de Freitas, a quem saúdo — quero também saudar o Senador Izalci Lucas e todos os colegas Deputados e Deputadas —, que o Banco Nordeste é de grande importância para todo o povo nordestino.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O Banco do Nordeste tem feito alguns investimentos no Maranhão que estão ajudando no desenvolvimento da indústria, da pecuária e da agricultura. Tem sido grande parceiro dos produtores, da indústria e do comércio do Estado.

A forma como foi colocada a imagem do Presidente e de toda a diretoria do banco não foi correta. Se há um contrato que pode ser motivo de fiscalização por fraudes em sua execução, o correto não é sugerir a exoneração de todos os diretores do banco.

Eu até já apresentei uma Proposta de Fiscalização e Controle — PFC à Comissão de Fiscalização na tarde de ontem. E vou sugerir uma audiência pública lá no ambiente da Comissão, para que nós possamos apurar melhor todas essas denúncias, porque, de repente, são falsas, são *fake news* que estão sendo usadas apenas para derrubar a diretoria do banco, um banco que é importante para o Brasil.

Eu queria fazer essas colocações neste momento, Sra. Presidente.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Vou sugerir aos Srs. Parlamentares que fizeram esse desagravo ao Banco do Nordeste que deixem isso registrado em documento assinado por S.Exas.

Vamos continuar a discussão sobre a Instrução Normativa nº 2, de 2021.

Encerrada a discussão, passo a palavra ao Relator, Deputado Hugo Leal.

O SR. HUGO LEAL (PSD - RJ) - Sra. Presidente, acho que a matéria já foi deveras discutida. Entendo que poderia ser ainda mais discutida. E isso deverá acontecer. Teremos novas oportunidades, em outros momentos.

No relatório preliminar, que já foi debatido, eu me manifestei — eu tenho a minha visão.

Como eu já fiz a leitura do relatório ontem, vou ler apenas o voto. Peço a aprovação de V.Exas.

"Do exame do projeto, verificamos que a iniciativa se faz necessária para que se possa abrir prazo para apresentação de emendas ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 19, de 2021 — Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2021.

Em que pesem as ponderações apresentadas na emenda da Deputada Adriana Ventura, entendemos que no momento o melhor a se fazer é repetir o procedimento adotado nos últimos anos, ao mesmo tempo em que se faça uma discussão mais aprofundada do assunto, em projeto de resolução do Congresso Nacional, por ser instrumento mais efetivo para se definir as regras duradouras em relação à tramitação dos projetos de Lei Orçamentária.

Diante do exposto, somos pela aprovação da Proposta de Instrução Normativa na forma em que foi apresentada."





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Esse é o voto, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Vou colocar em votação o relatório da Instrução Normativa nº 2.

Em votação na representação da Câmara dos Deputados, ressaltados os destaques.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado, com o voto contrário da Deputada Adriana Ventura.

Em votação na representação do Senado Federal.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado no Senado Federal.

Passaremos agora à apreciação do destaque apresentado pela Deputada Adriana Ventura.

O Relator está com a palavra.

Antes, pergunto à Deputada Adriana Ventura se gostaria de fazer uso da palavra.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Claro!

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Pois não. V.Exa. está com a palavra.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Muito obrigada, Sra. Presidente.

Bom, na verdade, nós iniciamos uma discussão que, como bem disse o Sr. Relator, deve seguir e ser aprofundada, porque o tema não é simples, é complexo.

Eu queria deixar consignado que o objetivo do destaque é trazer equidade e justiça à distribuição e destinação das emendas de bancada, que são verbas que deveriam ser utilizadas para investimento em obras de grande vulto, para desenvolvimento do Estado.

Nós temos, sim, diferenças regionais, mas nós temos muitas diferenças populacionais. Então, o critério de divisão do valor de emendas de bancada de forma igualitária não é justo, porque todos os cidadãos brasileiros têm o mesmo valor, todos são iguais. O valor das emendas de bancada era de 242 milhões de reais e passou agora para 212 milhões de reais, aproximadamente. Não é justo que um cidadão paulista valha 4 reais e 60 centavos e um de Roraima valha 348 reais. Ainda se nós estivéssemos falando de investimento estruturante, de obra de grande vulto, seria outra coisa, mas não é isso o que acontece na prática. Muitas vezes, as emendas de bancada são utilizadas como se fossem individuais, o que não está correto.

Então, o que nós temos que buscar é uma forma de fazer com que haja isonomia entre toda a população brasileira e também entre os Parlamentares e que não haja desvirtuamento da utilização da emenda de bancada, que vem sendo utilizada de maneira incorreta.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Um cidadão não vale mais que o outro. E também há outro problema grave, que muitas pessoas tentam justificar. Um Deputado ontem falou assim: *"Isso é compensado com as emendas individuais. São Paulo é a maior bancada, tem 70 Deputados"*. Mas há bancadas que são sub-representadas aqui.

As bancadas de Estados maiores, como São Paulo, Rio de Janeiro e outros, estão sub-representadas, ao passo que as de outros Estados estão super-representadas. Pela proporcionalidade, elas deveriam ter um ou dois Deputados, mas têm oito.

Então, eu acho que temos que discutir isso com critério e com profundidade. Eu espero que tenhamos a oportunidade de fazer isso no projeto de resolução. Essa é a minha defesa.

Obrigada, Sra. Presidente, pela sua atenção e gentileza.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Deputada Adriana, com certeza, a Comissão que será organizada pelo Senador Marcelo continuará, e nós teremos a oportunidade de votar e resolver esse assunto de uma maneira mais definitiva. Somos premidos pelo tempo, pelas circunstâncias, que atropelam o trabalho de todos nós, mas sabemos que temos que conduzir dessa maneira.

Eu parabeno V.Exa. pelo discurso e pela atuação nesta Casa.

Concedo a palavra ao Sr. Relator.

O SR. DOMINGOS NETO (PSD - CE) - Relator, V.Exa. me concede 10 segundos, só para eu dar uma informação aos Deputados do Nordeste, os Deputados Danilo, Hildo, Wilson?

A ONG que está sendo questionada na licitação, o segundo lugar, que vem do mercado de São Paulo, fez uma proposta pelo dobro do preço no Banco do Nordeste. Isso é só para que tenhamos a noção de que não há nada de irregular. É uma licitação que está sendo ganha no preço. Isso é só para fazer justiça.

Quero dar essa informação a todos os Deputados do Nordeste, porque, certamente, é de interesse de S.Exas.

O SR. JOÃO CARLOS BACELAR (PL - BA) - Sra. Presidente...

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Tem a palavra o Deputado João Carlos Bacelar.

O SR. JOÃO CARLOS BACELAR (PL - BA) - Sra. Presidente, o nosso Presidente Deputado Valdemar Costa Neto está sendo citado aqui, e eu, como membro do Partido Liberal, tenho a obrigação de fazer a defesa do partido.

Eu queria explicar que eu concordo aqui com os pares. O Romildo é um homem sério — eu testemunhei isso algumas vezes — e de finíssimo trato. Ele tratava todos muitíssimo bem, mas o Presidente Valdemar Costa Neto recebeu uma mensagem do Presidente da República,





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

na sexta-feira à noite, pedindo providências sobre esse assunto. Eu acredito que a imprensa tenha questionado o Presidente sobre isso, e o Presidente, com a peculiaridade e sinceridade que ele tem, retransmitiu isso automaticamente para o Deputado Valdemar Costa Neto. E ele disse que não acreditava, mas que iria fazer uma consulta ao Presidente Romildo. E assim ele fez. E ele foi informado pelo Romildo que realmente existia esse contrato com essa ONG, no valor de seiscentos e poucos milhões de reais, e que, se fosse relicionar, esse contrato seria muito maior.

Eu acho que isso foi um desencontro de informação, porque o Presidente Valdemar Costa Neto também é uma pessoa de finíssimo trato, Líder incontestado de um partido de 44 Deputados Federais hoje e quatro Senadores. E ele tem a responsabilidade da liderança que ele exerce no partido, de homem público, de Presidente de um partido do tamanho do nosso.

Sra. Presidente, eu queria dizer a V.Exa. e aos pares, porque eu acho que isso fez criar essa comoção aqui dos Deputados do Nordeste. Então, eu sugiro a V.Exa., Deputado Domingos, que faça uma comissão para conversar com o Presidente Valdemar, até para dirimir esses fatos. Mas eu não posso também ouvir aqui ataques ao meu Presidente e ficar calado. O Presidente Valdemar é uma pessoa por quem eu tenho o maior respeito, admiração e carinho. Enquanto eu estiver na vida pública partidária, eu estarei no Partido Liberal, que é o único partido ao qual eu fui filiado até hoje. Eu estou no quarto mandato pelo partido e indo para o quinto e não posso ouvir uma crítica ao meu Presidente e ficar calado.

Peço ao Deputado Domingos Neto, ao Deputado Danilo Forte e aos outros Deputados do Nordeste que aqui falaram que levem esse manifesto que V.Exas. mencionaram até o Presidente Valdemar Costa Neto e conversem com ele. Ele é do diálogo. Não é à toa que ele é um líder, e é um líder de um partido com altos e baixos. O partido teve momentos de fragilidade e hoje é um partido de altíssimo respeito e de credibilidade.

O Presidente foi informado dessa situação e, automaticamente, tomou uma atitude, diante da pressão que recebeu do Presidente da República. Acho que pode ter havido algum desencontro de informações, mas eu não vou admitir aqui críticas ao meu Presidente Valdemar Costa Neto. Peço a V.Exas. que façam seus manifestos, façam suas oposições partidárias, mas que, ao mesmo tempo, encaminhem... Posso ser até, Deputado Danilo Forte, o indutor dessa reunião.

Peço ao Presidente que escute uma comissão de Parlamentares para ouvir o contraditório. Acho que o contraditório tem que ser feito, e não podemos imputar às pessoas corretas nenhuma mancha, se não for garantido o direito ao contraditório.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Está aqui também o Deputado da Paraíba Wilson Santiago, que é um Deputado de alta relevância e ex-Senador da República, que também tem serviços prestados nesta Casa, no seu Estado e no País. Então, acho que todos aqui têm muita responsabilidade quanto ao que disseram.

Dou como sugestão que se crie essa comissão para conversar com o Presidente Valdemar Costa Neto. Eu posso ser, inclusive, o indutor dessa reunião, Deputado Danilo Forte, para que se dirima essa dúvida. Acho que podem ter havido alguns desencontros, acertos e desacertos. Acho que qualquer um de nós que tivesse recebido um áudio do Presidente da República numa sexta-feira à noite iria ficar preocupado. E não é qualquer valor: são 600 milhões de reais.

Presidenta Rose de Freitas, já que isso foi levantado aqui na Comissão, eu acho que o melhor encaminhamento seria esse: criar o direito ao contraditório e levar a posição dos que se manifestaram ao Presidente Valdemar.

O SR. HILDO ROCHA (MDB - MA) - Sra. Presidente, peço a palavra. Só para esclarecer, Sra. Presidente, peço minuto.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Por favor, eu gostaria de continuar. Estamos num processo de votação. Eu abri o espaço para que o Deputado pudesse se manifestar, e não haverá réplica nem tréplica.

O SR. HILDO ROCHA (MDB - MA) - Peço só 1 minuto, Presidente. É só 1 minuto. Encerrarei o assunto.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Darei a palavra a V.Exa. tão logo o Relator possa concluir a votação.

O SR. HUGO LEAL (PSD - RJ) - Deixe-me só proferir o parecer. É só o parecer à emenda da Deputada Adriana Ventura.

Eu dou o parecer agora. Eu já me manifestei.

Apesar de ser meritória a emenda da Deputada, esta Relatoria a rejeita e indica a aprovação da instrução normativa nos termos em que ela está.

Respeitando, data maxima venia, a intenção e o mérito que V.Exa. traz, eu estou rejeitando a emenda e conduzindo à aprovação da instrução normativa na forma como foi apresentada.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP) - Peço a palavra pela ordem, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - O olhar da autora do destaque para V.Exa. foi fulminante, Relator.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP) - Peço a palavra pela ordem, Sra. Presidente.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Eu estou num processo de votação.

Gostaria de concluir.

O destaque foi rejeitado pelo Relator.

Coloco-o em votação na Câmara dos Deputados.

Aqueles que o rejeitam e que aprovam o parecer do Relator permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Registro o voto contrário da Deputada Adriana Ventura.

Está rejeitado na Câmara. Não vai ao Senado.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP) - Peço a palavra pela ordem, Presidente.

O SR. DANILO FORTE (PSDB - CE) - Peço a palavra pela ordem, Presidente. Eu fui citado.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Está inscrito o Deputado Claudio Cajado.

O SR. DANILO FORTE (PSDB - CE) - Eu fui citado pelo Deputado João Carlos Bacelar.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - V.Exa. falará, com certeza.

O Deputado Claudio Cajado está com a palavra.

Em seguida, falará o citado, o Deputado Danilo Forte. Depois falará o Deputado Carlos Zarattini.

O SR. CLAUDIO CAJADO (PP - BA) - Obrigado.

Eu queria apenas me reportar ao que foi dito sobre o Banco do Nordeste. Eu acompanhei o final das palavras dos colegas e queria, Presidente, dar um depoimento. Eu sou cliente do Banco do Nordeste. Eu sou agricultor, já tenho vários empréstimos do Banco do Nordeste para plantio de milho e soja e atribuo à instituição um valor extremamente importante para o produtor rural brasileiro, em especial, para aqueles que praticam a agropecuária. Eu estou agora com um projeto para a suinocultura, e o banco tem dado a ele uma atenção excepcional.

Fiz uma visita presencial, juntamente com o meu sócio, ao Dr. Romildo, no Ceará, e quero dar um depoimento: ele é um servidor de carreira, é um homem da maior *finesse* e um funcionário exemplar. Eu quero dizer com base na minha experiência pessoal, e não como Parlamentar apenas. Minha experiência revela que o Presidente do Banco do Nordeste, Dr. Romildo, é uma pessoa extremamente competente. Já deve estar se aposentando, porque foi ao topo da carreira, como Presidente.

E queria dizer que eu recebi o vídeo do Presidente Valdemar Costa Neto, e o que nós precisamos ver é que uma instituição tão séria quanto o Banco do Nordeste, se contratou uma ONG para fazer o Crediamigo, pelo que eu tenho informação, é porque isso foi bom para o





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

banco. Eu nunca vi banco perder dinheiro — nunca! Se houver um banco que perde dinheiro, é por incompetência ou fraude e acaba quebrando. O Banco do Nordeste tem, principalmente através da gestão do Romildo, recorde de eficiência e de bons resultados. Aliás, esses resultados são auditados pelo Banco Central.

Nós temos que ter confiança nas instituições públicas — Banco do Brasil, Caixa Econômica e BNB. Preocupa-me muito a politização dessa questão. Se há a informação de que havia uma ONG petista prestando serviços ao banco, isso tem que ser apurado, eu concordo. A informação chegou ao Presidente da República, e o Presidente contactou o Presidente Valdemar, do PL, Partido Liberal, que tomou uma atitude. Porém, o vídeo me parece um pouco açodado, feito sem que antes se tenham apurado direito essas questões, principalmente do ponto de vista da gestão, porque, se a ONG é capaz, é competente e traz bons serviços e lucro ao banco, nós temos que ver se é viável ou não retirá-la para botar uma empresa ou para colocar outra organização que venha a ter custos maiores.

Eu não conheço essa ONG, não sei qual é, nunca ouvi falar, inclusive, mas o que me preocupa é recair sobre a imagem da instituição e sobre o Presidente Romildo um ônus que não lhes cabe.

O que eu pediria? Que houvesse uma apuração rigorosa desses fatos, uma auditoria feita por um órgão independente que pudesse aferir se essa ONG tem ou não capacidade técnica; se existe ou não vinculação política; e se ela tem sido ou não positiva e eficiente para o banco, no que diz respeito ao resultados que apresenta.

Essa seria a nossa colocação. Como V.Exa., Sra. Presidente, disse que ia fazer uma moção, um ofício, seria bom constarem esses fatos que eu estou aqui expondo, para que nós não politizássemos uma questão, sem que houvesse uma preocupação com a consequência dos atos que foram praticados e que eventualmente poderão ser desvendados.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Só comunico a V.Exa., Deputado, que eu não disse que faria uma moção, porque não caberia a esta Presidência promovê-la. Apenas pedi àqueles que se manifestaram que organizassem uma moção, e ela seria enviada pela própria Comissão. Essa foi a palavra.

Eu peço que sejam breves, porque nós estamos com uma pauta para ser votada.

Tem a palavra V.Exa., Deputado Danilo Forte.

Depois falará o Deputado Carlos Zarattini.

O SR. DANILO FORTE (PSDB - CE) - Sra. Presidente, foram muito ponderadas as palavras do Deputado Claudio Cajado, e acho que a sensibilidade do Deputado João Carlos





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Bacelar foi de compreensão, realmente, a esse desacerto, para minimizar os efeitos da postura do Presidente do PL, o ex-Deputado Valdemar.

Eu não vou aqui fazer nenhum comentário a respeito da credibilidade ou não do Presidente do PL, o Dr. Valdemar, até porque não me cabe isso, mas eu tenho respeito e zelo, sim, pela instituição mais importante para o desenvolvimento da Região Nordeste, que já é muito sacrificada e discriminada no Brasil.

É exatamente em cima disso que eu acho que, para qualquer início de diálogo, o Presidente do PL, o Dr. Valdemar, deveria fazer uma retratação, da mesma forma que fez a agressão. Eu acho que cabe agora um momento de humildade, de reconhecimento de que foi agressivo. Não é uma instituição qualquer, é uma instituição financeira. A sensibilidade do mercado financeiro é muito grande. Sabemos que, por detrás disso, sempre houve manobras para tentar dilacerar o banco, para tentar extinguir o banco, porque o mercado financeiro privado sempre teve olho gordo, como se diz na linguagem popular, nas operações que o Banco do Nordeste faz. E o centro-sul do País, onde está a concentração financeira e a riqueza do País, sempre olhou com desprezo para a Região Nordeste.

Então, diante disso, eu estou disposto, Deputado João Carlos Bacelar, a fazer um encontro. Eu não tenho medo de dialogar com ninguém, muito pelo contrário. V.Exa. sabe que eu sou do diálogo, sou da argumentação, mas eu também sou da defesa da dignidade das pessoas. Ninguém pode, de forma leviana, agredir outra pessoa só com base em "alguém me disse" ou "eu ouvi falar". Seja lá de onde vem a informação, sempre cabe uma indagação, inclusive pelos meios judiciais. A Justiça está aí para isso. O papel do Ministério Público, o papel da Controladoria-Geral da União, o papel da Justiça é exatamente o de averiguar. E onde há dinheiro público, temos que averiguar, temos que acompanhar.

Agora, isso não é de hoje. Esse trabalho e a parceria dessa ONG com o Banco do Nordeste vêm desde 2003. E, como muito bem disse o Deputado Claudio Cajado, é importante focarmos nos resultados, não na natureza ideológica dos dirigentes de qualquer organização. Isso não é papel nosso. Esse discurso fica para a política, para o pleito eleitoral. É lá que nós vamos discutir as questões das divergências políticas e ideológicas. Agora, ao se ideologizar e politizar uma instituição financeira, coloca-se em risco inclusive a credibilidade dessa instituição financeira. E é isso que nós não queremos para o Banco do Nordeste. Quando politizaram o Banco do Nordeste, e o Banco do Nordeste virou instrumento político de um partido político, deu no que deu: deu no cuecão, deu do desvio dos recursos públicos e deu na ausência da credibilidade do banco. É hora de resgatar esse banco, de fortalecer esse banco, para ajudar a economia do Nordeste.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Então, eu estou a sua inteira disposição para qualquer diálogo com quem quer que seja. Agora, eu acho que nós precisamos do respeito e da credibilidade que o Banco do Nordeste tem.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Tem a palavra o Deputado Carlos Zarattini.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP) - Sra. Presidente, em primeiro lugar, eu queria registrar o meu voto contrário ao voto do Relator no destaque da Deputada do NOVO.

Essa forma de distribuição das emendas de bancada é equivocada. Não precisaria ser igualitária. Eu acho que nós temos que ser desiguais até para que os Estados com menor poder econômico sejam mais contemplados. Não é possível que haja uma igualdade simplesmente utilizando um divisor para que todo mundo receba a mesma quantidade. Cabe razão à Deputada Adriana Ventura. Nós gostaríamos de apoiá-la e buscar uma solução para isso.

Da mesma forma, Sra. Presidente, temos que encontrar uma solução em relação à emenda de Relator. Todos sabem que existe uma ação junto à Ministra Rosa Weber, no Supremo Tribunal Federal, questionando a forma como é distribuída a emenda de Relator.

Este ano nós temos que achar uma solução para a emenda de Relator. Não pode continuar desse jeito, beneficiando alguns Deputados em detrimento da totalidade do Congresso Nacional, de Deputados e de Senadores.

Por fim, Sra. Presidente, eu queria dizer que o Partido dos Trabalhadores não detém qualquer ONG. Nós temos o partido e a fundação do partido, que é regulamentar na lei dos partidos. Nós não temos nenhuma ONG.

Então, é um absurdo o Presidente da República vir com essa discussão. Ele tem que avaliar se a ONG citada presta ou não um bom serviço ao Banco do Nordeste e ponto final. Se não estiver prestando um bom serviço, que se ativem os órgãos de controle — a CGU, o Ministério Público, o TCU —, e se faça uma auditoria. Agora, não venha com essa conversa mole, que já está enchendo o saco de todo mundo no Brasil.

Desculpe-me! O Presidente da República tem que trabalhar em vez de ficar falando bobagem, utilizando o microfone todo dia para falar bobagem e querer fazer luta ideológica.

Vai trabalhar, por favor, Sr. Jair Bolsonaro!

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Tem a palavra o Relator, o Deputado Hugo Leal. *(Pausa.)*

Vamos colocar em votação.

Tem a palavra o Deputado Juscelino Filho, nosso Relator da LDO.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. JUSCELINO FILHO (DEM - MA) - Sra. Presidente, Senadora Rose, caros colegas, eu também quero corroborar as palavras do Deputado Claudio Cajado e outros e fazer a nossa defesa. Nós conhecemos o trabalho que o Romildo Rolim vinha desempenhando à frente da instituição do Banco do Nordeste, sempre com muita competência. O banco sempre entregou os resultados onde deveria fazê-lo, porque se trata de um banco de fomento importantíssimo para o País e, principalmente, para a Região Nordeste.

Ontem, eu vi o vídeo e recebi diversas mensagens e telefonemas de vários produtores do nosso Estado, geradores de emprego e renda, preocupados com a situação. Eles também conhecem o trabalho da diretoria do banco, conhecem o trabalho que a superintendência do banco faz no Estado do Maranhão. Todos estavam externando uma preocupação, porque o Romildo e toda a diretoria gozam do prestígio e respeito de toda a classe produtora no nosso Estado.

Quero aqui deixar este registro. Vi o vídeo publicado pelo Presidente Nacional do PL. Acho que a forma correta é a que o Deputado Claudio Cajado colocou: tem que ser apurado, tem que ser auditado, porque não pode ser colocado daquela forma sem mostrar os fatos com mais clareza. O Banco do Nordeste tem um papel importante no nosso País, na nossa região, no nosso Estado do Maranhão, e isso nos traz uma preocupação. Trata-se de toda a Diretoria de uma instituição que hoje tem um grande papel no nosso País, de desenvolvimento, de geração de oportunidade, de emprego e renda. Só quero deixar este nosso registro também de solidariedade a esses acontecimentos que vimos, e torço para que apareçam com mais clareza esses fatos, para que não se cometam injustiças.

Estas são as nossas palavras, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Apesar de já termos realizado o processo de votação, eu quero registrar o voto contrário manifestado em tela pelo Deputado Carlos Zarattini — contrário ao encaminhamento e a favor do destaque. Será considerado o voto em questão.

Para a conclusão desta pauta, há um requerimento de inclusão. Conforme o art. 235 do Regimento do Senado Federal e o art. 128 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, eu submeto ao Plenário requerimento para inclusão na pauta e quebra de interstício de 2 dias úteis para apreciação dos relatórios apresentados aos Projetos de Lei nºs 10 e 14 e dos Requerimentos nºs 25 e 26, de 2021.

O SR. DANILO FORTE (PSDB - CE) - Favorável.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Em deliberação no Plenário.

Pergunto à Câmara dos Deputados se todos estão a favor. *(Pausa.)*





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Obrigada.

Em relação a esta votação, perguntamos também aos Senadores. *(Pausa.)*

Aprovado.

Passaremos à apreciação então do Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 10, de 2021, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor da Justiça Eleitoral, da Justiça do Trabalho e do Ministério Público da União, crédito especial no valor de R\$1.229.972,00, para os fins que especifica.

A Relatora é a Deputada Flávia Moraes, e o relatório é pela aprovação do projeto de lei, nos termos propostos pelo Poder Executivo.

Em face da ausência da Relatora, designo o Deputado Danilo Forte para fazer a leitura do relatório.

O SR. DANILO FORTE (PSDB - CE) - Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Senadores, este relatório vem no sentido de abrir um crédito especial no valor de R\$1.229.972,00 para a Justiça Eleitoral. A importância dele se dá exatamente para a conclusão de pagamentos de obras que estão sendo realizadas pela Justiça Eleitoral, principalmente no meu Estado, o Estado do Ceará, na construção do Edifício-Sede da Justiça Eleitoral. O nosso prédio do TRE no Ceará tem mais de 50 anos de uso; é um prédio já muito acanhado, muito diminuto para o tamanho e a importância que a Justiça Eleitoral tem no nosso Estado e é totalmente inadequado às normas de segurança exigidas hoje pelos órgãos de controle da habitabilidade e da funcionalidade de qualquer edifício-sede da envergadura de um Tribunal Regional Eleitoral.

Tanto o Tribunal Regional Eleitoral do Ceará como também o Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região, que engloba os Estados de Rondônia e do Acre, e também a Sede do Ministério Público no Município de Bagé, no Rio Grande do Sul, são exatamente os Estados e as localidades que serão beneficiados com esses recursos que serão disponibilizados para a Justiça Eleitoral.

Diante disso, vou ao voto da Relatora.

"A presente proposição se acha articulada na modalidade apropriada de crédito adicional, isto é, crédito especial, por objetivar a alocação de nova programação não prevista na Lei Orçamentária em vigor (Lei nº 14.144, de 22 de abril de 2021) e ser formulada de acordo com o que determina o art. 46 da Lei nº 14.116, de 31 de dezembro 2020 (LDO/2021).

Do exame da proposição, verificamos que a iniciativa do Poder Executivo não contraria dispositivos constitucionais e demais normas legais pertinentes à matéria.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Diante do exposto, somos pela aprovação do PLN nº 10, de 2021-CN, na forma proposta pelo Poder Executivo.

Sala da Comissão, 29 de setembro de 2021.

Deputada Flávia Moraes"

Deputado *ad hoc* Danilo Forte.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Em discussão o relatório apresentado pelo Deputado Danilo Forte. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação na Câmara dos Deputados.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação no Senado Federal.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se se acham. *(Pausa.)*

Aprovado.

Agradeço ao Deputado Danilo Forte, sempre presente e atuante nesta Comissão.

Passamos agora à apreciação do relatório do Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 14, de 2021, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor da Justiça Eleitoral, crédito especial no valor de R\$944.400,00, para os fins que especifica.

O Relator, pela ausência da Relatora, é o Deputado João Carlos Bacelar. O relatório original é pela aprovação do projeto de lei do Poder Executivo. Ao projeto não foram apresentadas emendas.

V.Exa. tem a palavra.

O SR. JOÃO CARLOS BACELAR (PL - BA) - Sra. Presidente, Sras. e Srs. Senadores e Deputados, "a presente proposição se acha articulada na modalidade apropriada de crédito adicional, isto é, crédito especial, por objetivar a alocação de nova programação não prevista na Lei Orçamentária em vigor (...) e ser formulada de acordo com o que determina o art. 46 da Lei nº 14.116, de 31 de dezembro 2020 (LDO/2021).

Do exame da proposição, verificamos que a iniciativa do Poder Executivo não contraria dispositivos constitucionais e demais normas legais pertinentes à matéria.

Diante do exposto, somos pela aprovação do PLN nº 14, de 2021-CN, na forma proposta pelo Poder Executivo."

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Em discussão o relatório apresentado pelo Deputado João Carlos Bacelar. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação na Câmara dos Deputados.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Aprovado.

Em votação no Senado Federal.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se se acham. *(Pausa.)*

Aprovado.

Temos um extrapauta, que citei na reunião de Líderes.

Apreciação do Requerimento nº 25, de 2021, que requer realização de reunião de audiência pública para tratar sobre a forma de divisão das emendas de bancada estadual para o orçamento anual de 2022. Autora: Deputada Adriana Ventura.

V.Exa. deseja fazer uso da palavra, Deputada Adriana?

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Sobre este requerimento não, porque eu já falei sobre emenda de bancada. Eu só queria reforçar a importância de aprofundarmos o debate sobre esse tema.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Pois não.

O requerimento está em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-lo, está encerrada a discussão.

O requerimento está em votação na Câmara dos Deputados.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação no Senado Federal.

Os Senadores que o aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Temos a apreciação de outro requerimento.

Requerimento nº 26, de 2021, que requer a realização de reunião de audiência pública para tratar sobre as emendas do Relator-Geral no Orçamento da União. Autora: Deputada Adriana Ventura.

Deputada Adriana, V.Exa. quer fazer uso da palavra ou podemos passar à votação?

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Vou falar por 1 minuto só, Presidente.

Na verdade, é só para corroborar com o que o Deputado Carlos Zarattini já disse. Nós precisamos realmente discutir a questão das emendas de Relator e seus impactos na democracia, na isonomia e na transparência. Por isso foi solicitada esta audiência. Eu inclusive já conversei sobre isso com o Sr. Relator e com V.Exa., Sra. Presidente. É muito importante para esta Comissão debater este tema de uma maneira aberta, para que possamos melhorar esse instrumento.

Obrigada.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Pois não.

O requerimento está em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-lo, está encerrada a discussão.

O requerimento está em votação na Câmara dos Deputados.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação no Senado Federal.

Os Senadores que o aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado.

Quero agradecer a presença a todos e sobretudo registrar a importância que tem a reunião de Líderes e coordenadores para que possamos dar um bom andamento à pauta nesta Casa.

Considero encerrada a presente reunião.

**ATA DA DÉCIMA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, 56ª
LEGISLATURA, DA COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO,
REALIZADA NO DIA 7 DE OUTUBRO DE 2021.**

Aos sete dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e um, foi convocada extraordinariamente a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no Anexo II, plenário 02 da Câmara dos Deputados, com o objetivo de apreciar as matérias constantes da Pauta. Neste período foi registrado o comparecimento dos membros: - **Deputados titulares:** André Figueiredo, André Fufuca, Arnaldo Jardim, Bosco Costa, Carlos Zarattini, Charles Evangelista, Coronel Tadeu, Daniel Almeida (remotamente), Domingos Sávio, Eduardo Costa, Gilberto Abramo, Hildo Rocha, Hugo Leal, (remotamente), José Guimarães, Luciano Ducci, Mário Negromonte Jr., Marx Beltrão, Paulo Azi, Sergio Souza, Uldurico Junior e Zé Carlos; - **Senadores titulares:** Angelo Coronel, Carlos Fávaro, Elmano Férrer, Izalci Lucas, Oriovisto Guimarães, Rose de Freitas, Simone Tebet e Wellington Fagundes; - **Deputados suplentes:** Adriana Ventura, Alceu Moreira, Beto Faro, Caroline de Toni, Célio Silveira, Dagoberto Nogueira, Danilo Forte, Domingos Neto, Dra. Soraya Manato (remotamente), Gelson Azevedo, Hercílio Coelho Diniz, Júnior Ferrari, Juscelino Filho, Orlando Silva, Ossesio Silva, Pedro Lupion, Pinheirinho, Robério Monteiro, Rodrigo Coelho, Toninho Wandscheer, Weliton Prado e Wilson Santiago e - **Senadores Suplentes:** Eduardo Gomes, Esperidião Amin e Soraya Thronicke. Foi registrado o comparecimento dos parlamentares não integrantes da Comissão: - **Deputados** Angela Amin, Carmen Zanotto, Félix Mendonça Júnior, Liziane Bayer e Misael Varela. Foi registrada a ausência dos membros titulares: - **Deputados:** Adolfo Viana, Arthur Oliveira Maia, Flávia Moraes, Genecias Noronha, Gonzaga Patriota, Jhonatan de Jesus, Júnior Mano, Osires Damaso e Sanderson e - **Senadores:** Alessandro





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Vieira, Jean Paul Prates e Weverton. **ABERTURA:** às onze horas e seis minutos, do dia sete de outubro de 2021, e havendo número regimental, conforme estabelecido no *Art. 134 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional*, os trabalhos foram abertos pela Presidente, Senadora Rose de Freitas, que garantiu ao plenário que os dois Projetos de Lei em pauta (PLN 16 e 20/2021-CN) seriam votados nesta Comissão antes de seguirem para o Congresso Nacional e que gostaria de suspender a reunião para aguardar a chegada dos Relatórios. Às onze horas e sete minutos, do dia sete de outubro de 2021 a reunião foi suspensa. Às doze horas e vinte e sete minutos do mesmo dia sete de outubro de 2021, a reunião foi reiniciada pela Presidente, que informou que a reunião estava ocorrendo de forma semipresencial, com parlamentares presentes no plenário e parlamentares participando de forma virtual através da plataforma zoom. Em seguida, havendo quórum para deliberação, conforme o *Art. 12 do Regimento Comum do Congresso Nacional*, solicitou ao plenário a concordância para a dispensa da leitura da Ata da 9ª Reunião Deliberativa Extraordinária, realizada nos dias 28 e 29 de setembro de 2021. Em deliberação, a Ata foi **APROVADA**. **EXPEDIENTE:** A Presidente solicitou que fossem declarados como lidos os expedientes recebidos pela Comissão, do dia 29 de setembro, até a presente data, tendo em vista que essas informações encontram-se publicadas na página da CMO na internet. **ORDEM DO DIA: PAUTA. Item 01** - Apreciação do Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 16/2021-CN**, da Presidência da República, com a Alteração encaminhada pelo Poder Executivo, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações, crédito suplementar no valor de R\$ 690.000.000,00, (seiscentos e noventa milhões de reais) para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente". Relator: Senador Eduardo Gomes. Ao Projeto foram apresentadas 4 (quatro) emendas. Voto: pela aprovação do Projeto de Lei na forma do Poder Executivo. Quanto às 4 (quatro) emendas apresentadas, o Relator ofereceu voto pela INADMISSIBILIDADE das emendas 001 e 002 e REJEIÇÃO das emendas 003 e 004. O Senador Eduardo Gomes prestou esclarecimentos com relação aos Projetos de Lei em pauta na Sessão do Congresso Nacional e assegurou que estão ocorrendo amplos debates mediante reuniões com as lideranças de todos os partidos para discutir os vetos. Em seguida, procedeu à leitura do **Adendo apresentado ao Relatório do PLN 16/2021-CN**- Após a apresentação do Relatório perante a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, o Poder executivo encaminhou Ofício do Ministério da Economia nº 438/2021, pelo qual solicita modificação do PLN 16/2021-CN. Nesses termos, apresentamos o presente Adendo que Reformula o voto do Relator que acata, na íntegra, as alterações demandadas do Poder Executivo. O valor total do PLN 16/2021-CN fica mantido em R\$ 690.000.000,00 (seiscentos e noventa milhões de reais), conforme a proposta original do Poder Executivo. Os recursos compensatórios para financiar as complementações do crédito serão originárias de superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício financeiro anterior, conforme previsto em Lei. As programações suplementares serão apresentadas ao Anexo programa de trabalho-suplementação ao final deste Adendo e substitui, na íntegra, as inseridas no Anexo de suplementação do Relatório inicialmente apresentado. Substitua-se o voto do Relator apresentado pelo seguinte **Voto:** Diante do exposto, e considerando a constitucionalidade, juridicidade, mérito e técnica legislativa da matéria, somos pela aprovação do PLN 16/2021-CN na forma da proposta modificada do Poder Executivo, pela inadmissão das emendas 1 e 2 e pela rejeição das emendas 3 e 4. A Presidente, em conformidade com o disposto no *parágrafo 2º do Art.146 da Resolução nº1, de 2006, do Congresso Nacional*, declarou inadmitidas as emendas de números 01 e 02, indicadas pelo Relator no seu voto e iniciou a discussão. Discutiram a matéria os Deputados José Guimarães, Hildo Rocha, Coronel Tadeu, Bosco Costa, Angela Amin, Carmen Zanotto, Dra. Soraya Manato (remotamente) e os Senadores Izalci Lucas e Wellington Fagundes. O Relator, Senador Eduardo Gomes, leu o novo **Adendo apresentado ao Relatório do PLN 16/2021-CN**- Após a apresentação do Relatório perante a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, o Poder Executivo encaminhou Ofício do Ministério da Economia SEI nº





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

438/2021, pelo qual solicita modificação do PLN 16/2021-CN. Nesses termos, apresentamos o presente Adendo que Reformula o voto do Relator que acata, na íntegra, as alterações demandadas do Poder Executivo. O valor total do PLN 16/2021-CN fica mantido em R\$ 690.000.000,00 (seiscentos e noventa milhões de reais), conforme a proposta original do Poder Executivo. Os recursos compensatórios para financiar as complementações do crédito serão originárias de superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício financeiro anterior, conforme previsto no *Inciso I do parágrafo I do Art. 43 da Lei nº 4.320, de 1964*. No entanto, após análise das programações alteradas, verificamos a necessidade de ajustá-las para cumprir os acordos firmados nesta Comissão de Orçamento. As programações suplementares são apresentadas no Anexo programa de trabalho-suplementação ao final deste Adendo e substitui, na íntegra, as inseridas no Anexo de suplementação do Relatório inicialmente apresentado. Substitua-se o voto do Relator apresentado pelo seguinte **Voto**: Diante do exposto, e considerando a constitucionalidade, juridicidade, mérito e técnica legislativa da matéria, somos pela aprovação do PLN 16/2021-CN na forma da proposta modificada do Poder Executivo, pela inadmissão das emendas 1 e 2 e pela rejeição das emendas 3 e 4. E, para correção, o valor dos rádiofarmacos vem já composto com 63 (sessenta e três) milhões, atendendo às solicitações da área-fim e dos parlamentares. Usou da palavra o Senador Wellington Fagundes, que parabenizou o Relator. A seguir, o Segundo Vice-Presidente, Senador Izalci Lucas assumiu os trabalhos e passou a palavra à Deputada Carmen Zanotto. O Presidente em exercício parabenizou também o Relator e o questionou acerca da origem do recurso destinado à suplementação de 63 milhões. O Relator respondeu que a origem é proveniente de receita de superávit, que possibilitou o aumento do valor inicial de 23 para 63 milhões. Encerrada a discussão, foram apresentados dois destaques, de autoria do Deputado Arnaldo Jardim. Em deliberação, foi **APROVADO** o Relatório com Adendo, ressalvados os destaques, nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. **Apreciação dos Destaques**- Destaque 1 do Deputado Arnaldo Jardim, requer aprovação da emenda de nº 003 ao Anexo I –Suplementação; e Destaque 2 do Deputado Arnaldo Jardim, requer a aprovação da emenda de nº 004 ao Anexo I –Suplementação. Em virtude da ausência do autor, os destaques foram **PREJUDICADOS**, conforme o *parágrafo primeiro do Art. 138 da Resolução nº 01/2006 do Congresso Nacional*. O Relatório e o Adendo ao PLN 16/2021-CN foram **APROVADOS** nas duas Casas. A Presidente reassumiu a condução dos trabalhos e informou que havia sobre a Mesa um Requerimento para a retirada de pauta do segundo item, PLN 20/2021-CN, de autoria do Deputado Hugo Leal, segundo o disposto no *item 7 da alínea d do inciso III do Art. 235 do Regimento Interno do Senado Federal*. Passou, então, à Apreciação do Requerimento de retirada de pauta que "requer, nos termos regimentais, a retirada de pauta do PLN 20/2021-CN - que "abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos Órgãos do Poder Executivo e de Encargos Financeiros da União, crédito suplementar, no valor de R\$ 2.084.708.300,00, (dois bilhões, oitenta e quatro milhões, setecentos e oito mil e trezentos reais) para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente". A Presidente passou a palavra ao Deputado Hugo Leal, que justificou (remotamente), sua solicitação de retirada de pauta. A discussão foi iniciada e fizeram uso da palavra os Senadores Esperidião Amin e Eduardo Gomes, contra e o Deputado Hildo Rocha, a favor da retirada de pauta. Ao ser colocado o requerimento em deliberação, seu signatário, Deputado Hugo Leal, atendeu ao apelo do Relator do PLN 20/2021-CN, Senador Eduardo Gomes e retirou seu Requerimento de retirada de pauta, conforme aduzido no *inciso I do Art. 256 do Regimento Interno do Senado Federal*. **Item 02** - Apreciação do Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 20/2021-CN**, da Presidência da República - que "abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos Órgãos do Poder Executivo e de Encargos Financeiros da União, crédito suplementar, no valor de R\$ 2.084.708.300,00, (dois bilhões, oitenta e quatro milhões, setecentos e oito mil e trezentos reais) para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente". Relator: Senador Eduardo Gomes. Ao Projeto foram apresentadas 43 (quarenta e





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

três) emendas. **Voto:** No sentido de que o PLN nº 20/2021-CN atende aos preceitos constitucionais e de juridicidade, que devem orientar sua adoção. Quanto às emendas apresentadas, entendemos que devem ser declaradas inadmitidas as de números 1, 4, 7, 9, 18, 21, 22, 33, 34 e 39. Por fim, com relação ao mérito, votamos pela rejeição das emendas de números 2, 3, 5, 6, 8, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 19, 20, 23, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 35, 36, 37, 38, 40, 42 e 43; e pela APROVAÇÃO do PLN 20/2021-CN na forma proposta pelo Poder Executivo. Os Senadores Eduardo Gomes e Izalci Lucas e os Deputados Daniel Almeida (remotamente) e Hugo Leal (remotamente) fizeram uso da palavra. A seguir, o Relator, Senador Eduardo Gomes leu o Relatório e o Voto. A Presidente, em conformidade com o disposto no *parágrafo 2º do Art.146, da Resolução nº1, de 2006, do Congresso Nacional*, declarou inadmitidas as emendas de números 1, 4, 7, 9, 18, 21, 22, 33, 34 e 39, indicadas pelo Relator no seu voto e iniciou a discussão e a abertura do prazo para a apresentação de destaques, conforme o *inciso I do Art. 60 do Regulamento Interno da CMO*. Discutiram a matéria os Deputados José Guimarães, Hildo Rocha e Bosco Costa e o Senador Wellington Fagundes. O Relator, Senador Eduardo Gomes fez a leitura de uma **Complementação de Voto** apresentada ao Relatório do PLN 20/2021-CN – 1. Altere-se o parecer pela inadmissibilidade da emenda nº 7, para aprovada no mérito; 2. Voto.do Relator: Diante do exposto, nosso voto é no sentido de que o PLN nº 20/2021-CN atende aos preceitos constitucionais e de juridicidade, que devem orientar sua adoção. Quanto às emendas apresentadas, entendemos que devam ser declaradas inadmitidas, conforme *artigos 15, inciso XI, 109, parágrafo primeiro e 146 da Resolução nº 01de 2006-CN*, as de números 1, 4, 9, 18, 21, 22, 33, 34 e 39. Por fim, com relação ao mérito, votamos pela rejeição das emendas de números 2, 3, 5, 6, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 19, 20, 23, 25, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 35, 36, 37, 38, 40, 41, 42 e 43; e pela aprovação do PLN 20/2021-CN na forma do Substitutivo apresentado, em decorrência do acolhimento das emendas de números 7, 8 e 26. A Deputada Caroline de Toni (remotamente) solicitou a retirada de dois destaques que havia apresentado ao Relatório do PLN 20/2021-CN. Destaque 1 da Deputada Caroline de Toni, requer aprovação da emenda de nº 33 ao Anexo I – Suplementação; e Destaque 2 da Deputada Caroline de Toni, requer a aprovação da emenda de nº 34 ao Anexo I –Suplementação. A Presidente atendeu à solicitação da Deputada Caroline de Toni e retirou os destaques. A seguir, passou a palavra à Deputada Dra. Soraya Manato (remotamente), que parabenizou o Relator do PLN 20/2021-CN, Senador Eduardo Gomes e a discussão foi encerrada. Em votação, o Relatório e a Complementação de Voto apresentados ao PLN 20/2021-CN foram **APROVADOS** nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. ENCERRAMENTO: nada mais havendo a tratar, a Presidente agradeceu ao Senador Eduardo Gomes e informou que a Sessão do Congresso Nacional estava prestes a começar. Encerrou os trabalhos às quatorze horas e dez minutos, do dia sete de outubro de dois mil e vinte e um. Para constar, eu, Walbinson Tavares de Araujo, Secretário Executivo, lavrei a presente Ata, que, após a sua aprovação, será assinada pela Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional e encaminhada para publicação no Diário do Congresso Nacional. O inteiro teor dos trabalhos foi gravado, passando o arquivo de áudio correspondente a integrar o acervo documental desta reunião. Senadora Rose de Freitas, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Havendo número regimental, declaro aberta a 10ª Reunião Extraordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização para apreciação dos PLNs 16 e 20 constantes da pauta.

Há necessidade de termos uma reunião coloquial pequena para esclarecer a chegada ou não do relatório, que está pronto, do Líder do Governo, Senador Eduardo





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Gomes, Relator dos dois PLNs, mas para isso sugiro que suspendamos esta reunião por uns 15 minutos.

Está suspensa a reunião.

(A reunião é suspensa.)

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Havendo número regimental, declaro reiniciada a 10ª Reunião Extraordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, para apreciação das matérias constantes da pauta.

Informo que a reunião ocorre de forma semipresencial. Pode haver Parlamentares presentes no plenário e Parlamentares participando de forma virtual através da plataforma Zoom.

Apreciação da ata.

Havendo concordância do Plenário, eu proponho a dispensa da leitura da Ata da 9ª Reunião Deliberativa Extraordinária, realizada nos dias 28 e 29 de setembro de 2021. Caso haja alguma retificação, peço aos Srs. Parlamentares que se manifestem.
(Pausa.)

A ata está em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Aqueles que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

O SR. JOSÉ GUIMARÃES (PT - CE) - Presidente, o sistema de registro de presença está fora do ar. Está fora, pelo menos para mim.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Nós estamos com esse problema desde cedo, vai e volta. Mas foi possível registrar quórum para continuarmos a sessão.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Aqueles que a aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovada.

Em votação no Senado Federal.

Aqueles que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Solicito que sejam declarados como lidos os expedientes recebidos pela Comissão do dia 29 de setembro até a presente data, tendo em vista que essas informações encontram-se publicadas na página da CMO na Internet.

Quero comunicar que se encontra disponível o painel de registro de presença no fundo do plenário. Aqueles que não fizeram seu registro podem fazê-lo.

Ordem do Dia.

O item 1, como é de conhecimento de todos e foi publicado, é a apreciação do relatório apresentado ao Projeto de Lei nº 16, de 2021, com a alteração encaminhada pelo Poder Executivo, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações, crédito suplementar no valor de 690 milhões de reais, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente. O Relator é o Senador Eduardo Gomes. Foram apresentadas quatro emendas. Voto: pela aprovação do projeto na forma do Poder Executivo. Quanto às quatro emendas apresentadas, o Relator vai oferecer, em seu pronunciamento, seu voto pela inadmissibilidade das Emendas nºs 1 e 2 e pela rejeição das Emendas nºs 3 e 4.

O Relator vai se pronunciar sobre seu relatório. Tem a palavra para apresentação.

O SR. EDUARDO GOMES (MDB - TO) - Sra. Presidente, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, eu queria, antes de iniciar a leitura do relatório, já que há a coincidência de exercer a Liderança do Governo no Congresso e a vaga como membro da Comissão de Orçamento, primeiro, ressaltar o caráter institucional desta Comissão no momento que nós atravessamos no País e a construção absolutamente consistente, por parte de todas as Lideranças partidárias, independentemente dos partidos que representam, da pauta do Congresso Nacional — recentemente, para a aprovação da LDO, e, agora, para a aprovação destes dois PLNs.

Estes dois PLNs que estão na pauta de hoje, Presidente, representam um número muito inferior ao número dos PLNs disponíveis, primeiro, pelo compromisso de V.Exa. e pelo compromisso da Liderança do Governo de discussão ampla desses PLNs, mas também pelo compromisso das Lideranças do Congresso Nacional com relação aos vetos.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Então, preciso trazer a justificativa de que, em todas as reuniões recentes do Congresso Nacional nesse sistema híbrido, em que nós trabalhamos de forma remota e presencial, a Liderança do Governo promoveu reuniões amplas com Líderes de todos os partidos — explicitamente, todos os partidos — para a discussão dos vetos. Por isso, hoje, temos a ausência da reunião prévia dos vetos. Isso ficará para a próxima reunião do Congresso.

Este PLN diz respeito, Sra. Presidente, a um problema recente muito importante, que é a questão dos fármacos e do atendimento a política de combate ao câncer, estando os insumos absolutamente em falta.

Precisamos deste gesto da Comissão de Orçamento do Congresso Nacional para que não haja interrupção. Isso é muito importante.

Mas importante também são a permanência das obras no País, a manutenção de emprego, a mão de obra e a razão de existir de cada obra de infraestrutura deste País.

Estes dois PLNs têm a visão de remediar a situação nestes últimos 3 meses do ano e, mais do que isso, Sr. Presidente, restabelecer nesta Comissão, com os Líderes de todos os partidos, o rito de cumprimento de acordo, de cumprimento de prazo. E, quanto a isso, o Presidente Marcelo Ramos, que presidiu a última sessão do Congresso Nacional, também tem atendido o acordo de Lideranças de passagem pela CMO dos PLNs a serem votados em plenário. Então, eu quero aqui, em nome da Liderança do Governo, assumir o compromisso feito com as Lideranças de que, na próxima semana, será feita toda a preparação da sessão subsequente do Congresso Nacional, com os vetos e PLNs.

Quero pedir desculpa, Sra. Presidente, por fazer uma exposição um pouco maior, mas era preciso dizer o que nós estamos construindo aqui.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, passo à leitura do adendo ao relatório apresentado do PLN 16, de 2021, que está à disposição de todos os Parlamentares.

"1) Inclua-se ao final da análise do Relatório apresentado o seguinte texto:

Após a apresentação do relatório perante a Comissão Mista de Orçamentos, Fiscalização e Controle — CMO, o Poder Executivo encaminhou Ofício do Ministério da Economia/SEI nº 438/21, pelo qual solicita a modificação do PLN nº 16/2021. Nesses





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

termos, apresentamos o presente adendo, que reformula o Voto do Relator." — que acata, na íntegra, as alterações demandadas do Poder Executivo.

"O valor total do PLN fica mantido em R\$ 690.000.000, conforme a proposta original do Poder Executivo.

Os recursos compensatórios para financiar as suplementações do crédito são originários de superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior (...)" — conforme previsto em lei.

"(...)

As programações suplementares são apresentadas no Anexo Programa de Trabalho Suplementação no final deste Adendo e substituem, na íntegra, as inseridas no Anexo de Suplementação do relatório inicialmente apresentado.

2) Substitua-se o voto do Relatório apresentado pelo seguinte voto:

III. Voto do Relator

Diante do exposto e considerando a constitucionalidade, juridicidade, mérito e técnica legislativa da matéria, somos pela aprovação do PLN 16/21, na forma da proposta modificada do Poder Executivo, pela inadmissão das Emendas nºs 1 e 2 e pela rejeição das Emendas nºs 3 e 4."

É esse o voto, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares.

O SR. JOSÉ GUIMARÃES (PT - CE) - Sra. Presidenta, peço a palavra para discutir.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Primeiro, em conformidade com o disposto no § 2º do art. 146 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, declaro inadmitidas as Emendas nº 1 e 2, indicadas pelo Relator no seu voto.

O relatório está em discussão.

Com a palavra o Deputado José Guimarães.

O SR. JOSÉ GUIMARÃES (PT - CE) - Sra. Presidenta, uso a palavra para me referir ao preâmbulo do voto do Senador Eduardo Gomes no que tange ao funcionamento institucional desta Comissão.

Eu considero, Sra. Presidenta, Sras. e Srs. Parlamentares, Líder Eduardo Gomes, que é muito importante nós construirmos aqui na Comissão uma relação de confiança, de transparência e de compromissos, que devem sempre ser preservados.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Agora há pouco nós estávamos conversando, Presidenta — e esta Comissão tem a felicidade de tê-la como mulher Presidenta, e V.Exa. sabe muito bem da importância dela —, dizendo que esta Comissão não é Comissão de governo ou de oposição. Esta Comissão diz respeito ao funcionamento do Congresso e àquelas demandas que, oriundas da sociedade, precisam ser acolhidas por todos nós.

É por isso que eu quero registrar, do ponto de vista da bancada do PT, Senador Eduardo, a nossa concordância e pedir que nós, a partir de agora, desobstruamos todos os ciscos, os caminhos interditados, e que possamos construir uma relação que sempre pautou o bom funcionamento desta Comissão.

Quando me chamou ali, Presidenta — V.Exa. sabe da nossa responsabilidade —, pedi a participação de V.Exa. para que nos elevemos e tratemos dos problemas, porque ganha o País, ganha o Congresso e, sobretudo, ganhamos nós Parlamentares, que temos a responsabilidade de discutir os projetos importantes para o País.

Portanto, eu quero só fazer o registro, já que o Senador falou, também nessa mesma linha, dizer que contará com a nossa participação nessa linha que nós conversamos, Presidenta Rose de Freitas.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Em seguida falará o Senador Izalci.

Eu queria apenas...

O SR. HILDO ROCHA (MDB - MA) - Sra. Presidente, já está disponível o relatório no sistema?

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - O Relator anunciou que está disponível no sistema. Eu consulto o Sr. Walbinson se realmente está. *(Pausa.)*

Eu quero apenas reforçar as palavras do Deputado José Guimarães, porque desde o início nós temos... Evidentemente, qualquer Comissão desta Casa reflete a situação política nacional e as intempéries que são adotadas em determinados quadros que precisariam ter muito mais diligência e muito mais calma. Mas reformamos aqui o compromisso assumido de que nenhuma matéria será votada se não passar pela CMO. E assim foi feito ontem, quando, diante do quadro de urgência, alguém





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

comentou que não poderia pensar que essa matéria estaria sobre a mesa do Congresso sem antes passar pelo crivo das Sras. e Srs. Senadores.

Portanto, Senador Eduardo Gomes, V.Exa. está recebendo de novo a nossa reiterada confiança de que todos os seus procedimentos, que conhecemos muito bem, serão sempre na mesma linha do entendimento, do diálogo e do respeito com os quais V.Exa. sempre pautou seu comportamento.

Faço das palavras do Líder do PT, o Deputado José Guimarães, as nossas palavras também.

Quero responder ao Deputado Hildo Rocha. Está no sistema o relatório? *(Pausa.)* O assessor Walbinson está tomando as providências devidas para que se cumpra aquilo que foi anunciado pelo Relator sobre a publicação e a divulgação do relatório.

Tem a palavra o Senador Izalci.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) - Primeiro, mais uma vez, quero parabenizá-los pela decisão de não se colocar nada na pauta do Plenário sem que a questão passe antes pela Comissão. Acho isso muito importante. Parabéns a V.Exa. e ao Plenário por essa decisão.

Também registro a importância desse PLN. Já havíamos cobrado isso em Plenário por diversas vezes, por se tratar de uma matéria de suma importância. A Deputada Carmen Zanotto sabe que não se pode esperar pelos produtos radioterápicos usados no tratamento do câncer.

Há diversos institutos de pesquisa com problemas, e o IPEN é apenas um deles. Outros institutos têm recurso até agora, mas não terão dinheiro para pagar contas de água e de luz. Precisamos resgatar isso.

Nesse PLN há parte dos recursos do FNDCT também. Tudo isso demanda editais. Se demorar demais, não haverá tempo de lançar o edital para a realização do fundo nacional, que agora é lei. Não pode ser contingenciado, é um fundo financeiro, e agora esse recurso tem que ser resgatado e colocado nesse fundo tão importante.

Quero manifestar meu apoio. Eu já tinha solicitado ao Presidente do Congresso que pautasse esse PLN, mas passando pela Comissão, evidentemente.

Eu ouvi apenas a leitura do Relator, e vou orientar no sentido de apoiar e votar essa matéria o mais rápido possível.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Tem a palavra agora o Deputado Hildo Rocha e, em seguida, o Deputado Bosco.

O SR. HILDO ROCHA (MDB - MA) - Sra. Presidente Senadora Rose, quero parabenizá-la pela atitude de evitar que o PLN fosse votado diretamente pelo Plenário do Congresso Nacional sem ser deliberado devidamente pela Comissão Mista de Orçamento.

Eu lamento apenas que os relatórios não tenham sido entregues, não tenham sido disponibilizados em tempo hábil para que pudéssemos fazer uma análise mais detalhada do assunto.

O PLN 16, que estamos deliberando no presente momento, não vai ter nenhum tipo de problema, porque o relatório do ilustre Senador Eduardo Gomes, que é Líder do Governo, muito competente e muito correto nos seus compromissos, está sendo aprovado da forma como veio do Governo.

Já o PLN 20 tem um substitutivo, o qual ainda não foi disponibilizado. Entendo que, se há um substitutivo, o projeto não está sendo aprovado da forma como veio do Governo Federal, que é o texto que nós lemos, que nós estudamos, do qual temos conhecimento. Nesse substitutivo — está dito aqui — não se estão admitindo as emendas. Elas estão sendo rejeitadas, e uma foi retirada. Nós temos que ter conhecimento desse substitutivo.

Agora, com relação ao PLN 16, que está em discussão, entendo que ele não tem nenhum tipo de problema. Poderíamos ter aperfeiçoado seu texto, mas não foi possível em função do tempo, até porque também há a necessidade de se produzirem e de se adquirirem os medicamentos necessários para o combate ao câncer, principalmente de tireoide. Nesse PLN está uma solução, mas ela não é definitiva. Entendo que devemos aprovar o PLN 16, sem problema nenhum. Não vejo nenhum óbice com relação a isso.

Quero apenas lamentar que o Governo não esteja cumprindo o que foi acordado aqui com os membros da Comissão, principalmente em relação às Comissões anteriores. Nós temos o conhecimento de que isso pode trazer problema, porque esta é uma Comissão de acordos. Como disse o Deputado José Guimarães, esta não é uma Comissão de partido A ou de partido B, nem é de Governo ou contra Governo. Ela é do povo brasileiro.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Os integrantes eleitos de cada partido representam aqui segmentos da população. Uns representam mais o setor agropecuário, outros representam mais o setor da indústria. Estou falando apenas na área da economia. Quando se trata de serviço público, alguns defendem a educação, como é o caso do Senador Izalci, que, durante o período em que foi Deputado Federal, sempre defendeu aqui a educação. Outros defendem a saúde, como é o caso da Deputada Carmen Zanotto, que se preocupa muito e é conhecedora da área da saúde, de todos os problemas que temos tanto da média quanto da alta complexidade. Ela já representa um partido que vem com essa ideia, que faz a defesa dessa área. O Partido dos Trabalhadores defende os trabalhadores com afinco, a questão dos salários dos trabalhadores, as condições de trabalho.

Cada partido aqui defende teses diferentes, mas sempre chegamos a um acordo, porque aqui se decidem as políticas públicas, para onde vai o dinheiro. Se vai aumentar o salário, vai aumentar a Previdência; se vai aumentar a Previdência, temos que direcionar mais dinheiro para a Previdência. De onde se vai tirar esse dinheiro? Essa é a lógica da existência de uma Comissão como esta, que tem que ser mista. É a única Comissão Mista Permanente.

Logicamente, para levar o texto ao Plenário, é preciso que a bola seja levada já redonda, para fazer o gol.

Muito obrigado, Sra. Presidente. Parabéns pela sua atitude!

O SR. CORONEL TADEU (PSL - SP) - Sra. Presidente, peço a palavra pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Eu queria comentar uma questão levantada. Chegaram algumas observações nos alertando de que não está sendo ouvido o que estamos tratando aqui na Comissão. Nós temos dois problemas que eu acho que podem ser solucionados pela supervisão do setor que vem aqui, agora, verificar qual é o defeito. Não podemos fazer uma sessão sem que as pessoas ouçam o que está sendo debatido. Ela é semipresencial, e, portanto, é importante ouvirmos aqueles que estão participando remotamente.

Deputado Coronel Tadeu, V.Exa. queria falar pela ordem?





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. CORONEL TADEU (PSL - SP) - Sim. Eu queria deixar bem claro aos que estão presentes que eu estava na sessão virtualmente, há poucos minutos. Vi que a sessão começou e entrei virtualmente, mas não escutei a leitura do relatório. O Deputado Hugo Leal não escutou, o Deputado Arnaldo Jardim não escutou, a Deputada Dra. Soraya Manato não escutou. Vários Parlamentares não escutaram a leitura do relatório, do parecer do Senador Fernando Bezerra. Na sequência, eu lembro que falou o Senador Izalci, mas ainda não tínhamos áudio e não conseguíamos nos comunicar com a Comissão virtualmente. Por isso, eu saí lá do plenário para vir aqui dar um alerta a V.Exa.

Peço escusas aos Parlamentares presentes, mas nós temos alguns...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. CORONEL TADEU (PSL - SP) - É o Senador Eduardo Gomes. Desculpe-me, Senador. Mil perdões! Quem sabe tenha sido um elogio a V.Exa., que é um grande parceiro também. Então, corrigindo: Senador Eduardo Gomes.

Obrigado, Deputada Adriana.

Eu queria só explicar tecnicamente o que estava acontecendo, para que V.Exa. tomasse uma providência, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Tenho uma observação. Quando V.Exa. fez a troca do nome e depois corrigiu com tamanha elegância, o Deputado Hugo Leal deu um sorriso na tela.

O SR. CORONEL TADEU (PSL - SP) - Então, ele está vendo.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Ele está ouvindo.

O SR. CORONEL TADEU (PSL - SP) - Como se diz no interior, tem feição, mas não tem prosa. No interior se fala assim: *"Está com feição, mas não tem prosa"*.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Falo isso para não ficarmos com a dúvida.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC) - Em Lages se diz: *"Tem semblante, mas não tem sotaque"*.

O SR. CORONEL TADEU (PSL - SP) - Muito bom, Senador Esperidião.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Há dois oradores, e eu quero suspender os trabalhos.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Pediu o Sr. Relator para fazer uma correção no último item, para que ele pudesse trazer o texto completamente corrigido para cá.

Então, se todos estiverem de acordo, eu dou a palavra ao Deputado Bosco e à Deputada Angela, suspendo a sessão em seguida, até que se corrija o problema, que eu acho que não existe para todos. No início da sessão, a Deputada Soraya se manifestou, na fase da audiência pública, e agora estamos em dúvida se ela está ouvindo ou não.

A SRA. DRA. SORAYA MANATO (PSL - ES) - Eu estou ouvindo bem. Eu só não ouvi a leitura do relatório. Depois disso, para mim ficou o.k.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Está bem.

Mesmo assim, a equipe técnica está vindo.

Depois de fazer a correção, o Relator vai fazer a leitura novamente.

Tem a palavra o Deputado Bosco Costa.

O SR. BOSCO COSTA (PL - SE) - Sra. Presidente Senadora Rose, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Senadores, com o mesmo raciocínio dos Deputados José Guimarães e Hildo Rocha, que me antecederam, nós estamos a favor de aprovar esse PLN. Sabemos que, num período de pandemia, não podemos prorrogar a questão do PLN que trata principalmente de uma doença tão grave como o câncer.

E não é só isso. Eu também me somo aos meus pares aqui quando dizem que esta é uma Comissão suprapartidária, uma Comissão Mista do Congresso Nacional. Precisamos de entendimento e de diálogo. O Brasil não pode esperar. Todo o Brasil viu o Vice-Presidente da Câmara, Deputado Marcelo Ramos, dizer que, enquanto estivesse presidindo, jamais votaria qualquer projeto de Orçamento que não passasse por esta Comissão, que é o fórum principal dos debates.

Eu quero me somar aos meus pares e dizer que estamos de acordo com o PLN 16, para que seja votado o mais rápido possível.

Reforço o que disseram os Deputados que me antecederam. Tenho certeza de que acordo deve ser cumprido. Quando se faz qualquer tipo de acordo, seja ele qual for, o mínimo que o cidadão pode fazer é cumprir aquilo que foi combinado, que foi acertado.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

No mais, quero parabenizar V.Exa., Presidente Rose, os Deputados, as Deputadas, os Senadores e as Senadoras.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Tem a palavra a Deputada Angela Amin.

A SRA. ANGELA AMIN (PP - SC) - Eu gostaria de cumprimentá-la, Presidente, cumprimentar o Senador Izalci, o Líder do Governo, Senador Eduardo Gomes, e os demais Parlamentares que estão nesta Comissão.

Eu não faço parte desta Comissão e vim aqui em nome da bancada do Estado de Santa Catarina para agradecer ao Senador Eduardo Gomes, Líder do Governo.

Há alguns meses, conversamos com o Senador Eduardo Gomes de maneira insistente, para que pudéssemos recompor o orçamento do nosso Estado para as BRs catarinenses. Vou citar apenas um indicador: o movimento dos Portos de Itajaí e de Navegantes, no nosso Estado, aumentou 40% no período da pandemia.

A nossa defesa é exatamente para que, por meio desse PLN, possamos recompor em parte aquilo que é necessário para que tenhamos uma logística diferenciada no nosso Estado. Há uma grande dificuldade para os empresários do nosso Estado.

A bancada catarinense atuou junto ao Governo do Estado. Para que os Parlamentares tenham noção da importância do investimento, o Governo do Estado alocou as principais rodovias federais do Estado e está pagando a conta do Governo Federal. Quer dizer, o povo catarinense, de maneira duplicada, está investindo nessas rodovias 675 milhões de reais. Então, é muito importante que a União dê uma pequena resposta a esse Estado, que tem contribuído para a economia do Brasil.

Ressalto ainda, Senadora, a importância de se fazer a recomposição do orçamento. Eu participei de duas *lives* esta semana tratando da necessidade de recompor o orçamento para comprar fármacos, para que não se interrompa 100% da fabricação de medicamentos, em especial contra o câncer.

Então, gostaria de fazer o registro da importância desse PLN, que vai fazer com que esta Casa garanta mais segurança e tranquilidade aos pacientes de câncer no Brasil.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Muito obrigada, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Com a palavra a Deputada Carmen Zanotto.

A SRA. CARMEN ZANOTTO (CIDADANIA - SC) - Obrigada, Presidente.

Eu quero agradecer à CMO, não como membro desta Comissão, mas como Parlamentar da Casa, pela compreensão da necessidade da aprovação do PLN 16.

Dentre outros temas, esse projeto trata da recomposição dos recursos para o IPEN para a produção de produtos radiofármacos. Dessa forma, não correremos mais nenhum tipo de risco de passarmos pela situação por que passamos quando da paralisação da produção desses insumos estratégicos não só para o tratamento do câncer, o que é fundamental, mas também para os exames de diagnóstico, como a ressonância magnética. O País sofreu praticamente um colapso nessa área, durante 10 dias sem essa produção.

Eu quero lhe agradecer muito, Senador Eduardo Gomes, pelo seu relatório, mas tenho uma dúvida. Eu tinha a informação de que o Governo mandaria uma mensagem para recompor os valores, para que não precisássemos de mais um PLN, uma vez que os valores que estão neste PLN são insuficientes, não atravessam o ano de 2021. Não sei se ele já mandou essa mensagem. V.Exa. recebeu alguma coisa do Governo ou ainda não? *(Pausa.)*

Não. Então, serão os valores que já estavam originalmente no PLN 16. Obrigada.

Agradeço muito mesmo, porque o ato desta sessão extraordinária, aqui na CMO e no plenário da nossa Casa, significa o compromisso do Parlamento brasileiro, Câmara e Senado Federal, com relação a esse tema, que está diretamente ligado à vida das pessoas, aos diagnósticos e aos tratamentos.

Com relação ao PLN 20, também quero agradecer a recomposição dos recursos para as rodovias de Santa Catarina, conforme havia sido acordado. É claro que eles não são suficientes, mas o Senador e o Governo honraram o acordo com a bancada de Santa Catarina na recomposição desses valores para as nossas rodovias.

Muito obrigada.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Concedo a palavra ao Relator, Senador Eduardo Gomes, para esclarecer se é necessário ou não suspender a sessão.

O SR. EDUARDO GOMES (MDB - TO) - Sra. Presidente, Srs. Senadores e Sras. Senadoras, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, em 3 minutos já estaremos com a impressão do texto final.

Quero dizer à Deputada Carmen Zanotto que ocorrerão mais algumas modificações nos PLNs que estão em tramitação. A garantia que demos ao Ministro da Ciência e Tecnologia e ao Ministro da Saúde, por própria necessidade evidente do Governo, é que não faltará recurso para esse fim neste ano e nem para o começo do ano que vem, já que é uma preocupação a transição do efeito do Orçamento até 2022.

Sra. Presidente, eu quero deixar mais uma vez registrado, inclusive para o Senador Izalci Lucas, que, na composição deste PLN 16, há a informação da manutenção do acordo que foi articulado na época pelo Senador Izalci e por toda a bancada ligada à ciência, tecnologia e inovação. Trata-se de que qualquer recurso que fosse utilizado para outro fim tivesse que ter a justificativa de mérito do Ministério. Isso comprovaria que o acordo foi bom para o Governo e bom para a ciência, porque todos os projetos em andamento têm recursos garantidos até o final do exercício de 2021 e porque os recursos de 2022 estão garantidos. Quero agradecer ao Senador Izalci e agradecer também ao Ministério por tratar desse assunto da forma como estava acordado.

Queria pedir, Sra. Presidente, só mais 1 minutinho para que chegue o texto corrigido.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) - Presidente, eu queria aproveitar para falar ao Líder do Governo no Congresso.

Nós fizemos diversas discussões com relação ao FNDCT — Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, Líder Eduardo, e uma das questões levantadas foi a questão dos juros — inclusive estive no Ministério da Economia discutindo isso —, com a TJLP — Taxa de Juros de Longo Prazo sendo substituída. Na última vez que eu conversei, ficaram de mandar uma medida provisória, porque os juros que hoje estão lá são inviáveis, são muito altos e incompatíveis. Nós acabamos





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

conseguindo um recurso reembolsável, mas ele não está sendo procurado exatamente porque a taxa de juros não é atrativa.

Então, o Ministro da Economia ficou de mandar, através de uma medida provisória, a mudança para a SELIC. Como não mandou ainda, peço que V.Exa. intervenha com relação a isso, para que possamos viabilizar o recurso de bilhões que está lá, que não está sendo demandado porque o juro é incompatível.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Obrigado, Senador.

Com a palavra a Deputada Dra. Soraya Manato.

A SRA. DRA. SORAYA MANATO (PSL - ES) - Boa tarde a todos.

Eu queria parabenizar o Senador Eduardo Gomes pela sua relatoria.

Nós que somos médicos, que somos da Comissão de Seguridade Social e Família, sabemos da importância desse PLN. Ele é urgente, ele contribui para salvar vidas e busca atender demandas do Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares — IPEN e do Instituto de Engenharia Nuclear — IEN, que atendem, pasmem vocês, a somente 50% das demandas do País.

Os radioisótopos não são usados somente para doenças oncológicas. Eles são usados também para doenças neurodegenerativas e doenças cardíacas. Com o aumento da sobrevida da população brasileira, essas doenças têm aumentado demais. Tem que haver, então, essa recomposição, que nós sabemos que, com esse PLN, ainda será insuficiente. Mas há urgência nesse setor. Nós temos que dar mais acesso à população geral a esse tipo de atendimento.

Nós vimos que o IPEN, no Ofício nº 97/2021, colocou que seria interrompida a produção de radiofármacos. Por isso a urgência na votação da PEC 517/10, que abre a produção desses radiofármacos para o setor privado. Quando foi instaurada a Constituição, em 1988, os Constituintes da época viram que era importante proteger a população, assegurando que os radiofármacos não fossem usados de forma errônea.

Só que, nesses quase 40 anos, a medicina evoluiu muito, e hoje os radiofármacos são usados para várias doenças, para pesquisas e, como eu mesma falei, para a radiocirurgia guiada, para a radioterapia oncológica.

Então, isso é importantíssimo. Mas eu acho que esse valor ainda é insuficiente, e nós vamos trabalhar junto ao Ministério da Economia para poder melhorá-lo.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Essa é a minha fala. Quero parabenizar o Senador, parabenizar todos os Deputados que trabalham nessa causa e conscientizar todos os colegas da importância de aprovarmos a PEC 517/10, que, por enquanto, está na Comissão Especial para estudo.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Tem a palavra o Senador Wellington Fagundes. Em seguida, darei novamente a palavra ao Relator, para que ele possa repetir e concluir o seu relatório e dele todos tomarem conhecimento.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (PL - MT) - Sra. Presidente, eu vou aqui ler um documento.

Ontem eu estive no Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações, e eles estavam extremamente preocupados porque, se nós não votássemos hoje, há possibilidade de muito do que é da área ser interrompido.

Antes de ler o documento, eu quero registrar também para o Brasil e para a nossa Comissão que o nosso papel é exatamente alocar os recursos do Orçamento e sempre somos cobrados se estamos fazendo isso da melhor forma possível ou não. E tivemos aqui, no passado, uma discussão sobre a questão dos recursos para a produção de vacinas no Brasil, para as pesquisas.

O Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações está apoiando 14 pesquisas no País. Eu sempre tenho dito que um país do nosso tamanho, com 220 milhões de habitantes, a sétima ou oitava potência do mundo, não poderia deixar de fabricar vacinas, até porque novas variantes são possíveis e também porque falta vacina no mundo.

Essas 14 pesquisas estão sendo incentivadas porque, felizmente, Senador Izalci, nós aqui da Comissão aprovamos os recursos na hora certa. E o resultado disso é que já está definido que, no dia 29 deste mês, o Brasil começará a aplicação das primeiras doses da vacina fabricada no País. Eu acho que essa é uma notícia extremamente alvissareira. Isso será em Salvador, na Bahia, Estado onde foi desenvolvida a vacina.

Temos também a vacina da Universidade Federal de Minas Gerais, que está bem avançada. Eu acredito que, até o mês que vem, teremos, no mínimo, mais outras duas vacinas já na fase de final de testagem e aplicação no ser humano. Esses fatos





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

chamam atenção porque eu acho que são extremamente alvissareiros e importantes para o Brasil.

Por isso, sobre os recursos que estamos agora aprovando, eu gostaria de ler o seguinte: *Devemos falar dos recursos constantes do PLN 16, que abre parte dos recursos destinados ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, no valor de 655,4 milhões de reais, cuja obrigatoriedade de utilização, impedindo a inclusão da sua arrecadação anual em reserva de contingência, bem como seu contingenciamento ao longo do exercício financeiro, foi aprovado por este Congresso no PLC 177/21, o que significa um salto nos investimentos em ciência e tecnologia a partir de agora em uma perspectiva de mudança do patamar do Brasil nessa área em um futuro próximo.*

Entretanto, mais urgente e preciosa para a vida de milhões de brasileiros é a aprovação dos 34,6 milhões de reais destinados à produção de radiofármacos pelo IPEN — Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares. A aprovação desses recursos ainda é insuficiente, pois o IPEN ainda necessitará de um novo complemento da ordem de 55 milhões de reais até o final de 2021. É urgente, pois os radiofármacos destinam-se a intervenções relacionadas a diagnóstico e cura de variados tumores e outras patologias em apoio a especialistas, médicos, como oncologia, neurologia, endocrinologia, cardiologia, nefrologia, tanto os adultos como os pediátricos.

Além disso, deixarão de ser realizados no País PET/CT, SPECT/CT e inúmeros outros exames que somente nos próximos anos somam mais de 500 mil procedimentos por todo o Brasil.

Já estou concluindo, Sra. Presidente.

É importante ressaltar que, independentemente dos fatores que contribuíram para esta falta de recurso pontual, cabe a este Parlamento demonstrar sua preocupação com a vida de milhões de brasileiros e aprovar, como estamos fazendo aqui, a liberação desses recursos orçamentários, pois, após a disponibilização do orçamento, ainda teremos uma logística complexa de importação de matérias-primas, a produção e a distribuição dos radiofármacos, envolvendo a colocação antecipada de pedidos de





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

radioisótopos e radiação de alvos no exterior, transporte por mar, aéreo e terrestre no exterior e no território nacional e o agendamento de pacientes coordenado com tais entregas.

O desabastecimento dos produtos nos hospitais e clínicas do País resulta em transtornos familiares de grande monta, sobretudo para pacientes que necessitam viajar por via terrestre para as capitais em busca de atendimento e que têm seu tratamento interrompido, seja este pelo SUS, ou pelo Sistema de Saúde Suplementar.

Portanto, Sras. e Srs. Parlamentares, estamos aqui, acima de qualquer sentimento político-partidário, unidos para o bem-estar do povo brasileiro.

A relevância que representa o que nós estamos aprovando aqui é o que eu gostaria de registrar, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Em seguida daremos a palavra ao Relator do PLN 16. Peço que S.Exa. possa repetir o relatório, a leitura inicial e o adendo.

O SR. EDUARDO GOMES (MDB - TO) - Vou repetir bem sucintamente e até corrigindo valores e suplementação que foram levantados aqui pela Deputada Carmen Zanotto sobre a necessidade de recursos até o fim do ano.

Parece que já temos aqui uma solução mais consistente para os recursos dos radiofármacos.

"Adendo ao relatório apresentado do PLN 16/2021.

Inclua-se ao final da análise do relatório apresentado o seguinte texto.

Após a apresentação do relatório perante a Comissão Mista de Orçamentos, Fiscalização e Controle — CMO, o Poder Executivo encaminhou Ofício do Ministério da Economia/SEI nº 438/2021, pelo qual solicita a modificação do PLN 16/2021. Nesses termos, apresentamos o presente adendo, que reformula o voto do Relator.

O valor total do PLN fica mantido em 690 milhões de reais, conforme a proposta original do Poder Executivo.

Os recursos compensatórios para financiar as suplementações do crédito são originários de superávit financeiro, apurado em balanço patrimonial do exercício anterior, conforme previsto no inciso I do § 1º do art. 43 da Lei nº 4.320, de 1964.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

No entanto, após análise das programações alteradas, verificamos a necessidade de ajustá-las para cumprir acordos firmados nesta Comissão de Orçamento.

As programações suplementadas são apresentadas no Anexo Programa de Trabalho Suplementação no final deste Adendo e substituem, na íntegra, as inseridas no Anexo de Suplementação do relatório inicialmente apresentado.

Substitua-se o voto do relatório apresentado pelo seguinte voto:

Voto do Relator.

Diante do exposto e considerando a constitucionalidade, juridicidade, mérito e técnica legislativa da matéria, somos pela aprovação do PLN nº 16, de 2021, na forma da proposta modificada do Poder Executivo, pela inadmissão das Emendas nºs 001 e 002 e pela rejeição das Emendas nºs 003 e 004."

E, para a correção, o valor dos radiofármacos já vem composto com 63 milhões de reais, para atender à solicitação dos Parlamentares, evitando qualquer votação, pelo menos até o final do ano, atendendo às necessidades solicitadas pela área fim e pelos Parlamentares.

É esse o voto, Sr. Presidente.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (PL - MT) - Enquanto aguardamos a fala do Presidente, eu quero parabenizar o Relator, porque isso realmente representa um avanço muito grande por parte da nossa Comissão, porque isso vai salvar vidas. Só quem tem alguém acometido por câncer sabe o sofrimento.

Então, este esforço que estamos fazendo aqui hoje é extremamente importante para a saúde de muitos brasileiros.

Quero parabenizar também o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações, através do Ministro Marcos Pontes e também de toda a sua assessoria, por estar muito preocupado em fazer com que o Brasil possa avançar na ciência e na tecnologia.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - Tem a palavra a Deputada Carmen Zanotto.

A SRA. CARMEN ZANOTTO (CIDADANIA - SC) - Obrigada, Presidente Izalci.

Eu quero aqui, mais uma vez, demonstrar a importância de o Governo ter mandado a mensagem complementar ao PLN 16, garantindo assim não apenas os 26 milhões de reais que estavam no PLN 16, mas, sim, 63 milhões de reais para a





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

retomada da produção dos radiofármacos, que já aconteceu a partir da portaria. Haverá segurança para a produção de radiofármacos no País até o início do ano que vem. Isso é muito importante. Agora, em hipótese alguma, vamos ter solução de continuidade.

Os recursos alocados nesse PLN estão assegurando a produção total de radiofármacos, para que o Brasil atenda e trate os pacientes com câncer, que precisam desses insumos estratégicos.

Então, quero aqui, na pessoa do Senador Eduardo Gomes, agradecer a todos e todas desta Comissão. Quero agradecer à Deputada Adriana Ventura, que insistia, em meu nome, para que esta reunião acontecesse. Esse PLN trata do salvamento de vidas.

A nossa Casa, que é uma Casa pesada, sofre intensamente com muitas pautas, mas essa é uma pauta positiva, porque dá acesso ao tratamento e aos exames com os radiofármacos necessários.

Então, agradeço ao Governo por ter mandado a complementação orçamentária. Dessa forma, essa pauta se encerrará com a votação no plenário do Congresso no dia de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - Eu quero parabenizar o Líder, mas pergunto: em relação à complementação, está vindo a origem? Teve cancelamento ou alguma outra coisa? De onde vem esse complemento? Vem de receitas?

O SR. EDUARDO GOMES (MDB - TO) - Não! Vem do fundo de receita de superávit.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - Ah, de superávit.

O SR. EDUARDO GOMES (MDB - TO) - Passou de 23 milhões de reais para 63 milhões de reais.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - Está bom. Então, parabenizo V.Exa.

Já vou imediatamente encerrar a discussão.

A discussão está encerrada.

Em votação o relatório, ressalvados os destaques, na Câmara dos Deputados.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação o relatório na representação do Senado.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Passamos, então, aos destaques.

Destaque nº 1.

O Deputado Arnaldo Jardim não está.

Fica prejudicado o Destaque nº 1.

Destaque nº 2.

Como o autor também não se encontra, fica prejudicado o destaque.

O PLN foi aprovado.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Informo a todos que há um requerimento apresentado pelo Deputado Hugo Leal, que é o nosso Relator, pela retirada do item 2 da pauta.

Item 2. Apreciação do relatório apresentado ao Projeto de Lei nº 20/2021-CN, que abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo e de Encargos Financeiros da União, crédito suplementar no valor de R\$ 2.084.708.300,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

Eu quero submeter o requerimento ao Plenário.

Vou dar a palavra ao Deputado Hugo Leal.

Depois vou submeter à votação o requerimento apresentado.

Com a palavra o Deputado Hugo Leal.

O SR. HUGO LEAL (PSD - RJ) - Desculpe, Senadora.

V.Exa. poderia fazer a convocação?

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - A votação?

O SR. HUGO LEAL (PSD - RJ) - Não. Poderia falar novamente? É sobre o PLN 20? É isso?

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Eu acabei de pronunciá-lo. V.Exa me ouve bem?





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. HUGO LEAL (PSD - RJ) - Agora estou ouvindo bem.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Pois não. Eu acabei de falar sobre o requerimento de V.Exa. que pede a retirada de pauta do item 2.

O SR. HUGO LEAL (PSD - RJ) - Eu pedi, sim, a retirada do PLN 20, Excelência, exatamente porque há um conflito, no caso específico do meu Estado, o Estado do Rio de Janeiro, de cancelamento de ações, de cancelamento de recursos. Tudo bem que é para a suplementação do hospital universitário, mas estão cancelando recursos para a área de assistência social, para a área dos projetos sociais e também dos Conselhos Tutelares. Havia a expectativa de inclusão dessa ação com a mudança do Secretário, que assumiu recentemente. Eu recebi esse pedido.

Repito: a questão não é para onde foram os recursos, que poderiam até ser justificáveis para o Estado do Rio de Janeiro, cuja destinação seria para hospitais federais, mas o modo, a forma como foi feita. Onde foi feito o cancelamento de quase 3 milhões de reais causa preocupação e apreensão, exatamente porque nós sofremos muito com restrição de recurso para a área da assistência social, especialmente, no que se refere aos Conselhos Tutelares.

Queria fazer este apelo e ouvir do Relator se é possível haver outra perspectiva que não seja a retirada de recursos dessa área tão sensível da assistência social, dos Conselhos Tutelares e dos demais.

Eu apenas manteria o pedido de retirada para que pudéssemos, de forma mais objetiva e com alguma alternativa, fazer a compensação desses recursos.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC) - Sra. Presidente...

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Concedo a palavra ao Senador Esperidião Amin

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC) - Sra. Presidente, eu vou ser muito singelo e me dirigir diretamente ao meu querido amigo Deputado Hugo Leal, que é um homem sensato. Se eu fosse alinhar as injustiças que o meu Estado tem sofrido, no tocante às rodovias, complementando o que disse a Deputada Angela Amin, até V.Exa. iria chorar. Quero poupá-lo. Em resumo, Santa Catarina, com os cortes havidos na aprovação do Orçamento, que só aconteceu em abril, teve destinado para as obras





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

federais que estão em execução menos de um terço do que foi despendido no ano passado, ou seja, as obras entraram em paralisação.

No ápice da crise, nós realizamos uma reunião, de 7 horas e 10 minutos de duração, na Comissão de Serviços de Infraestrutura, para que o Estado de Santa Catarina, o Governo do Estado, sem empréstimos, repassasse 465 milhões de reais para que as obras não fossem paralisadas.

Neste projeto, há uma recomposição parcial das dotações federais, nada que se compare a um assunto de saúde, como discutimos há pouco, mas, retirar de pauta, Deputado Hugo Leal, não é sensato. V.Exa. sabe do apreço, da consideração que eu sempre tive com as questões do seu Estado, em particular, as que V.Exa. defende.

Por isso, antes de pedir para votar contra ou a favor da matéria, eu faço esse apelo para a sua consciência e V.Exa. vai continuar contando com a minha modesta solidariedade nas questões do seu Estado do Rio de Janeiro, como sempre tem contado, para uma solução compensatória.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Com a palavra o Senador Eduardo Gomes.

O SR. EDUARDO GOMES (MDB - TO) - Sra. Presidente, Srs. Parlamentares, eu quero reforçar o apelo ao Deputado Hugo Leal, que tem hoje a maior responsabilidade de equilíbrio orçamentário e de eficiência do Orçamento público do Brasil, porque, de maneira muito honrosa, com mérito, é o nosso Relator-Geral do Orçamento do exercício de 2021 apreciado por esta Comissão. Faço este apelo, concordando duas vezes com S.Exa.: sobre a necessidade do recurso para os hospitais e também sobre a necessidade da recomposição oportuna, logo após a votação desses PLNs, já que há alguns em tramitação que têm o objetivo de corrigir algumas distorções. Embora, neste caso, a retirada de recursos foi, mais ou menos, sistêmica, porque retirou recurso de 23 Estados. Apenas quatro Estados que não têm essa ação não tiveram os recursos retirados momentaneamente.

Então, quero assumir aqui o compromisso de, junto com o Deputado Hugo Leal, que representa muito bem o Rio de Janeiro, que representa também esta Comissão como Relator-Geral, desenvolvermos um trabalho agora nos próximos dias para a





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

recomposição, já que, na origem, o Ministério da Saúde tem recursos suficientes para serem alocados novamente em algumas unidades.

Quero pedir a S.Exa que retire a solicitação de retirada de pauta. Também entendo que compõe esse PLN uma série de providências importantes do País para a manutenção de emprego e manutenção de obras estratégicas em todos os Estados brasileiros.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Com a palavra o Deputado Hildo Rocha.

O SR. HILDO ROCHA (MDB - MA) - Sra. Presidente, Senadora Rose de Freitas, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, de fato, o Deputado Hugo Leal tem alguma razão no que ele traz aqui para que se possa discutir melhor os cancelamentos. Inclusive, há cancelamento para o Estado do Maranhão. Os 16 milhões de reais que seriam utilizados para a recuperação de bacias hidrográficas estão sendo cancelados.

Além disso, há um cancelamento enorme no que diz respeito às áreas de assentamento no Brasil inteiro, que alcança todos os Estados da Federação. Há uma política de desenvolvimento rural que será interrompida, porque essas áreas de assentamento, esses Projetos de Assentamento — PAs, precisam desses recursos para ter estradas de acesso à produção, para escoar a produção do pequeno produtor rural, do agricultor familiar; precisam fazer um sistema de abastecimento de água para que eles possam ter água em casa, assim, não vão embora para São Paulo, inchar mais ainda a capital, ou para Fortaleza, Teresina, Vitória, no Espírito Santo. Isso impacta diretamente todos os Estados.

Eu vi que estão tirando recursos do turismo de São Paulo, de Alagoas, de Roraima e de outros Estados, para que fiquem por decisão do próprio Ministro. Ou seja, esses Estados aqui lutaram muito para que esses recursos constassem na lei orçamentária. Está sendo tirado o que era para São Paulo, para Alagoas, para Roraima. Com certeza, o Relator Setorial acertou com a bancada desses Estados; de repente, esse dinheiro sai, e vai ficar a critério do Ministro do Turismo decidir onde vai botá-lo. Onde o Ministro vai botá-lo? Ninguém sabe onde ele vai botá-lo. Alguém aqui sabe me explicar para onde é que esses 30 milhões de reais vão ser destinados?





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Por que estão tirando recursos de São Paulo? Eu não sou representante de São Paulo, nem de Alagoas, nem de Roraima, mas estão retirando recursos desses Estados, assim como da assistência social. A assistência social precisa de recursos, senão não funciona. Se a assistência social não funcionar, o Bolsa Família não funciona; se a assistência social não funcionar, o BPC não funciona. Tem que haver condições de trabalho para que a assistência social, na ponta, funcione. Então, o Deputado Hugo Leal está correto, não está errado.

Nós temos que saber melhor a destinação desses recursos. E o que foi cortado? Tudo bem, é preciso cancelar alguma coisa, mas há superávit — há superávit — e há excesso de arrecadação, que poderia ser usado, em vez de fazer cancelamento.

Portanto, eu concordo com o requerimento do Deputado Hugo Leal.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Vamos colocar em votação o requerimento.

O SR. HILDO ROCHA (MDB - MA) - Peço votação nominal, Sra. Presidente.

O SR. HUGO LEAL (PSD - RJ) - Haverá encaminhamento, Presidente? O Deputado Daniel...

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Eu estava aguardando o Senador Izalci, que levantou uma questão pertinente. Ele estava conversando com o Relator.

Posso, Senador Izalci, proceder à votação?

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Não, nós vamos colocar em votação o requerimento do Deputado Hugo Leal.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Vamos lá.

O SR. JOSÉ GUIMARÃES (PT - CE) - Sra. Presidente, eu quero sugerir encaminhamento, uma proposta de acordo ao Líder.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Só um minutinho.

Eu queria apenas saber se o Senador Izalci... São dois inscritos para cada Casa: na Câmara já falaram os dois; no Senado falou o Senador Esperidião Amin e o





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Senador Eduardo Gomes. Como ele estava levantando uma questão pertinente, eu não sei, no diálogo...

O SR. HUGO LEAL (PSD - RJ) - Eu falei como autor do requerimento.

O SR. EDUARDO GOMES (MDB - TO) - Presidente, é porque foi feito um apelo, e não tivemos oportunidade de ouvir o Deputado Hugo Leal.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - O Senador Eduardo Gomes fez uma proposta e gostaria de ouvir a resposta do Deputado Hugo Leal.

O SR. HUGO LEAL (PSD - RJ) - Sra. Presidente, eu quero ser bem claro.

Eu sei muito bem da responsabilidade que está sobre os meus ombros, partilhada com todos os membros desta Comissão. O trabalho do Relator nada mais é do que a catalisação de todos os desejos e manifestações desta Comissão. Então, o papel do Relator sempre será esse. Mas eu gostaria de insistir numa manifestação, e a linha lógica é exatamente essa.

A grande preocupação que nós temos não é com a questão da suplementação. A lógica é a questão dos cancelamentos. O que fere mais aqui é que, dos 8 milhões do cancelamento, 90% do cancelamento, quase a totalidade, tirando 500 mil, são nas ações de proteção social especial — ações de proteção social especial. É isso! E a outra é a proteção de defesa do direito de todos na questão dos conselhos tutelares.

O que eu sempre discuto não é, como foi falado, a lógica da suplementação, no que a suplementação é a gestão dos hospitais federais no Rio de Janeiro, especialmente o Clementino Fraga Filho, aqui da UFRJ.

Eu entendo perfeitamente que nós podemos fazer esse debate. O que eu não estou percebendo... Faço um apelo ao Líder do Governo, o Senador Eduardo Gomes, que nós tenhamos uma ponderação, façamos uma discussão prévia com relação a essas questões. Os PLNs vão chegando, e não se respeita uma lógica, não há um debate interno.

Quero até abrir um parêntese, Presidente, para deixar claro exatamente isso. Todos os PLNs têm que passar por esta Comissão. Este é o local do debate, e não o Plenário. Não se pode atravessar a Comissão e deixar tudo para o Plenário. Eu vejo que V.Exa. tem se manifestado nesse sentido — eu avalizo e assino embaixo. Eu só quero fazer este registro.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

É claro que eu entendo a manifestação do Senador Eduardo Gomes como Líder do Governo, e sua ponderação, é claro, vai ter a minha sensibilidade, assim como a manifestação do Senador Esperidião Amin. Todos eles estão preocupados, mas o papel da CMO é exatamente esse.

Eu não vejo nenhum problema em retirar esse requerimento para que passemos à apreciação. Apesar da defesa enfática do Deputado Hildo Rocha — e eu agradeço à S.Exa. —, eu não veria problema em retirar o requerimento, desde que assumíssemos esse compromisso, Presidente, especialmente com relação aos cancelamentos na área de ação social, de proteção social. Senão, é ilógico! Com todo o respeito que tenho às várias áreas, cultura, turismo, investimento, tudo bem retirar uma verba e adiar um investimento, mas isso não pode acontecer na área de proteção social. Eu vou repetir essa intenção.

O que eu faria, Sra. Presidente? Eu não teria problema em retirar esse requerimento de retirada, neste momento, como autor do requerimento, desde que nós assumíssemos esse compromisso, especialmente com relação a esses cancelamentos que se dão numa área sensível, que é a de proteção social, senão, fica totalmente ilógico trabalharmos aqui — não falando de obras, mas falando de pessoas, de sobrevivência das pessoas.

Portanto, eu proponho esse entendimento, esse acordo, com o apelo que foi feito por outros Parlamentares. Eu faço a retirada do requerimento, mas deixo esse alerta. Eu sei que a responsabilidade que teremos à frente é muito maior, mas eu não posso deixar de registrar, nesta Comissão Mista de Orçamento, esse pensamento.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC) - Eu faço votos de que o Senador Eduardo Gomes cumpra o compromisso que vai assumir.

Só não posso deixar de dizer que lamento muito o resultado do Fluminense, que ontem foi derrotado pelo Fortaleza. Esse galardão aí atrás é um insulto!

O SR. HUGO LEAL (PSD - RJ) - Por favor! Há matéria em pauta. Não faça esse apelo, não. *(Risos.)*

O SR. JOSÉ GUIMARÃES (PT - CE) - Senador Esperidião Amin, pelo meu Fortaleza...





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Não se pode tripudiar, não é? *(Risos.)*

O SR. EDUARDO GOMES (MDB - TO) - Sra. Presidente...

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Tem a palavra o Senador Eduardo Gomes.

O SR. EDUARDO GOMES (MDB - TO) - Eu quero, primeiro, concordar com o Deputado Hugo Leal, nosso Relator-Geral do Orçamento, e dizer que está feito o compromisso.

V.Exa. e os Líderes desta Comissão estão reiniciando o processo de estabelecimento de compromisso e de ordenamento que foi citado agora há pouco pelo Líder do PT nesta Comissão, para restabelecer a rotina e o rito da Comissão de Orçamento, a partir da passagem desses dois PLNs por esta Comissão.

Temos ainda em estoque, para breve votação, dez PLNs, que só serão apreciados depois desse debate que propôs o Deputado Hugo Leal.

Quero também dizer que há uma vantagem neste País em ser botafoguense. Eu não estou discutindo essa questão de primeira divisão agora e dedico os meus domingos a ficar com a minha família, porque o Botafogo nunca joga em dia de domingo.

Obrigado. *(Risos.)*

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Havia sido pedida a palavra pelo Deputado José Guimarães, mas eu vou conceder ao Senador...

O SR. JOSÉ GUIMARÃES (PT - CE) - Já estou satisfeito, pode proceder à votação.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Pois não.

Com a palavra o Senador Izalci Lucas.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) - Sra. Presidente, só quero registrar, Senador Eduardo Gomes, que há realmente um recurso do Conselho Tutelar do DF, que é da bancada. De fato, eu fiz emenda individual, que já foi executada, mas atendi a 25% dos Conselhos. Todo mundo aqui sabe da importância do Conselho Tutelar, que hoje não tem a infraestrutura básica.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Então, se puder assumir conosco, como V.Exa. disse, a reposição, de alguma forma, desse valor para o Conselho Tutelar do DF, eu agradeço a V.Exa.

O SR. EDUARDO GOMES (MDB - TO) - Pois não.

O SR. DANIEL ALMEIDA (PCdoB - BA) - Senadora Rose, poderia dar uma palavra?

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Pois não, Deputado Daniel.

O SR. DANIEL ALMEIDA (PCdoB - BA) - Senadora Rose, agradeço a V.Exa. e cumprimento o Líder e a todos pelas intervenções que foram feitas.

Eu tive alguns problemas para acompanhar o início da sessão e tinha interesse em associar-me ao requerimento apresentado pelo Deputado Hugo Leal. Acho que é muito necessário e pertinente que se faça um debate criterioso e aprofundado sobre os cancelamentos nesse PLN. Mas também em outros PLNs nós temos um rol de cancelamentos que merecem uma apreciação cuidadosa, criteriosa, para não prejudicar setores, especialmente os setores sociais, que são os mais afetados por esses cancelamentos.

Então, eu queria associar-me ao entendimento feito com o Líder do Governo no Congresso, Senador Eduardo Gomes, que tem sido muito cumpridor de acordos, e dizer que quero participar desse esforço de entendimento para recomposição de recursos necessários, inadiáveis, na área social, na área agrária, na área de geração de renda, enfim, para que os próximos PLNs tenham espaço para esse tipo de debate.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Apenas esclareço ao Deputado Daniel Almeida que o nobre Relator-Geral Deputado Hugo Leal pronunciou-se sobre o consentimento de retirada do requerimento. Não sei se assim procedendo, Deputado Hugo...

V.Exa. faz um pronunciamento extremamente importante para esta Comissão. Não me refiro ao procedimento que nós adotamos, pelo qual todos clamaram, de que todas as matérias pertinentes passarão pela CMO. Isso é matéria vencida e nós não admitiremos, ou se vai passar pelos interesses da representatividade desta Comissão. Portanto, reafirmo a V.Exa. esse compromisso com o Relator-Geral.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Agora, sobretudo, abre-se caminho para que as considerações feitas pelo nosso Líder do Governo, mas também nobre Senador Eduardo Gomes, sejam levadas a efeito a partir deste dia.

Tão logo votemos o PLN 20, V.Exa. poderá considerar *a posteriori* as oportunidades que estão sendo colocadas de debater. Não pode um Senador que luta por um recurso tão pequeno, mas tão importante, não conhecer o corte no relatório final. Isso não tem sentido.

Então, daqui para frente, os relatórios terão que ser feitos com antecedência. E o debate com V.Exa., que sempre é muito bom, nós solicitamos que seja realizado sempre oportunamente.

Tem a palavra V.Exa., Senador Eduardo Gomes.

O SR. EDUARDO GOMES (MDB - TO) - Sra. Presidente, inicialmente, quero agradecer ao Deputado Daniel Almeida, com quem tenho excelente relação de trabalho. Conhecemos a sua história e é evidente que levarei em consideração todas as observações para que melhoremos as condições de debate nesta Comissão das matérias pertinentes ao Orçamento...

O SR. HUGO LEAL (PSD - RJ) - Sra. Presidente, eu gostaria de fazer uma questão de ordem. É só para citar o Senador Eduardo Gomes e V.Exa., como autor do requerimento que foi agora retirado. Eu acho que este pronunciamento é muito importante, esta manifestação, e peço desculpas ao Senador Eduardo Gomes.

Sobre esse equilíbrio que V.Exa. na Presidência reafirmou, eu vou sugerir também que V.Exa. faça uma distribuição mais equânime dos PLNs. Eu tenho absoluta certeza da competência e da capacidade do nosso Senador Eduardo Gomes. Não tenho dúvida nenhuma disso. Mas nós temos vários outros Senadores e Deputados que também têm competência e capacidade semelhante para assumir as relatorias. Eu sei que em todos eles há interesse do Governo, e é natural que seja assim, mas também defendo uma distribuição mais equânime dessas relatorias, com a salvaguarda dos Senadores e dos Deputados.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Permitam-me, eu vou ter que responder, infelizmente, a questão levantada pelo Deputado Hugo Leal.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. EDUARDO GOMES (MDB - TO) - Sra. Presidente, se V.Exa. me permitir, para não causar polêmica, eu gostaria de responder.

Primeiro, nós estamos saindo de um sistema híbrido. E eu queria deixar claro que, na passagem pelas relatorias recentes em que a Comissão de Orçamento tinha as votações em Plenário, em 100% dos PLNs que relatei apresentei o relatório sem nenhuma emenda admitida. Foi uma situação absolutamente extraordinária, que, por minha decisão, prefiro não relatar. Então, eu queria dizer que a exemplo desses PLNs em que nós fizemos acordo para abrir o processo de restabelecimento de votos nesta Comissão, os relatórios foram apresentados sem emenda. Mas eu entendo o que S.Exa. disse e de maneira nenhuma me sinto constrangido, até porque já fui Relator Setorial diversas vezes na Comissão de Orçamento e Líder de partido na Comissão de Orçamento, portanto entendo a responsabilidade de colocarmos todos os Parlamentares em sistema de rodízio para que sejam Relatores.

Segundo, eu queria preservar a Presidente, pois entendo que isso foi fruto de acordo quanto à forma de votação, não quanto ao mérito dos projetos. Senão, eu não estaria impedido, como Líder do Governo, como estou, de colocar, em exercício da avaliação do PLN, um relatório sem emendas, praticamente, a não ser aquelas vindas originalmente no projeto.

Sra. Presidente, só para evitar discussões e preservar aqui a lisura de V.Exa. nesse processo, eu queria dar essas explicações que são pertinentes e vêm de um processo de negociação de Lideranças. Mas concordo com o Relator-Geral Deputado Hugo Leal. E também tenho explicado isso aos Líderes partidários quando tenho oportunidade.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Se V.Exa. não tivesse concordado, logicamente, por uma questão até de comodidade do trabalho, eu estaria apreciando as palavras de V.Exa. para dizer que eu concordo com elas, pura e simplesmente, mas não posso fazê-lo, porque foi feita a mim a solicitação de que eu distribísse melhor as relatorias.

Deputado Hugo Leal, além de ser nosso companheiro, V.Exa. é um querido amigo. Peço a V.Exa. que, por favor, observe, quando as relatorias foram distribuídas,





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

quantos Parlamentares fizeram parte delas. De dez projetos, V.Exa. relatou dois, não apenas por ser um Senador brilhante, mas também por ser Líder.

Havia um contencioso de compromissos nesta Comissão que não foram levados a termo com os Estados que todos aqui representamos. Portanto, ninguém seria melhor... Eu, recém-chegada, num Orçamento... Sua feitura levou 3 meses. O Orçamento nunca foi feito nesta Casa dessa maneira. Então, muitos compromissos, muitas emendas que não foram respeitadas foram compromissadas pela figura do Líder. E o Líder, melhor do que ninguém, pode falar para dentro do Governo e tentar pacificar esse cenário, que não era um bom cenário.

Foram atribuídas relatorias ao Deputado Hugo Leal, à Deputada Soraya, ao Deputado Guimarães e a vários outros Parlamentares, e o Líder Eduardo se dispôs a assumir como Relator. Nós fomos até ele — e o Governo também — solicitar que ele resgatasse uma credibilidade que estava indo embora desta Comissão. Esse é o grande papel que ele está assumindo neste momento.

Eu queria deixar essas palavras não conflituosas, mas de esclarecimento. Tenho certeza de que o Deputado Hugo prestou muito atenção a elas.

Tem a palavra o Senador Eduardo Gomes.

O SR. EDUARDO GOMES (MDB - TO) - Sra. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, boa tarde.

Passo a ler o relatório

"Trata-se do Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 20, de 2021, que abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos Órgãos do Poder Executivo e de Encargos Financeiros da União, crédito suplementar no valor de 2 bilhões, 84 milhões e 708 mil e 300 reais, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente. (...)

O crédito em pauta tem por objetivo suplementar:

a) o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento: Administração Direta e CONAB (...);

b) o Ministério da Economia: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística — IBGE (...);





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

c) o Ministério da Educação: Hospital de Clínicas de Porto Alegre; Complexo Hospitalar e de Saúde da Universidade Federal do Rio de Janeiro; e Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (...);

d) o Ministério da Justiça e Segurança Pública: Administração Direta (...);

e) o Ministério de Minas e Energia: Indústrias Nucleares do Brasil S/A (...);

f) o Ministério da Saúde: Fundo Nacional de Saúde (...);

g) o Ministério da Infraestrutura: DNIT (...);

h) o Ministério da Defesa: Fundo Naval (...);

i) o Ministério do Turismo: Administração Direta (...);

j) o Ministério da Cidadania: Administração Direta e Fundo Nacional de Assistência Social (...);

k) os Encargos Financeiros da União: Fundo de Garantia à Exportação (...).

No prazo regimental, foram apresentadas 42 emendas ao projeto de lei, sendo que, ainda dentro do prazo, o Autor da Emenda nº 24 solicitou a retirada de sua proposição. O Autor da Emenda nº 42 solicitou a alteração da sua proposição, porém já fora do prazo de apresentação de emendas, motivo pelo qual, infelizmente, nós nos vemos impossibilitados regimentalmente de acatar o seu pedido."

É o relatório.

II. Análise

"(...) As Emendas nºs 1, 4 e 9 não devem ser admitidas por proporem que recursos sejam destinados a programas inexistentes na LOA de 2021.

Na mesma linha, as Emendas nºs 21, 22, 33, 34 e 39 ocasionam aumento no valor original do projeto, admitindo apenas no caso de erros e omissões, o que não é o caso das referidas emendas.

Por essa razão, indica-se sua inadmissão.

No que tange às Emendas nºs 7 e 18, observa-se que contemplam programação em unidade orçamentária não beneficiária do crédito, devendo ser inadmitidas (...)

Por fim, com relação ao mérito, somos pela rejeição das Emendas nºs 2, 3, 5, 6, 8, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 19, 20, 23, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 35, 36, 37, 38, 40, 42 e 43.

III. Voto do Relator





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Diante do exposto, o nosso voto é no sentido de que o PLN nº 20, de 2021, atende os preceitos constitucionais e de juridicidade que devem orientar sua adoção.

Quanto às emendas apresentadas, entendemos que devam ser declaradas inadmitidas (...) as Emendas nºs 1, 4, 7, 9, 18, 21, 22, 33, 34 e 39.

Por fim, com relação ao mérito, votamos pela rejeição das Emendas nºs 2, 3, 5, 6, 8, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 19, 20, 23, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 35, 36, 37, 38, 40, 42 e 43; e pela aprovação do PLN nº 20, de 2021, na forma proposta pelo Poder Executivo."

É o relatório, Sra. Presidente, Srs. Parlamentares.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Lido o relatório, em conformidade com o disposto no § 2º do art. 146 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, declaro inadmitidas as Emendas nºs 1, 4, 7, 9, 18, 21, 22, 33 e 34, indicadas pelo Relator no seu voto.

O relatório está em discussão.

O SR. JOSÉ GUIMARÃES (PT - CE) - Presidenta, por favor, eu gostaria de usar a palavra brevemente.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Tem a palavra o Deputado José Guimarães.

O SR. JOSÉ GUIMARÃES (PT - CE) - Sra. Presidenta, Sras. e Srs. Parlamentares, quero registrar que nós da Oposição fizemos um acordo para aprovar esse PLN.

Nesse projeto há uma obra muito importante para o meu Estado, o Ceará. Trata-se da adequação do trecho rodoviário de Caucaia que dará acesso ao Porto do Pecém.

O Brasil conhece a importância estratégica do Porto do Pecém, no Ceará, que é vital para a economia, devido ao seu impacto no PIB e na geração de emprego e renda. Para V.Exas. terem uma ideia, no Complexo Industrial e Portuário do Pecém foi instalada uma Zona de Processamento de Exportação — ZPE, e as empresas que se instalaram lá estão gerando 15 mil empregos diretos no Estado. O Governador Camilo Santana está dotando toda a área de uma infraestrutura invejável.

O problema era essa BR. Portanto, fazer essa adequação é muito importante, porque vai permitir o acesso ao porto com tranquilidade. As obras de infraestrutura que





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

o Governador Camilo Santana está fazendo também são muito importantes. Tudo isso alavanca o nosso Estado, Senador Eduardo Gomes.

Eu quero agradecer a todos que participaram das conversas para a aprovação desse importante PLN, que tem muito mérito, principalmente no que diz respeito ao meu Estado, o Ceará.

Muito obrigado, Presidenta.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Tem a palavra o Deputado Hildo Rocha.

O SR. HILDO ROCHA (MDB - MA) - Cumprimento a Sra. Presidente Rose de Freitas, as Sras. Deputadas e os Srs. Deputados, as Sras. Senadoras e os Srs. Senadores.

Cumprimento também o Relator Senador Eduardo Gomes, que, num esforço gigantesco, conseguiu apresentar o relatório. Logicamente, o texto não é aquele que nós desejávamos, mas é o possível, tendo em vista o acordo que foi construído para rever alguns cancelamentos que foram encaminhados.

É bom que se deixe claro que esses cancelamentos não foram feitos pelo Relator. Eles vieram na proposta original, no PLN encaminhado pelo Executivo. Eu lamento esses cancelamentos feitos pelos técnicos do Ministério da Economia, que não levaram em consideração todo o esforço de Deputados e Senadores que estiveram na Comissão anterior, na Comissão que elaborou esse projeto de lei orçamentária, que é a lei que está em execução. Eu não participei da Comissão anterior, mas fico sentido por saber que, apesar do esforço feito por Senadores e Deputados para destinar recursos aos seus Estados e às suas cidades, tudo tenha sido cancelado de uma hora para outra. Eu sei que eles ficam chateados, e isso é muito triste. Eles já estavam contando com os recursos, que já faziam parte do Orçamento da União.

Entretanto, agora o DNIT vai ter recursos orçamentários para continuar a executar obras de grande importância para o povo brasileiro. Duas dessas obras rodoviárias são fundamentais para o Maranhão.

Uma delas é a duplicação da travessia urbana da cidade de Imperatriz, que é a segunda maior cidade do Estado do Maranhão. O Governo Federal não está colocando dinheiro novo nesse PLN, está apenas corrigindo o que ele errou lá atrás. Nós da





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

bancada do Maranhão já havíamos destinado recursos da emenda impositiva de bancada para que fosse feita na cidade de Imperatriz essa obra, que ainda está na fase inicial. O custo dela é de duzentos e poucos milhões de reais, e existe pouco recurso para sua conclusão. Então, esse aporte que está sendo feito possibilita que até o final do ano se possa fazer mais 2 quilômetros de pavimentação na BR-010.

A outra obra, que beneficia tanto o Maranhão quanto o Piauí, é executada na BR-226, no trecho em Timon, vizinho a Teresina. É preciso que seja feita a travessia naquele Município, porque da forma como era... A obra já está sendo feita, e com bom andamento, tirando o trânsito de dentro da cidade, o que é importante. E não havia recurso para isso também. Essa complementação que vem agora com o PLN ajuda a dar continuidade a essas obras.

Fica aqui o nosso compromisso de rever com o Governo os cortes feitos, principalmente na área da reforma agrária. As pessoas podem pensar que esse dinheiro é para desapropriar terra. Ele não é para desapropriar, é para levar melhores condições e políticas públicas para onde já há área desapropriada, para onde já há projeto de assentamento, para as famílias que moram nessas áreas. Quando foi feita essa reforma agrária e as pessoas foram colocadas lá, havia o compromisso de lhes dar água, luz, estrada, energia, escola, educação, saúde. O povo foi para lá contando com isso, e acaba que o Governo brasileiro... Aqui eu não estou falando de Presidente da República A ou B. Eu estou dizendo que o Governo brasileiro tem um compromisso com essas famílias. Cortar dinheiro significa dizer que esse compromisso vai ser postergado.

Parabenizo mais uma vez o Relator Senador Eduardo Gomes.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Tem a palavra o Senador Wellington Fagundes.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (PL - MT) - Sra. Presidente, primeiro, eu gostaria de dizer ao Senador Esperidião Amin que retirei a minha emenda. Quero que ele compreenda que todos os catarinenses que foram para o Mato Grosso ficaram ricos. Então, eles também têm que nos ajudar lá no Mato Grosso...





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC) - O problema é que a riqueza ficou lá.
(Risos.)

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (PL - MT) - Eles têm que nos ajudar a escoar a produção, para dar sobrevida aos nossos catarinenses.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC) - Ou seja, nós exportamos gente para produzir riqueza no seu Estado. Ainda não estamos cobrando *royalty*.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (PL - MT) - Mas se eles produzirem lá e não puderem arrancar a safra, se não puderem levar a safra para os portos, eles vão empobrecer.

Quero parabenizar o Senador Eduardo Gomes pelo relatório e fazer um alerta.

Senador Eduardo, V.Exa. é o Líder do Governo aqui. Precisamos fazer um trabalho mais forte junto ao Governo, principalmente junto ao Ministério da Infraestrutura. Os recursos são extremamente escassos para fazer a manutenção das nossas estradas este ano, em todo o Brasil. Nós temos que apoiá-lo, para que realmente consigamos convencer a equipe econômica e o Ministro Tarcísio. Vemos o General Santos Filho tendo dificuldade de administrar recursos mínimos, infelizmente.

Não podemos voltar a fazer operação tapa buracos no Brasil. Fazer uma operação tapa buracos significa a desmoralização do Governo e, claro, de todos nós da classe política.

Sra. Presidente, quero comentar sobre alguns recursos que foram alocados para meu Estado dentro do relatório. Destaco a adequação do trecho rodoviário entre Rondonópolis, Cuiabá e Posto Gil, na BR-163. Esse era o trecho em que havia mais acidentes frontais no Brasil. Felizmente, a duplicação está sendo concluída, e o número de acidentes diminuiu em mais de 90%. O Brasil é o campeão de acidentes nas estradas, com mais de 40 mil mortes por ano. Eu luto pela duplicação do trecho entre Rondonópolis e Cuiabá até Posto Gil, e depois, claro, quando houver a concessão, até Sinop. Eu registro aqui a importância desse recurso.

Senador Eduardo, eu também quero lhe agradecer o recurso destinado à construção do contorno rodoviário de Barra do Garças. Esse recurso vai permitir a conclusão dessas obras no Estado do Mato Grosso, e eu venho lutando há muitos anos para isso. Estivemos há poucos dias em Barra do Garças, junto com o Ministro,





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

testemunhando essa obra que contempla três cidades, em dois Estados. Essa estrada é importante também para o escoamento da produção.

Eu ainda cito a construção do trecho rodoviário em Uruaçu, na divisa de Goiás com Mato Grosso, na BR-080. Lá está sendo construída uma ponte que vai garantir o escoamento da produção daquela região.

Também menciono a construção do trecho rodoviário da divisa entre Pará e Mato Grosso até Santarém, na BR-163. Essas obras serão realizadas no Pará, mas são extremamente importantes, porque vão escoar toda a produção de Mato Grosso.

Estamos aqui para agradecer, porque esses recursos são fundamentais para que continuemos produzindo e ajudando o Brasil.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Tem a palavra o Deputado Bosco Costa, último inscrito.

Em seguida, vou conceder a palavra ao Relator.

O SR. BOSCO COSTA (PL - SE) - Sra. Senadora Presidente desta Comissão, serei breve.

Senador Eduardo, parabênizo V.Exa. por esse relatório. Na mesma linha dos demais Deputados e Senadores que usaram a palavra, aproveito esta oportunidade para falar do meu Sergipe, que também é o Estado de V.Exa. e de seu pai, que é de Estância.

Senador e Líder do Governo Eduardo Gomes, nos últimos anos, nos últimos Governos, a BR-101, que liga o Rio Grande do Sul ao Rio Grande do Norte, foi esquecida no nosso Estado. O primeiro trecho no Nordeste a ter a duplicação da BR-101 iniciada foi o de Aracaju a Laranjeiras, e já se vão 28 anos.

Senadora, quem sai hoje de Natal, no Rio Grande do Norte, chega a João Pessoa, na Paraíba, com a BR-101 pronta; quem sai de João Pessoa chega a Recife com ela pronta; quem sai de Recife chega a Maceió com ela pronta; quem sai de Maceió chega à divisa do Rio São Francisco com ela praticamente pronta. Há um pequeno trecho em São Miguel dos Campos, em Alagoas, com problemas relacionados aos índios. O trecho que vai de Cristinápolis, na divisa de Sergipe com a





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Bahia, até Esplanada também está pronto. O trecho de Esplanada até Feira de Santana está sendo concluído.

Lamentavelmente, no nosso Estado, onde foi iniciada a duplicação da BR-101, a obra está paralisada no trecho norte, de Aracaju a Propriá, porque a empresa a abandonou. O Ministro Tarcísio tem feito um grande esforço no Brasil, mas estão destinados apenas 30 milhões de reais para a conclusão do trecho norte, o que é muito pouco. E o trecho sul, que vai de Estância a Cristinápolis, orçado em mais ou menos 500 milhões de reais, também está paralisado, sem previsão ou perspectiva de início de obra.

Eu faço esse apelo a V.Exa. e ao Governo Bolsonaro, para que se lembrem do nosso Sergipe. Não é justo que os outros Estados tenham concluído toda a duplicação, enquanto a duplicação está parada em Sergipe, que foi o primeiro Estado a iniciar essa obra.

Senadora, muito obrigado pela paciência de V.Exa., que é sempre gentil e companheira.

Senador, faço esse registro a V.Exa., que é Líder do Governo.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Tem a palavra o Sr. Relator Eduardo Gomes.

O SR. EDUARDO GOMES (MDB - TO) - Sra. Presidente, Srs. Parlamentares, agradeço as palavras e as observações.

Esta reunião da Comissão de Orçamento é o início de uma grande tarefa de ajustes e buscas por saídas para as obras prioritárias de todos os Estados.

Deputado Bosco Costa, V.Exa. falou da BR-101, que assim como a BR-235, que une Tocantins a Sergipe, tem um trecho que aguarda a contratação de projeto — ela também está paralisada no meu Estado. Ambas são obras muito importantes para o País.

Sra. Presidente, passo à leitura da complementação do voto no relatório do PLN 20/21, apresentado na CMO.

"Altere-se o parecer na inadmissibilidade da Emenda nº 7, para aprová-la no mérito.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Voto do Relator.

Diante do exposto, o nosso voto é no sentido de que o PLN nº 20, de 2021, atende os preceitos constitucionais e de juridicidade que devem orientar a sua adoção.

Quanto às emendas apresentadas, entendemos que devam ser declaradas inadmitidas, conforme os arts. 15, inciso XI; 109, inciso I, e 146 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, as Emendas nºs 1, 4, 9, 18, 21, 22, 33, 34 e 39).

Por fim, com relação ao mérito, votamos pela rejeição das Emendas nºs. 2, 3, 5, 6, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 19, 20, 23, 25, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 35, 36, 37, 38, 40, 41, 42 e 43, e pela aprovação do PLN nº 20, de 2021, na forma do substitutivo apresentado, em decorrência do acolhimento das Emendas nºs 7, 8 e 26.

Sala das Comissões, 7 de outubro de 2021."

Esta é a complementação do voto, Sra. Presidente.

Muito obrigado, Sra. Presidente e Srs. Parlamentares.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) - Pela ordem, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Concedo a palavra, pela ordem, à Deputada Caroline de Toni.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) - Boa tarde a todos.

Estou entrando em voo, mas, antes, eu gostaria de informar que fiz dois destaques ao parecer do Senador Eduardo Gomes, que são os Destaques nºs 33 e 34. No entanto, eu gostaria de reconsiderar a apresentação e pedir a retirada desses dois destaques que fiz ao parecer, ao relatório.

Requeiro, então, a retirada dos Destaques nºs 33 e 34.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Agradeço à Sra. Deputada, desejando-lhe um bom voo.

Estão, portanto, retirados os Destaques nºs 33 e 34.

Deputada Soraya, V.Exa. gostaria de fazer uso da palavra?

A SRA. DRA. SORAYA MANATO (PSL - ES) - Boa tarde a todos.

Eu queria, primeiro, parabenizar o Senador Eduardo Gomes.

Senadora Rose de Freitas, V.Exa. é do Espírito Santo, assim como eu, e fazemos parte de uma bancada bem coesa. A principal obra estruturante no Estado do Espírito





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Santo consome todos os anos, não desta bancada, mas da anterior também, mais de 50%... *(falha na transmissão)*.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Deputada, nós estamos com dificuldade de ouvi-la.

A SRA. DRA. SORAYA MANATO (PSL - ES) - Ah, é que estou num lugar ruim mesmo.

Eu quero parabenizar mais uma vez a bancada capixaba por todo seu empenho em relação à principal obra estruturante do Estado do Espírito Santo.

Um abraço a todos.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Está encerrada a discussão. Passamos à votação.

Em votação o relatório.

A complementação de voto, sem os destaques, está em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Aqueles que a aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovada.

Em votação na representação do Senado Federal.

Aqueles que a aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovada.

Agradeço a presença do Sr. Relator e de todos os presentes.

Sr. Relator, agradeço o trabalho de V.Exa., que foi feito por meio de grande debate com o Poder Executivo.

Declaro encerrada a presente reunião, lembrando a todos que nós temos sessão do Congresso Nacional, que já se iniciou.

Está encerrada a presente reunião.

**ATA DA SÉTIMA REUNIÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA EXTRAORDINÁRIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA,
DA 56ª LEGISLATURA, DA COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS
PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO, REALIZADA EM 7 DE OUTUBRO DE 2021**

Aos sete dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e um, reuniu-se a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no plenário 2, do Anexo II da Câmara dos Deputados. Esta reunião





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

foi convocada para ouvir representantes do Ministério da Economia, sobre o Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2022, conforme dispõe o art. 29, da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, Relatório de Monitoramento do PPA e Relatório Anual de Políticas Públicas, conforme previsto no art.17 da Lei nº 13.971/2019. Foi registrado o comparecimento dos membros: - **Deputados titulares:** André Figueiredo, Arnaldo Jardim, Bosco Costa, Carlos Zarattini, Charles Evangelista, Coronel Tadeu, Domingos Sávio, Eduardo Costa, Gilberto Abramo, Hildo Rocha, Hugo Leal, José Guimarães, Luciano Ducci, Marx Beltrão, Sergio Souza, Uldurico Junior e Zé Carlos; - **Senadores titulares:** Carlos Fávaro, Izalci Lucas, Orioivisto Guimarães, Rose de Freitas e Simone Tebet; - **Deputados suplentes:** Adriana Ventura, Alceu Moreira, Beto Faro, Célio Silveira, Dagoberto Nogueira, Danilo Forte, Domingos Neto, Drª Soraya Manato, Gelson Azevedo, Hercílio Coelho Diniz, Júnior Ferrari, Juscelino Filho, Orlando Silva, Ossesio Silva, Robério Monteiro, Rodrigo Coelho, Toninho Wandscheer e Weliton Prado. Foi registrado o comparecimento dos parlamentares não integrantes da Comissão, Deputado: Félix Mendonça Jr. **ABERTURA:** às nove horas e três minutos, os trabalhos foram abertos pelo 2º Vice-Presidente, Senador Izalci Lucas, que comunicou a finalidade da audiência pública e informou que a reunião ocorria de forma semipresencial com presença de parlamentares no plenário e virtualmente, através da plataforma zoom. Informou que comporiam a mesa Sr. Bruno Funchal - Secretário Especial do Tesouro e Orçamento; Sr. Ariosto Antunes Culau - Secretário de Orçamento Federal, Sr. Gustavo Guimarães – Secretário de Avaliação, Planejamento, Energia e Loteria, Sr. Antonio Carlos Bezerra Leonel – Secretário Federal de Controle Interno da Controladoria Geral da União - CGU e Sr. Henrique Barros Pereira Ramos - Secretário Especial Adjunto de Relações Governamentais da Presidência da República. Comunicou ainda que, para melhor ordenamento dos trabalhos, de acordo com o estabelecido no art. 398, inciso IX e X, do Regimento Interno do Senado Federal, o Sr. Bruno Funchal disporia de 30 minutos para sua exposição e os Srs. Parlamentares inscritos para interpelar o expositor poderiam fazê-lo estritamente sobre o assunto da exposição, pelo prazo de 5 minutos, tendo o interpelado igual tempo para responder, facultadas a réplica e a tréplica, pelo prazo de 2 minutos. A seguir, o presidente em exercício abriu a lista de inscrições para o debate e transferiu a palavra ao Secretário Especial do Tesouro e Orçamento, Sr. Bruno Funchal, que introduziu o tema versando sobre os Relatórios de Monitoramento do Plano Plurianual (PPA) 2020-2023 e de Avaliação de Políticas Públicas, com o auxílio de projetor multimídia, e em seguida passou a palavra ao Gustavo Guimarães – Secretário de Avaliação, Planejamento, Energia e Loteria, que complementou à explanação trazendo pontos mais específicos sobre o tema e ressaltou que o Relatório Anual de Avaliação de Políticas Públicas era complementar ao Monitoramento do Plano Plurianual. Em seguida foi passada a palavra para o Sr. Antônio Carlos Bezerra Leonel – Secretário Federal de Controle Interno da Controladoria Geral da União - CGU que rapidamente agradeceu e colocou a CGU como parceira do Ministério da Economia e de todo o governo não só nas avaliações como no monitoramento, alertando quanto à necessidade de melhoria dos gastos públicos já que o espaço fiscal era reduzido. A seguir a presidente Rose de Freitas assumiu o comando dos trabalhos e passou a palavra ao Sr. Henrique Barros Pereira Ramos - Secretário Especial Adjunto de Relações Governamentais da Presidência da República. Encerrada a apresentação, a presidente introduziu algumas reflexões acerca da saúde, fez alguns questionamentos sobre o planejamento e destinação dos leitos abertos para atender a Covid e concedeu a palavra ao Sr. Ariosto Antunes Culau - Secretário de Orçamento Federal que reforçou a importância das Avaliações e monitoramento para a melhoria das Políticas Públicas e ações do governo, esclareceu alguns pontos levantados pela presidente, mas em relação ao planejamento quanto à manutenção dos leitos abertos, informou que seria assunto de competência do Ministério da Saúde. A Presidente questionou ainda sobre a flexibilização do teto de gastos e obteve resposta do Sr. Bruno Funchal, momento em que apresentou a Lei Orçamentária Anual para 2022. Antes, porém, passou a palavra para Deputada Dra. Soraya Manato que ressaltou sua preocupação em relação a Saúde da





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

população brasileira, bem como os baixos salários dos médicos residentes e da necessidade de recursos financeiros para a saúde. O Senador Izalci Lucas fez uso da palavra e parabenizou a apresentação dos convidados. A presidente fez também questionamentos sobre obras públicas paradas e concedeu a palavra ao Sr. Antônio Carlos Bezerra Leonel que fez seus apontamentos. Por fim o Sr. Bruno Funchal versou sobre os precatórios e finalizou sua apresentação sobre o PLOA-2022 após a complementação feita pelo Sr. Ariosto Antunes Culau e Sr. Gustavo Guimarães. **ENCERRAMENTO:** às onze horas e dois minutos, a Presidente, Senadora Rose de Freitas, encerrou a reunião, antes, lembrou os presentes que às onze horas haveria reunião deliberativa e agradeceu o comparecimento de todos os convidados, bem como dos parlamentares presentes. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Congresso, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - Declaro iniciada a 7ª Reunião de Audiência Pública da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Esta reunião foi convocada com a finalidade de discutir o Projeto de Lei Orçamentária para 2022 — PLN 19/2021 e PLOA 2022, o Relatório de Monitoramento do PPA e o Relatório Anual de Políticas Públicas, em atendimento ao art. 29 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional.

Compõem a Mesa o Sr. Bruno Funchal, Secretário Especial do Tesouro e Orçamento; o Sr. Ariosto Antunes Culau, Secretário de Orçamento Federal; o Sr. Gustavo Guimarães, Secretário de Avaliação, Planejamento, Energia e Loteria; o Sr. Antônio Carlos Bezerra Leonel, Secretário Federal de Controle Interno, da Controladoria-Geral da União — CGU; e o Sr. Henrique Barros Pereira Ramos, Secretário Especial Adjunto de Relações Governamentais da Presidência da República.

Para melhor ordenamento dos trabalhos, comunico que, de acordo com o estabelecido no art. 398, incisos IX e X, do Regimento Interno do Senado Federal, o Sr. Bruno Funchal, Secretário Especial do Tesouro e Orçamento, disporá de até 30 minutos para fazer a sua exposição, só podendo ser aparteado desde que o permita.

Conforme estipulado no art. 398, inciso X, do Regimento Interno do Senado Federal, os Srs. Parlamentares inscritos para interpelar o expositor poderão fazê-lo estritamente sobre o assunto da exposição, pelo prazo de 5 minutos, tendo o interpelado igual tempo para responder, facultadas a réplica e a tréplica pelo prazo de 2 minutos.

Informo que a lista de inscrição para o debate está aberta.

Com a palavra, então, o Sr. Bruno Funchal, Secretário do Tesouro e Orçamento.

O SR. BRUNO FUNCHAL - Obrigado, Presidente, pela oportunidade de estar aqui.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Nós viemos aqui, se não me engano, faz 3 semanas, para apresentar os principais elementos da parte fiscal que dava base para a estruturação do Orçamento. Agora voltamos para falar um pouco do PPA, da avaliação e do monitoramento das políticas públicas. Acho que essa é uma fase superimportante da elaboração do Orçamento, uma vez que o grande objetivo é fazer um Orçamento com que consigamos melhorar a qualidade das nossas políticas públicas.

A avaliação das políticas e o monitoramento da sua execução é fundamental para retroalimentar o Orçamento. Então, uma vez que estamos dedicando recursos públicos para diversos projetos, é preciso analisar como estão os andamentos desses projetos, quais estão performando bem, quais não estão performando bem, e melhorar aqueles que não estão performando bem, para, depois, a partir desse resultado, alocar recursos naqueles que geram mais retorno para sociedade e alocar menos ou desalocar recurso naqueles que geram menos retorno para sociedade. Essa é uma direção boa para a melhoria da qualidade da administração pública e melhoria da qualidade do Orçamento.

O Gustavo preparou uma apresentação. Então, eu vou fazer uma introdução trazendo alguns destaques, e, depois, ele entrará nos detalhes em relação ao Relatório de Monitoramento do PPA 2020-2023, especificamente em relação ao ano-base 2020.

(Segue-se exibição de imagens.)

Quais são os principais destaques do ano de 2020? O que podemos dizer de importante em relação aos projetos que estavam sendo conduzidos e a execução desses projetos?

A primeira coisa é que há 30 investimentos prioritários sendo monitorados; 70 programas; e 70 objetivos e metas. A partir disso, buscamos observar quantos desses estão no trilho e quantos estão saindo do trilho, para poder fazer medidas de ajustes nesses projetos.

Desses projetos que são monitorados, 69% dos indicadores apresentaram melhora no ano de 2020. Um exemplo é o número de matrículas em cursos técnicos de qualificação profissional, que passou de 1,9 milhão, em dezembro de 2018, para 2,1 milhões no final de 2020. De todos os programas, 43% tiveram as metas foram alcançados; 42% não tiveram as metas alcançadas; e 15% não conseguimos avaliar porque não tinham uma meta quantitativa, era mais qualitativa.

Das metas alcançadas, o destaque é que 455 mil famílias foram beneficiadas com a ampliação de acesso à moradia e melhoria de condições de habitação. A meta era de 345 mil famílias, então, ultrapassou mais de 100 mil famílias. Uma meta não alcançada foi o índice de transplantes de órgãos sólidos por milhão de habitantes, que ficou em 35, quando a média era de 43 por milhão de habitantes.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Um destaque importante que buscamos trazer, específico para o ano 2020, é em relação à COVID, ao que foi afetado por conta da COVID. Das metas programadas, 25,7% enfrentaram restrições por conta da pandemia. Então, provavelmente, de todas aquelas que não tiveram um bom andamento e não tiveram o atingimento de meta, boa parte das que não foram atingidas tiveram como justificativa a pandemia.

Os programas do PPA compõem o que chamamos de camada gerencial do PPA. Então, ao longo da execução, também há a gestão de todos os programas. Em 2020, 58% dos resultados intermediários alcançaram suas metas. É importante sempre fazer essas avaliações intermediárias para correção de rota. Muitas vezes, o programa é bom, e simplesmente podemos fazer ajustes na execução para ele entregar o que se propõe.

Aqui está um dado importante: em termos de investimento prioritário, tiveram a execução financeira 7,3 bilhões de reais, ante a previsão de 6 bilhões de reais. E um destaque, talvez negativo para o nosso Orçamento, é que temos um Orçamento de 1,5 trilhão de reais. O Orçamento para o ano que vem é de 1 trilhão e 540 bilhões de reais, e temos de execução de investimentos prioritários, em 1 ano, 7 bilhões de reais, o que é muito pouco. Então, um dos objetivos é tentarmos aumentar isso reduzindo a rigidez orçamentária. Muito desse pouco recurso alocado é por conta do excesso de rigidez orçamentária.

Portanto, investimentos são prioritários e muito importantes. Ainda assim, há muito pouco recurso alocado nesses investimentos.

Acho que esses são os principais pontos. Eu vou passar agora para o Gustavo, para ele entrar mais nos detalhes.

Obrigado.

O SR. GUSTAVO GUIMARÃES - Bom dia a todos. Bom dia, Senador. Obrigado pelo espaço.

O Secretário Funchal, seguindo aqui o Relatório de Monitoramento, levantou alguns grandes pontos. Eu gostaria só de ratificar que a Lei do PPA colocou como uma das exigências o encaminhamento ao Congresso Nacional de dois relatórios: o Relatório de Monitoramento do PPA e o Relatório de Avaliação de Políticas Públicas. Esses dois relatórios foram encaminhados no dia 31 de agosto, e agora estamos fazendo a apresentação deles, que também é uma exigência da Lei do PPA 2020-2023.

(Segue-se exibição de imagens.)

Eu gostaria de destacar também, Senador, antes de entrar no detalhe dos dois relatórios, a importância da Emenda Constitucional nº 109, de 2021, desta Casa. Realmente ela é um marco para a avaliação e o monitoramento das políticas públicas, foi um grande passo e está





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

alinhada às melhores práticas internacionais. Hoje o Brasil está num grupo seleto de poucos países avançados que têm, em nível constitucional, essa definição de avaliar as políticas públicas e monitorá-las. Então, eu queria aproveitar o momento para parabenizar o Congresso por essa iniciativa.

Volto ao relatório de monitoramento, do qual o Secretário Funchal apresentou os principais destaques. Temos que lembrar o PPA, o plano plurianual, visa um planejamento de médio prazo, por isso, ele é para 4 anos. Ele tem 70 programas, os quais têm 70 objetivos que se configuram em metas, que são 70 também.

Como o Secretário Funchal adiantou, dentro desse grande plano, acompanhamos também, com mais detalhe, 30 investimentos, 30 projetos prioritários. Ele colocou a importância de se fazer esse monitoramento tanto em nível macro quanto em nível micro, acompanhando os resultados intermediários. São acompanhados 286 resultados intermediários.

O Secretário Funchal colocou os principais pontos do relatório de monitoramento, como eu disse. Eu gosto de destacar que esse relatório tem mais de 700 páginas. Ele é um relatório bem detalhado, com informações minuciosas sobre todos os programas, as ações e o cumprimento. Um ponto importante que o Secretário Funchal também colocou é a correção de rotas. E o monitoramento é importante para corrigir rotas.

Como observamos, a despeito da COVID-19, bem centrada em 2020, o Estado brasileiro, o Governo brasileiro conseguiu ter um bom desempenho no atingimento das metas. Vimos que, na verdade, grande parte das restrições para o não atingimento das metas foi justificada pelos respondentes: 26% das metas não foram atingidas por conta de questões relacionadas à COVID-19, o que é um fato temporário.

Nos resultados intermediários, a COVID também teve um impacto significativo, mas mesmo assim não prejudicou o cumprimento geral das metas. Vimos que cerca de metade das metas mensuráveis foi atingida. Na outra metade, apesar de não atingidas as metas, observamos quase 70% de melhoria em todas elas.

Lembro que estamos acompanhando o ano-base 2020, o primeiro ano deste PPA. Então, temos ainda 3 anos de acompanhamento, de monitoramento deste plano plurianual.

Sobre os investimentos prioritários, é importante destacar que eles têm sido de fato prioritários não só no nome. Quando você olha para o Orçamento, para o que foi destinado tanto no PLOA quanto na própria LOA, verifica-se que ele tem sido cumprido. Inclusive, observando os números, vemos que, na verdade, o atingimento está até acima do esperado. Colocamos aqui alguns detalhes, pois há muitos investimentos que são contratados em dólar.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Então, por conta da variação do dólar mais recente, acaba havendo um impacto e que é realizado é maior do que o observado, o empenhado é maior do que a dotação.

Como vemos nesta tela, é importante destacar que o investimento está concentrado. É racional haver essa concentração em Ministérios que têm investimentos estratégicos de médio e longo prazo. Aqui estão o MINFRA, com a questão das rodovias; a Defesa, por conta das questões de segurança nacional; e o MDR.

Disponibilizamos também uma tabela com os 30 projetos prioritários e o acompanhamento recente, o que variou em 2020, mostrando que a maior parte deles teve incrementos e mostrando também a execução física deles até 2020. Lembro que estamos em 2021 e temos acompanhado, de forma tempestiva, esses investimentos, que já têm tido avanços. O monitoramento é constante. Estamos mostrando o que aconteceu em 2020, mas, mesmo assim, os investimentos prioritários avançaram e estão caminhando para o seu atingimento total.

Sobre o relatório de monitoramento, é isso o que tinha a falar. Passamos agora ao Relatório Anual de Avaliação de Políticas Públicas.

Eu gostaria de fazer um destaque, Senador: é a primeira vez que esse relatório está sendo apresentado no Congresso Nacional, o que faz parte da exigência da Lei do PPA. Então, é um marco o que estamos fazendo aqui. Esta é a primeira vez que é apresentado um relatório de avaliação de política pública feito de forma consolidada por vários entes. Vamos ver que o grande diferencial dessas avaliações é o envolvimento de diversos atores, tanto do Governo Federal quanto externos.

Nós vamos falar um pouco desse relatório, fazendo uma contextualização da história da institucionalização da avaliação de políticas públicas. Sabemos que o Brasil tem o histórico de fazer avaliação de políticas públicas, mas gostamos de destacar que, nos últimos anos, tem se acelerado muito o processo de institucionalização e desenvolvimento dessa avaliação. Este gráfico é importante porque mostra esse avanço da avaliação de políticas públicas do Governo Federal.

Nós começamos lá em 2015, com um grupo de trabalho específico sobre gastos diretos. Em 2016, já há uma portaria interministerial que cria o Conselho de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas — CMAP, de que vou falar um pouquinho como é hoje. Em 2017, cria-se o Comitê Interministerial de Governança — CIG, que é composto por três Ministros e sobre o qual nós vamos ver também mais à frente. Depois, em 2018, cria-se o Comitê de Monitoramento e Avaliação de Subsídios da União — CMAS. Nós já estávamos avaliando os gastos diretos e tivemos esse avanço com a criação do CMAS.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Em 2019, cria-se o novo CMAP, esse Conselho de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas, que vai consolidar não só a avaliação dos gastos diretos, mas também a avaliação dos subsídios federais. Em 2019, também temos um grande avanço com a Lei do PPA, que inclui a avaliação dentro desse processo. É por isto que nós estamos aqui hoje, pois a Lei do PPA exige não só a avaliação e o monitoramento, mas também a divulgação e a prestação de contas para a sociedade e esta Casa, o Congresso Nacional. Em 2020, nós temos um decreto do PPA que também avança na avaliação. Ele cria conceitos para a avaliação, estrutura a avaliação de uma melhor forma.

Eu acho que, no ano de 2021, o grande passo desta Casa, como eu coloquei, Senador Izalci, é a Emenda Constitucional nº 109, que traz pela primeira vez a expressão "avaliação de políticas públicas", que hoje está na nossa Constituição como exigência para o aperfeiçoamento das políticas públicas.

Isso é um pouco do trabalho que vimos mostrar aqui.

É importante lembrar que a avaliação é complementar ao monitoramento. Como o Secretário Funchal colocou, o monitoramento é importante para a correção de rotas, mas, às vezes, nós precisamos fazer mudanças na própria estrutura, na própria política. Então, a avaliação é um importante subsídio para que, primeiro, seja verificado se existe necessidade, se tem espaço para aperfeiçoamento e, depois, inclusive para realizar esse aperfeiçoamento ou para propor uma nova política.

Em relação ao CMAP, é preciso lembrar que a escolha das políticas a serem avaliadas em cada ciclo tem um critério que foi definido em lei, de materialidade, criticidade e relevância. Trata-se de um critério objetivo, pois nós vamos ver que grande parte das políticas avaliadas tem bastante materialidade, são políticas que envolvem recursos vultosos do Orçamento público e do orçamento de subsídios.

Também é importante destacar a estrutura que está por trás desse processo todo. Nós temos, como eu coloquei, o Comitê Interministerial de Governança, que foi criado por um decreto em 2017 e é composto por três Ministros: o Ministro da Casa Civil, o Ministro da Economia e o Ministro da CGU. O CMAP, derivado do CIG, é composto pelos Secretários-Executivos dessas mesmas três Pastas. Então, o CMAP, esse Conselho de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas, é que vai tomar as decisões sobre as recomendações feitas pelas avaliações.

Na sequência, é importante destacar que o CMAP é subdividido em dois comitês: o Comitê de Avaliação de Subsídios e o Comitê de Avaliação de Gasto Direto, que são dois segmentos importantes de políticas públicas.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Mas eu gostaria de frisar que, quando nós falamos no CMAP, ele parece um órgão, mas, na verdade, tem por trás um conjunto de atores muito grande. Quando nós falamos em Economia, Casa Civil e CGU, estamos falando de várias secretarias, de vários órgãos importantes da administração pública que trabalham em conjunto, em prol da avaliação de políticas públicas. Aqui nós temos destaques de algumas secretarias que estão envolvidas nesse processo, para mostrar que há bem mais do que, simplesmente, os Ministros ou os Secretários-Executivos, que existe todo um conjunto de instituições por detrás.

Também quero destacar que o CMAP tem mais do que os órgãos mais tradicionais da administração pública, pois envolve ainda apoiadores como a ENAP, o IPEA e o IBGE e uma rede externa de colaboradores, desde organismos internacionais a instituições relevantes no País e no exterior.

Já caminhando para o fim da apresentação, nós vamos colocar alguns dados importantes sobre os ciclos. Nós viemos aqui para apresentar o Ciclo 2020, como está previsto na Lei do PPA. Mas, até em deferência a esta Casa, nós trouxemos também o Ciclo 2019, Senador, porque ele foi realizado antes da exigência do PPA, mas teve um conjunto grande de avaliações realizadas.

Se nós pensarmos nesses 2 anos de CMAP, há a previsão de 46 avaliações, sendo que a maior parte delas, 30 avaliações, já foram realizadas e 29, finalizadas. Agora nós estamos com 17 políticas, sendo 16 em execução e uma para ser finalizada também em breve.

Só a título de demonstrativo da importância das políticas envolvidas, nós vemos, nesta tabela, as políticas que foram avaliadas no Ciclo 2019. Então, temos desde o seguro-desemprego e o FIES até a Zona Franca de Manaus. Todas são políticas bastante importantes.

Vamos para o Ciclo 2020, que é o ciclo que nós estamos apresentando agora e foi resultado de avaliações recentes. Aí nós vemos que também estão os benefícios previdenciários, o abono salarial, o Programa Bolsa Família, as despesas médicas do Imposto de Renda, os fundos constitucionais, o SIMPLES Nacional. Trata-se de um conjunto muito grande de políticas que foram avaliadas e já têm recomendações de melhorias e sugestões de ajustes.

Também só a título demonstrativo, aqui nós colocamos a lista das políticas que estão em início de avaliação, estão no processo de avaliação agora, vão fazer parte do Ciclo 2021 e serão apresentadas futuramente, aqui no Congresso Nacional.

Aqui vemos os montantes. Só para os senhores terem um pouco de percepção, o Ciclo 2019 avaliou políticas que, se considerarmos gasto direto e subsídio, envolvem cerca de 200 bilhões de reais. Em 2020, o volume foi muito maior, o que se justifica exatamente pelo critério





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

que foi criado para selecionar essas políticas e também pela própria inclusão da Previdência, que tem um valor de mais da metade do montante.

Este gráfico é importante para mostrar que não se trata só de avaliar. Nós avaliamos, mas também há o monitoramento. Inclusive, estamos aqui com o Leonel, Secretário de Controle da CGU. Essa parte do monitoramento é realizada após a avaliação e as recomendações. Os gestores das políticas recebem as recomendações. Depois, há um processo de monitoramento das próprias recomendações, para verificar se estão sendo seguidas as recomendações. E é interessante nós mostrarmos que já existem planos de ações e medidas têm sido tomadas por conta da avaliação. Então, nós já temos objetivos práticos da avaliação de políticas públicas.

O ponto seguinte é muito importante, porque parte das recomendações só vão se tornar efetivas com a participação do Congresso Nacional, porque, como nós vamos ver aqui, grande parte das recomendações dependem de mudanças legais, do Congresso Nacional. Por isso, é importante esse subsídio dessas avaliações e recomendações para o Congresso Nacional.

Nós fizemos um mapeamento. Só a título de exemplificação, 20% das recomendações dos Ciclos 2019, 2020 dependem de alterações legislativas. Então, esse material também pode dar suporte ao Congresso, aos Parlamentares na proposição de novas políticas e até no remodelamento das políticas vigentes.

É importante lembrar que, com o nosso cenário fiscal rígido, com a nossa rigidez atual fiscal, se faz ainda mais importante a avaliação. A avaliação é um instrumento, para nós darmos maior eficácia à política pública.

A avaliação de políticas públicas, que é feita no contexto do CMAP, se baseia em referenciais metodológicos internacionais, que foram construídos também por diversos atores. E nós seguimos guias de avaliação de políticas públicas.

É importante lembrar que, dentro da avaliação de uma simples política pública, você tem vários atores — a coordenação, a execução da avaliação da política pública, a supervisão, que é feita por nós na SECAP. E nós sempre interagimos com o órgão gestor da política. Então, o órgão gestor da política participa ativamente da avaliação da política da qual é gestor.

E, para finalizar, eu acho que seria importante destacar também que os pontos principais da avaliação é a publicidade, a divulgação e o acompanhamento. Não adianta nós fazermos a avaliação e, como eu brinco, ela ficar na prateleira, na nossa gaveta ou em algum arquivo no computador. É importante que as avaliações sejam realmente insumo para mudanças e melhorias nas políticas públicas. E parte disso nós fazemos também divulgando esses resultados. Todas essas avaliações estão disponíveis num relatório com todo o detalhe da





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

avaliação. São vários relatórios, desde o relatório da supervisão ao relatório da própria avaliação. Então, todos estão disponíveis no *site* do CMAP, são públicos. E, mais do que isso, na SECAP e na Secretaria Especial do Tesouro e Orçamento, temos feito também um trabalho de transformar essas recomendações, esses textos mais técnicos numa linguagem mais popular e acessível a todos.

Nós temos feito boletins que resumem o resultado das avaliações e o apresentam para toda a sociedade. Nós acreditamos que o resultado tem vindo, porque têm tido bastante repercussão tanto as avaliações quanto esse trabalho estruturado. A imprensa tem repercutido bastante isso. E, como nós vimos, o mais importante até é o próprio uso da avaliação para a melhoria política pública.

Senador, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - Obrigado.

Passo agora a palavra ao Secretário de Controle Interno da CGU, o Sr. Antônio Carlos Bezerra Leonel.

O SR. ANTÔNIO CARLOS BEZERRA LEONEL - Bom dia, Senador.

Inicialmente, a CGU agradece este espaço, esta abertura que nos é dada, que é uma iniciativa do Governo. Em poucas palavras, quero dizer que para um órgão de controle essa iniciativa do Governo é uma melhoria dos gastos públicos, que está dentro da realidade fiscal que vivemos hoje. Por isso nós temos que melhorar os gastos, porque o espaço fiscal hoje está cada vez mais reduzido, como falaram o Secretário Especial Funchal e o Secretário Gustavo. Então, as iniciativas de avaliação para a melhora das políticas públicas são essenciais nesse contexto.

E a CGU se coloca como um parceiro do Ministério da Economia e de todo o Governo não só nas avaliações. Como deu para ver na apresentação, participamos de várias avaliações, mas também do monitoramento para consolidar as mudanças realizadas.

Essas seriam as minhas palavras.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Bom dia a todos.

Primeiro, eu peço desculpas aos senhores pelo atraso — eu estava em outra Comissão — e também pela pressa com que estamos realizando esta reunião tão importante para o debate do Orçamento.

Passo a palavra para o Secretário Especial Adjunto de Relações Governamentais da Presidência da República, o Sr. Henrique Barros Pereira Ramos.

O SR. HENRIQUE BARROS PEREIRA RAMOS - Bom dia, Senadora. Bom dia a todos.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Em nome da Casa Civil, eu quero agradecer à Câmara dos Deputados e ao Ministério da Economia o convite à CGU.

A Casa Civil participa efetivamente, em conjunto com o Ministério da Economia e a CGU, dessas avaliações do CMAP.

Todos aqui, assim como o Gustavo Guimarães e Bruno Funchal, falaram muito bem sobre todo o processo de avaliação do CMAP — todos os ciclos. A participação do Comitê Interministerial de Governança nesse processo também é efetiva.

Todas as legislações, que foram divulgadas ao longo do tempo aqui, mostram uma evolução sensível desse processo, uma evolução de governança. E a Casa Civil participa efetivamente, como centro de Governo, desse processo.

Nós nos colocamos à disposição. A Casa Civil está totalmente à disposição.

O processo de avaliação feito pela CGU de monitoramento, no pós-avaliação pelo CMAP, é fundamental para fazer a avaliação do que é por ele proposto. E a Casa Civil se coloca nesse processo.

Não quero me alongar muito, porque todos já falaram muito bem — inclusive, o Gustavo já fez uma apresentação aqui sobre o relatório.

Muito obrigado a todos.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Eu não sei quais são as pessoas que estão escritas para falar. Parece-me que o Relator-Geral estava inscrito para falar. *(Pausa.)*

Eu queria aproveitar a presença de todos e introduzir algumas reflexões que temos feito acerca da saúde.

A pandemia deixou enormes dificuldades a serem superadas. Há a necessidade de um planejamento para responder a demanda do contencioso da saúde, que está há muito tempo aguardando sobre o que se pode dizer sobre os leitos que foram abertos e sobre as cirurgias eletivas que foram suspensas.

O que se pensa a respeito de um planejamento razoável em relação aos leitos no Brasil? Qual é o planejamento que se tem para a manutenção desses leitos? E se houver fechamento de leitos, qual é o percentual e com base em que estudo?

Não se pode dizer simplesmente: *“Acabou a pandemia, um terço da população já não corre esse risco por ter se vacinado”*.

Ontem nós tivemos surpresas aqui na Casa de pessoas que se vacinaram, que receberam o reforço da vacina, mas, no entanto, estavam contaminadas com um novo quadro de COVID.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Então, qual é o planejamento? Essa é a resposta que interessa ao Brasil.

O que temos em mente em relação aos leitos que foram criados para a demanda da saúde? Havia um déficit em relação a esses leitos, que ficou evidenciado diante da pandemia.

O Brasil passou pelo pior dos mundos e tantas vidas foram perdidas. Isso não ocorreu não só pela falta de vacina, mas exatamente pela necessidade de leitos. Não existindo leitos e eles tendo sido abertos leitos em face da pandemia, eu queria ter mais um pensamento mais conciso por parte de vocês em relação à questão da saúde.

Sei que o Ariosto vai falar e estou muito ansiosa para ouvi-lo, porque outra questão que importa ao Brasil é a educacional. Sabe-se que a área da educação está funcionando de maneira muito deficiente, os orçamentos estão defasados, deve-se até bolsa de estudos, assistência estudantil e tudo mais. Nós temos pleito colocado lá de maneira muito objetiva pelo Ministro da Educação, pelas universidades, pelo movimento da UNE e por toda a movimentação estudantil do País. Eu queria saber se não estamos pregando no vazio.

Primeiro eu queria a resposta em relação à saúde. Não sei quem vai responder. *(Pausa.)*

Vamos começar pelo Ariosto, que é quem nós mais queremos apertar. *(Risos.)*

O SR. ARIOSTO ANTUNES CULAU - Bom dia a todos os Srs. Parlamentares.

Nesta audiência, vou tocar primeiro no ponto da avaliação, que acho fundamental trazer. Nós pudemos acompanhar — e o Gustavo abordou bem isso — a evolução institucional e instrumental que foi trazida nos últimos anos para fortalecer a nossa capacidade de avaliação, entendendo que esta é um ponto fundamental do nosso ciclo de gestão. Quando discutimos aqui, Senadora Rose, a utilização dos recursos públicos, estamos falando de todos os processos — planejamento, orçamento, execução, monitoramento, avaliação. Durante um bom tempo, não foi dado um tratamento à avaliação de modo que se pudesse deixar esses instrumentos à disposição de todos aqueles que fazem parte desse ciclo.

Vale lembrar que a avaliação é utilizada pelos gestores, pelos formuladores de política, quando vão aqui estabelecer suas leis ou estabelecer seus programas. Ela é utilizada ao longo do processo de gestão dos recursos para que possamos aperfeiçoá-lo, fazendo um processo de melhoria contínua. Indiretamente, no processo orçamentário, a avaliação também deve ser apropriada. Os resultados que teremos dessa avaliação serão apropriados, não de forma direta, claro. Não podemos prejudicar um programa porque o desempenho de sua gestão não está trazendo os resultados adequados. Mas isso é um elemento importante para o nosso processo de alocação de recursos, para fazer as opções, ainda mais em cenários em que temos restrição no uso de recursos. Então, temos que buscar otimização e maior ganho possível para a sociedade em termos de produto.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Fiquei muito feliz com a primeira fala do Gustavo, quando ele disse que um dos resultados mais expressivos foi na educação profissional. Eu fui Secretário de Educação Profissional e Tecnológica nesse período. E o que fizemos lá? Nós nos apropriamos dos resultados da avaliação. O que o PRONATEC entregou? Foram quantas vagas? Qual foi o custo por aluno? Quais foram as críticas? Foram vários os instrumentos de avaliação feitos pela OCDE, pelo Banco Mundial e pela própria Secretaria Federal de Controle. Qual foi o primeiro trabalho do gestor, de qualquer gestor? Vamos nos apropriar dessas informações sobre a avaliação e vamos corrigir os rumos. E fomos junto com todos os técnicos, inclusive com a participação da própria Secretaria Federal de Controle, e reavaliamos todo o referencial legal de execução do antigo PRONATEC. Foi desenhado pelo Governo Federal um novo programa intitulado "Novos Caminhos", em que revimos toda a forma de relação com os Estados e de custo por aluno para a formação profissional e técnica. Nós reduzimos em mais de um terço o custo por aluno.

Daí vieram as 300 mil vagas adicionais que foram oferecidas na ponta para os alunos, em razão da melhor eficiência, da melhor gestão e do uso das informações de avaliação sobre o resultado do programa e indicativos dos órgãos de controle, dos vários órgãos que fizeram a avaliação de programas. Então, eu diria assim: *"A gente chuta e vem cabecear agora"* para ver o resultado da avaliação na prática, com maior entrega de serviços e maior benefício para a sociedade no uso de recursos públicos.

Eu só quis trazer um exemplo da importância da avaliação. Temos que praticar mais isso. Nesta semana, nós tivemos um evento do TCU em que um dos pontos mais levantados foi justamente isto: como fazer com que os resultados da avaliação possam aperfeiçoar as políticas públicas e impactar na alocação de recursos orçamentários? É preciso ter sempre a visão de que a avaliação é um elemento para isso.

Eu acho que esta Comissão e o Congresso precisam se apropriar muito mais dessas avaliações, Senadora. É preciso espantar de fato os resultados dessas avaliações, o processo de avaliação, e utilizar essas informações. Eu acho que isso vai trazer benefícios muito grandes para o nosso processo orçamentário e para a entrega de maiores resultados para a sociedade.

Entrando nos pontos que a senhora trouxe em particular com relação à saúde, a intervenção que temos feito, por parte da economia, em conjunto com o Ministério da Saúde é realmente o esforço contra a COVID-19. Uma das linhas de atuação do Ministério da Saúde, além da vacinação, foi o atendimento decorrente da COVID-19. Medidas provisórias de caráter extraordinário foram abertas desde 2020. Este ano nós abrimos uma última, que abrangeu a





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

possibilidade de oferta de leitos para Estados e Municípios. Foram em torno de 9 bilhões de reais nessa última medida provisória. É uma competência do Ministério da Saúde estabelecer essa estratégia de atuação com relação à oferta de leitos. O Ministério da Saúde tem discutido junto com os conselhos representativos uma lógica de atuação. Agora, é claro que temos diminuído, e muito, a necessidade de leitos para tratar de pessoas com COVID-19.

É claro também que existem outras necessidades, como a senhora bem disse, em decorrência de outras enfermidades que deslocaram os leitos disponíveis. Mas temos assegurado, ao longo desse tempo, a disponibilização de leitos para pessoas com COVID-19 em proporção bastante significativa. Mais de 20 mil leitos, e chegou no pico a 27 mil leitos, são destinados aos pacientes com COVID-19. É claro que agora há claramente uma curva de redução da ocupação de leitos para tratar a COVID-19. Logo, tem que ser feito esse ajuste de fato. Mas o Ministério da Saúde seria o mais competente para discutir essa estratégia de compatibilização entre quais leitos devem ser dedicados à COVID-19 e às demais enfermidades. O nosso papel tem sido, no Ministério da Economia, no sentido de alocar os recursos necessários para essa mobilização de que precisamos e precisou em caráter extraordinário no que diz respeito à COVID-19.

Existem ainda, segundo o Ministério da Saúde, alguns fatores que trazem a necessidade de manutenção de um esforço ainda de leitos dedicados à COVID-19, como é o caso do tratamento de sequelas decorrentes dessa doença, o que tem trazido também a necessidade de ocupação de leitos. Mas o Ministério tem estudado essa situação. Ontem mesmo, tivemos uma reunião com o Secretário Rodrigo Cruz para tratar inclusive dessa demanda. O Ministério está formulando essa estratégia e devemos ter nos próximos dias alguma especificação no que diz respeito à questão COVID-19 e destinação de leitos.

Quanto à educação...

Se a senhora quiser questionar....

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Só para completar esse raciocínio. Se o senhor pudesse acrescentar, é um raciocínio complementar.

O SR. ARIOSTO ANTUNES CULAU - Sim.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Nós tínhamos uma deficiência de leitos. Vamos falar dos leitos para cirurgia eletiva e também dos leitos para atender a fila das cirurgias, que é enorme, é imensa. Dada a deficiência de leito, essa fila não andava na velocidade necessária. Veio a pandemia, que tomou posse dos leitos que estavam comprometidos para tratamentos especializados de urgência, em UTI, os leitos da cirurgia eletiva. Em seguida, aumentaram os leitos da UTI para atender especialmente a pandemia.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Quando se tenta ajustar essa realidade — a pergunta é mais na área de vocês —, qual planejamento vai obedecer? Soma-se o déficit que há em relação a esse leito e ele é ajustado à realidade para cumprir aquilo que deixou de ser feito? Uma série de pequenas cirurgias mais emergenciais, e não há mais leitos.

Vejam bem, meu ramo profissional é totalmente diferente do ramo dos senhores, mas os senhores estão aí para fazer o planejamento, colocar os números e ampliá-los, de acordo com a avaliação, as ofertas para a educação ou para a saúde. Mas eu queria saber como se aperfeiçoa isso, se neste momento estão falando de redução de custos em virtude da economia. Vão reduzir os leitos que foram criados? Vamos pensar naquilo que nós temos que manter, mas manter como estava antes? Ou com o passado, o presente e a previsão de um futuro melhor na saúde?

O SR. ARIOSTO ANTUNES CULAU - Bom, Senadora, como disse, esse é um exercício que cabe realmente ao Ministério da Saúde. Eu não me sinto competente para estabelecer essa programação e esse planejamento. O que eu posso lhe dizer é que destinamos recursos e esforços para atender a uma situação extraordinária. Com certeza, a senhora tem toda a razão. Isso causou uma mobilização muito grande do sistema voltado para a questão da COVID-19. Esse novo cenário em que há uma redução da necessidade de leitos para a COVID-19 vai fazer com que o Ministério da Saúde tenha que, de fato, readequar o atendimento das demais demandas. Eu não tenho ainda *inputs* do Ministério da Saúde para a eventual necessidade de recursos ou de alocação para esse tipo de atividade. Nós não recebemos ainda nenhum tipo de *input* do Ministério da Saúde.

Eu acho que seria oportuno ouvi-lo, de fato, com relação a essa estratégia que está sendo desenhada, até porque ela não depende única e exclusivamente do Ministério da Saúde, mas da capacidade também dos agentes locais, da disponibilização efetiva de leitos, dos incentivos adequados. Não é uma questão restrita ao Ministério da Saúde, a quantidade de leitos da própria União é muito reduzida em relação àqueles que são ofertados nas demais redes do Sistema Único de Saúde.

Eu não me sinto realmente competente para estabelecer essa estratégia. Posso apenas dizer que, naquilo que diz respeito à necessidade que tivemos do esforço COVID-19, mobilizamos ao máximo as capacidades e os recursos necessários para isso. Estamos numa descendente agora com relação a essa necessidade. Esse é o fato. Não temos mais necessidade de mobilização desse esforço. Graças a Deus, graças à vacina, graças à estratégia de vacinação que foi adotada, isso tem reduzido de forma bastante significativa.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O outro elemento da vacina é um ponto que também temos discutido. Já previmos para 2022 a locação de recursos que vão permitir a terceira dose. Está em estudo também a aplicação em crianças com menos de 11 anos. Então, temos um passo aí diferente no cenário de vacinação, que é a atenção também a esse novo público alvo, para o qual deve ser eventualmente dimensionada essa capacidade permanente de vacinação.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Seria a política permanente de vacinação. Daqui para frente não vai se poder falar da questão que se apresenta no momento.

O SR. ARIOSTO ANTUNES CULAU - Exato. Justamente, 2022 já está no Orçamento.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Como aconteceu com a vacina da febre amarela. O senhor lembra disso?

O SR. ARIOSTO ANTUNES CULAU - Isso.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Também faltou vacina.

O SR. ARIOSTO ANTUNES CULAU - Isso.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Eu não estou cobrando o Dr. Ariosto em nada, eu estou dizendo que existiam no passado neste País — estou no oitavo mandato — comissões adequadas para fazer estudo de avaliação e acompanhar a proposta no nível da avaliação detalhadamente. Mas é preciso se faça isso com a saúde, que é a principal política hoje do País.

O SR. ARIOSTO ANTUNES CULAU - Sei.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Eles brigam quando falam de saúde e pergunto: e a educação? Fará parte? Tanto que o senhor já sabe, porque nós estamos no seu encalço para resolver a educação.

É preciso que tenhamos noção, não é só esperar a avaliação da saúde para chegar aqui e dizer que o retrato do País é esse. Depois, quando é preciso, não tem dinheiro. A avaliação tem que estar bem realisticamente acompanhando a avaliação, a política ser implantada, recuperada, instalada para que corresponda com isso na questão orçamentária. Eu tenho muita preocupação quanto a isso.

O SR. ARIOSTO ANTUNES CULAU - Perfeito. Era esse ponto que eu queria trazer, Senadora. É importante que os órgãos, os Ministérios tenham essa capacidade de avaliação para também se apropriar dessas informações e gerar avaliações necessárias. O Ministério da Saúde tem uma capacidade muito grande de planejamento. É um dos Ministérios, historicamente, com uma capacidade muito grande para isso. Eu acho que vale a pena essa discussão com o Ministério da Saúde sobre essas estratégias.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Mas eu tenho muito medo dessa capacidade, porque essa capacidade ruiu várias vezes. Ruiu. Ruiu todo o quadro de excelência que tinha o Ministério. No Ministério da Economia, muitas vezes, na hora de ver, de fato, essas políticas evidenciaram um descompasso entre o que a economia tinha como andamento ali, na instalação das decisões orçamentárias que tinham para subir ante as necessidades do Ministério, e o que na verdade chegava como uma avaliação honesta, sincera, atualizada, responsável sobre as políticas de saúde no País.

O SR. ARIOSTO ANTUNES CULAU - Eu queria só adicionar um ponto ao que a senhora trouxe sobre a educação. Neste ano, nós temos trabalhado com o MEC para disponibilização total dos recursos. Temos atendido, dentro do possível, as várias situações que têm sido trazidas pelo MEC. Para 2022, até encaminhei um relatório com o crescimento dos recursos destinados à educação dentro da capacidade que tínhamos do Orçamento de 2022. Apesar de todas as restrições que tivemos com o aumento das despesas obrigatórias, com sentenças judiciais, conseguimos prover, entendo que de forma bastante prioritária — as demandas são múltiplas, eu não tenho dúvida —, para 2022, um equacionamento bastante adequado. Para 2021, já encaminhamos um ofício com relação ao PLN 16, estamos buscando resolver aquela situação do pagamento das bolsas de residência médica. Estamos incluindo recursos no ajuste do PLN 16, a partir da aprovação da JEO, dando prioridade à alocação dos recursos para pagamento da residência médica. Para 2022, já estão previstos inclusive recursos de elevação da bolsa da residência médica, que foram apropriados pelo MEC na proposta de 2022.

Então, eu diria que no horizonte de 2021/2022 conseguimos suprir algumas das necessidades mais emergenciais.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - A informação até agora é a de que a proposta apresentada nem de longe supre a necessidade.

O SR. ARIOSTO ANTUNES CULAU - Nós chegamos perto do de 2022 e 2020.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Nós queremos chegar ao de 2019, que foi um patamar de sustentabilidade da política...

O SR. ARIOSTO ANTUNES CULAU - Acho que é uma boa meta, Senadora. Mas nós contamos com o Congresso também para ajudar nessa chegada. *(Riso.)*

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Estamos a postos. O Congresso todo está mobilizado nessa questão.

É uma questão de que o Congresso não abre mão, para que possa recuperar os patamares de investimento na saúde. A bem da verdade, não é investimento, porque quase não se terá um investimento novo no pagamento da manutenção *(ininteligível)*.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. ARIOSTO ANTUNES CULAU - Exato. Exato.

Mas acho que chegamos a um nível muito bom perto de 2020, com a proposta de 2022. Acho que falta pouco para chegarmos a 2019 com um aporte. Tenho certeza de que os Parlamentares, assim como a senhora, que tem uma prioridade bastante grande para a educação, irão nos ajudar a chegar a isso. Além disso, temos a expectativa da aprovação da PEC 23, que também vai nos dar a possibilidade de ampliarmos várias dessas políticas públicas essenciais, que são fundamentais principalmente na área social, como a educação e a saúde.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - O senhor falou muito bem, mas eu ainda vou aguardar a resposta daquela reunião entre o Ministro da Economia Paulo Guedes e o Ministro da Educação, para que vejamos isso atendido realmente. Nós contamos com o aliado.

Se o Bruno Funchal negar-lhe alguma coisa, recorre aqui que nós vamos estabelecer uma punição adequada para ele. *(Risos.)*

Pior que ele veio do Espírito Santo e o pessoal diz: *"Ele era do seu Estado"*. Eu disse: *"Não, não é não!"* *(Risos.)*

Nós teríamos aqui também, dentro da avaliação da educação, a questão do teto dos gastos. Qual é a visão dos senhores sobre essa nova postura do Congresso em relação à flexibilização do teto de gastos?

O SR. BRUNO FUNCHAL - Senadora, eu não sei se, de repente, deveria fazer uma apresentação rápida do orçamento, quando conseguimos juntar os temas. Acho que isso está dentro dessa discussão do próprio orçamento.

A discussão do teto de gastos vem desde a sua implementação. Já vimos grandes efeitos positivos, desde 2016, com relação à percepção de risco, a menos juros que pagamos e agora a essa sequência de melhoria fiscal, apesar de ainda estarmos em déficit, e de redução da dívida. Por conta disso, o aumento de receita acaba com o controle de gastos das políticas de crédito extraordinário para a pandemia que, se bem focalizadas, melhora o nosso resultado. E isso permite um melhor ambiente econômico, que é importante para sustentar o crescimento nos próximos anos.

E essa discussão agora vai estar casada com esse nosso desafio de uma nova despesa obrigatória muito relevante, que é a terceira maior despesa obrigatória: a de sentenças judiciais. Então, a discussão agora é como compatibilizar o crescimento dessa despesa obrigatória com a nossa principal regra fiscal. Da parte do Ministério da Economia, vistos todos os benefícios que o teto de gastos já trouxe, quer-se manter o teto da forma como está, mas,





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

sim, tratando as despesas obrigatórias, como tratamos a Previdência, ao desacelerarmos o seu crescimento com a reforma da Previdência, e como tratamos a despesa de pessoal, também desacelerando o crescimento de despesa de pessoal, mas, harmonizando o crescimento do precatório de sentenças judiciais com o teto de gastos. É essa a discussão que está sendo realizada agora na Comissão Especial da Câmara. Provavelmente já deveremos ter o relatório e a votação nessa Comissão Especial. E isso está diretamente relacionado com a discussão orçamentária.

Sabemos que todo o crescimento de precatórios comprimiu muito as despesas discricionárias. E, para enviarmos uma mensagem modificativa refazendo esse Orçamento, precisamos da definição da PEC 23, que é a PEC dos precatórios. Mas acho que, como base, é sempre importante fortalecer a nossa regra fiscal para trazer previsibilidade, para conseguirmos controlar a percepção de risco, para ter juros mais baixos, para que as empresas façam investimento, pois, com juros baixos, o custo do dinheiro fica menor, e para gerar emprego e ter um crescimento sustentável a médio prazo.

Eu não sei se a senhora quer que eu faça uma apresentação breve do orçamento, que trouxemos aqui.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Eu gostaria de passar a palavra ao Deputado Hugo Leal, que é o Relator-Geral do Orçamento, para ver se coincide com algumas de suas indagações sobre isso. Depois também gostaria de ver a sua apresentação.

Com a palavra o Deputado Hugo Leal, por favor. *(Pausa.)*

O Deputado Hugo Leal está nos ouvindo? Relator, nós estamos com dificuldade de ouvi-lo.

Vou passar a palavra para a Deputada Dra. Soraya Manato. Em seguida, voltarei a palavra ao Deputado Hugo Leal.

A SRA. DRA. SORAYA MANATO (PSL - ES) - Bom dia, Senadora Rose de Freitas.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Bom dia.

A SRA. DRA. SORAYA MANATO (PSL - ES) - É um prazer estar nesta reunião comandada por V.Exa., que é tão competente. Meus cumprimentos a todos.

Queria aproveitar que o Ministério da Economia está nesta reunião da Comissão Mista do Orçamento para dizer, como médica, da minha preocupação com a saúde brasileira. Eu queria que realmente o Ministério da Economia tivesse um olhar especial para a saúde do Brasil. Eu não tenho preocupação nenhuma com a vacinação do povo brasileiro, seja em relação à COVID, seja em relação a qualquer outra vacina, pois somos eficientes em relação a isso. Nós temos uma estrutura gigantesca, a maior do mundo, e somos realmente eficientes. Então, a





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

minha preocupação quanto a isso é zero. Nós temos que ter realmente recursos para aumentar a vacinação em termos de COVID, inclusive estamos indo muito bem, mas precisamos terminar esse esquema de vacinação, completar a vacinação da segunda dose, e agora aplicarmos a terceira dose para as populações específicas.

Quanto à bolsa de residência médica, temos grande preocupação. Há inclusive um projeto de lei em tramitação na Casa que trata disso. Nós sabemos que a bolsa de residência é um dinheiro inexpressivo, é em média 3 mil reais. Como um residente pode se manter um mês com 3 mil reais, sendo que ele trabalha de domingo a domingo, tem uma sobrecarga de trabalho imensa, e nos hospitais em que esses residentes exercem essa função eles tocam todo o serviço em outros hospitais? Existem os coordenadores, os preceptores, mas são os residentes que colocam a mão na massa, seja nos tratamentos clínicos, seja nos tratamentos cirúrgicos. *(Falha na transmissão)* chega e está tudo pronto. Então, 3 mil reais realmente é um salário irrisório, e muitos residentes sofrem privações em todos os sentidos, chegando à depressão e até a cometerem o suicídio. Existe hoje alto índice de suicídio entre os médicos.

Em terceiro lugar, nos últimos 15 anos, foram fechados 40 mil leitos no SUS, causando grande impacto na população brasileira, partindo o princípio de que 70% do povo brasileiro nasce pelo SUS e vai morrer pelo SUS, e nunca vai ter acesso, durante a vida, a uma consulta de convênio a uma consulta particular. Então, o SUS é primordial para a saúde brasileira.

Em relação à COVID 19, agora nós temos uma imensa demanda reprimida, seja de pacientes renais crônicos, já a ponto de transplante e que não tiveram tempo de obter esse diagnóstico durante esse período da pandemia; nós temos pacientes com câncer, já em estágios avançados, sendo diagnosticados agora. Então, nós precisamos de recurso para a saúde. A educação é importantíssima, eu também prezo pela educação, mas o povo brasileiro está morrendo. Cirurgias simples de hérnia, de histerectomia, cirurgias de catarata, há uma demanda reprimida muito grande. Nós não podemos admitir que o brasileiro fique cego por causa de uma cirurgia que tem preço infinitamente pequeno.

Então, eu queria que o Ministério da Economia tivesse um olhar para isso. Quanto aos radioisótopos, não podemos deixar de fazer diagnóstico de tratamento de câncer por falta desses elementos.

Ministério da Economia, olhe pela educação, receba os Deputados Federais ou Senadores que lutam pela saúde do povo brasileiro.

Era isso que eu queria dizer.

Muito obrigada a todos.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Antes de ouvirmos o Deputado Hugo Leal, eu quero parabenizar a Deputada Dra. Soraya Manato, sempre muito atenta às questões da saúde, sobretudo da categoria médica, que tão bem representa .

Retornamos a palavra ao Deputado Hugo Leal. (*Pausa.*)

O Deputado ainda não conseguiu conexão conosco.

Passo a palavra então para o Bruno Funchal.

O SR. BRUNO FUNCHAL - Bom, acho que está muito claro o foco de relevância da saúde destacado tanto pela Senadora quanto pela Deputada Dra. Soraya, especificamente pela Senadora, na parte de oferta de leitos, e pela Deputada, parte da bolsa residência e radioisótopos.

Olhando para a importância total, vemos isso inclusive nos PLNs que estão sendo discutidos aqui na Casa, especificamente o PLN 16, que aloca recurso para radioisótopos e também para a bolsa de residência. O Ariosto está vendo exatamente quanto está sendo alocado, mas isso certamente é um ponto também nos chama a atenção, é ponto de discussão com o próprio Ministério da Saúde.

O Ministério da Saúde nas suas despesas discricionárias para o PLOA para o ano de 22 está tendo um aumento nominal de 9%. Dentro desse aumento, acho que a própria alocação de recursos precisa tanto olhar para as necessidades, mas também para as políticas que são prioritárias.

Nós hoje temos um problema que é a compressão das despesas discricionárias, que tem a ver muito com o que a Senadora comentou, ou seja, essa compatibilização entre teto e aumento dos precatórios, outro ponto que precisamos discutir. No entanto, apesar disso, algum aumento foi concedido para os órgãos, acho que o próprio Ministério da Saúde, como eu mencionei, 9% nas despesas discricionárias, mas para além disso, aí não só para o Ministério da Saúde, mas também para todos os outros Ministérios o Orçamento precisa ser discutido, e precisamos discutir uma solução para esse aumento bastante significativo das sentenças judiciais.

A partir disso, sim, vai ser feito o Orçamento. Esse espaço para ampliação de políticas públicas vai ser discutido ao longo do processo orçamentário, mas, de novo, é importante que consigamos evoluir na discussão dos precatórios e no envio da mensagem modificativa.

Vou passar para o Ariosto. Eu acho que ele tem dados mais específicos.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Há previsão do envio da modificação?





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. BRUNO FUNCHAL - Nós temos ajustes de parâmetros que precisam ser feitos, parâmetros de inflação, de crescimento, para poder refazer o Orçamento, mas, principalmente, o resultado. Nós precisamos do resultado da discussão das sentenças judiciais. A partir disso, é refeito o Orçamento. Provavelmente, eu acredito, final de outubro, início de novembro, e aí base para o Relator apresentar o parecer e fazermos a discussão.

O SR. ARIOSTO ANTUNES CULAU - Bom, primeiro vou responder à Deputada Dra. Soraya. Para este ano o que nós estamos fazendo é um ajuste para permitir o pagamento integral do bolsa residência. Havia um problema orçamentário. Então, devemos por intermédio de um ajuste no PLN 16 permitir esse pagamento. A previsão de aumento para o ano que vem já está contemplada, eu não tenho aqui exatamente o valor, na minha cabeça é em torno de 23%, Deputada, mas eu vou confirmar o valor. Seria o mesmo valor que a saúde já estava prevendo também para o reajuste da bolsa residência. O MEC já previu para 2022. Estou esperando a confirmação do Secretário de Ensino Superior, eu posso lhe dar a informação daqui a pouquinho do valor exato para 2022.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Tem a palavra o Senador Izalci Lucas. *(Pausa.)*

É impressionante o Senador Izalci! Se tirarem uma fotografia às 10 horas, ele estará com o telefone no ouvido; às 11 horas, ele estará com o telefone no ouvido.

Comunique ao Senador que ele está com a palavra, por favor. *(Pausa.)*

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) - Presidente, primeiro, quero pedir desculpas aos convidados. Como nós temos essa alternativa virtual, participamos de três, quatro eventos ao mesmo tempo. E esta matéria é de suma importância — não havia como eu não participar da reunião.

Vi os relatórios e não poderia deixar de manifestar certa esperança de que um dia nós tenhamos controle dos gastos públicos. O Governo, de um modo geral, não só o Federal, mas também os Estaduais e Municipais, gasta muito e gasta mal. O controle que nós temos hoje — aliás, o de sempre, pelo menos desde quando conheço a contabilidade pública, os gastos públicos —, lamentavelmente, não tem a mesma qualidade do controle da Receita. A Receita Federal do Brasil sempre foi uma especialista em arrecadação. Várias pessoas de outros países e mesmo do Brasil que conhecem a contabilidade sabem o tanto que a Receita se organizou, desde a época analógica dos controles de arrecadação. Mas eu nunca vi no Brasil essa preocupação com o controle do gasto. Até sugeri, ainda quando Deputado, que criássemos uma secretaria da despesa nacional. A Secretaria da Receita Federal é muito boa em termos de arrecadação.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Eu apresentei um projeto, ainda como Deputado — depois o retirei, porque um colega do PSDB de São Paulo havia apresentado a PEC 10/2011 —, para obrigar os governantes a apresentarem, no prazo de 90 dias após a eleição, um plano de metas. É tudo que o Brasil precisa. É isso que estamos começando aqui. Nós precisamos saber o que queremos e aonde queremos chegar, nós precisamos estabelecer metas e definir que projetos e ações temos que implementar para chegar lá, nós precisamos saber quanto custa e em que prazo se pode fazer.

E, definitivamente, não podemos mais permitir algo que é comum no Brasil: política de governo. Este País precisa é de política de Estado. Eu participei de diversas transições locais e federais. Há governante que, quando está saindo, faz questão de deletar tudo. Formata o HD dos computadores. Acaba com todos os projetos que estavam indo bem, os bons projetos. Isso é política de governo.

Ver esse acompanhamento, essa avaliação nos traz a esperança de um dia termos uma política de Estado, que é o que defendemos e temos que cobrar. Dá-nos a esperança de que, uma hora dessas — espero que o mais rápido possível —, nós possamos realmente acompanhar o plano de metas e valorizar aquilo que é bom. O que é bom pode ser aperfeiçoado. O que é ruim deve acabar ou ser modificado. Mas não dá para cometer os mesmos erros de anos e anos e anos.

Eu vou aproveitar esta reunião de hoje e vou verificar a situação da PEC 10, para restabelecê-la. Deve estar arquivada. O autor, que era um Deputado de São Paulo, não é mais Deputado.

Eu sei que, em 2006 — vejam, em 2006! —, a Assembleia Legislativa de São Paulo aprovou a obrigatoriedade de o Prefeito apresentar um plano de metas. E a organização da sociedade civil Rede Nossa São Paulo acompanha isso passo a passo. É isso que os Municípios, os Estados e o Governo Federal precisam fazer.

Então, parabenizo essa iniciativa. Queremos depois saber algumas coisas relacionadas às emendas, que estão gerando uma polêmica, para saber da execução disso. Por ora, quero parabenizar essa iniciativa e dizer que fico feliz com a apresentação que vi com relação a essa política de acompanhamento e de avaliação de resultado. É incrível!

Aproveito a presença da CGU para fazer uma observação. Fiz várias auditorias, inclusive como Deputado. Depois de 10 anos, eu via a CGU, o TCU realmente confirmando os desvios de recursos. Mas não adiantava mais. Depois de 10 anos, não há como recuperar o que foi perdido. O que o TCU, a AGU e a CGU precisam fazer é o acompanhamento do fisco financeiro, para detectar o desvio ou qualquer distorção no momento em que acontecem. Não





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

adianta 10 anos depois dizer "*Oh, o cara é culpado*", porque não há como receber nada de volta, como normalmente acontece.

Eu fico feliz, Senadora Rose de Freitas, por ter a esperança de que estejamos evoluindo quanto ao controle de gastos. V.Exa. sempre defendeu isso. Há obras que foram iniciadas e estão paradas, o que é um crime. Uma obra em que já se investiu 70% do previsto, ao ser paralisada, gera uma grande perda. Depois, boa parte dela tem que ser iniciada do zero.

Parabenizo a apresentação.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Aproveitando a fala do Senador Izalci Lucas, destaco que uma das prioridades da gestão do Orçamento é tratar das obras paralisadas. Vejam, não são as obras irregulares. As irregulares carecem de parecer técnico para que possam estar dentro do elenco de prioridades, que vai ser ditado pelas relatorias setoriais.

Eu queria uma resposta final, para entender como o Ministério vê essa questão, que deveria ser tratada fora do debate orçamentário, como uma questão administrativa, como uma política de Estado mesmo.

As obras são paralisadas por várias razões, até políticas. Às vezes, um governante assume por determinado período uma gestão e acha que não tem que contribuir para a marca do outro gestor. Isso acontece nacionalmente e também em Municípios e Estados.

Quando nós falamos que uma das prioridades são as obras paralisadas, friso que me refiro àquelas obras sem nenhum parecer de irregularidade. A irregularidade deve ser tratada nos órgãos competentes.

Quero saber se em algum momento o Ministério discute a necessidade de fazer o Brasil continuar... Não é um investimento, mas um reinvestimento o que se faz nessas obras que tiveram a sua construção iniciada e chegaram ao patamar de 30%, 50%, 70% de execução. Esse é um dinheiro perdido, praticamente. Quando eu falo isso, penso, por exemplo, no Aeroporto do Espírito Santo. Nós conseguimos concluí-lo depois de 12 anos. Tudo o que foi feito na primeira fase, que compreendia um gasto de 120 bilhões de reais, foi perdido. Era uma obra com características de irregularidade.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) - Eu estive lá uns 10 ou 15 anos atrás, no início das obras desse aeroporto.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - É verdade. E, depois de pronto, ele foi concedido, e por um preço bem menor, levando-se em conta a engenharia econômica que foi montada sobre essas obras.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Eu gostaria que falasse o representante da CGU.

O SR. ANTÔNIO CARLOS BEZERRA LEONEL - Essa é uma demanda muito forte dentro do Governo. Temos um comitê dentro da Casa Civil para discutir isso. A CGU fez várias análises. Quem está fazendo o acompanhamento permanente disso é o Ministério da Economia, mas nós apoiamos muito o Ministério. Por isso eu me sinto confortável em falar isso.

Estávamos com um estoque, há 2 anos, de 14 mil obras paradas; hoje estamos com mais ou menos 11 mil. Estamos diminuindo esse estoque, mas reconheço que ainda é uma situação crítica. São vários os fatores, mas eu quero reforçar um dos que identificamos com uma correlação positiva muito forte, e isso trazemos no estudo que a CGU fez. O ente federativo que tem uma situação fiscal ruim normalmente vai parar a obra. Então, há uma correlação muito forte entre a interrupção de obras e a situação fiscal de cada ente federativo. Os entes federativos que têm uma capacidade de celebração e garantia da obra conseguem permanecer com as obras.

Daí, é lógico que há uma questão de planejamento, que é uma subquestão importante. Às vezes, uma obra começa sem licenciamentos adequados — licenciamento ambiental, patrimonial, de terra indígena —, e no meio da execução, é interrompida. Mas eu gosto de reforçar a questão da gestão fiscal, porque às vezes acontece, até aqui em Brasília, situações como esta: construímos uma creche, que, depois de pronta, não é aberta porque é preciso contratar as pessoas.

Então, às vezes ficamos pensando em terminar as obras, às vezes não conseguimos ter dinheiro para manter essas obras, e muitas vezes elas permanecem fechadas. Mas a nossa preocupação hoje não é só terminar a obra. Hoje estamos discutindo dentro do Governo como manter essas obras em funcionamento, porque o que está acontecendo é que boa parte dos entes federativos nessa situação fiscal bem desafiadora, bem difícil, termina uma escola, uma creche, um hospital e não consegue contratar pessoal e manter esse equipamento público. Acho que esse é o maior desafio. É um desafio muito grande.

E, se a senhora me der oportunidade, eu também queria só complementar algumas coisas, principalmente em resposta às demandas dos Senadores e Deputados.

Eu não sou do Ministério da Economia, mas queria reforçar que, com as avaliações que fizemos, percebemos que há oportunidades muito boas de realocação de recursos. Estamos com espaço fiscal bem apertado, bem reduzido. Eu não quero roubar a falar do Bruno, mas eu me sinto um pouco responsável — assino o relatório de gestão fiscal junto com o Tesouro. Eu vejo que a situação está melhorando. Neste último ano, eu vejo que, mesmo diante da COVID,





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

o Tesouro vem fazendo uma boa gestão da dívida. Porém, nós estamos com um espaço muito reduzido, Senadora.

Eu sugiro que o Congresso seja o nosso grande parceiro nessas avaliações, porque há demandas legislativas com que poderíamos economizar e gastar melhor esse recurso público.

A senhora falou de saúde e educação. Temos a CEBAS de saúde e de educação próxima dos 20 bilhões de reais, que é muito recurso. E hoje a regulamentação é muito frágil. A contrapartida dessas entidades quase não existe.

O Congresso está no papel dele de regulamentar adequadamente isso. Nós do Poder Executivo, provavelmente em breve, vamos mandar uma proposta de regulamentação — ela vai ser discutida aqui no Congresso —, na qual vamos poder direcionar algumas demandas que foram colocadas aqui nesse subsídio, que vai continuar existindo, só que agora com maior qualidade, eventualmente.

Quero só deixar claro para a senhora que, sobre o retrato de algumas políticas que nós estamos trazendo para o Congresso, nós podemos vê-lo como uma grande oportunidade neste momento, uma grande oportunidade de abrir espaço para um melhor gasto.

Temos uma avaliação de alta e média complexidade. Isso também sugere algumas alterações de gestão que garantam uma melhor alocação de recursos para as regiões que precisam mais.

Por incrível que pareça, na saúde, investimos mais onde há os melhores equipamentos. É um círculo que acaba sendo virtuoso para alguns lugares e vicioso para outros. Os locais que não têm condições continuam desassistidos, são aquelas zonas cinzentas.

Eu estou só citando dois exemplos, mas a senhora pode contar não só com a CGU, como também — tenho certeza — com a própria Economia e os Ministérios setoriais, porque estamos prontos para a discussão dessas políticas de avaliação que estamos trazendo ao Congresso.

Eu acredito, Senadora, que é uma grande oportunidade de o Congresso contribuir para o gerenciamento desses recursos.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) - Senadora, se me permite, eu gostaria de fazer uma fala sobre isso.

Eu vejo que há uma falta de comunicação entre o Governo Federal, o Governo Estadual, o Governo Municipal e também entre os entes de cada unidade. Eu vejo que há muita dificuldade.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Eu perguntei agora, recentemente, ao Ministro da Educação e também ao Secretário de Educação quantas vezes eles conversaram com o Secretário de Cultura e de Esporte. Praticamente nenhuma!

O que acontece hoje? Vou dar o exemplo das creches e dos hospitais, da saúde e da educação.

Eu, como Parlamentar, visito as bases. Se você perguntar hoje, em qualquer região administrativa de Brasília ou Município do Brasil, qual é a maior demanda, saberá que é creche. A maior demanda é creche.

Nós temos um programa federal, que, na última vez em que eu vi, 3,9 milhões de reais era o valor que seria correspondido pelo Governo Federal.

O Parlamentar faz uma emenda pedindo recurso para construir uma creche. Quando se vai construir a creche, como foi dito aqui, tem que contratar o pessoal. Aí entra o Governo Municipal, que não tem dinheiro.

Eu, por exemplo, consegui para o Distrito Federal 15 creches há 4 anos, e, talvez por isso, elas não são feitas. Se fizerem, vai ser assim: em dezembro, no último minuto, quando o cara estiver saindo, para deixar para o outro o gerenciamento.

Então, este tipo de avaliação tem que acontecer, a da necessidade real. *"Venha cá! O Governo Federal vai liberar uma creche. Essa creche será ocupada?"*

O custo de uma creche é muito simples. Gastar 3,9 milhões de reais para construir uma creche não é nada para o Governo. Agora, manter essa creche custa quase a metade desse valor por ano.

É o caso dos hospitais. Preciso botar o dinheiro no hospital. Vamos lá! O valor médio para construir um hospital é de 200 milhões, 250 milhões de reais. Só que esse hospital vai custar em torno de 150 milhões de reais por ano, ou seja, tem-se quase o custo da obra como custeio em 2 anos, 2 anos e meio.

Então, não é questão de construir, é de manter. É óbvio que quem constrói só pode construir se tiver a garantia de que quem está lá na ponta vai executar. Senão acontece isto aí: 3 mil creches e escolas paradas. Por quê? Porque após a conclusão, quem vai bancar é o Município ou o Estado. Essas distorções têm que ser corrigidas, porque o dinheiro é único. O contribuinte é o mesmo, quem paga o imposto é o mesmo. Então, não dá para ficar... Agora, ninguém mora na União nem no Estado. A pessoa mora no Município, e é lá que ocorre a cobrança.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Essa conversa entre o Município e quem tem o poder de liberar o recurso tem que ser muito afinada, para não acontecerem essas coisas. Nós precisamos gastar melhor. O Governo gasta muito e gasta mal, de modo geral.

Além disso, eu faço uma sugestão à CGU. Eu sou auditor, sou contador. Já fiz auditoria neste Brasil todo, inclusive em projetos internacionais.

Existe um projeto na Alemanha que, na minha época, 15 anos atrás, 20 anos atrás, era chamado projeto MISEREOR. A Alemanha financiava projetos aqui na Amazônia, nas regiões mais carentes.

Em todo recurso existe um percentual de auditoria independente, para o cara acompanhar concomitantemente. Ele só libera os recursos se tiver a comprovação de que foi feito o físico e o financeiro. Isso é muito mais barato. É óbvio que esse percentual depende do valor.

Mas eu já sugeri isto. A sugestão que eu trago para o Governo é esta: esses convênios, essas obras deveriam ter um percentual — fica muito mais barato — de acompanhamento *on-line*. É melhor do que deixar para analisar 10 anos depois se houve ou não desvio de recurso. Entendeu?

Eu vejo assim. Acho que estamos começando a melhorar. Realmente temos que ter o Governo Digital. É inadmissível estarmos no Governo analógico.

Aqui no Distrito Federal, Bruno, não há controle de estoque de medicamentos. Qualquer boteco neste Brasil, em qualquer esquina, tem controle de estoque. Aqui, um orçamento de 8 bilhões de reais da saúde não tem controle de estoque. O Sistema Único de Saúde não tem controle físico. O Ministério da Saúde tem o controle de quanto mandou. Ele manda uma TED de não sei quantos milhões para o Rio de Janeiro ou para algum outro lugar e pronto, tem o controle orçamentário e financeiro. Agora, lá na ponta, o que fizeram? Não há esse acompanhamento.

Quando se fala em um negócio desse, o cara diz: "*Mas é tripartite, não é? Tem a questão municipal, estadual e federal*". Alguém tem que organizar isso, porque o dinheiro está indo pelo ralo. Nós estamos acompanhando isso na CPI. Principalmente aqui no DF, onde eu fiz questão de fazer, é um caos. Há muito desvio de recurso, e isso parece natural. Essas organizações sociais que são criadas para desviar recursos também são fortes.

Eu vejo que essa questão que vocês começaram a implantar é uma esperança de que vamos ter o acompanhamento disso. Acho que o físico e o financeiro *on-line*, concomitante, é uma boa saída para vocês poderem aperfeiçoar isso.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Para encerrar, Senadora Rose, eu fui surpreendido ontem. Perguntei se haveria, e disseram que não, mas hoje à tarde vai haver reunião do Congresso — pelo menos recebi essa informação —, para votar o PLN 16 e o PLN 20.

O PLN 16 é aquele dos produtos radioterápicos, do câncer, pelo qual nós estamos brigando há muito tempo. Mas o que decidimos aqui, pelo menos na última reunião, é que não votaríamos nada lá se não passasse por aqui. Há essa possibilidade de votarmos hoje aqui?

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Já está convocada. V.Exa. está dormindo cedo! *(Risos.)*

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) - Pois é. Eu queria saber. É por isso que estou perguntando. *(Risos.)*

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Foi convocada reunião para às 11 horas. Nada será aprovado ou rejeitado sem passar pela Comissão.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) - Ótimo.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - No meu telefone, há perguntas de Parlamentares. Quero mandá-las por escrito para os senhores. Pelo que eu soube agora, parece que temos em vista alguns PLNs que vão vir para a Comissão.

Eu gostaria de termos a oportunidade, mais uma vez falando, de nos prepararmos para esses debates internamente. Chegar e precisar votar com urgência nos coloca em uma situação muito difícil, e esta Comissão está dedicadamente debruçada sobre o Orçamento, haja vista que hoje temos problemas nas duas Casas, no Senado e na Câmara, com algumas decisões que têm sido tomadas *interna corporis*. Seria necessário que elas fossem tomadas antes da reunião das 14 horas.

Mas teremos agora a votação na CMO, conforme o compromisso assumido de que nenhuma matéria irá a plenário sem ser votada aqui na Comissão.

Tem a palavra o Sr. Bruno Funchal.

O SR. BRUNO FUNCHAL - Deixe-me fazer um panorama maior do PLOA, do projeto orçamentário. Qual é a lógica? O que foi enviado? Que tipo de mudanças podem acontecer, principalmente por conta da questão de sentenças judiciais?

A proposta para 2022 foi enviada apresentando um déficit de 49,6 bilhões de reais. Nós temos uma meta definida pela LDO de 170 bilhões de reais de déficit. A insuficiência de regra de ouro é de 105 bilhões de reais, menor do que tínhamos observado no Orçamento de 2021, que era de mais de 400 bilhões de reais. Isso se justifica muito pelo crescimento da receita.

Agora, um ponto importante é que, dentro dessa proposta orçamentária, contempla-se integralmente o pagamento de sentenças judiciais. No Orçamento de 2021, nós tínhamos uma





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

projeção de pagamento em torno de 54 bilhões de reais. Esse era o tamanho dessa conta, dessa despesa obrigatória, que aumentou para 89 bilhões de reais.

E nós inclusive discutimos na Comissão Especial da PEC 23 e na CCJ as principais justificativas para esse grande aumento: o passivo do FUNDEF, que vem lá dos anos 2000, e o aumento do volume de processos. A velocidade aumentou muito, e o volume de processos que acabaram entrando no Orçamento de 2022 aumentou. Isso fez com que houvesse esse salto de 34 bilhões de reais de um ano para o outro em sentenças judiciais, o que está ocupando um espaço bastante relevante.

Só para se ter ideia, o espaço que a correção do teto — isso ocorre por meio da inflação — abriria adicionalmente era de 136 bilhões de reais. Desses 136 bilhões de reais, quase 60 bilhões de reais foram ocupados pelo aumento de previdência e 34 bilhões de reais pelo aumento de precatórios. Só aí já são quase 100 bilhões de reais. E há outros aumentos, como despesa de pessoal e outros aumentos que acabaram ocupando todo esse espaço.

Então, muito do espaço advindo dessa correção do teto pela inflação foi ocupado pelo aumento da despesa de precatórios. Isso acaba limitando qualquer tipo de ampliação de outras políticas públicas.

Mesmo assim, no Orçamento que foi enviado, ainda se reforçaram recursos da ordem de 10,7 bilhões de reais para a saúde, sendo 7 bilhões de reais em ações contínuas referentes à pandemia de COVID-19. O Orçamento também contemplou a realização do Censo, com 2 bilhões de reais; o FNDCT, com incorporação prevista de 8,5 bilhões de reais; e a manutenção do orçamento de 34,7 bilhões de reais para o Bolsa Família, o programa de renda ou o Auxílio Brasil. Esses são os pontos principais que estão contemplados no Orçamento.

E por que é importante a discussão que está sendo feita em relação à PEC 23, que é justamente a PEC dos precatórios? É justamente uma forma de endereçar o tratamento desse aumento muito acima do esperado com uma despesa obrigatória, que são as sentenças judiciais.

Então, a partir do andamento dessa discussão, vai ser feita uma mensagem modificativa refazendo o Orçamento. Ela será enviada a esta Comissão, para ser discutido esse novo desenho de Orçamento, porque, por base, pelo que nós temos até agora, estão contemplados, dentro do Orçamento, os 89 bilhões de reais e todo o aumento de sentenças judiciais.

E aí eu quero passar para o Ariosto, porque talvez ele vá trazer alguns detalhes que também são importantes dentro do Orçamento.

O SR. ARIOSTO ANTUNES CULAU - Apenas para complementar esse cenário macro trazido pelo Secretário Bruno, é importante destacar que nós tivemos, sim, um acréscimo no





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

teto de gastos em torno de 136 bilhões de reais, 136,6 bilhões de reais, de 2022 em relação a 2021. Grande parte desse teto de gastos, essa possibilidade que tínhamos de ampliação de despesa primária, foi absorvida pela questão dos benefícios previdenciários, em torno de 52,7 bilhões de reais. E um fator também importante dessa absorção que tínhamos do espaço do teto de gastos decorreu desse efeito das sentenças judiciais, que consumiu 33,7 bilhões de reais da margem que tínhamos para o teto de gastos.

Vínhamos falando — apresentamos vários dados — que tínhamos a possibilidade de ampliação dos programas sociais, ampliação dos investimentos. E foi justamente essa parcela que foi elevada, a das sentenças judiciais, que retirou essa maior capacidade de ampliação de investimentos, de ampliação de programas sociais dentro do Orçamento.

Ainda dentro da margem, além dos 52,7 bilhões de reais de benefícios previdenciários e de 33,7 bilhões de reais de sentenças judiciais, tivemos um crescimento de 19 bilhões de reais de despesas obrigatórias com controle de fluxo — e entram aí, basicamente, os gastos de saúde, que são aquelas despesas que cresceram em função da correção do mínimo da saúde —, e as despesas do FAT, com 13,5 bilhões de reais. Com pessoal, tivemos um crescimento de 6,6 bilhões de reais, basicamente um crescimento vegetativo.

Não temos previsão de aumento de remuneração dos servidores em 2022 — isso é importante destacar —, mas temos, sim, um nível de concursos públicos que estão previstos no Anexo V da Lei Orçamentária, que estão dentro dessa margem de crescimento de 6,6 bilhões de reais de despesas de pessoal. Os benefícios com LOAS crescem 5,5 bilhões de reais, e outras despesas obrigatórias crescem 5,7 bilhões de reais.

Um aspecto importante disso, então, é que temos mais a confirmação de um dado, que é o crescimento das despesas obrigatórias em relação às despesas discricionárias do Orçamento de 2022. Com essa boa parte da utilização da margem que nós tínhamos absorvida por despesas obrigatórias, nós chegamos a um percentual das despesas primárias de 94% utilizados com despesas obrigatórias e 6% na nossa margem com despesas discricionárias. Isso é uma tendência que tem ocorrido dentro da nossa dimensão orçamentária, ou seja, o crescimento das despesas obrigatórias tem absorvido boa parte da margem que tínhamos do teto de gastos.

Com relação a sentenças judiciais, frisando mais uma vez, esse crescimento que tivemos na ocupação da margem de despesas primárias de 33,7 bilhões de reais resulta em um dado no qual as despesas com sentenças judiciais têm uma evolução que chega a quase 90% das nossas despesas discricionárias no Orçamento de 2022. E aí está a importância da discussão relativa à PEC 23, relativa a um tratamento que devamos dar a esse crescimento, que foi muito





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

acima. Não só de 2021 para 2022 foi significativo, mas também foi acima daquilo que é a nossa capacidade estabelecida pelo teto de gastos. As despesas cresceram muito acima daquilo que foi o comportamento normal do nosso teto de gastos.

São esses os pontos. Eu apenas queria complementar a fala do Secretário Bruno.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Para encerrar, eu gostaria de saber se há mais alguma consideração a ser feita.

O SR. ARIOSTO ANTUNES CULAU - Eu gostaria só de complementar a Deputada Dra. Soraya. É uma notícia com relação à bolsa de residência.

O MEC previu, então, para 2022, um acréscimo de 23,3% do valor da bolsa, que deve saltar de 3,3 mil reais para 4,1 mil reais em 2022. Está previsto esse reajuste dentro da proposta orçamentária de 2022, do MEC.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) - Isso contempla também o reajuste das bolsas da CAPES e do CNPq?

O SR. ARIOSTO ANTUNES CULAU - Não, só a residência médica. Esse foi o ponto da Deputada Dra. Soraya.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) - Neste ano, o da CAPES só deu até setembro. Tanto é que há PLN complementando, mas, para o ano que vem, já está adicionado o complemento.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. GUSTAVO GUIMARÃES - Senadora, se V.Exa. me permitir...

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Pois não.

O SR. GUSTAVO GUIMARÃES - Só gostaria de complementar. Eu acho que a questão da saúde a senhora colocou bem no início: é importante para todos nós. A Deputada Dra. Soraya também colocou.

Eu só queria destacar que, nas avaliações que foram feitas, a saúde está sempre contemplada. Nós temos várias avaliações aqui na linha do que o Secretário Leonel colocou sobre as restrições fiscais. Existem programas que talvez não performem tão bem e que podem direcionar recursos para outros programas que são eficientes.

Então, eu gostaria de lembrar que, em todos os ciclos, a saúde tem sido contemplada no sentido de ter sido avaliada. Há vários programas muito bem avaliados e também sugestões de melhorias no âmbito dos programas da saúde.

Quero lembrar também que o monitoramento tem acompanhado a questão da saúde, de como a pandemia impactou. Esse relatório que encaminhamos ao Congresso mostra bastante a questão dos leitos. Se por um lado houve um crescimento grande de leitos por conta da





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

COVID, como a Senadora bem colocou no início, outras questões, como a do transplante de órgãos sólidos — coração, pulmão — tiveram uma redução por conta das restrições da COVID, mas isso nós temos acompanhado no planejamento. Temos subsidiado o Ministério da Saúde com essas informações, e eles também nos encaminham informações. Então, esse diálogo está acontecendo.

Para fechar, eu gostaria de agradecer, Senadora, este espaço. Eu acho que este momento foi muito importante e histórico para quem acredita na avaliação das políticas públicas. Também quero agradecer ao Senador Izalci pelas palavras do relatório. Realmente, Senador Izalci, nós acreditamos, sim, que essas políticas e essa avaliação são de Estado, exatamente para ter continuidade.

Lembro que é bem direto o texto que está na Constituição, que os senhores colocaram: *"Os órgãos e entidades da administração pública, individual ou conjuntamente, devem realizar avaliação das políticas públicas, inclusive com divulgação do objeto a ser avaliado e dos resultados (...)".*

A Constituição agora vai proteger. Eu acho que isso vai na linha do que o senhor colocou de que vamos ter que dar continuidade, explicar o porquê. Inclusive o PPA, a LDO e a LOA agora têm que levar em consideração o monitoramento e a avaliação. Então, ele tem que ser aperfeiçoado e justificado. Não podemos fazer alterações ali que não tenham justificativas. Eu acho que foi um grande avanço que foi dado neste ano pela Emenda Constitucional nº 109.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - A CGU fez uma consideração, o Dr. Antônio também já falou, e eu queria dizer o seguinte: nesses avanços possíveis, que são milimetricamente calculados e permitidos em um acordo entre Governo e Congresso, talvez seja a hora de pensar que nós poderíamos ter mais.

Ao invés do que o Ministro Paulo Guedes diz sobre o Orçamento, no sentido de que ele tem que ser feito pelo Congresso, que é ele que tem a responsabilidade, talvez seja a hora de nós pensarmos em um Governo mais compartilhado e em um Congresso dentro desse compartilhamento, para podermos atingir a reflexão que o secretário nos trouxe.

É evidente, secretário, que, quando se fala que muitas obras que foram iniciadas não têm uma avaliação, cabe ao Governo também cobrar que, na construção de qualquer obra pública, com qualquer finalidade que seja, haja o acompanhamento da instalação.

Nós estamos falando todos os dias das creches. Cerca de 2 mil creches, das 3.600 que foram lançadas, não foram terminadas. E não estão em funcionamento as outras que foram concluídas. Precisaria ter havido um planejamento compartilhado para quem propõe, para quem recebe a obra e para quem concede o recurso necessário.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Portanto, eu acho que, aos poucos — o Gustavo acabou de falar a respeito dos pequenos avanços que nós estamos tendo —, está na hora de avançar mais, de consolidar a política que se elabora dentro de uma Comissão como esta com as iniciativas que o Governo tem. Não há compartilhamento disso.

Estamos cobrando que, antes de se elaborar qualquer relatório setorial, conheçamos e que venha, junto com isso, a proposta que é feita dentro do Congresso pelos Parlamentares, que representam suas regiões e nacionalmente. Eu acho que isso é fundamental.

Então, eu até quero propor ao senhor que nós tenhamos a oportunidade de debater isso em uma Comissão específica, para que possamos pensar e para que as suas iniciativas e o seu raciocínio possam nos socorrer, bem como a esta Casa, em auxílio do bom desempenho do Orçamento do País. Há muito desperdício e iniciativas completamente inusitadas! Constrói-se obra onde já não há necessidade de ser feita. A obra é apenas um apelo político executado que não vai ter desempenho satisfatório para a sociedade.

Alguém disse assim: *"Mas nós vamos desatender politicamente uma obra como essa?"* Sim, por que não? Se ela não tem como funcionar, se o objetivo dela era atender às famílias e à sociedade na parte educacional... Nós temos que saber se ela terá funcionamento e se vai se cumprir o objetivo e a proposta feita.

Era isso o que queria dizer.

Quero me colocar a disposição. A Comissão está trabalhando e se dedicando a debater em conjunto as iniciativas do Governo e as decisões que são tomadas aqui.

Eu quero agradecer a todos. Antes de encerrar esta reunião, quero também lembrar que, às 11 horas, nós teremos aqui uma reunião deliberativa.

Eu pergunto a algum dos Deputados e Senadores presentes... Eu tive uma reclamação no telefone de que está difícil... Eu não sei onde a Deputada Dra. Soraya está, mas vários Parlamentares tentaram entrar na Internet e não conseguiram.

Deputado Bosco, Deputado Hildo, alguém quer fazer uso da palavra?

Então, antes de encerrar, quero fazer uma consideração final a respeito da demanda da educação, Ariosto. É possível termos a previsão de uma nova reunião para que, à luz dos esclarecimentos oficiais, nós possamos saber se poderemos contar com o recurso que foi solicitado pelo MEC? Nós precisamos saber se vai haver uma reunião específica sobre isso.

O SR. ARIOSTO ANTUNES CULAU - Não. Nós temos previstas Senadora, dentro do modelo da JEO — Junta de Execução Orçamentária, reuniões mensais para que possamos estabelecer a possibilidade de atendimento de demandas adicionais.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Dentro da mentalidade de compartilhamento, nós tivemos uma reunião muito profícua lá no MEC. Estivemos também com o Ministro Paulo Guedes e demandamos...

O SR. ARIOSTO ANTUNES CULAU - Podemos conversar com o Ministro para termos o *feedback*, o retorno da reunião na Economia.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - É importante, porque o Ministro vai voltar a esta Comissão.

O SR. ARIOSTO ANTUNES CULAU - Perfeito.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Eu agradeço a todos.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. HILDO ROCHA (MDB - MA) - Só há uma questão que eu quero saber. A prioridade deste ano é o Casa Verde e Amarela.

Eu quero saber quantas mil casas foram construídas no Programa Casa Verde e Amarela, porque nós já estamos no mês de outubro. Só faltam 2 meses para terminar o ano. Era só isso que eu queria saber.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Alguém poderia responder ao Deputado Hildo Rocha?

Deputado, há vários que estão colocando ao mesmo tempo que vão dever essa resposta. Até 2020 tem, mas, até este momento, eles não têm o número exato e pedem para mandar essa resposta posteriormente.

Antes de encerrar, lembro a todos que estão nos ouvindo, àqueles que podem compartilhar, que nós vamos ter a apreciação dos PLNs nº 16 e nº 20, de 2021, conforme a convocação que foi enviada aos membros.

O *link* da reunião deliberativa será o mesmo.

Nós vamos encerrar esta reunião e abrir imediatamente a outra.

Peço àqueles que vão participar virtualmente da reunião que nos informem das suas dificuldades. Já temos quórum para o funcionamento da reunião.

Finalizando a audiência pública, agradeço o comparecimento de todos, em especial, ao Sr. Bruno Funchal, Secretário Especial do Tesouro e Orçamento; ao Sr. Ariosto Antunes Culau, Secretário de Orçamento Federal; ao Sr. Gustavo Guimarães, Secretário de Avaliação, Planejamento, Energia e Loteria; ao Sr. Antônio Carlos Bezerra Leonel, Secretário Federal de Controle Interno da CGU; e ao Dr. Henrique Barros Pereira Ramos, Secretário Especial Adjunto de Relações Governamentais da Presidência da República.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Agradeço ainda a colaboração do Senador Izalci Lucas. Senador Izalci, mais uma vez, muito obrigada.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) - Estou sempre à disposição de V.Exa., Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - À disposição desta Casa e do Brasil. Eu sei que V.Exa. é incansável.

Agradecendo a participação de todos.

Declaro encerrada esta audiência pública.

ATA DA OITAVA REUNIÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA EXTRAORDINÁRIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 56ª LEGISLATURA, DA COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO, REALIZADA EM 14 DE OUTUBRO DE 2021

Aos quatorze dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e um, reuniu-se a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no plenário 2, do Anexo II da Câmara dos Deputados. Esta reunião foi convocada com a finalidade de discutir sobre a forma de divisão das emendas de bancada estadual para o Orçamento Anual de 2022, atendendo ao **Requerimento nº 25/2021 CMO**, de autoria da Deputada Adriana Ventura, aprovado na continuação da 9ª Reunião Deliberativa Extraordinária, ocorrida nos dias 28 e 29 de setembro de 2021. Foi registrado o comparecimento dos membros: **Deputados Titulares**: André Figueiredo, Bosco Costa, Charles Evangelista, Daniel Almeida, Domingos Sávio, Eduardo Costa, Flávia Moraes, Gilberto Abramo, Gonzaga Patriota, Hildo Rocha, Hugo Leal, Jhonatan de Jesus, Luciano Ducci, Marx Beltrão, Uldurico Junior e Zé Carlos; **Senadores Titulares**: Carlos Fávaro, Izalci Lucas e Simone Tebet; dos **Deputados Suplentes**: Adriana Ventura, Alceu Moreira, Célio Silveira, Dagoberto Nogueira, Danilo Forte, Gelson Azevedo, Hercílio Coelho Diniz, Júnior Ferrari, Márcio Marinho, Orlando Silva, Ossesio Silva, Pedro Lupion, Robério Monteiro, Rodrigo Coelho e Weliton Prado; **do Senador Suplente**: Esperidião Amin; e dos **Deputados Não Membros**: Alexandre Leite, Angela Amin, Benes Leocádio, Claudio Cajado, Giovani Cherini, Leonardo Monteiro, Professora Dorinha Seabra Rezende, Severino Pessoa e Tiago Dimas; e dos **Senadores Não Membros**: Marcelo Castro e Zenaide Maia. **ABERTURA**: às quatorze horas e dezoito minutos, os trabalhos foram abertos pelo Segundo Vice-Presidente, Senador Izalci Lucas, que comunicou a finalidade da audiência pública e informou que a reunião ocorria de forma semipresencial com presença de parlamentares no plenário e com participação de forma virtual, através da plataforma zoom e que havia convidados participando de forma virtual. Comunicou, ainda, que para melhor ordenamento dos trabalhos, de acordo com o estabelecido no *Art. 15, inciso III, da Resolução nº 01/2006 do Congresso Nacional*, os palestrantes dispõem de 15 minutos, prorrogáveis, para sua exposição. E de acordo com o *parágrafo segundo do Art. 94 do Regimento Interno do Senado Federal*, os membros da Comissão poderiam, terminada a apresentação, interpellar os oradores exclusivamente sobre a exposição. O Presidente em exercício ressaltou também que, conforme estipulado nos *parágrafos segundo e terceiro do Art. 94 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o parágrafo quinto do Art. 256 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados*, os senhores Parlamentares inscritos para interpellar os expositores poderiam fazê-lo estritamente sobre o assunto da exposição, pelo prazo de 3 minutos, tendo os interpellados igual tempo para responder, facultadas a réplica e a tréplica, pelo prazo de 3 minutos. A seguir, o Senador Izalci Lucas informou que as apresentações dos palestrantes estavam disponíveis na página da Comissão e abriu a lista de inscrições





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

para o debate. Passou, então, a palavra à Deputada Adriana Ventura, autora do Requerimento nº 25/2021 CMO, que agradeceu a presença dos convidados e justificou a necessidade da realização desta audiência pública. O Presidente passou então a palavra ao primeiro convidado, Sr. Felipe Salto, Diretor-Executivo do Instituto Federal Independente do Senado Federal – IFI (remotamente), que fez suas considerações acerca do tema. Em seguida o Presidente chamou o segundo convidado, Sr. Ricardo Alberto Volpe, Diretor da Coordenação de Fiscalização e Controle da Consultoria de Orçamento e Fiscalização da Câmara dos Deputados – CONOF, que iniciou sua palestra fazendo uso de projetor de multimídia. A seguir, o Presidente concedeu a palavra ao Sr. Eugênio Greggianin, Diretor da Coordenação de Legislação e Normas Orçamentárias da CONOF, que realizou sua apresentação através do uso de projetor de multimídia. Em prosseguimento, o Presidente chamou o Sr. Tomás Bruginiski, Secretário-Executivo da Secretaria de Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo (remotamente), que fez sua exposição multimídia através do compartilhamento da tela de seu computador na plataforma zoom. A seguir, usou da palavra o Sr. Roberto Figueiredo Guimarães, Chefe de Gabinete da Secretaria de Orçamento e Gestão do Estado de São Paulo (remotamente), que fez sua palestra através da plataforma zoom. O Presidente passou a palavra ao primeiro orador inscrito, Deputado Alexandre Leite (remotamente), que pediu ao Senador Izalci Lucas que falasse antes dele sobre sua experiência com a execução de emendas. O Senador Izalci Lucas explicou que, anteriormente, havia dificuldades na execução das emendas e que houve melhora a partir da criação das emendas impositivas individuais para atender às obras de projetos estruturantes. A seguir, deu novamente a palavra ao Deputado Alexandre Leite. Em seguida, usaram da palavra o Deputado Tiago Dimas (remotamente), Senador Marcelo Castro (remotamente) e Deputado Giovani Cherini (remotamente). O Presidente encerrou as inscrições para o debate em razão do início da Ordem do Dia no Senado Federal e devolveu a palavra aos inscritos restantes, Deputados Hugo Leal, Profª Dorinha Seabra Rezende e Domingos Sávio (todos remotamente). Por fim, o Presidente deu a palavra à Deputada Adriana Ventura, que fez suas considerações finais acerca do debate **ENCERRAMENTO**: às dezesseis horas e quarenta e quatro minutos, o Presidente em exercício, Senador Izalci Lucas, agradeceu a participação dos convidados e encerrou a reunião. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Congresso, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - Declaro iniciada a 8ª Reunião de Audiência Pública Extraordinária de 2021 da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Esta reunião foi convocada com a finalidade de atender ao Requerimento nº 25, de 2021, da CMO, de autoria da Deputada Adriana Ventura, aprovado na 9ª Reunião Deliberativa Extraordinária, para debater sobre a forma de divisão das emendas de bancada estadual para o Orçamento anual de 2022.

Informo que a reunião ocorre de forma semipresencial. Pode haver Parlamentares presentes no plenário e Parlamentares participando de forma virtual, através da plataforma Zoom. Também informo que há convidados participando de forma virtual.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Para melhor andamento dos trabalhos, comunico que, de acordo com o estabelecido no art. 5º, inciso III, da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, os palestrantes disporão de 15 minutos, prorrogáveis, para suas exposições.

Conforme estipulado no art. 94, §§ 2º e 3º do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 256, § 5º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, terminadas as apresentações dos expositores, os Srs. Parlamentares inscritos para interpelá-los poderão fazê-lo estritamente sobre o assunto da exposição pelo prazo de 3 minutos, tendo os interpelados igual tempo para responder, facultadas a réplica e a tréplica pelo prazo de 3 minutos.

Informo ainda que as apresentações dos palestrantes estão disponíveis na página da Comissão.

A lista de inscrição para o debate está aberta.

Tem a palavra a nossa querida autora do requerimento, Deputada Adriana Ventura.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Boa tarde a todos.

Cumprimento o nosso Presidente, o Senador Izalci, e todos os nossos convidados. Estou muito feliz por esta audiência pública estar se realizando. Agradeço pessoalmente a cada um de vocês, a todo o time do Governo do Estado de São Paulo que está aqui.

Sou Deputada por São Paulo, e essa demanda surgiu de uma indignação que eu tinha como Deputada Federal pelo Estado de São Paulo e também com relação a outros Estados que estavam na mesma situação.

Também cumprimento os outros painelistas: o Eugênio; o Volpe, que veio aqui nos dar uma aula; o Felipe Salto; e todos os demais convidados.

Eu não vou me alongar muito. Só queria falar, nesta breve introdução, que o objetivo desta audiência pública é buscar um caminho. Na minha visão, nós temos que discutir um caminho que seja justo, porque o que me moveu e o que me move é uma indignação, é a busca por uma justiça que eu acho que não existe. E o objetivo aqui não é retirar dinheiro de nenhum Estado, mas discutir quais são os critérios que devem ser utilizados pelo Congresso Nacional para a divisão das emendas de bancada.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Existem vários critérios que podem ser adotados e, na minha visão, isso não foi debatido. Eu sei que essa é uma discussão antiga na Casa, que nunca há consenso, e que o tema inflama muitos Parlamentares. Há várias questões que são abordadas, mas a questão aqui é que acho que o próprio papel da emenda de bancada vem sendo desvirtuado. E aí existe uma questão de injustiça não só em relação ao cidadão paulista — vou falar de São Paulo, porque eu sou de São Paulo —, mas ao cidadão mineiro e ao cidadão cearense em relação a outros Estados. E não é só por um *per capita* muito maior. Efetivamente, a grande questão é que falavam que existia o objetivo de reduzir a desigualdade social, as desigualdades regionais, e isso não vem acontecendo por causa de um desvirtuamento explícito da utilização da emenda de bancada.

Então, eu gostaria que nós fizéssemos um debate franco, aberto, e o objetivo é construir. Eu estava até aqui conversando com o Senador Marcelo Castro, e ele até falou assim: *"Ah, nos seus convidados, V.Exa. foi supertendenciosa"*. Eu até pedi desculpas e falei: "Olha, realmente".

Inicialmente, foram chamados o Estado de São Paulo e o Estado da Bahia, que são dois Estados que têm essa questão, mas eu esperava que algum Deputado da Comissão, de outro Estado, incluísse um convidado. Isso não aconteceu, mas estamos abertos para as próximas.

Senador, eu vou devolver a palavra agora ao senhor, para que nós possamos começar. Há um convidado nosso que tem se ausentar.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - Obrigado, Deputada.

Eu passo agora a palavra, para a sua exposição, ao Sr. Felipe Salto, que é Diretor-Executivo da Instituição Fiscal Independente do Senado Federal. Como ele tem um compromisso, depois eu vou até fazer o contraponto, se for necessário, não contrário à posição da Deputada Adriana, mas para explicar um pouco como nasceu tudo isso — já que, desde o início, participei das emendas individuais, de bancadas e tal —, para nós refletirmos juntos.

Então, tem a palavra o meu querido Felipe Salto.

O SR. FELIPE SALTO - Boa tarde a todos.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Em primeiro lugar, eu quero agradecer o convite da nobre Deputada Adriana. É um prazer poder participar da Comissão Mista de Orçamento, sobretudo ao lado dos colegas Eugênio, Ricardo e também dos representantes do Governo de São Paulo.

É preciso dizer que também é uma honra estar aqui com o amigo e apoiador, o Senador Izalci Lucas, que sempre tem exaltado e enaltecido o trabalho da Instituição Fiscal Independente.

Quero dizer eu que sou paulista também, mas que aqui represento a Instituição Fiscal Independente — IFI, do Senado Federal. Portanto, espero que as opiniões que eu vou trazer aqui colaborem, do ponto de vista técnico, para esta discussão das emendas parlamentares, especificamente das emendas de bancada.

Eu vou dividir a exposição em três tópicos, sendo o primeiro o quadro geral das contas públicas, do processo orçamentário e de como nós estamos, a meu ver, em uma situação bastante grave. No segundo, vou tratar especificamente de 2022 e de como a partilha dos recursos orçamentários, sobretudo das emendas de bancada, das emendas de Relator-Geral e das emendas individuais representa, na verdade, a ponta de um problema muito maior.

Então, na primeira parte, o que eu gostaria de dizer é que nós estamos em uma situação de déficit público significativo. A inflação elevada tem ajudado a recuperar a arrecadação federal, mas isso é temporário.

Vale dizer que houve um avanço dos preços das *commodities* desde o fim do ano passado. Agora já há uma reversão, por exemplo, do preço do minério de ferro, que é importante para nós, mas o fato é que os preços das *commodities*, o efeito da inflação elevada no geral e a base de comparação baixa elevaram fortemente a arrecadação, junto com o PIB, que também cresceu de maneira expressiva no primeiro semestre.

No entanto, o *carry over* ou o efeito estatístico do PIB para o segundo semestre vai ser o responsável por praticamente 100% daquilo que nós vamos crescer no ano. Para que se tenha uma ideia, o efeito estatístico do primeiro semestre é 4,9%, e o crescimento do Brasil no ano de 2021 deverá ser na casa de 5%, de acordo com o cenário da Instituição Fiscal Independente.

Neste quadro, a dívida pública também tem sido auxiliada pela inflação mais alta, que aumentou o PIB nominal. E, como nós estamos tratando de um indicador que é





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

dívida sobre o PIB, isso auxiliou na trajetória de queda: de dezembro de 2020 para cá, passamos de 88,8% do PIB para 82,7%. Mas esse é um fenômeno passageiro. Provavelmente, nós vamos iniciar novamente uma trajetória de alta do endividamento público a partir do fim deste ano e início do próximo.

Esse contexto geral é importante para termos clareza da importância das regras fiscais.

O teto de gastos é hoje a principal âncora fiscal que vem sendo atacado por diversos mecanismos e iniciativas, sobretudo pela chamada PEC dos precatórios, na verdade, um calote nas despesas primárias obrigatórias que sempre foram os precatórios. A PEC 23 e mesmo o relatório substitutivo apresentado nos últimos dias implicarão, se aprovados dessa forma, o pagamento de apenas 40 bilhões no ano que vem e uma herança, para os próximos anos, de algo como 48,6 bilhões.

É nesse contexto que se insere a discussão da partilha do bolo, do processo orçamentário, que deveria ser o ápice do processo democrático se fosse bem feito. O problema é que nós estamos desrespeitando a liturgia constitucional do processo orçamentário. As emendas parlamentares só deveriam encontrar lugar por meio de anulação de despesas. Ocorre que, desde 1989, interpretou-se que os erros e as omissões na Constituição representariam também erros e omissões na projeção de receita. E esse mecanismo de reestimar a receita por parte do Congresso para, então, fixar as emendas parlamentares, vem sendo utilizado até esbarrar numa coisa chamada teto de gastos. Com a presença do teto de gastos, o que se tem feito agora é revisar as projeções de despesas obrigatórias.

Vejam os senhores que o Executivo fixa as despesas, ele não as estima — ele fixa as despesas. Para 2021, por exemplo, foram revistas, para baixo, as despesas com Previdência, as despesas com abono salarial e as despesas com subvenções, todas elas despesas obrigatórias, para abrir espaço para as chamadas emendas de Relator-Geral. E nós vamos ver, provavelmente, a repetição desse filme em 2022.

É preciso ter muita atenção para isso, porque o emendamento do orçamento está previsto na Constituição por meio das emendas individuais e de bancada. Elas estão bem regulamentadas, são impositivas, representam até 1,2% da receita corrente líquida, e metade deve ir para a saúde. Ocorre que as outras, as emendas de Relator-





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Geral, são inseridas via Lei de Diretrizes Orçamentárias numa base totalmente inconstitucional, não prevista na Constituição. Isso preocupa, porque é uma espécie de bonde orçamentário que se cria paralelamente à liturgia do processo orçamentário, conforme previsto na Constituição Federal.

As emendas de bancada, especificamente para 2022, estão previstas em 5,6 bilhões de reais de um total de 16,2 bilhões, conforme a Reserva de Contingência, que já havia sido indicada pelo Poder Executivo e que será, então, distribuída de acordo com os critérios.

O que se discute — e entendo que a motivação desta audiência é principalmente esta — é que a partilha das emendas de bancada deveria considerar fenômenos, fatores e características dos Estados, além de uma mera divisão igualitária entre as Unidades da Federação.

Por outro lado, é preciso lembrar que a lógica das emendas de bancada é justamente a de contemplar os Estados de uma maneira equânime, seguindo algum princípio federativo, por assim dizer. Nas emendas individuais é que se teria, sim, a soma das emendas individuais por Estado, sendo diferentes obviamente, apesar de o valor por Parlamentar, Senador ou Deputado ser igual, o que reflete de alguma forma os critérios populacionais, por exemplo.

O problema é o seguinte: o próprio critério de representação é, de certa forma, distorcido, uma vez que alguns Estados mais populosos, por exemplo, têm menos Parlamentares na Câmara dos Deputados do que deveriam ter, de modo que a soma das emendas individuais acaba também sendo subavaliada, digamos assim, ou subprecificada para esses Estados. Assim, a divisão das emendas de bancada talvez pudesse considerar uma partilha que combinasse, numa espécie de índice, critérios populacionais, critérios socioeconômicos.

É claro que isso não é uma coisa que se deve discutir de afogadilho. Nós estamos já a 2 meses da aprovação do Orçamento para o ano que vem. Esses 5,6 bilhões de emendas de bancada estadual representam, do ponto de vista absoluto, um volume de recursos importante, mas não é isso que vai fazer a diferença para as políticas públicas no ano que vem.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Essa é uma questão fundamental que nós temos que ter presente na hora de discutir esse assunto. Não se trata apenas de imaginar um novo critério que, eventualmente, seja mais justo, mas também de discutir o processo orçamentário de maneira mais ampla. Nós precisamos adotar no Brasil, Senador Izalci, Deputada Adriana, a meu ver — e aqui, modestamente, tento trazer alguma colaboração da literatura também sobre esse assunto —, aquilo que o prof. Allen Schick, da Universidade de Maryland, tem indicado há muitos anos, há décadas: o chamado orçamento por resultado.

No Brasil, nós acabamos virando cumpridores de regrinhas. Os gestores do orçamento e da política fiscal têm que dar conta de um zilhão de medidas, de regras, de dispositivos, e perde-se muito tempo que poderia ser gasto para pensar as grandes diretrizes, as políticas de investimento, a revisão e a avaliação das políticas públicas.

Noventa e três por cento das despesas, se nós pagarmos 89 bilhões de precatórios no ano que vem — e aí elas vão para 94% —, são mandatórias, são obrigatórias ou têm algum tipo de mecanismo que evita a sua movimentação no curtíssimo prazo. Agora, esses 6% ou 7% que sobram não são totalmente discricionários, porque, dentro da despesa discricionária, nós temos o investimento, temos uma parte do custeio da saúde e da educação e também o custeio da máquina em geral.

Então, essa encalacrada em que nós nos metemos é, na verdade, um orçamento cuja ingerência sobre esse processo é cada vez menor, e o Legislativo vem perdendo, na verdade, capacidade de ajudar, ou de colaborar, ou de participar nessa alocação dos recursos públicos de acordo com os anseios da sociedade.

Assim, acho muito relevante a discussão das emendas de bancada, mas não pelo fato em si de a emenda de bancada ter este ou aquele critério, mas porque ela enseja, ou pode ensejar, uma discussão mais ampla a respeito do planejamento da retomada de mecanismos de planejamento. Cito aqui dois deles, para deixar para o debate: as *spending reviews*, revisões periódicas do gasto público, e o Medium-Term Expenditure Framework, que é o plano fiscal de médio prazo, para que possamos, então, ter um novo tipo de processo orçamentário e resgatar, por assim dizer, o espírito do legislador Constituinte de 1987 e 1988, tendo um orçamento que, de fato, reflita os anseios e os





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

desejos da sociedade, baseie-se nos princípios da transparência e da impessoalidade e inclusive insira a Emenda nº 109, promulgada em março deste ano que traz esses princípios de avaliação de políticas públicas no seio desse processo orçamentário.

Essas são as minhas colaborações iniciais. Eu gostaria de agradecer mais uma vez pelo convite e cumprimentar a Deputada Adriana pela iniciativa, o Senador Izalci e todos os membros da Mesa. Eu fico à disposição para responder a todas as questões que eventualmente sejam dirigidas a mim. Infelizmente, eu já tenho outra audiência, um compromisso em seguida, mas faço questão de receber todas as colocações dos Parlamentares ou mesmo dos colegas da Mesa, para responder posteriormente da melhor forma possível, inclusive eventualmente com a turma da nossa equipe na Instituição Fiscal Independente do Senado Federal.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - Obrigado, Felipe.

Quero não só lhe agradecer, mas também parabenizá-lo pela condução do Instituto Federal Independente, fundamental para o Senado e para o Congresso Nacional. Então, agradeço, e vamos, sim, levar algumas questões para que vocês possam nos ajudar realmente a buscar uma forma mais justa e eficiente de atender às bancadas.

Passo imediatamente a palavra ao Ricardo Alberto Volpe, Diretor da Coordenação de Fiscalização e Controle, da Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara dos Deputados.

O SR. RICARDO ALBERTO VOLPE - Boa tarde, Senador Izalci Lucas, Deputada Adriana. Obrigado pelo convite e pela oportunidade de poder discutir um pouquinho e fazer este importante debate, que já ocorre no Congresso Nacional há alguns anos: como alocar bem os recursos de emendas, seja de emendas individuais, de bancadas ou qualquer recurso que o Congresso aloque ao processo legislativo orçamentário.

Inicialmente, para falar como se distribui um recurso e qual é o critério, temos que entender como funciona um pouco essa mecânica das emendas e esse processo de alocação do Congresso Nacional.

Cada bancada estadual e o Distrito Federal podem apresentar de 15 a 20 emendas ao Orçamento. Esse critério, que já vem na Resolução de 2006, segue uma





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

proporcionalidade de acordo com o tamanho da bancada. O Distrito Federal, o Acre e os menores Estados têm menos emendas, e os maiores Estados, como Bahia, São Paulo e Minas Gerais têm um número maior de emendas de apropriação e mais três de remanejamento.

O critério atual da resolução, antes de ser chamado orçamento impositivo das emendas de bancada, que começou pela LDO e depois ganhou *status* constitucional pela resolução, vai pelo que o parecer preliminar define e por um atendimento chamado discricionário, focado a Relatores Setoriais. Se há uma emenda de bancada na infraestrutura, ou na saúde, o Relator da infraestrutura vai ver a disponibilidade de recurso para ampliar o atendimento daquelas emendas. Então, é de acordo com o que a bancada apresenta e a disponibilidade de cada Relator que a alocação adicional ocorre, ou mesmo pelos recursos que o Relator-Geral tenha capacidade de alocar para finalizar e fechar o orçamento. Assim, há um atendimento feito pela própria bancada, por um critério que a resolução vem trazendo há anos, que é em função da população, inversamente proporcional à renda — por exemplo, a Bahia, que é um Estado com uma grande população e uma renda um pouco mais baixa, recebe mais que São Paulo, que tem uma grande população e uma renda mais alta —, e também pela média dos últimos anos da capacidade de aquele Estado conseguir levar recursos para o seu ente. Era um critério misto, um anexo do parecer preliminar. Ainda há esse critério dessa parte menor hoje, mas, antes, era todo o montante de alocação prévia do orçamento, vamos chamar assim, na discussão do chamado parecer preliminar.

(Segue-se exibição de imagens.)

Cortes ou reestimativa de receitas, ou seja, as fontes capazes de atender com recurso, na época, a emendas de bancada e de Comissão, seguiam um critério em que uma grande parcela da bancada alocava, com base nesse critério populacional — e já era dado um montante a cada bancada —, e uma outra parcela discricionária, de acordo com a capacidade de cada relatoria ou do próprio Relator-Geral.

Basicamente, como funciona hoje? Como o Congresso aloca esses recursos?

Nós temos o chamado orçamento impositivo das emendas individuais e o orçamento impositivo das emendas de bancada. No PLOA, na proposta encaminhada pelo Executivo, já vem uma reserva, um recurso que será posteriormente alocado. O





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Governo não aloca aquele recurso esperando os Parlamentares, individualmente, ou as bancadas alocarem. Esse é o chamado RP 6 e RP 7, respectivamente, emendas individuais e emendas de bancada.

Fora isso, o Relator, via parecer preliminar, pode alocar recurso a uma chamada despesa obrigatória. Por exemplo, o Congresso discutia que faltava dinheiro para a chamada Lei Kandir, a compensação dos Estados exportadores, de 4 bilhões de reais. Já o parecer preliminar retirava do Orçamento e reservava uma parte desses recursos para atender à chamada despesa obrigatória. Ou agora, como há uma insuficiência na despesa da Previdência, caso o Congresso opte por fazer esse ajuste, também consome os recursos dessa reserva de contingência, de reestimativa de receita e de cancelamentos prévios que o Relator faça no seu relatório preliminar aprovado pela Comissão.

Então, tirado esse recurso disponível de reestimativa de receita, da reserva que já vem para o Executivo das emendas de bancada e individuais, mais esse cancelamento prévio para as emendas impositivas de despesa obrigatória, sobra uma margem para algumas despesas estruturantes ou de Relator, que hoje é chamada de RP 8. Então, retirando recurso da emenda individual e de bancada mais o do Relator, sobra um saldo líquido, do qual são distribuídos: 25% para a bancada alocar, conforme o critério de que eu falei anteriormente, que é pela renda *per capita*, pela população e pela média dos últimos 3 anos; 55% para os Relatores Setoriais, dentro de cada emenda que foi distribuída, seja para a saúde, para infraestrutura, para o turismo, seja para qual for; e 20% para o Relator-Geral fazer o fechamento. É assim que funciona o nosso processo alocativo, de forma bem resumida.

A Resolução traz esses normativos no art. 57, que eu tentei explicar, que são esses critérios baseados na população e na renda, de que falei de forma bem rápida. Quem quiser saber mais, depois, é só olhar esse dispositivo.

Até então, nós tínhamos as emendas de bancada chamadas RP 2. Quando se instituiu, via LDO, a emenda de bancada RP 7, cuja obrigação de execução é do Governo, dentro de certo limite, era apenas uma emenda de bancada, que depois viraram três, cinco, até a Constituição estabelecer que todas as emendas deveriam receber a RP 7. A única coisa é que o Congresso tem admitido todas as RP 7 até





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

determinado montante e tem admitido outra parcela não obrigatória, chamada RP 2. Então, hoje há dois potes para as chamadas emendas de bancada: uma em que já há uma reserva da proposta do Executivo, que é a emenda impositiva, que ele tem o dever de executar dentro daquele montante e motivar a não execução, chamado RP 7, que se baseia em 1% da receita corrente líquida do projeto de lei.

Esse valor foi também alterado na Constituição Federal pelo novo regime fiscal, que corrige pela inflação, a partir do ano passado. Mas isso não vem ao caso aqui.

Portanto, há um montante já definido para atendimento das emendas de bancada que tem a obrigatoriedade de execução. Esse critério, que não foi discutido — e que a Deputada está trazendo à discussão, neste momento, na Comissão —, ainda está em aberto. Como começou lá atrás com uma emenda no mesmo valor, não tem como ser de valor diferente: uma emenda para cada bancada, tudo igual. Agora, são todas. É esta a discussão que tem que ser feita: se vai ser igual para todo mundo e qual critério vai ser usado para a repartição desses recursos. As instruções normativas do ano passado e deste ano estão indicando uma repartição igual. Mas isso pode ser alterado, porque caberia ao Congresso, por meio de resolução, definir o tal critério que está em aberto. Como eu disse, há uma parcela de emenda impositiva e uma não impositiva que seguem a regra da Resolução atual.

Esse tratamento isonômico que a Constituição prevê para a emenda individual e para emenda de bancada é feito na hora de executar. Todos os Parlamentares apresentaram emendas individuais com a mesma cota e as de bancada com o critério que a Comissão vai definir. Com essa execução, não se pode preterir partido político, se é da base ou não. Então, a Constituição traz como princípio essa igualdade de oportunidade, porque o Orçamento é público. Independentemente da autoria, todos devem receber o mesmo tratamento, para serem executadas as suas programações.

Eu já falei, de alguma maneira, que há uma reserva de alocação, que é a chamada RP 7, e que o mesmo valor tem sido tratado.

Qual é o argumento que está por trás da distribuição do mesmo valor, de forma igualitária? Boa parte desses recursos deveriam ir para obras estruturantes do Estado.

A emenda individual tem a característica de o recurso atender à base do Deputado. É um recurso de menor valor que se destina a atender a um posto de





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

saúde, a um aparelho de Raios X, a pequenas demandas necessárias, mas dentro de uma política pública de menor valor. Já a emenda de bancada — e estamos falando do montante médio de 200 milhões, que poderiam ser alocados por meio de emenda de bancada — pode ser destinada, por exemplo, para o Rodoanel de São Paulo, que está precisando de recurso, para o acelerador nuclear da UNICAMP, para um grande empreendimento em que se precisa de um esforço fiscal maior para conseguir acelerar determinada execução.

O que está por trás de uma emenda de bancada, desde os primórdios, é um grande investimento público. Todos têm uma necessidade, seja na área de infraestrutura urbana, seja na área econômica, seja no setor de estradas, de portos. Todos os Estados têm carências; as necessidades são semelhantes. Esse é o argumento que está por trás.

Eu já falei do saldo e também desse ponto.

Voltando ao nosso processo, só para recapitular: há um pote que vem da reserva que o Governo colocou no Orçamento, para atender à emenda individual e de bancada, que a Constituição mandou o Governo reservar esse montante para alocação do Congresso; há uma reestimativa de receita, de que o Felipe tratou bem, e que, com o teto de gastos, vem perdendo sentido, porque o Orçamento já está no teto; e um cancelamento prévio que o Relator faz. Nos últimos anos, os Relatores vêm fazendo cancelamentos prévios na proposta do Executivo para fazer as correções ou mesmo os atendimentos que consideram necessários. Essa é a fonte. Dela, gera-se uma reserva, que é consumida por emendas de bancadas, por emendas individuais, por autorização dada para emenda de Relator ou para grandes alocações, como eu disse, por exemplo, a Lei Kandir. Essa reserva líquida é distribuída para os Relatores Setoriais trabalharem — e são 17 Relatores Setoriais —, para o próprio Relator-Geral, e uma pequena parcela para as bancadas alocarem. Apenas recapitulei um pouquinho do que falei antes.

Voltando para o RP 7, temos alguns critérios em discussão hoje. Como eu disse antes, não é uma matéria tratada no âmbito constitucional ainda — pode também ser tratada, mas a Constituição foi omissa —, mas, no âmbito regimental. É o Congresso





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

que vai cobrir essa lacuna, por meio da alteração da Resolução nº 1. Hoje, está sendo tratada via instrução normativa desta Comissão.

Alguns critérios, que o Eugênio vai apresentar a seguir, referem-se ao populacional, ao da renda *per capita*, ou mesmo ao da própria Resolução ou ao misto. Pode haver um critério misto, que considera alguns pontos populacionais, ou mesmo com uma parcela fixa igual para todos, e outra parcela variável em função da renda. Isso está em aberto; só vamos falar de forma bem sintética quais são os caminhos.

Voltando a esse ponto de que a vocação das emendas de bancada é para obras estruturantes, é relevante mostrar que a Resolução, desde 2006, diz que as emendas têm que ser repetidas. O que isso significa? Que não tem sentido uma emenda de bancada começar uma grande obra e, depois, no outro ano, ela não ser alocada novamente. Então, iniciada a execução de uma obra, o recurso tem que ser alocado até o final, para não termos uma série de problemas de obras inacabadas, como há no Brasil. Temos que evitar esse tipo de problema. Então, o Congresso tem a responsabilidade de começar uma obra e terminá-la.

E a Constituição foi um pouquinho além: mesmo que uma emenda, que tem força de impositividade, compre ou, digamos, apadrinhe uma obra que já está em execução, ela vai ter que colocar recursos até que seja finalizada. Há algumas exceções, de que a Resolução tem tratado, mas eu não vou citá-las aqui.

O importante é que o Congresso, a partir do momento que inicia uma obra, ele tem o dever de finalizá-la. Essa é uma obrigação constitucional. E, para que isso ocorra com a intervenção do Legislativo... Na próxima quinta-feira, vamos fazer uma palestra aqui para os assessores e os Parlamentares, com a colaboração de pessoas do Ministério da Economia.

Então, repito, essa também é uma exigência constitucional. Foi uma briga nossa de mais de 15 anos aqui com o Executivo, porque o sistema do PAC era muito ruim para essa gestão da carteira de projetos. O Governo implantou o chamado Cadastro Integrado de Projetos de Investimento do Governo Federal — CIPI para, com base nessa exigência constitucional, subsidiar a alocação dos investimentos públicos: cada empreendimento vai ter um georreferenciamento e informações. Além disso, ao





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

começar a execução, o empenho daquela obra, vai se ter a conta bancária daquela obra para poder pegar a vida toda dela.

Eu não sei se alguém se lembra, na época, do escândalo do TRT de São Paulo, por exemplo, em que dezenas de programações financiavam aquela obra, até despesa com pessoal. Para evitarmos desvio de recursos — se você financia uma obra e não sabe qual é o orçamento, nem qual dotação orçamentária a financiou —, hoje há essa exigência, assim como há na lei do PPA uma exigência similar.

Então, o que é importante: nós vamos disponibilizar para o Parlamento, como fizemos nos últimos 2 anos, as obras que estão em execução, para conseguirmos visualizar no orçamento público quais são as obras novas que estão na proposta orçamentária para 2022.

Vocês acham que, num ano eleitoral, devemos começar um volume muito grande de obras novas ou nós devemos priorizar as obras em andamento, para não termos obras paralisadas? E, dessas obras que estão em andamento, quanto foi feito e quanto falta fazer? Sabendo que uma obra está num estágio já avançado de execução, tanto, individualmente, um Parlamentar pode pôr a sua emenda individual para finalizá-la, inaugurá-la e mostrar: *"Olha, eu terminei essa obra"*, quanto as bancadas, com esse volume de duzentos e tantos milhões, podem alocar recursos e dizer: *"Olha, eu vou patrociná-la por mais 2 ou 3 anos e a finalizo"*.

Então, essa visão do Cadastro de Projetos — do que fez, do que falta fazer; do que é uma obra nova; se ela tem licença ambiental, se não tem; se tem projeto — é fundamental para esse processo decisório do Executivo e do Parlamento. E esse Cadastro de Projetos exige maior avaliação do projeto, da proposta, tanto de uma emenda individual, quanto de uma emenda de bancada, mas também daquilo que o Executivo aloca. Então, para termos uma boa alocação das emendas ou de qualquer política pública do Governo Federal, é fundamental esse mapeamento das necessidades de cada Unidade da Federação brasileira. É o primeiro passo.

Para finalizar, nós temos um risco, em meu ponto de vista — e eu sei que o assunto é polêmico —, que é a possibilidade de derrubada do Veto 44 nos próximos dias que permite ampliar aquilo que está previsto na Constituição só para emenda individual, que já é muito polêmico: a chamada transferência especial.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O que significa uma transferência especial? É possibilitar que o dinheiro, em vez de ir para o Ministério para ser usado dentro de uma política pública estruturada, efetuar um convênio, analisar proposta ou um plano de trabalho para depois executá-lo — claro que isso é trabalhoso, leva tempo —, em vez de passar inclusive pelo crivo do TCU de fiscalizar a execução desses recursos federais, ele vá direto para a conta do Município. E, quando o dinheiro entra na conta do Município, ele perde o carimbo. É como se esse dinheiro equivalesse a uma doação. Pense numa conta corrente: se você tiver uma conta corrente para cada despesa sua é uma coisa, mas o dinheiro se mistura ali dentro. Não se tem como saber se esse dinheiro veio do FPM, se esse dinheiro veio de recurso próprio arrecadado ou dessa transferência especial. Vira um bolo só. Só há uma exigência: 70% têm que ir para investimento. Então, perde-se o controle, inclusive o Tribunal de Contas local terá dificuldade de mapear e de rastrear a alocação desses recursos.

Então, tenta-se agora ampliar para as emendas de bancada a transferência especial. Isso apresenta o risco de perdemos o caráter de obras estruturantes para as emendas de bancada, pois o grande motivador para existir uma emenda de bancada é a chamada obra estruturante.

Só para finalizar, bem rapidamente, Deputado, desculpe por me alongar um pouquinho. Nós temos alocados, por meio de emenda de bancada e individual, em torno de 16 bilhões de reais do Orçamento. Como o Felipe disse, o volume é representativo, mas, se imaginarmos que, na proposta orçamentária do Executivo dos últimos anos de investimento estão em torno de 20 bilhões de reais, no máximo 30, falar de 16 bilhões de reais a mais é bastante coisa. Na nossa realidade fiscal... Se fosse há alguns anos, quando o PAC e os investimentos chegavam a 70 bilhões, era pouco, mas hoje o Governo tem uma capacidade de 20 bilhões de reais. Então, se o Congresso alocar bem esses 16 bilhões de reais, dá para fazer muita coisa no orçamento público.

E para mostrar um histórico bem rápido, as emendas impositivas vêm funcionando, do ponto de vista do Parlamento. A execução está bem grande. Se vocês pegarem aqui a dotação de 6 bilhões de reais, verão que foram empenhados quase 6 bilhões de reais e que o pagamento com Restos a Pagar pago está acima de 5 bilhões





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

de reais. E, se você pegar o RP 2 também — por isso é que o Congresso vem fazendo essa parcela discricionária —, o empenho está grande, pois, por causa do teto de gastos, o Governo não tem muito espaço. Então, a execução está próxima da autorização. No ano passado, em 2020, por exemplo, foram autorizados 600 milhões de reais e foram empenhados os 600 milhões.

São essas as pequenas colocações, para ajudar neste debate. Desculpe-me novamente.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - Obrigado, Ricardo. A sua apresentação foi bem esclarecedora.

Passo a palavra agora ao Sr. Eugênio Greggianin, Diretor da Coordenação de Legislação e Normas Orçamentárias da Consultoria, Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara dos Deputados. *(Pausa.)*

O SR. EUGÊNIO GREGGIANIN - Boa tarde a todos. Boa tarde, Deputada Adriana e Senador Izalci.

Eu vou falar um pouco sobre a matriz decisória do Orçamento, para dar uma ideia, até chegar aos critérios não apenas das emendas de bancada. Não podemos esquecer, como o Volpe chamou atenção, que existe uma sombra: temos as emendas de bancada impositivas, mas restaram as emendas de bancada RP 7, que também têm um valor significativo. Já existe mais de 1 bilhão de emendas RP 7, então, isso, de alguma maneira, vai ter que entrar na discussão. E nós temos as emendas de Comissão também.

(Segue-se exibição de imagens.)

Eu gostaria de começar mostrando o problema, como ele se coloca, e que o nosso objeto de intervenção é resolver esse problema.

O Congresso, desde 1988, recupera suas prerrogativas de analisar o Orçamento. O início foi atabalhado. Eu trabalho nessa área praticamente desde 1991, entrei no primeiro concurso que houve para consultor. Só havia emenda individual e não havia critério: você podia fazer 2 mil emendas individuais e podia ser atendido ou não.

Imediatamente, os Parlamentares levantaram o contraditório e, aos poucos — isso foi até 1996 —, criou-se aquela máxima nacional: *"O Deputado, em todo mandato,*





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

tem o mesmo número de emendas e com o mesmo valor". E também surgiu a noção de emenda de bancada, instrumento que foi muito positivo.

Houve uma época de apogeu das emendas de bancada estadual, em que os Governadores vinham, articulavam-se com os Parlamentares, e as emendas eram executadas. Depois vivemos um período em que as emendas deixaram de ser executadas, inclusive as de bancadas, de Comissão e individuais.

Aí nasceu o ciclo do orçamento impositivo, que começou pelas emendas individuais, e novamente nota-se que as emendas individuais se mostram, no início, como a demanda mais importante, digamos assim. Então, nós tivemos o orçamento impositivo das emendas de bancada.

Essa noção de que o orçamento tem que ser executado se estendeu para todo o Orçamento, com o chamado dever de executar, tirando aquela ideia de que o administrador poderia ficar inerte. O administrador tinha o dever de executar ou, então, de se justificar tecnicamente. E a justificativa não poderia ser a seguinte: *"Não faço porque não quero, não gosto. O mérito já está decidido"*.

Mas, logo após a Constituição, vimos que não dava para ser daquele jeito que foi pensado. Por exemplo, a emenda ter que indicar o cancelamento parece perfeito. Só que, com o passar dos anos, já se percebeu que todos os Parlamentares indicavam a mesma fonte de cancelamento, a OMX, que, na época, eram aeronaves, porque se dizia que aquilo era um desperdício e tal, e todo mundo indicava.

Então, se percebe que a decisão sobre o cancelamento pode ser uma sugestão, mas prioritariamente tem que ficar com uma relatoria. Esse aspecto é importante.

Depois, com a LRF e tal, o assunto política fiscal e limites de recursos foi crescendo com o déficit público, e se chegou a essa noção de despesa obrigatória e despesa discricionária, que foi muito importante e veio dos Estados Unidos. Lá, nesse processo, eles adotam dois nomes: quando se trata de despesa obrigatória, chama-se *budget* propriamente dito; quando se trata de despesa discricionária, chama-se *appropriation*. Eles até distinguem isso porque a natureza é bastante diferente, e um vem da legislação, pois quem define a despesa obrigatória é a legislação. O Congresso, sob pena de ação contraditória, não pode negar recursos orçamentários para aquelas ações que ele mesmo tornou obrigatórias, o que seria contraditório. Nós





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

vimos como esse movimento de corte de despesa obrigatória é muito polêmico e foi muito conhecido.

Se olharmos como estão as despesas do Orçamento com calma e detalhadamente, no microscópio, veremos que não há só despesa obrigatória e despesa discricionária. Nós temos um conjunto de despesas que são discricionárias formalmente, mas que são quase obrigatórias, pois, ainda que não sejam obrigatórias no sentido estrito, são essenciais para o cumprimento de funções mínimas do Estado.

Percebe-se isso nos Estados que ficam praticamente no *shut down*, na falência. Eles chegam a tal ponto que cortam despesa de pessoal, que é uma despesa obrigatória, que deixam de fazer o pagamento de pessoal, mas não cortam o funcionamento mínimo do Estado, o funcionamento do Executivo, do Legislativo, etc. Isso é indício de que falta uma classificação correta. Às vezes se diz: "*Poxa, a despesa discricionária é de 80 bilhões de reais*". Na verdade, a despesa discricionária de fato é pouquíssima.

Eu também queria chamar atenção para uma tendência. As emendas concentram-se numa fatia das despesas discricionárias propriamente ditas, que são os investimentos, mas há uma tendência muito forte de os Parlamentares carregarem para os Estados e Municípios essas despesas discricionárias.

A política orçamentária da União — dependendo do Governo e também fazendo essa distinção — é um subconjunto da política como um todo. Então, se há uma relação de governabilidade, ela se dá no todo e, grosso modo, também no Orçamento, não é uma coisa independente, como se fosse outro capítulo da história.

Eu também queria dizer que a emenda tem uma proposta de acréscimo, um acréscimo aprovado e um cancelamento. A decisão sobre o cancelamento fica no parecer preliminar ou com os Relatores, e a decisão sobre o acréscimo, em alguns casos, fica com o próprio autor. Por exemplo, com relação ao acréscimo das emendas individuais e das emendas de bancada, é o próprio Parlamentar que decide sobre o limite. Isso não ocorre com as emendas de Comissão. Não é dado um limite à Comissão, que decide para onde quer levar o recurso, assim como no caso das emendas de bancada RP 2, que ficam ainda com os Relatores.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Sobre a questão do teto, há uma pergunta importante: *"Como é que tudo isso ocorre dentro da existência de um teto de recursos?"* Eu queria chamar atenção também para isto porque o teto foi muito importante, ele dá principalmente previsibilidade. Ninguém queria o teto, porque ele é um instrumento de política fiscal. Mas você precisava restringir a despesa primária para gerar superávit ou reduzir déficit, para conter o endividamento. O objetivo final é conter o endividamento.

Porém o teto tem um problema de concepção que só é percebido ao longo do tempo. O fato é que ele só corrige pelo IPCA e não leva em conta a variação do PIB. Se olharmos, por exemplo, de 2016 a 2022, notaremos que, em porcentagem do PIB, a despesa está caindo, embora esteja claro que ela aumenta nominalmente. E o teto acaba virando, em longo prazo, uma regra de política econômica, ou seja, ele reduz o papel do Estado simplesmente, e não uma regra de política fiscal. Se o País crescesse mais, ficaria mais evidente essa situação. Então, salvo melhor juízo, o teto deve ser mantido. É uma regra fiscal ótima, etc. Mas qual teto deve ser mantido? Ele poderia ter, ao longo do tempo, nos anos seguintes, um pedaço do PIB. O teto poderia aumentar com um percentual do PIB, se o PIB for positivo. Evidentemente, se o PIB for negativo, não teria aumento.

Enfim, quero só mostrar que as despesas obrigatórias, discricionárias, quase obrigatórias e discricionárias propriamente ditas têm que caber dentro desse teto.

Quero dizer que as emendas foram se aperfeiçoando e absorvendo vocações diferentes. Nós temos as emendas individuais, que atendem a demandas típicas de Municípios. E se construiu essa ideia forte, essa ideia matriz, de que a distribuição é isonômica entre Parlamentares. No caso das emendas de bancada, houve na resolução de 2006... Antes disso, houve uma tendência de toda emenda de bancada se transformar numa emenda, num bloco que atendia a emendas individuais, chamadas de emendas genéricas, e a resolução colocou limitações. Hoje, na prática, talvez menos na metade, um percentual das emendas de bancada é estruturante, e sobre as outras houve algumas flexibilidades. Por exemplo, para região metropolitana se permite emenda genérica, partilhável, uma emenda genérica que pode ser partilhada durante a execução. Com relação a equipamentos, desde o início, como não





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

se referia a obras, não eram considerados na regra. Então, essa era a vocação, até então, das emendas de bancada.

As emendas de Comissão tinham interesse setorial ou nacional. A ideia era que as Comissões fizessem, aprovassem recursos, mas sempre dentro de uma política pública. Quando se fala em política pública, significa que tem que haver um critério. E um critério discutido, que leva em conta o quê? A população beneficiada pela respectiva política pública. Então, uma emenda, por exemplo, voltada à habitação popular evidentemente teria que levar em conta... Pode-se ter uma dotação genérica de 1 bilhão no Orçamento, mas a alocação tem que de alguma forma levar em conta a população beneficiada, ou seja, o número de pessoas sem moradia. É claro que esse desenvolvimento de políticas públicas não é uma tarefa fácil.

Uma vez investigamos como é que nos Estados Unidos eles resolvem esse problema. O que se coloca muito é o seguinte: se o Parlamentar não define, seja antes do Orçamento, seja durante a execução, no Executivo vai ter um responsável que vai colocar, como já aconteceu na história, metade dos recursos para o Estado dele. Como se resolve esse impasse? Eles resolveram em parte pelo menos esse impasse. Há também uma faixa que é compensatória, que é difícil juntar num critério. Mas boa parte dos recursos são definidos previamente por fórmulas, às vezes fórmulas até complexas, que levam em conta a região, etc. São as chamadas políticas públicas propriamente ditas, que são votadas no Legislativo. Então, elas adquirem força, e o gestor as executa. E é claro que existem também lá movimentos compensatórios, porque há realidades diferentes. Há Município que já recebeu muito recurso. Se olharmos o indicador agora, ele deveria receber mais. Porém, se considerarmos o passado, existem outros pontos que influenciam. Enfim, é um norte que temos.

Emendas de Comissão e emendas de Relator. Bom, o processo orçamentário de alocação passa pelo parecer preliminar. Eu queria chamar a atenção para o parecer preliminar, que é um relatório importante, uma vez que, conforme prevê a resolução, devem constar nele inclusive as propostas de reavaliação das despesas obrigatórias.

Então, no ano passado e no ano retrasado, nós fomos surpreendidos por uma reavaliação de despesa obrigatória que, a rigor, deveria estar no parecer preliminar.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Também queria chamar a atenção para o fato de que houve uma mudança na forma como é feito o parecer preliminar.

Antigamente, o parecer preliminar continha o valor da emenda de Relator, ou seja, autorizava-se a emenda de Relator, mas os valores estavam delimitados. Hoje não existe essa delimitação. Então, lá na frente, o Relator pode promover um cancelamento e, a partir desse cancelamento, dimensionar o valor de acréscimo.

Essa aí é a cara do parecer, é uma foto que eu tirei do parecer preliminar, para mostrar em que momento isso acontece. Os senhores podem perceber, por exemplo, que, quando se fala em emendas de Relator-Geral, não há especificação de quais seriam essas emendas.

Eu queria chamar a atenção aqui também para o seguinte: Quem decide sobre o quê? E como é que isso se relaciona com as emendas? Nós temos a estimativa da receita, que é a do Relator da receita, e temos o texto da Lei Orçamentária de Relatoria-Geral.

E sobre os cancelamentos? Quem decide sobre o cancelamento? Como eu vi, o cancelamento não é decidido pelo autor da emenda. Ele é decidido pelas relatorias ou pelo parecer preliminar. Então, nós temos um cancelamento prévio definido no parecer preliminar aí na linha abaixo do cancelamento.

Os ajustes nas despesas obrigatórias deveriam estar no parecer preliminar ou ser remetidos à fase do Relator-Geral. O cancelamento de despesas discricionárias, o GND 3, antigamente, era acumulado no Relator-Geral e agora passa a ser também nos Relatores Setoriais e no GND 4 e GND 5.

E os acréscimos são bem conhecidos. Quem decide sobre os acréscimos?

Como está meio atrasado, eu vou correr um pouco aqui. Esse é das emendas de bancada estadual.

Eu queria só mostrar que, no ano de 2021, nós tivemos 1,8 bilhão de reais em emendas de bancada RP 2 e 7,3 bilhões de reais em emendas de bancada RP 7. A rigor, a Constituição fala que todas as emendas deveriam ficar no limite. E aí há uma discussão em relação à permanência da emenda de bancada RP 2.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Sobre as emendas de Comissão também, no ano passado, só o Senado promoveu emendas. Nós notamos que a distribuição parece não atender a algum critério específico.

Finalmente, sobre a simulação, foram simulados cinco critérios. Isso é em relação às emendas de bancada RP 7. Existe o critério populacional puro e existe o critério populacional ponderado pelo inverso da renda *per capita*, que faz com que, por exemplo, na Bahia, que é um Estado populoso com baixa renda *per capita*, isso seja um fator de incremento do critério e vice-versa.

Existe um critério antigo que hoje é utilizado apenas para as emendas RP 2, de bancada, que está definido na resolução, mas que parece não ter muita lógica, porque ele dá um peso meio desproporcional à média de atendimento de anos anteriores. Ele dá um peso ao FPE e um peso apenas de 10% da população.

Existe o critério do mesmo valor para a bancada. Esse critério parte do princípio de que todos os Estados teriam a mesma demanda em termos de infraestrutura, em termos de projetos estruturantes.

O critério misto coloca a metade. Ele pode ser construído de várias maneiras, mas é metade igual para todas as bancadas, e, na outra metade, ele leva em conta o critério populacional.

O resultado dessa simulação é mostrado em números, mas, como fica muito ruim de ver, depois nós vamos colocar em um gráfico. E eu chamo a atenção no gráfico para o seguinte: quando nós puxamos os valores por habitante, as maiores distorções ocorrem em relação ao critério base populacional. Se eu pegar os valores previstos para o Orçamento de 2022, o critério populacional considera que cada habitante tenha o valor médio de 27,4. Com base nesses valores, as maiores distorções ocorrem nos Estados pequenos.

Distribuindo-se o mesmo valor para todas as bancadas, evidentemente que os Estados com menor população são beneficiados quando é considerado como critério os valores por habitante. Então, por exemplo, Roraima, Amapá, Acre, Tocantins, Rondônia, Sergipe e Piauí seriam prejudicados, digamos assim.

(Intervenção fora do microfone.)





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. EUGÊNIO GREGGIANIN - Eles são beneficiados pelo atual critério, mas, se eu pegar o...

(Não identificado) - Beneficiados por um e prejudicados por outro.

O SR. EUGÊNIO GREGGIANIN - Isso.

Se eu simular a distribuição de 5,74 bilhões de reais entre as bancadas utilizando o critério populacional puro ou aquele ponderado pelo inverso da renda *per capita*, item...

(Não identificado) - É a anterior.

O SR. EUGÊNIO GREGGIANIN - Utilizando o critério da resolução, o mesmo valor para todas as bancadas ou o critério misto, eu chegaria a diferentes valores de distribuição por bancada, que é o que mostra...

Então, o critério de distribuição por Estado... Caso se adote o critério populacional puro, de modo que todos tenham o mesmo valor em reais por habitante, evidentemente São Paulo e os Estados mais populosos terão um valor muito superior. Quando modulo esse critério, que é a linha B, pela renda *per capita*, esse valor vai amortecendo, e assim por diante. O critério da coluna D é o critério atual.

Aí estão os valores, que já vimos.

Aí estão as conclusões. O critério que adota o mesmo valor para todas as bancadas estaduais, bem como aquele presente no art. 57 da resolução, pelo qual a população tem um peso pequeno, faz com que os valores médios por habitante sejam bastante discrepantes. Estados menores tendem a receber valor *per capita* bastante superior.

A simulação é uma visão simplificada do problema distributivo dentro da Federação. A composição deve levar em conta os parâmetros de distribuição, dentro das especificidades de cada política pública, a fim de reduzir desigualdades sociais e regionais, que é o norte da Constituição. O problema federativo tem uma orientação no sentido de redução de desigualdades.

Assim, tratando-se de despesas orçamentárias voltadas à área social, o critério que leva em conta o tamanho da população deveria ser prevalente.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

A definição da metodologia ou do critério de repartição dos recursos entre as emendas de bancadas, seja qual for, deve ser explicitada na resolução, a ser submetida a discussão e apreciação no âmbito do Congresso Nacional.

Esses são os subsídios que tínhamos para essa definição.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - Obrigado, Dr. Eugênio.

Passo a palavra imediatamente ao Sr. Tomás Bruginski, Secretário Executivo da Secretaria de Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo.

O SR. TOMÁS BRUGINSKI - Obrigado, Senador. Obrigado a todos. Em nome da Secretaria da Fazenda de São Paulo e em nome do Ministro Meirelles, agradeço o convite.

Ser precedido pelo Felipe Salto, pelo Ricardo Volpe e pelo Eugênio Greggianin facilita a exposição dos pontos, poucos na verdade, pontos bem específicos, basicamente para contribuição para o debate.

Acho que todos que estão na função de gestão dos orçamentos públicos, seja na União, seja nos Governos Estaduais e Municipais, bem como nos Parlamentos, hoje têm uma missão muito clara e importante de elevar a eficiência do nosso gasto. Acho que isso agora passou, está inscrito na Constituição.

Diante das restrições que existem do ponto de vista fiscal, em particular do ponto de vista da rigidez do nosso Orçamento, como já foi destacado por todos que me antecederam, de fato o que é discricionário, de fato o que é livre, digamos, para disposição, é uma fração muito pequena do Orçamento. E essa fração pequena do Orçamento, seja da parte do Executivo, seja da parte do Legislativo, é fundamental que seja muito bem executada.

Existe o esforço. São Paulo tem feito o esforço de elevar, melhorar e procurar avaliar seu gasto. Começando com a avaliação dos seus gastos — a Fazenda está empenhada nisso —, de fato esse é um ponto importante da gestão fazendária e orçamentária.

Vou destacar apenas três pontos a partir das falas anteriores. Eu vou ilustrar — mandei uma apresentação, para o final — os critérios, do ponto de vista da distribuição. O primeiro ponto é a eficiência. Acho que ela está inscrita, e tem que ser maximizado um componente discricionário de gasto tão pequeno.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O segundo ponto é que uma coisa é o critério da distribuição dos recursos, outra coisa é a destinação dos recursos. Isso é bem importante. O critério da distribuição dos recursos, é evidente que temos diferentes possibilidades de fazê-lo, e parece que um dos componentes deveria, sim, ser a população, pelo menos no caso social, etc.

Mas, como os que me precederam deixaram claro e pelo que me lembro da minha época de Brasília também, investimentos ou gastos importantes e estruturantes, quem conhece bastante as políticas de infraestrutura sabe que eles, às vezes, não têm limites municipais muito definidos. Nas regiões metropolitanas, por exemplo, temos uma dificuldade muito grande de fazer investimento. Vivenciei e vivencio isso muito em São Paulo.

Vi que a resolução do Senado hoje já contempla os consórcios, mas muito poucos consórcios. Para os consórcios é difícil, inclusive, fazer a destinação dos recursos. Mas eles são um exemplo de tipo de investimentos que poderiam ser mais estratégicos e mais estruturantes como elemento para que seja pensado de que maneira, na distribuição dos recursos, na alocação dos recursos, esses investimentos poderiam ser alinhados com as prioridades, a partir de um banco de projetos, a partir, por exemplo, desse cadastro integrado. Enfim, esse é um ponto bastante relevante.

Acho também que, na hora em que olhamos para o nosso componente de gastos, a estrutura de gastos, de investimentos da Federação feitos com recursos fiscais, vemos que está num patamar muito baixo. Não podemos imaginar que vamos conseguir voltar a crescer, abrir esse espaço fiscal. Esse investimento estruturante, que vejo que estava na raiz, um pouco, das emendas de bancada. Era algo que estava na raiz disso, estava presente e era uma preocupação anterior.

Por último, o critério populacional. Se puderem passar rapidamente a apresentação... Tenho só duas ou três informações.

(Segue-se exibição de imagens.)

São Paulo é de fato um Estado da Federação um pouco singular, no sentido de que temos, evidentemente, uma concentração do PIB, temos uma população muito grande. São Paulo acaba bancando todo o seu investimento no transporte metropolitano, todo o seu investimento rodoviário, todo o seu investimento em saneamento. Mas São Paulo tem um conjunto de população também desassistida, até





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

pelo tamanho da população, por todas as dificuldades do nosso desenvolvimento metropolitano bastante significativo.

Então, só para ilustrar um pouco as considerações que poderiam ser feitas acerca de um critério de população, pelo menos para parte da distribuição dos recursos, aqui estão estas informações. As duas primeiras colunas mostram os Estados, o CadÚnico, que é a informação do Ministério da Cidadania, e o Programa Bolsa Família. No Programa Bolsa Família, vê-se que São Paulo tem um peso importante. São Paulo é o segundo Estado com mais famílias no Programa Bolsa Família. Como é o Estado mais populoso, ele tem também um conjunto de demandas sociais que têm esses Estados maiores — São Paulo, Bahia, Minas Gerais, Pernambuco. São Estados que têm um componente muito grande de pessoas. Sempre, pelo menos nas áreas sociais, que se puder introduzir nessa distribuição dos recursos algum critério populacional, em geral se estará fazendo uma política com um caráter mais distributivo. Em geral se vai conseguir fazer a alocação, fazer a distribuição dos recursos de uma maneira mais equitativa, mais progressiva.

Aqui, para terem essa noção, os volumes absolutos no caso de São Paulo são o que alguns que me precederam já notaram. Na hora em que você faz uma distribuição simplesmente igual, você está, obviamente, tratando de maneira muito desigual a população que está concentrada nesses Estados. São Paulo tem um componente de famílias muito grande no Programa Bolsa Família — tem 5 milhões de pessoas no Bolsa Família, 1,7 milhão de famílias no Bolsa Família, tem mais de 1,7 milhão de pessoas com renda *per capita* abaixo de 178 reais, que estão no CadÚnico.

Tem-se uma demanda muito grande das políticas sociais que São Paulo tem procurado fazer. Mas São Paulo também faz todo o seu investimento. Muitas vezes, esquecemos isso no caso dos Estados maiores, já que a União, em muitos casos, cobra o investimento metropolitano, de transporte, em vários Estados, e São Paulo, não. São Paulo financia o seu investimento metropolitano, financia o seu investimento em saneamento, financia o seu investimento rodoviário e tem essas demandas do ponto de vista da população.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Este aqui é só um dado relevante do período recente. É realmente só para mostrar essa subida muito elevada do Programa Bolsa Família nesse período da pandemia.

Aqui também só temos um dado alternativo de análise, para mostrar outra dimensão dessa mesma questão. Podemos ir para o último eslaide.

Do ponto de vista regional, só para ilustrar um pouco essa questão desses investimentos, sempre que vamos pensar em investimento estruturante, em investimento que vai atender uma certa região, São Paulo tem, inclusive, uma concentração. Se você olhar o Estado de São Paulo, olhar essa estatística que são as famílias no Programa Bolsa Família em relação ao total de Municípios, verá que temos aqui o Vale do Ribeira, temos uma área sul do Estado de São Paulo, que é uma área que tem recebido políticas, é uma área que demanda investimentos em vários setores, é uma área, do ponto de vista econômico, muito diferente do resto do Estado, do ponto de vista dos seus indicadores, que tem recebido inclusive uma política específica, ao longo dos últimos 3 ou 4 anos, de melhoria de indicadores sociais e de investimentos.

Mostro isso para dizer que, na verdade, analisar critérios tanto para a distribuição do gasto, quanto para a focalização, para se definir a destinação dos gastos, é mais complexo do que simplesmente de fato fazer a repartição por algum critério específico ou não. Isso tem que entrar um pouco no que falou o Felipe Salto logo no começo: fazer uma revisão do gasto de tempos em tempos e olhar de fato as prioridades das políticas públicas.

Alguém que me antecedeu falou que a especificidade das políticas públicas deve ser levada em consideração na hora da definição dos critérios. Isso me parece bastante importante. Eu entendo que hoje já haja uma quantia alocada para a saúde, mas talvez essas emendas de bancada sejam um importante espaço orçamentário para que se façam diferenciações importantes de políticas públicas nos Estados.

Por último — sendo de São Paulo, não poderia deixar de fazer isso —, trago esse eslaide só para mostrar a nossa contribuição. São Paulo entende que a distribuição deve ter algum critério populacional, deve considerar os indicadores de infraestrutura, os indicadores de carências. Se olharmos a distribuição que São Paulo faz hoje, veremos que o Estado já dá uma contribuição relevante do ponto de vista do que a





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

União arrecada aqui — desses 414 bilhões de reais, a União fica com 347 bilhões de reais. Apenas a diferença volta para São Paulo na forma das transferências.

É claro que isso é um componente da Federação, é claro que isso está inscrito na forma como funciona o nosso arranjo federativo. Mas queremos mostrar que sempre que está em discussão o recurso discricionário, esse recurso nobre, passível de ser alocado para reduzir a pobreza ou para melhorar a infraestrutura ou para melhorar a eficiência econômica, na definição de critérios para a sua distribuição, é importante pensar nas políticas, e não observar estritamente uma divisão igual por todos os Estados.

Para concluir, destaco os aspectos que acho relevantes do ponto de vista de São Paulo, corroborando muito do que já foi dito antes. Nós entendemos que, com a oportunidade da discussão das emendas do Orçamento, principalmente porque se referem a um conjunto muito nobre de receitas, aquelas que não são anteriormente destinadas, aquelas não obrigatórias, é preciso um trabalho muito forte dos Estados, da União, das Casas Legislativas, para que encontremos políticas que façam diferença.

Duas ideias eu tinha imaginado comentar e apareceram nas exposições anteriores: ter, de fato, políticas estruturantes, investimentos estruturantes, que às vezes ultrapassam o Município, um limite regional, mas levando em consideração sempre a população de baixa renda — quando falamos em políticas sociais, temos que levá-la em consideração.

Uma combinação dos critérios que foram elencados há pouco pelo Eugênio talvez seja um caminho para trabalharmos com as emendas parlamentares numa direção mais eficiente.

É isso.

Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - Obrigado, mestre Tomás.

Passo a palavra imediatamente ao Sr. Roberto Figueiredo Guimarães, Chefe de Gabinete da Secretaria de Projetos, Orçamento e Gestão do Estado de São Paulo.

O SR. ROBERTO FIGUEIREDO GUIMARÃES - Deputada Adriana, Senador Izalci, o Tomás fez um grande resumo do nosso posicionamento e dos nossos investimentos em São Paulo.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Eu gostei muito das apresentações do Felipe e do pessoal da área técnica do Senado, que mostram que efetivamente é possível ter um *mix* de pré-requisitos na definição das emendas de bancada — não só população, não só PIB.

É muito interessante a necessidade de investimento estruturante. Quanto maior a população, maior a necessidade de investimento estruturante. Isso independe se o Estado é mais pobre, se o Estado é mais rico etc. A demanda por investimento estruturante é grande em qualquer Estado da Federação.

Quero parabenizar a Deputada Adriana e o Senador pela iniciativa de tornarmos as emendas de bancada mais justas ao longo de todos os Estados da Federação e do Distrito Federal. Parabenizo também o Felipe Salto e a turma do Senado, excelentes técnicos que nos deram uma visão muito clara de que é possível e justo termos um *mix* para a definição das premissas e para a definição dos parâmetros das emendas de bancada.

Muito obrigado, Deputada, Senador e demais colegas.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - Obrigado, Sr. Roberto.

Vou passar imediatamente a palavra para o primeiro inscrito, o Deputado Alexandre Leite, de São Paulo.

O SR. ALEXANDRE LEITE (DEM - SP) - Senador Izalci...

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - Está ótimo. Estamos ouvindo bem, Deputado Alexandre.

O SR. ALEXANDRE LEITE (DEM - SP) - Eu acho que V.Exa. mencionou que tem um histórico com as emendas de bancada. Não sei se seria oportuno V.Exa. falar antes, Senador Izalci, mas eu gostaria de aprender um pouco com esse histórico para, se for o caso, poder me manifestar aqui.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - Se V.Exa. me permitir, Deputada Adriana, eu vou lhe pedir licença para poder falar um pouquinho da experiência nessas discussões.

O SR. ALEXANDRE LEITE (DEM - SP) - Perfeito.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - A primeira luta que tivemos foi em 2016, já na LDO. Nós não tínhamos aqui as emendas impositivas nem individuais.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Eu, por exemplo, era oposição. Então, lembro-me muito bem de que tinha uma televisão lá no Palácio do Planalto que ficava ligada direto no plenário. A cada discurso, a cada votação, eles botavam uma cruz ou um xis, ou seja, eu não consegui executar nenhuma emenda.

Então, de uma forma republicana, foi criada a emenda impositiva individual. A partir daí, independente da questão partidária, de quem era Governo ou Oposição, passou a ser obrigatória essa questão da emenda individual. Isso foi uma grande conquista, porque, sinceramente, o modelo anterior não era republicano. Só recebia emendas quem votava com o Governo ou quem era da base do Governo.

Depois veio essa discussão das emendas de bancada, na qual foi discutida a questão dos projetos estruturantes. Então, em um primeiro momento, a discussão era esta: muitos Estados com grandes obras. Eu me lembro inclusive de que, aqui no DF, nós fechamos questão de construir um Hospital do Câncer. E agora, depois de não sei quantos anos, foi lançado o edital. Existiam exatamente essas questões de obras estruturantes. E, como foi dito aqui, a obra teria que ter início, meio e fim. A bancada não poderia lançar um orçamento e depois a obra ficar abandonada. Então, obrigatoriamente, até à conclusão das obras, teria que ser colocada pelos Parlamentares essa proposta impositiva de bancada.

Depois houve uma discussão. O próximo inscrito é o meu amigo Deputado Domingos Sávio, que levantou à época uma questão, também com mérito. Ele disse, e me lembro bem, que gostaria que alguns Municípios pudessem receber, por exemplo, quadras de esportes cobertas. Então, não era uma grande obra individual, mas, no contexto, era uma obra estruturante nos Municípios. Daí foi aberta a possibilidade de se dividirem, nos Municípios, os Parlamentares para apresentarem também obras estruturantes. Mas elas, a exemplo das quadras de esportes, seriam divididas em Municípios.

Esse foi o objetivo da criação das emendas de bancada individuais para obras estruturantes. Mas acabou que nos últimos anos — e não participamos todo ano —, em alguns momentos, foi dividido assim, por Parlamentar. E aí houve um questionamento, porque deixou de ser projeto estruturante.

Em linhas gerais, é com isso que eu posso contribuir.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Eu quero parabenizar a Deputada Adriana Ventura pela discussão. Essa questão precisa ser discutida, porque dinheiro público tem que ser aplicado corretamente. O Governo gasta muito e gasta mal. E cabe a nós, na Comissão, aperfeiçoar o Orçamento, aplicar corretamente os recursos, fiscalizar e não deixar a coisa ir para o ralo, como vemos denúncias sempre.

Deputado Alexandre, devolvo a palavra a V.Exa. e agradeço a oportunidade.

Tem a palavra o nosso querido Deputado Alexandre Leite, que é o Coordenador da bancada de São Paulo.

O SR. ALEXANDRE LEITE (DEM - SP) - Obrigado, Senador Izalci.

Quero agradecer também à Deputada Adriana Ventura, nossa colega Deputada por São Paulo, e parabenizá-la pela proposição deste debate.

Eu gostaria de pontuar determinadas questões. Eu ouvi dos técnicos alguns argumentos que são lógicos do ponto de vista técnico, obviamente, mas quando eles são aplicados sob a ótica política, as coisas mudam. Elas se adaptam e se readequam. De início — e o Senador Izalci acabou de bem mencionar —, a propositura técnica ou de boa intenção era de que as emendas serviriam a obras estruturantes. Diante de acordos políticos firmados e até mesmo de divisões políticas nas bancadas, isso acabou se fatiando de forma a tornar a emenda de bancada complementar à maioria presente em um Estado com pouca representação parlamentar e populacional.

Eu vou dar um exemplo do que acontece com algumas bancadas, Senador Izalci, Deputada Adriana. Eu não vou citar os colegas que me contaram já fazerem dessa forma, mas vou pegar uma bancada pequena, para ficar mais nítido na cabeça de todos o que acontece. Em seguida, eu passo a falar de São Paulo.

Em uma bancada de 8 Deputados e 3 Senadores, nós temos uma bancada de 11 Parlamentares, este ano, com 112 milhões de reais de Orçamento.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - O Orçamento é de 212 milhões de reais.

O SR. ALEXANDRE LEITE (DEM - SP) - Certo, 212 milhões de reais.

Então, entre esses 11 Parlamentares — 8 Deputados e 3 Senadores —, não significa que todos eles vão dividir 15 emendas ou vão mandar para emendas complementares, Deputada Adriana.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Eu vou pedir só uma extensão do tempo. Prometo que vou tentar ser bem sucinto daqui para o término.

Entre esses 11 Parlamentares um acordo é feito com a maioria — não necessariamente todos são atendidos —, e a extensão da emenda individual acaba indo para a maioria formada dentro da bancada do próprio Estado. Vejam: 6 Parlamentares, por exemplo, votam e assinam a ata, com as divisões que bem querem, e isolam a Oposição no próprio Estado. Então, desses 11 Parlamentares, você tem 6 Parlamentares com 15 emendas para distribuir. E você vai dar 35 milhões de reais de emendas parlamentares para cada um desses 6 Parlamentares. São Paulo tem 70 Deputados e 3 Senadores. São 73 Parlamentares, com 212 milhões de reais de Orçamento. Essa conta nunca fecha.

Senador Izalci, eu vou finalizar tratando de dois pontos. Um deles encontramos logo de cara, quando tentamos fazer uma proposição que seja corretiva nesse sentido. Primeiro, nós encontramos uma composição de Deputados e Senadores na CMO predominantemente nordestina, com Parlamentares do Centro-Oeste, do Norte e do Nordeste. Enfim, o Sul e o Sudeste ficam pouco representados e são os mais prejudicados. Então, qualquer medida que nós tentemos propor de imediato é refutada pelos colegas.

No primeiro momento, eu sugeri uma proposta — e ainda pretendo apresentá-la, junto com o Deputado Arnaldo Jardim — de melhor divisão do orçamento para a saúde, como eu já defendi na presença de S.Exas., Senador Izalci e Deputada Adriana.

Eu vou utilizar como exemplo, pelo tempo exíguo, uma única instituição de São Paulo. Ao invés de essas obras estruturantes acontecerem nos outros Estados para a construção de hospitais e de entidades que atendam com nível de excelência, os Estados encaminham os seus doentes para São Paulo. Essa é a realidade do Brasil. Cito apenas o Hospital do Amor, em que, no ano de 2020, houve um déficit de 435 milhões e 724 mil reais. O SUS paga 15 milhões de reais por mês. Dessa conta, 55% é dívida de São Paulo, mas 211 milhões e 456 mil reais são inerentes a atendimentos oriundos dos Estados.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Cito nominalmente outros Estados: Acre, em que há poucos Deputados e uma população bem menor, deixa uma conta de 6,5 milhões de reais; Amapá, 3,8 milhões de reais; Amazonas, 2,5 milhões de reais; Bahia, 4,3 milhões de reais; Goiás, 30 milhões e 530 mil reais; Maranhão, 2,7 milhões de reais; Mato Grosso, 15,8 milhões de reais; Mato Grosso do Sul, 21 milhões e 905 mil reais; Minas Gerais, 49 milhões e 246 mil reais; Pará, 10,6 milhões de reais; Paraná, 2 milhões e 161 mil reais; Rio de Janeiro, 1,3 milhão de reais; Rondônia, 54 milhões e 835 mil reais; Roraima, 3 milhões e 993 mil reais; Tocantins, 8 milhões e 923 mil reais. Eu estou falando só do Hospital do Amor, e não dos outros hospitais em São Paulo. Eu citei os Estados que estão na casa dos milhões, não citei os que estão abaixo. Mas a conta que ficou, só do ano de 2020, foi um déficit para ser pago de 211 milhões e 456 mil reais.

São Paulo serve aos brasileiros e tem os braços abertos para atender, e vai continuar atendendo, todos os brasileiros. Mas os brasileiros que ficam doentes vêm para cá, tratam-se e deixam uma conta, um rombo orçamentário para todas as instituições, a exemplo da Santa Casa, do Hospital do Amor e do GRAACC, que está com um déficit de 92 milhões de reais. Todo ano, o GRAACC tem um déficit entre 88 milhões de reais a 92 milhões de reais. No último ano, houve um déficit de 17 milhões de reais inerentes a atendimentos de pacientes de outros Estados atendidos por todos os grandes e pequenos hospitais do nosso Estado.

A nossa proposta não visa destinar recursos maiores para São Paulo ou para a bancada paulista distribuir esses recursos. O Deputado Hugo Leal tem conhecimento do texto. Nós discutimos, sugerimos e o aperfeiçoamos. Mas é necessário que seja um texto que compense os Estados que recebem atendimentos de outros Estados, que compense os hospitais que fazem atendimento de pacientes de outros Estados. E aí logo se percebe que São Paulo vai ser beneficiada.

Há a própria acusação de que os Estados reconhecem que São Paulo atende às demandas. E, ao invés de criarem meios próprios para atenderem os seus, enviam para São Paulo todos esses enfermos, que são bem recebidos e bem tratados.

Então, Presidente, já finalizo a minha fala. Gostaria de contar com o apoio de todos nessa proposição e reajuste nos moldes da divisão das emendas estaduais.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - Obrigado, Deputado Alexandre.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O próximo orador inscrito é o Deputado Domingos Sávio, de Minas Gerais.
(Pausa.)

O Deputado Domingos Sávio não está presente.

Vou passar a palavra ao Deputado Tiago Dimas, enquanto o Deputado Domingos Sávio retorna.

Tem a palavra o Deputado Tiago Dimas, do Tocantins.

O SR. TIAGO DIMAS (SOLIDARIEDADE - TO) - Sr. Presidente, amigos e amigas, Deputados e Deputadas, inicialmente, eu quero lamentar a forma como tem sido conduzido este debate. Todos os palestrantes, com todo o respeito e conhecimento que tenho, demonstram claramente defender os maiores Estados, sobretudo aqueles que já detêm naturalmente maior receita. Lamento ainda mais a forma até discriminatória como têm sido tratados os Estados menores e que precisam desses investimentos fundamentais, capitaneados principalmente pelas emendas de bancada. Tentam inclusive sugerir a individualização das emendas de bancada, enquanto deveriam estar preocupados com os próprios Estados. Tentam até mesmo criminalizar as emendas de transferência especial, que trouxeram grande avanço e desburocratização de todo aquele mecanismo que parece feito para as obras não andarem.

Eu acho que está na hora de esta Casa fazer a política acontecer. É através da boa política que as ações acontecem nos Estados. Eu falo como coordenador da bancada e faço menção a todos os meus demais colegas, que ficaram bastante preocupados com a tentativa de mudar essa regra de forma a prejudicar — e vai prejudicar consideravelmente — os Estados, que tanto precisam de recursos. Se somarmos as demais receitas que são repassadas pelo Governo Federal aos Municípios e aos Estados, eu não tenho a menor dúvida de que aqueles que estão sendo beneficiados com esses novos cálculos apresentados, ou que poderiam ser beneficiados, seriam ainda mais beneficiados com um montante de recursos, e os Estados menores, como o Tocantins, seriam altamente prejudicados.

Eu gostaria muito de que esta audiência pública — e torço muito para que possamos ter a retomada dos trabalhos presenciais — pudesse ser realizada, por exemplo, em Araguatins, em que temos investimentos no Instituto Federal do





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Tocantins, com emendas de bancada, em especial no Hospital Municipal de Augustinópolis, uma cidade do interior. Se não fossem esses recursos, não seria possível a implantação dos leitos de UTI e a melhoria do hospital em meio a essa terrível pandemia, como vimos aí.

Eu posso mencionar diversos outros exemplos de obras estruturantes, a exemplo do que ocorre no Município de Araguaína, em que moro. Ali são feitas, por exemplo, canalizações de córregos, obras fundamentais para que possamos ter esse direcionamento.

Hoje o que dá luz e alento aos Municípios — e aqui eu falo em nome dos tocantinenses, e dos Prefeitos principalmente — são os recursos captados pelas emendas através da bancada dos Parlamentares. As emendas de bancada são fundamentais nesse quesito. Então, não é justo buscarmos um remanejamento nesse sentido, quando sabemos que isso vai claramente prejudicar os menores Estados.

Então, aqui faço um apelo aos colegas para que atentem ao seguinte: se queremos, realmente, pensar em redivisão, em um novo pacto federativo, em uma política mais justa de divisão dos recursos públicos, que possamos não mexer nas emendas de bancada, que dão o alento, o sustento e, principalmente, a expectativa de uma melhor qualidade de vida para os Municípios menores, para os Estados menores. Esse pessoal precisa muito.

Eu tenho muita convicção de que esta audiência pública está sendo conduzida de forma totalmente equivocada. Desculpem-me todos os palestrantes, todos os participantes, mas os menores Estados deveriam ser ouvidos. Nós só tivemos aqui palestrante defendendo, principalmente, o Estado de São Paulo. São pessoas, inclusive, ligadas ao Governo de São Paulo. Ficou claro que ele seria beneficiado.

Então, não podemos ver, nesta Casa, na Câmara dos Deputados, no Congresso Nacional, que é a representação de todos os Municípios, algo direcionado e que visa beneficiar principalmente os que já detêm maior recurso do Orçamento da União, e, claro, sem falar nas próprias receitas, como ICMS. Se formos comparar aqui só o que o Estado de São Paulo recebe de ICMS em detrimento dos outros Estados do País, veremos que é, sem dúvida alguma, algo muito desproporcional.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Quero aqui, portanto, em nome dos tocaninenses e da bancada federal do Tocantins, manifestar a nossa contrariedade relativa a este debate, que vem sendo feito por um caminho inverso, acredito eu. Temos que pensar em fortalecer aqueles Estados da Federação mais prejudicados e que já detêm os menores recursos, além de facilitar a divisão e a distribuição, de forma a desburocratizar o acesso e a chegada desses recursos para os Municípios. Não é verdade que as emendas de transferência especial ficam isoladas, sem conseguir ser identificadas dentro do Orçamento. Inclusive, eu vou solicitar formalmente à Consultoria de Orçamento que faça um balanço de quanto o País investe em fiscalização dos recursos.

Então, precisamos passar a investir mais recursos nos Municípios, no Estado, de forma mais facilitada. E eu tenho muita convicção de que emendas de bancada, nos moldes que estão, proporcionam, sem dúvida alguma, Presidente, um ajuste para equilibrar esse enorme disparate.

Então, aqui, em nome dos tocaninenses, da bancada federal, quero manifestar essa contrariedade. Que nós não avancemos com essa proposta. Já finalizando, Presidente, eu tenho muita convicção de que ela pode até passar na Câmara dos Deputados, mas no Senado, de forma alguma, isso vai ser permitido, porque temos lá um jogo muito mais favorável aos menores Estados, já que há um número igual de Senadores.

Então, espero que possamos pensar em rever o pacto federativo e não mexer nessas emendas de bancada. São elas que têm proporcionado os principais investimentos para Estados menores como o Tocantins.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - Obrigado, Deputado Tiago.

Eu só quero pedir aos próximos inscritos — há cinco inscritos ainda — que obedeçam ao tempo, senão não conseguiremos ouvir todo mundo.

Antes esclareço que a Deputada Adriana Ventura fez um requerimento à Comissão Mista do Orçamento e apresentou o nome dos convidados. Qualquer Deputado ou qualquer Senador poderia ter apresentado também os técnicos ou alguém do próprio Estado, sem problema nenhum. Não foi, evidentemente, culpa dela. Ela apresentou os convidados dela, de interesse dela, de São Paulo. Até comentei com





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

a Deputada que eu poderia ter convidado aqui também pessoas do DF, assim como do Piauí ou de outros Estados.

Queria só esclarecer a manifestação feita pelo Deputado Tiago. Realmente, o requerimento foi aprovado pela Comissão Mista do Orçamento.

Com a palavra o Senador Marcelo Castro, do Piauí.

O SR. MARCELO CASTRO (MDB - PI) - Quero cumprimentar o nosso Presidente, Senador Izalci Lucas, e todos os que estão participando desta audiência.

A exemplo do nosso colega do Tocantins, eu também quero lamentar que esta audiência esteja acontecendo. Isso é matéria vencida. Senador Izalci, eu estou no Congresso Nacional há 22 anos. Quase todo ano, na Comissão de Orçamento, há essa lenga-lenga: os Estados maiores colocam-se contra os Estados menores.

Esse assunto não deveria mais vir à baila. Isso já é matéria vencida milhares de vezes, é só perda de tempo. Como disse o colega do Tocantins, a matéria não passa na Câmara porque não tem senso de justiça. Se passasse na Câmara, a chance de passar no Senado, a Casa da Federação, que representa os Estados, seria zero. Isso é perda de tempo, repito. Mas uma perda de tempo que já aconteceu ene vezes! Praticamente todos os anos acontece isso. Nós podíamos passar a memória do passado para os presentes para não ficarem insistindo em algo que não tem futuro, que não leva a nada.

Ora, nós temos que ir, Senador Izalci, ao conceito original: por que foram criadas emenda individual e emenda de bancada? A emenda individual é do Parlamentar. São Paulo tem 70 Parlamentares. Rondônia e mais 11 Estados do Brasil só têm 8 Parlamentares! Então, São Paulo leva, nas emendas individuais, 12 vezes — 12 vezes! — mais do que um Estado que tem 8 Parlamentares! Por que não reclamam disso?

O conceito de emenda de bancada é diferente. O nome está dizendo, a emenda não é do Deputado, a emenda é da bancada, é do Estado. É esse o conceito. É para fazer, normalmente — é o que diz a Resolução nº 1 —, uma obra estruturante no Estado, que pode ser uma BR, pode ser uma estrada estadual, pode ser uma ponte, pode ser um hospital, pode ser um posto de saúde, pode ser uma eletrificação, uma barragem. Nós já construímos, no Piauí, que é uma região semiárida, inúmeras barragens com emendas de bancada. As bancadas de todos os Estados reúnem-se e





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

discutem que obras estruturantes seriam mais importantes para o Estado, e assim levam a obra.

Nós não podemos fazer esse cálculo, porque, se o fizermos, fica muito desigual. A tabela está aqui. São Paulo, como disse o representante, tem 73 Parlamentares. Eles têm, de emenda individual, cada um, 17 milhões e 500 mil reais: 73 vezes esse valor dá 1 bilhão e 272 milhões de reais. Na emenda de bancada, são 212 milhões de reais, que é uma insignificância diante da emenda individual. Somando as duas dá 1 bilhão e 484 milhões de reais. Ou seja, para São Paulo, todo ano, só de emendas impositivas, dinheiro que sai da União — que é de todos e vai para São Paulo —, vai 1 bilhão e 484 milhões de reais.

Vamos pegar o Estado de Rondônia, como representativo de 1 dos 11 Estados de menor população. Para 11 Parlamentares, há 17 milhões e 500 mil reais de emendas individuais, totalizando 192 milhões e 500 mil reais. Soma-se a isso a emenda de bancada, igual para todos, de 212 milhões de reais, o que dá um total de 404 milhões de reais. Quando você soma as emendas individuais com a emenda de bancada do Estado, São Paulo, rico, leva da União 1 bilhão e 484 milhões de reais, e Rondônia só leva 404 milhões de reais. Ou seja, somando as 2, São Paulo leva 4 vezes mais recursos federais do que Rondônia.

Ora, nós estamos em uma Federação. O Brasil é um país continental, tem regiões mais pobres, mais deprimidas economicamente, e tem regiões mais ricas. O que seria mais desejável? Nenhum país pode se sentir bem em ver regiões mais atrasadas. Todos os países do mundo, sobretudo os países grandes, têm políticas de desenvolvimento regional para diminuir a distância, o *gap* entre as diversas regiões. Se nós estamos na situação em que, hoje, São Paulo recebe, de emendas impositivas, quatro vezes mais do que os pequenos Estados, e ainda se quer aumentar essa desigualdade, onde está a lógica disso?

Eu sei, eu sou psiquiatra, não quero ser superior nem dar exemplo a ninguém, mas eu sei que o egoísmo é algo inerente aos seres vivos no reino animal e no reino vegetal. Uma planta compete com a outra pelo sol. Quanto mais ela crescer em altura, quanto mais ela esgalhar para cobrir as demais, mais chance ela tem de ter mais sol,





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

de fazer mais fotossíntese e de ser superior às outras. Só que, com isso, ocorre o efeito de matar aquelas que estão debaixo dela.

Não vejo lógica nisso. Perdoem-me aqui a honestidade e a sinceridade, mas eu vejo isso como egoísmo desenfreado. E egoísmo mata, como nesse exemplo que eu dei aqui da planta que cresce demais e que mata aquelas que estão ao lado dela. Não é para isso que nós criamos e tornamos impositivas as emendas individuais e as emendas de bancada. Não quero dar lição de moral nenhuma, não sou dono da verdade, mas eu vejo isso como algo com um tanto de mesquinhez, sem razão lógica, sem razão efetiva de acontecer.

São Paulo recebe do Governo Federal, todo ano, de emenda impositiva, 1 bilhão e 484 milhões de reais, e está brigando para aumentar um pouquinho de 212 milhões de reais, tirar dos Estados pobres para levar para o Estado mais rico! Qual é a lógica que tem isso? Onde está o espírito de solidariedade? Onde está o espírito de Nação?

Estou falando isso aqui mais como desabafo, muito mais do que querer ser superior aos outros ou dar lição de moral a alguém. Mas a verdade é que eu já me sinto um tanto cansado, Senador Izalci. Estou há 22 anos aqui, e todo ano tem essa ladainha. É algo interminável! Eles não cansam nunca? Não vão cansar nunca? Isso não tem futuro. Isso nunca passará no Congresso Nacional!

Desculpem-me a veemência, mas, de fato, eu já estou um tanto aborrecido de esse assunto ser recorrente e nunca se chegar a um final.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - Obrigado, Senador Marcelo Castro.

Eu queria fazer um apelo a todos. Vai abrir a Ordem do Dia no Senado e eu vou ter que ir para lá daqui a pouco. Nós temos ainda quatro inscritos: o Deputado Giovani Cherini, que está aqui, do Rio Grande do Sul; o Deputado Hugo Leal, do Rio de Janeiro; a Deputada Professora Dorinha, de Tocantins; e a Deputada Adriana Ventura, autora do requerimento. Então, eu peço a todos que obedeçam o tempo, para que possa começar a Ordem do Dia no Senado.

Tem a palavra o Deputado Giovani Cherini.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. GIOVANI CHERINI (PL - RS) - Senador Izalci, Deputada Adriana Ventura, eu já estou velho na bancada do Rio Grande do Sul. Há 7 anos sou o coordenador. Devo ser o coordenador mais longevo entra as bancadas nesta Casa. Não sei se há mais algum Deputado que tenha mais de 7 anos em mandato de coordenador da bancada do seu Estado.

Eu fui Relator, inclusive, da PEC em que nós aprovamos a obrigatoriedade dos recursos da bancada. Também participei da primeira emenda, quando era uma só por bancada. Nós a destinamos, inclusive, para a Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre. Era uma emenda impositiva só por bancada, quando nós a aprovamos, no início desse trabalho de emenda impositiva.

A intenção da emenda impositiva era uma só: que esse recurso fosse diferenciado em relação aos recursos do mandato do Parlamentar; que fosse para infraestrutura, para grandes obras, uma obra de aeroporto, uma obra de ponte, uma obra de estrada, enfim, grandes obras.

Com o passar do tempo e com a facilidade que os pequenos Estados têm de criar a emenda individual ou transformar a emenda coletiva em emenda individual, foi-se minando o próprio sistema. Hoje, ninguém consegue segurar a ideia de que se transforme em emenda individual, mesmo com todos os arranjos. Nós, por exemplo, colocamos em segurança pública. O Parlamentar acaba indicando os Municípios para onde vão aquelas viaturas para a Polícia Civil, para a Brigada Militar. Na área de máquinas agrícolas ou máquinas pesadas, acontece o mesmo: o Parlamentar escolhe o Município e acaba somando nas suas emendas individuais.

Claro que a ideia é de um Estado menor ter a compensação. Mas uma emenda no valor de 212 milhões de reais não vai compensar qualquer tipo de problema ou resolver problemas dos Estados. Então, o Senador do Piauí exagerou um pouco ao achar que esses 200 milhões de reais vão mudar São Paulo ou o Acre. Não muda absolutamente nada. O que nós precisamos fazer, realmente, é transformar essa emenda individual. Assim, não fica uma trabalhadeira para o coordenador fazer de conta que é uma emenda coletiva. Isso dá um trabalho danado, porque tem que se criar um sistema coletivo para individualizar depois.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Sinceramente, claro que eu gostaria de estar em um Estado pequeno hoje. Eu gostaria muito, porque teria o dobro de emenda que tenho hoje. É só dividir 212 milhões de reais por 11. Dá quanto, Adriana? Estou falando de um Estado que tenha 11 Parlamentares. Nós temos 34. O nosso dá 6 milhões e 200 mil reais para cada um. Ali dá 19 milhões de reais, mais do que a própria emenda do Parlamentar. Então, são valores altos.

Eu sei que é um problema também para o Parlamentar daqueles Estados, Senador Izalci. Sabe por quê? Porque os Prefeitos dessas cidades pequenas não querem mais saber de emendas como a de 250 mil reais que eu coloco no Rio Grande do Sul, e o Prefeito fica bem faceiro. Eles querem 5 milhões de reais, 4 milhões de reais. Se o Sr. Deputado chegar lá e não der 4 milhões de reais, 5 milhões reais, eles nem querem a emenda. Então, essas emendas criaram um problema para os Estados pequenos e está criando outro problema para os nossos Estados. Por quê? Semana que vem vão estar nesta Casa mais de 300 Prefeitos do Rio Grande do Sul, que vêm para cá buscar emenda de bancada. Criou-se uma expectativa. Como coordenador da bancada gaúcha, já recebi este ano pedidos da ordem de 5 bilhões de reais — 5 bilhões de reais! São mais de cem pedidos de emendas. Então, criou-se uma expectativa.

Eu sou do Governo. É lógico que para o Governo isso é muito interessante, pois tirou dos Ministérios a pressão. E a pressão ficou toda aqui dentro. Sabem o que vai acontecer? Uma grande frustração para os hospitais, para os Prefeitos. Vejam só na semana que vem. Eu não sei como vai ser essa quantidade de gente nos corredores. Sinceramente, nós estamos fazendo um urubu de algo que era para ser um beija-flor.

Senador Izalci, eu acho que nós precisamos mudar este sistema: ou é emenda de infraestrutura ou se transforma em emenda individual, pega esse dinheiro e passa. Nem é essa a discussão. Não estou querendo tirar dinheiro de Roraima, do Amapá, do Acre. Não é isso. Para eles é pouco também. Duzentos milhões para um Estado não faz nem cócegas para as necessidades que esse Estado tem. Só que a expectativa criada é absurda perante o valor que temos. Sinceramente, acho que está dando mais dor de cabeça para os Parlamentares do que aquilo que imaginávamos, que poderíamos ajudar o Estado a criar infraestrutura através de emendas estruturantes.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Essa é a minha contribuição. Acho que, se terminassem com essas emendas, nós faríamos um grande favor para os Deputados e os Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - Obrigado, Deputado Giovani Cherini, do Rio Grande do Sul.

Eu quero declarar que estão encerradas as inscrições, até porque ainda temos quatro inscritos e precisamos iniciar a Ordem do Dia no Senado.

Com a palavra o Deputado Hugo Leal, representante do Rio de Janeiro.

O SR. HUGO LEAL (PSD - RJ) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Senadores, Deputada Adriana, parabéns por trazer esse tema ao debate.

Eu ouvi atentamente todas as manifestações. Presidente, é importante que possamos distribuir as apresentações feitas hoje pelo Volpe e pelo Eugênio, para que as pessoas possam ler o que eles estão colocando aqui. No brevíssimo histórico, eu não vou entrar nessa pauta, ganhando mais ou ganhando menos. Mas, para entrar nessa pauta, as emendas de bancadas começaram com o RP 2. E o RP 2 tem um dispositivo na Resolução nº 1, de 2006, no art. 57, que prevê que esse valor é de 25% das emendas para bancada estadual. Determina-se ali que o valor é de 50% com os critérios do FPE, 40% na média histórica e 10% pela população. Há um critério. Trata-se do critério de emenda de bancada, que virou RP 2. E, quando o RP 7 se transforma em emenda impositiva, não se estabeleceu critério.

Então, nós temos aí uma falha! Não é só uma interpretação de quem ganha menos ou de quem ganha mais, até porque a discussão aqui seria do pacto federativo. Essa, sim, teria que ser a discussão mais aprofundada, e não se limitar à questão das emendas de bancada. Quanto ao pacto federativo, eu quero lembrar que recentemente nós já tivemos uma discussão sobre essa matéria.

Falo um pouco com o Deputado Giovani Cherini e também com o Senador Marcelo Castro, de quem eu tenho honra de ter sido colega na Câmara dos Deputados. De 2009 a 2019 fui coordenador da bancada do Rio de Janeiro e participei de todos os debates. Até então, eram debates, às vezes, infrutíferos, porque ninguém executava essas emendas. Isso era para passar para um debate, a partir de 2020, de emendas impositivas. Então, eu já vi isso. Esse debate não é desprezível, é um debate necessário. Primeiro, ela já está regulamentada, vamos deixar claro, na Resolução nº





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

1, de 2006. Segundo, nós precisamos regulamentar também o RP 7. Apenas isso, Senador Izalci.

Esse debate sobre quem ganha menos ou quem ganha mais já é uma discussão, repito, do pacto federativo. Mas tem que haver um tipo de critério. O que hoje não há é um critério de distribuição equânime. Essa distribuição equânime não pode acontecer, senão nós vamos nesta discussão: na emenda de bancada, somando emenda de bancada e emenda individual, São Paulo é quem ganha mais e Rondônia é quem ganha menos. Mas se você pegar as emendas de bancada, como tem acontecido normalmente, e dividir pelo número de Parlamentares, um Deputado de Rondônia vai indicar 44 milhões de reais e um Deputado do Rio de Janeiro, ou que seja de um Estado maior, como São Paulo, vai indicar 23 milhões de reais, ou seja, 17 mais 6, se for uma divisão equânime ou um pouco menos. Está errado, falta critério. Enquanto houver falta de critério, nós vamos para um debate que não é racional, mas um debate do ponto de vista desse desequilíbrio.

Portanto, eu quero chamar V.Exas., nesta oportunidade, para estabelecermos o critério das emendas RP 7 da mesma forma como no RP 2. Acho que, com isso, podemos iniciar um debate muito mais qualificado, muito mais razoável e que tenha fundamento. Todas as vezes que nós deixamos e temos ausência de critério, o debate acaba se tornando infrutífero.

Mais uma vez, eu agradeço e parablenizo a Deputada Adriana Ventura por trazer o tema deste debate. E nós temos que, efetivamente, fazer o seu enfrentamento. Parabéns, Senador Izalci, pela condução dos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - Obrigado, Deputado Hugo.

Passo a palavra à Deputada Professora Dorinha.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB - MG) - Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - Pois não.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB - MG) - Quero me inscrever na sequência, Presidente Izalci. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - Eu já tinha encerrado as inscrições. V.Exa. já estava inscrito.

O SR. HUGO LEAL (PSD - RJ) - Ele foi chamado e não estava presente.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - Deputado Domingos, será um prazer ouvi-lo. Já lhe passo a palavra, após a fala da Deputada Professora Dorinha.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB - MG) - Obrigado.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE (DEM - TO) - Sr. Presidente, na verdade, eu me sinto contemplada com algumas falas. Eu penso que o debate e o princípio não podem ser nessa lógica.

Sinceramente, Deputado Alexandre, fiquei bastante incomodada com o tom de sua fala. Eu estava assistindo à apresentação dos consultores e acho que o eixo não é esse. Eu penso que nós temos que discutir Estados como o meu Estado, que é pequeno. No Estado do Tocantins, nós só temos FPE. Para as obras estruturantes, a condição de se fazer um trabalho, a emenda de bancada faz um enorme diferença.

No meu Estado, pelo menos, fazemos uma ação discutida na bancada, e o nosso recurso vai para a construção de uma ponte, como é o caso de Xambioá, que é uma ponte estruturante para Tocantins e o Pará; vai para a construção do *campus* da universidade; vai para a saúde. Todos os anos nós concentramos recursos de saúde para ajudar todos os nossos Municípios.

O Tocantins não tem de onde tirar recursos. Nessa lógica, eu tenho muito receio de seguirmos um caminho que parece que nós vamos ter Deputado de primeira linha e de segunda linha, aquele que pertence a um grande Estado e os que são de Estados menores.

Eu, para me eleger no meu Estado, preciso de 50 mil votos, que é proporcional ao tamanho do meu Estado. Mas nem por isso eu tenho menor representatividade do que um Deputado que teve 500 mil, ou 200 mil, ou 300 mil votos. Eu não me sinto nesse formato.

Da mesma forma, há a sua fala sobre a questão da saúde. No Tocantins, não só eu como outros Parlamentares mandamos recursos todos os anos de emendas para Barretos. Nós estamos construindo um hospital em Barretos, no nosso Estado. Nenhum Estado se sente confortável em precisar mandar todos os seus pacientes para um hospital em São Paulo. Por isso, não justifica dizer que São Paulo precisa mais ou menos, até porque São Paulo tem muitas outras opções.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Mas eu não quero ficar na discussão com esse eixo. Precisamos de regulamentação para definirmos critérios às emendas de bancada: o tipo de destinação e as prioridades. Se começou uma obra, ela precisa ser concluída. Temos de avançar para haver critérios que vão no sentido constitucional e distributivo, olhando para quem mais precisa de ajuda. Eu não me furto a esse debate. Só não pode ser um debate que diga que não precisamos de tanto dinheiro, ou que, no caso de Estados menores, estamos rateando o dinheiro como emenda pessoal.

É lógico que nós temos 15 emendas, como todos têm. Precisamos fazer esse esforço de coletividade. Nós ouvimos as instituições. Fizemos agora um recurso para fazer uma sede da Defensoria nos Municípios. Colocamos recursos para ônibus escolar. Enfim, acho que esse critério de debate, no caso da minha bancada, acontece.

Provavelmente o Deputado Alexandre Leite falou, a partir de uma vivência ocorrida em algum Estado, sobre um grupo isolar outro grupo dentro da bancada. Eu não estou dizendo que isso não acontece. Eu acho que amadurecer critérios e definir prioridades e desenhos é importante. Nós vivemos isso no Salário-Educação.

Hoje o Salário-Educação está concentrado em São Paulo, Rio de Janeiro, em poucos Estados, pela natureza da coleta e de como ele precisa ser atribuído. Acho que tudo isso passa por uma questão de reforma tributária, o que não temos, porque não conseguimos avançar.

O meu mandato tem valor igual ao dos outros. O meu Estado precisa muito, Deputado Alexandre. Eu sei que V.Exa. estava colocando o tamanho do universo que é São Paulo. Para nós, a emenda de bancada faz, sim, uma enorme diferença na execução de obras das quais infelizmente não temos garantia.

No meu primeiro mandato, as emendas de bancada não eram impositivas. Eu lembro que, pela primeira vez — o meu partido, o Democratas, era oposição ao Governo —, consegui liberar um recurso para a construção de um hospital universitário no meu Estado. Foi uma enorme diferença. Foram 15 milhões de reais ou 19 milhões de reais. Mas as emendas impositivas eram decorativas. Aí valia o poder político do Parlamentar, que ia atrás do Governo para conseguir negociar e liberar a emenda impositiva. Acho que ela tem uma característica importante.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O Deputado Giovani Cherini falou que gostaria de estar num Estado pequeno. Eu não gostaria. Gostaria que o meu Estado fosse rico. Eu gostaria que o meu Estado não precisasse dos recursos de bancada para construir pontes, para construir hospitais, para fazer asfalto, para fortalecer as universidades. Mas essa é a realidade do meu Estado. Fora o FPE e o FPM, nós não temos outra forma de arrecadação. Trata-se de um Estado enorme, jovem, que tem tudo para ser feito, mas não tem outra fonte. É lógico que eu digo em termos de recurso.

As emendas de bancada têm uma importância estratégica. Agora, eu topo discutir critérios, desenhos e formatos, topo verificar como avançarmos, topo ver se há alguma proporcionalidade. Eu só acho que, no encaminhamento, não pode haver esse tom de "*somos grandes*" e "*nós gastamos mais*". Mas entendo também que não foi simplista assim a fala de V.Exas.

Podemos avançar nessa construção, inclusive, de continuidade de investimento e até de definição de áreas estratégicas. Acho que o debate cabe nesse sentido.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - Obrigado, Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende.

Tem a palavra o Deputado Domingos Sávio. (*Pausa.*)

O SR. ALEXANDRE LEITE (DEM - SP) - Senador Izalci, só quero dizer aos colegas que eu deixei à disposição, no *chat*, a proposta de regulamentação específica para a área da saúde. Ela está no *chat*.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - O.k. As apresentações também estão disponíveis para todos os Parlamentares no *site* da Comissão.

Tem a palavra o Deputado Domingos Sávio.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB - MG) - Presidente Izalci, obrigado por me dar a palavra. No momento em que V.Exa. me chamou, por alguns minutos, eu tive que estar também atento a uma reunião simultânea, mas acompanhei praticamente 100% do debate.

Quero cumprimentar a Deputada Adriana pela iniciativa. Esse debate não é novo. Eu já trouxe esse tema mais de uma vez. Eu poderia ficar aqui falando do tanto que é injusto desconsiderar o aspecto populacional na hora de distribuir o Orçamento, que é de todos os brasileiros.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Eu poderia ficar aqui falando, por exemplo, de Minas Gerais, que é um Estado populoso e que proporcionalmente está ficando em 26º lugar, mesmo quando são computadas as emendas individuais de uma bancada grande. Mesmo quando são computadas as individuais e as de bancada, nós ficamos lá em 26º lugar. E somos a segunda maior população do País.

Portanto, fica fácil entender que, do ponto de vista *per capita*, nós temos uma distribuição perversa com os mineiros. E Minas Gerais não é o Estado mais rico. Basta ir às regiões pobres, com IDHs baixíssimos, o que existe também em Minas Gerais. Mas eu não vou me alongar nesse aspecto, porque esse seria um debate razoável para se fazer com toda a população brasileira.

Eu quero me dirigir aos colegas Parlamentares, especialmente os dos Estados de menor população. Não existe Estado menor ou maior do ponto de vista de importância. Pode até haver menor em termos de extensão geográfica e menor em termos populacionais. Isso tem que ser levado em conta, é claro, mas todos são importantes.

Eu quero me dirigir a V.Exas., colegas, primeiro para dizer do meu respeito e do meu entendimento de que nenhum de nós deve ter uma posição radical nisso. Aqueles que fazem parte dos Estados que, com a regra atual, estão se sentindo prejudicados — eu já fiz essa análise — conseguem somar maioria para votar no plenário uma mudança nesse conceito.

Se formos considerar simplesmente a formação da maioria, então, vamos brigar para votar estritamente por população, levando em conta que o dinheiro é de todos os brasileiros. Pobre e rico têm em todos os Estados. Eu não defendo essa tese. Eu defendo a tese de que temos que levar em conta, pelo menos em parte, pelo menos em 50%, a questão populacional e que temos que levar em conta a realidade, a renda *per capita*, o IDH, para distribuímos o restante, fazendo algo que seja justo.

O que não é justo é querer tratar de maneira igual, dividindo em valores iguais, situações absolutamente desiguais. Isso está gerando algumas coisas perversas.

A última pessoa que se manifestou, a quem eu admiro profundamente, minha colega Dorinha, que é uma das Deputadas mais brilhantes que nós temos no Congresso, ela fez uma referência com a qual eu concordo 100%. Como ela falou, nós não podemos ter Deputado de primeira e Deputado de segunda.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Mas, sabe, Dorinha, infelizmente, o que está acontecendo? Seguramente, não é o caso do Tocantins — que você acabou de dizer que não é, e eu confio em você —, mas temos alguns Estados em que o Deputado se apropria da emenda de bancada e, na verdade, ele está distribuindo, para atender as suas bases, 50 milhões de reais por ano.

Isso, além de criar um Deputado de primeira, que tem 50 milhões de emenda impositiva, e um Deputado de segunda — que viram os Deputados mineiros, baianos, paulistas, gaúchos e vai por aí afora, que vão ter um terço desse valor, e isso é um absurdo —, isso gera, lá naquele Estado também, um ambiente que não é muito democrático, porque você passa a ter um Legislativo que é Executivo ao mesmo tempo. E aí, o ambiente democrático, para a disputa eleitoral — e eu já ouvi isso em alguns Estados —, fica praticamente intransponível.

Aí, é uma guerra absolutamente desigual alguém ter, num Estado de população relativamente pequena, com pouco mais de uma dezena, duas ou três dezenas de Municípios, algo próximo de 50 milhões de reais para distribuir. Aí, ele consegue botar mais dinheiro no Município, às vezes, do que o orçamento da Prefeitura.

Então, esta realidade não pode continuar se sustentando. Vamos fazer um debate interno maduro, enfrentar isso, criando uma regulamentação justa, levando em conta a população, mas levando em conta também IDH, renda média *per capita* da população, renda média fiscal da população — qual é a arrecadação daquele Estado —, para acharmos uma distribuição justa do orçamento brasileiro, se não, este assunto vai acabar indo para as ruas e vai gerar indignação.

Hoje, isso já está gerando indignação nas bancadas. E não dá para vir com essa conversa de que porque o Estado é menor, tem uma bancada menor, ele é mais pobre do que o outro, que tem uma bancada maior e uma população maior. Este argumento é extremamente frágil, a começar pela nossa Capital — e está aí o Senador Izalci, que é brilhante. Eu não vou querer nunca que ele defenda a mudança na regra — se não, os brasilienses, os eleitores dele, vão achar estranho —, mas peço que ele compreenda que este assunto tem que ser enfrentado.

Não dá para falar que a população de Brasília e que o IDH do Distrito Federal é menor do que o IDH lá do Norte de Minas. Não dá para falar que nós estamos diante





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

de um critério segundo o qual, por ser uma população menor, a população é mais pobre do que a do Estado maior. Esta regra não é verdadeira, ela não se sustenta.

Então, eu queria concluir fazendo este apelo. Vamos tentar construir um consenso entre nós, até porque, como disse o Deputado Hugo, a regra legal já existe. A regra legal, que foi lá de 2006, não é para distribuir de forma igual, não. Quando as emendas não eram impositivas, Estados de maior população tinham direito a apresentar um número maior de emendas, já dentro de uma premissa de que tem problemas a mais para enfrentar, em função de uma população maior.

Então, nós temos que regulamentar isso — e regulamentar de uma maneira equilibrada. Na minha opinião, no mínimo, 50% do que for destinado para emenda de bancada impositiva seriam proporcionais à população. Para os outros 50%, temos até que ouvir os Estados hoje que os perderiam, talvez, havendo até um período de transição. Mas continuar assim é insustentável.

Eu acho que este assunto vai extrapolar os limites da Câmara e vai cair naquela situação de levar o problema para discutir no Supremo, de levar o problema para discutir lá fora, por incapacidade nossa de resolver um problema que tem que ser resolvido no Parlamento e que hoje está sendo conduzido equivocadamente, inclusive desrespeitando a lei. Esta é a minha opinião.

Reitero essa posição, com muito respeito aos colegas que obviamente vão defender os seus Estados. Se, ao mudar a regra, vai diminuir um pouco o valor, esse colega vai dizer "não". Mas pensem bem antes de dizer "não", porque, se vocês se radicalizarem de um lado, seremos obrigados a nos radicalizar do outro e, talvez, formar uma base de Maioria para uma mudança que seja baseada só em população, com o que pessoalmente não concordo.

Esta é a minha contribuição, Presidente, reiterando meu respeito a V.Exa. Compreendo a sua posição como brasiliense e como mineiro que é.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - Por enquanto, eu só estou presidindo, Deputado Domingos. Eu nem manifestei publicamente a minha posição, mas é uma questão séria, e estamos aqui para debatê-la. Acho que merece um debate, sim, pois é um assunto muito sério que está sendo discutido aqui.

Agradeço e parablenizo V.Exa.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Passo a palavra para o Senador Carlos Fávaro, do Mato Grosso. (*Pausa.*)

Para finalizar, então, está com a palavra a nossa querida Deputada Adriana, autora do requerimento de discussão.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Obrigada, Presidente Senador Izalci Lucas.

Na verdade, eu queria agradecer também, porque, como eu disse no início desta audiência pública, o objetivo é debater, adotar e pensar em um critério justo. Não se quer tirar dinheiro de ninguém, mas é um debate que está em aberto.

O Senador Marcelo Castro falou que isso é matéria vencida. Não é matéria vencida, Senador. Tanto não é matéria vencida que a discussão de divisão igual de emenda de bancada foi feita por meio de uma instrução normativa, o que é irregular. Nós discutimos isso na CMO. É irregular, foi feito de maneira irregular, sempre sob o argumento de que não há tempo. Então, já está na hora de discutirmos.

Eu entendo a Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende e o Deputado Tiago Dimas, quando eles falam: "*Olhem, nossos Estados precisam*". Não estamos discutindo isso. Precisamos discutir qual é o critério, principalmente porque o conceito original de uma emenda de bancada — para a maior parte das bancadas — foi completamente desvirtuado. Muitas não estão sendo utilizadas para obra estruturante.

Eu gostei de ouvir a Deputada Professora Dorinha dizendo que, no Tocantins, vocês utilizam para obras estruturantes. Em São Paulo, também, a bancada inteira destinou conjuntamente as emendas de bancada. Mas, na verdade, há muitas bancadas — isso é público, estávamos inclusive com o coordenador da bancada do Rio Grande do Sul — que dividem e usam emenda de bancada como emenda individual.

Aí eu pergunto: cadê a justiça? Por que um cidadão da Bahia, que inclusive é um Estado que tem o IDH bem mais baixo, é superpopuloso, vale menos que outro cidadão de outro Estado do Norte? Isso não faz o menor sentido. Todo brasileiro é igual, assim como todo Parlamentar é igual, porque, se for para desvirtuar emendas de bancada, que ela seja transformada em emenda individual, como é feito.

Daí, o Parlamentar de um Estado que tem poucos Deputados, que tem 8 mais 3 Senadores, pode ter 20 milhões em emendas — eu estou falando isso, porque eu sou





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

de São Paulo, está bom? —, enquanto um Deputado de São Paulo tem 2,8 milhões. Então, não é certo um ter 20 milhões e o outro ter 2,8 milhões. Devemos, portanto, transformar isso, por meio de uma coisa clara, um critério transparente. Ou, então, vamos discutir desigualdade, vamos destinar uma parte maior para outros Estados.

Mas vamos lembrar também que, quando eu aqui venho falar do Estado de São Paulo, eu estou falando de um Estado que recebe o Brasil todo. Eu também estou pedindo aqui para todos que moram em São Paulo, para todos do Piauí que moram em São Paulo, para todos do Amazonas que moram em São Paulo. Cidadão brasileiro é cidadão brasileiro, nós não temos cidadão de primeira e segunda categoria.

Então, eu fico muito chateada quando começam a adjetivar e falar de honestidade e de egoísmo. Eu acho que muito pior do que isso são regras não claras, regras não transparentes. Este debate está em aberto, sim. Não é matéria vencida, não é matéria vencida. E nós precisamos ter um projeto de resolução para resolver isso de uma vez, discutir de forma clara.

Eu acho que os estudos que a Consultoria de Orçamento trouxe, em relação às desigualdades, podem nos ajudar. Há vários critérios que nós podemos discutir. O que não dá é para ficar em um lenga-lenga, falando que a matéria está vencida, quando não está. Nós precisamos adotar um critério justo. Mas não dá para fingir, brincando de faz de conta, que é uma emenda de bancada, quando, na verdade, muitos a utilizam como emenda individual.

Cadê a isonomia do cidadão brasileiro? Cadê a isonomia dos Parlamentares? A Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende falou aqui de Parlamentares de primeira e segunda categoria. Já é assim, Professora Dorinha; já é assim. Então, não temos critério. Precisamos assumir isso e resolver da melhor maneira. A Casa vai resolver, depois o Senado vai resolver.

Não estou aqui para tirar dinheiro de nenhum Estado. Se há um critério que não me move, este é o egoísmo. Mas eu gosto de transparência.

E só quero citar aqui um ponto que trouxeram quando falaram de transferência especial. Eu acho que esta Casa pode fazer o que ela quiser, desde que haja transparência, porque nós estamos lidando com o dinheiro público aqui.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Então, mesmo aqui nesta Comissão Mista de Orçamento, eu apresentei uma emenda na LDO para dar transparência para as transferências especiais. Eu não fui apoiada, ela foi rejeitada. Então, a minha questão é que nós precisamos parar de brincar de faz de conta. Esse é o único ponto.

Eu agradeço muito a todos que participaram. Acho que esse é o início de um grande debate, que precisa ser feito. Não é matéria vencida. Nós aqui, principalmente em ano eleitoral, precisamos ter um tratamento isonômico dos cidadãos, dos Parlamentares. Então, se a emenda de bancada é para obra estruturante, vamos parar de brincar de cada um utilizar como quiser, para agradar aqui e ali. Portanto, vamos ser honestos. Eu só estou pedindo transparência e critério claro, mais nada.

Eu agradeço a V.Exa., Senador Izalci Lucas, pela sua Presidência, pela sua boa vontade aqui com todos nós. Eu gostaria de saber, inclusive, a sua opinião. E eu gostaria de sugerir que o senhor propusesse uma outra audiência, para que fossem chamados também os Estados menores. Eu aguardei a indicação de outros Parlamentares, para que mais pessoas participassem, mas, infelizmente, isso não ocorreu. Eu chamei Bahia e São Paulo, justamente por essa questão da isonomia, e outros Parlamentares não indicaram.

A minha sugestão é que limitemos as emendas de bancada estadual a uma emenda ou três, como era anteriormente, para evitar esse problema, essa discussão sobre divisão individual e uso indevido.

Então, essa é a minha sugestão. Aguardo uma nova audiência e agradeço imensamente. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - Bem, eu quero aproveitar para dizer que qualquer assunto, principalmente na área orçamentária, é um assunto que deve ser debatido. Aqui é o Parlamento, e temos que discutir realmente o que é melhor para o Brasil, o que é melhor para o Estado, para o Município.

Então, eu tenho mais é que parabenizar a Deputada Adriana Ventura pela iniciativa. É evidente que todos tiveram a oportunidade de indicar os seus convidados, mas não o fizeram. Acho que este assunto merece ainda ser debatido.

O espírito da criação da emenda de bancada foi brilhante, porque projeto estruturante é fundamental e é disso que o Brasil precisa. O Brasil precisa definir





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

melhor o seu projeto, o seu planejamento, as suas obras estruturantes, obras que podem garantir o futuro e não apenas a próxima eleição. Então, tudo isso tem que ser discutido.

Portanto, eu parabenizo a Deputada. É evidente que tudo o que for prejudicial ao meu Estado deve ser por mim debatido e eu devo ser contra. Mas não me nego, em momento algum, a discutir.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - E é o que eu estou fazendo agora.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - Exatamente. Temos, inclusive, situações de apresentação de emendas que nem sequer são executadas, por questões políticas. Enquanto isso, nós estamos aqui discutindo recursos...

Eu posso dizer aos senhores que, aqui no DF mesmo, eu destinei 35 milhões para as escolas, e até hoje o Governador não repassou — e não vai repassar, pelo que ele disse. Já tive que recorrer ao Ministério Público para isso.

Então, cada Estado tem uma realidade.

Portanto, parabenizo a Deputada pela iniciativa. Vamos continuar a debater o assunto nesta Comissão. Acho, inclusive, que este assunto precisa ser também debatido no Senado, porque lá é a Casa da Federação. Mas a Comissão Mista do Orçamento é o fórum mais adequado.

Então, parabenizo a todos. Agradeço muito a participação dos convidados e, como não há nenhuma pergunta — até porque foram bastante esclarecedoras as apresentações —, declaro encerrada esta reunião.

Obrigado.

**ATA DA DÉCIMA PRIMEIRA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA,
56ª LEGISLATURA, DA COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E
FISCALIZAÇÃO, REALIZADA NOS DIAS 27, 28 DE OUTUBRO E 3 DE NOVEMBRO DE 2021.**

Aos vinte e sete dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e um, foi convocada extraordinariamente a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no Anexo II,





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

plenário 02 da Câmara dos Deputados, com o objetivo de apreciar as matérias constantes da Pauta. No período foi registrado o comparecimento dos membros: - **Deputados titulares:** Adolfo Viana, André Figueiredo, Arnaldo Jardim, Arthur Oliveira Maia, Bosco Costa, Carlos Zarattini, Charles Evangelista, Daniel Almeida, Domingos Sávio, Eduardo Costa, Flavia Morais, Gilberto Abramo, Hildo Rocha, Hugo Leal, José Guimarães, Júnior Mano, Luciano Ducci, Mário Negromonte Jr., Marx Beltrão, Sanderson, Uldurico Junior e Zé Carlos; - **Senadores titulares:** Angelo Coronel, Carlos Fávaro, Elmano Férrer, Izalci Lucas, Jean Paul Prates, Oriovisto Guimarães, Rose de Freitas, Simone Tebet e Wellington Fagundes; - **Deputados suplentes:** Adriana Ventura, Alceu Moreira, Caroline de Toni, Célio Silveira, Dagoberto Nogueira, Danilo Forte, Delegado Marcelo Freitas, Dra. Soraya Manato, Gelson Azevedo, Hercílio Coelho Diniz, João Carlos Bacelar, Juscelino Filho, Júnior Ferrari, Márcio Marinho, Orlando Silva, Ossesio Silva, Robério Monteiro, Rodrigo Coelho, Toninho Wandscheer, Weliton Prado e Wilson Santiago e – **Senadores Suplentes:** Esperidião Amin, Roberto Rocha e Soraya Thronicke. Foi registrado o comparecimento dos parlamentares não integrantes da Comissão: - **Deputados** Claudio Cajado, Liziane Bayer, Misael Varela, Rogerio Correia e Zé Neto. Foi registrada a **ausência** dos membros titulares: - **Deputados:** André Fufuca, Coronel Tadeu, Genecias Noronha, Gonzaga Patriota, Jhonatan de Jesus, Osires Damaso, Paulo Azi e Sergio Souza; – **Senadores:** Alessandro Vieira e Weverton. **ABERTURA:** às doze horas e cinquenta minutos, do dia vinte e sete de outubro de 2021, havendo número regimental, conforme estabelecido no *Art. 134 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional*, os trabalhos foram abertos pelo Segundo Vice-Presidente, Senador Izalci Lucas. Fizeram uso da palavra os Deputados Zé Guimarães, Zé Neto e Carlos Zarattini e o Senador Jean Paul Prates. Em seguida o Senador Izalci Lucas informou que suspenderia a reunião por trinta minutos para discutir com o Relator do PLN nº 17/2021-CN, Senador Roberto Rocha, o relatório apresentado constante da pauta sobre os pontos levantados pelos parlamentares quanto ao pagamento dos bolsistas da CAPES e recursos destinados à Aeronáutica. Às doze horas e cinquenta e oito minutos, do dia vinte e sete de outubro de dois mil e vinte um a reunião foi suspensa. Às quinze horas e vinte e dois minutos do mesmo dia, a reunião foi reiniciada pelo Primeiro Vice-Presidente, Deputado Carlos Zarattini. Em seguida, havendo quórum para deliberação, conforme o *Art. 12 do Regimento Comum do Congresso Nacional*, solicitou ao plenário a concordância para a dispensa da leitura da Ata da 10ª Reunião Deliberativa Extraordinária, realizada no dia 7/10/2021 e da 8ª Reunião de Audiência Pública, realizada nos dias 14/10/2021. O Senador Izalci Lucas informou que não havia acordo para votar a ata da 10ª Reunião Deliberativa Extraordinária. Em deliberação, a Ata da 8ª Reunião de Audiência Pública foi **APROVADA**. **EXPEDIENTE:** A Presidente solicitou que fossem declarados como lidos os expedientes recebidos pela Comissão, do dia 29 de setembro, até a presente data, tendo em vista que essas informações se encontram publicadas na página da CMO na internet. **ORDEM DO DIA:** O Deputado Danilo Forte, Coordenador do Comitê de Avaliação, Fiscalização e Controle da Execução Orçamentária, solicitou que fossem votados, primeiramente, requerimentos de informação de sua autoria. Em seguida o Deputado Carlos Zarattini acatou a solicitação e submeteu ao Plenário requerimentos para inclusão na Pauta e quebra de interstício dos 2 (dois) dias úteis para a apreciação dos Requerimentos nºs 27, 31, 32, 33, 34 e 35/2021 CMO, conforme *Art. 235 do Regimento Interno do Senado Federal* e *Art. 128 da Resolução nº 1 de 2006-CN*. Em votação a inclusão na pauta e a quebra de interstício foram aprovadas. **Apreciação do Requerimento 27/2021** - que "Requer, nos termos do art. 117, caput, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, ouvido o Plenário, seja aprovada a Moção de Apoio ao Banco do Nordeste, em face da sua importância para a economia do país, especialmente da região nordeste". Apreciação do **Requerimento 31/2021** - que "Requer sejam solicitadas ao Senhor Ministro de Estado da Economia informações sobre o Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe), estabelecido pela Lei nº 13.999, de 19 de maio de 2020 e





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

tornado permanente pela Lei nº 14.161, de 2 de junho de 2021, e sobre as despesas com contribuições do governo brasileiro a organismos internacionais." Apreciação do **Requerimento 32/2021** - que "Requer sejam solicitadas ao Senhor Ministro de Estado da Educação informações sobre a execução orçamentária, física e financeira das despesas com o Programa Nacional de Transporte Escolar, construção de creches e construção e reformas de escolas de educação básica." Apreciação do **Requerimento 33/2021** - que "Requer sejam solicitadas ao Senhor Ministro de Estado do Trabalho e Previdência informações sobre a execução orçamentária e financeira das despesas previdenciária, inclusive com inativos e pensionistas da União e dos benefícios Seguro Desemprego e Abono Salarial." Apreciação do **Requerimento 34/2021** - que "Requer sejam solicitadas ao Senhor Ministro de Estado da Cidadania informações sobre a execução orçamentária e financeira das despesas com o Programa Bolsa-Família, com o Auxílio-Emergencial e as decorrentes de transferências e aplicações diretas realizadas pela União para o enfrentamento à pandemia de Covid-19." Apreciação do **Requerimento 35/2021** - que "Requer sejam solicitadas ao Senhor Ministro de Estado do Desenvolvimento Regional informações sobre a execução orçamentária e financeira dos Programas Minha Casa, Minha Vida e Casa Verde Amarela." O Deputado Danilo Forte usou da palavra para justificar a necessidade da apresentação dos Requerimentos. A discussão foi iniciada. Não havendo quem quisesse discutir, o Presidente em exercício encerrou a discussão. Em deliberação nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, os Requerimentos de números 27, 31, 32, 33, 34 e 35 foram **APROVADOS**. Em seguida a Deputada Adriana Ventura solicitou a inclusão do Consultor de Orçamento do Senado Federal Aritã Borges Ávila Maia no **Requerimento nº 26/2021-CMO**, de sua autoria, aprovado na 9ª Reunião Extraordinária, em vinte e oito de setembro de 2021. Em deliberação nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, a inclusão foi **APROVADA**. PAUTA: **Item 1** – Apreciação do **Relatório de Atividades do Comitê de Admissibilidade de Emendas (CAE) nº 1/2021**, que dispõe sobre as "Diretrizes e orientações para a apresentação de emendas ao Projeto de Lei Orçamentária para 2022 (PLN 19/2021-CN) para fins de análise de admissibilidade prevista no art. 25 da Resolução nº 1/2006-CN". O Coordenador do Comitê, Deputado Arnaldo Jardim, fez a leitura do relatório. Discutiram o relatório o Deputado Danilo Forte e o Senador Izalci Lucas. Em deliberação nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, o Relatório foi **APROVADO**. Às dezesseis horas e vinte e cinco minutos a Senadora Rose de Freitas assumiu a condução dos trabalhos. Em seguida, submeteu ao Plenário requerimento de quebra de interstício dos 2 (dois) dias úteis para a apreciação do Relatório apresentado ao PLN 17/2021-CN, conforme *Art. 128 da Resolução nº 1 de 2006-CN*. Proclamado o resultado da votação do requerimento, o Senador Izalci Lucas, Segundo Vice-Presidente, solicitou a verificação de votação. O pedido não foi concedido pela Presidente tendo em vista a necessidade de apoio, conforme estabelece o *Art. 136 da Resolução nº 1 de 2006-CN*. **Item 2** - Apreciação do **Relatório apresentado ao Projeto de Lei nº 17/2021-CN**, que "Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos Órgãos do Poder Executivo e de Operações Oficiais de Crédito, crédito suplementar no valor de R\$ 4.113.646.125,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente". Voto: Pela aprovação do PLN nº 17, de 2021, na forma proposta pelo Poder Executivo. Quanto às 22 (vinte e duas) emendas, ofereceu voto pela inadmissão das emendas 1, 4, 5, 9, 21 e 22 e rejeição no mérito das emendas 2, 3, 6, 7, 8 e 10 a 20. O Relator, Senador Roberto Rocha, fez a leitura do Relatório. Às dezesseis horas e trinta e cinco minutos a Senadora Rose de Freitas suspendeu a reunião e convocou sua continuação para o dia seguinte às dez horas. Às dez horas e oito minutos do dia vinte e oito de outubro a Senadora Rose de Freitas reabriu a reunião. Em seguida informou que não havia acordo para apreciação do PLN 17/2021-CN e suspendeu a reunião. Às quatorze horas e vinte e seis minutos a Senadora Rose de Freitas reabriu a reunião. Fizeram uso da palavra o Senador Izalci Lucas, Segundo Vice-Presidente e o Deputado Carlos Zarattini, Primeiro Vice-Presidente.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Em seguida a Senadora Rose de Freitas retomou a apreciação do **Relatório apresentado ao Projeto de Lei nº 17/2021-CN**. O Relator, Senador Roberto Rocha, apresentou o Relatório. Em seguida, a Presidente, em conformidade com o disposto no § 2º do Art. 146, da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, declarou inadmitidas as emendas de nºs 1, 4, 5, 9, 21 e 22, indicadas pelo Relator no seu voto. Discutiram a matéria o Deputado Bosco Costa e a Deputada Adriana Ventura, que em seguida solicitou a remoção do Requerimento de Retirada da Pauta do PLN 17/2021-CN. A Presidente encerrou a discussão. Em deliberação nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal o Relatório foi **APROVADO**. Após a deliberação, fez uso da palavra o Deputado Bosco Costa. Em seguida, a Presidente colocou em votação a ata da 10ª Reunião Deliberativa Extraordinária, realizada no dia 7/10/2021. Em deliberação, a Ata da 8ª Reunião de Audiência Pública foi **APROVADA**. A Presidente submeteu ao Plenário requerimentos para inclusão na Pauta dos Requerimentos nºs 28, 29 e 30/2021 CMO, conforme Art. 235 do Regimento Interno do Senado Federal. Em votação a inclusão na pauta foi aprovada. Às dezesseis horas e trinta e seis minutos a reunião foi suspensa. Às quinze horas e trinta minutos do dia três de novembro a Senadora Rose de Freitas declarou reaberta a reunião. Em seguida a Presidente iniciou a apreciação das matérias constantes da Pauta. **Requerimento nº 28/2021** - que "Requer a realização de reunião de audiência pública, no âmbito da CMO, com representantes do IPEA e do Ministério da Economia, juntamente com a Deputada Leandre - Presidente da Frente Parlamentar Mista da Primeira Infância, e da Consultora de Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara dos Deputados, Júlia Alves Rodrigues" de autoria do Senador IZALCI LUCAS. O autor do Requerimento usou da palavra para justificar a necessidade da apresentação do Requerimento. Não houve discussão. O Requerimento foi **APROVADO** nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. **Requerimento nº 29/2021** - que "Requer a realização de Seminário Internacional voltado ao compartilhamento de experiências do processo orçamentário no âmbito do Poder Legislativo de outros países." de Autoria do Deputado Hugo Leal. Subscreveram o Requerimento os Deputados Adriana Ventura, Bosco Costa, Daniel Almeida, Juscelino Filho, Hildo Rocha e Arnaldo Jardim. O Deputado Juscelino Filho usou da palavra para justificar a necessidade da apresentação do Requerimento. O Requerimento foi **APROVADO** nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. **Requerimento nº 30/2021**, que "Requer sejam solicitadas ao Senhor Ministro de Estado da Economia informações relativas ao "excesso de arrecadação" das receitas da União referente ao exercício de 2021.", de autoria do Deputado Hildo Rocha. Subscreveram o Requerimento os Deputados Adriana Ventura, Domingo Sávio e Daniel Almeida e o Senador Izalci Lucas. Discutiram a matéria os Deputados Arnaldo Jardim, Adriana Ventura, Daniel Almeida e Domingos Sávio. O Requerimento foi **APROVADO** nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Após, fizeram uso da palavra os Deputados Juscelino Filho, Soraya Manato, Domingo Sávio e Arnaldo Jardim. ENCERRAMENTO: nada mais havendo a tratar, a Presidente encerrou os trabalhos às dezesseis horas e vinte minutos, do dia três de novembro de dois mil e vinte e um. Para constar, eu, Walbinson Tavares de Araujo, Secretário Executivo, lavrei a presente Ata, que, após a sua aprovação, será assinada pela Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional e encaminhada para publicação no Diário do Congresso Nacional. O inteiro teor dos trabalhos foi gravado, passando o arquivo de áudio correspondente a integrar o acervo documental desta reunião. Senadora Rose de Freitas, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - Havendo número regimental, declaro iniciada a 11ª Reunião Extraordinária da Comissão Mista de Planos,





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Orçamentos Públicos e Fiscalização, para apreciação das matérias constantes da pauta.

Informo que a reunião ocorre de forma semipresencial: pode haver Parlamentares presentes no plenário e Parlamentares participando de forma virtual, pela plataforma Zoom.

Vou declarar suspensão a reunião da Comissão, para que busquemos um entendimento na reunião de Líderes, se é que vai haver entendimento.

Nós estamos aguardando o Líder do Governo, porque acordamos que só votaríamos qualquer matéria na Comissão Mista de Orçamento depois que ele fizesse a reposição dos recursos retirados da ciência e tecnologia — 690 milhões de reais. Na última reunião, foi feito esse compromisso no plenário. Eu espero que ele venha para que fechemos isso, porque, por mim, não se vota nada. Vamos discutir isso lá na reunião de Líderes.

Vou suspender a reunião da Comissão. Vamos para a reunião de Líderes.

O SR. JOSÉ GUIMARÃES (PT - CE) - Presidente, só para ajudar...

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - Pois não.

O SR. JOSÉ GUIMARÃES (PT - CE) - Presidente, é necessário, para que haja uma negociação nos termos que V.Exa. levanta — e está correto, tem que ser feita a recomposição — que o Governo envie para a CMO uma emenda ou um complemento, repondo os valores, porque, do jeito que está esse PLN, com tudo vinculado, do jeito que veio do Executivo, não tem como resolver — nem ciência e tecnologia tem aqui. Não tem como resolver com o PLN.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - Talvez o Líder do Governo esteja atrasado porque está trazendo isso.

O SR. JOSÉ GUIMARÃES (PT - CE) - O que tem que ser resolvido com o PLN 17, Presidente, é a situação emergencial de vários bolsistas que estão sem receber seus 400 reais. Isso já vai para o segundo mês. É uma perversidade! São 60 mil bolsistas no País! Coitados! Pelo menos isso nós deveríamos votar.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - Deputado, na última reunião, tiraram da ciência e tecnologia 690 milhões de reais. Só votamos o projeto porque 34





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

milhões de reais seriam destinados ao IPEN. Votamos o PLN 16, porque não poderíamos mais adiar isso num momento em que o IPEN já não tinha mais material radioterápico para tratamento de câncer.

O Ministro me ligou, e conversamos no viva-voz. Estava presente o Líder do Governo, que falou com o Palácio do Planalto. Nós concordamos com a votação, que ficou condicionada ao cumprimento do acordo. Nós precisamos conversar. Por isso, eu queria sugerir...

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP) - Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - Pois não, Deputado Carlos Zarattini.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP) - Presidente, eu acho que, de fato, V.Exa. tem toda a razão. Houve um acordo de que não se votaria nada se não fosse reposto aquele valor. O Governo não está cumprindo o acordo. Mas estão em uma situação dramática os jovens que não receberam a bolsa de 400 reais, única renda que eles têm.

Então, eu acho que, se houver possibilidade de votar alguma coisa, que seja unicamente essa bolsa, caso o Relator solucione no relatório. Teríamos que chamar o Relator e conversar com ele, para ver se aceita apresentar um novo relatório, garantindo apenas o pagamento da bolsa e esquecendo o resto. Nós só votamos o resto se houver os recursos da ciência e tecnologia.

Nós estamos com V.Exa. nesse ponto, mas queremos tentar resolver o problema dos bolsistas.

O SR. ZÉ NETO (PT - BA) - Presidente, V.Exa. me permite dar só uma informação importante?

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - Pois não, Deputado.

O SR. ZÉ NETO (PT - BA) - Sr. Presidente, estes programas, o PIBID e o PRP, estão em um edital que foi formulado com tudo certinho, com tudo encaminhado, com os valores todos estabelecidos. Daqui até o fim do ano, Sr. Presidente, serão necessários 124 milhões de reais para a CAPES. Está tudo em um edital. Essas pessoas estão participando de um programa que abrange 60 mil estudantes.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Evidentemente há uma grande possibilidade de solução para a continuidade desse programa, porque senão vai ser uma tragédia. Isso é um calote, é uma situação totalmente absurda.

Quando olhamos para o Brasil, vemos tanta fala bonita. Nós não podemos deixar nas mãos dessas pessoas o risco de perderem todos os investimentos que foram feitos por conta de uma solução que não está sendo dada aqui por esta Comissão.

Hoje é possível resolver esse problema, e a nossa bancada — a bancada do PT — está à disposição para dialogar e ajudar no que for necessário, a fim de encontrar uma saída para os outros problemas que estão colocados.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - Eu só quero complementar o que V.Exa. está falando.

Como Presidente da Frente Parlamentar Mista de Ciência, Tecnologia, Pesquisa e Inovação, quero dizer que ninguém defende mais a CAPES e o CNPq do que eu — V.Exa. sabe disso —, ainda mais se tratando de um programa como esse, e não tenho nenhuma dúvida disso. Mas precisamos chamar o Relator e o Líder do Governo para chegarmos a um entendimento.

O SR. HUGO LEAL (PSD - RJ) - V.Exa. está correto, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - Agora, precisamos resolver uma série de coisas, e esse problema é uma delas.

Quero dizer para V.Exas. que os editais dos 690 milhões de reais também já estavam prontos para serem lançados. Então, é uma coisa urgentíssima, que nós temos de resolver hoje.

O SR. JEAN PAUL PRATES (PT - RN) - Presidente, rapidamente...

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - Talvez o Deputado Hugo Leal, como Relator, possa resolver esses problemas.

O SR. HUGO LEAL (PSD - RJ) - Só no ano que vem, Presidente. Como Relator, só no ano que vem.

O SR. JEAN PAUL PRATES (PT - RN) - Um instante, Presidente Izalci.

Apenas para complementar essa questão dos bolsistas, quero dizer que ela tem uma gravidade, porque quem está nos assistindo pode pensar que estamos falando de





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

estudantes ricos, que tenham condições de pagar e de se sustentarem. As universidades estão desligadas neste momento e passaram a maior parte do tempo da pandemia dessa forma. Essas pessoas não têm do que viver especificamente. Por quê? Elas tiveram acesso à universidade e têm essas bolsas justamente em função de regimes de cotas, regimes que favoreceram pessoas que jamais tiveram acesso à universidade e pesquisa, mas que agora têm. E essas pessoas estão sofrendo. Elas não podem ficar 2 meses sem receber a bolsa. Já ficaram 1 mês sem recebê-la e precisam dela no segundo mês.

O problema na nossa cronologia é o seguinte: já temos a previsão de que o Congresso deverá se reunir em 15 dias, lá pelo dia 13, para tomar várias providências, inclusive quanto a esse PLN 16/21. Portanto, se não deliberarmos isso hoje aqui, se perdermos essa chance, não teremos isso pronto para essa reunião do Congresso Nacional. É daí que surge essa urgência neste momento, porque essas pessoas vão ficar o segundo mês sem receber e, talvez, o terceiro. Não há condição. Então, isso é premente.

Além disso, há vários destaques importantes. O Senador Oriovisto Guimarães está aqui com um deles, o qual vou subscrever com S.Exa., que é justamente sobre a EMBRAER. Enfim, há vários assuntos importantes, mas este aqui é de premência absoluta.

A minha proposta é sairmos com uma posição em relação a isso hoje. Talvez pudéssemos dar um intervalo aqui. Se chamarmos o Relator às 14 horas, dá tempo de ele chegar e sentar aqui, para fazermos esse trabalho juntos e resolvermos esse problema.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Presidente, nós temos Plenário. Já fui informada que a "PEC do Calote" começa às 14 horas, no plenário.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - Qual é a "PEC do Calote"?

O SR. HUGO LEAL (PSD - RJ) - É a PEC dos precatórios.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - A sugestão foi esta: suspendermos aqui, irmos para a sala de reunião de Líder e ligarmos para o Relator e para o Líder do Governo, já que foi o Líder do Governo que fez o compromisso.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. JOSÉ GUIMARÃES (PT - CE) - Presidente, V.Exa. liga para o Relator, porque o Líder do Governo já está aqui.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - Vamos ligar. É por isso que estou suspendendo a sessão.

O SR. JEAN PAUL PRATES (PT - RN) - Em meia hora, nós voltamos e encontramos o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - Vamos para a sala de reunião. Vamos achar o Relator. Vamos achar o Eduardo.

O SR. JEAN PAUL PRATES (PT - RN) - Então, a reunião seria às 13h30min?

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - Vamos colocar um intervalo de meia hora por enquanto.

O SR. JEAN PAUL PRATES (PT - RN) - Em meia hora, nós resolvemos isso.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - Em meia hora, eu estou aqui.

O SR. DANILO FORTE (PSDB - CE) - Perfeito, Presidente! Obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - Esta reunião está suspensa por 30 minutos.

(A reunião é suspensa.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Zarattini. PT - SP) - Havendo número regimental, declaro reiniciada a 11ª Reunião Extraordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização para apreciação das matérias constantes da pauta.

Informo que a reunião ocorre de forma mista: os Deputados presentes no plenário; e os Senadores, de forma presencial ou virtual, através da plataforma Zoom.

Tem a palavra o Senador Izalci Lucas.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) - Presidente, como nós abrimos a sessão e depois a suspendemos, quero só informar que uma das questões levantadas foi exatamente o que aconteceu aqui na última reunião, que eu estava presidindo e depois a Senadora Rose assumiu os trabalhos.

Nós votamos o PLN 16, que era urgente, porque o Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares — IPEN precisava comprar, naquele momento, os produtos





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

radioterápicos para tratamento de câncer que estavam faltando. O PLN 16 contemplava 34 milhões de reais. O restante, que completava 690 milhões de reais, era para atender os editais de pesquisas, que já estão prontos e aprovados pelo Conselho do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, que é uma lei hoje. E aí, para a nossa surpresa, o Líder do Governo, que foi o Relator, aumentou de 34 milhões de reais para 64 milhões de reais, o que foi ótimo, porque era exatamente o necessário. Eu ainda fiz questão de perguntar de onde vinham os recursos, e ele respondeu que eram do superávit primário.

Mas, para a nossa surpresa, todos os outros recursos dos editais da ciência e tecnologia foram levados para outros Ministérios. Conversando com o Ministro Marcos Pontes, pelo viva-voz, o Líder do Governo, eu e mais alguns Parlamentares presentes fechamos um acordo de que não votaríamos nenhuma matéria na Comissão Mista de Orçamento e também no Plenário. O Líder do Governo fez o acordo, chegou a ligar para o Palácio do Planalto, para o Governo, e no plenário do Senado confirmou todo esse acordo.

Há uma falta de comunicação entre o Ministério da Economia e o Ministério da Ciência e Tecnologia. O Ministério da Economia não conhece exatamente o que está acontecendo. Ele liberou, e nós aprovamos, 2 bilhões e 800 milhões de reais, mas é recurso reembolsável. O que é isso? Quem quiser pode ir à FINEP pedir o financiamento dos projetos, só que a taxa de juros é TJLP. Então, é melhor ir ao Bradesco ou ao Itaú pegar empréstimo do que pegar na FINEP. O dinheiro está lá, mas não serve. O que interessa para a Ciência e Tecnologia é o recurso não reembolsável: ainda há 2 bilhões e 700 milhões de reais para serem colocados no fundo. V.Exa. sabe que nós aprovamos lei proibindo contingenciamento, transformando em fundo financeiro, ou seja, não pode desviar recurso para nada, tem que ser para Ciência e Tecnologia, e o Governo não colocou ainda. E os 690 milhões de reais que iam entrar, porque os editais estão prontos, não foram de certa forma resolvidos.

O Ministério da Economia diz que tem dinheiro lá, que tem orçamento e dinheiro na Ciência e Tecnologia, e o Ministro diz que não tem. Hoje, inclusive, o Ministro Guedes teve a indelicadeza de chamar o Ministro Pontes de burro — o que não é, nem





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

ele nem nenhum astronauta que vai à Lua. Não é à toa que ele é Ministro, muito pelo contrário. Há uma falta de sensibilidade do Ministro da Economia para entender essa questão. Então, nós chamamos, e está chegando daqui a pouco, a assessoria da Economia e da Ciência e Tecnologia, porque nós vamos mostrar que realmente não há recurso. Nós suspendemos a sessão para isso.

Agora, o Deputado Arnaldo Jardim tem que abrir os prazos das emendas, regulamentando a questão do Orçamento, o que não tem nada a ver com o Governo.

Então, quero dizer a V.Exa. que eu não vou obstruir. V.Exa. sabe que aqui só se vota por acordo. O acordo que vamos fazer agora, neste minuto, é para ver o relatório do Deputado Arnaldo Jardim e aprová-lo para liberar os prazos de emendas. E aí peço a V.Exa. que suspenda a sessão de novo, porque vamos voltar para a sala de reunião e tentar uma composição com o Ministério da Economia, porque eles estão chegando.

O SR. DANILO FORTE (PSDB - CE) - Eu queria pedir o beneplácito do meu querido amigo Senador Izalci, porque, senão, eu fico impedido de trabalhar.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) - V.Exa. tem toda razão. Há alguns requerimentos de informações, de audiência pública, e não há problema nenhum. Nós vamos votar juntos isso aqui.

O SR. DANILO FORTE (PSDB - CE) - Obrigado.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) - O que não vamos votar agora é o PLN 17 — nem o original, nem o que foi alterado —, enquanto não fizermos um acordo com o Ministério da Economia.

Então, eram essas as minhas considerações.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Zarattini. PT - SP) - Muito bem, obrigado.

Deputado Arnaldo Jardim, V.Exa. tem a palavra.

O SR. ARNALDO JARDIM (CIDADANIA - SP) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, primeiramente, quero me pronunciar sobre essa manifestação do querido Senador Izalci e dizer que lhe assiste, não tenho dúvida, razão. Eu sou solidário ao seu comportamento em defesa de recursos para o setor de ciência e tecnologia. Considero que essa questão foi acordada e que o Governo deve ultimar, à





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

luz daquilo que foi debatido nesta Comissão, no Colegiado de Líderes, providências para que a preservação de recursos para a área de ciência e tecnologia possa ocorrer.

Quero lhe agradecer, assim como ao conjunto de membros desta Comissão e à Presidente, Senadora Rose de Freitas, que me indicou como Coordenador do Comitê de Admissibilidade de Emendas.

Quero também destacar que esse Comitê, que neste instante represento, é constituído por um núcleo de Parlamentares desta Comissão. Menciono, como titulares, os Deputados Jhonatan de Jesus, Eduardo Costa, Charles Evangelista, Mário Negromonte Jr., Zé Carlos e Caroline de Toni e os Senadores Esperidião Amin, Roberto Rocha e Alessandro Vieira. Delegado por eles e com o auxílio da nossa assessoria da Comissão de Orçamento, discutimos e apresentamos uma proposta exatamente para que tivéssemos regras, com base nessa diretriz de admissibilidade para as emendas, e pudéssemos ordenar aquilo que são os trabalhos desta Comissão.

O relatório...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Zarattini. PT - SP) - Antes de V.Exa. prosseguir e entrar no assunto, eu só preciso cumprir uma formalidade.

Havendo concordância do Plenário, proponho a dispensa da leitura das Atas da 10ª Reunião Deliberativa Extraordinária, realizada no dia 7 de outubro de 2021, e da 8ª Reunião de Audiência Pública, realizada no dia 14 de outubro de 2021.

Caso haja alguma retificação, peço aos Srs. Parlamentares que se manifestem.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) - Presidente, eu preciso fazer a leitura da última reunião, do PLN 16, para ver se consta, realmente, aquilo que nós conversamos aqui.

Então, à exceção da última reunião, em que se tratou do PLN 16, que é exatamente o que está dando todo este problema... Eu gostaria que ele não fosse aprovado neste momento. Preciso ler, para ver se estão constando, inclusive, as promessas que foram feitas.

Agradeço a V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Zarattini. PT - SP) - Está o.k.

Então, está em votação apenas a ata da 8ª Reunião de Audiência Pública, no dia





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

14 de outubro.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) - Eu estava presidindo.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Zarattini. PT - SP) - Não há problema nesta ata.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) - Nenhum problema.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Zarattini. PT - SP) - O.k.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Em votação na representação do Senado.

Os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Solicito que sejam declarados como lidos os expedientes recebidos pela Comissão do dia 7 de outubro até a presente data, tendo em vista que essas informações se encontram publicadas na página da CMO na Internet.

Ordem do Dia.

Item 1. Apreciação do Relatório de Atividades do Comitê de Admissibilidade de Emendas nº 1, de 2021, que dispõe sobre as diretrizes e orientações para apresentação de emendas ao Projeto de Lei Orçamentária para 2022, PLN nº 19/2021-CN, para fins da análise de admissibilidade prevista no art. 25 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional.

O Coordenador é o Deputado Arnaldo Jardim.

Com a palavra o Coordenador do CAE, o Deputado Arnaldo Jardim, para apresentação do relatório.

O SR. DANILO FORTE (PSDB - CE) - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Zarattini. PT - SP) - Tem V.Exa. a palavra pela ordem, Deputado.

O SR. DANILO FORTE (PSDB - CE) - Geralmente os requerimentos são aprovados quando não há nenhuma contradição. É uma coisa rápida que não vai mudar o curso da reunião. São requerimentos, inclusive, para o próprio funcionamento do Comitê de Acompanhamento da Execução Orçamentária. Então, se V.Exa.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

pudesse...

Já feito acordo, ninguém vai ser contra os requerimentos. Se pudéssemos aprovar os requerimentos, até para cumprir essa tarefa burocrática, que, no meu entendimento, é até desnecessária. Como há uma burocracia da própria Comissão, aprovaríamos por unanimidade os requerimentos e depois passaríamos à admissibilidade do Comitê de Admissibilidade de Emendas, o que é mais complexo.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Zarattini. PT - SP) - O.k. Vamos economizar o tempo aqui.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Presidente, para economizar o tempo, eu só queria fazer uma solicitação também, aproveitando o procedimento burocrático. Foi aprovada por esta Comissão uma audiência pública para discutirmos emendas de Relator. Eu queria só pedir inclusão, a pedido da Consultoria, de um convidado, da Consultoria Orçamentária do Senado, no nosso requerimento, já aprovado, de audiência pública para tratar de emendas de Relator.

Eu queria sua autorização, por favor, e a deliberação de todos.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Zarattini. PT - SP) - Localizem, então, esse requerimento da Deputada Adriana.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Zarattini. PT - SP) - Comunico ao Plenário que, tendo em vista acordo no colegiado de Líderes, proponho inclusão na pauta dos Requerimentos nºs 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35... *(Pausa.)*

Não é este? *(Pausa.)*

Informo que há requerimento de inclusão na pauta dos Requerimentos de Informação nºs 27, 28, 29 e 30, de 2021, de autoria do Deputado Danilo Forte.

Assim, consulto os Parlamentares se há concordância da inclusão na pauta dos requerimentos em tela, bem como a quebra de interstício de 2 dias úteis contados a partir da sua publicação.

A inclusão na pauta e a quebra de interstício dos Requerimentos nºs 27, 28, 29 e 30 estão em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Deputados que as aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Aprovadas.

Em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que as aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovadas.

O SR. DANILO FORTE (PSDB - CE) - Obrigado, Sr. Presidente. Obrigado aos companheiros da Comissão Mista de Orçamento.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Zarattini. PT - SP) - Calma. Agora vamos votar o requerimento.

V.Exa. pode fazer uma pequena apresentação do requerimento?

O SR. DANILO FORTE (PSDB - CE) - Isso é rápido.

É o seguinte: para o Comitê de Avaliação, Fiscalização e Controle da Execução Orçamentária poder funcionar, precisa de informação dos demais Ministérios. Mas — acho que isto é um ato burocrático —, para essa requisição ser feita, é preciso passar pelo Plenário da Comissão. O que estou pedindo aqui é só o direito de o Comitê de Fiscalização da Execução Orçamentária exercer sua função, já que faz 20 anos que ele não consegue concluir um relatório ao final do exercício fiscal.

Como gosto de cumprir minhas tarefas e gosto de entregar aquilo que me comprometo a fazer, quero ver se este ano entregamos, porque tanto é importante esta Comissão fazer o Orçamento, como, mais importante ainda, é fiscalizar a execução. Não vamos poder fiscalizar em plenitude, fiscalizar o todo da execução orçamentária, mas pelo menos os pontos que foram sugeridos tanto pelo Tribunal de Contas da União como pela Controladoria-Geral da União e pela Secretaria de Orçamento Federal vamos poder analisar. A partir de pontos mais críticos, poderemos apresentar uma avaliação da fiscalização da execução orçamentária pelo Governo Federal. Isso é importante inclusive para consolidar o papel institucional que a Comissão Mista de Orçamentos tem.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) - Eu quero, Presidente, reforçar essa questão levantada pelo meu querido amigo Deputado Danilo Forte. Realmente, a fiscalização precisa... Por isso estes requerimentos estão entrando na pauta por acordo. Então,





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

estou reforçando.

E quero tranquilizar, Presidente... As pessoas estão muito preocupadas, e com toda a razão, com a questão da EMBRAER, a questão da Aeronáutica, da qual estavam sendo retirados 240 milhões de reais pelo PLN 17. Quero só tranquilizar dizendo que não vamos deixar que aconteça isso. Mais uma vez digo que a EMBRAER, como a EMBRAPA, é um ícone para nós, é uma referência mundial. Não estão querendo pagar pela compra do KC, que é importantíssimo não só para pagar a dívida como também para a sustentação da EMBRAER, que, daqui a pouco, estará indo embora.

Quero só tranquilizar a Aeronáutica e a EMBRAER no sentido de que não vamos, na Comissão Mista, admitir a retirada de recurso da EMBRAER e também da Aeronáutica, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Zarattini. PT - SP) - Vamos para a votação.

Corrigindo os números, os requerimentos do Deputado Danilo Forte são os nºs 27, 31, 32, 33, 34 e 35, segundo a Secretaria está me orientando aqui.

Em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Deputados que os aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovados.

Em votação na representação do Senado.

Os Senadores que os aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovados.

Passamos, então, agora a palavra ao Deputado Arnaldo Jardim para que faça...

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Posso fazer a inclusão do nome no Requerimento nº 26, de audiência pública para tratar de emendas de Relator, que já foi aprovado por esta Comissão? Eu gostaria de pedir a inclusão do Consultor de Orçamento do Senado Aritan Maia. Eu gostaria da aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Zarattini. PT - SP) - Em votação o requerimento de inclusão do nome do Sr. Aritan Maia no Requerimento nº 26, que já foi aprovado, a pedido da Deputada Adriana Ventura.

Os Deputados que estiveram a favor permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Aprovado.

Os Senadores que estiveram a favor permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Passo a palavra ao Deputado Arnaldo Jardim para apresentar aqui a proposta do Comitê de Admissibilidade de Emendas.

O SR. ARNALDO JARDIM (CIDADANIA - SP) - Finalmente, Sr. Presidente, quero inclusive justificar...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Zarattini. PT - SP) - Sempre chega a hora, chega a hora...

O SR. ARNALDO JARDIM (CIDADANIA - SP) - Com toda a tranquilidade.

Quero justificar que a minha precipitação foi porque eu entendi que nós estávamos dando sequência a uma reunião, que a abertura já havia sido feita e que particularmente a ata...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Zarattini. PT - SP) - E eu entendi que o senhor queria abordar o assunto relativo ao tema do Deputado Izalci Lucas. Por isso eu lhe dei a palavra sem fazer a votação. Desculpe-me também!

O SR. ARNALDO JARDIM (CIDADANIA - SP) - O que é isso! De forma nenhuma! Nenhuma objeção a V.Exa. Ao contrário, nós temos construído um clima de convergência nesta Comissão. Os embates fazem parte disso.

Da mesma forma que eu me manifestei solidariamente à questão de ciência e tecnologia, eu também trabalhei com o Relator, o nobre Senador Roberto Rocha, para que a integralidade dos recursos, particularmente com relação ao KC-130, pudesse ser preservada. É um projeto estratégico não só para as Forças Armadas, mas também para o desenvolvimento científico e tecnológico do nosso País, pois se trata de um cargueiro de grande porte. Sabemos que, pela primeira vez, isso abre um processo formidável de inovação.

Neste instante, Sr. Presidente, passo ao relatório.

O relatório que ora submetemos à Comissão Mista de Orçamento, suficientemente divulgado, contém diretrizes e orientações para o exame de admissibilidade de emendas ao Projeto de Lei Orçamentária, à luz da Constituição, do





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Plano Plurianual, da LDO e particularmente da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional.

O Comitê de Admissibilidade de Emendas está previsto nessa resolução. A sua composição eu já declinei aqui por uma questão de respeito aos Deputados e Deputadas, Senadores, e Senadoras que a constituem. E o relatório de admissibilidade deve ser votado pela CMO antes do mérito das respectivas matérias.

O relatório que nós apresentamos, Sr. Presidente, ao contrário de especulações que surgiram, reproduz basicamente os últimos relatórios aprovados pela CMO com base na legislação vigente.

Indo diretamente ao assunto, eu quero dizer que as emendas individuais permanecem com as suas diretrizes; serão admitidas até 25 emendas de Parlamentar autor. O valor, já fixado anteriormente, é de 17 milhões 639 mil e 365 reais. Há necessidade de que essas emendas sejam compatíveis com as normas constitucionais e que metade delas seja aportada no setor de saúde. Nós podemos nessas emendas admitir aquelas que tenham recursos suficientes para a conclusão de obra ou etapa de construção.

No caso de transferência especial, fica explícito no nosso relatório, Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, que isso é vedado para pagamento de pessoal e dívida; que o objeto final não é necessariamente especificado na programação, mas deve ser indicada claramente a modalidade de aplicação — Estado ou Município —; que nenhuma emenda poderá ser destinada — nunca — a entidade privada; e os recursos que podem ser, obviamente, aplicados em áreas de competência da União.

Com relação às emendas da bancadas estaduais, Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, o nosso relatório mantém aquilo também que é norma já consagrada entre nós. Serão de 15 a 20 emendas de apropriação e até 3 emendas de remanejamento, cabendo à representação do Senado a iniciativa de 3 emendas de apropriação nas bancadas estaduais integradas por mais de 18 Parlamentares.

Dentre as emendas de apropriação, discrimina-se também o limite de 219 milhões 873 mil e 920 reais como aquilo que deve ser indicado por cada bancada, dentro de emendas impositivas, aquilo que nós denominamos emendas RP7. Em relação às





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

demaís, em havendo outras emendas da bancada, deverão ser caracterizadas como emendas não impositivas, dentro da discriminação RP2.

Deixamos claro que fica estabelecido que as obras deverão ser obras estruturantes, as obras devem guardar compatibilidade com os princípios do PPA e da LDO. E, no caso de obras especificamente, a emenda de bancada deverá contemplar uma única obra ou empreendimento. Empreendimento é entendido como um conjunto de obras físicas contíguas e funcionalmente interdependentes. Compreende-se ainda o espaço para indicação, dentro de plano integrado de ações, em um único Município ou Região Metropolitana ou Região de Interesse de Desenvolvimento Econômico.

As emendas de remanejamento deverão sempre ser dentro da mesma unidade, órgão e GND e ter compatibilidade com fontes de recurso. Há necessidade também que as emendas de bancada estaduais sejam emendas que tenham a preocupação e a determinação de garantir continuidade de obras anteriormente iniciadas.

Razão pela qual, Sr. Presidente, enviamos a cada uma das bancadas a discriminação para que nós possamos ter a garantia de que essas obras poderão ter continuidade, conforme já estabelecido aqui e sistematicamente reafirmado, inclusive pelo Tribunal de Contas da União.

O motivo, Sr. Presidente, que nos levou a divulgar esse relatório de apoio foi a busca pela manutenção da integridade, para que essas obras não tenham solução de continuidade.

Além disso, Sr. Presidente, no que diz respeito às emendas de Comissão, as diretrizes que apresentamos são as seguintes: serão admitidas por Comissão desta Casa e do Senado quatro emendas de apropriação e quatro emendas de remanejamento, sendo todas elas, obviamente, deliberadas por este órgão e pelos diferentes órgãos das Comissões estabelecidas; a emenda deve compreender uma única obra ou empreendimento e um único órgão executor; está vedada explicitamente a Modalidade 99, que se denomina "execução a definir", assim como qualquer emenda que beneficie entidades privadas da forma como se prescreve também nos nossos dispositivos.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, nós tivemos a preocupação de, nessa





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

resolução, garantir a transparência, zelando, exatamente, para que as emendas guardem coerência com aquilo que se denominam, ou seja, que sejam obras estruturantes, como foi o conceito que nos fez optar pelas emendas de bancadas estaduais.

Assim sendo, consideramos que o nosso relatório não abre brecha para nenhum tipo de variação ou flexibilidade que possa, de alguma forma, descaracterizar esse princípio, razão pela qual eu gostaria de solicitar o apoio dos Srs. Parlamentares para que pudéssemos aprovar o presente relatório.

Destaco que o relatório aprovado dá diretrizes para as emendas individuais, para as emendas de bancada e para as emendas de Comissão. Mas não é, obviamente, o fim do trabalho. O trabalho do Comitê de Admissibilidade começa neste instante. Nós teremos essa Comissão trabalhando na análise da admissibilidade quando as bancadas e Comissões Parlamentares apresentarem suas propostas, para as quais já demos orientação.

A nossa consultoria zelará pelos padrões de ordem técnica e jurídica, para que essas emendas possam ser analisadas. As emendas serão analisadas uma a uma, na busca de detectar eventuais inconsistências. E, quando possível, a própria Comissão se encarregará de apresentar os ajustes técnicos necessários para sanear a proposição.

Finalmente, para que saibam dos procedimentos, nós publicaremos o relatório do Comitê de Admissibilidade sobre o conjunto das emendas, o qual deverá ser votado na CMO, que contempla aquelas, obviamente, admitidas e estabelece aquelas não admitidas, explicitando as razões pelo não acolhimento.

Essa é a apresentação sintética que faço do relatório, Sr. Presidente.

Reitero, mais uma vez, o meu agradecimento à assessoria técnica da Comissão de Orçamento, integrada por técnicos da Câmara e do Senado, que nos auxiliou na confecção da referida proposta.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Zarattini. PT - SP) - O relatório do CAE está em discussão.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Tem a palavra o Deputado Danilo Forte.

O SR. DANILO FORTE (PSDB - CE) - Eu queria parabenizar o Deputado Arnaldo Jardim pelo brilhante trabalho, que evidenciou sua preocupação com a transparência e a coerência ao tratar da admissibilidade das emendas, principalmente neste momento crítico, em que os olhares de toda a sociedade brasileira estão voltados para o tema com questionamentos, porque, muitas vezes, não está sendo identificada a aplicação dessas emendas.

Eu gostaria, Relator, se possível, que o entendimento do § 4º do art. 1º fosse ampliado, porque foram reconhecidos espaços das regiões metropolitanas e das Regiões Integradas de Desenvolvimento, as RIDEs, mas ficou de fora o Semiárido. E o Semiárido nordestino é muito mais abrangente do que os nove Estados do Nordeste, porque começa no Maranhão e vai até o norte de Minas e do Espírito Santo, Estado da Presidenta desta Comissão, a Senadora Rose de Freitas.

Se pudesse ser ampliado esse espaço, para atender também, dentro dessa compreensão, a região do Semiárido, essa seria uma contribuição a uma das regiões que têm o maior desequilíbrio regional do País, além das maiores dificuldades do ponto de vista climático e de interseção econômica.

Apesar de todos os avanços que o Semiárido já teve — e agora estamos crescendo muito, graças a Deus, no que diz respeito à matriz energética limpa, que é a energia do sol e do vento —, é preciso que haja maior compatibilidade dos incentivos oriundos de emendas.

Eu mesmo tive a oportunidade de, por meio da Comissão Mista de Orçamento, viabilizar vários cursos com o IFCE, no Estado do Ceará, para a formação de técnicos em instalação e manutenção de energia fotovoltaica, que é a energia solar. Isso está gerando emprego e contribui muito para o desenvolvimento da região.

Diante disso, eu queria que houvesse a compreensão, por parte do Relator, para ampliar esse espaço, até para atender também o norte do Espírito Santo, região muito querida pela Presidenta desta Comissão Mista de Orçamento, a Senadora Rose de Freitas.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Zarattini. PT - SP) - Tem a palavra o Deputado





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Arnaldo Jardim.

O SR. ARNALDO JARDIM (CIDADANIA - SP) - Caro Deputado e particular amigo Danilo Forte, V.Exa. é portador de uma reivindicação que já me foi anteriormente apresentada pelo Deputado Beto Rosado, do Rio Grande do Norte. E imaginem se nos assistiria alguma divergência de mérito com relação à importância de se ter uma obra realmente estruturante em uma região deprimida economicamente.

O Deputado Danilo Forte mencionou o Semiárido com toda a justeza. Acrescentou a referência a regiões do Espírito Santo, certamente pela lembrança da presença da Senadora Rose de Freitas. Poderia mencionar, olhando para o Deputado Carlos Zarattini, para a Deputada Adriana Ventura ou para mim, a região do Vale do Ribeira, no interior do Estado de São Paulo, ou outras regiões deprimidas.

O nosso relatório, Deputado Danilo Forte, razão pela qual me sinto impedido de acolher essa interpretação do § 4º, foi muito rigoroso com relação àquilo que prescrevem as normas. E as normas que nós seguimos foram as do PPA, as da LDO e, particularmente, as da Resolução nº 1. Nós sabemos que a Resolução nº 1 pode ser constantemente aperfeiçoada.

A chegada, agora, do querido Senador Marcelo Castro me faz lembrar de uma providência que tomou a Deputada Rose de Freitas. Em discussão nossa no Colégio de Líderes, S.Exa. decidiu instituir uma Comissão coordenada pelo Deputado Marcelo Castro para que, quando nós discutíssemos a LDO, no período entre a LDO e o momento em que nós fôssemos nos concentrar na análise do Orçamento, pudéssemos eventualmente fazer algum aperfeiçoamento com relação à Resolução nº 1.

Compreendendo que há necessidade de ajuste, e no relatório há justificativa de admissibilidade, que deve se ater aos princípios legais que nós temos constituídos, mas eu não tenho condições de assumir isso. Nós iríamos transcender aquilo que a Resolução nº 1 faz. A discriminação que a Resolução nº 1 faz — e o nosso Consultor Eugênio me ajuda aqui, de uma forma correta, como sempre — é às regiões metropolitanas e às RIDEs. Essa é a caracterização que há lá, o que nos impede de entrar em outras denominações, porque nós teríamos o arbítrio.

Então, eu acolho a observação do Deputado Beto Rosado e reitero mais uma vez





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

o seu empenho. Nós dialogamos, ao longo de um processo como este, mas não podemos atender isso, sob pena de abirmos um processo de interpretação individual que pode ter fragilidade, nobre Deputado Danilo Forte, a quem peço a compreensão do nosso impedimento em poder atendê-lo nessa questão.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Zarattini. PT - SP) - Alguém mais quer usar da palavra?

A SRA. ROSE DE FREITAS (MDB - ES) - Nosso 1º Vice-Presidente, nós estamos participando de reuniões acerca das dotações orçamentárias e dos compromissos assumidos com ciência e tecnologia. Por isso, peço desculpas por não presidir esta sessão, que está sendo muito bem presidida por V.Exa., Deputado Carlos Zarattini.

Eu quero parabenizar o Deputado Arnaldo Jardim e lamentar profundamente a má informação veiculada na mídia acerca de um relatório, o que não corresponde à realidade dos fatos, mencionando, de forma pejorativa, como sempre, rachadinhas e tudo mais. Evidentemente, num Governo com conflito, não vão faltar outras demandas e argumentações para a Comissão de Orçamento, como em outras Comissões. Isso faz parte do processo democrático. Eu queria parabenizar V.Exa.

Quero dizer que todas as discussões realizadas nesta Comissão são totalmente transparentes. Outro dia, um jornalista do *Correio Braziliense* disse: *"A senhora falou sobre transparência. A senhora exerceu isso na Presidência passada"*. Eu respondi: *"Continuarei fazendo isso enquanto estiver na vida pública e tiver que prestar contas dos meus atos"*.

Só quero dizer que é muito importante que reconheçam — e todos nós reconhecemos — o esforço de todos para fazer uma Comissão como esta, para realizar e divulgar seu trabalho, com tantas controvérsias quanto as que o Governo tem colocado para todos nós, não só para a Comissão de Orçamento, como para a Casa como um todo.

Vejamos a questão da ciência e tecnologia, Deputado Arnaldo Jardim. Quando foi realizada a votação dos dois PLs em caráter absolutamente emergencial, foi feito um acordo público acerca de que havia uma falha em relação ao orçamento da ciência e tecnologia. Todos nós nos debruçamos sobre isso. Não fui só eu que fiz várias





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

reuniões. O mesmo aconteceu com a educação. Hoje nós temos um problema claramente exposto no PLN 17. Mas todos os assuntos de que tratamos nós o fazemos no colegiado. O orçamento de V.Exa. é conhecido por todos nós. Está excelente o relatório feito, e V.Exa. o traz aqui, afirmativo de toda a sua conduta política, projetada no trabalho que executa.

Eu queria apenas dizer que nós vamos carecer de um tempo maior para que possamos concluir o debate que estamos realizando em outra sala sobre ciência e tecnologia e sobre o PLN 17.

O Relator virá ao plenário para apresentar o relatório. Ele chegaria às 16h15min. Eu estou conversando com as Mesas para ver se nós temos tempo para apreciar esse relatório. Ele é importante. Evidentemente, quem leu o relatório do Senador Roberto Rocha, e está no nosso *site*, o relatório, viu que ali havia uma insatisfação vinda do Governo e do nosso colegiado na CMO, que deveria atender às demandas da área estudantil e da área da educação. É esse o caminho que estamos procurando. Lá dentro encontram-se os técnicos da área de economia debatendo com o Senador Izalci Lucas, em nome de todos nós, para que possamos construir a saída ao problema que foi deixado, que é o da ciência e tecnologia.

Então, eu peço primeiro a consideração dos parabéns ao Senador Arnaldo Jardim — já esteve aqui a manhã toda apresentando seu trabalho —, para que possamos votar esse relatório.

Se me permite, Presidente, gostaria de falar sobre os requerimentos apresentados. Não sei se já foram votados. *(Pausa.)*

Já foram votados.

Quero parabenizar o Deputado Danilo Forte pela de conduzir os trabalhos da sua coordenação. Quanto mais explicações, quanto mais propostas forem apresentadas e construídas no debate democrático, mais esta Comissão terá a importância reconhecida.

Era o que eu queria dizer. E queria pedir desculpas por todo o atraso, mas as reclamações do Governo e as outras vieram no bojo da discussão da entrega do relatório do PLN 17. Portanto, eu peço a todos compreensão. Nós gostaríamos de votar





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

hoje.

Permitam-me voltar à reunião. Enquanto debatem, eu vou trazer a posição que está sendo adotada e a iniciativa que o Governo vai tomar em relação à ciência e tecnologia. Há também a complementação das verbas das bolsas, que infelizmente só contemplam 1 mês, para pagamento atrasado ainda. Nós precisamos encontrar uma saída no conjunto da nossa obra e do nosso trabalho.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Zarattini. PT - SP) - Não havendo mais quem queira usar da palavra, a discussão está encerrada.

O relatório do CAE está em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação o relatório na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado por unanimidade de votos.

Srs. Deputados e Deputadas, Senadores e Senadoras, nós vamos aguardar por mais 15 minutos a chegada do Senador Roberto Rocha para fazer a leitura do relatório sobre o PLN 17.

Eu queria dizer que até este momento está havendo uma negociação com técnicos do Ministério da Economia na sala da Comissão, e está lá o Senador Izalci. Discute-se a questão que paralisou o debate aqui por alguns momentos, devido ao compromisso que o Governo assumiu com esta Comissão, de complementar recursos para a ciência e tecnologia da ordem de mais de 600 milhões de reais. Então, essa questão está sendo discutida, e é uma das condições para a votação.

A segunda questão que também está sendo discutida, Senadora Rose e milhares de pessoas que nos assistem agora, diz respeito às bolsas do PIDIB. O PLN 17 não é suficiente para o pagamento das bolsas até o fim do ano. Ele vai pagar apenas 1 mês, e mês atrasado, inclusive. É necessário que, após isso, o Governo mande um novo projeto para que haja recurso para essa complementação até o fim do ano. No PLN 17 não é possível resolver esse problema integralmente, apenas a parte que já está





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

destinada.

Então, isso é necessário. E a Comissão vai condicionar o seu funcionamento a isso, no sentido de que venha um novo PLN, atendendo a ciência e tecnologia com 600 milhões de reais, e complementando os recursos necessários para as bolsas, totalizando 120 milhões de reais, segundo informação da CAPES, dos quais uma parte — 32 milhões de reais — já está prevista no PLN 17.

Portanto, aguardaremos mais um pouco. Enquanto isso, nós vamos ouvir o Deputado Wilson Santiago, e, depois, o Deputado Rogério Correia.

O SR. WILSON SANTIAGO (Bloco/PTB - PB) - Deputado Carlos Zarattini, eu quero inicialmente parabenizar a Presidente Rose de Freitas pelo trabalho que realizou hoje. Essa é a prova de que o diálogo está em primeiro lugar para solucionarmos os problemas, os quais nos atrapalham muito ao longo do próprio exercício parlamentar.

A Senadora Rose teve muita competência. Parabéns, Senadora, pelo trabalho. Na verdade, se V.Exa. não tivesse a paciência que tem e a intenção com a coisa pública, não chegaríamos a esse ponto de fazer interlocução ao mesmo tempo com dois Ministérios, para trazer os seus representantes à Casa e construir a solução para resolver o problema da tecnologia. Os técnicos ainda estão em reunião, mas, com certeza, a solução virá.

Com isso, outras votações avançaram. Houve entendimento para as outras votações, até projetos que têm outros Relatores. E essa questão do PLN 17 é muito importante, porque não só mexe com recursos para outros órgãos federais, mas traz a solução para avançar, e não paralisar ainda mais tantas obras que já estão paralisadas no País.

Parabéns à Deputada Rose, parabéns ao Deputado Carlos pela condução e parabéns a todos da Comissão, que, de forma consensual, encontraram a solução para o avanço — é o desejo não só da Senadora Rose, como de todo o País — de inúmeros assuntos e ações fundamentais para o bem estar de todos os brasileiros.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Zarattini. PT - SP) - Muito obrigado.

Tem a palavra o Deputado Rogério Correia.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) - Deputado Carlos Zarattini, primeiro,





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

quero parabenizá-lo pela direção dos trabalhos. Parabenizo ainda a Senadora Rose de Freitas pela compreensão e condução dos trabalhos da Comissão.

Deputado Zarattini, segunda-feira passada, foi realizada uma audiência pública da Comissão de Educação, solicitada por mim, para discutir exatamente as bolsas da CAPES. Contamos com a presença de diversas entidades, entre as quais a UNE — União Nacional dos Estudantes. Também esteve presente a Presidenta da CAPES, Profa. Cláudia, que nos fez um relato mais detalhado sobre essas bolsas. Já os estudantes falaram da agonia daqueles que não estão recebendo as bolsas, pois os pagamentos estão em atraso. São aproximadamente 60 mil estudantes, além de professores, que também as recebem porque lecionam. Dessa forma, eles têm um recurso a mais, que advém exatamente dessa rubrica.

Eu fiquei assustado quando essa professora disse que pediu apoio ao PLN 17, mas que ele supriria apenas até outubro, já com atraso de setembro. Então, eu fiquei de trazer para a Comissão Mista — e hoje tive a oportunidade de colocar para V.Exas., que já estavam atentos ao assunto, é a preocupação de todos — de que nós não poderíamos, a cada mês, daqui até o fim do ano, solicitar um PLN específico para cumprir a meta daquele mês que está faltando. Portanto, era necessário que nesta Comissão se resolvesse isso pelo menos até dezembro.

E a Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende, que é Presidenta da Comissão de Educação, ficou de ver para o ano que vem, no orçamento, um recurso, a fim de que isso não aconteça, ou seja, que não cheguemos ao fim do ano e fiquemos dependendo de PLNs e da boa vontade do Governo, que nem sempre existe.

Trago esse apelo de forma veemente. E peço à Comissão que não aprove esse PLN 17 enquanto o Governo não se comprometer de fato a fazer o repasse tanto para a ciência e tecnologia quanto para a CAPES até dezembro. Perguntei à Presidenta da CAPES o valor e ela confirmou: 124,4 milhões de reais. Esse é o montante necessário para o pagamento do conjunto das bolsas até dezembro. Então, eu deixo esse dado com V.Exas. Parabenizo a Comissão pela interlocução que está tendo com o Governo, na torcida para que resolvamos esse problema este ano. E quem sabe ano que vem nós tenhamos mais recursos para a educação, porque não está fácil.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Muito obrigado e parabéns pela atuação de V.Exas.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Zarattini. PT - SP) - Muito obrigado, Deputado Rogério.

Também destaco o importante trabalho que a diretoria da União Nacional dos Estudantes vem fazendo junto a esta Comissão, um verdadeiro corpo a corpo, esclarecendo o que são essas bolsas, para que servem e como funcionam. Então, quero parabenizar a diretoria da UNE, que trabalhou e vem trabalhando fortemente aqui.

Tem a palavra o Deputado Dagoberto Nogueira.

Em seguida, falará o Deputado Claudio Cajado.

O SR. DAGOBERTO NOGUEIRA (PDT - MS) - Presidente Zarattini, primeiro eu queria cumprimentar a Senadora Rose pela disposição que ela está tendo...

O SR. CLAUDIO CAJADO (PP - BA) - Líder Dagoberto, V.Exa. me cederia a vez, se for possível? Se não for possível, eu espero.

O SR. DAGOBERTO NOGUEIRA (PDT - MS) - É lógico.

O SR. CLAUDIO CAJADO (PP - BA) - Digo isso porque a bancada da Bahia...

O SR. DAGOBERTO NOGUEIRA (PDT - MS) - Dependendo do que V.Exa. vai falar, talvez já dê o esclarecimento que eu ia dar.

O SR. CLAUDIO CAJADO (PP - BA) - Eu agradeço a V.Exa. Na verdade, a bancada da Bahia está reunida e nós iremos agora tratar das emendas. Como o Deputado Arnaldo Jardim apresentou um relatório que deflagra 100% a possibilidade de apresentação de emendas, eu não poderia faltar, até porque meus colegas já me chamaram. Eu desci aqui justamente para participar e, em nome do Governo, ratificar o acordo...

O SR. DAGOBERTO NOGUEIRA (PDT - MS) - Para V.Exa., Deputado Claudio Cajado, que nunca participou disso, é até uma novidade. *(Risos.)*

O SR. CLAUDIO CAJADO (PP - BA) - Quero ratificar, por parte do Governo, que, de fato, houve um compromisso do Governo e, em especial, do Líder, Senador Eduardo Gomes, com a reposição dos recursos da ciência e tecnologia.

Nós estamos vivenciando um momento muito difícil em função do teto dos gastos.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Tudo na peça orçamentária e na PLOA, que vamos começar a discutir a partir da votação de hoje do relatório da CAE, até sua análise final, transformando-a na Lei Orçamentária Anual, tem um limitador. Então, nós temos que mexer em uma dotação para anular outra, e vice-versa. Essa é uma priorização que vai exigir muito de todos nós.

Vejam, por exemplo, que hoje estamos votando uma PEC que estão alcunhando erradamente de "PEC do Calote", PEC não sei do quê. Mas, na verdade, o que estamos querendo fazer é elastecer o prazo do pagamento de precatórios sem dar calote em ninguém. O Governo achou a possibilidade de, através da PEC dos Precatórios, elastecer esses pagamentos e abrir dotação orçamentária para atender os mais vulneráveis. O que foi previsto dos 44 bilhões de reais do auxílio emergencial para este ano já foi gasto. E nós precisamos dar continuidade a essa assistência aos mais vulneráveis, até porque, todos hão de convir, estamos vivenciando uma crise energética mundial.

Nós estamos tendo problema de abastecimento em Londres! O Deputado Carlos Zarattini é um frequentador assíduo do velho continente e sabe disso. A Inglaterra está com problema de abastecimento por conta de falta de empregos, por conta do Brexit e também pelo preço elevadíssimo do barril do petróleo Brent. Além disso, está se iniciando uma retração econômica na China. Trata-se de questão ambiental chinesa que está repercutindo enormemente no agronegócio do Brasil e do mundo. Eu, por exemplo, posso dar a informação a V.Exas. de que um saco de capim-mombaça e capim-massai, que se comprou no ano passado por 280 reais, hoje está custando 1.050 reais, Senadora Rose de Freitas! Isso quer dizer que está quatro vezes mais caro de um ano para outro! Imaginem, no ano que vem, o que isso há de virar. Então, o que o Brasil está sentindo outros países já sentiam antes e estão sentindo agora também.

Como ficam as pessoas que estão desempregadas? Como ficam as pessoas que estavam na informalidade ou que não permaneceram com o seu emprego informal diante da pandemia, recrudescida pela crise econômica e pelo *lockdown*, e, acima de tudo, neste momento, por uma tal variante Delta? Alguns Estados estão abrindo,





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

tirando o uso de máscara etc., e outros continuamente estão mantendo o isolamento e o distanciamento social.

Nós temos que achar esse espaço no Orçamento, Deputado Dagoberto Nogueira, e é por isso que há a PEC dos Precatórios.

Nós temos, hoje, a importante atribuição de votarmos isso, porque de onde vamos conseguir espaço orçamentário para robustecer o Bolsa Família? Se nós não conseguirmos avançar no entendimento com a maioria da Casa, que exige um quórum qualificado de 308 Deputados e Deputadas, nós vamos ter dificuldade de achar recursos, até porque nós não podemos toda hora quebrar o teto, vulnerabilizar a responsabilidade fiscal com os gastos do Governo, porque essa é uma sinalização horrorosa. Assim, nós temos de fazer da própria banha do porco a fritura.

De acordo com essa tese, dentro desse contexto, nós temos dificuldades em anular determinadas dotações. Foi o caso do Ministério da Ciência e Tecnologia. O Governo está comprometido com essa questão, porém, está analisando de onde cortar, de onde apresentar. É por isso que as conversas foram e estão sendo feitas. O Líder do Governo, o Senador Eduardo Gomes, deixou clara essa posição, mas nós precisamos avançar na pauta da CMO hoje.

Votamos o relatório do CAE e vamos votar o PLN 17, que atende às demandas dos estudantes bolsistas, que atende à questão importante da economia. Vários fundos estão previstos na liberação desses recursos do PLN 17, além do projeto KC-390, que são recursos importantes para dar continuidade à estratégia da Força Aérea Brasileira.

Portanto, eu queria dar essas informações, reiterar o compromisso do Governo e dizer que a Liderança do Governo agradece a compreensão de todos, o trabalho e a visão conjunta de fazermos o melhor pelo País.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Zarattini. PT - SP) - Muito obrigado.

Tem a palavra o Deputado Dagoberto Nogueira.

O SR. DAGOBERTO NOGUEIRA (PDT - MS) - Líder Zarattini, eu já havia cumprimentado a Senadora Rose de Freitas pelo trabalho que S.Exa. está fazendo, mas não entendi muito e queria uma explicação muito mais sua. V.Exa. disse que essa





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

questão dos bolsistas não será resolvida nesse PLN 17, e virá um novo PLN para poder resolver isso. Eu não consegui entender essa informação.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Zarattini. PT - SP) - O Governo, no PLN 17, não colocou a totalidade dos recursos para chegar ao fim do ano, que é de 124 milhões de reais.

O SR. DAGOBERTO NOGUEIRA (PDT - MS) - Certo.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Zarattini. PT - SP) - Colocou apenas 32 milhões de reais. O Relator, que está chegando, vai manter o texto do PLN 17 para que seja pago esse recurso, assim que o Congresso votar. Em seguida, nós vamos exigir — trata-se de um compromisso da Comissão — que o Governo mande um segundo PLN com o restante do recurso para chegar até o fim do ano.

Então, é evidente que nós não temos como, no PLN 17, fazermos mudança para atender os 124 milhões de reais necessários. Por conta disso, é melhor nós garantirmos esse mês do que ficarmos bloqueando a Comissão à espera de um novo PLN.

O SR. DAGOBERTO NOGUEIRA (PDT - MS) - Desculpe-me, mas eu acho...

A SRA. ROSE DE FREITAS (MDB - ES) - Se eu puder acrescentar, antes de V.Exa. se manifestar...

O SR. DAGOBERTO NOGUEIRA (PDT - MS) - Pois não.

A SRA. ROSE DE FREITAS (MDB - ES) - Quero registrar que o Relator-Geral, Deputado Hugo Leal, se encontra presente.

Eu gostaria de dizer o seguinte: evidentemente o Relator, o Senador Roberto Rocha, trabalhou para ter um relatório melhor e para atender às demandas que foram colocadas pelos membros da Comissão. Mas, ao fazer isso, acabou gerando conflito de toda natureza, inclusive pelo pequeno valor que estava destinado à questão da educação, e V.Exa. participou do debate lá dentro.

Qual era a solução? Poderíamos não votar ou poderíamos votar como está e construiríamos um entendimento com o Governo de que o que faltasse poderia ser alocado posteriormente, num novo PLN. Foi designado o Senador Izalci, e entramos em contato com o Ministério da Economia para que ele promovesse um debate, em





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

nome da Comissão — porque havia o pedido, o apoio e a posição de cada um que aqui está, inclusive de V.Exa. —, para que nós pudéssemos sair de onde nós estávamos. Nós estávamos nesse *"se correr o bicho pega"*, não é isso?

O SR. DAGOBERTO NOGUEIRA (PDT - MS) - Pois é, Senadora, é porque eu entendi, lá na reunião, que seria resolvida, já nesse PLN, a questão dos bolsistas, essa complementação do que estava faltando, e iríamos tentar ver se seria resolvida, pelo menos parcialmente, essa questão da ciência e tecnologia, ou então viria no outro PLN. Mas, quanto à questão dos bolsistas, tudo se resolveria nesse próprio PLN.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) - Exato.

O SR. DAGOBERTO NOGUEIRA (PDT - MS) - Era isso que eu estava achando...

A SRA. ROSE DE FREITAS (MDB - ES) - Nesse caso, eu acho melhor o Senador Izalci falar. Não haveria de onde tirar esse recurso. Esse é o problema real. Não há como inventar um recurso para agregar ao relatório de S.Exa., que voltou à forma original, não se acata emenda nenhuma, e, portanto, estamos à beira de um rubicão.

Portanto, vamos ouvir o Senador Izalci Lucas.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Zarattini. PT - SP) - O Senador Izalci Lucas está com a palavra.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) - Ainda estão na outra sala o Ministério da Economia, a Secretaria de Governo e o Ministério de Ciência e Tecnologia conversando.

O que acontece? De fato, eu falei com o Ministro Esteves, que disse: *"Não, lá no Ministério há mais de 400, quase 500 milhões de reais que não estão usando"*. Eu disse por telefone para ele: *"Olha, você deve estar confundindo com a questão da vacina, porque nós tiramos do fundo, que nem era para tirar e que está lá porque depende da ANVISA, mas o recurso foi aprovado pelo Congresso, de 415 milhões de reais, para a questão da vacina brasileira, da Bahia, inclusive"*. E é verdade, foi confirmado.

Então, eu disse há pouco lá que nós fizemos um entendimento com o Governo. O Secretário de Governo estava presente e anotou exatamente o que nós pedimos.

Primeiro, o que veio no projeto original de bolsas são 40 e poucos milhões de





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

reais, que só dá...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Zarattini. PT - SP) - São 32 milhões de reais...

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) - Não são 32 milhões de reais. Nos 32 milhões de reais, houve o cancelamento, eu fui ver agora. Nós temos que olhar os detalhes, porque aqui nós não vimos. Mas o que há são os 43 milhões de reais, o que dá para pagar setembro, que está atrasado, e um pedacinho de outubro. Para chegar até dezembro, não há dúvida, seriam necessários os 124 milhões de reais.

Eu acabei de dizer ao Secretário de Governo e ao Ministério da Economia que nós precisamos resolver a questão das bolsas da CAPES de 124 milhões de reais. Então, é só complementar isso. Nós temos, em editais prontos para serem lançados, 1 bilhão e 200 milhões de reais, e não vai ser agora que vamos criar caso. Mas os 690 milhões de reais menos o do IPEN, para o qual foram aprovados 34 milhões de reais, dão 650 milhões de reais, e nós precisamos que venha um PLN repondo esses 650 milhões de reais e completando os 124 milhões de reais das bolsas da CAPES, ou melhor, dos meninos que ganham 400 reais, que são alunos de segundo grau.

Essa a demanda e há três pessoas do Ministério da Economia que estão trabalhando nisso para enviar o PLN, que é o que nós esperamos. A minha posição quanto à proposta é a de que o PLN 17 não tem condição de colocar isso agora. Nós vamos suspender a questão desse PLN até amanhã, até eles resolverem de onde se vai retirar o dinheiro. O Relator conseguiu aumentar o valor no relatório. Mas de onde ele retirou? Da EMBRAER, da Aeronáutica, o que não tem sentido. Então, voltamos à estaca zero: não funciona.

Nós vamos juntos continuar esta reunião, eu ainda não terminei, mas não dá para falar em PLN 17 aqui hoje. Primeiro, porque não dá para resolver o problema das bolsas; segundo, porque tem que resolver o problema da ciência e tecnologia, que é um acordo de que não podemos abrir mão. Os pesquisadores estão aguardando. São 200 milhões de reais de universal, 280 milhões de reais dos Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia, que estão do mesmo jeito: dá para pagar as contas de água, luz e telefone de setembro e as bolsas do CNPq. Assim como a CAPES, o CNPq também tem despesas, que são 100 milhões de reais. Portanto, não dá para discutir isso aqui





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

hoje.

Eu pediria sinceramente...

A SRA. ROSE DE FREITAS (MDB - ES) - Eu só quero dizer a V.Exa. o seguinte: nós estamos num processo em que ninguém aqui sozinho suspende reunião.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) - Sim! Já estava sustando, não é?

A SRA. ROSE DE FREITAS (MDB - ES) - Não. Nós vamos ouvir todo mundo que faz parte da reunião.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) - Tudo bem. É porque eu saí de lá para dizer isso.

A SRA. ROSE DE FREITAS (MDB - ES) - Se V.Exa. prestar atenção, verá que nem temos tempo de concluir o que estamos falando. Então, como V.Exa. está fazendo uma proposta, nós queríamos ouvir o Relator, o Senador Roberto Rocha, que está sentado ali, para que S.Exa. possa falar sobre o conflito que estamos vivendo, tendo V.Exa. muito bem representando o debate.

Quando eu liguei para o Ministério da Economia, eu deixei claro que precisávamos começar uma conversa, porque quebrar tudo não resolve nada. E V.Exa. está fazendo isso muito bem.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) - Certo.

Então, só para finalizar, porque, quando o Deputado Carlos Zarattini, que hoje está presidindo a reunião, assumiu a Presidência para tocar esta reunião e eu saí, o entendimento a que chegamos é o de que votaríamos a questão do Relator Arnaldo, os requerimentos de audiência e informação, e que o PLN 17 não entraria. Foi o que acordamos.

Mas eu vou continuar a reunião. Aliás, eu vou ficar esperando todo mundo falar, e o pessoal aguarda irmos buscar.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Zarattini. PT - SP) - Eu vou devolver a Presidência à Senadora Rose de Freitas, para S.Exa. concluir.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) - Está bem. Vamos ouvir, então, os demais.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Vou passar a palavra ao Relator, para que ele possa apresentar seu relatório e dizer que a decisão sobre haver





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

ou não votação será submetida aos membros da Comissão.

O que acordamos com a Mesa foi aquela decisão que eu tomei, e V.Exa. estava junto. Passei o telefone a V.Exa.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) - Ele já vai ler o relatório do PLN 17?

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Já. Ele vai ler o relatório e nós vamos suspender a reunião.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) - S.Exa. já leu o relatório?

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Não, não leu o relatório! Eu estou propondo, Senador, ao colegiado.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) - Tudo bem.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Antes, nós temos que apreciar o relatório do 17, em que trataremos da quebra de interstício de 2 dias úteis, contados da publicação, conforme previsto no art. 128 da Resolução nº 1...

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) - Sim. Esse, eu vou pedir verificação.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Sim, V.Exa. está no seu direito.

Só me permita encaminhá-lo, porque nós já temos um chamado aqui.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) - Sim, sem problema.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - A quebra de interstício está em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Vejam bem, não está condicionado a que haja uma votação iniciada e concluída. É apenas para que possamos tratar do PLN 17 nesta reunião. Não é para votação. Pode ficar tranquilo, porque aqui nós temos não só um código de honra, como também de ética: como se encontra aprovado ou quanto aos votos.

Em votação no Senado Federal.

Os Senadores que a aprovam permaneçam...

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Desculpe-me, eu queria pedir verificação.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Deixe-me só acabar de





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

colocar em votação na Câmara. Daí a senhora... *(Pausa.)*

Desculpe-me, eu estou colocando em votação no Senado.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Está bem, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - V.Exas. precisam confiar, por favor! Todos aqui têm um papel e todos eticamente o cumprem. Mas no meio do caminho não se conclui nada.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) - Eu estava na reunião, por isso é que estou aqui.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - E por isso eu vou relembrar o que foi tratado na reunião.

Então, a proposta é de quebra de interstício. E vou explicar o porquê disso.

Não temos como dar a palavra ao Relator até para dizer o que ele fez se não tivermos a capacidade de continuar a reunião. A quebra de interstício não é voto automático nem compulsório, mas apenas para continuar. O Relator precisa falar. O que ele fez? Rasgou o relatório? Ele trouxe um relatório? Substituiu o relatório? Eu acho que todos querem saber, e eu também quero.

Em votação na Câmara.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Em votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) - Verificação. *(Pausa.)*

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Senador Izalci e mais dois Senadores pedem verificação. É preciso apoio para que o façam.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) - Tem alguém? *(Pausa.)*

Tudo bem. Vamos tocando.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Senador Izalci, deixe-me relembrar ao Plenário que V.Exa. está participando de uma reunião em que esta Presidência foi articulada com o senhor. Portanto, temos as mesmas preocupações em





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

não votar o que não é devido, não deixar no vazio a palavra que o Líder colocou aqui. Estamos todos do lado de V.Exa. É só permitir que democraticamente o Relator possa usar da palavra.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) - Presidente, eu só quero ressaltar que não está relacionado ao Senador Izalci. Esta é uma questão do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Todos os Líderes estiveram do lado de V.Exa.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) - Sim, e espero que continuem!

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Então, vamos aguardar, Senador. V.Exa. está fazendo tal pressão que fica até difícil de a Presidência se manifestar. Por favor! Esta não é a luta de uma pessoa só.

Vamos apreciar o item 2, com todas as ressalvas que colocamos.

Vamos passar a palavra ao Relator, que vai falar sobre o Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 17, de 2021, que abre aos orçamentos fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo e de operações oficiais de crédito, crédito suplementar no valor de R\$ 4.113.646.125,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

Com a palavra o Senador Roberto Rocha.

O SR. ROBERTO ROCHA (PSDB - MA) - Sra. Presidente, Srs. Senadores e Srs. Deputados, quero ser breve. Já discutimos exaustivamente essa questão na reunião com os Líderes.

Desde já, quero deixar uma questão muito clara a todos os bolsistas da CAPES, que, ansiosos, esperam essa votação e estavam preocupados, com todo o direito. É importante destacar que, em nenhum momento, esta Comissão, através do Relator ou através de alguma emenda, alterou o valor dos recursos dos bolsistas. Todos somos sensíveis a essa questão. Eu mesmo, como Relator, seja no primeiro relatório apresentado, seja no segundo, asseguro que as questões relativas à CAPES ficaram intocadas.

É importante destacar isso e deixar todos muito tranquilos em relação a essa





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

questão. Não se trata apenas do Relator, pois V.Exa., Presidente desta Comissão, sempre conversou comigo, preocupada com essa matéria, assim como todos os demais Senadores e Senadoras, Deputados e Deputadas.

Quero ir direto ao voto, para não ter que tomar muito tempo dos senhores. E quero dizer que, após a nossa longa reunião de hoje, concluímos, por unanimidade, a necessidade que têm o Ministério da Aeronáutica e a EMBRAER na questão do cargueiro KC, que é uma joia brasileira. Eu conheço esse projeto. Fui com o Ministro Jungmann à Europa quando ele estava em produção. Trata-se de uma tecnologia da EMBRAER que realmente merece nossos aplausos. Tivemos muito apelos...

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) - Deputada, eu respeito V.Exa., tenho o maior respeito por V.Exa. Eu vou responder. Não vou admitir...

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Se eu for mais uma vez reprimida por V.Exa. porque estou a trabalhar... V.Exa. não tem voto aqui. V.Exa. tem que respeitar as pessoas.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) - Eu respeito.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Eu conheço V.Exa.

Então, V.Exa. interrompeu o Relator, que estava tentando ajudar.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) - Não fui eu que interrompi, Presidente. Estamos em votação nominal na Câmara.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Senador Izalci Lucas, é exatamente isto que estou tentando fazer: terminar de ouvir as palavras do Relator, que não durarão mais do que 2 minutos, tempo que V.Exa. está encompridando para 20 minutos.

Mais uma vez, digo a V.Exa. que estamos todos trabalhando juntos. A preocupação do Deputado Dagoberto é votar, assim como é de todos também. V.Exa. permita, por favor.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) - O Relator pode terminar.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Muito agradecida a V.Exa.

O SR. ROBERTO ROCHA (PSDB - MA) - Quero lembrar que estamos no Outubro Rosa, então, as mulheres têm prioridade.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) - Sim, estamos no Outubro Rosa. Na semana que vem, começa o Novembro Azul.

O SR. ROBERTO ROCHA (PSDB - MA) - Quero destacar isso e pedir ao meu companheiro e amigo, o Senador Izalci, que possamos concluir. Parece-me que, em um primeiro momento, a questão é apenas de leitura, até para deixar tranquilos aqueles que estão ansiosos aguardando essa matéria.

Portanto, par não me delongar mais, considerando a constitucionalidade, juridicidade e mérito da matéria, somos pela inadmissão das Emendas nºs 1, 4, 5, 9, 21 e 22 e rejeição, no mérito, das Emendas nºs 2, 3, 6, 7, 8 e 10 a 20. E assim, somos pela aprovação...

Eu não sei se estou atrapalhando a conversa de vocês.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Eu não estou conseguindo, pois a ansiedade tomou conta. Não estou conseguindo.

O SR. ROBERTO ROCHA (PSDB - MA) - Não, não. Se eu estiver atrapalhando a conversa de V.Exas., espero.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - V.Exa. está proferindo o seu parecer. Por favor.

O SR. ROBERTO ROCHA (PSDB - MA) - E, assim, eu voto pela aprovação do Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 17, de 2021, na forma proposta pelo Poder Executivo, mantendo intactos os recursos tanto da Aeronáutica e da EMBRAER quanto da CAPES, para os bolsistas que aguardam ansiosos essa matéria.

É esse o voto, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Agradeço e peço desculpas a V.Exa. Depois de um dia difícil, muitas vezes perdemos um pouco a paciência.

Explico ao Plenário que o relatório apresentado agora, substituindo o que foi apresentado, é o relatório original.

Em função da por falta de entendimento, estou suspendendo a reunião. Ainda há um espaço de discussão, que está sendo organizado por esta Presidência. Os técnicos já estão lá, e eu vou participar ativamente até o final.

Suspendo a sessão, para, amanhã, às 10 horas, darmos continuidade a ela.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

(A reunião é suspensa.)

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Havendo número regimental, declaro reiniciada a 11ª Reunião Extraordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, para apreciação das matérias constantes da pauta.

Informo que a reunião ocorre de forma mista, com os Deputados presentes no plenário e os Senadores participando forma presencial ou virtual, através da plataforma Zoom.

Eu estou abrindo a sessão para que as pessoas possam registrar a presença, mas vamos suspendê-la em virtude de ainda ser necessária alguma interlocução interna na Comissão, para chegarmos a acordo sobre a votação da pauta que está anunciada.

Está suspensa a sessão.

(A reunião é suspensa.)

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Havendo número regimental, declaro reiniciada a 11ª Reunião Extraordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, para apreciação das matérias constantes da pauta.

Reaberta a reunião, informo que a audiência ocorrerá de forma mista, da mesma maneira das reuniões realizadas até agora, com os Deputados presentes no plenário e os Senadores participando de forma presencial ou virtual, através da plataforma Zoom.

Antes de iniciarmos — estamos aguardando a presença do Relator —, eu gostaria de avisar a todos que estão acompanhando a reunião virtualmente que nós organizamos várias reuniões para que pudéssemos, ao fim e ao cabo, chegar a um entendimento acerca da demanda colocada, porque não deveríamos passar por sobre ela, sem chegar a lugar nenhum.

Ontem, contamos aqui com a presença, exaustivamente, de uma comissão do Ministério da Economia e, hoje, contamos com a presença dos Ministérios da Economia e da Ciência e Tecnologia. Tivemos aqui também a presença do Secretário Esteves. E nós trazemos um relato do que foi discutido, conversado, acordado,





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

ajustado e compromissado.

Eu abrirei a palavra ao Senador Izalci, para que ele possa falar.

Entendo que isso aqui não foi uma conversa de bêbado para motorista. De jeito nenhum! Esses acordos são compromissos que seguem adiante, como pauta prioritária para as nossas ações. Evidentemente, com o cumprimento deles, vamos deliberar sobre as ações da nossa Comissão e do Congresso Nacional. Tudo foi acordado, entendido e compromissado.

Eu passo a palavra ao Senador Izalci Lucas, para que, em síntese, ele relate o resultado das nossas reuniões.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) - Inicialmente, eu quero agradecer e parabenizar a nossa Presidente, a Senadora Rose de Freitas, que conduz muito bem esta Comissão e sempre busca resolver as questões com muita articulação, com muita conversa.

É como na casa da gente: quando o cobertor é curto, quando a coisa começa a complicar, a briga é grande, todo mundo quer o seu pedaço. E este ano, existe uma dificuldade orçamentária, e é evidente que cada Ministério quer cumprir o seu programa.

Eu, como Presidente da Frente Parlamentar Mista de Ciência, Tecnologia e Inovação, entrei nesta Comissão e no Congresso Nacional com o objetivo de defender sempre a educação e a ciência e tecnologia. Então, eu brigo por isso e peço até desculpas. Às vezes, nós exageramos, não é, Deputada Adriana? V.Exa. disse que eu exagerei ontem um pouquinho. Mas tudo isso é no sentido de podermos realmente ver o nosso sonho realizado e as coisas acontecendo de acordo com aquilo em que acreditamos.

Então, o que estávamos conversando ontem aqui? Nós já tínhamos votado ontem os requerimentos, aquilo que era importante e de interesse da Comissão, mas havia o PLN 17 para ser votado. E nós tínhamos, de certa forma, o compromisso da Liderança do Governo, firmado na reunião passada, de repor os recursos que foram retirados do PL 16, que são exatamente os recursos da ciência e tecnologia, de em torno de 650 milhões de reais.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Entendemos que nós desta Comissão e o próprio Plenário tínhamos a obrigação de brigar por isso, de repor esse recurso. E foi o que aconteceu ontem. Fizemos diversas reuniões e detectamos mais um problema, que é exatamente o PLN 17 com relação à educação, à CAPES. Eu tinha feito, na semana passada, na Comissão de Educação do Senado, uma audiência pública sobre a questão das bolsas. No Orçamento, no projeto original, há 43 milhões de reais, que são suficientes para pagar agosto e setembro, mas ainda restam os meses de outubro, novembro e dezembro.

Nesse entendimento que fizemos ontem e estamos fazendo hoje aqui — em muitas reuniões com a participação do Esteves, que está assumindo essa questão e tem conhecimento de tudo isso —, qual foi o compromisso que ajustamos? Nós ajustamos que o Governo vai complementar, evidentemente, as bolsas, o que é fundamental, num PLN que será trabalhado neste período agora.

Então, o encaminhamento hoje — pelo menos é o que eu defendo aqui e acho que a Presidente vai encaminhar — é que votemos o PLN 17 na sua proposta original, para manter os 43 milhões de reais e para pagar as bolsas já, imediatamente. E, antes da reunião da JEO, que cuida da questão orçamentária, teremos uma reunião com os Ministérios da Economia e da Ciência e Tecnologia, cujos responsáveis pelo orçamento nesses Ministérios já estiveram aqui, para verificar de que forma eles poderão atender à ciência e tecnologia, em que temos exatamente 100 milhões de reais do CNPq, que também tem bolsas. Na CAPES, há a formação com o PDTIC, mas, no CNPq, há as bolsas dos pesquisadores, que são os 100 milhões de reais.

Existem também as organizações sociais, várias delas. Acho que o Deputado Carlos Zarattini deve conhecê-las. Nós vamos convidar todos os membros da Comissão para visitarmos o Sirius, que é um exemplo, pois há outros, para vermos o que isso representa.

Portanto, nós temos a necessidade inicial de 280 milhões de reais para cumprir os compromissos das organizações sociais e mais alguns das pesquisas universais. Mas há esse trabalho que vai ser feito nos Ministérios da Ciência e Tecnologia e da Economia, para ver se eles vão executar este ano o que têm lá. Há os recursos de vacina ou outros que estão lá, e pode ser que não se execute agora alguma coisa que





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

possa atender a esses editais.

Mas o importante para nós, Deputado Zarattini — já antecipando ou prevendo alguma coisa no Senado —, o que queremos, é o seguinte: que votemos o PLN 17 na forma original. Antes da sessão do Congresso e da reunião da JEO, nós teremos uma reunião. E, se for necessário, se não encontrarmos o caminho, nós nos reuniremos depois da reunião da JEO. Tudo isso vai acontecer antes da sessão do Congresso.

Nós esperamos, como houve o compromisso do Ministério da Economia e do Ministério da Ciência e Tecnologia, que se busque resolver essas questões. Caso sejam resolvidas, nós aprovaremos, na sessão do Congresso, o PLN definitivamente, porque sua aprovação aqui não significa que ele estará aprovado lá.

No caso das bolsas do PL 17, são 81 milhões de reais que estão faltando. Então, há um compromisso com relação aos 81 milhões de reais da CAPES. Há um recurso de 43 milhões de reais no projeto original, não é, Senador Roberto Rocha? A proposta é votar o projeto original, e o Governo vai complementar o restante num PLN, até a sessão do Congresso, para as bolsas dos estudantes.

Estou vendo alguns estudantes presentes e digo-lhes que podem ficar tranquilos, porque o Governo, com todo o esforço, vai colocar esses recursos com certeza, porque não há como não pagar essas bolsas, que são importantíssimas para todos.

A SRA. DRA. SORAYA MANATO (PSL - ES) - Senador Izalci, a Presidente da CAPES, Cláudia Toledo, está presente nesta reunião.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) - Sim, ela está aqui.

Então, nós fizemos reunião na Câmara e no Senado. De fato, o que falta na CAPES, segundo as informações que colhemos, são 124 milhões de reais. Então, faltam 81 milhões de reais, que devem ser complementados pelo Governo em novo PLN, que está chegando.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC) - Pela ordem, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Tem a palavra o Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC) - Senador Izalci, eu gostaria de cumprimentá-lo pela síntese que fez especialmente na questão da CAPES. Todos nós





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

que temos algum vínculo com universidades somos pressionados a responder sobre isso, e eu acho que o seu esclarecimento é definitivo.

Trata-se de 124 milhões de reais para bolsas. Imagine o que significa uma interrupção, uma vez que um atraso já é bastante danoso. Então, há esse compromisso de 43 milhões de reais mais os 81 milhões de reais que temos de acreditar que o Governo vai entregar. E eu concordo com o resumo muito benfeito por V.Exa.

Quanto ao PLN 17, eu quero me congratular com o Senador Roberto Rocha, que refluíu. Como eu fui — a Senadora Rose de Freitas sabe o que eu estou falando — um pouco áspero quando o PLN 15 foi violentado, quero dizer que, sempre que evitarmos essas interlocuções sem esclarecimento, ganharemos tempo.

Por isso, eu me congratulo com V.Exas. e com o Senador Roberto Rocha por ter acolhido a nossa sugestão e ter apresentado, no seu relatório, o PLN 17 na sua versão original.

Muito obrigado.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) - Quero só complementar algo, Presidente, com a presença do Senador Roberto Rocha.

Senador, eu não quero criar polêmica nem nada com relação ao PLN 17, porque já está tudo esclarecido. Eu só indago a V.Exa., visto que é a informação que eu tive, se existe o recurso da EMBRAER, do KC-390, de 240 milhões de reais, no seu projeto original.

Aliás, se é o projeto original, está correto, porque é para aquisição, não é para desenvolvimento. Já está corrigido, não é isso? O projeto original já é assim. *(Pausa.)*

Então, desculpe-me. Queremos exatamente o que está lá.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Eu pediria ao Senador que ficasse do lado de cá.

O SR. ROBERTO ROCHA (PSDB - MA) - Tudo bem. Mas, como eu fui citado, gostaria de dar um esclarecimento ao Senador Esperidião Amin, até pelo zelo e amizade que tenho por ele.

Em verdade, os recursos da CAPES nunca foram tocados nesse PLN 17.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Estávamos tratando de remanejamento em relação aos recursos do KC-390, nunca das bolsas do CAPES. E mais, segundo a Presidente, que está aqui, o valor que está faltando para se poder chegar até o final do ano, além dos 43 milhões de reais que estão nesse PLN 17, são mais 124,4 milhões de reais. Não é isso? São 124,4 milhões de reais. Então, precisa corrigir esses números. Mas isso é do Executivo, eles sabem lá. Isso aqui é só para poder deixar clara a nossa iniciativa de não tocar em nada em relação a esses recursos da CAPES.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) - Então, anote aí para o Ministério da Economia conversar com a CAPES, porque o entendimento sempre foi de 124 milhões de reais. Ela deve ter considerado que estavam contemplados aqui os 124 milhões de reais. Não são 81 milhões de reais que ela está dizendo, mas 124 milhões de reais.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Eu gostaria de alertar sobre essa questão, Senador. V.Exa. estava presente à reunião, assim como o Deputado Carlos Zarattini, o Deputado Bosco Costa, a Deputada Adriana Ventura e a Deputada Dra. Soraya Manato. E sempre estávamos acompanhados pelo Sr. Marcos Paulo, que se encontra aqui. Havia uma conta no valor de 124 milhões de reais. Desses, 43 milhões de reais foram atendidos e faltavam 81 milhões de reais, que nós fechamos para um novo PLN.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC) - É isso que eu sei.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - É isso, Senador Esperidião Amin?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC) - É isso que eu conheço.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - É isso que todos nós conhecemos. Qualquer alteração sobre isso, deveremos voltar à mesma reunião, que vai anteceder a JEO, para ajustarmos o novo PLN. Gostaríamos de ficar dentro daquilo que discutimos e combinamos.

Eu queria conceder a palavra ao Deputado Carlos Zarattini.

Em seguida, peço a compreensão de todos, pois o Senador Roberto Rocha tem um filho em tratamento e precisa sair do hospital com ele. Então, o Senador tem que chegar ao hospital. Ele está aqui conosco desde ontem nesses debates.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP) - Será bem rápido, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Pois não, Deputado Carlos Zarattini.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP) - Presidente, eu não pude comparecer à reunião por outros compromissos, mas estive representando a nossa bancada o Deputado Zé Carlos, do Maranhão, que acompanhou e informou toda a bancada do resultado dessa negociação.

Eu só tenho a lamentar que o Governo, que sabe que tem uma despesa com bolsas, deixe essa situação em que temos que ficar brigando por uma coisa que deveria ser consagrada. Nós não estamos falando de algo que é novidade. Trata-se de uma despesa corrente do Governo que tem que estar no orçamento, e isso não tem nem que ser discutido. É um absurdo estarmos aqui hoje debatendo esse assunto.

Quero cumprimentar o Senador Izalci pelo empenho em relação às verbas da ciência e da tecnologia.

Sra. Presidente, quero deixar claro que, da parte do Partido dos Trabalhadores, não vamos concordar com a realização de uma sessão do Congresso Nacional sem que o problema das bolsas esteja resolvido. Não vai haver acordo da nossa parte em realizar sessão. Vamos obstruir a sessão se esse problema não estiver resolvido.

Vamos dar um voto de confiança, principalmente, a V.Exa. pela sua capacidade de articulação e de negociação, que tem sido muito boa.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Quero parabenizar V.Exa. pela mobilização de estar presente ou não com os seus assessores, acompanhando toda a discussão.

Quero dizer que fizemos não um voto de confiança ao Governo, absolutamente. Nós fizemos um voto de compromisso e seguiremos com ele até a hora de se apresentar o PLN e a complementação dos recursos. Nós avançaremos conforme tudo o que foi tratado e com o que V.Exa. está disposto a ir. Antes da reunião da JEO, teremos outra reunião.

Atendendo inclusive ao que V.Exa. diz, quero dizer que não haverá nenhuma indicação de qualquer Relator para qualquer PLN nesta Casa sem antes aferirmos em





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

reunião o que está proposto, o que precisa ser feito e aonde queremos chegar. Imagine ter 3 minutos antes de uma votação uma posição a favor ou contra o trabalho executado e a ausência do Governo nesses debates? Mas agora temos o compromisso — não é, Dr. Marcos? — de que, daqui para a frente, teremos a antecedência necessária, principalmente no setor de ciência e tecnologia.

Passo a palavra ao Sr. Relator, o Senador Roberto Rocha.

O SR. ROBERTO ROCHA (PSDB - MA) - Sra. Presidente, Srs. Parlamentares, ontem, eu li o nosso relatório do PLN 17. E quero fazer dois registros ao reafirmar o nosso voto na direção da proposta original do Executivo, rejeitando todas as emendas que foram apresentadas.

Em verdade, é preciso que fique claro — eu tenho aqui ao meu lado a Presidente da CAPES — que nunca foi tratado nesta Comissão, nem por mim, nem por nenhum outro membro, sobre a alteração dos recursos da CAPES. Estão absolutamente intactos os recursos que foram destinados neste PLN.

Cumprimento todos os bolsistas que estavam ansiosos, aguardando o momento de ser deliberada esta matéria — milhões de bolsistas pelo País inteiro. Realmente, o Deputado Carlos Zarattini está certo, esta é uma matéria que não deveria estar em discussão entre nós aqui, porque é uma matéria mais do Executivo. Eu tenho a absoluta convicção de que não vão faltar, por parte do Governo, recursos para cumprir com esses compromissos, da mesma forma como não faltou, por parte desta Comissão, para os bolsistas.

Em relação aos recursos para o avião KC-390, este PLN destina aproximadamente 240 milhões de reais ao Ministério da Aeronáutica para acomodar desejos e aspirações de Deputados e Senadores de diversos Estados representados nesta Comissão. Nós acolhemos inúmeras emendas para atender a essas demandas legítimas.

Em reunião desde ontem, nós terminamos por refluir e não alterar os recursos do Ministério da Aeronáutica, porque essa questão me parece de importância e urgência para a solução deste caso.

Eu mesmo conheço bem o KC-390. Tive a oportunidade de ir à Europa com o





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Ministro Raul Jungmann e o vi na época da fabricação, cheguei a conhecê-lo por dentro e por fora. Realmente, ele é uma joia brasileira. Na época, até disse que o nome poderia ser esse, mas o apelido tinha que ter a nossa brasilidade nele, como o avião Tucano, que lembra uma ave brasileira. O apelido poderia ser Amazon — sem querer imitar aquela empresa —, mas referindo-se à Amazônia, que é conhecida no mundo todo.

Independentemente disso, quero deixar esses dois registros, tanto da CAPES quanto do KC-390. Para não haver prejuízo — é bom ser dito — dos interesses dos Parlamentares de atender aos seus Estados em diversas áreas, como a FUNASA o DNIT, o Ministério do Desenvolvimento Regional, etc., nós resolvemos recuar para não comprometer os recursos do Ministério da Aeronáutica e da EMBRAER, uma empresa brasileira que orgulha a todos nós.

Portanto, esse é o meu voto, Sra. Presidente.

Peço aos companheiros que decidamos logo hoje essa matéria em relação ao PLN 17.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Quero declarar o prosseguimento da sessão e explicar à Sra. Cláudia Mansani que nós tínhamos um tempo fatídico e não poderíamos prolongar as reuniões sob pena de não chegarmos ao acordo necessário. Peço desculpas por não franquear a reunião para que a senhora estivesse presente. Mas tenho certeza de que a senhora ouviu vários Parlamentares e fez interlocução com vários representantes desta Casa. Sinta-se acolhida por todos nós.

Em conformidade com o disposto no § 2º do art. 146 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, declaro inadmitidas as Emendas nºs 1, 4, 5, 9, 21 e 22 indicadas pelo Relator no seu voto.

O relatório está em discussão.

Tem a palavra a Deputada Adriana Ventura.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Sra. Presidente, quero deixar também consignado que tenho um pedido de retirada de pauta do PLN 17. Mas, como estamos votando o PLN original e já restituímos tanto o valor do Ministério da Defesa





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

quanto o das bolsas e tudo foi ajustado, eu declaro aqui que ele já foi retirado previamente.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Pois não.

Há mais alguém que queira discutir? *(Pausa.)*

Tem a palavra o Deputado Bosco Costa.

O SR. BOSCO COSTA (PL - SE) - Sra. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, Sras. Senadoras e Srs. Senadores, apenas quero parabenizar esta Comissão pelo consenso, pelo equilíbrio, diante das necessidades. Sabemos também que essa questão das bolsas tem uma importância muito grande, não é, Deputado Izalci?

Quero também parabenizar V.Exa., Presidente Rose de Freitas, pela maneira como exerce a Presidência, ouvindo todos e todas. Tenho certeza de que estamos no caminho certo.

Era isso, Sra. Presidente.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - A discussão está encerrada.

Não foram apresentados destaques. O relatório está em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

(Manifestação na plateia: Nas ruas, nas praças! Quem disse que sumiu? Aqui está presente o movimento estudantil!)

Aprovado o relatório, a matéria vai ao Congresso Nacional.

Eu queria apenas colocar em apreciação, havendo a concordância do Plenário, a proposta de dispensa da leitura da Ata da 10ª Reunião Deliberativa Extraordinária, realizada em 7 de outubro. Caso haja alguma retificação, eu peço aos Srs.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Parlamentares que se manifestem. *(Pausa.)*

Não havendo manifestação, a ata está em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Em votação na representação do Senado Federal.

Os Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Eu queria propor não o encerramento desta reunião, mas a suspensão dela, porque, na semana que vem, faremos convocação para continuarmos a deliberar sobre assuntos pertinentes, inclusive sobre vários requerimentos que estão aqui, e também discutir se poderemos construir uma pauta com a aprovação do trabalho das coordenações — alguns foram apresentados.

Como há muita gente apreensiva, que não sabe se estará aqui na próxima semana, então eu proponho que estejam na quarta-feira e na quinta-feira.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Eu tenho uma dúvida, Presidente. Na verdade, a suspensão é justamente para garantir a presença dessas pessoas que não sabem se estarão aqui?

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - É para a continuidade do trabalho das coordenações. Alguns trabalhos estão sendo apresentados, e nós precisamos de uma agenda, senão vamos embolar com a semana seguinte, que terá o trabalho que precede a GEO, a reunião com o Ministério da Economia, com o Ministério da Ciência e Tecnologia e mais a votação no Congresso Nacional. Não podemos ficar dependendo da presença em Brasília.

Então, nós vamos suspender os trabalhos, já avisando que haverá reunião na quarta-feira e na quinta-feira.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Serão planos de trabalho. Não haverá deliberação, correto?

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - E apreciaremos todos os requerimentos que, porventura, entrarem na Comissão.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - O.k.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Todos estão de acordo?

(Pausa.)

Antes de encerrar, para a pauta da próxima reunião, comunico que haverá o Requerimento nº 28, de 2021, que requer a realização de reunião de audiência pública, no âmbito da CMO, com os representantes do IPEA e do Ministério da Economia, juntamente com a Deputada Leandre, Presidente da Frente Parlamentar Mista da Primeira Infância, e da Consultora de Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara dos Deputados, Júlia Alves Rodrigues. O autor desse requerimento é o Deputado Izalci Lucas.

Não há necessidade de usar da palavra? Está aprovado o requerimento? *(Pausa.)*

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP) - Sra. Presidente, depois seria bom divulgar as reuniões com mais antecedência.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Nós estamos fazendo isso agora. Hoje é uma quinta-feira. Já estou avisando que, depois do feriado, teremos uma reunião na quarta-feira e outra na quinta-feira para apreciarmos todos os relatórios que entrarem nesta Comissão até a data conveniente. Caso contrário, comunicaremos a pauta deserta, mas não é o caso.

Eu estou incluindo o requerimento na pauta. Não precisa de votação, Deputado Carlos Zarattini.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Não entendi.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Nós estamos apenas incluindo na pauta o requerimento para ser votado na próxima reunião.

Requerimento nº 29, de 2021, do Deputado Hugo Leal, que requer a realização de seminário internacional voltado ao compartilhamento de experiências do processo orçamentário no âmbito do Poder Legislativo de outros países. Esse requerimento também é para ser incluído na pauta.

Requerimento nº 30, de 2021, do Deputado Hildo Rocha, que requer sejam solicitadas ao Sr. Ministro de Estado da Economia informações relativas ao excesso de arrecadação das receitas da União referente ao exercício de 2021.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

São notícias vinculadas permanentemente. Há até alguns relatórios trimestrais que apontam que o Estado teve um excesso de arrecadação que precisamos conhecer, até para a boa execução do trabalho na CMO e para as discussões de todas as demandas que muitas vezes não são atendidas nos PLNs que são enviados a esta Casa.

Então, são esses três requerimentos.

Deputada Adriana Ventura, V.Exa. quer falar?

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Na verdade, eu não tenho objeção alguma, mas, até para podermos nos organizar, a única coisa que peço é que os relatórios sejam disponibilizados bem previamente, para que possamos fazer a devida leitura.

É só isto o que eu peço, para não termos deliberação.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Será atendida a reivindicação de V.Exa. Vamos fazer com que isso aconteça com a maior antecedência possível.

Considero suspensa a presente reunião.

(A reunião é suspensa.)

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Havendo número regimental, declaro reiniciada a 11ª Reunião Extraordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, para apreciação das matérias constantes da pauta.

Informo que a reunião ocorre de forma mista: os Deputados e os Senadores participam de forma presencial ou virtual, através da plataforma Zoom.

Na semana passada, foram apreciados o Relatório do CAE, o PLN 17/21-CN e os requerimentos de autoria do Coordenador do Comitê de Fiscalização. Além disso, foram incluídos na pauta o Requerimento nº 28, de autoria do Deputado Izalci Lucas, o Requerimento nº 29, de autoria do Deputado Hugo Leal, e o Requerimento nº 30, de autoria do Deputado Hildo Rocha.

Passaremos agora à apreciação desses requerimentos.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. JUSCELINO FILHO (DEM - MA) - Sra. Presidente, eu queria subscrever o Requerimento nº 29, do Deputado Hugo Leal, que requer a realização de seminário internacional voltado ao compartilhamento das experiências do processo orçamentário no âmbito do Poder Legislativo de outros países.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Muito obrigada.

O SR. BOSCO COSTA (PL - SE) - Sra. Presidente, também com esse mesmo raciocínio, peço para subscrever o requerimento do nobre Deputado Hugo.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Pois não.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Eu também, Presidente. Deputada Adriana Ventura. Subscrição.

O SR. DANIEL ALMEIDA (PCdoB - BA) - O Deputado Daniel Almeida também pede a subscrição.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Deputado Bosco, Deputada Adriana, Deputado Daniel, todos vão subscrever o requerimento do Deputado Hugo Leal.

Deputado Hildo Rocha, Deputado Arnaldo Jardim...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Sabem por quê? Lá no meu Estado, em Cariacica, há uma região que se chama Jardim América, e eu fico com isso na cabeça. Vou falar. Peço desculpas.

Passa-se à apreciação do requerimento.

Alguém pode comunicar ao Senador Izalci que a matéria dele vai entrar em votação?

Apreciação do Requerimento nº 28, de 2021, que requer a realização de reunião de audiência pública, no âmbito da CMO, com representantes do IPEA e do Ministério da Economia, juntamente com a Deputada Leandre, Presidente da Frente Parlamentar Mista da Primeira Infância, e da Consultora de Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara dos Deputados Júlia Alves Rodrigues. A autoria é do Senador Izalci Lucas.

Tem a palavra o Senador Izalci Lucas.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) - Presidente, quero cumprimentar os caros





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

colegas que estão aqui.

Tudo bem, Deputado Arnaldo Jardim?

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - V.Exa. tem a palavra como autor do requerimento.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) - Colegas, tenho o requerimento de realização de audiência pública no âmbito desta Comissão para debater os resultados dos estudos do UNICEF e do IPEA acerca do PPA 2016-2019, incluindo inclusive o orçamento previsto para 2022, para exatamente incentivar o aumento de investimentos, além da exposição dos programas detalhados do orçamento realizado no âmbito do Ministério da Economia, para compreensão dos critérios de aplicabilidade do orçamento, ações orçamentárias, integração de serviço para garantir prioridade na formulação do desenvolvimento e manutenção de políticas públicas para a primeira infância.

Esse tema é de suma importância.

Estamos convidando aqui Enid Rocha Andrade da Silva, representante do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada — IPEA; o representante da Secretaria de Avaliação, Planejamento, Energia e Loteria — Secap, do Ministério da Economia, o representante da Secretaria de Orçamento Federal — SOF, do Ministério da Economia; a Júlia Alves Marinho Rodrigues, Consultora de Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara dos Deputados; e a Deputada Federal Leandre Dal Ponte, que também é Presidente da Frente Parlamentar Mista da Primeira Infância.

Peço aos colegas o apoio para a aprovação do Requerimento nº 28, de 2021.

É isso, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Em discussão o requerimento. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-lo, está encerrada a discussão.

Em votação na representação da Câmara dos Deputados.

As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) - Agradeço o apoio unânime da Comissão.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Em votação no Senado Federal.

As Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se acham.
(Pausa.)

Aprovado.

Apreciação do Requerimento nº 29, de 2021, que requer a realização de seminário internacional voltado ao compartilhamento de experiências do processo orçamentário no âmbito do Poder Legislativo de outros países. O autor é o Deputado Hugo Leal, e subscreveram o requerimento o Deputado Juscelino Filho, o Deputado Bosco Costa, a Deputada Adriana Ventura, o Deputado Daniel Almeida, o Deputado Arnaldo Jardim e o Deputado Hildo Rocha.

Concedo a palavra ao Deputado Juscelino Filho, para sustentar o requerimento.

O SR. JUSCELINO FILHO (DEM - MA) - Boa tarde.

Eu, junto com os demais colegas que subscreveram esse requerimento do Deputado Hugo Leal, que trata sobre a realização de seminário internacional para compartilhar experiências sobre o processo orçamentário no âmbito do Poder Legislativo, pedimos o apoio de todos. Esse compartilhamento de ideias é bastante importante e enriquecedor.

Aqui sugerimos que sejam convidados: representante da diretoria de orçamento e despesas públicas da OCDE; representante da implantação do processo de adequação orçamentária do poder legislativo francês; o Diretor da Dirección de Presupuestos — DIPRES, do Governo do Chile; parlamentar da comissão de finanças do poder legislativo da Suécia; além do professor da escola de políticas públicas americana.

Esse é o requerimento, Sra. Presidente, e nós pedimos o apoio de todos para sua aprovação.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - O requerimento está em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discuti-lo, em votação.

Em votação na Câmara dos Deputados.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação no Senado Federal.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado.

Requerimento nº 30, de 2021, que requer que sejam solicitados ao Sr. Ministro de Estado da Economia informações relativas ao excesso de arrecadação das receitas da União referente ao exercício de 2021. O autor é o Deputado Hildo Rocha, a quem eu concedo a palavra.

O SR. HILDO ROCHA (MDB - MA) - Sra. Presidente Senadora Rose de Freitas, Sr. Vice-Presidente Senador Izalci, Srs. Deputados, Sras. Deputadas aqui presentes, Senadores ausentes, mas que estão nos prestigiando ao participarem desta Comissão através do Zoom, apresentei este requerimento, para o qual peço o apoio de V.Exas., por ser o Relator do PLN 9/2021 e tendo em vista que o Governo Federal pede, através desse PLN, que seja quebrada a regra de ouro para pagar despesas correntes. Logicamente que se quebra regra de ouro para pagar despesas correntes.

Acontece que o Governo pediu, inicialmente, 164 bilhões de reais, mesmo tendo um excesso de arrecadação incrível durante o ano de 2021. Posteriormente, há poucos dias, o Governo, por meio do Ofício nº 452, do Sr. Ministro da Economia, informou a redução de dotações condicionadas à aprovação de crédito, na forma do art. 23 da Lei nº 14.116, de 2021, Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Eles se justificam dizendo que conseguiram pagar 70 bilhões de reais sem precisar quebrar a regra de ouro. Ou seja, não necessitam mais de 164 bilhões de reais, apenas de 90 bilhões de reais. Isso significa dizer que nós já estamos no lucro porque, se nós fôssemos pagar esses 164 bilhões de reais no ano que vem, já seriam 8 bilhões de reais só de juros da diferença. Desses 70 bilhões de reais, nós estaríamos pagando 8 bilhões de reais de juros, aumentando o endividamento público, diminuindo o investimento, aumentando a pobreza e aumentando a inflação, porque empréstimo





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

público é gerador de inflação, além do que implicaria a evolução do nosso Produto Interno Bruto. Então, já houve uma grande conquista. Mas, mesmo assim, eu entendo que não há necessidade desses 90 bilhões de reais.

Por isso eu gostaria que o Governo encaminhasse essas informações, porque, na própria Lei de Diretrizes Orçamentárias, há um dispositivo que diz que o Governo é obrigado a disponibilizar, a dar transparência ao excesso de arrecadação. Está lá na Lei de Diretrizes Orçamentárias. E o Governo não está cumprindo a lei que foi aprovada pelo Congresso Nacional, porque não está disponível quanto o Governo já arrecadou em excesso de arrecadação. Então, ele seria obrigado a informar.

Infelizmente, como ele não informou o excesso de arrecadação, somos obrigados a fazer esse requerimento e solicitar o que deveria estar disponível para todos, não apenas para os membros desta Comissão e para este Deputado Hildo Rocha, que é o Relator desse PLN 9, para que nós possamos fazer um novo relatório com base nas informações que vierem de forma oficial. Estou fazendo o requerimento de forma oficial, através desta Comissão Mista de Orçamento, que é quem deve tratar do assunto.

Por isso peço apoio aos colegas Deputados, Deputadas; Senadores e Senadoras.

O SR. ARNALDO JARDIM (CIDADANIA - SP) - Peço a palavra para discutir, Sra. Presidenta.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Para discutir, tem a palavra o Deputado Arnaldo Jardim.

O SR. ARNALDO JARDIM (CIDADANIA - SP) - Sra. Presidenta, Srs. e Srs. Parlamentares, de forma muito objetiva, quero saudar essa iniciativa oportuna e necessária do Deputado Hildo Rocha. Todos nós sabemos que a proposta orçamentária que nós recebemos carece de fundamentação. Nós estamos sendo cautelosos na sua tramitação, estabelecendo regras, e os diversos entes, Comissões e bancadas, estão se mobilizando.

O que eu quero dizer com isso? Que os dados são claramente insuficientes.

Esse requerimento que faz o Deputado Hildo Rocha colabora nesse sentido. O próprio Governo reconheceu que terá que mandar um ajuste à peça orçamentária que





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

foi enviada ao Parlamento.

Nós estamos debatendo hoje a chamada PEC dos Precatórios, que terá uma incidência total no PLN 9/2021, a que se referiu o Deputado Hildo Rocha. O seu requerimento é muito mais abrangente, porque nos vai permitir ter dados para que possamos deliberar sobre uma questão mais global, que é a própria proposta orçamentária.

Então, parabéns, Deputado Hildo Rocha! Conte conosco.

Eu queria só pedir à Presidente que fizesse um esforço. Afora aprovarmos o requerimento, que eu espero tenha o apoio de todos aqui, e encaminhá-lo normalmente, que V.Exa. possa fazer um diálogo direto com o Ministério da Economia para pedir celeridade na resposta a este requerimento, pela importância que isso terá, porque isso vai determinar o nosso próprio ritmo de trabalho aqui na Comissão.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Antes de passar a palavra à Deputada Adriana Ventura, eu quero responder a V.Exa.

Antes de esse requerimento existir, nós havíamos tratado com o Relator da LDO diversos assuntos. E tem toda a razão o Deputado Hildo Rocha quando diz que esse requerimento é importante. Nós debatemos esse assunto no Ministério. Evidentemente debatemos de forma preliminar. Estamos diante de um quadro que precisa de respostas, de uma crise de enfrentamento, inclusive de teto e tudo o mais, sem resposta suficiente para encarar os problemas que o Brasil tem.

Temos cerca de 2 mil creches dentro do elenco de obras paralisadas. De acordo com o cronograma feito por esta Comissão de debater obras paralisadas, há o enfrentamento desse excesso de arrecadação, que vai depender da forma criativa e responsável como esta Comissão tratará esses assuntos e outros sobre obras paralisadas.

O que fazer com esse excesso de arrecadação? O Ministro da Economia tem que se sentar aqui e explicar. Nós temos uma Comissão afeita a esse assunto e vamos aproveitar para dar andamento a ela.

Então, prometo que, talvez amanhã ou na semana que venha, darei a V.Exa. uma





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

resposta objetiva sobre o requerimento do Deputado Hildo Rocha. E aproveito para parabenizá-lo.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB - MG) - Presidente, V.Exa. me permite a palavra, pela ordem, na mesma linha?

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Após a Deputada Adriana Ventura.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB - MG) - Após a Deputada Adriana Ventura, é claro.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - A Deputada Adriana Ventura está com a palavra.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Serei bem breve, até para passar a palavra para o meu colega, o Deputado Domingos Sávio.

Presidente, eu gostaria também de parabenizar o Deputado Hildo Rocha. Eu já disse a S.Exa. que eu faço questão de subscrever esse requerimento. Eu acho muito importante essa demanda, esses esclarecimentos.

Gostaria também de solicitar a V.Exa. — eu sei que, no início dos trabalhos desta Comissão, V.Exa. fez vários requerimentos de comparecimento de Ministro — que endossasse a presença do Ministro Paulo Guedes aqui, para discutirmos o que já é regimental na CMO, que são as prioridades do nosso Orçamento.

Esta audiência ainda não foi feita. Esta Comissão não discutiu prioridades de forma ampla. E nós estávamos até reunindo aqui um grupo de Parlamentares. Nós já elaboramos um requerimento, com a assinatura de todos, fazendo essa solicitação e fomos alertados pela própria Comissão, pela Secretaria da Comissão, que isso já está na fila.

Então, eu gostaria de saber se já há uma data para a presença do Ministro, a fim de que esta Comissão possa efetivamente discutir as prioridades orçamentárias, as prioridades do nosso País.

Portanto, era isso que eu queria pedir a V.Exa. e também, novamente, a subscrição do requerimento do meu colega Deputado Hildo Rocha.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Esclarecendo mais uma vez





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

à Deputada Adriana, todos os requerimentos feitos nesta Casa foram atendidos. Sobre o Ministro Paulo Guedes, nós trocamos a presença de S.Exa. pela a da equipe dele. Isso foi esclarecido aqui. Inclusive, foi feito um requerimento solicitando a presença com toda a equipe dele. Nenhum Ministro deixou de comparecer, nem o da Ciência e Tecnologia, nem o da Educação, nada disso aconteceu. Vamos tratar daqui para frente, porque para trás já foi cumprido.

Com a palavra o Deputado...

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Presidente, só um minuto. Na verdade, eu estava aqui quando a equipe do Ministro da Economia esteve presente e aquilo ali, para mim, foi discussão sobre a situação do País, não foi uma discussão de prioridade. Então, eu farei depois outro requerimento para aprovação nesta Comissão.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Nós podemos, com esse mesmo requerimento, atender a demanda de V.Exa. Outros Parlamentares já colocaram isso na reunião lá dentro. Então, veio a equipe do Ministério da Economia porque foi essa a solicitação. Não votamos requerimento para ter a presença do Ministro Paulo Guedes, quero esclarecer a V.Exa., e não é automático.

Com a palavra o Deputado Domingos Sávio.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB - MG) - Presidente, eu quero me unir a V.Exa. nas considerações que fez sobre o requerimento do Deputado Hildo Rocha. E, obviamente, parabenizar o Deputado Hildo Rocha pela feliz iniciativa e também por colocar sua inteligência e sua experiência a serviço do País e não de causas menores. Essa análise, com a abordagem que o Deputado Hildo fez, precisa ser aprofundada por nós.

Nós aqui — eu creio que estou dizendo algo que é o sentimento da ampla maioria — não queremos, em momento algum fazer apologia à irresponsabilidade fiscal. Nós não queremos furar teto, mas também não podemos ficar escravos de uma compreensão parcial de como é a realidade orçamentária nacional.

Há uma dinâmica no Orçamento, assim como há uma dinâmica na economia, e nós estamos diante de um excedente de receitas. Do outro lado, nós temos obras





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

inacabadas. Há obras inacabadas na educação. Inclusive, quando ocorreram os cancelamentos de empenho, eu fiquei revoltadíssimo aqui nesta Casa, assim como vários outros, e, sem dúvida, como a Senadora Rose e o Senador Izalci, pessoas tão dedicadas à educação. E foi um sentimento absolutamente suprapartidário.

De repente, cancelou-se o empenho de centenas e centenas de obras da educação. Essas obras estão inacabadas e precisam ser concluídas. Elas estavam no planejamento, tanto no Plano Plurianual quanto na LOA, e, de repente, o empenho foi cancelado. Agora há excedentes de arrecadação, e não podemos ignorar isso, nem o Governo fingir que isso não existe. Fala-se inclusive: *"Bom, vamos adiar os precatórios, vamos isso..."*, mas não se usa um recurso que é próprio do Orçamento, e esta Comissão tem autoridade para isso.

Então, sob a liderança de V.Exa., Deputada Rose, com uma feliz sugestão como essa do Deputado Hildo, nós temos que aprofundar com responsabilidade essa questão. A intenção não é fazer qualquer apologia ao desequilíbrio fiscal do País. Nós não queremos isso. Mas temos que priorizar obra inacabada. E, se há excedente de receita, temos que nos valer dele. Senão, isso acaba indo para outros fins que não atendem os grandes interesses nacionais.

Comungo com V.Exas., e, se me permitem, quero subscrever esse requerimento também.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Estava inscrito o Senador Izalci. Em seguida, concederei a palavra a V.Exa., Deputado Daniel Almeida.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) - Deputado Hildo, eu quero apenas parabenizar V.Exa.

Deputado Domingos Sávio, eu também quero subscrever esse requerimento do Deputado Hildo Rocha, que tem uma experiência grande, importante aqui nesta Comissão.

Deputada Adriana, na prática, houve uma mudança no quadro ministerial. Aqueles que aqui estiveram não estão mais. Seria importante ver como ficará essa nova mudança. Acho que esse requerimento é importante para vermos como funcionará daqui para a frente.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Mas quero subscrever o requerimento, Deputado Hildo Rocha.

Parabéns a V.Exa.!

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Concedo a palavra ao Deputado Daniel Almeida.

O SR. DANIEL ALMEIDA (PCdoB - BA) - Senadora Rose, nobres Senadores, Deputados e Deputadas, eu também quero subscrever o requerimento do Deputado Hildo Rocha. Mas também quero fazer aqui observações sobre a necessidade de haver uma interlocução mais permanente com a área da economia. O Ministro da Economia dá opinião todos os dias, fala de coisas, produz alterações no ambiente econômico, e há muita carência de recursos para coisas essenciais.

Há um debate nesta Casa sobre o Auxílio Brasil, o fim do Bolsa Família e a criação do Auxílio Brasil. E há um debate sobre a origem dos recursos. Há milhares de obras inacabadas e também uma demanda inquestionável sobre as necessidades de recursos para atender tais obras.

Nós debatíamos aqui no PLN 17/2021 a necessidade de recomposição de valores para a ciência e tecnologia e para a educação. Falta dinheiro para a bolsa das pessoas que estão nas universidades, para que elas possam prestar um serviço à sociedade, ensinando alunos pobres pelo País afora. E há um volume extraordinário de excesso de arrecadação. Onde deve ser debatido esse assunto? Na Comissão de Orçamento, no Congresso Nacional.

Aliás, o Congresso Nacional resgatou grande parte das suas prerrogativas de debater sobre o Orçamento e sua responsabilidade sobre a execução orçamentária. Então, eu acho que o Ministro tem que vir aqui permanentemente. Eu diria que, nas condições em que se encontra o País e dadas as oscilações na área econômica, o Ministro deveria vir aqui uma vez ao mês prestar contas, debater, falar das coisas que estão acontecendo, porque há uma instabilidade que é permanente.

Então, eu queria saudar a iniciativa do Deputado Hildo de apresentar esse requerimento e me associar a ele, para pedir informações. Ao mesmo tempo, reforço a necessidade de chamar o Ministro aqui para fazer esse debate. A ideia não é esgrachar o Ministro, não é fazer proselitismo político, mas construir efetivamente um ambiente de





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

debate. E que nós possamos, coletivamente, olhando para o Brasil, encontrar os melhores caminhos, as melhores soluções.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Bom, está encerrada a discussão.

Mais alguém gostaria de usar a palavra?

Este computador aqui é difícil.

Não havendo quem queira discutir, nós passaremos à votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado.

Eu gostaria, antes de encerrar esta sessão, de dar algumas informações a esta nossa plenária.

Na sexta-feira, nove PLNs foram publicados. Esses PLNs não estão na Comissão até a data de hoje, levando-se em conta que segunda-feira o funcionamento foi normal e que, apesar de não ter presença na Casa, o expediente foi normal. Nós entramos em contato com a Presidência do Congresso Nacional e estamos aguardando o expediente do Sr. Presidente.

Quero lembrá-los que esses PLNs têm sido discutidos com as Lideranças, inclusive há manifestações de vários partidos em relação a ter uma relatoria para aquela agremiação. Nós estamos fazendo isso. É evidente que se você indica um Relator que *a priori* já se declara contra aquele projeto, é difícil que os companheiros entendam por que foi feito assim. Mesmo assim, nós discutimos, tem que ser um processo democrático.

Vamos fazer, Deputado Domingos Sávio, o que fizemos na gestão passada em que todos aqui tiveram um relatório. Não será o caso deste ano, porque nós estamos com crise atrás de crise. Até o dia 30, o Governo poderá enviar vários PLNs, mas quero comunicar-lhes que nove já se encontram no Congresso Nacional. Vamos





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

publicar quais são eles, as pessoas acompanham, e os partidos, por favor, manifestam-se.

Há mais outra questão. Nós queríamos promover alguns debates aqui em relação ao momento atual. Como disseram os Deputados Domingos Sávio e Hildo Rocha, nós temos uma arrecadação, uma receita robusta. E o que fazer com ela? É preciso discutir isso. Nós temos uma mania, e é uma mania do Congresso, da Câmara, das Assembleias. Se está formulado, se está feito naquele modelo, nós seguimos aquele modelo.

Não cabe a nós discutir as obras paralisadas? Cabe sim. Não cabe discutir o excesso da receita? Cabe sim. O que fazer com ela? Não é só apontar o lugar-comum. Já existe até sulco na terra de tanto passar pelo mesmo caminho, e nós queremos encontrar um caminho em conjunto.

Portanto, existe uma Comissão funcionando nesta Casa, e é importante que todos saibam que ela está aberta ao debate, nós todos estamos. Aquilo que for de bom alvitre que seja trazido para que nós possamos debater, inclusive em reunião formal lá dentro da economia, não só no debate público, porque tem a televisão filmando. O Deputado Hildo Rocha já foi lá, nós fizemos reunião, S.Exa. expôs suas opiniões, e o nosso Relator da LDO sentou com a equipe econômica à mesa.

Ah, nós não queremos passar por esse caminho, mas tem um caminho aqui que está sendo proposto pela CMO. Nós queremos fazer isso, e todos podem participar. Não tem aqui só a Comissão afeita àquele assunto que pode, por acaso, tratar das obras paralisadas. Por que nós falamos em obras paralisadas? Porque muitas obras foram paralisadas. E no pagamento da última parcela, depois da fiscalização, depois do relatório apresentado e da medição da obra, essa obra foi paralisada pelo próprio poder local.

Mas nós mulheres do Brasil inteiro, representantes do povo dentro desta Casa, trazemos aqui, de forma pertinente, a discussão sobre as obras paralisadas, sobre as creches neste País. Essas obras foram paralisadas há muito tempo. Anunciaram a construção de 6 mil creches, foram construídas 1.200, as demais foram paralisadas, e não se cobrou satisfação sobre isso. Mas nós cobramos do Ministério da Economia e





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

falamos que queremos encontrar para elas e para obras importantes uma solução. Quem sabe, pensando em conjunto, nós, junto com a assessoria da Casa e com outras pessoas que fazem parte da discussão do Orçamento, nós encontraremos uma solução pertinente, inclusive sobre o Auxílio Brasil.

Eu acho que nós temos que fazer isso, é oportuno fazer, é o papel desta Casa fazer, e a CMO não tem só o papel de analisar PLN, fazer reunião e votar requerimento. Ela pode dar um passo maior na direção de consolidar os interesses do povo brasileiro e, sobretudo, superar gargalos que já existem há anos por força de resolução. Vamos mexer onde tivermos que mexer. A resolução é um impeditivo? Claro, é. Pode ser superado em prol do bem comum, dos interesses inclusive da administração pública? Pode. Tudo, evidentemente, com ética e de uma forma republicana.

Com a palavra o Deputado Juscelino Filho.

O SR. JUSCELINO FILHO (DEM - MA) - Presidente, só complementando a sua fala no que tange às obras paralisadas, quero dizer que discutimos bastante no âmbito da aprovação da Lei de Diretrizes Orçamentárias e colocamos alguns dispositivos importantes tanto na Lei de Diretrizes Orçamentárias do ano de 2022, cujo orçamento estamos aqui construindo para o ano que vem, quanto no PLN que relatamos aqui, que também trouxe algumas alterações da Lei de Diretrizes Orçamentárias deste ano de 2021. Inclusive, o Presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, o Sr. Marcelo, procurou-nos para agradecer esses dispositivos que nós colocamos.

No que tange à alteração do ano de 2021, esses dispositivos não foram vetados, e, então, já estão em vigor. Eles já estão trabalhando uma portaria ministerial, o FNDE junto ao MEC, para tratarem sobre esse possível reequilíbrio e reajuste dessas planilhas orçamentárias, dessas obras que se encontram paralisadas.

Todos sabemos que estamos em 2 anos de pandemia, em que o preço das coisas, principalmente de material de construção, estourou de uma forma em que não há como, com o mesmo recurso, dar seguimento a essas obras que estão nessa situação.

Então, esses dispositivos viabilizaram a possibilidade de que essas obras





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

pudessem sofrer esse reequilíbrio orçamentário nas suas planilhas, nos seus valores. E também colocamos dispositivos que vão fazer com que o FNDE e o MEC não tenham que cancelar os empenhos no que tange a essas obras, no caso do ano de 2021.

Então, isso é muito importante, porque muitas obras também acabaram paralisadas porque tiveram seus empenhos cancelados em 2020, em 2019, e acabava sendo um trabalho árduo para garantir novamente orçamento para essas obras. Com esse dispositivo, os empenhos de todas elas não serão cancelados.

Esses mesmos dispositivos foram aprovados na LDO de 2022, e aqui eu já pontuo aos colegas que, no momento adequado — e acho que, talvez, na próxima sessão do Congresso —, devam constar na pauta esses dispositivos que foram vetados. Então, vai ser de suma importância o trabalho de todos com suas lideranças para que derrubemos esses vetos e mantenhamos esses dispositivos também para o ano de 2022.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Com a palavra a Deputada Dra. Soraya Manato.

A SRA. DRA. SORAYA MANATO (PSL - ES) - Obrigada, Senadora Rose de Freitas, nossa Presidente da CMO. O que me preocupa muito sobre essas obras paradas, principalmente de creches e de unidades de saúde, é que nós nos empenhamos, colocamos emenda; muitas vezes, as obras estão concluídas, e o Prefeito não quer que elas entrem em funcionamento. E isso acontece com as creches também.

Então, muitas vezes, há obras que estão paradas, mas há obras que já estão terminadas e que até hoje não entraram em funcionamento. O exemplo que eu dou é da Unidade de Saúde da Família de Terra Vermelha, que a Senadora Rose de Freitas conhece muito bem, no Município de Vila Velha, e o atual Prefeito não quer que ela entre em funcionamento. Lá há 150 mil pessoas que habitam a grande região de Terra Vermelha. Isso é o cúmulo do absurdo, é o descaso com o dinheiro público.

Então, muito nos preocupa isso daqui. Vamos nos empenhar para terminar as obras? Vamos. Os Prefeitos vão colocá-las em funcionamento? Eu tenho minhas dúvidas, porque, para você manter uma creche ou uma unidade de saúde, isso tem um





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

custo. E os Prefeitos alegam que não têm dinheiro.

Então, essa é a minha a minha consideração.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - A Deputada Dra. Soraya trata de um assunto trazido reiteradas vezes por vários Parlamentares. É um absurdo pensar que a iniciativa de se fazer uma obra, na maioria das vezes... Eu já nem me sinto Senadora mais, porque eu não estou cabendo nesse modelinho de Senado.

Eu sei que, na verdade, a obra é solicitada pela população. No final, entram aí alguns parâmetros políticos vergonhosos, como, por exemplo, não admitir o funcionamento de uma obra porque ela foi feita pelo seu antecessor, ou não querer que ela funcione porque existe um gasto que ele naquele momento não pode fazer, mas deveria requerer auxílio ao poder público. Tem que se pensar nisso. É uma boa oportunidade de se pensar também qual é a maneira de socorrer essas obras em favor da população.

Normalmente eu digo que essa questão das creches evidenciou no Brasil um descaso muito grande com a primeira infância, com as crianças, com as famílias, e está na hora de se pensar também numa forma de ajudar para que, em relação a essas obras em andamento, de repente, eles não quererem mais essa obra. Não é assim que funciona, nem como deveria funcionar. Ou até funciona, mas não deveria funcionar.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB - MG) - Presidente, V.Exa. me permite, por gentileza?

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Pois não.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB - MG) - Gostaria de cumprimentar a Deputada Dra. Soraya, porque nós ficamos até vislumbrando pela competência de V.Exa.

A abordagem que eu percebo e, inclusive, que nos une, porque a nossa Presidente, logo na análise da proposta do requerimento do Deputado Hildo, trouxe, somado à preocupação do Deputado Hildo com a arrecadação, que tem superado as expectativas e a previsão orçamentária, o problema das obras inacabadas, que V.Exa. traz agora, com uma análise mais profunda, complementada pela Presidente.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Eu queria sugerir, Presidente — e não sei nem se seria de uma maneira formal, mas sob a liderança de V.Exa. nesta Comissão —, que designássemos aqui um grupo de trabalho para estarmos em contato com o FNDE. O que nós testemunhamos na prática? Nas obras que estão inacabadas, numa ampla maioria, houve problema não só nos Municípios, mas também na demora de repasse por parte do Governo Federal, o que levou as empresas que estavam contratadas ou à falência ou ao abandono da obra. Os impeditivos de fazer aditivos para reequilíbrio contratual são um problema. Mas eu creio que isso possa ser superado, se analisarmos o assunto tanto com o FNDE quanto com os Municípios.

Por outro lado, os Municípios, indiferentemente de terem mudado de gestão, de terem outro Prefeito, estão obrigados a devolverem o dinheiro se eles não concluírem a obra. E eu não tenho dúvida de que nenhum deles não só não estão preparados, como também não querem fazer isso. Mas eles precisam concluir a obra.

Se nós assegurarmos, por parte da dotação orçamentária do FNDE, recursos suficientes para a conclusão dessas obras, eu estou propenso a acreditar que 99% dos Municípios irão se empenhar em concluí-las. Essa história de que, ao concluir a obra, o custeio pode representar uma dificuldade ainda maior, eu não estou convencido dela, porque uma obra, uma vez iniciada, na grande maioria das vezes, significa que crianças vão estar em locais precários e às vezes até sem escola, no caso de crianças em fase de educação infantil ou creche, e ainda tendo que pagar o aluguel.

Então, o problema existe. E eu acho que nós temos os meios para buscar a solução. O FNDE precisa concluir essas obras. As Prefeituras precisam concluí-las, sob pena de ficarem inadimplentes e estarem sem condições de operar com o Governo Federal, o que é uma tragédia para qualquer Município — ou se termina a obra ou tem-se que devolver o dinheiro.

Como nós sabemos que é uma obra necessária, essa alternativa da receita extra, somada a uma união política nossa, para que no orçamento deste próximo ano tenha prioridade a conclusão de obra, que, aliás, já está na LDO, eu acho, Presidente, que caberia fazermos um grupo de trabalho que tivesse a ação formal desta Comissão, liderada por V.Exa., junto ao FNDE, para termos os dados atualizados de quantas





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

creches nós temos com contratos e quantas creches nós temos com medição iniciada, porque eles têm condições de dizer em quais creches não se iniciou a obra e em quais creches não houve licitação. Neste caso, isso não é obra inacabada, mas obra que nem se iniciou.

Nós tivemos aqui a presença do Diretor-Geral do FNDE. Mas quem se manifestou mais no dia que ele veio discutir as prioridades foi o Ministro da Educação. O Ministro se mostrou sensível e ele também quer concluir as obras. Mas a obra que foi iniciada, que já tem um percentual de obra executada, que teve liberação de recurso e pagamento parcial nós tínhamos que ter isso bem detalhado para fazermos um esforço grande aqui desta Comissão, para garantir que, no ano de 2022, elas sejam priorizadas e concluídas.

É essa a contribuição, Presidente. Mais uma vez, apelo pela liderança de V.Exa., que é muito sensível à causa da educação, que V.Exa. nos lidere. Eu me coloco à sua disposição. Não tenho dúvida de que outros colegas aqui também o farão, para formalmente requerermos ao FNDE e, em visita *in loco*, em reunião com os técnicos, eu não diria abrimos a caixa-preta, porque são dados públicos, mas termos isso de maneira formal e organizada à disposição da Comissão, para que nos sentemos com o Ministro da Economia e botemos um ponto final pelo menos nas obras inacabadas da educação, mais de 2 mil obras, tenho certeza, que afetam milhões de crianças neste Brasil. Essas obras têm dotação orçamentária constitucional.

Aí vem o paradoxo: chega ao final do ano e não se gastou o dinheiro todo, inclusive as Prefeituras e até mesmo o Governo Federal não gastaram. Aí vira uma correria para se fazer alguma coisa; a obra inacabada ficou lá o ano inteiro sem fazer uma nova licitação; a Prefeitura não tem a segurança de que o FNDE vai liberar o dinheiro; o Prefeito não prioriza; e o assunto fica parado.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Vou dar a palavra novamente ao Deputado Arnaldo Jardim. Porém, eu queria fazer uma comunicação.

Nós solicitamos ao Ministério da Educação um levantamento das obras paralisadas, que estará à disposição de todos nesta Comissão — o Deputado Paulo Azi está cuidando da Comissão que trata de obras paralisadas —, para que cada





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

membro desta Comissão conheça a relação dessas obras em seu Estado, em todas as áreas em que nós identificamos obras com essas características, para inclusive, se encontrarmos uma solução, se é que há uma, e acho que isso é plausível, sabermos exatamente onde e como vão usar o recurso para terminarem essas obras, como disse o Deputado Domingos Sávio.

Tem a palavra o Deputado Arnaldo Jardim.

O SR. ARNALDO JARDIM (CIDADANIA - SP) - Muito obrigado, Senadora Rose de Freitas. Vou falar bem objetivamente.

Inicialmente, quero me somar a todas as manifestações dos Parlamentares, agora concluídas na palavra do Deputado Domingos Sávio. Acho esse grupo de trabalho importante, oportuno. Parabenizo V.Exa. por essa iniciativa, e queremos colaborar com relação a isso.

Eu só queria pleitear, Senadora Rose, aquilo que foi o espírito da sua intervenção a partir das colocações que nós fizemos, quanto ao relatório do Deputado Hildo Rocha.

Eu acabei de mandar, no WhatsApp da nossa querida Presidente Rose, uma análise que recebi em um grupo, assinada pelo economista Mansueto, que, durante muito tempo, prestou serviço ao Governo e hoje é economista-chefe de um banco muito importante, um dos maiores bancos de investimento do nosso País. Ele tem dados ali que são muito significativos. Daqui a pouco, nós vamos receber uma nova proposta de ajuste da Peça Orçamentária.

De minha parte, quero dizer, e acho que a todos nós, que não nos anima não temos nenhuma confiança em uma equipe econômica que já deu reiteradas demonstrações de incapacidade. Estou sendo delicado, mas objetivo, porque hoje nós estamos com uma taxa SELIC — o Deputado Juscelino viu na LDO os fatores macroeconômicos — de 7,75%, com viés de alta e prognóstico de podermos iniciar o ano além dos dois dígitos, como referência. Então, isso impõe a todos nós uma necessária reflexão.

Eu, que conheço bem o instinto e a ação da nossa Presidente Rose, digo que nós não vamos aceitar prato feito. É lógico que nós vamos querer ouvir o Governo, mas vamos querer ouvir muito mais gente que está produzindo um debate muito importante





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

sobre essa questão macroeconômica.

Então, eu queria parabenizá-la e dizer que acho necessário, em um determinado instante, nós inclusive aqui na Comissão, auscultarmos outras vozes que deem uma visão diferente, uma análise distinta.

Quem nos acompanhou nesses dias viu que nós tivemos um debate formidável. Começou pelo jornal *Folha de S.Paulo*, a partir de um artigo do Armínio Fraga, que foi respondido pelo Ciro Gomes e assim sucessivamente. Então, é sobre isso, com essa profundidade, que eu tenho certeza que esta Comissão vai se comportar.

Muito obrigado, Senadora.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Muito obrigada, Deputado.

Não havendo mais requerimento na pauta, eu sugiro àqueles que estão refletindo sobre este momento tão importante — eu sinto falta, nesta Comissão, de fazer o que fizemos na Comissão passada — aprofundarmos nesse debate, descermos essa vara dentro da água, para sabermos exatamente que painel econômico é esse que nós temos.

Aliás, nós que sofremos a influência de quem analisa esse painel dentro do Governo poderemos tomar outras decisões, lógico, subsidiados pela inteligência e por aqueles que são formadores de opinião na área econômica. Então eu sugiro àqueles que queiram tomar iniciativa que o façamos. E nós vamos dedicar uma semana inteira a fazer debates para nos atualizarmos sobre a economia do Brasil e sobre as decisões que estão sendo tomadas no reverso desse quadro.

Eu queria também comunicar que estamos trabalhando pelo cumprimento de todos os compromissos assumidos diante da votação do PLN 17/21, quais sejam, a questão da educação e a da ciência e tecnologia. Hoje houve uma reunião na sala da Presidência em que tratamos com a Ministra Flávia desses compromissos. Todos aqui votaram conscientes de que nós daríamos um próximo passo para complementar os recursos das bolsas, na área da educação como um todo e a questão da residência, e na área da ciência e tecnologia.

Há uma divergência de números, porque nós votamos pensando que faltavam 81 milhões de reais, como falaram. E depois apareceram com um número diferente.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Depois de debatermos, decidirmos e o Relator inclusive trazer à votação o projeto original, nós nos deparamos com outras questões colocadas. E nós precisamos fazer uma reunião, que eu queria que fosse com o Colégio de Líderes, sobretudo Líderes e coordenadores, para sabermos qual é a realidade acerca do que votamos, do que assumimos aqui como compromisso, que foram os 81 milhões de reais.

Lembra que faltava, Deputada Adriana, esse valor para complementar os 124 milhões de reais? Tão logo se deu a votação, vieram dizer que não faltavam 81 milhões de reais, mas faltava, na verdade, todo o valor. É muito ruim trabalhar assim porque se fica preso a uma cadeia de informações e depois aquilo que sobra dessa informação é a desinformação. Não podemos trabalhar dessa maneira.

Quero dizer que temos aqui também a presença do membro da Economia, Marcos de Paula, que participou desse debate e está aqui hoje colocando, à satisfação do Plenário e da Casa, as decisões que foram tomadas *a posteriori*.

Então, com ciência e tecnologia e educação, nós cumprimos a nossa palavra votando a forma original do PLN 17/21. Mas queremos dizer que vamos cumprir o restante da nossa palavra empenhada com o número que foi colocado naquela reunião, no relatório e na ata desta Comissão.

O Deputado Daniel Almeida tem a palavra.

O SR. DANIEL ALMEIDA (PCdoB - BA) - Eu não entendi. V.Exa. está propondo uma reunião dos Líderes ou coordenadores para quando?

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - O mais rápido possível. Nós não temos requerimento para amanhã, pois votamos todos. Vou cumprir com a minha palavra entrando em contato com os Ministérios, para fazermos a pauta das audiências aqui.

O que eu queria dizer é que, como nós pedimos que fosse votado o PLN 17/21 na forma original e reconhecendo inclusive o débito que faltava atender nas propostas, o que restou de maneira responsável a esta Comissão foi votar o que estava lá, reconhecendo que, para uma verba de 124 milhões de reais, conforme era requerido pelos representantes que aqui estavam, faltavam 81 milhões de reais.

Então, nós falamos que teríamos um PLN que viria para cá para complementar a





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

proposta que estava na Casa. Isso acontecerá. Há apenas uma divergência, a qual eu lhes estava comunicando, que, tão logo acabou a reunião, a Presidente da CAPES disse: "*Não é esse valor, é outro valor*". E aí eu disse que não trabalharemos mais de maneira desinformada. Se tivermos uma votação, nós vamos parar tudo até que cheguemos a um consenso do que realmente está sendo reivindicado, porque, se hoje nós, por exemplo, tivéssemos aqui o PLN para complementar e alguém dissesse que ainda falta tanto, não é dessa maneira que trabalhamos numa Comissão de Orçamento.

Eu estou apenas comunicando que o recurso da Ciência e Tecnologia também está aparecendo nessas reuniões que estão sendo realizadas, para sabermos qual é o valor que atende à Ciência e Tecnologia. Também Deputado Arnaldo Jardim, levando-se em conta que há 500 milhões de reais que se diz que são para vacinas. Alguns dizem que eles serão utilizados este ano, outros dizem que não. Mas se esse recurso não for utilizado, sabemos qual é o destino dele.

Portanto, nós vamos ter que fazer uma reunião para chegarmos a um consenso nesta Comissão. Eu vou comunicar a todos quando vai ser possível realizarmos a reunião. E acredito que até amanhã eu faça isso.

Não havendo mais quem queira se pronunciar, eu vou agradecer a presença de todos, declarando a existência de nove PLNs na Casa. Eu vou me reunir com o Presidente do Congresso Nacional para pedir que essas coisas tenham maior agilidade, e a Comissão possa prover, de Relatores, esses PLNs.

Eu agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização



Fale com o Senado
0800 61 2211

 /senadofederal
 @senadofederal

Secretaria-Geral da Mesa
Secretaria de Atas e Diários

**SENADO
FEDERAL**

